UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

# Hegemonia em transição: um estudo histórico-político sobre o campo da esquerda no Brasil contemporâneo (2003-2018)

Sérgio Mendonça Benedito

Goiânia-GO
2018

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:** [ X ] Dissertação [ ] Tese

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

**Nome completo do autor**: Sérgio Mendonça Benedito

**Título do trabalho**: Hegemonia em transição: um estudo histórico-político sobre o campo da esquerda no Brasil contemporâneo (2003-2018)

**3. Informações de acesso ao documento:**

**Concorda com a liberação total do documento** [ X ] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

SERGIO MENDONÇA BENEDITO

Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2]

Data: 27 / 11 / 2018

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

# Hegemonia em transição: um estudo histórico-político sobre o campo da esquerda no Brasil contemporâneo (2003-2018)

Sérgio Mendonça Benedito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Mata Machado Tavares

Goiânia-GO
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Benedito, Sérgio Mendonça
Hegemonia em transição: um estudo histórico-político sobre o campo da esquerda no Brasil contemporâneo (2003-2018) [manuscrito] / Sérgio Mendonça Benedito. - 2018.
340 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Mata Machado Tavares.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Goiânia, 2018.
Bibliografia.
Inclui siglas, abreviaturas, lista de figuras.

1. Esquerda política. 2. Partidos políticos. 3. Sindicatos. 4. Movimentos sociais. 5. Ativismo. I. Tavares, Francisco Mata Machado, orient. II. Título.

CDU 32

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIENCIA POLÍTICA**

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

# SÉRGIO MENDONÇA BENEDITO

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2018, às 14h, no Mini Auditório Luiz Palacin da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado do mestrando Sérgio Mendonça Benedito, intitulada: "Hegemonia em transição: um estudo histórico-político sobre o campo da esquerda no Brasil contemporâneo (2003-2018)". A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Dr. Francisco Mata Machado Tavares – (Presidente/PPGCP/UFG), Dr. Álvaro Bianchi - (Membro Externo PPGCP/Unicamp) e Dr. David Maciel (Membro Titular PPGH/UFG). O candidato apresentou o trabalho e, em seguida, os examinadores o arguiram, devolvendo-lhe a palavra subsequentemente, para manifestar-se diante das indagações formuladas. Às 16:15 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, no contexto da qual foram atribuídos ao mestrando os seguintes resultados:

(X) **Aprovado(a)** ( ) Reprovado(a)
Dr. Francisco Mata Machado Tavares
_____

(X) **Aprovado(a)** ( ) Reprovado(a)
Dr. Álvaro Bianchi
_____

(X) **Aprovado(a)** **( ) Reprovado(a)**
Dr. David Maciel
_____

**Resultado Final:** Aprovado

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, de modo a lavrar-se a presente ata, que vai assinada por mim, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, e pelos membros da Banca Examinadora.

Maria Auxiliadora G de Souza _____.

## AGRADECIMENTOS

Antes de expressar minha gratidão pelas pessoas que me encorajaram, estimularam e ofereceram suporte e apoio para que esta dissertação fosse concluída, cabe um pedido de desculpas a todos e todas com quem faltei. Seja pela ausência, por compromissos e prazos quebrados, pela impaciência em alguns momentos – entre outras coisas que posso não ter percebido. Espero que não seja tarde demais para reestabelecer nossas pontes.

Agradeço à minha família pelo apoio, carinho e compreensão: minha mãe, Cristina, minhas irmãs Gisela e Wanessa e meu pai, Sivaldo. Sou grato ainda aos amigos e amigas que acompanharam minha trajetória e contribuíram de várias e diferentes maneiras: Yoshiko Tamanaha, Paula Kiyomi Tsujii, Lucas Gabriel Costa, Neidiâne Cardoso, Kaysmer Wunder, Ana Carolina Nunes, Dalva Rosa Oliveira, Janete Teixeira, Raimunda Rocha, Eurípedes dos Santos e Deni Apolinário.

Meus agradecimentos também aos colegas de turma do mestrado: Crislâini Nunes, Fábio Vilela, Lays Vieira, Renato Nascimento, Thiago Lima e, em especial, Renato Meneses, Adriano Costa e Ricardo Esteves pelas conversas, conselhos e companhia nessa caminhada. Minha gratidão ainda às colegas de PPGCP ou UFG: Susana Araújo, Eveline Martins, Rayanne Saturnino, Gustavo Sabino, Wilton Dias, Germano Coelho, Gleice Meire e João Pedro Peleja pelo apoio e encorajamento, entre outras contribuições.

Agradeço aos professores e professoras do PPGCP pelas disciplinas ministradas e auxílio na elaboração deste e outros trabalhos: Andréa Lucena, Denise Paiva, Pedro Mundim, Camila Romero, João Botelho e Telma Ferreira. Sou especialmente grato ao meu orientador, Francisco Tavares, cujo apoio e contribuição foram muito importantes para o meu desenvolvimento e para que este trabalho adquirisse tal forma – possíveis erros e imprecisões são de minha inteira responsabilidade.

Por fim, meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de mestrado que permitiu minha integral dedicação aos estudos*; à Dora Souza pelo trabalho na secretaria do PPGCP; e aos professores Alvaro Bianchi e David Maciel pelo aceite em compor a banca e pelos valiosos comentários na ocasião da defesa da dissertação.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

*Whatever social problem we confront, whatever persons come into our field of view, the first questions involved will always be: To what groups do these persons belong? What are the interests of these groups? What sort of means do the groups use to promote their interests? How strong are these groups, as compared with groups that have conflicting interests? These questions go to the tap root of all social interpretation.*

Albion Small (1905, p. 497)

*I wish I could say I enjoy writing; I often don't. But I definitely enjoy having written.*

Stephen B. Heard (2018, n. p.)

## RESUMO

Este trabalho se orientou a investigar se está em curso a conformação de uma nova hegemonia no campo da esquerda brasileira. Ao acompanhar as manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos imediatos observamos um crescente atrito entre os atores coletivos de esquerda, uns alinhados com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) – e outros que se organizaram nos anos recentes para opor o projeto político moderado daquele partido – como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Por um lado ficou mais evidente naquela ocasião o descrédito da esquerda hegemônica, centrada no PT, tanto no campo ideológico como no conjunto da sociedade – dados os limites dos governos Lula e Dilma na promoção de uma sociedade mais próspera, menos desigual, violenta e corrupta. Por outro lado a oposição de esquerda, que se fortaleceu na era petista pelo engajamento de uma nova geração de militantes, teve um papel importante na mobilização popular até o auge dos protestos de junho. Feito esse diagnóstico nos indagamos se estava a ocorrer uma mudança no equilíbrio de forças no campo, sobre a possibilidade de uma nova hegemonia, e o futuro da esquerda a partir daqueles eventos. Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo com base no método historiográfico e na análise documental. Seus fundamentos teóricos se encontram majoritariamente na obra de Antonio Gramsci, da qual extraímos as categorias para o estudo de temas políticos em uma perspectiva histórica. Após um levantamento bibliográfico sobre os primórdios da Nova República, a constituição da hegemonia petista e os governos presidenciais do PT entre 2003 e 2016, dedicamo-nos a investigar os documentos e resoluções emitidos pelos atores coletivos até 2018 de modo a caracterizá-los e compreender suas conexões, afinidades e rejeições. Foram selecionadas vinte e duas organizações segundo o critério de potencial hegemônico, em poucas palavras, aquelas que tiveram parte na atual crise da esquerda e que estão envolvidas na luta pela direção do campo – em linha com nosso referencial gramsciano. Desse esforço foi possível extrair que a hegemonia petista ainda se mantém apesar de todos os revéses no período pós-2013 e da crescente atividade da oposição de esquerda. Esta última, com o protagonismo do PSOL e MTST, tornou-se mais influente e ofereceu grande contribuição para renovar, pluralizar a militância e inserir as novas gerações recentemente politizadas. Em síntese, a hegemonia no campo da esquerda ainda se encontra em disputa, sem indício da ascendência de uma direção alternativa. Seu futuro dependerá daqueles coletivos que, em conjunto, sejam capazes de superar a fragmentação, indicar um novo horizonte estratégico e pautar a disputa na sociedade em meio a uma democracia em recessão.



Palavras-chave: Esquerda política. Partidos políticos. Sindicatos. Movimentos sociais. Ativismo.

## ABSTRACT

This dissertation aimed to investigate if a new hegemony is emerging in the field of the Brazilian political left. By following the demonstrations of June 2013 and its immediate developments we saw a growing friction between the leftist collective actors, one part aligned with the Workers' Party (PT) government – such as the Workers' Unitary Union (CUT) and the Movement of Landless Rural Workers' (MST) – and others who have organized themselves in recent years to oppose the moderate political project of the PT – such as the United Socialist Workers' Party (PSTU), the Homeless Workers' Movement (MTST), and the Socialism and Liberty Party (PSOL). On the one hand, the discrediting of the hegemonic left, centered on the PT, both in the ideological field and in society as a whole became more evident – given the limitations of the governments of Lula and Dilma in promoting a more prosperous, less unequal, violent and corrupt society. On the other hand, the left opposition, which was strengthened in the PT era by the engagement of a new generation of militants, played an important role in popular mobilization until the peak of the June protests. Having made this diagnosis, we asked whether there was a change in the balance of forces in the field, the possibility of a new hegemony, and the future of the left from those events. This qualitative research was based on the historiographic method and documentary analysis. Its theoretical foundations are found mostly in the work of Antonio Gramsci, from which we extract the categories for the study of political matters in a historical perspective. After a bibliographical survey on the beginnings of the New Republic, the constitution of PT's hegemony and their presidential governments between 2003 and 2016, we dedicated ourselves to investigate the documents and resolutions issued by the collective actors until 2018 in order to characterize them and to understand their connections, affinities and rejections. Twenty-two organizations were selected according to the criterion of hegemonic potential, in a few words, those that participated in the current crisis of the left and are involved in the struggle for the direction of the field – in line with our gramscian referential. From this effort it was possible to conclude that the PT's hegemony still holds despite all the setbacks in the post-2013 period and the growing activity of the left opposition. The latter, with the role of PSOL and MTST, became more influential and offered a great contribution to renew, pluralize the militancy and insert the newly politicized generations. In short, hegemony in the leftist field is still in dispute, without any indication of the ascendancy of an alternative direction. Its future will depend on those collectives who, jointly, are able to overcome fragmentation, indicate a new strategic horizon and guide the dispute in the society midst of a democracy in recession.



Keywords: Political Left. Political Parties. Labor Unions. Social Movements. Activism.

## RESUMEN

Este trabajo se ha orientado a buscar si se está en curso la confirmación de una nueva hegemonía en el campo de la izquierda política brasileña. Tras acompañar las manifestaciones de junio de 2013 y sus encadenamientos inmediatos, hemos visto un crescente atrito entre los actores colectivos de la izquierda, unos en el lado del gobierno del Partido de los Trabajadores (PT) – como la Central Única de los Trabajadores (CUT) y el Movimiento de los Braceros sin tierra (MST) – e otros que se han organizado en los años recientes para ponerse en contra del proyecto político moderado de aquel partido – como el Partido Socialista de los Trabajadores Unificados (PSTU), Movimiento de los Trabajadores 'Sin Techo' (MTST) y el Partido Socialismo y Libertad (PSOL). Por un lado, ha quedado más evidente en aquella ocasión el descredito de la izquierda hegemónica, centrada en el PT, tanto en el campo ideológico como el conjunto da la sociedad – dados los límites de los gobiernos Lula y Dilma en la promoción de una sociedad más prospera, menos desigual, menos violenta y corrupta. Por otro, la oposición de la izquierda, que ha ganado fuerza en la era del gobierno del PT por medio del interés de una nueva generación de militantes, ha tenido un papel importante en la movilización popular hasta el auge de los protestos de junio. Una vez hecho ese diagnóstico, nos preguntamos se ha estado en transcurso un cambio en el equilibrio de fuerzas en el interior del campo, frente la posibilidad de una nueva hegemonía, y el futuro de la izquierda a partir de aquellos eventos. Hemos hecho una investigación de abordajes cualitativos basados en el método historiográfico y en análisis documental. Sus fundamentos teóricos se encuentran mayormente en la obra de Antonio Gramsci, de la cual hemos extraído las categorías para el estudio de temas políticos en una perspectiva historia. Después de hacer un levantamiento bibliográfico sobre los primordios de la Nueva República, la constitución de la hegemonía de PT y los gobiernos presidenciales de ese partido entre 2003 y 2016, nos dedicamos a investigar los documentos y resoluciones emitidas pelos actores colectivos hasta 2018 de manera a caracterizarlos y comprender sus conexiones, afinidades y rechazos. Han sido seleccionadas veintidós organizaciones segundo el criterio del potencial hegemónico que definimos, brevemente, como aquellas que actuaron en la actual crisis de la izquierda y que están vinculadas a las disputas por la dirección del campo – en línea con nuestro referencial gramsciano. De ese esfuerzo, fue posible sacar la tesis que la hegemonía del PT aún se mantiene pese a todos los factores en contra en el periodo pós-2013 y de la creciente actividad de la oposición de izquierda. Ésta, con el protagonismo de PSOL y MTST, se ha convertido más influyente y ha ofrecido grande contribución para renovar, pluralizar la militancia e insertar las nuevas generaciones recientemente politizadas. En síntesis, la hegemonía en el campo de la izquierda aún se ve en pelea, sin indicativos de ascendencia hacia un nuevo rumbo alternativo. Su futuro dependerá de aquellos colectivos que, juntos, sean capaces de superar la fragmentación, indicar un nuevo horizonte estratégico y pautar la disputa en la sociedad en un escenario de democracia en recesión.



Palabras-clave: Izquierda política. Partidos políticos. Sindicatos. Movimientos sociales. Activismo.

## LISTA DE FIGURAS


| | | |
|---|---|---|
| Figura 1 | Símbolo do PCB | p. 189 |
| Figura 2 | Símbolo do PCdoB | p. 192 |
| Figura 3 | Símbolo do PT | p. 194 |
| Figura 4 | Símbolo do PCO | p. 196 |
| Figura 5 | Símbolo do PSTU | p. 197 |
| Figura 6 | Símbolo do PSOL | p. 198 |
| Figura 7 | Símbolo da CUT | p. 200 |
| Figura 8 | Símbolo da CSP-Conlutas | p. 202 |
| Figura 9 | Símbolo da Intersindical | p. 203 |
| Figura 10 | Símbolo da CTB | p. 204 |
| Figura 11 | Símbolo do MST | p. 205 |
| Figura 12 | Símbolo do Geledés | p. 207 |
| Figura 13 | Símbolo do MAB | p. 208 |
| Figura 14 | Símbolo da AMB | p. 210 |
| Figura 15 | Símbolo da Consulta Popular | p. 211 |
| Figura 16 | Símbolo do MTST | p. 213 |
| Figura 17 | Símbolo da MMM | p. 215 |
| Figura 18 | Símbolo do MPL | p. 217 |
| Figura 19 | Símbolo das BP | p. 218 |
| Figura 20 | Símbolo do LPJ | p. 219 |
| Figura 21 | Símbolo da CAB | p. 220 |
| Figura 22 | Símbolo da partidA | p. 222 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| AE | Articulação de Esquerda |
| ALCA | Área de Livre Comércio das Américas |
| AMB | Articulação de Mulheres Brasileiras |
| Anampos | Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais |
| ANEL | Assembleia Nacional dos Estudantes Livre |
| AP | Ação Popular |
| APIB | Articulação dos Povos Indígenas do Brasil |
| APS | Ação Popular Socialista |
| ART 113 | Articulação dos 113 |
| ASS | Alternativa Sindical Socialista |
| AUL | Articulação Unidade na Luta |
| BC | Banco Central |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BP | Brigadas Populares |
| C21J | Coletivo 21 de Junho |
| CAB | Coordenação Anarquista Brasileira |
| CDES | Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CEB | Comunidade Eclesial de Base |
| CEN | Comissão Executiva Nacional |
| CGT | Central Geral dos Trabalhadores |
| CIMI | Conselho Indigenista Missionário |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CMB | Centro da Mulher Brasileira |
| CMI | Centro de Mídia Independente |
| CMP | Central de Movimentos Populares |
| CO | Causa Operária |
| CONAQ | Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas |
| CONCUT | Congresso Nacional da CUT |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CRAB | Comissão Regional dos Atingidos por Barragens |
| CS | Convergência Socialista |
| CSC | Central Sindical Classista |
| CSOL | Coletivo Socialismo e Liberdade |
| CSP-Conlutas | Central Sindical e Popular - Conlutas |
| CST | Corrente Socialista dos Trabalhadores |
| CTB | Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DRU | Desvinculação das Receitas da União |
| DS | Democracia Socialista |
| EM | Esquerda Marxista |
| FAG | Federação Anarquista Gaúcha |
| FAO | Fórum do Anarquismo Organizado |
| FARJ | Federação Anarquista do Rio de Janeiro |
| FBP | Frente Brasil Popular |
| FED | Federal Reserve System [Sistema de Reserva Federal - Estados Unidos] |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| Fiesp | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo |

| | |
|---|---|
| FLTP | Frente de Luta do Transporte Público |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FPSM | Frente Povo sem Medo |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IRPF | Imposto de Renda de Pessoa Física |
| JEC | Juventude Estudantil Católica |
| JRI | Juventude Revolução Independente |
| JUC | Juventude Universitária Católica |
| LGBTT | Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais |
| LIT-QI | Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional |
| LPJ | Levante Popular da Juventude |
| LR | Liberdade e Revolução |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MAS | Movimento de Ação Sindical |
| MBL | Movimento Brasil Livre |
| MCMV | Minha Casa Minha Vida [Programa] |
| MCR | Movimento Comunista Revolucionário |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MES | Movimento Esquerda Socialista |
| MMC | Movimento de Mulheres Camponesas |
| MMM | Marcha Mundial das Mulheres |
| MNU | Movimento Negro Unificado |
| MORENA-cb | Movimento Revolucionário Nacionalista – círculos bolivarianos |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MPL | Movimento Passe Livre |
| MPP | Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra |
| MTD | Movimento dos Trabalhadores por Direitos |
| MTL | Movimento Terra, Trabalho e Liberdade |
| MTST | Movimento dos Trabalhadores sem Teto |
| MUS | Movimento de Unidade Socialista |
| NME | Nova Matriz Econômica |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| OP | Orçamento Participativo |
| OSI | Organização Socialista Internacionalista |
| OSM-SP | Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo |
| OT | O Trabalho |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PBF | Programa Bolsa Família |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCBR | Partido Comunista Brasileiro Revolucionário |
| PCO | Partido da Causa Operária |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PEC | Proposta de Emenda Constitucional |
| PED | Processo de Eleição Direta |
| PFL | Partido da Frente Liberal |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PJR | Pastoral da Juventude Rural |

| | |
|---|---|
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| Polop | Organização Revolucionária Marxista - Política Operária |
| POR | Partido Operário Revolucionário |
| PP | Partido Progressista |
| PP | Poder Popular [Tendência PSOL] |
| PPP | Parcerias Público-Privadas |
| PPS | Partido Popular Socialista |
| PRB | Partido Republicano Brasileiro |
| PRC | Partido Revolucionário Comunista |
| Pronatec | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSOL | Partido Socialismo e Liberdade |
| PSP | Partido Socialista Português |
| PSTU | Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| Reuni | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| ROL | Revoltados On Line |
| SPD | Sozialistische Partei Deutschlands [Partido Socialista Alemão] |
| SSB | Sindicalismo Socialista Brasileiro |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| UBES | União Brasileira de Estudantes Secundaristas |
| UIT-QI | Unidade Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| VPR | Vem Pra Rua |

**SUMÁRIO**

**Introdução** ..... 15

**Capítulo 1 - Bases teórico-conceituais do conceito de esquerda** ..... 21
1.1 - A relevância analítica da categoria "esquerda política" ..... 21
1.1.1. Ideologia como um conceito programático ..... 21
1.1.2. Um denominador comum para um conceito polissêmico ..... 33
1.1.3. A infirmação do conceito na teoria política do final do século XX ..... 45
1.1.4. A hipótese esquerdista ..... 52
1.1.5. Digressão: as principais vertentes da esquerda ..... 57
1.2 - Hegemonia: referencial estratégico gramsciano nas lutas sociais entre esquerda e direita ..... 66
1.2.1. Filosofia, ideologia e hegemonia ..... 72
1.2.2. Hegemonia e o processo das lutas sociais ..... 76

**Capítulo 2 - Processos e atores na gênese da hegemonia petista** ..... 85
2.1 - Considerações metodológicas ..... 85
2.1.1. O sentido de uma ciência política sócio-histórica ..... 85
2.1.2. O método historiográfico, a análise documental suas técnicas ..... 98
2.2 - Para uma breve história da esquerda brasileira centrada nos atores ..... 106
2.2.1. Ascensão de novos atores, transição democrática, formação e ápice do PT (1974-2002) ..... 107

**Capítulo 3 - O estado da esquerda no Brasil contemporâneo** ..... 130
3.1 - Contexto: a política na era petista e as manifestações de 2013 a 2015-2016 ..... 130
3.1.1. O governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) ..... 130
3.1.2. O governo Dilma Rousseff (2011-2016) ..... 157

**Capítulo 4 - A dinâmica da esquerda no Brasil contemporâneo** ..... 186
4.1 - Atores: as diferentes vertentes da esquerda ..... 189
4.1.1. Partidos políticos ..... 189
4.1.2. Centrais sindicais ..... 200
4.1.3. Movimentos sociais, coletivos autônomos e anarquistas ..... 205
4.2 - Um mapa da esquerda brasileira ..... 224
4.3 - Uma nova hegemonia? A esquerda e a política na atualidade ..... 262

**Considerações finais** ..... 283

**Referências bibliográficas** ..... 286

## Introdução

Esta pesquisa apresenta uma investigação do campo da esquerda na história recente do Brasil com referência ao ciclo de protestos (Tarrow, 2011) que teve início no ano de 2013. As manifestações ocorridas naquele ano tornaram mais evidente o conflito em curso na esquerda entre atores hegemônicos e oposicionistas[1]. Os primeiros, por um lado, caracterizam-se como grupos militantes que se constituíram nas décadas de 1970 e 1980 alinhados com os governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Os últimos, por outro lado, compõem movimentos sociais que cresceram nos anos de governo petista (a partir de 2003), como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e o Movimento Passe Livre (MPL). Em um contexto nacional de grande descrédito das elites políticas e seguidos escândalos de corrupção; regional, de uma crescente reprovação dos governos de esquerda na América Latina; e global, de grandes protestos ocorridos em vários países no Oriente Médio, Europa e Estados Unidos[2], guiamo-nos pela indagação sobre como se configura a esquerda política no país e quais os seus horizontes de ação e prática política.

Essa proposta deriva de um interesse anterior, na fase do projeto de pesquisa, por conhecer os efeitos políticos das manifestações de 2013. Em junho daquele ano foi possível perceber uma grande dificuldade dos partidos, centrais e movimentos sociais longevos em responder aos acontecimentos e estabelecer diálogo com as pessoas e grupos que ocupavam as ruas (Tatagiba, 2014). Aquele mês, ponto alto dos protestos, foi precedido por manifestações que já vinham acontecendo em diversas capitais como Natal, Porto Alegre e Goiânia desde o início do ano, organizadas por movimentos autônomos de esquerda (em relação aos atores hegemônicos) voltados principalmente à questão do transporte público e aumento das tarifas. Ou seja, mesmo os primeiros protestos de junho eram claramente organizados por atores e atrizes de esquerda, com pautas definidas (Neto, 2014; Singer, 2013; Tavares; Roriz; Oliveira, 2016). No entanto ocorreu, por parte dos movimentos alinhados com o governo federal, se não um certo atraso na reação aos acontecimentos, uma ausência de autocrítica e comunicação

[1] Adotamos a premissa de que o campo da esquerda no Brasil é plural e composto por diversas vertentes políticas. Algumas delas, incluindo organizações longevas, conforme exposto a seguir, alinharam-se ao PT, enquanto outras, mais recentes e em parte dissidentes daquelas, se posicionaram na oposição aos governos petistas. A complexa relação estabelecida entre esses grupos será melhor esclarecida no decorrer da pesquisa. Por fim cabe lembrar que mesmo partidos, centrais sindicais, entre outras organizações, também são compostas internamente pelas mais diversas tendências que em alguns casos disputam sua coordenação.

[2] Para uma contextualização geral da recente crise política brasileira, cf. Abramides (2017) e Tatagiba (2017). Para uma problematização do termo "progressista" associado aos governos de esquerda e sua crise na América Latina, ver Cava (2016) e Santos (2017). Enfim, Fominaya (2014) e Gerbaudo (2017) oferecem interpretações sobre a onda global de protestos ocorrida a partir de 2011.

com as pessoas que insurgiam na esfera pública naquela ocasião, com desdobramentos políticos posteriores[3]. Portanto, em nossa perspectiva, os protestos acentuaram o desgaste da esquerda hegemônica e tornaram patente seu distanciamento de um horizonte estratégico anterior de estímulo da mobilização popular por mudanças políticas substantivas. Caberia assim investigar em profundidade esse processo e seus desdobramentos.

A pergunta que orienta este estudo é: *a partir de 2013, é possível identificar a conformação de uma nova hegemonia no campo da esquerda brasileira?* Em poucas palavras, constituiu-se como objetivo da pesquisa analisar como se reconfigurou o campo ideológico no contexto dos governos do Partido dos Trabalhadores – investigação esta articulada com os efeitos das mobilizações ocorrentes no Brasil entre 2013 e 2016. Essa base nos permitiu ainda conjecturar o futuro dos coletivos e organizações que compõem a esquerda. Entende-se que desde 2003 a representação levada a cabo pela esquerda hegemônica perdeu legitimidade por sua progressiva adequação à ordem. A partir de então novas práticas e formas de manifestação foram fomentadas à parte dos movimentos estudantis institucionalizados ou das juventudes dos partidos (Scherer-Warren, 2014a). Exemplos podem ser apontados nas "ocupações de reitorias, marchas da maconha, marchas feministas, campanhas em redes e aplicativos baseados na internet, 'catracaços', ocupações lúdico-cultural-contestatórias do espaço urbano e surgimento de coletivos de midiativismo" (Tavares; Veloso, 2016, p. 4). As manifestações de junho fazem parte desse movimento societário e propiciaram um quadro em que o velho não acabou de morrer e o novo não terminou de nascer, parafraseando Gramsci (2007a, p.184). Evidenciou-se uma mudança no equilíbrio de forças e declínio da capacidade de direção dos atores hegemônicos concomitante ao crescimento da oposição de esquerda que ganhou reforço de uma nova geração de militantes (Pleyers; Bringel, 2015). Questionamo-nos então as possibilidades de identificar no atual momento uma janela de mudanças significativas, comparável a ciclos históricos anteriores (Perruso, 2014), e da ascensão de uma nova hegemonia.

Um esforço orientado a esclarecer tais interrogações se justifica pela fecundidade de estudos rigorosos que permitam compreender o atual ciclo político pelo qual passa o país na atualidade. Contrapomos, ainda, uma literatura em certa medida ensaística sobre os acontecimentos de 2013 e seus desdobramentos (Domingues, 2013; Gohn, 2016; Scherer-

[3] Uma leitura correlata poderia colocar em destaque, igualmente, a postura da direita política durante e após as manifestações de 2013. Observa-se que ela também se atrasou, mas progressivamente mesclou-se aos protestos, fato observado, inclusive, por Singer (2013), organizando-se e compondo grupos como "Vem pra Rua" e "Movimento Brasil Livre" (Firmino, 2016) que vieram a encabeçar as manifestações pró-Impeachment (e anti-PT) entre 2015 e 2016. Trataremos sobre esses aspectos na sequência da dissertação.

Warren, 2014b). O que se depreende dos trabalhos previamente consultados é que a questão sobre o futuro da esquerda política no país e a composição desse campo se coloca mas foi estudada de maneira fragmentada até o momento em que se iniciava esta pesquisa. Em acordo com Pleyers e Bringel (2015), entendemos que a compreensão sobre a dinâmica do ativismo político, e das práticas que se expressam por meio de diferentes grupos, podem auxiliar ainda num diagnóstico de movimentos societários mais amplos. O interesse por esse fenômeno implica a adoção de uma perspectiva aprofundada sobre o objeto de estudo, nesse caso as organizações de esquerda, visando a estabelecer um nexo entre as ações e os acontecimentos recentes com a conjuntura política pela qual passa o país. Como não poderia deixar de ser, tais preocupações reverberam em nossas escolhas teórico-metodológicas.

Dado o contexto do período a ser estudado, sinteticamente esboçado até aqui, e a pergunta problema conjecturamos inicialmente duas possibilidades. A hipótese principal postulou que (1) está ocorrendo, desde 2013, uma relevante reconfiguração da esquerda brasileira. Nela, partidos, sindicatos e movimentos hegemônicos perderam parcialmente a capacidade de direção, diálogo e de indicar e colocar em prática um projeto político para o país, permitindo o fortalecimento da oposição de esquerda. Nesse cenário o estudo deveria caracterizar a conjuntura conflitual do campo e indicar a possibilidade de uma nova hegemonia – ainda que se tratasse de um movimento incipiente. Já a hipótese alternativa propôs que (2) a hegemonia do PT e demais grupos longevos se mantém ainda que não tenha passado incólume por esse processo. O pontual declínio de sua influência e capacidade política abriu margem para uma maior participação da oposição de esquerda nos rumos do campo e confluiu para uma composição mais heterogênea da hegemonia antes estabelecida – e mesmo um trânsito de atores e atrizes entre as diferentes forças políticas que compõem a esquerda[4]. Após o mapeamento da atuação dos principais atores coletivos e da dinâmica do campo da esquerda deduzimos um quadro mais próximo da segunda dessas possibilidades, como será aprofundado no decorrer do quarto capítulo.

No que se refere à metodologia, esta pesquisa possui caráter qualitativo e se funda no método historiográfico e na análise documental. De partida, tratando-se de um estudo sobre a história presente da esquerda, sua conformação e equilíbrio de forças, entendemos que o referencial teórico de Antonio Gramsci (1891-1937) nos seria particularmente fértil. A obra desse autor, apesar de seu caráter provisório e fragmentado (Bianchi, 2008; Thomas, 2009),

[4] As hipóteses foram refinadas no curso da pesquisa levando-se em conta não apenas os acontecimentos políticos recentes, no que diz respeito às relações de força e poder de mobilização política das organizações de esquerda, mas também as sugestões da banca de qualificação. Assim oferecemos os nossos agradecimentos à Profa. Dra. Telma Ferreira Nascimento Durães (PPGCP/UFG) e ao Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati (PPGS/UFG).

oferece um conjunto de categorias convergentes com os objetivos do trabalho – como será melhor explorado no decorrer da dissertação. Almejando elaborar uma história integral, segundo o entendimento gramsciano, adotamos o método historiográfico entendido como o estudo de um objeto localizado no tempo de modo a examinar seu desenvolvimento temporal (Aróstegui, 2006; Calhoun, 1996). Segundo essa perspectiva, é indispensável considerar o contexto social mais amplo em que se insere um dado objeto, na inter-relação entre estrutura, cultura e as múltiplas dimensões da política em uma determinada sociedade (Jackson, 2003; Lawrence, 2003). Como se percebe este método converge não apenas com os interesses da pesquisa mas também com o referencial teórico utilizado. Fundamentados na teoria gramsciana, buscamos realizar não apenas uma análise sistemática da esquerda no contexto recente do país mas também evidenciar e explicar suas mudanças no decorrer do tempo – em consonância com os métodos da historiografia.

Tal estratégia se justificou pelo interesse em realizar uma investigação intensiva do campo da esquerda brasileira e seus componentes de maneira a compreender como têm se organizado no atual contexto e suas perspectivas. Assim, buscamos elaborar uma caracterização mínima dos coletivos e compreender o sentido das relações estabelecidas entre eles com recurso aos seus *princípios e posicionamentos políticos*. O estudo compreende o período entre 2003 e 2018, incluindo portanto os mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), de Dilma Rousseff (2014-2016) e o contexto posterior ao seu *impeachment*. A escolha visou propiciar uma suficiente coleta de dados a respeito das principais organizações do campo e do intercâmbio que se estabeleceu entre elas. Além disso foi importante articular essa investigação com os acontecimentos decorrentes das manifestações (2013, 2015-2016) de maneira a produzir diagnósticos e deduzir as possibilidades do campo. Para alcançar esses objetivos recorremos a fontes primárias, quais sejam, os sítios que cada uma mantém na *internet* nos quais divulgam suas atividades, resoluções, programa, entre outros. Segundo as técnicas da análise documental, organizamos os documentos em diferentes categorias que nos permitiram elaborar breves descrições de cada um deles e também explorar seus posicionamentos políticos no período recente (os procedimentos foram detalhados no segundo capítulo). Considerando o enorme número de coletivos que compõem a esquerda selecionamos aqueles nos quais identificamos potencial hegemônico, em poucas palavras, que tiveram parte na atual crise da esquerda e que estão envolvidos na luta pela direção do campo competindo pelas (ou influindo nas) bases sociais. Tratam-se, como se verá no quarto capítulo, de vinte e dois coletivos.

Fontes secundárias como artigos, teses e dissertações que tratam sobre as organizações de esquerda ampararam a análise de suas relações – na ausência dos documentos na integralidade do período em estudo. Foram importantes ainda para compor o contexto dos governos petistas e dos ciclos de confronto político registrados em 2013, no contexto das chamadas Jornadas de Junho, e entre 2015 e 2016, quanto aos protestos pró-*impeachment*. Por meio de um estudo bibliográfico visamos identificar os principais elementos contextuais que permitissem reconstruir a conjuntura sociopolítica e econômica do país no período recente. Esse trabalho (exposto no terceiro capítulo) serviu como pano de fundo para o posterior exame das atividades dos atores coletivos de esquerda com base no material disponibilizado em seus sítios. Com esse procedimento entendemos ter alcançado a ênfase equilibrada tanto nos aspectos históricos como nos atores que compõem o campo, de maneira a tratar sobre a relação entre política e sociedade no Brasil e como os dilemas da esquerda têm influenciado nos desdobramentos recentes.

À guisa de conclusão desta parte, manifestamos que este trabalho visou adotar uma perspectiva crítica com relação aos impasses da esquerda no país, ainda que simpatize com suas vertentes políticas. A própria escolha do objeto de estudo se deu pela importância que se atribui ao campo ideológico nos acontecimentos societários futuros, considerando um cenário pessimista quanto às possibilidades de uma democracia vibrante em um contexto de crise econômica, institucional e dominado por ideias e práticas conservadoras. Isso não significa que aderimos incondicionalmente aos princípios e condutas políticas empreendidos pelas coletividades que compõem a esquerda, mas que esses também podem ser colocados em questão. Espera-se enfim que a pesquisa seja útil para as próprias pessoas envolvidas nesse processo, mais do que para aqueles interessados na supressão do debate político e da discussão de alternativas.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro apresentamos as bases teórico-conceituais que fundamentam o estudo, tratando sobre os conceitos de ideologia, esquerda política e a rede conceitual em torno do conceito gramsciano de hegemonia. Dedicamos o segundo capítulo a uma justificativa da abordagem histórica em ciência política, aos aspectos metodológicos do trabalho e um breve levantamento sobre a história da esquerda a partir dos primórdios da Nova República. Feita essa base, no terceiro capítulo partimos para uma análise da conjuntura recente do início do governo Lula ao *impeachment* da presidente Dilma. Importante aqui, além de destacar os aspectos sociais, políticos e econômicos daqueles anos, foi também indicar como a oposição de esquerda se organizou politicamente até a ocasião das manifestações de junho de 2013 e sua participação

nos eventos. Enfim, no quarto capítulo apresentamos uma breve caracterização dos vinte e dois atores coletivos considerados nesta pesquisa, mapeamos seus posicionamentos e atividades nos momentos mais marcantes da história recente com base nas evidências recolhidas e, por último, analisamos a atual situação e as possibilidades da esquerda hegemônica e da oposição na atual conjuntura política – de modo a responder a pergunta de pesquisa. Nas conclusões, após um breve resumo do trabalho, indicamos seus limites e uma possível agenda de pesquisa relacionada ao seu objeto.

## Capítulo 1 - Bases teórico-conceituais do conceito de esquerda

Para o desenvolvimento da pesquisa que aqui se propõe será necessário, a princípio, tratar sobre uma questão pouco aprofundada nos trabalhos que versam sobre a ideologia no plano mais específico da sociologia política: a conceitualização e a relevância analítica da díade esquerda-direita – e nesse caso em específico da categoria esquerda política. Pretende-se desenvolver esse argumento nas duas seções deste capítulo seguindo o seguinte itinerário: o conceito de ideologia, conforme o entendimento proposto para este trabalho; a história da díade e suas principais apreensões teóricas; o debate do final do século XX sobre a superação do par ideológico; e as considerações mais recentes sobre a hipótese esquerdista/comunista, apontando para a fecundidade do conceito de esquerda política. Uma pequena digressão finaliza essa parte, com um resumo das principais vertentes políticas da esquerda. Na segunda seção exploraremos a rede conceitual em que se insere a noção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci e sua relação com os conceitos de esquerda e direita. Ao final do capítulo, objetivamos ter esclarecido e delimitado as principais categorias analíticas a serem utilizadas no estudo, além de ter estabelecido sua relação com o objeto de estudo, o campo da esquerda no Brasil.

### 1.1. A relevância analítica da categoria 'esquerda política'

#### *1.1.1. Ideologia como um conceito programático*

É comum nos estudos sobre o conceito de ideologia que se inicie pela exposição de diferentes definições e entendimentos da palavra na literatura acadêmica[5]. Afinal, trata-se de um conceito que foi compreendido das mais diversas maneiras e bastante explorado não apenas na ciência política mas na antropologia, filosofia, história, linguística, psicologia, entre outras disciplinas (Freeden, 1996). Considerada a amplitude da literatura no que tange a este conceito, e o objetivo da pesquisa que aqui se desenvolve, o propósito dessa subseção é apresentar um breve sumário do debate sobre ideologia de modo a orientar tal pesquisa bibliográfica a um entendimento mais restrito do conceito no que se refere à ação política. Entendendo que *a afirmação de que o conceito de esquerda política é analiticamente relevante* implica asseverar que *o conceito de ideologia é igualmente valioso para a compreensão dos acontecimentos políticos na contemporaneidade*, buscamos a seguir colocar em evidência a fecundidade desse último conforme uma apreensão específica.

[5] Na condução da pesquisa bibliográfica empreendida para este estudo, pelo menos três exemplos podem ser mencionados: Lane (1962, p. 13-4); Eagleton (1991, p. 1-2); Gerring (1997, p. 958-9). Para uma discussão mais ampla sobre os diferentes elementos que foram utilizados para definir o conceito de ideologia – e uma tentativa de síntese a partir da avaliação desses elementos –, cf. Hamilton (1987).

Seguindo uma perspectiva histórica quanto a origem do termo ideologia, sua utilização e teorização, é recorrente na literatura a referência aos anos da Revolução Francesa (1789-1799)[6]. Durante esse período constituiu-se o *Institut de France* (1795), uma instituição que reunia um conjunto de intelectuais que defendiam ideais republicanos e liberais chamados 'Ideólogos'. À frente do instituto estava Antonie Destutt de Tracy que entre 1801 e 1815 publicou os cinco volumes de *Eléments d'Ideologie*, sua principal obra. O projeto desse autor se inseria na matriz do Iluminismo no sentido que ele buscou elaborar uma 'ciência das ideias' e o estudo natural de sua história – em linha com a postura 'protopositivista' adotada pelos intelectuais que compunham o instituto (Lichtheim, 1965; Henning, 2007). Segundo Destutt de Tracy o estudo da formação das ideias, e consequentemente da ideologia, deveria analisar a psicologia humana adotando uma perspectiva biológica (Richards, 1993). Assim, o papel do intelectual é identificar as 'leis' que determinam a consciência humana de modo que seja possível depurá-la de superstições, preconceitos e abrir espaço para o pleno exercício da razão num contexto republicano – após a queda do tradicional Antigo Regime. Um propósito normativo, portanto, era inerente ao programa da ciência das ideias. Seus proponentes visavam educar os cidadãos e influir na política segundo os ditames da razão – ou aquilo que consideravam como os melhores ideais a serem perseguidos (Lichtheim, 1965; Strath, 2013).

Nesse mesmo contexto, contudo, desenrolou-se uma controvérsia que marcaria para sempre o significado de ideologia – considerando que o viés pejorativo do termo, adquirido nesse momento, manteve-se até a atualidade. No período do Diretório (1795-1799) o *Institut* contava com grande prestígio na sociedade francesa e funcionava como espaço de fomento e difusão de ideias científicas e também políticas, segundo os ideais da Revolução. Tanto era assim que o então general Napoleão Bonaparte tornaria-se membro honorário da instituição em 1797 e obteve o apoio dos ideólogos até o período imediatamente posterior ao golpe de Estado que concretizou em 1799. Após 1801, com a necessidade de assentar seu poder e com as concessões oferecidas à Igreja Católica, Napoleão iniciou uma ofensiva contra o grupo temendo os efeitos de suas ideias na opinião pública (Lichtheim, 1965; Strath, 2013). Contra os ideólogos pesaram as acusações de que formulavam abstrações desligadas da realidade, que iam contra a 'ordem natural' e a política como atividade prática na medida em que defendiam, por exemplo, direitos universais concebidos a priori (Freeden, 1996). Conforme destaca Strath (2013), nos dicionários da primeira metade do século XIX ideologia constava

[6] Cf. Freeden (1996), van Dijk (1998), Knight (2006), entre outros. Mullins (1972) e Bosi (2010) destacam ainda o pioneirismo de Francis Bacon em seu estudo sobre os 'ídolos' como preconcepções e preconceitos. Como veremos mais a frente, tal teoria influenciou a concepção particular de ideologia de Karl Mannheim.

tanto como uma ‘teoria das ideias’ como ‘ideias alheias à realidade política’, significado este proveniente dos discursos de Bonaparte. Percebe-se assim como a oposição aos ideólogos e aos princípios provenientes da Revolução Francesa coadunam com o discurso conservador, que viria a emergir como vertente política a partir dos anos 1830 (Eagleton, 1994; Gamble, 2007), e o sentido politizado e polêmico que o termo adotou na política e no senso comum.

Destarte, pode-se interpretar que tal confronto entre diferentes concepções de ideologia e as posições políticas a elas associadas revelava o caráter do contexto histórico em que tais acontecimentos tinham lugar, no processo de superação de uma ordem tradicional e a ascensão do modo capitalista de produção. A ideologia pode ser considerada, assim, um fenômeno em grande medida próprio da modernidade, dada a sua generalização após esse período (Mullins, 1972; Geertz, 1989). É com esse contexto em mente que melhor se compreende a apropriação crítica de Marx no que se refere ao conceito. De acordo com Eagleton (1994) muitos estudiosos da noção de ideologia na obra do referido autor costumaram interpretá-la como ‘pura’, ‘mera’ ilusão ou distorção da realidade, quando “as ideias tornam-se reificadas e perdem sua relevância para a condição sociológica existencial de um indivíduo”[7] (Mullins, 1972, p. 499). Persistindo essa leitura, seria como se os jovens hegelianos criticados pelos autores na obra *Ideologia Alemã* (Marx; Engels, 1998) estivessem simplesmente cometendo equívocos cognitivos ou atuando deliberadamente em favor do *status quo* em sua produção filosófica. Contudo, como expõe Larrain (1983, p. 12), desde seus primeiros escritos – como em sua crítica da concepção hegeliana de Estado – Marx identificava as “distorções teóricas que criticava” – ou mesmo o que veio a ser posteriormente denominado *falsa consciência* na tradição marxista – como originando de contradições sociais presentes na realidade. Evidenciam-se assim as implicações teóricas (e políticas) da ideologia no entendimento marxista em contraste com o projeto dos ideólogos franceses ou mesmo daqueles que buscaram mais tarde elaborar uma sociologia do conhecimento.

Ainda que não exista uma definição exaustiva e sistemática na obra de Marx, alguns esforços foram feitos para extrair uma teoria da ideologia do conjunto de seus escritos. Nesse sentido, Larrain (1983) buscou observar a evolução da concepção de ideologia no desenvolvimento de sua obra, argumentando que existem fundamentos duradouros e uma certa coerência no entendimento dessa noção, ainda que com ambiguidades e limitações[8].

[7] Todas as citações de obras em outros idiomas, como essa, foram traduzidas pelo autor.
[8] Para um sumário alternativo sobre o conceito de ideologia em Marx, cf. Eagleton (1994, p. 5-14). Para um contraponto àqueles que reconhecem uma teoria da ideologia em Marx, cf. Leopold (2013).

Importa destacar, em linhas gerais, que a noção de ideologia[9] se apresenta em seus escritos como um instrumento de crítica à conformação societária capitalista e suas contradições, que não poderiam mais ser compreendidas, a partir desse momento, por meio de outras teorias que tomam tal organização como um dado, ou que não atribuem importância à experiência concreta da humanidade, sem um entendimento mais apurado de seu desenvolvimento histórico. Da crítica da filosofia da religião de Feuerbach, passando pelo desenvolvimento do materialismo histórico até os escritos sobre a economia capitalista, Larrain (1983, p. 41) identifica a "complementaridade e progressiva complexificação" das ideias relacionadas ao conceito de ideologia na obra de Marx, que pode ser entendido como um mecanismo de ocultação (e consequente reprodução) das contradições de tal organização social – exploração e dominação por parte da classe burguesa, relações essas apresentadas como de plena liberdade e igualdade entre as pessoas. Tais contradições não serão resolvidas no plano das ideias, ou da consciência – e aqui a justificativa de sua crítica da filosofia alemã –, mas na atividade prática (crítica, revolucionária) da humanidade; e a superação desse estado de coisas levará, por efeito, ao fim da ideologia.

Entende-se, dessa maneira, como o conceito de ideologia em Marx se apresenta de uma forma negativa, porque crítica, e restrita, pois se apresenta no singular, não se referindo a quaisquer ideias advogadas pela classe dominante mas particularmente àquelas que sustentam ou justificam tal organização das relações sociais. Igualmente importante no que se refere a esse último ponto, conforme destacam Mullins (1972) e Larrain (1983), é a sua concepção histórica do desenvolvimento humano que leva uma compreensão diversa das contradições inerentes às relações sociais no modo de produção capitalista. É preciso evidenciar, contudo, que a interpretação aqui apresentada não está livre de problemas e controvérsias, como sugerido por Larrain (1983): é preciso pensar por que, apesar de Marx avançar uma concepção negativa de ideologia, vários autores inseridos em sua tradição conceberam o conceito de maneira neutra ou positiva atribuindo ideologias (no plural) a diferentes classes na sociedade, por exemplo[10]; o problema da definição exata de alguns conceitos centrais para compreender ideologia, como *contradição* e *inversão*, e sua relação com a *luta de classes* – já

[9] Utilizamos a expressão 'noção de ideologia' pois, como o próprio autor reconhece, nem sempre o termo aparece literalmente nos escritos de Marx, como é o caso na obra *O Capital*. Assim, remete-se a ideias que compõem um entendimento do conceito, tal como utilizado em momentos anteriores do seu desenvolvimento intelectual. Reconhece-se que tal procedimento não está livre de problemas, como trata Gerring (1997, p. 962) a respeito da perspectiva da "história intelectual" na definição do conceito.

[10] Com diferentes tratamentos e gradações, podem ser mencionados os exemplos de Lenin, Lukács, e Gramsci, tratados em alguma medida na própria obra de Larrain (1983). Parte da justificativa no que refere aos autores do início do século XX é atribuida à tardia publicação integral da obra *Ideologia Alemã* de Marx e Engels, que se deu apenas nos anos 1930.

que esses termos são usados com diferentes amplitudes em sua obra; do que exatamente se conforma a superestrutura e como se dá a sua determinação pela base; e, por fim, a questão de se um conceito crítico de ideologia, tal como empregado por Marx, não poderia voltar-se contra a sua própria teoria, a julgar pela coerência e sistematicidade dos fundamentos de sua crítica. Com base nessas e outras divergências diversos estudiosos que se detiveram posteriormente sobre a categoria ideologia buscaram adotar perspectivas mais amplas e plurais, tão ou menos críticas quanto a de Marx (Freeden, 1996; Strath, 2013).

Outro importante autor que figura nas considerações sobre a história do conceito, e que buscou elaborar um entendimento mais amplo de ideologia, é Karl Mannheim. Sua obra *Ideologia e Utopia* pode ser entendida como um programa para os estudos do que classificou como sociologia do conhecimento. Nesse sentido Mannheim (1994) compreende a ideologia segundo duas concepções, particular e total: a primeira refere-se ao nível psicológico, quando por exemplo um indivíduo manifesta ideias enganosas ou erradas de maneira não-intencional – algo, em suas palavras, entre os extremos de uma "simples mentira" e um "engano" (p. 54); a segunda concerne às ideias e representações de uma época, grupo social ou classe num determinado contexto histórico – sendo o termo *Weltanschauung* associado à composição de uma estrutura mental ou de pensamento ligado a esses diferentes níveis. Ambas possuem uma raiz histórica comum, apesar de separadas em sua análise; contudo, com o desenvolvimento histórico e político, na modernidade as concepções se fundem, momento este em que a ideologia passa de um fenômeno reduzido à psicologia (as ideias particulares de uma pessoa) para a esfera noológica ou epistemológica (conjunto de princípios adotados por uma pessoa e compartilhado com outras que compõem um grupo em determinada época). Aqui encontra-se o principal interesse do sociólogo do conhecimento: a exposição do ponto de vista mais amplo de um grupo social, sua função, e a reconstrução da base teórica que subjaz seus juízos.

Mas a principal razão pela qual Mannheim é reconhecido nas discussões sobre o conceito de ideologia é por seu relativismo. Por um lado, seu trabalho se aproxima da tradição marxista quando identifica uma gênese social da ideologia – porém desvinculada de um grupo ou classe social específico – e mantém um entendimento negativo do fenômeno – dada a persistência da concepção particular, e a vinculação da ideologia a ideias, formas de pensar provenientes do passado, que entram em conflito com as necessidades do presente (Mullins, 1972; Freeden, 1996). Por outro, entende a ideologia como como produto dos diversos grupos sociais em conflito presentes numa determinada sociedade e contexto histórico – generalizando a ideologia como fenômeno social (Freeden, 1996) – e postula que "todo conhecimento histórico é conhecimento relacional, e só pode ser formulado com referência à

posição do observador" (Mannheim, 1994, p. 63). Segundo esse entendimento não existe uma perspectiva privilegiada a partir da qual a crítica das outras ideologias possa ser feita. Toda consideração sobre princípios políticos ou visões de mundo adversárias está fundada em um ponto de vista particular. Considerando assim que todo sistema de pensamento deve ser colocado em questão, sob uma análise sociológica, o próprio marxismo não seria exceção de acordo com Mannheim (Breiner, 2013). Tal posição, e a busca de uma sociologia do conhecimento livre de avaliações e juízos de valor, dá origem ao que Geertz (1989, p. 164) classificou como o "paradoxo de Mannheim" em que a fronteira entre ideologia e ciência torna-se indefinida.

Seja da contribuição de Mannheim em reconhecer as ideologias como produto e 'instrumento' de grupos sociais particulares, seja do desenvolvimento de perspectivas críticas e alternativas do conceito dentro da tradição marxista, nas décadas seguintes desenvolveria-se todo um debate acadêmico envolvendo diversos autores. Nota-se nessa passagem a persistência da ideologia como conceito plural, tanto no estudo de estruturas e sistemas específicos de pensamento, como na busca da conexão entre princípios e prática política (Strath, 2013). Trataremos mais a frente sobre o pensamento de Antonio Gramsci que se insere nessa transição e apresenta um entendimento mais amplo de ideologia – convergente com a concepção programática que visamos adotar. Antes disso, abordaremos brevemente algumas controvérsias contemporâneas sobre o conceito a partir da tese do 'fim das ideologias' formulada entre as décadas de 1950 e 1960 até alguns estudos sistemáticos mais recentes, elaborados na década de 1990.

Nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, muito se discutiu sobre o extremismo político-ideológico representados pelo fascismo e nazismo. Com o final do conflito, a expectativa de uma parcela dos intelectuais era de que o mundo estaria entrando num período de moderação e que o consenso tanto em nível nacional como internacional nos países do Ocidente atenuaria a polarização ideológica (Freeden, 1996). Autores como Raymond Aron (1962), Daniel Bell (1960), Seymour Martin Lipset (1960), Edward Shils (1958), entre outros, argumentaram que a 'era das ideologias' tinha chegado ao fim. O motivo estava na exaustão das ideias políticas ligadas às diferentes vertentes ideológicas, a desilusão com as tentativas radicais de mudança social e principalmente a convergência à moderação dos e das cidadãs, mais preocupados com uma política que atendesse suas necessidades imediatas de bem estar e qualidade de vida[11] (Lane, 1962; Jost, 2006; Strath, 2013).

[11] Tratando sobre a crítica da Escola de Frankfurt à sociologia do conhecimento Jay (1974, p. 84) observa que este grupo, igualmente, teve a sua versão da tese do 'fim das ideologias'. Ela se originava "de sua convicção que

Contemplando um entendimento estreito de ideologia, associada a posições extremas, e isentando o próprio consenso liberal-democrático e o pragmatismo político de qualquer viés ideológico (Freeden, 1996), tais análises não tardariam a demonstrar seus limites com a explosão de mobilizações ocorridas nos anos 1960 pelos direitos civis nos EUA, revoltas estudantis e populares que tiveram um marco no ano de 1968. Como se sabe, a própria ciência política produzida nesse período nos Estados Unidos estava distante da objetividade e neutralidade advogada por seus praticantes, e a própria tese do 'fim das ideologias' comprovou-se por si mesma ideológica (Feres Jr., 2000; Ball, 2004).

Encaminhando para o final dessa subseção destacamos dois recentes e influentes tratamentos sobre o conceito que nos auxiliaram em uma definição particular. A obra *Ideologies and Political Theory* de Michael Freeden (1996) se destaca no campo da ciência política como um desdobramento da renovação nos estudos sobre o conceito de ideologia, expressa, para citar algumas vertentes, na perspectiva da história conceitual, da virada linguística e dos estudos culturais a partir dos anos 1970 (Strath, 2013). Trata-se, igualmente, de um esforço teórico para apresentar a ideologia como um objeto legítimo de estudo, como fenômeno intelectual e mesmo a ser entendido como um 'subcampo' dos estudos sobre a filosofia política (Freeden, 1996). A perspectiva adotada, para além dos aspectos causais (como uma ideologia veio a se conformar) e funcionais (qual o seu propósito ou papel), se dedica à semântica, ou seja, qual o conteúdo, as implicações e concepções de um conjunto particular de valores políticos e suas conexões conceituais. Dessa forma, entende-se que as ideologias são "configurações distintivas de conceitos políticos", sendo seus portadores capazes de criar "padrões conceituais específicos a partir de um conjunto de combinações indeterminadas e ilimitadas" (p. 4). Tais padrões são fomentados por meio de diferentes formas de 'pensar politicamente', dependentes ainda do contexto histórico e cultural no qual se desdobram. Em suma, o objetivo do autor foi o de "promover uma abordagem específica para o estudo do pensamento político e ressuscitar a análise das ideologias como um grande ramo do conhecimento sobre a política" (p. 7).

De interesse para este trabalho, além do que foi exposto, é também o entendimento do conceito avançado por Freeden. Em sua concepção ideologias são "sistemas de pensamento político, frouxos ou rígidos, deliberados ou não-intencionais, por meio dos quais os indivíduos e grupos constroem um entendimento do mundo político no qual... habitam, e então agem de acordo com aquele entendimento" (1996, p. 6). Considerando que mesmo nos

---

a sociedade liberal estava sendo substituida por um 'mundo administrado' quase totalmente, no qual justificações ideológicas não eram mais necessárias".

estudos sociológicos e culturais o conceito implica, de maneira central ou periférica, relações de poder, o termo 'ideologia política' seria uma tautologia segundo essa perspectiva. Assim, a ideologia deve ser entendida como um fenômeno generalizado e persistente dado que uma sociedade dificilmente funcionaria a contento sem algum de seus possíveis papéis como de "legitimação, integração, socialização, ordenação, simplificação e orientação à ação" (p. 22). Julgamentos, avaliações e concepções referentes ao que se espera de uma boa comunidade são igualmente orientadas por meio dessas estruturas interpretativas. Um último elemento a se destacar é o fato de que as ideologias possuem, em alguma medida, fundamentos racionais, lógicos, ainda que com frequência apelem também às emoções: "As ideologias não eliminam com a razão. Todas as principais ideologias... requerem algum grau de reflexividade e coerência interna" (p. 29). É exatamente nesse ponto que se encontra a fronteira entre ideologia e filosofia, ambas como categorias do pensamento social que se utilizam, para a sua constituição, dos 'mesmos materiais' (conceitos políticos), mas com papel e público distintos (cf. 41-46). Tal é o motivo pelo qual Freeden empreende uma perspectiva morfológica no estudo das ideologias, "identificando, descrevendo e analisando" seus componentes constituintes e a relação entre eles (p. 48).

Para além da construção de um método de estudo das ideologias, Gerring (1997) empreende uma análise definicional buscando estabelecer um denominador comum a partir das diferentes tentativas de conceitualização do conceito. Parte-se do princípio de que, apesar da proliferação de pesquisas sobre ideologia na atualidade, não foi possível estabeler um conceito unívoco ou definição geral dadas as diferentes perspectivas e explicações do fenômeno. Cinco maneiras de compreender e estudar ideologia são destacadas pelo autor: operacionalização (o estudo da ideologia no que se refere a como ela se manifesta no público em geral); re-arranjo terminológico (abandono do conceito de ideologia e utilização de outros termos, como sistemas de crenças, visão de mundo, filosofia, entre outros); história intelectual (a derivação do conceito a partir da obra de um ou mais autores, ou dentro de uma tradição intelectual); etiologia (quais as origens, causas e transformações pelas quais passam as ideologias); e multivocalidade (aceitação dos múltiplos sentidos que o conceito adota no conjunto da literatura). Todas essas perspectivas possuem limites, conforme pontuado por Gerring caso a caso, contudo o principal problema é a impossibilidade de deduzir uma definição satisfatória a partir desse conjunto. Não se tratou em sua pesquisa de obter um conceito definitivo ou a 'melhor conceitualização', esforço este já empreendido e insuficiente para dirimir as contendas, mas de apresentar um 'mapeamento' dos diferentes atributos associados à ideologia e de identificar aquele que compõe o seu cerne e lhe é indispensável,

independente da perspectiva adotada pelo pesquisador ou pesquisadora. Nota-se assim a contribuição do estudo no oferecimento de subsídios para estudos focados e mais coerentes.

Somos apresentados então com um *esquema definicional compreensivo* composto, a partir do conjunto da literatura, por sete categorias associadas a diferentes atributos e formas de tratamento do conceito de ideologia. São elas: localização, objeto de estudo, sujeito, posição, função, motivação, estrutura cognitiva/afetiva (Gerring, 1997, p. 967). Sem nos aprofundarmos ponto a ponto em cada um desses elementos e seus desdobramentos destacamos aqueles que mais convergem com a perspectiva adotada nesse trabalho. Quanto ao objeto de estudo a ideologia aqui certamente se refere à política (2a)[12] na medida em que trataremos das diferentes concepções adotadas pelas pessoas no que tange à conformação societária na qual se inserem – e correspondentes projetos de manutenção, reforma ou transformação. Entende-se ainda que a ideologia possui o papel[13] de motivar à ação (5d), contendo uma intenção "prescritiva" ou "programática", ainda que não seja o impulso o fator central mas o fundamento ou guia para a ação como veremos mais a frente (p. 972). Outros elementos importantes em algum grau são a coerência interna (7a), contraste externo (7b) e estabilidade (7f), atributos esses que o próprio autor reconhece a recorrência nas diferentes utilizações do conceito na literatura – primordialmente o primeiro (p. 980). Para além do esquema proposto, e a identificação do atributo 'coerência interna' como central, Gerring finaliza o artigo defendendo a conveniência da utilização de um conceito que evite englobar atributos contraditórios, que seja diferenciado de termos correlatos e sinônimos – para que não se confunda com eles – e que seja específico ao contexto aplicado. Para ele, em síntese, "não é razoável tentar elaborar uma definição de ideologia única, para todos os propósitos, utilizada para todos os períodos, lugares e objetivos" (p. 983).

Tomando o esquema elaborado por Gerring como guia, adotamos nesse trabalho um entendimento orientado em especial pelo atributo da motivação concebendo a ideologia como conceito programático. Nesse sentido, acompanhando autores que seguem essa perspectiva, entendemos a ideologia como um sistema de ideias que apresenta uma interpretação, e/ou diagnóstico da realidade social, e orienta ou guia a ação com base nesse juízo com vistas a

[12] A exemplo do autor, e de forma a facilitar a busca no texto original, indicamos a categoria (número) e atributo (letra) ao mencionar cada elemento.

[13] Ao afirmar que a ideologia possui uma 'função', é conveniente recuperar uma passagem de Larrain sobre o assunto (1983, p. 42, grifos no original): "Ao dizer que o efeito da ideologia é de ocultar contradições [na teoria de Marx] estou apenas 'atribuindo uma função'. Tal declaração não carrega a implicação de que a ideologia existe *porque* ela oculta contradições. Ela apenas estabelece *qual* é o efeito da ideologia. Isso não requer uma posição funcionalista".

concretização de um determinado projeto de boa comunidade ou mudança social[14]. Em acordo com esse ponto de vista Mullins (1972) argumenta que a ideologia revela uma maneira de conceitualizar o processo histórico e orienta as pessoas a agirem para sua mudança ou manutenção. Na medida em que seus ideais estão associados a "programas concretos e estratégias que possuem relevância social imediata" a ideologia é mais do que um objeto de contemplação intelectual (p. 506). Assim ela informa a ação política, simplificando e reduzindo a complexidade de ideias e contextos a proporções compreensíveis, tornando-a possível. E no que se refere à função que lhe é atribuída mais importante do que "provocar a fazer" é o fato de que a ideologia "dá uma causa pela qual fazer" (p. 509). Em suma, Mullins define o conceito como

> um sistema logicamente coerente de símbolos que, dentro de uma concepção da história mais ou menos sofisticada, vincula a percepção cognitiva e evaluativa da condição social de um indivíduo – especialmente seus prospectos para o futuro – a um programa de ação coletiva para a manutenção, alteração ou transformação da sociedade (p. 510).

Importa evidenciar, assim, o papel da ideologia no que se refere a fundamentação da prática política. Seliger (1979, p. 116), por exemplo, destaca que a ideologia "abrange ideias pelas quais os homens postulam, explicam e justificam meios e fins da ação social organizada, e, especificamente, ações políticas". Como conjuntos de ideias orientados à ação que compõem sistemas relativamente coerentes[15], em sua análise as ideologias compõem-se dos elementos de "descrição, análise, prescrições morais, prescrições técnicas, implementos [possíveis] e rejeições", sendo a ordem desses um indicador conjectural do processo de interpretação e 'resolução' de um dado acontecimento social (p. 127). Já Geertz (1989, p. 188) observa que, a exemplo de outros padrões culturais (religião, estética, ciência, entre outros), a ideologia funciona como um programa que fornece um "gabarito ou diagrama para a organização dos processos sociais e psicológicos, de forma semelhante aos sistemas genéticos que fornecem tal gabarito para a organização dos processos orgânicos". Na medida em que as pessoas constroem ideologias, "imagens esquemáticas da ordem social", elas fazem de si mesmas 'animais políticos' (p. 190). Em suma, as ideologias constituem "mapas de uma

[14] Pode-se argumentar que a perspectiva adotada é demasiado restrita à política não contemplando outros fenômenos sociais mais amplos. Hamilton (1987), por exemplo, considera que um entendimento de ideologia orientado à ação cinge-se no máximo a um subconjunto de uma categoria que é mais ampla. Sua tentativa de obter uma definição mais abrangente, contemplando diferentes elementos comumente associados ao conceito, contudo, não distoa em grande medida de nossa compreensão: "Uma ideologia é um sistema de ideias, crenças e atitudes coletivamente adotado, normativo e reputadamente factual advogando por um padrão particular de arranjos e relações sociais, e/ou voltado para justificar um padrão particular de conduta, que seus proponentes buscam promover, realizar, perseguir ou manter" (p. 38).

[15] Para uma análise alternativa do conceito de ideologia em Seliger, cf. Thompson (1984, p. 76-83).

realidade social problemática e matrizes para a criação da consciência coletiva", motivando a ação (p. 192). Por fim McClosky (1964, p. 362, grifos no original), alguns anos antes, apresentou uma definição compatível com a de Mullins a partir do conjunto da literatura:

> *sistemas* de crenças que são elaborados, integrados e coerentes, que justificam o exercício do poder, explicam e julgam eventos históricos, identificam o certo ou errado em política, colocam em movimento as interconexões (morais e causais) entre a política e outras esferas de atividade e promovem guias para a ação.

Ao adotar esse entendimento do conceito de ideologia revela-se frutífero para esse estudo articulá-lo com as contribuições teóricas de Antonio Gramsci. Desde o período anterior ao cárcere, em seus escritos políticos, o autor tinha em conta a importância da noção de ideologia, quando tratou por exemplo da "necessidade de uma preparação ideológica das massas" (1978, p. 21). Aqui, Gramsci já manifestava que é no campo da ideologia que as massas constroem a sua consciência das condições a que está sujeita na sociedade burguesa. Destacava ainda a importância dos intelectuais do Partido Comunista no fomento de ideias e no trabalho teórico já que o proletariado, por óbvio, não iria adquirir consciência e compreender a totalidade das relações sociais existentes de um momento para outro mas apenas no processo revolucionário e na mudança prática do seu modo de viver. Por fim, fala-se da "luta na frente ideológica" (p. 25) que deveria ser travada com outros grupos da burguesia no que se refere à interpretação social e atividade teórica. Percebemos aqui, portanto, além de um entendimento neutro do conceito de ideologia, indicações do que seria desenvolvido por Gramsci em seus difíceis e precários anos na prisão, a partir de uma leitura inovadora porém não contraditória das formulações de Marx (Liguori, 2017).

Compreende-se em grande medida o entendimento de Gramsci, e as controvérsias às quais se dirige com relação ao conceito de ideologia, a partir de sua leitura do prefácio de 1859 de Marx à *Contribuição à crítica da economia política*. Nesse breve texto, que sintetiza a teoria do materialismo histórico, Marx postula de maneira marcante que "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina a consciência" (2008, p. 47). Destaca ainda que é sob as formas ideológicas que "os homens adquirem consciência desse conflito [de classes] e o levam até o fim". Dessa forma, são as contradições presentes no atual modo de produção que explicam a ideologia, ou consciência de uma época, "pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção" (p. 48). Ainda que frequentemente citadas, importa recuperar essas passagens na medida em que auxiliam a interpretar, entre outros pontos, a oposição de Gramsci a

entendimentos reducionistas do conceito, conforme destacamos no início, como mera ilusão, "'pura' aparência, inútil; estúpida, etc." (1999, p. 237). A ideologia é um fenômeno não-arbitrário, que provém da realidade objetiva, e é melhor compreendido em seu desenvolvimento histórico – e aí se encontra a contribuição de Marx na transição de uma ciência das ideias de viés fisiológico para o estudo de sistemas de ideias (p. 207).

Mais do que isso, a noção de ideologia em Gramsci adota um sentido eminentemente político[16] a partir de sua leitura do prefácio de Marx. Realizando uma distinção entre ideologias arbitrárias, como fenômeno individual e fortuito, e ideologias orgânicas, historicamente constituídas, o autor se refere às segundas manifestando que "elas 'organizam' as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc." (1999, p. 237). Em outro ponto, em uma crítica da concepção de ideologia adotada por Croce, Gramsci afirma que as ideologias "são construções práticas, instrumentos de direção política" (p. 387). Em sua perspectiva, o próprio marxismo se constitui como uma superestrutura[17], "terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir" (p. 388). Entende-se assim, de maneira particular, o potencial do conceito na prática política ainda que para que melhor se compreenda a noção de ideologia no conjunto de sua obra seja necessário considerá-la dentro de uma "constelação de conceitos" (Filippini, 2016, p. 17) como de hegemonia, bloco histórico, senso comum, folclore, religião, concepção de mundo, entre outros, que serão melhor explorados na sequência (cf. 1.2).

Em síntese, repassamos aqui as principais controvérsias e autores relacionados à história do conceito, encaminhando uma definição de ideologia compatível com a concepção de esquerda que adotaremos no restante da pesquisa. Como veremos no prosseguimento dessa seção, o termo esquerda está relacionado à formação de tradições e a consequente constituição de programas políticos que seus aderentes buscam realizar em diferentes graus e de diversas maneiras – especialmente no que se refere à organização de seus grupos e práticas. Ao adotar o entendimento exposto buscamos, ao mesmo tempo, superar a frequente indefinição do conceito na literatura da sociologia política nacional e sublinhar a sua concretude e materialidade – para além de abordagens que ressaltam seus elementos ideais, emotivos ou

[16] "Nessa perspectiva ideologia é um específico 'sistema de ideias' ou 'a concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, na lei, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva'. Mas ideologia é mais do que a concepção do mundo ou um sistema de ideias; ela também tem a ver com a capacidade de inspirar atitudes concretas e dar certas orientações para a ação" (Larrain, 1983, p. 80).

[17] "Existe, porém, uma diferença fundamental entre a filosofia da práxis e as outras filosofias: as outras ideologias são criações inorgânicas porque contraditórias... A filosofia da práxis, pelo contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições" (Gramsci, 1999, p. 388).

irracionais. A ideologia não se restringe ao plano das ideias, a um objeto de contemplação intelectual como vimos em Mullins (1972), mas se relaciona fundamentalmente com ações políticas concretas e, como veremos mais a frente, com a constituição de projetos políticos hegemônicos segundo uma leitura gramsciana. Feita essa fundamentação estamos aptos a resgatar a história da esquerda e suas principais apreensões teóricas.

### *1.1.2. Um denominador comum para um conceito polissêmico*

Tendo apresentado a noção de ideologia adotada neste trabalho passamos a tratar mais especificamente sobre a díade esquerda-direita. Nessa subseção nos ocuparemos com a história da clivagem a partir do contexto francês e com o debate a respeito de uma possível definição ou denominador comum em torno do qual se diferenciam a esquerda e a direita. Fundamentaremos nossa abordagem em um número reduzido de autores, úteis ao desenvolvimento teórico pretendido, elencando tanto alguns que foram pouco abordados no Brasil no tratamento do tema (como Marcel Gauchet) como outros que demonstram-se canônicos nos trabalhos que tratam sobre a díade (Norberto Bobbio). Tal discussão, que se atentará aos principais fatos sem entrar nos pormenores dos acontecimentos políticos e históricos citados, busca orientar a apreensão do conceito de esquerda política em conjunto com as subseções seguintes.

Quando se trata sobre a origem da díade é frequente a referência ao período da Revolução Francesa. Pouco se enfatiza, contudo, que os termos levaram mais tempo para fixarem-se no léxico político e serem utilizados, mais do que para indicar o lado da Assembleia em que determinados indivíduos se posicionam para indicar uma opinião ou voto, como termos que implicam em identidades políticas específicas. No que segue, para tratar sobre a história da díade a partir da França, amparamo-nos em um estudo realizado por Gauchet (1996), historiador recorrentemente referenciado no que se refere à historiografia da clivagem[18]. No capítulo ao qual recorremos o objetivo do autor foi de investigar o processo de estabelecimento da terminologia, a questão da sua universalidade e difusão da França para outros países e, indiretamente, compor a história da democracia e do governo representativo com a qual a díade se interrelaciona. Trata-se enfim de um estudo histórico-antropológico que dá conta da formação da tradição, cultura e memórias políticas num contexto específico.

[18] Entre as obras consultadas na elaboração da pesquisa, podem ser mencionados autores como Bobbio (2011, p. 28), Cochrane (2015, p. 10), Lukes (2003, p. 606), Noel e Therien (2008, p. 14-16). Exceto pelo ensaio de Velasco e Cruz (2015), não foi possível encontrar nenhum trabalho nacional que tenha dedicado significativa atenção à sua obra no que concerne à história da clivagem.

Dentro da perspectiva adotada a Assembleia Nacional Constituinte de 1789-1791 pode ser entendida como um ‘falso início’. Naquele momento, como é sabido, a dinâmica da tomada de decisões ou posições políticas envolvia o deslocamento físico para, ou posicionamento em, alguma parte da Assembleia – embora a designação ‘topográfica’ de esquerda e direita nesse sentido não fosse um elemento novo conforme destaca Gauchet (1996) na comparação com relatos sobre o funcionamento do parlamento inglês naquele período. Algum tempo foi necessário para que o comportamento dos participantes constituísse um padrão, interpretado e mencionado pelos observadores mesmo em um sentido ‘geográfico’. Em agosto de 1789, Duquesnoy falava sobre uma parte da Assembleia que defendia fortemente as ideias de liberdade e igualdade, enquanto o Barão de Gauville identificava outra parte como fiel à religião e monarquia (p. 243-244). Observa-se enfim que os termos ‘a esquerda’ e ‘a direita’, no que se refere a tomada de posição em votações de determinados temas, começaram a aparecer (ainda que esporadicamente) a partir de dezembro daquele ano, em relatos e reportagens. Nesse ponto os rótulos não se apresentavam propriamente como identidades políticas mas começaram a circular para dar conta da prática parlamentar e dos acontecimentos no Legislativo – mantendo-se em uso mesmo após a sua dissolução.

A Revolução Francesa pode ser entendida então como o momento instituidor da díade ainda que não em termos substantivos e que também estivesse em contradição com a expectativa daqueles que nela se envolveram. A divisão que ocorria na Assembleia, e se reproduzia no público que compunha as galerias, era vista de maneira negativa frente a um ideal de união – a conformação de uma vontade geral na tomada de decisões – e de que os representantes tomassem decisões ponderadas e esclarecidas independente do ‘calor dos acontecimentos’ e influência externa. Isso se demonstra pela tentativa dos deputados, em 1795, de votar uma medida que determinaria a cadeira (ou posição) a ser ocupada pelos mesmos por meio de sorteio a ocorrer todos os meses – após longos debates sobre o potencial nocivo da influência do público nas decisões dos representantes (Gauchet, 1996). Contra Sieyès, que argumentava que o fenômeno da divisão política era inerente à conformação de um governo representativo, a opinião majoritária naquele momento era a de que a clivagem deveria ser abolida como um elemento pernicioso para o bom funcionamento da Assembleia. Esse paradoxo reafirma a ideia de um ‘falso início’ e não propriamente o começo (p. 247).

Alguns anos a frente no período da Restauração (1814-1830) a díade seria colocada em movimento por meio da dinâmica parlamentar na monarquia constitucional e no confronto, por vezes literal, entre ultramonarquistas e liberais. Registra-se que naquela época os partidos

demonstravam princípios duradouros, ainda que fossem compostos por diferentes vertentes. Ocorria aqui um fenômeno que já se manifestava na Assembleia Revolucionária: a constituição de um centro com pretensões políticas mais moderadas. A possibilidade de estabelecer coalizões com o apoio de deputados menos radicais de ambos os campos, apesar das posições das alas extremas, viabilizava a formação dos governos e dava a tônica de seu funcionamento. O conhecimento desse processo e a preocupação em reconhecer as posições políticas dos representantes que compunham o parlamento fomentaram o uso dos termos esquerda e direita para além do âmbito institucional. Assim, passaram a ser utilizados regularmente em jornais, panfletos e no debate público dos anos 1819-1820 (Gauchet, 1996). Nos anos seguintes o confronto entre monarquistas reacionários e liberais democratas tomaria formas mais violentas reforçando a ideia de um país dividido entre passado e futuro ou entre "duas nações" (p. 251). Tal polarização, consequentemente, permitiu a emancipação da díade com relação a disputa parlamentar e eleitoral para tornar-se uma categoria "de entendimento político" enraizada e difundida (p. 252).

A ocasião em que os termos da díade tornaram-se categorias identitárias se apresentaria nas décadas seguintes em uma sucessão de acontecimentos e mudanças políticas de grande envergadura no contexto francês. O que se observa de maneira geral é que não obstante os intervalos revolucionários e da alternância entre formas de governo republicanas e imperialistas dos anos 1830 a 1910, da Monarquia de Julho a Terceira República, o conflito político caminhava para se organizar segundo uma forma democrática. Por isso a associação entre o assentamento e adoção substantiva dos termos esquerda e direita e o desenvolvimento do governo representativo faz tanto sentido naquele período denominado por Gauchet como a "era das massas" (1996, p. 253). A instituição do sufrágio universal em 1848 estimulou a adoção de identidades políticas que, a princípio, espelhavam-se na oposição entre vermelhos e brancos, representados respectivamente por socialistas/democratas e reacionários. Mas essa clivagem se apresentava demasiado absoluta separando dois campos, se não "implacavelmente opostos", inimigos de fato (p. 264). A vantagem da díade, e daí as razões pelas quais se estabeleceu, era que mesmo que seus termos fossem carregados de paixões políticas se apresentavam como marcadores neutros. Eles serviram tanto para identificar-se partidariamente como para localizar-se no campo político que se apresentava naquela sociedade – considerando que as nuances possíveis em cada campo eram incompatíveis com categorias herméticas como vermelhos e brancos.

Compreende-se melhor esse fenômeno observando alguns eventos políticos ocorrentes entre o final do século XIX e início do seguinte. A ascensão e fortalecimento do movimento

socialista levou a um reposicionamento dos partidos e grupos políticos – tanto dos existentes como daqueles que foram criados naquele momento. Apesar da natural confusão nas tentativas de interpretar, localizar e compreender os princípios e interesses políticos de cada um deles os termos esquerda e direita serviram nesse processo como categorias que auxiliavam em uma avaliação mais inteligível: "eles restauraram uma identificação estável para a confrontação, ao preço da relativização dos termos opostos" (Gauchet, 1996, p. 259). Flexível e prática, a díade absorvia significados conforme se desdobrava o enfrentamento político sem que uma definição absoluta fosse possível ou desejável. Além disso, os ícones de esquerda e direita serviram também como um mecanismo de unificação simbólica para que campos igualmente fragmentados – reformistas e socialistas na esquerda, nacionalistas e antiseculares na direita, para citar alguns exemplos – pudessem estabelecer alianças e solidariedades. A necessidade de um referencial, considerando a diversidade presente em cada lado – sendo esta última derivada do conflito de classes, mais do que de princípios –, tornava a díade conveniente para dar conta da disputa política naquele período: é porque esquerda e direita comportavam diferentes partidos que eram termos fundamentais e não existiriam naquele contexto se existissem apenas dois lados bem definidos (1996, p. 261). Não é coincidência portanto que o passo definitivo para o estabelecimento da díade tenha sido dado no decorrer da controvérsia relacionada ao caso Dreyfus (1894-1906)[19]. Este último levou à polarização da sociedade francesa opondo grupos políticos concentrados em dois campos a respeito de questões como nacionalismo, religião, justiça, entre outras.

Uma última vantagem histórica da díade sobre outras classificações existentes naquele momento foi a sua confluência com o desenvolvimento do governo representativo na França. Se, como vimos acima, existia uma duradoura tradição republicana que entendia os representantes políticos como portadores da vontade geral da nação por meio de um ato delegativo dos cidadãos, a eleição, o desenvolvimento da democracia na França trazia a ideia e a reivindicação de que a representação deveria refletir as divisões de classe, grupos e interesses presentes no conjunto da sociedade, aproximando – e não separando – o parlamento

[19] Alfred Dreyfus (1859-1935), judeu, era capitão do exército francês em 1894 quando foi acusado e condenado pelo crime de "alta traição". Ele foi acusado de enviar um bilhete anônimo direcionado a um militar da embaixada alemã em Paris. A respeito do caso, Consolim *et al* (2016, p. 26-27, grifos no original) escrevem que existe "uma relação inegável entre o antissemitismo difundido pela imprensa no período e o destino de Alfred Dreyfus. [Sua] condenação sumária... a recusa em se rever o processo, a falsificação das provas, a estigmatização e a perseguição aos defensores de Dreyfus não deixam dúvidas que o exército não estava imune às representações associadas aos judeus... A imprensa teve uma participação fundamental no recrudecimento da opinião, uma vez que, no fim do século, inúmeros jornais eram abertamente antissemitas e condenavam a presença de judeus em órgãos estatais. O ódio ganhou dimensão política quando tais sentimentos se expandiram aos *dreyfusards*, atacados como traidores da nação".

do corpo político (Gauchet, 1996). O conflito e as oposições políticas, então, caminhavam para ser entendidas pelos cidadãos de maneira geral como fatos comuns do governo representativo. Isso implicou numa mudança no próprio papel do voto, antes um ato de delegação, para um ato de identificação política. A complexificação da sociedade e do debate político exigia do cidadão a iniciativa e um conhecimento mais amplo para que então pudesse "se definir, identificar-se, situar-se no terreno político" (p. 264), tornando-o assim mais que um espectador mas um ator ou analista. Nesse ponto os termos esquerda e direita serviram como um modo de identificação propiciando que as pessoas pudessem marcar lugar e compreender sua posição relativa, os princípios e interesses dos adversários nos quais se fundam o dissenso. Tornava-se claro, então, que o vocabulário proveniente da disputa parlamentar tinha se difundido no conjunto da sociedade constituindo uma cultura ou tradição política. A díade, pode-se dizer, foi produto "de um momento histórico bem definido" (p. 266).

Do exposto, pode-se ter a impressão de que todo esse processo se desenrolou sem grandes problemas e contradições, o que não é o caso, e pode ser constatado também no período entre a Primeira (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É preciso destacar, primeiramente, que nem sempre a díade foi central em todas as disputas políticas que ocorreram até então, sendo às vezes instrumentalizada nos períodos eleitorais e logo em seguida abandonada – quando o público questionava a adoção dos termos e sua pertinência para compreender a política parlamentar. Além disso, nem todos os grupos adotavam pacificamente os termos da díade: se no pós-1910 houve a centralidade do conflito entre comunistas e fascistas no contexto francês, que sustentou a utilização dos termos nas ações e na interpretação dos acontecimentos, ambos os campos buscavam associar a eles novos sentidos ou mesmo questionar a divisão. Observa-se que setores da esquerda atribuíam grande ênfase na inevitabilidade do conflito político (ou conflito de classes), enquanto outros da direita revelavam um ideal de união social (ou ênfase na ideia de nação) e desdém pelo antagonismo; alguns postulavam que a divisão apenas mantia a regularidade da política na sociedade burguesa, não indo além de sua materialidade, enquanto outros se diziam "nem de direita nem de esquerda", para utilizar um termo de Georges Valois em seu livro 'O Fascismo' de 1927 (Gauchet, 1996, p. 273). Apesar de desmerecida, a díade continuava dando conta da realidade política naquela época, com a agravante polarização interna aos campos que levava à constituição de três esquerdas e três direitas[20], reproduzindo a divisão usual entre

[20] "Em uma tal situação, aquela de uma democracia vivendo com o desafio do seu próprio direito de existir, temos uma cisão de princípio tanto na direita como na esquerda entre um partido para o qual preservar a

esquerda, centro e direita. Se o "legado revolucionário definiu os extremos", entre aqueles de aspiração revolucionária e contrarrevolucionária, tais subcampos traduziam diferentes princípios e práticas em relação a eles, moderados ou radicais (p. 279).

A partir dessa breve síntese entendemos, portanto, que o enraizamento da díade na França esteve associada ao fluxo dos acontecimentos históricos e políticos. Esquerda e direita são termos carregados de significados e memórias, além de constituirem instrumentos cognitivos recorrentemente utilizados. A pergunta sobre a sua difusão e apropriação em outras partes do mundo é respondida provisoriamente por Gauchet pela capacidade da díade de encarnar tanto as identidades associadas a determinados grupos como as bases e contradições do confronto político numa sociedade – vindo a servir como "pontos de referência" (1996, p. 288). Em comunidades diversas e perpassadas por grandes divisões políticas, os polos da díade oferecem às pessoas um parâmetro para a compreensão do dissenso, para a tomada de posição e, além disso, um nexo simbólico com a sociedade de que fazem parte – na ausência de outros referenciais coletivos próprios de formações tradicionais. Não se pode descartar ainda que na modernidade, a partir das Revoluções Inglesa e Francesa, vieram a tona questões que contrapõem individualismo e holismo, emancipação e dominação, liberdade e igualdade, que acabaram por orientar os termos do confronto político seja na Europa ou além. Ainda que pela normatização da luta política em sociedades democráticas a díade já não se apresente com frequência como um antagonismo forte e substantivo, "o que foi perdido em paixão foi ganho em funcionalidade": seus termos orientam a ação e entendimento das disputas e não nos deixam perder de vista a inevitabilidade da oposição entre diferentes projetos de sociedade (p. 297). Compreendemos então que o significado que esquerda e direita adotam a depender do contexto em que se aplicam é dependente, assim como na história francesa, dos acontecimentos, conflitos, memórias e das diferentes tradições políticas que se constituem

---

competição democrática é fundamental e outro partido que se engaja naquela competição (com suficiente ímpeto, ademais, para dominá-la) com o único propósito de acabar com ela. Existirá também, muito provavelmente, um partido intermediário buscando obter um compromisso entre a aspiração ideológica para uma solução definitiva e a realidade democrática. Em outras palavras existirão três esquerdas e três direitas. Uma esquerda radical (no sentido francês do relativamente moderado Partido Radical), confiando na República em si para resolver a questão social; uma esquerda Comunista, comprometida com a revolução e a socialização da propriedade; e, entre as duas, uma esquerda Socialista aspirando conciliar o coletivismo doutrinário com a prática republicana. Na direita existirá uma direita liberal (novamente no sentido francês de *libérale*) fervorosamente apoiadora da livre iniciativa e do livre mercado; uma direita tradicionalista, preocupada com a necessidade de restaurar uma ordem hierárquica solapada pelo individualismo (e dividida em si mesma entre *anciens* e *modernes*, reacionários clássicos nostálgicos pela monarquia e fascistas mais confiantes na nação e no líder do que em um rei como fonte de coesão orgânica); e entre as duas uma direita autoritária, ansiosa para reconciliar soberania popular com os imperativos supremos de governo" (Gauchet, 1996, p. 276-277, grifos no original).

nesses locais, remetendo de alguma forma a uma origem comum – a qual buscamos apresentar acima.

Como mencionado no início fundamentamo-nos numa perspectiva majoritariamente histórico-antropológica sobre o estabelecimento e significado da díade no contexto político francês e que, como tal, pouco se engajou na tentativa de definir o conteúdo de seus termos. De fato, para Gauchet (1996) o poder da díade e a razão de esquerda e direita terem se estabelecido está justamente em sua abertura e flexibilidade no que diz respeito aos significados que lhe são atribuídos – ainda que continuem mantendo um vínculo memorial com acontecimentos anteriores e auxiliem na racionalização de um nexo histórico entre os conflitos do passado e do presente[21]. Sua preocupação portanto foi dar conta de como os termos foram utilizados e sua simbologia na história política francesa. Compreensivelmente, dada a sua leitura do processo de estabelecimento da díade confluente com o desenvolvimento da democracia e da moderação política, Gauchet não se detém sobre as possibilidades em termos de projetos de sociedade próprios de cada campo e processos políticos mais amplos que estão em funcionamento no curso da história da díade, para além do contexto francês – elementos que serão em parte tratados na sequência deste capítulo. Partindo dessa abordagem, que poderia ser classificada com o entendimento de esquerda e direita como "recipientes vazios" que adquirem conteúdo na experiência prática das pessoas, passamos a tratar na sequência sobre a busca de um "cerne essencial" para os termos (Cochrane, 2012, p. 8-9), segundo a obra de Norberto Bobbio.

Na década de 1990, após a queda do regime soviético, a consolidação do neoliberalismo em escala global e da retração dos estados de bem-estar social nos países do Norte, tanto na opinião pública como no âmbito acadêmico se difundia a ideia que os termos (ou as ideias de) esquerda e direita estavam em declínio ou em vias de desaparecer. Por um lado, postulava-se que já não era mais possível interpretar a luta política em contextos democráticos por meio da díade, já que seus partidários ou não atuam coerentemente de acordo com os princípios de sua ideologia ou não conseguem dar conta dos problemas atuais segundo marcos políticos ultrapassados. Por outro, dada a preponderância da direita e a consequente crise da esquerda, argumentava-se que estávamos em uma época livre de ideologias e prontos para superar e ir além da clivagem por meio de um consenso sobre as questões políticas práticas. Bobbio (2011), escrevendo em um período de eleições legislativas na Itália em 1994, busca refutar

[21] Assim, em acordo com o entendimento de Lukes (2003, p. 602), esquerda e direita poderiam ser consideradas como "classificações que são tanto cognitivas como simbólicas: elas garantem o entendimento pela interpretação e simplificação das complexidades da vida política [e] estimulam emoções, ativam memórias coletivas e induzem lealdades e inimizades".

esses e outros argumentos demonstrando a pertinência e durabilidade da díade na contemporaneidade. A política possui uma natureza conflitual e é comum que as partes em dissenso se concentrem em lados contrapostos, ontem e hoje. Esquerda e direita, ainda que não sejam distinções perfeitas e nem as únicas, continuam servindo para dar conta da realidade política. Se o que se observa é, apesar das circunstâncias, que os termos são recorrentemente mobilizados pelos atores e atrizes é porque além de funcionarem como categorias cognitivas e simbólicas persistentes existem no fundo elementos fundamentais que auxiliam a identificação das diferenças entre os campos. Em sua obra tratou-se então de identificar, por meio do método analítico e recuperando um sentido comum a partir da literatura política, critérios mínimos (ou uma essência) que diferenciassem os polos da díade.

Diversos autores e autoras se engajaram na tentativa de elencar os elementos que dão base para a distinção entre esquerda e direita. Oposições como entre progressistas e tradicionalistas, liberais e conservadores, estatistas e liberistas, ou emancipação e tradição, igualdade e hierarquia foram mobilizadas para dar conta do critério diferenciador entre os termos. Bobbio (2011) realiza uma avaliação crítica dessas investidas, por exemplo, observando que algumas delas são problemáticas – como aquela entre emancipação e tradição já que não se tratam de opostos. Da mesma forma, não é possível apreender a díade contrapondo termos como revolucionários e contrarrevolucionários ou extremistas e moderados. Tanto a esquerda como a direita contemplam pessoas que divergem quanto aos meios, ainda que os fins sejam comuns a cada campo – e, isso considerado, seus "extremos se tocam" segundo o autor[22] (p. 71). Outro limite, em sua visão, refere-se àquelas abordagens que acabam por adotar um juízo de valor, opondo um dos termos como positivo a outro negativo em seu elemento definidor, comprometendo uma explicação analítica – e na prática política, qualquer um deles pode adotar um valor a depender da posição de quem lhe atribui. Em suma, considerada a literatura, Bobbio reconhece que o critério da igualdade, além de recorrente, é o único "que resiste à usura do tempo, à dissolução a que estiveram sujeitos os

[22] Bobbio, que se reconhece como um 'moderado', possui a convicção de que tanto a extrema direita como a extrema esquerda são igualmente, e poderia-se dizer patologicamente, antidemocráticas. Como resultado, a única prática política que se constitui normal ou legítima é aquela que se conforma aos marcos da democracia liberal – conclusão esta que será melhor considerada a frente. Com base na exposição de Bianchi (2005) pode-se interpretar que a identidade entre esquerda e direita nessa dimensão se fundamenta em um entendimento de que, para Bobbio, o comunismo como tal – e mesmo o projeto teórico do marxismo – coincide com o regime stalinista em todo o autoritarismo que este último encarnou. Assim, tal ponto de vista se ampara não somente em uma equivalência espúria mas em uma leitura parcial e fragmentada da teoria marxista (Boron, 2006). Por fim, poderia-se perguntar como um projeto igualitário poderia redundar em uma sociedade autoritária. A raiz do problema, como veremos, está na concepção restrita de liberdade adotada pelo autor.

outros critérios" postulando-se como o elemento que pode melhor sintetizar e organizar os sentidos da diferença entre esquerda e direita (p. 110).

Segundo esse registro, portanto, o confronto entre os polos da díade se dá entre igualitários e inigualitários. Sendo o conceito de igualdade relativo, diferentes grupos e pessoas podem ter um entendimento diverso ao responder três perguntas que dão conta de suas variáveis: "entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?" (Bobbio, 2011, p. 113). Tendo como base esses juízos, a esquerda tende a ser mais igualitária enquanto a direita mais inigualitária. Ainda que a completa igualdade dificilmente seja alcançável ou desejável, a esquerda se aproxima desse ideal buscando tanto quanto possível eliminar as desigualdades provenientes da convivência social – somos "mais iguais do que desiguais" e grande parte das desigualdades são sociais. A direita, pelo contrário, possui a concepção de que somos "mais desiguais do que iguais", que as desigualdades são provenientes da natureza "e, enquanto tais, ineliminâveis" (p. 121), e valoriza a diversidade daí resultante. Ao identificar aqueles autores que mais se alinham com tais posições Bobbio elenca respectivamente os nomes de Rousseau e Nietzsche: "A mesma corrupção que, para Rousseau, gerou a desigualdade, gerou para Nietzsche a igualdade" (p. 122). A condenação das desigualdades pelo igualitário é seguida pela exaltação das desigualdades pelo inigualitário, ou seja, em linhas gerais, enquanto a esquerda entende as desigualdades como perniciosas para a boa conviência e desenvolvimento humano a direita interpreta que as desigualdades possuem o potencial de promover o desenvolvimento da sociedade.

A liberdade, conceito tão importante na história política quanto a igualdade, constitui em conjunto com a autoridade um segundo eixo de definição. Essa noção, de maneira similar, também pode ser entendida de diferentes maneiras a depender do objeto a qual se refere (liberdade de impedimentos, liberdade de ação, entre outras) e sua extensão, podendo ser incompatível com a igualdade em determinadas ocasiões – a realização de um ideal pode limitar a de outro, embora essa não seja a regra. Compreende-se ainda, em sua perspectiva, que liberdade e igualdade não são conceitos simétricos, já que o primeiro apresenta-se como um *status* e o segundo indica uma relação – o que implica que a liberdade constitui-se como um bem individual[23], fator este que produz consequências políticas na oposição com a

[23] Percebe-se assim que a concepção de liberdade adotada pelo autor é restrita, mas não é a única possível. Tratando sobre a liberdade em Marx, Tavares (2016, p. 104) observa que "o sujeito da liberdade... é o ser genérico, categoria que guarda uma ideia de universalidade e de reconhecimento mútuo entre integrantes de uma mesma espécie. A liberdade, para Marx, reporta-se a uma espécie capaz de (re)construir o mundo natural por meio de sua ação produtiva solidária, a qual ocorre segundo vínculos de mútuo reconhecimento e permite a realização, universal, daquilo que é próprio do humano e o especifica em relação à natureza. Não se trata, portanto, como ocorre em outras tradições, de um direito a ser declarado, de uma conquista política abstrata, de

igualdade (Bobbio, 2011). Feitos tais esclarecimentos o autor indica que se não é possível conceber a distinção entre esquerda e direita segundo a díade liberdade-igualdade, já que podem existir vertentes mais ou menos libertárias em cada campo, o par liberdade-autoridade atravessa ambos os polos, diferenciando extremistas e moderados em cada um deles. Seria possível então dividir o espectro em quatro partes: extrema-esquerda (igualitários e autoritários), centro-esquerda (igualitários e libertários), centro-direita (inigualitários e libertários) e extrema-direita (inigualitários e autoritários). Os extremos entrariam em acordo na oposição ao gradualismo, à moderação e garantia de liberdades como aquelas garantidas pelos sistema democrático, em prol da realização de um projeto alternativo de sociedade que só pode ser colocado em prática por meio de expedientes violentos.

Trata-se portanto de uma abordagem que buscou deduzir analiticamente do conjunto de escritos políticos os critérios de diferenciação entre esquerda e direita e, ao fazer isso, afirmar a sua pertinência na contemporaneidade. Bobbio (2011) faz isso tanto ao enfatizar o caráter conflituoso da política que leva a uma lógica frequentemente dicotômica como ao recuperar as noções de igualdade e liberdade de modo a (re)estabelecer as bases de entendimento dos termos da díade. Vale destacar ainda que em sua concepção os termos não se reduzem ao plano das ideias mas "indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade" (p. 50). Entendida a sua matriz, e o fato de que em determinados momentos históricos outros critérios possam ser provisoriamente adotados, nada impede que os termos continuem dando conta mesmo de questões atuais, como a ecologia, frequentemente mencionada para desmerecer a clivagem[24]. Dado o fracasso do socialismo real, o domínio da economia política capitalista, e a persistência da igualdade como ideal mesmo no discurso político *mainstream* – diante dos

---

uma resultante de medidas redistributivas ou de um elemento inerente a indivíduos concebidos como mônadas". Tal é o fundamento que permite reconhecer uma teoria política que perpassa todo o desenvolvimento teórico do alemão, contra as proposições que insistem em reconhecer um 'jovem' e um 'velho' Marx, uma 'fase política' e uma 'fase econômica', ou mesmo a completa ausência de uma teoria política em seu pensamento, como o faz Bobbio (Boron, 2006).

[24] Buscando contrapor autores e autoras que postulam a existência de um grande número de temas e opiniões na atualidade que não se conformam a uma divisão dicotômica do espaço político, Bobbio (2011) reconhece que a questão é pertinente mas que ainda assim pode ser contemplada nos marcos da díade ao se reconhecer um espaço central intermediário entre os polos. Duas concepções seriam possíveis: a do *terceiro incluído*, em que coexistem dois lados com um intermediário convivendo entre eles e separando-os, e a do *terceiro inclusivo*, que "tende a ir além dos dois opostos e a englobá-los numa síntese superior, e anulando-os portanto enquanto tais" (p. 56). Ainda que se possa conceber um centro, e até mesmo que ele ocupe a maior parte do espaço em determinados momentos, faz-se necessária a referência à esquerda e direita para a sua definição e portanto "o cinza não elimina a diferença entre branco e preto" (p. 53). Veremos na seção seguinte um exemplo marcante do terceiro inclusivo nas formulações de Giddens no que se refere à terceira via.

efeitos mais deletérios da global economia de mercado – Bobbio demonstra que esquerda e direita persistem e tendem a manter-se no pensamento e na prática política.

Entre autores e autoras que negam a relevância e utilidade da díade; que consideram válida a distinção mas adotam outros critérios; e que utilizam os termos, aprovam o critério do autor mas discordam que ele seja suficiente, o último conjunto aparece como o mais saliente dentre as obras consultadas no desenvolvimento deste trabalho. Lukes (2003), ao buscar definir uma esquerda típica a partir de elementos essenciais, concorda que a luta contra a hierarquia e as desigualdades dela provenientes definem a sua matriz, a partir do Iluminismo. "A esquerda é, nessa concepção, um projeto crítico e fortemente igualitário" (p. 612), contudo, dada a abertura de entendimentos sobre esse conceito e o seu abandono ou traição no curso das lutas sociais, é necessária uma definição mínima e que dê abertura para compreender as diferentes 'famílias' que compõem o campo. Assim, propõe o *princípio da retificação*[25] como aquele que melhor diferenciaria esquerda e direita: a primeira estaria comprometida com a compensação e correção de injustiças do passado e do presente, enquanto que a segunda se coloca na oposição a esse juízo. Já Noel e Therien (2008) vão mais longe na defesa da igualdade como critério de diferenciação ao postular que, desde a ascensão do Estado moderno no século XVIII, a política global pode ser entendida como um debate entre esquerda e direita. Em diferentes contextos históricos, questões referentes à democracia, guerra e paz, capitalismo e socialismo, colonialismo, economia mista, Estado de bem-estar, entre outras, foram enquadradas por partidários em disputa segundo entendimentos distintos do ideal de igualdade. A única divergência com relação a Bobbio refere-se à utilização do termo inigualitário como sinônimo da direita moderna, já que na concepção dos autores "os dois lados reivindicam a autoridade moral da igualdade, mas de maneiras diferentes" (p. 19) – o que poderia ser exemplificado na controvérsia norte-americana sobre as ações afirmativas nas universidades.

Uma crítica mais substantiva pode ser derivada da resenha de Perry Anderson (2011), incluída nos apêndices da obra de Bobbio. Nela são apresentados questionamentos referentes tanto à argumentação quanto ao cotejamento de seu conteúdo com o contexto externo. Sua principal alegação é, por um lado, que na prática política da Europa dos anos 1990 a oposição da esquerda às desigualdades – ou a negação de sua funcionalidade positiva – é frágil,

[25] "O projeto da retificação pode ser expresso em uma variedade de maneiras – na linguagem dos direitos ou do conflito de classes, como uma história da expansão da cidadania, justiça ou democracia, ou como uma luta contínua contra a exploração e opressão; ele pode assumir inúmeras formas organizacionais, baseadas em partidos ou movimentos, pode ser elitista ou democrático, estatista, sindicalista ou insurrecionário, pode ser reformista ou revolucionário, baseado no consenso ou militante, integrativo ou sectário, e seus constituintes podem ser compostos estreita ou amplamente" (Lukes, 2003, p. 612).

considerando que a diferença entre políticas implementadas pela esquerda e pela direita é cada vez menor[26]. Por outro, isto considerado, que é difícil realizar uma "axiologia de valores políticos sem uma referência coerente ao mundo social empírico" (p. 170). Ainda que concorde no fundamental, a manutenção e utilização dos termos, Anderson chama atenção para o risco de reduzir a defesa da esquerda (ou da igualdade) a termos puramente axiológicos sem um vínculo real com "processos materiais e projetos sociais" (Anderson, 1998, p. 91). Num quadro como esse, e sem uma compreensão mais apurada sobre os processos histórico-políticos em desenvolvimento na contemporaneidade, o confronto entre esquerda e direita reduziria-se à retórica e aos marcos da democracia liberal. Da mesma forma que a negação da clivagem serviria para ocultar antagonismos patentes quanto ao que se concebe como uma boa sociedade, a defesa da igualdade limitada à questão de "administrar o modelo socioeconômico hegemônico nas sociedades ocidentais" e mitigação das desigualdades dele provenientes restringiria o horizonte estratégico de esquerda[27] (Safatle, 2012, p. 14). Em suma não é possível, como faz Bobbio, encerrar a disputa ou naturalizá-la como algo próprio da sociedade democrática, sem conceber a legítima possibilidade de construção e engajamento em projetos alternativos de sociedade para além da economia política capitalista – e da democracia procedimental.

Da discussão precedente emergem elementos úteis para encaminhar uma definição do conceito de esquerda política e para o estudo de seu campo no Brasil. Para além do reconhecimento da origem da díade, a exposição sobre sua história revela a dinâmica em que os termos esquerda e direita se associam com os conflitos e acontecimentos historico-políticos em determinados contextos. Mostra, ainda, como eles servem de mecanismos constituidores

[26] A resposta de Bobbio quanto a este ponto pode ser resumida na ideia de que, no fundamental, ainda é possível perceber em algumas das políticas implementadas pela esquerda uma aspiração igualitária. O fato da esquerda institucional se diferenciar menos da direita atualmente, no que se refere às políticas implementadas, não eliminaria o critério mas apenas evidencia a fragilidade da esquerda no atual contexto.

[27] Da mesma forma que os autores citados anteriormente Safatle (2012) enfatiza fortemente o ideal da igualdade. Em sua obra, expõe que a defesa radical e inegociável do igualitarismo, da universalidade e da soberania popular devem ser os elementos fundamentais de um pensamento e prática política que se reivindique de esquerda. Tal postura implicaria no combate das desigualdades sociais e econômicas – sua principal luta política – e o reconhecimento indiferente às diferenças. Quanto a este último, o autor assevera que "nossas sociedades devem ser completamente indiferentes às diferenças... pois o que nos faz sujeitos políticos está para além dessas diferenças" (p. 34). A questão sobre como contemplar a pauta identitária e das diferenças em um programa de esquerda não é um ponto pacífico e está aberta, como demonstra a resenha de Avelar (2012). Por um lado, é preciso reconhecer que as discussões programáticas por vezes encerram-se em referenciais estranhos à realidade brasileira e latino-americana, o que leva à desconsideração de temas relacionados a indígenas e quilombolas, por exemplo. Por outro, para além da controvérsia sobre qual é a 'verdadeira' luta política (da classe trabalhadora ou das minorias, exclusivamente ou não), e passado algum tempo do lançamento do livro, pode-se perceber concretamente como o identitarismo pode conduzir a uma lógica individualista e sectária (Tavares, 2016) ou ser instrumentalizado por setores reacionários da direita (Haider, 2017), fatos estes que corroboram com o argumento construído por Safatle.

de identidades – e, consequentemente, programas políticos –, mais do que instrumentos cognitivos utilizados para interpretar o dia-a-dia da política nacional. Tais intuições serão oportunas no desenvolvimento do estudo no que se refere à história recente do campo da esquerda e a interpretação dos recentes acontecimentos políticos, confluentes ou não com a constituição de uma nova hegemonia. Por fim, o debate em torno da tentativa de Bobbio em definir um denominador comum para a díade indica um possível tratamento do conceito de esquerda. Seu mérito se encontra na defesa da pertinência dos termos na política contemporânea e o reconhecimento do critério da igualdade como central, ainda que encontre limites ao definir a sua segunda dimensão, liberdade-autoridade, restringindo o confronto político legítimo aos termos da democracia liberal – e igualando os extremos da esquerda e direita. Nas subseções que seguem encaminharemos uma definição mais ampla de esquerda, primeiro recuperando o debate ocorrido no final do século XX que negava o significado dos termos esquerda e direita no contexto posterior a queda do muro de Berlim e, em seguida, tratando sobre as controvérsias em torno da hipótese esquerdista que permitem uma interpretação a respeito de seu atual projeto político.

### *1.1.3. A infirmação do conceito na teoria política do final do século XX*

> No tempo dos nossos avós, muitas pessoas sensatas podiam prever um futuro socialista luminoso no qual teriam sido abolidos a propriedade privada e o capitalismo e no qual a própria política seria uma coisa ultrapassada. Hoje, ao contrário, mal podemos imaginar um mundo radicalmente melhor do que o nosso ou um futuro que não seja essencialmente capitalista e democrático. Evidentemente, dentro dessa moldura muita coisa pode ser melhorada... Mas não podemos visualizar um mundo essencialmente diferente do atual e ao mesmo tempo melhor (Fukuyama, 1992, p. 77).

Entre o final dos anos 1980 e início dos 1990 mudanças significativas em escala global forneciam elementos para as mais diversas interpretações sobre o novo século que se aproximava e mesmo sobre o futuro da humanidade. Termos e conceitos como de globalização, modernidade reflexiva, sociedade de risco e sociedade do conhecimento, para citar alguns exemplos, davam o tom das leituras e prognósticos de então. No debate político sobresaíam questões referentes ao fim da Guerra Fria, do regime Soviético, e a consolidação do capitalismo em sua forma neoliberal em detrimento dos Estados de bem-estar social. Em um contexto, além disso, em que a forma democrático-liberal se expandia em diversos países, na esteira da chamada terceira onda de democratização (Huntington, 1994), tudo corria como um *remake* do imediato pós-Segunda Guerra em que diversos autores postulavam o início de uma era livre de ideologias. Na perspectiva de alguns e algumas intelectuais, com o fim do

Comunismo e o declínio do *welfare-state* o ‘marxismo’ e a esquerda perdiam seu lugar na vanguarda da humanidade e deveriam ceder espaço ao modelo que preponderou, já que não restavam mais alternativas viáveis e seus quadros interpretativos e respostas aos problemas políticos atuais já se encontravam defasados. A epígrafe acima dá conta de um desses autores, que será tratado na sequência, mas não distoa fundamentalmente do que foi escrito também por dois outros, Jurgen Habermas e Anthony Giddens.

A famosa tese do ‘fim da história’ foi inicialmente apresentada em um artigo publicado em 1989. Nele, Francis Fukuyama oferece uma leitura das tendências relevantes daquela década e que levavam a entender que a vitória do liberalismo político e econômico estava a se consolidar com a exaustão das alternativas oferecidas por outras ideologias. Não se tratava de um período ou processo histórico qualquer mas do fim da história como tal, último ponto da evolução ideológica, e a consagração e universalização da democracia liberal como forma de governo da humanidade (1989). A teoria da história de Hegel, e sua reinterpretação por Kojève, davam base para esse entendimento ao identificar a derrota da monarquia prussiana pelas tropas de Napoleão em 1806 como o ponto em que os ideais de igualdade e liberdade provenientes da Revolução Francesa se estabeleciam. Assentava-se então a tendência de universalização do Estado democrático segundo esses princípios últimos – que não necessitavam mais ser aprimorados mas apenas implementados em maior ou menor medida. Enfatizando o papel das ideias e da consciência, em uma perspectiva hegeliana e contra o materialismo histórico, Fukuyama argumenta que o liberalismo moderno venceu como ideologia – num entendimento amplo – e que tal modelo oferecia as melhores respostas para as contradições da vida humana, desbancando outras ideologias concorrentes como o fascismo e o comunismo no curso da história recente. Em suma, os “princípios fundamentais da organização sociopolítica” (p. 15) já estavam dados desde 1806 e, ainda que nem todos os países os tenham realizado em toda sua plenitude, não ocorreu a proposição e implementação de nenhum modelo alternativo de sociedade diferente e superior a forma liberal. O descrédito do ‘marxismo-leninismo’ na União Soviética e na China, a generalização do livre mercado global e a tendência a diminuição dos grandes conflitos entre os Estados traziam a expectativa de que a história alcançava seu ponto terminal.

Dois anos a frente esse argumento foi expandido em uma obra que aprofundaria a releitura da história moderna segundo um viés hegeliano – com apoio em sua noção de luta pelo reconhecimento. Dentro dessa concepção a história é entendida como um “processo único, coerente e evolutivo”: ainda que sua trajetória não seja linear é possível interpretar o fluxo dos acontecimentos segundo condições materiais e ideais que se apresentam em

determinadas ocasiões (Fukuyama, 1992, p. 14). Assim, o fim da história não significaria que não ocorreriam mais acontecimentos mas que chegamos ao desdobramento último de princípios e instituições que se estabeleceram em um episódio específico, o advento da era moderna. O desenvolvimento da ciência e tecnologia, que culminou no capitalismo, e da luta pelo reconhecimento, que se realizou após diversos conflitos históricos na sociedade democrática[28], deram base para o entendimento que no final do século XX restava apenas expandir os ideais da liberdade e igualdade e generalizar a democracia liberal como forma de governo na maior parte do mundo. O último estágio da história humana não seria então, como postulado por Marx, uma sociedade sem classes, mas uma organização societária capitalista. Ainda que essa interpretação seja na maior parte apologética da atual organização sócioeconômica e política, suas conclusões não são das mais agradáveis: a humanidade que se constitui nesse contexto seria 'menos humana' na medida em que se contenta com o reconhecimento universal e igualitário, a autoconservação, o consumismo e com os cálculos econômicos, suprimindo a ousadia, a inventividade, o auto-sacrifício e mesmo o ímpeto revolucionário. É paradoxal portanto que Fukuyama finalize ambos os escritos com a expectativa de que tal cenário, extendido por séculos a vir, estimule as pessoas a colocarem a história em movimento novamente.

Concluindo essas breves considerações, compreende-se que na teoria de Fukuyama, com a plena vitória do liberalismo e em um mundo 'desideologizado', não caberia mais à esquerda nenhuma pretensão de oferecer um modelo alternativo ou melhor mas apenas adotar os princípios que foram estabelecidos. Reconhece-se que as desigualdades são ineliminávels em uma economia capitalista e a liberdade democrática não é de todo extensiva mas nenhuma outra conformação chegou tão longe na satisfação das necessidades das pessoas. Em verdade, o maior perigo nas sociedades liberal-democráticas é atribuir um reconhecimento igual a todas as pessoas, que não são iguais (1992). Nesse ponto o autor se revela como o 'tipo ideal' de Bobbio (2011) no que se refere à direita: existem desigualdades naturais entre as pessoas que não podem ser compensadas e a desigualdade não é de todo perniciosa para a sociedade – é da busca pelo sucesso, de ser o melhor ou a melhor, que provém as maiores riquezas

[28] Para Fukuyama (1992, p. 16) "a lógica da ciência natural moderna" oferece uma interpretação parcial da história, segundo o aspecto econômico. Para dar conta da totalidade do ser humano, então, recorre à noção de luta pelo reconhecimento, compreendendo a partir de Hegel que o desejo de reconhecimento funciona como "força motora da história" (p. 20), da dialética entre senhor e escravo – que colocava os homens em constante conflito na busca por glória, poder ou prestígio – às revoluções americana e francesa que estabeleceram o reconhecimento universal e recíproco com base nos princípios da igualdade e liberdade.

materiais e imateriais da humanidade[29]. Os limites de tal teoria podem ser verificados em sua precária leitura de Marx e do materialismo histórico, de uma visão que não contempla a realidade efetiva dos países do Sul global, e da insistência na vitória 'ideológica' do liberalismo no mundo menosprezando o contexto político, relações de poder e as condições materiais que deram oportunidade para que ele prevalecesse nesse momento. Em síntese, mesmo nos países do Norte seria questionável afirmar que as contradições do modelo liberal-democrático foram equalizadas tal como faz Fukuyama, ainda que com ressalvas.

Com relação ao debate mais amplo sobre o futuro da ideia de socialismo, e o papel da esquerda política após os acontecimentos do final dos anos 1980, um paralelo produtivo entre as proposições de Fukuyama e Giddens pode ser estabelecido com Jurgen Habermas (1991 [1990]). Escrevendo quase no mesmo período em que o primeiro estreava sua tese sobre o fim da história, o alemão tratou em um ensaio sobre o significado histórico da desintegração da União Soviética e das consequentes revoluções ocorridas na Europa, incluindo a queda do muro de Berlim. Em sua perspectiva, tais eventos reforçavam a necessidade de uma revisão dos ideais de esquerda a partir de "um *ensinamento inequívoco*: sociedades complexas não podem se reproduzir se não deixam intacta a lógica de auto-orientação de uma economia regulada pelos mercados" (p. 56, grifo nosso). Tal afirmativa é coerente com o desenvolvimento teórico do autor, como se observa no texto, pelo abandono de fundamentos centrais do pensamento marxista e a adoção de um modelo societário compreendido por 'mundo da vida' e 'sistema' na teoria do agir comunicativo[30]. Em suma, precedendo Giddens, Habermas defendeu a tese de que para a esquerda era necessário superar uma teoria que não oferecia meios adequados para se compreender as sociedades tardias. Assim, seu projeto deveria se reorientar, primeiro, pela aceitação da inevitabilidade (ou dos méritos) do capitalismo e, segundo, pelo zelo na manutenção dos procedimentos democráticos e legais frente ao potencial predatório do Estado e do mercado. O socialismo como ideal já não deve mais centrar-se na superação da sociedade capitalista e da propriedade privada mas orientar-se pelo fomento do poder de controle dos cidadãos inscrito na esfera pública. Nesse sentido a queda do comunismo soviético e o advento das 'revoluções recuperadoras' abriam caminho

[29] Ao referir-se ao 'último homem', o autor dedica um capítulo às ideias de Nietzsche sobre os problemas da igualdade e do reconhecimento universal na sociedade moderna. No seguinte, manifesta que não é possível a um liberal aderir integralmente ao pensamento do alemão, mas pode-se "de pronto aceitar muitas de suas agudas observações psicológicas, mesmo rejeitando sua moralidade" (Fukuyama, 1992, p. 377). Encontra-se aí a raiz de seu diagnóstico negativo do declínio do *thymos*, do desejo ou ímpeto humano, na humanidade que se constitui no fim da história.

[30] Para uma apreensão ampla do afastamento de Habermas com relação à teoria marxista, cf. Guimarães (1999) e Tavares (2016). Os conceitos de *mundo da vida* e *sistema* também são tratados em profundidade por Tavares (p. 252-263).

para um desenvolvimento normal das democracias do Norte global exigindo uma postura autocrítica e reformista por parte da esquerda. Percebe-se, de tal modo, a convergência e proximidade das interpretações realizadas naquele contexto, advindas de diferentes regiões e de intelectuais com distintas filiações teóricas.

Um segundo autor que tratou mais específicamente sobre a pertinência da díade esquerda-direita na contemporaneidade foi Anthony Giddens (1996). Inserido nos debates de meados da década de 1990 sobre os termos aos quais nos referimos no início dessa seção, o britânico reportava-se ao contexto de mudanças em escala mundial que implicavam em riscos, incertezas e novas formas de relação entre as pessoas em uma ordem globalizada e pós-tradicional. Em uma época que estamos sujeitos a acontecimentos que são ao mesmo tempo produto da ação humana e independentes do nosso controle (Beck, 2010 [1986]), em que as tradições se enfraquecem e as pessoas estão cada vez mais informadas e autônomas com relação às suas próprias vidas, os parâmetros que a esquerda e a direita oferecem não seriam suficientes para dar um tratamento adequado para as novas questões emergentes. Segundo Giddens (1996) a esquerda, ao perder a sua referência fundamental, o socialismo, manteve-se a defender o que restava do Estado de bem-estar social e comprometeu a sua radicalidade. Contudo, era urgente contrapor o capitalismo em sua forma neoliberal se existia a intenção de preservar a cidadania, a solidariedade entre as pessoas e sua possibilidade de auto-realização. Assim, sua proposta foi uma "política radical reconstituída" (p. 21) contemplando princípios do conservadorismo filosófico além de valores que até ali estavam associados ao socialismo como pensamento político. Sua intenção com isso era oferecer respostas aos problemas e mudanças que ocorreram nas últimas décadas, se não aceitando a plena expansão e domínio do capitalismo, mitigando alguns de seus efeitos mais deletérios.

Esquerda e direita como termos de divisão política certamente continuam a figurar no debate público e na atividade parlamentar mas, segundo esse ponto de vista, já não possuem a mesma extensão e conteúdo substantivo e restam esgotados frente ao atual contexto. Tratando sobre o conservadorismo, Giddens (1996) observa que se os princípios que guiam suas condutas são a autoridade, lealdade e tradição resta muito pouco das formas sociais que seus partidários buscaram defender historicamente. Poderia-se identificar a sua persistência na valorização das desigualdades, da hierarquia e do mercado – ainda que com ressalvas a este último. Mas o fato é que as sociedades estão cada vez mais individualistas, que a família já não possui o mesmo prestígio de outrora e que as tradições estão sujeitas à influência dos fluxos informacionais em um mundo globalizado. Restaria somente a opção pelo conservadorismo filosófico em seu ceticismo e renovada defesa das instituições e tradições

como formas solidárias e portadoras de sabedoria. Já o socialismo, de pensamento e ação política radical, progressista e de vanguarda, passou a recuar sucessivamente em suas posições históricas, movimento que se acentuou no processo de queda do comunismo soviético. Composto pelas mais diversas perspectivas intelectuais a respeito da história, política, economia e revolução, seu pensamento contém diversas ambiguidades e tensões que ainda assim foram pertinentes no campo da crítica. Contudo, em seu corpus teórico e na prática política, o socialismo foi incapaz de oferecer alternativas, propostas concretas e factíveis. O planejamento econômico e o Estado de bem-estar só poderiam funcionar a contento em contextos de 'modernização simples'[31] e no final do século XX demonstravam seus limites e ineficácia. Em suma, naquele momento em que o capitalismo consolidava a sua preeminência, em ambos os campos ideológicos a questão já não era mais de conceber alternativas ou substituir tal sistema por outro, mas administrá-lo e reformá-lo. Neste ponto findou também a histórica diferenciação entre esquerda e direita (Giddens, 1999, p. 53).

Se os termos da díade já não são suficientes para interpretar as questões atuais e propor soluções, o público ao qual se dirigem já não é mais o mesmo e o 'monopólio da radicalidade' não pertence mais a ninguém, o que constituiria a dita política radical de Giddens? Trata-se, principalmente, de um programa que sintetiza alguns dos princípios atribuídos a socialistas e conservadores: dos primeiros, o valor da igualdade, a política emancipatória convertida em política de vida (ou estilos de vida), e a democratização das relações em todas as esferas da sociedade (e da sua relação com o Estado); dos últimos, a restauração de valores morais, das tradições, das solidariedades danificadas, e o abandono de um modelo de Estado que provém cidadãos e cidadãs sem contrapartidas – resumido na sua máxima "não há direitos sem responsabilidades" (1999, p. 75; 1996). O que foi chamado de 'terceira via' em outras ocasiões visa colocar em funcionamento políticas que atenuem os efeitos de fenômenos como a globalização, destradicionalização, e da crescente degradação da natureza, fatores que afetam a vida em sociedade e as escolhas individuais das pessoas. Auxiliando cidadãos e cidadãs a tornarem-se tanto quanto possível autônomos e protegendo os mais vulneráveis esse modelo propõe o estabelecimento de um intercâmbio mais substantivo entre sociedade e

[31] A modernização simples se caracteriza, para Giddens, por um momento pretérito de relativa previsibilidade do desenvolvimento econômico e industrial, em que a ciência possui um caráter progressista e inquestionável perante a sociedade, e em que as tradições ainda encontravam raízes em comunidades geograficamente segregadas. Tal marcador se opõe ao contexto tardio de *modernização reflexiva*, em que "o impacto da globalização, [das] mudanças que ocorrem na vida cotidiana e pessoal e [do] surgimento de uma sociedade pós-tradicional" afetam substancialmente a vida das pessoas e o caráter das relações estabelecidas entre elas nas sociedades contemporâneas (1996, p. 95). Em poucas palavras, a reflexividade se refere a uma situação em que "as decisões devem ser tomadas com base em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições das ações de cada um", e que, por isso, "os observadores sociais são eles mesmos socialmente observados" (p. 101).

Estado, por meio da política gerativa[32], e uma democracia baseada no diálogo que se estenda das instituições formais para outras esferas da vida social. Somando-se a esses pontos as propostas de repensar o *welfare state* e a questão da violência na contemporaneidade, certamente não se trata de um conjunto de propostas simples. Ainda assim, a radicalidade de Giddens aponta para mudanças administráveis mais do que um modelo alternativo de sociedade.

O que fundamenta as perspectivas tratadas nessa subseção, para além de uma leitura deveras generosa da atual conformação sociopolítica na qual vivemos, é um entendimento estático da díade que interdita qualquer possibilidade de pensar além do capitalismo. Tendo os fundamentos políticos e econômicos se estabelecido, restaría-nos apenas controlar os danos causados pelo mercado – como as desigualdades. A incerteza, risco e os perigos da modernidade aparecem com frequência como supostamente incontroláveis, e não como produto da ação humana por meio do atual sistema. No que se refere à política, cidadãos e cidadãs são responsabilizadas por seu próprio cuidado e bem-estar na proporção inversa em que se trata sobre a influência dos (e os benefícios obtidos por) bilionários e grandes corporações. É curioso, de acordo com Mouffe (2005), que se fale em 'democratizar a democracia' ao mesmo tempo que se nega o confronto, a política de fato. Giddens não tem "muito a dizer sobre relações de poder e a forma como estruturam nossas sociedades" (p. 50) e como tal não poderia falar de uma política radical. Se a social-democracia buscou em maior ou menor medida contrapor os efeitos do capitalismo, a terceira via retrocede e aceita os termos da atual economia política. Mais do que isso pode-se dizer que o britânico, ao propor uma política que se opusesse ao neoliberalismo, acabou por generalizar a sua lógica governativa, quando todas as esferas devem responder aos imperativos da relação entre custo e benefício e da eficiência, contribuindo para um processo de despoliticização (Wood; Flinders, 2014). Enfim, no conjunto, o que a esquerda teria a oferecer segundo tais interpretações se resume ao comunismo soviético, à defesa do *welfare* e a um reformismo 'fraco', não restando a possibilidade – ou pretenção, segundo Fukuyama – de pensar e propor um horizonte alternativo. Na sequência apresentaremos uma perspectiva alternativa no que se refere ao conceito de esquerda política, tratando sobre a hipótese esquerdista.

[32] Tal proposta se refere a uma política que permita "aos indivíduos e grupos *fazerem as coisas acontecerem*, e não esperarem que as coisas lhe aconteçam" (Giddens, 1996, p. 23, grifos no original). Para isso, é necessário que ocorra uma "descentralização do poder político" do Estado para agências que façam a mediação com a sociedade, permitindo uma maior autonomia, eficiência e previsibilidade quanto aos resultados das políticas públicas (p. 109). Sobre um possível efeito de mecanismos análogos, materializado no contexto brasileiro com a transferência da responsabilidade social do Estado para a sociedade (na forma de Organizações 'Não-Governamentais' ou 'Sociais') e na confluência perversa entre participação democrática e diminuição do Estado, confira-se Dagnino (2004).

### *1.1.4. A hipótese esquerdista*

> Mesmo que o comunismo estivesse morto, ainda é possível se recusar a 'velá-lo', recusar-se a 'trabalhar com isso', mesmo recusar-se a trabalhar em si. Seria ainda possível e desejável continuar a 'desempenhar' as melhores características do comunismo, especialmente se não existem alternativas melhores (Waite, 1996 apud Bosteels, 2011, p. 269).

> Consideremos um problema científico que, enquanto não é resolvido, pode assumir a forma de uma hipótese. Por exemplo, o "teorema de Fermat"... foi fundamental que [essa] hipótese não tenha sido abandonada durante os três séculos em que foi impossível demonstrá-la. A fecundidade desses fracassos, de sua análise, de suas consequências, estimulou a vida matemática. Nesse sentido, o fracasso, desde que não provoque o abandono da hipótese, é apenas a história da justificação dessa hipótese (Badiou, 2012, p. 10).

Até este ponto tratamos sobre perspectivas e escritos de autores que se engajaram em interpretações, definições ou na sumária negação da relevância da díade na passagem do século XX para o XXI. Mas como restaria claro na década seguinte, apesar da parcial vitória e consolidação do capitalismo em plano mundial, as contradições do atual modelo sociopolítico tornaram-se apenas mais evidentes, mais gritantes. Nos encontramos, nas palavras de Bosteels (2010, p. 53), em uma "era de terror e crise, de crise como terror", em que a racionalidade neoliberal se alastra por todas as esferas da vida, comprometendo até mesmo a democracia formal (e mínima) que tornou-se modelo no Ocidente (Brown, 2015). Em um contínuo histórico do final dos anos 1990 à atualidade pode-se observar que nos países do Norte a política institucional de esquerda pouco fez para amenizar esse quadro, se não contribuiu para a sua deterioração. No Sul, na década de 2000, tivemos uma onda de governos de esquerda nos países da América Latina que, ainda que com alguns avanços, revelaram limites e antinomias. No campo do ativismo testemunhamos um número de iniciativas desde o Forum Social Mundial no início dos anos 2000 até as mobilizações de 2011 em diante, que se iniciaram nos países árabes e estimularam manifestações em países como Grécia, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Turquia e Brasil – que tinham como alvos, em linhas gerais, os governos nacionais ou seus sistemas político e econômico, contra medidas de ajuste fiscal e austeridade (Fominaya, 2014; Gerbaudo, 2017; Ortiz *et al.*, 2013). O que essa sintética retrospectiva de acontecimentos não coincidentes ou cumulativos revela é que, persistindo a exclusão e desigualdade social, econômica e política, o confronto entre diferentes projetos de sociedade se manteve ou mesmo se acentuou nos últimos anos. E, podemos dizer igualmente, o comunismo (como hipótese) permanece como horizonte comum no campo da esquerda.

Resta então compreender como esta última se configura na atualidade de forma que o conceito de esquerda política se apresente analiticamente relevante.

Encontramos uma chave para esse entendimento nas discussões internas ao campo relacionadas ao termo ‘esquerdismo’. Ainda que o comportamento associado a essa expressão tivesse sido apontado anteriormente, como Marx e Engels quando se referiam ao radicalismo dos blanquistas (Bosteels, 2010), sua utilização foi introduzida por Lenin (1966) no panfleto ‘Esquerdismo, doença infantil do comunismo’, de 1920. Nele, ao dar conta da experiência e prática revolucionária dos bolcheviques e em que medida seus passos e estratégias poderiam ser seguidos em outros países, seu autor desfere uma severa crítica àqueles e àquelas que possuiam uma compreensão equivocada do contexto político e das ações necessárias para o sucesso de um movimento revolucionário. Dada essa limitação, os assim chamados esquerdistas se opunham à participação nos parlamentos, sindicatos e a qualquer tipo de acordo ou compromisso. Eram contrários, além disso, à centralização dos partidos na figura dos líderes, que eram contrastados com as massas, e divergiam em questões sobre a ilegalidade das ações dos movimentos. Assim caracterizada a ‘doença infantil’, Lenin recupera a história do bolchevismo em seus principais acontecimentos para argumentar incisivamente pela necessidade de um esforço de longa duração, sustentado, disciplinado, obstinado e que constitua uma “vontade única e inflexível” (p. 24). Tal empenho deve ser orientado pelo “ABC do marxismo” no que se refere à relação entre classes e partidos e a organização e coordenação interna desse último, elementos desconhecidos ou ignorados pelos esquerdistas (p. 43). A ação política, portanto, deve consistir na avaliação adequada das condições e do momento de agir, articulando as diferentes classes em sua diversidade interna e utilizar-se das táticas mais acertadas, entre avanços e recuos, da legalidade à ilegalidade. Qualquer coisa diferente disso seria um círculo de intelectuais e não um partido da classe.

Percebemos de tal forma que esquerdismo foi uma expressão utilizada naquele momento para designar os opositores do bolchevismo e ao mesmo tempo desqualificá-los – firmando a partir dali o seu sentido pejorativo. Os esquerdistas, segundo essa perspectiva, seriam aqueles incapazes de manter um trabalho longo, cuidadoso e que buscavam ‘queimar etapas’ no processo revolucionário, como se o comunismo pudesse ser alcançado e estabelecido no dia seguinte – o que Lenin compara com a tentativa de “ensinar matemática avançada a uma criança de quatro anos” (1966, p. 50). Grande parte de suas críticas são direcionadas a grupos esquerdistas que visavam romper com os partidos comunistas europeus. Sua indignação se dava pela incapacidade dessas pessoas entenderem a complexa tarefa de lutar contra a burguesia e construir um movimento de classes – quando, ao contrário,

perdiam-se em discussões estéreis. Ao rejeitar os fundamentos marxistas e o empenho na tentativa de compreender o contexto nacional no qual se inseriam, o equilíbrio de classes, a economia, a política e a cultura, entre outros elementos, afastavam-se do objetivo e encerravam-se em dogmatismo, doutrinarismo e no purismo de princípios. Para além do tom majoritariamente militarista-estratégico do texto, enfim, abundam referências à medicina igualando o esquerdismo a uma doença que será convenientemente curada, após o seu diagnóstico. Em oposição à 'infantilidade' dos esquerdistas, Lenin conclui o panfleto advogando por uma perspectiva comunista dentro do espírito da Terceira Internacional – por ele liderada –, superando as vacilações, inconstâncias e consolidando a tendência revolucionária na esteira da vitória do proletariado russo em 1917.

Tendo se estabelecido esse precedente nas décadas seguintes se desenvolveria toda uma controvérsia sobre a hipótese esquerdista, os princípios e posições políticas daqueles e daquelas que não se conformam à concepção leninista e adotam formas mais radicais ou extremistas. Em uma intervenção recente Bosteels (2010) buscou elucidar o esquerdismo contemporâneo situando o mesmo na história e na teoria do movimento comunista. Da mesma maneira que o marxismo-leninismo e o maoísmo, observa-se que o esquerdismo está igualmente fundamentado na teoria marxista – não podendo ser dispensado a priori como incorreto ou incoerente – e apresenta-se em duas formas. A primeira "envolve uma purificação da ideia marxista central de contradição, agora reduzida a uma oposição não-mediada e frequentemente anti-dialética tal como aquela que contrapõe as massas diretamente contra o Estado" (p. 40). Adota-se aqui uma perspectiva anti-totalitária e oposta a qualquer forma de centralização que, se não acaba por negar as contradições do antagonismo real, constitui um entendimento dual deste – além de uma "consciência melodramática" que opõe o 'bem' e o 'mal' (p. 42). Já a segunda tem como base o "princípio de imanência estrita, ou pressuposição recíproca, entre poder e resistência" (p. 44). Por um lado, concebe-se que é possível encontrar um comunismo latente no capitalismo de forma que não seria necessária uma ruptura radical mas apenas apreender o novo dentro do velho a partir de suas contrafinalidades (p. 46). Por outro, postula-se a "precedência ontológica" da resistência com relação ao poder – ou da rebelião frente à opressão – o que permite discernir o "potencial latente da multidão" ou das massas dentro da atual ordem (p. 48). Como se percebe a partir da exposição de Bosteels existe um elo constitutivo entre as duas formas que, em linhas gerais, apostam todas as suas fichas na possibilidade de alcançar o comunismo na atual conjuntura a partir da revolta popular e sem mecanismos mediadores.

Conforme esse entendimento o esquerdismo situaria-se na reversibilidade imanente entre poder e resistência, entre cooptar ou resistir[33]. A questão que se coloca é a viabilidade do projeto comunista subtraído de termos mediadores como o "partido, sindicatos, parlamentos e outros mecanismos democrático eleitorais" e no qual se concebe apenas "a ação autônoma das massas" (Bosteels, 2010, p. 52). Rejeitar esse problema poderia implicar no afastamento para um idealismo radical que se ampara no conforto de uma posição ético-moral supostamente superior, em um contexto de pleno domínio da política de direita. De forma a tensionar esse impasse, Bosteels recorre aos escritos e à prática do político e sociólogo boliviano Álvaro García Linera. Em sua obras encontramos um pensamento que se mostra firmemente ancorado nas proposições esquerdistas, o que fica evidente, por exemplo, nas suas noções de 'plebe' e 'potência' – a primeira reportando a termos como massas e multidão, a segunda encapsulando a rejeição a formas de representação política – e nas refererências ao Manifesto Comunista de Marx (segundo uma leitura negriana) no que se refere às imanentes "contrafinalidades do capitalismo" que abrem possibilidades para o comunismo (p. 58). Mais recentemente, contudo, ao assumir a vice-presidência da Bolívia e com base na experiência levada a cabo nesse país, Linera vem a sugerir que o Estado sob um governo popular de esquerda pode atuar como um mecanismo potencializador da capacidade organizativa autônoma da população – mantendo o comunismo como horizonte. Se é possível pensar em um 'nós' que compõe o campo da esquerda, a proposta de Bosteels (2010) é que com base em uma contínua e abrangente historicização da hipótese comunista seja feita a crítica e reavaliação do processo histórico-político quanto as experiências concretas e suas falhas e que se abandone os extremos da completa condenação de articulações da hipótese comunista com o Estado e da relativização de experiências locais para outros contextos como intrinsecamente boas ou ruins.

Do debate aqui exposto chegamos à conclusão que o desafio que se coloca para a esquerda na atualidade é, por um lado, a superação dos 'conflitos de família' e, por outro, a renovação de sua práxis no que se refere ao projeto que a orienta. As acusações e caracterizações pejorativas utilizadas uns contra os outros tanto por esquerdistas como por marxistas-leninistas e maoístas, por exemplo, não são mais produtivas do que o reconhecimento da fecundidade de algumas ideias e princípios levantados nesse debate – em

[33] De maneira análoga, Bailey (2017, p. 6) se refere ao debate em curso na esquerda sobre a questão da marginalidade e da cooptação. Por um lado, a afirmação forte de "princípios como auto-organização, autonomia ou mudança radical" pode levar a uma desconexão com a sociedade ou um público mais amplo. Por outro, uma grande disposição a se integrar e engajar nas "estruturas de poder existentes" fomenta o risco de cooptação "por essas mesmas estruturas cujas quais eles buscam mudar, já que cooperação inevitavelmente implica perpetuação". Trata-se assim de um importante dilema a ser equalizado no campo.

suma, a divisão não é inteiramente ruim para o que se propõe. O importante, e aqui chegamos ao ponto central, é orientar entendimentos do comunismo como horizonte, sem cair na tentação do purismo/idealismo ou de um esquerdismo especulativo[34]. Nesse sentido o comunismo possui como eixo a ação política que conduz à superação, abolição ou destruição da ordem estabelecida, devendo realizar-se enquanto subjetividade política por meio de diferentes mecanismos mediadores, que estão abertos a discussão – como a própria forma partido, na dialética entre seu sentido histórico e efêmero (Bosteels, 2010; 2011). Sua efetivação concreta pode ser observada onde existir o confronto dos previlégios de propriedade, da hierarquia, nas lutas por emancipação, liberdade – para além de um status individual – e igualdade[35] entre as pessoas, independente de sua identidade (Swyngedouw, 2009). Ao reconhecer esses elementos assimila-se a importância da tarefa de historicizar a hipótese comunista e romper com entendimentos estáticos ou sequenciais de sua realização prática, partindo da identificação de seus "invariantes axiomáticos" para a atualização e organização da práxis na atualidade – que, ainda assim, não está livre de controvérsias entre militantes (Bosteels, 2011, p. 239).

O projeto da esquerda política, portanto, centra-se na realização de um modelo societário[36] fundado nos princípios da igualdade e da liberdade e, como tal, diverso daquele com o qual nos defrontamos na contemporaneidade. O caráter da sociedade vindoura e a maneira como as pessoas, movimentos ou organizações empreenderão esforços para alcançá-la, como se percebe da discussão aqui realizada, está em aberto, compondo um rico e multifacetado debate. Como os acontecimentos mencionados no início dessa subseção deixam claro tal projeto está longe de se encontrar esgotado e possui sua legitimidade – independente dos erros e das tragédias que acometeram a esquerda em sua história. Tendo em conta as

[34] Em um artigo publicado anteriormente, Bosteels (2005, p. 762) trata sobre a esquerda especulativa como a tentativa de desfazer o "nó dialético entre massas, classes e o Estado, ou entre comunismo e marxismo", estabelecendo oposições categóricas, a exemplo do que vimos acima quanto a primeira forma do esquerdismo. Loftus (2014, p. 242) se fundamenta na análise de Bosteels para criticar a leitura "não dialética, pós-marxista" de Gramsci realizada por Laclau e Mouffe, rejeitando seu argumento que a teoria do marxista sardo permite um entendimento da autonomia do político, "cujas leis podem ser deduzidas por um pensamento filosófico abstrato" (p. 238). A crítica do esquerdismo em seu capítulo caminha em sentido convergente com as propostas delineadas acima no sentido de abandonar o pensamento estritamente abstrato em favor de situar e historicizar as experiências práticas de luta das pessoas e dos movimentos. Na sequência trataremos sobre obra de Laclau e Mouffe em maiores detalhes e críticas (cf. 1.2).

[35] Ao referir-se a uma passagem escrita por Badiou sobre a hipótese comunista Zizek (2009, p. 87-88) chama atenção para o cuidado em não interpretar o comunismo como uma "ideia regulativa" segundo um viés kantiano. Isso significaria adotar a igualdade a priori como um axioma. Ao fazer isso, e entender o comunismo como uma "ideia eterna", a situação que gera esse imperativo seria igualmente eterna, "ou seja, o antagonismo contra o qual o comunismo reage sempre existirá" – limitando suas possibilidades práticas.

[36] Adota-se o pressuposto que o capitalismo é um sistema global. Dessa forma, ainda que existam significativas diferenças entre as várias nações e sociedades do mundo, localizadas em diferentes regiões, tal sistema afeta a todas elas de maneira concomitante e reflexiva.

questões políticas, os antagonismos e o acirramento do confronto com os quais nos deparamos pouco além da metade da segunda década do século XXI compreende-se que o conceito de esquerda e a própria díade permanecem analiticamente relevantes. Em uma época em que o capitalismo em sua forma neoliberal encontra-se no ápice de seu desenvolvimento, e em que o comunismo volta a ser reinventado, repensado ou reformulado como uma hipótese – criticamente, para além de sua forma soviética –, o contraste entre projetos de sociedade torna-se evidente não no plano das ideias mas na própria materialidade do conflito entre seus aderentes. Se existe uma agenda de pesquisa relevante na atualidade no que se refere ao subcampo da sociologia política, é a de colocar tal conjuntura em questão e dar-lhe uma interpretação coerente – ainda que provisória.

Até esse ponto tratamos sobre as categorias centrais relacionadas ao objeto de estudo dessa pesquisa. A base se encontra em uma concepção programática de ideologia que, como vimos, se relaciona indissociavelmente com a história da esquerda e sua conceitualização em relevantes trabalhos acadêmicos. Na interseção entre o campo intelectual e o engajamento político observamos ainda tentativas de reduzir a nada o confronto entre diferentes projetos encarnados pelos campos da esquerda e da direita no decorrer da década de 1990. Ocorre que, como demonstram os recentes acontecimentos e as discussões internas ao campo da esquerda, ao mesmo tempo que o confronto político se acirra mundo afora diversos grupos, movimentos e organizações têm se engajado em (re)elaborar novas práticas políticas visando um modelo societário alternativo ao modelo capitalista. Na seção seguinte colocaremos essas categorias em movimento por meio do pensamento do marxista sardo Antonio Gramsci, o que se justifica na sua tentativa de conceber um projeto político (e uma práxis) das classes subalternas na construção teórica do conceito de hegemonia. Como veremos, tal concepção é central para compreender o confronto entre esquerda e direita e, no curso da pesquisa, será fundamental para assimilar as mudanças e possibilidades do campo da esquerda no Brasil.

### *1.1.5. Digressão: as principais vertentes da esquerda*

A discussão sobre o esquerdismo e seu contraste com a perspectiva e prática política adotada pelos bolcheviques evidencia as diferenças e divisões pelas quais a esquerda passou no último século. Como veremos também a seguir, na discussão sobre as origens do conceito de hegemonia e sua relação com os conflitos sociais, muito das discussões programáticas internas ao campo estão associadas a movimentos e manifestações políticas que tiveram lugar por exemplo nos contextos pré-revolucionário russo, antes e durante a Primeira Guerra Mundial e na década de 1960. Sem nos alongarmos demasiadamente, mas também evitando

uma possível lacuna, faz-se necessário delinear com referência a essas discussões e acontecimentos as principais tendências da esquerda. Isso porque não é possível entender como se configura o campo no Brasil sem buscar suas raízes, bases ou princípios que derivam de movimentos políticos colocados em prática em outras partes do mundo. Sendo assim, pretendemos apresentar aqui os aspectos mais significativos de cada vertente e, quando conveniente, as pessoas que estiveram envolvidas em sua formulação ou estabelecimento.

O comunismo no campo da esquerda está fundado principalmente, como se sabe, nas formulações de Marx e Engels. Ele pode se referir tanto a um movimento político da classe operária como a uma forma societária em que as contradições inerentes ao capitalismo seriam eliminadas (Bottomore, 2001). Ainda que por algum tempo, no século XIX, os termos socialismo e comunismo fossem usados de forma intercambiável, de maneira geral se atribui o primeiro ao período de transição entre o capitalismo e comunismo – sentido este derivado da obra de Marx e Engels. No curso das lutas sociais no período após a Revolução Russa de 1917 o socialismo passou cada vez mais a ser associado a movimentos e partidos moderados, pacíficos ou gradualistas se comparado aos comunistas que adotavam "uma forma de ação revolucionária visando à derrubada violenta do capitalismo" (p. 72). O comunismo, como forma societária, não foi apresentado em grandes detalhes por Marx que evitou tratar sobre o tema de forma especulativa. Mas é possível compreender de seus escritos que tal sociedade estaria fundada na eliminação da propriedade privada e consequentemente da distinção de classes, o que orientaria a plena realização do potencial humano de forma não alienada e coletiva, consumando seu caráter universal e livre como ser genérico (cf. Tavares, 2016). Dos princípios sumariamente apresentados acima procedeu um grande volume de obras e escritos a respeito da prática política que cabia ao proletariado para a superação da sociedade capitalista e da forma como se daria a transição para o comunismo.

Lenin, como já vimos, foi um dos principais líderes e teóricos do movimento comunista e norteou a constituição e prática do bolchevismo. O assim chamado marxismo-leninismo se funda principalmente no materialismo histórico e dialético, na economia política e na teoria do comunismo científico como instrumentos de análise da sociedade capitalista e se constitui como uma original e substantiva contribuição ao marxismo revolucionário (Lane, 2001b). Com recurso a esta base teórica e meios interpretativos aplicados à conjuntura imediata conduz-se uma vanguarda política por meio do partido, fundamental para fomentar a consciência da classe operária quanto ao seu papel revolucionário. A importância desse instrumento já aparecia anos antes na obra de Plekhanov, para o qual o partido "deve estar adiante do proletariado e os teóricos ortodoxos devem controlar o partido" (McLellan, 1998,

p. 76). Revela-se aqui um aspecto controverso dessa vertente, em sua ênfase na manutenção de um grupo ativo e centralizado de militantes que exerça uma função dirigente e instrutiva em detrimento da atividade espontânea dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste ponto é preciso considerar o contexto em que Lenin e os bolcheviques avançavam tais preceitos, já que o movimento revolucionário russo se desenvolveu em um ambiente repressivo sob o tsarismo – enquanto que ativistas, autores e autoras em outros países europeus frequentemente defendiam práticas democráticas na relação entre o partido e a classe (Lane, 2001a; Geras, 1996a). Em poucas palavras, o leninismo é uma corrente de esquerda que reserva uma grande importância ao aspecto organizativo e doutrinário na condução da luta revolucionária do proletariado contra o capitalismo e se apoia em uma ortodoxa interpretação da obra marxiana.

O anarquismo constituiu-se como o primeiro concorrente de esquerda do comunismo na segunda metade do século XIX. Suas primeiras elaborações remontam à obra do escritor inglês William Godwin (1756-1836). Contudo, no que se refere ao movimento socialista os fundamentos anarquistas foram traçados por Proudhon e Bakunin. O francês igualou o poder do Estado e o capital e argumentou que a emancipação das pessoas na forma de um socialismo cooperativista e federativo não seria alcançado se não livrando-se de ambos definitivamente. Já o russo "ao contrário de Proudhon... defendia a expropriação violenta e revolucionária da propriedade capitalista e da propriedade fundiária, o que levaria a alguma modalidade de coletivismo" – ideias essas que seriam aprofundadas mais tarde por Kropotkin na forma de um comunismo anarquista (Ostergaard, 2001, p. 11). No cerne de seu pensamento, portanto, está a rejeição da autoridade política encarnada nas instituições e governantes com base na ideia de que uma forma societária alternativa é possível e desejável em sua ausência – atribuindo valor acima de tudo à liberdade individual na condução dos assuntos da comunidade (Ostergaard, 1996). Em comum com o comunismo podemos observar a oposição ao capital, à propriedade privada e seu objetivo promordial – a constituição de uma sociedade sem classes. Contudo, o comunismo e o anarquismo possuem concepções fundamentalmente diferentes quanto ao caráter do Estado, da humanidade e suas relações (ou do próprio conceito de liberdade) e quanto ao esforço político demandado para se alcançar a meta – referente ao papel dos partidos e como se daria a transição para o comunismo, com ou sem o fim imediato do Estado. Uma das formas de expressão e estratégia anarquista se deu nas primeiras décadas do século XX por meio do sindicalismo[37], inclusive

[37] Entende-se que não existe contradição entre a recusa do partido político e adoção do sindicato como instrumento revolucionário. A oposição aqui se direciona a uma forma de partido centralista, burocrático e hierárquico, conforme o modelo proposto pelos bolcheviques. O anarquismo não dispensa necessariamente a

no Brasil. No contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) é possível observar a sua mais ousada tentativa, inicialmente na conquista de direitos trabalhistas e posteriormente na difusão e efetivação dos princípios de auto-gestão na indústria e auto-defesa em mílicias populares – ainda que o movimento tenha redundado em contradições que levaram ao esmagamento das organizações anarquistas e à ascensão da ditadura de Franco (Bailey, 2017).

Na passagem do século XIX para o XX começavam a despontar também perspectivas alternativas a partir do próprio campo marxista. O revisionismo alemão, expresso no debate entre Bernstein e Kautsky, indicava o surgimento de uma prática política gradualista a partir de renovadas interpretações teóricas que tomavam em conta a realidade econômica, social e política daquele contexto (McLellan, 1998). As questões discutidas envolviam a capacidade do capitalismo em se reinventar e regular, e se de fato ocorreria uma crise terminal no futuro; se estava em curso uma tendência ao empobrecimento da classe trabalhadora e consequente polarização entre as classes; e se no campo da política, dadas as condições econômicas e sociais, ainda fazia sentido falar de luta de classes em um contexto de expansão da democracia e nivelamento das condições de vida da população. Ainda que divergissem em diversos pontos quanto a esses temas, ao fim e ao cabo ambos estavam comprometidos com a política avançada pelo então Partido Socialista Alemão (*Sozialistische Partei Deutschlands*, SPD) e com a "tática parlamentar" (p. 38). Enquanto Kautsky enfatizava a necessidade do proletariado conquistar o poder e submeter o Estado a uma plena transformação democrática (por meio das instituições), Bernstein rejeitava o princípio da revolução argumentando que a expansão do capitalismo e da democracia levaria gradualmente ao socialismo. As ideias desse último seriam confrontadas anos mais tarde por Rosa Luxemburgo, que argumentou em especial que as instituições democráticas serviam mais aos interesses da burguesia do que da classe trabalhadora – não seria possível reduzir a luta do proletariado à política convencional e pontuais conquistas em direitos. Mais importante, no que se refere à proposição de estratégias revolucionárias, Luxemburgo desenvolveria uma concepção da consciência de classe que postulava a "relação 'dialética' entre as lideranças e as massas" (p. 49). Não dispensando o aspecto organizativo e da direção do movimento, ela buscava enfatizar a importância da ação autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras que se associa com a sua noção de espontaneidade e a defesa do instrumento da greve geral.

---

constituição de organizações que fomentem o contato e esclarecimento do operariado e campesinato e auxiliem na reestruturação de suas relações sociais. Poderia-se dizer que a proximidade do sindicato com a classe trabalhadora justifique seu interesse por esta forma em uma estratégia revolucionária, ainda que ela também possa se degenerar. Essa e outras críticas ao anarquismo são respondidas por Raekstad (2016).

Essa breve exposição do debate entre os chamados revisionistas e radicais ligados ao SPD permite a ligação com duas outras vertentes que viriam a se constituir posteriormente – sendo a primeira delas a social-democracia. Dado o entendimento de que as mudanças sociais, políticas e econômicas em curso na Europa no início do século XX colocavam em dúvida o paradigma da revolução ou uma crise terminal do capitalismo, alguns teóricos e militantes passaram a defender uma postura política gradualista ou reformista. Isso não significava a princípio que a classe trabalhadora deveria se contentar com a conquista de direitos e melhoria das suas condições de vida, ou com a esperança de um sistema econômico e político reformado, mas que o comunismo poderia ser alcançado pela via constitucional em detrimento do radicalismo e da violência (Coates, 2001). Foi com essa postura que os partidos socialistas ou social-democratas se engajaram na participação eleitoral. Contudo, anos mais tarde, viriam a sentir os limites inerentes ao sistema democrático: a necessidade de maiorias parlamentares para avançar as reformas necessárias demandava o apelo a um eleitorado mais amplo e alianças com outros partidos (Przeworski, 1988). Ocorreu então um processo de moderação política desses atores que passaram a se identificar mais frequentemente como trabalhistas do que como socialistas, defender programas de governo que promoviam reformas pontuais e o protagonismo do Estado na economia. Em suma, se por um lado o comprometimento com a superação do capitalismo arrefeceu em grande medida, por outro entende-se que a social-democracia ainda reconhece esse sistema econômico e político como intrinsecamente desigual e socialmente injusto advogando por isso pela intervenção estatal para amenizar ou eliminar algumas dessas desigualdades (Apter, 1996).

A segunda tendência, que em alguma medida é influenciada pelos escritos de radicais como Luxemburgo e Pannekoek, é o autonomismo. Conforme a discussão sobre o esquerdismo realizada anteriormente, as críticas à prática política e ao modelo de partido defendido pelos bolcheviques e a postura anti-autoritária de alguns militantes encontraram eco em movimentos que se conformaram a partir dos anos 1960 – ainda que Luxemburgo, por exemplo, possa não ser considerada exatamente uma autonomista (Alcoff; Alcoff, 2015). No período mencionado a esquerda passava por uma grande fragmentação sob a influência do trotskismo, maoísmo, da Revolução Cubana e do Pan-Africanismo, para mencionar algumas delas, e que redundariam não apenas no autonomismo mas também na renovação do movimento feminista – o qual trataremos na sequência. O exemplo mais marcante da prática autonomista nesse momento foi o *operaismo*, originário da oposição dos trabalhadores italianos da FIAT a um acordo entre seu sindicato e a empresa no ano de 1962. Naquele contexto esse termo se referia à "auto-organização da classe trabalhadora" (p. 226), ao

potencial dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por mudanças sociais e contava com a influência de teóricos e militantes como Antonio Negri e Mario Tronti. Dali em diante os princípios da autonomia coletiva e do anti-autoritarismo seriam difundidos por movimentos em outros países como o exército Zapatista no México nos anos 1990. Alcoff e Alcoff (2015) destacam que o autonomismo possui em comum com o anarquismo a ênfase na auto-organização, na ação direta e a rejeição de organizações como partidos e sindicatos – estes últimos considerados instrumentos centralizados e burocráticos. Diferenciam-se contudo por sua forte ênfase no aspecto coletivista da autonomia – e não a sua individualização. O autonomismo pode ser entendido como uma vertente localizada no campo do marxismo e, como tal, também não defende uma imediata abolição do Estado. Todavia entendem que a transição para o comunismo se faz pela transformação das relações sociais por meio do cultivo de formas alternativas de trabalho e expressão cultural. Alguns de seus limites se encontram na particularização das experiências de luta ao âmbito local – reproduzindo as "condições discursivas e políticas" (p. 236) na ausência de uma diretriz comum –, na rejeição de alianças táticas com outros grupos, partidos e sindicatos em prol de importantes pautas imediatas e, por consequência, na fetichização da autonomia.

Uma terceira perspectiva alternativa que foi importante para os movimentos de esquerda a partir da segunda metade do século passado, como mencionado, originou-se da obra de Leon Trotski. No período pré-revolucionário russo ele foi um dos principais oponentes de Lenin e se opôs a uma concepção vanguardista da luta revolucionária em prol do desenvolvimento da consciência de classe por meio da atividade política do próprio proletariado (McLellan, 1998). Da posterior elaboração de uma análise sóciopolítica e econômica da Rússia naquele momento, derivou uma teoria que dava conta do "desenvolvimento desigual e combinado" do capitalismo e da "revolução permanente" como estratégia a ser efetivada pela classe trabalhadora naquele contexto – retomando e reelaborando uma noção marxiana (p. 87). Em poucas palavras, o proletariado deveria considerar a sua força no então desenvolvimento das forças produtivas e econômicas, dado ainda que a estrutura capitalista e mesmo seu "ethos socio-cultural" ainda não estavam plenamente estabelecidos (p. 88). Em um país economicamente atrasado, portanto, seria possível aos trabalhadores e trabalhadoras tomarem o poder e liderarem a revolução, com um mínimo de organização, fomento de sua consciência e a construção de alianças com outras classes como o campesinato. Essa revolução não teria um caráter unitário mas demandaria sua expansão para o âmbito internacional, sendo improvável a construção do socialismo em um só país – contra a concepção stalinista que viria a ser elaborada mais tarde (Deutscher, 2001). A

partir dos fundamentos da revolução permanente e do internacionalismo, o trotskismo[38] como vertente política de esquerda trataria de formular estratégias de oposição à ordem burguesa em cada contexto. Seu objetivo primordial era dar andamento à constituição de um governo próprio da classe trabalhadora, ou seja, a ditadura do proletariado. Sua prática política valoriza os princípios "do socialismo pluralista e a crença na necessidade do controle pelos trabalhadores" (p. 395), ainda que contemple diversas concepções sobre o papel do partido – acompanhando as diferentes fases do próprio pensamento de Trotski. Pode-se afirmar, por fim, que no contexto posterior ao domínio de Stalin na União Soviética essa tradição reivindica a legítima herança revolucionária do leninismo contra a sua degeneração totalitária (Geras, 1996b).

Outro pensador e militante que daria base para se pensar uma prática revolucionária própria a contextos periféricos e mais ampla em seu escopo foi Mao Tse-tung. Durante o processo revolucionário chinês, Mao compreendeu que seria necessário elaborar uma nova leitura da teoria marxista que não aquela difundida a partir da Rússia e própria às condições do país naquele momento (Bailey, 1996). Se no início dos anos 1920 ele adotava uma posição ortodoxa, que atribuía ao proletariado industrial a vanguarda do movimento revolucionário, já no final daquela década reconheceu que o campesinato pobre do interior teria um papel primordial no sucesso da luta (McLellan, 1998). O maoísmo como vertente política encontra seus princípios nos escritos desse período sobre a necessidade de um contato orgânico entre os militantes e o povo de maneira geral, "a fé populista nas massas rurais, a ênfase voluntarista na vontade humana", a guerra de guerrilha e a oposição à burocracia e a vanguarda de uma elite intelectual (Bailey, 1996, p. 442). A revolução não foi alcançada em 1949 sem um grande esforço militar e o próprio movimento revolucionário revelou suas contradições – como as concessões oferecidas por Mao aos camponeses ricos, apesar de suas proposições para a reforma agrária (McLellan, 1998). A assim chamada 'via chinesa para o socialismo', igualmente, não foi implementada pacificamente e contemplou conflitos internos ao Partido Comunista Chinês. Após o fracasso do 'Grande salto', um ambicioso plano econômico de Mao colocado em prática em 1958, o líder revolucionário perdeu espaço e assistiu a reversão de suas medidas pela cúpula comunista. Sua reação viria em 1966 com a 'Revolução cultural', movimento que influenciou "intelectuais e estudantes radicais do

[38] Em 1938 o próprio Trotski, em conjunto com alguns partidários, fundou a Quarta Internacional, que "não se revelou um instrumento eficaz de promoção da revolução, mas desempenhou um significativo papel como estímulo para um debate mundial sobre os princípios básicos do trotskismo e para a criação de numerosos grupos... que buscavam uma estratégia revolucionária correta para o momento presente" (Deutscher, 2001, p. 309).

ocidente" por sua ênfase no confronto das massas com as "estruturas hierárquicas" do partido, "na tentativa de fazer reviver um ethos socialista" (Bailey, 1996, p. 444). Percebe-se assim como o maoísmo, apesar das antinomias da Revolução Chinesa, se conformou em uma tendência de forte apelo popular, anti-autoritária, e que também se opôs ao modelo soviético liderado por Stalin.

Pode-se dizer que todas as vertentes tratadas até aqui levam em conta, em algum grau, o conceito de classe para compreensão das lutas sociais – reconhecendo trabalhadores, trabalhadoras ou camponeses como sujeitos revolucionários – ou de sistema capitalista como gerador de desigualdades estruturais. A partir da segunda metade dos anos 1950, contudo, novos movimentos se constituiram e desafiaram essas leituras, chamando atenção para os aspectos de raça, gênero e da juventude – que, segundo esses ativistas e militantes, eram negligenciados pela 'velha esquerda' (Bailey, 2017). Ainda no ano de 1955 após uma série de acontecimentos e da escalada da violência contra os negros nos Estados Unidos, que reforçavam a normalidade da discriminação e do racismo no país, o movimento pelos direitos civis teve início no boicote aos ônibus da cidade de Montgomery, Alabama. Tratava-se da primeira de uma série de ações como *sit-ins*, *freedom rides*, marchas e manifestações que visavam desafiar a segregação, evidenciar o não cumprimento de decisões judiciais contra a sua prática, além de publicizar o racismo e as reações violentas de supremacistas brancos de modo a comprometer a reputação do governo norte-americano. Foi necessária mais de uma década de luta empreendida em "métodos disruptivos de ação direta, organização comunitária, tentativas midiáticas para envergonhar o público e a elite política a agirem" e mesmo rebeliões e mortes de vários militantes para que o movimento negro obtivesse conquistas (p. 99). Contudo, dentro e fora dos Estados Unidos o racismo, a discriminação e desigualdade racial persistem como graves problemas a serem tratados, e que demandam um comprometimento substantivo da esquerda.

Entende-se assim que o movimento negro norte-americano se integra ao que foi nomeado na literatura pelo termo 'nova esquerda', que contemplou também estudantes e feministas entre outros coletivos[39]. A valorização da ideia de democracia e da participação política pode ser considerada uma constante entre esses grupos que também dirigiram, caso a

[39] Outro movimento que se insere nessa conjuntura é o eurocomunismo, iniciado na década de 1970. Tratou-se de uma "mudança estratégica e teórica" dos partidos em vários países europeus em resposta aos mais recentes acontecimentos e ações do governo soviético e às "dramáticas transformações da estrutura social do capitalismo adiantado que se seguiram ao prolongado surto de prosperidade do pós-guerra". De modo a se aproximar novamente da classe trabalhadora e de setores médios da população, os eurocomunistas abandonaram os fundamentos da Terceira Internacional, renunciaram suas posições pró-soviéticas e definiram que o "caminho para o socialismo deve ser pacífico, democrático" e nacional. Construído como um meio termo entre o comunismo e a social-democracia, tal movimento caiu em descrédito já nos anos 1980 (Ross, 2001, p. 143).

caso, críticas ao imperialismo americano, ao totalitarismo soviético e ao sistema capitalista (Bottomore, 1996). A nova esquerda incluiu, entre outros elementos, a crítica cultural da sociedade contemporânea e sua alienação, como nos trabalhos da Internacional Situacionista e da Escola de Frankfurt, e movimentos intelectuais em diversos países, que se expressaram também por meio de periódicos como "*New Left Review* na Inglaterra, *Socialisme ou Barbarie* na França e *Montly Review* nos Estados Unidos" (Bailey, 2017, p. 104). Uma primeira referência quanto ao movimento estudantil pode ser observada no Manifesto de Port Huron elaborado pelo grupo *Students for a Democratic Society* em 1962. Nele argumenta-se pela primordialidade da mudança social e implementação de uma democracia participativa que permita aos cidadãos e cidadãs influírem nos assuntos que afetam suas vidas. Além disso, defendiam que a universidade era o local propício para o desenvolvimento da política da nova esquerda, já que os estudantes constituíam-se como "novos agentes sociais" que vinham a substituir a classe trabalhadora (p. 105). É nesse ambiente intelectual e cultural, em que as formas de luta dos grupos envolvidos influenciavam-se mutuamente, que explodem nos anos 1960 uma variedade de manifestações pelo mundo. Podem ser mencionados exemplos como o Movimento pela Liberdade de Expressão na Universidade de Berkeley em 1964 e os protestos de Paris entre 1967 e 1968 originados na Universidade de Nanterre – onde ficou evidente a oposição entre a 'velha' e a 'nova' esquerda nas negociações dos sindicatos e estudantes com o governo. De acordo com Bailey (2017), fundamentado em Katsiaficas, a nova esquerda pode ser caracterizada pela atenção a outras formas de exploração para além da econômica (racial, patriarcal, etc); por uma concepção de liberdade ampliada, abrangendo o potencial criativo e de desenvolvimento das capacidades humanas; e pela valorização da ação direta em detrimento do intelectualismo e da representação política, entre outros pontos.

No que se refere mais especificamente ao movimento feminista por óbvio sua história não se inicia nesse período. Ele encontra suas raízes em uma tradição liberal e democrática que remonta pelo menos ao século XVIII e que pode ser compreendida a partir de obras como *Reivindicação dos direitos da mulher* de Mary Wollstonecraft (1792) e *A sujeição das mulheres* de John Stuart e Harriet Taylor Mill (1869). A luta por direitos políticos e sociais para as mulheres, e a igualdade de oportunidades com os homens, se expressou mais evidentemente em movimentos pelo sufrágio feminino a partir do final do século XIX, no que é geralmente classificado na literatura como a *primeira onda* do feminismo[40] (Barrett, 1996;

[40] É comum na literatura acadêmica a problematização da abordagem das 'ondas' no que se refere ao movimento feminista. Alguns pontos problemáticos incluem, além de uma ideia de rompimento ou descontinuidade entre as elaborações teóricas e lutas de cada fase, o previlégio de "certas mulheres, lugares e tipos de atividade, ao

2001). Mas mesmo esse movimento incluiu perspectivas alternativas que fundamentariam uma tradição socialista, como na associação da discriminação social e política das mulheres com o próprio funcionamento e estrutura do capitalismo (Bailey, 2017). Essa abordagem se compatibiliza, além disso, com o conceito de gênero como o "aspecto social [e reprodução] das relações entre os sexos", que é diferente da mera distinção biológica entre homem e mulher (Walby, 1996, p. 332). Nos anos 1960, em confluência com os movimentos apresentados acima, emerge uma perspectiva feminista crítica do estilo de vida, do lugar atribuído às mulheres na sociedade e de seu papel secundário frente aos homens. A chamada *segunda onda* do feminismo contemplou a valorização de um conjunto de princípios como da independência feminina, solidariedade mútua, proteção contra os homens e a crítica do patriarcado, do machismo e da masculinidade exacerbada em formas violentas (Barrett, 1996). Incorporou também crescentes críticas, internas ao movimento, contra apreensões do feminismo que reduziam o movimento ao ponto de vista de mulheres brancas e ocultavam ou deixavam em segundo plano o papel das negras – especialmente ativas no movimento pelos direitos civis, ainda que sejam os homens os protagonistas na historiografia convencional (Bailey, 2017). Simbólica e diretamente, portanto, o feminismo desafiou a esquerda a ampliar o seu leque de preocupações na luta por uma sociedade igualitária e livre, e ofereceu diversos aportes teóricos para uma compreensão mais ampla das democracias liberal-capitalistas.

Reconhecemos que essa caracterização das diferentes tendências que compõem a esquerda é inevitavelmente incompleta, não apenas pelo que deixa de fora mas também pelos detalhes e nuances que omite quanto aos acontecimentos e grupos apresentados. Poderíamos, por exemplo, recuperar o movimento ecológico/verde, o movimento LGBTT, e as diversas correntes que combinam uma posição de esquerda com a devoção religiosa. Acreditamos contudo que o conteúdo aqui elaborado permite uma suficiente apreensão de cada vertente, que poderá ser aprofundada na específica tipificação das organizações e coletivos brasileiros. Afinal, aqui, nosso objetivo foi o de recolher subsídios para a análise da esquerda brasileira a partir de suas principais influências e nesse sentido esperamos ter coberto a maior parte delas. Retornaremos a essas questões no quarto capítulo da dissertação.

### 1.2. Hegemonia: referencial estratégico gramsciano nas lutas sociais entre esquerda e direita

---

mesmo tempo [em que se] oculta outras importantes formas" de ativismo colocadas em prática em cada período (Bailey, 2017, p. 117; cf. Taylor, 1989). Revela-se mais comum, contudo, a crítica à *terceira onda* a partir dos anos 1990, dada a sua indefinição e ausência de ineditismo se comparado aos fatos históricos e perspectivas associadas com as duas primeiras (Bailey, 1997).

Um estudo dedicado da obra de Antonio Gramsci requer uma série de cuidados e uma certa sensibilidade. Não apenas considerando as precárias condições em que foi produzida e pela deterioração da saúde do autor, sempre mencionadas, mas por seu caráter provisório e incompleto do qual o próprio Gramsci se mostrava consciente (cf. Gramsci, 1999, p. 85). Bianchi (2008) e Thomas (2009) destacam esses elementos: o primeiro referindo-se aos Cadernos como um 'laboratório' e tratando sobre a fecundidade de abordagens que contextualizem e reconstruam o percurso de sua elaboração de modo a extrair conclusões teóricas não apenas metodologicamente coerentes mas inovadoras; o segundo, com base em Buttigieg, falando sobre um 'labirinto textual' que deu origem a diversos entendimentos incoerentes ou contraditórios da obra do marxista sardo, ainda que a fragmentação e incompletude não sejam características incomuns ou negativas, que estão presentes mesmo na obra do próprio Marx. Assim, desde a publicação em 1975 da edição crítica dos *Quaderni* coordenada por Valentino Gerratana, abriu-se a possibilidade (e a necessidade) de leituras mais rigorosas e nuançadas que considerem o fluxo criativo de Gramsci em seu desenvolvimento.

Antes de iniciarmos o tratamento da rede conceitual na qual se insere o conceito de hegemonia, objetivo dessa seção, convém recuperar as origens e os problemas políticos aos quais esse termo se dirigia. Essa breve exposição evidenciará a razão da escolha pelo referencial teórico gramsciano e também a relação entre sua teoria e a problemática a qual nos concerne nesta pesquisa – os precedentes, dilemas e possibilidades do campo da esquerda. Com base em três estudos, recuperaremos a história da noção de hegemonia em sua relação com a luta política empreendida pela classe trabalhadora. Anderson (1976) e Boothman (2008), por um lado, tratam sobre o contexto em que o termo passou a ser utilizado e a forma como esses debates influenciaram as posteriores formulações de Gramsci. Por outro lado, Laclau e Mouffe (2001) enfatizam como a noção de hegemonia emergiu para responder a problemas próprios da prática política da classe operária na passagem entre os séculos XIX e XX. Nossa intenção não é esgotar a análise dessas obras mas salientar a relação entre o conceito, a ação política e a análise do confronto social.

Um primeiro e significativo antecedente pode ser encontrado no movimento social-democrático, anterior à Revolução de 1917 na Rússia. Anderson (1976), em um clássico ensaio, dá conta dos debates que envolviam o termo *gegemoniya* naquele contexto. Plekhanov foi pioneiro ao escrever sobre o tema no início dos anos 1880 enfatizando a necessidade do proletariado investir na luta política contra o tsarismo – para além do âmbito econômico-corporativo, ou seja, contra seus empregadores. Em seus escritos já se evidenciava a tese de

que, dado o débil desenvolvimento da sociedade russa, não seria possível contar com a iniciativa da burguesia na luta contra o absolutismo. Daí a primordialidade de um esforço orientado a colocar a classe operária como líder e dirigente desse movimento político frente às outras classes, especialmente o campesinato e a burguesia. Na década seguinte tais prescrições seriam aprofundadas por Axelrod, mantendo-se a interpretação da hegemonia como a iniciativa política de liderança do proletariado contra leituras que postulavam um desenvolvimento etapista ou similar a contextos revolucionários anteriores – em que a burguesia esteve em posição de vanguarda. Na virada do século XX Lenin lançou-se a uma crítica dessa compreensão presente nas teses dos mencheviques os quais argumentavam pela obsolência da questão hegemônica diante do fracasso revolucionário do início do século e a transição do feudalismo para o capitalismo na Rússia. Contra as posições liberal-democratas e reformistas defendidas por eles, o bolchevique enfatizava o papel fundamental da hegemonia para a composição de uma classe unitária e verdadeiramente revolucionária que superasse reivindicações corporativas imediatas e restritas ao âmbito econômico (Anderson, 1976). Percebe-se de tal forma como a questão da hegemonia esteve, desde as suas formulações primordiais, vinculada à organização e estratégia do proletariado na luta de classes.

Daí em diante a ideia de hegemonia ganharia proeminência na prática revolucionária em discussões e interpretações da conjuntura política em diversos países, mesmo quando a palavra não aparecia literalmente. Concentrando-se na sua utilização Anderson (1976, p. 17) expõe que, "por uma ótima razão", *hegemonia* deixa de figurar com tamanha frequência após o sucesso da Revolução de Outubro – já que se referia a um contexto pré-revolucionário. Mesmo assim o slogan continuou a ser usado pelo Comintern em seus congressos mundiais, primeiramente para dar conta da tarefa do proletariado em unir e dirigir os grupos explorados numa luta contra o capitalismo e, posteriormente, para interpretar uma possibilidade em que a burguesia exerce a hegemonia política sobre um proletariado inerte, preso a questões corporativas e à luta econômica – uma interpretação aparentemente inédita até ali. Contudo, conforme o estudo conduzido por Boothman (2008), mesmo que a palavra não estivesse presente a noção de hegemonia ainda perpassava as análises empreendidas no contexto pós-revolucionário[41]. Com base em escritos de Bukharin, percebe-se que a questão da hegemonia

[41] Retornaremos a essa questão na sequência do texto, ao tratar sobre a relação entre hegemonia e ditadura do proletariado no diálogo estabelecido por Gramsci com a obra de Lenin (Cf. 1.2.2). Cabe destacar, por fim, que o estudo de Boothman (2008) teve a preocupação de comparar os textos originais e as traduções em italiano e inglês, notando diversas instâncias em que o termo 'hegemonia' aparece simplesmente como 'liderança', entre outras expressões. Isso pode explicar, em parte, a subestimação de alguns autores e autoras quanto à utilização do termo ou a evidência da ideia de hegemonia nos escritos comunistas – Boothman refere-se em especial a Anderson e Bobbio.

do proletariado era um dado nas discussões, não demandando extensa utilização ou aprofundamento – em especial no que se refere à relação entre a classe trabalhadora e o campesinato. Para além do contexto russo, ainda que com um sentido limitado – posição de liderança ou direção por parte da classe proletária frente a outras classes –, nota-se também a difusão do termo na Europa na passagem do século XIX para o XX, em especial na Alemanha e Itália (Boothman, 2008). Identificam-se aqui algumas das principais fontes e precedentes do conceito de hegemonia que iria emergir na teoria de Gramsci em um significado mais amplo – deduzível apenas das formulações e da prática política de Lenin –, dando conta do conflito político em sociedades e conjunturas cada vez mais complexas.

Continuando essa apreensão histórica da ideia de hegemonia no curso das lutas sociais convém citar – e tratar em conjunto sobre seus méritos e limites – um estudo tão popular e influente quanto o ensaio de Anderson, *Hegemonia e estratégia socialista* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2001 [1985]). Tal obra insere-se em um contexto político e intelectual que se desdobrava ao menos desde a década de 1960, na esteira de movimentos como estudantil, feminista, gay, negro, ecológico, entre outros. Os acontecimentos do pós-guerra em que esses coletivos estiveram envolvidos, na leitura dos autores, davam margem para a compreensão de que a "conflituosidade social" havia se estendido "para um número maior de áreas" (p. 1), rompendo o 'monopólio' dos trabalhadores e trabalhadoras e, por efeito, a centralidade do elemento de classe. Assim, com base na percepção de uma crise da classe operária, do socialismo e do paradigma da revolução, Laclau e Mouffe buscam elaborar uma concepção política alternativa frente à tradição marxista, apoiados em uma leitura original do conceito gramsciano de hegemonia – com recurso à teoria do discurso pós-estruturalista. Essa apresentação se faz necessária visto que a interpretação que os autores realizam dos acontecimentos e debates políticos do início do século XX, aos quais faremos menção na sequência, está fundada nesses diagnósticos.

Um dos méritos da abordagem a qual fazemos referência é o destaque de um problema interno à classe trabalhadora e que envolvia também seus intelectuais no início do último século: sua fragmentação e multiplicidade em interesses, demandas e identidades. Naquele momento estava posta, na Europa, a questão sobre a unidade de classe e a articulação entre diferentes grupos políticos, a partir da qual se definiria a condução da luta pelo socialismo. Multiplicavam-se as formas de mobilização e os pontos de antagonismo entre as diferentes frações do operariado, fundadas em interpretações e bases teóricas diversas sobre o desenvolvimento histórico e da economia capitalista. Enquanto desdobravam-se os acontecimentos, vários e várias intelectuais buscaram formular respostas – Kautsky, Rosa

Luxemburgo, Berstein, Sorel, etc. –, mas acabaram com frequência – na perspectiva de Laclau e Mouffe – limitando-se a um essencialismo marxista, e/ou a formulações historica ou economicamente deterministas. A ideia de hegemonia emergia "em um contexto dominado pela experiência de fragmentação e pela indeterminação das articulações entre diferentes lutas e posições de sujeitos" (2001, p. 13), mas encontrava-se limitada em seu potencial de constituição de um projeto político de amplo apelo social. Isso porque existiam posições tanto que enfatizavam a inevitabilidade histórica da vitória do socialismo (o problema da unidade de classe se resolveria no plano da economia) quanto que adotavam uma postura política centralista ou autoritária (com a divisão entre dirigentes e dirigidos e a supressão das diferenças internas ao movimento). Esgotadas as possibilidades do marxismo ortodoxo, do revisionismo, do sindicalismo revolucionário, do leninismo e da social-democracia – ainda que tenham deixado contribuições pontuais –, os autores argumentam por um alargamento da noção de hegemonia, desonerada de um sujeito universal (o proletariado), de modo que a ênfase se coloque na contingência, na articulação discursiva e construção de identidades políticas de modo a compor um projeto democrático radical (cf. p. 57-58).

Longe de esgotar uma discussão voltada à história e prática do conceito, interessa-nos destacar a maneira como a ideia de hegemonia foi apropriada por autores e autoras para interpretar as lutas sociais e conceber práticas e projetos políticos associados a diferentes grupos. No que se refere a Laclau e Mouffe, eles acertam no diagnóstico do economicismo e determinismo histórico contido em algumas leituras e proposições do início do século. Contudo, ao buscarem evitar esses defeitos, e com base em uma precária interpretação da teoria *política* de Marx[42], acabam por cair no extremo contrário ao conceber uma perspectiva aferrada à autonomia do político e a contingência, abandonando o caro princípio da totalidade na análise social e perdendo vista os processos históricos de longo prazo (Wood, 1998

[42] Sobre os fundamentos nos quais se baseiam os autores para a crítica da economia política de Marx (e seu consequente abandono), cabe uma longa mas pertinente citação de Ellen Wood (1998, p. 59, grifos no original): "Mas o que torna o argumento Laclau-Mouffe ainda mais surpreendente é que esses próprios temas, cujos quais eles acusam o Marxismo de ser cego e que eles apresentam como um golpe decisivo ao completo projeto Marxista na teoria e na prática, situam-se no cerne da causa Marxista pela associação dos interesses 'econômicos' da classe trabalhadora com a política do socialismo. Para Marx, é precisamente porque a 'esfera econômica' é permeada pelas relações de exploração de classe e pelo antagonismo de interesses de classes, de fato porque a 'esfera econômica' é constituida por essas relações de classe – e não simplesmente por algum imperativo tecnológico 'neutro' – que existe uma relação orgânica entre a 'economia' e outras 'esferas' sociais. Para Marx, é precisamente porque a produção material é organizada de maneiras distorcidas [em termos de classe] que as relações 'econômicas' são também relações de poder, conflito, e luta que se desdobram não apenas na 'esfera econômica' mas também em outros domínios sociais e na arena da política (na verdade, não é a primeira premissa do materialismo histórico que a produção material é um fenômeno *social*?). É, portanto, incompreensível por que a proposição de que a organização da produção não pode ser separada das 'demais relações sociais' deve ser considerada como um desafio fatal ao Marxismo, ao invés de sua justificação máxima".

[1986]). Se isso já não fosse suficiente para colocá-los em contradição com Gramsci[43], Laclau e Mouffe vão mais longe ao adotar enfaticamente o princípio da construção discursiva da realidade, que implica em grande fluidez das identidades políticas e o abandono de um único espaço político de luta pela hegemonia em favor de uma "pluralidade de espaços" em que as "lutas democráticas" tem lugar (2001, p. 137). A última instância desse desenvolvimento, em seu completo afastamento do marxismo, é a proposição de um projeto alternativo para a esquerda que abandone o paradigma da revolução em favor do aprofundamento e expansão da ideologia liberal-democrática "na direção de uma democracia radical e plural" (p. 176). Tal referencial teórico mostra-se, portanto, incompatível com a perspectiva adotada neste trabalho, já que questiona a própria existência do campo social em que se materializa o confronto entre esquerda e direita – dissolvendo o projeto político que move ambas as vertentes na atualidade. Faz-se necessário, enfim, retornar aos escritos de Gramsci de modo a resgatar uma interpretação coerente do conceito de hegemonia.

Como veremos melhor a seguir, a contribuição de Gramsci ao debate político e intelectual que envolvia a prática e o conceito de hegemonia encontra-se na tentativa de apreender a política em seus diversos aspectos na sociedade, de uma compreensão da hegemonia levada a cabo pela burguesia à concepção de um projeto político das classes subalternas. Na medida em que a rede conceitual na qual se insere o conceito de hegemonia busca dar conta da relação entre estrutura e superestrutura na sua dinâmica histórica, projeto este coerentemente situado no campo marxista, abrem-se as possibilidades para uma análise não-determinista do confronto social. A relação dialética entre política, economia, história e cultura, mas também entre sociedade civil e Estado, para mencionar alguns dos aspectos contemplados na análise gramsciana, é incompatível com leituras herméticas, não-materialistas ou que vislumbrem projetos políticos reformistas. Enfim, suas categorias oferecem elementos úteis para a compreensão do conflito político, especialmente, no que se refere a este trabalho, entre os campos da esquerda e direita – e como o primeiro vem se reconfigurando na história brasileira recente de modo a fazer frente ao segundo. Pode-se dizer, por fim, que o conceito de hegemonia faz parte da própria história da esquerda global, como viemos expondo até aqui.

[43] Confluindo com a leitura de Wood, Thomas (2013, p. 29) expõe que "Gramsci, como Marx, considerou o trabalho não como mero elemento ou parte dessa organização [capitalista], ou simplesmente a atividade de uma classe ou fração de classe (por exemplo, a suposta classe trabalhadora industrial 'tradicional' do então nascente Fordismo). Pelo contrário, o trabalho é retratado nos Cadernos do Cárcere como uma relação social que determina, e é sobredeterminada por, todas as outras relações sociais nas sociedades modernas".

No que segue, nosso objetivo é apresentar uma interpretação não apenas do conceito de hegemonia mas da rede conceitual na qual ele se insere. Dado o escopo do trabalho não será possível fazer um estudo aprofundado da evolução das ideias de Gramsci, tal como se observa nas recentes elaborações teóricas fundadas em sua obra. Teremos em conta essas abordagens de forma a orientar a nossa perspectiva, mas é necessário enfatizar que nossa apreensão de sua teoria limita-se aos elementos pertinentes para o estudo em pauta. O texto será guiado de maneira geral pela ideia da centralidade do confronto político, da luta de classes segundo uma abordagem gramsciana, e fará referência a uma 'constelação' de conceitos que não podem ser apreendidos senão em conjunto (Filippini, 2017). Visamos assim apresentar as bases para uma análise do atual confronto político no Brasil e para uma investigação do campo da esquerda.

### *1.2.1. Filosofia, ideologia e hegemonia*

Acima tratamos brevemente sobre o conceito de ideologia em Gramsci (cf. 1.1.1) e apontamos sua importância no que se refere à ação política. Em poucas palavras, o objetivo foi demostrar como tal noção alinha-se a uma concepção programática, já que é por meio da ideologia que as pessoas assimilam sua vida em sociedade – e, potencialmente, as contradições que se apresentam nas relações sociais –, adquirem consciência de sua experiência histórica e fundamentam suas ações na luta contra as classes adversárias. Ou, para mencionar um trecho alinhado com essas afirmações, "as ideologias serão a 'verdadeira' filosofia, já que elas serão as 'vulgarizações' filosóficas que levam as massas à ação concreta, à transformação da realidade" (Gramsci, 1999, p. 312). Faz-se a ressalva, contudo, que essa luta não se reduz ao plano das ideias e do discurso, já que "as ideologias são produtoras e produzidas exatamente pelas relações sociais, pelos antagonismos de classe e são absolutamente indispensáveis à própria existência dessas relações" (Dias, 2006, p. 57). Dessa maneira, entendemos que o conceito de ideologia constitui a base para a discussão sobre hegemonia mas faz-se necessário abordar outros elementos que compõem uma rede conceitual na obra do marxista sardo. Desdobrar tais conceitos é o objetivo dessa subseção.

Designamos como um possível ponto de partida a noção de filosofia, a partir da qual pode-se encaminhar uma apreensão de outros conceitos relacionados à ideologia. No Caderno 11, dedicado a um estudo introdutório da filosofia, Gramsci (1999) apresenta uma apreciação ampla da ocupação de filósofo: todas as pessoas são filósofas, dado que ela está de alguma forma contida na linguagem, no senso comum, no folclore, na religião. Compreende-se a atividade filosófica, a partir desses escritos, como a prática de pensar a realidade para além do fluxo da vida comum, em que não se avalia critica ou sistematicamente os princípios e

pressupostos das experiências imediatas que vivenciamos. Na medida em que todo sujeito possui uma concepção de mundo – um conjunto de ideias por meio do qual realiza julgamentos, interpretações e avaliações –, associada a uma classe específica, época e comunidade, é potencialmente capaz de criticar e propor formas alternativas de vida social ou elaborar novas concepções de mundo. O que ocorre é que essas concepções podem ser tanto 'críticas e coerentes' como 'ocasionais e desagregadas' (p. 94), confluindo nesse último caso em um senso comum como "filosofia espontânea" (p. 93) ou "folclore da filosofia" (p. 114). O folclore encontra-se em um nível abaixo do senso comum, como manifestação popular não articulada e que agrega historicamente toda sorte de experiência cultural, funcionando como uma "'concepção do mundo e da vida', em grande medida implícita, de determinados estratos... da sociedade" (2002b, p. 133). A religião, como se percebe nas demais noções, possui estreita relação com o senso comum, fornecendo elementos duradouros que o compõem – na forma de crenças, superstições, entre outros. Enfim, "a filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o 'bom senso', que se contrapõe ao senso comum" (1999, p. 96). A filosofia está portanto em uma grau acima, um esforço intelectual metódico, ao contrário da religião e do senso comum[44].

Levantar o sentido dessas categorias é importante para compor o cenário do conflito político e assimilar o processo de confluência entre teoria e prática. Isso se relaciona também com o *status* da *filosofia da práxis* frente a outras filosofias no pensamento de Gramsci. Se as concepções de mundo em geral não demonstram evoluir, agregando tanto conhecimentos modernos como preconceitos históricos, é porque o trabalho da crítica não tem sido suficiente no esclarecimento e engajamento com as massas e as filosofias não cumprem plenamente seu papel – o que ocorre também politicamente, como no exemplo do catolicismo que buscava manter a separação entre seus intelectuais e as pessoas comuns. O materialismo histórico, ou filosofia da práxis, se diferencia radicalmente na medida em que busca constituir uma concepção superior da vida, consciente, crítica, em que a humanidade tome controle de sua atividade e produção histórica (Gramsci, 1999). Se a filosofia não pode ser separada da política, já que envolve a crítica das concepções adversárias, ela apenas se torna ideologia no momento em que "[produz] uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como 'premissa' teórica implícita" (p. 98). Compreende-se assim a maneira como Gramsci

[44] É necessário mencionar que todas essas noções possuem uma 'trajetória' no processo de elaboração dos Cadernos, aparecendo com significados mais amplos ou mesmo em alguns casos como sinônimos. Adotamos aqui os sentidos mais salientes a partir de uma leitura própria dos escritos de Gramsci, não muito divergentes do que se observa na literatura mais atual. Para consultar interpretações mais abrangentes de tais conceitos recomendamos o Dicionário Gramsciano de Liguori e Voza (2017).

concebia o marxismo, conforme destacamos anteriormente, como uma superestrutura: trata-se de uma "filosofia de combate" que visa realizar tanto a crítica do senso comum e da filosofia conformada ao *status quo* quanto a "superação prática da separação existente entre o filósofo profissional (o intelectual) e o 'filósofo' espontâneo" (Bianchi, 2008, p. 72). É por esse trabalho teórico-prático que se desafia as ideologias e concepções de mundo estabelecidas, promovendo no processo de luta entre hegemonias políticas a tomada de consciência, uma "compreensão crítica de si" e de sua condição (Gramsci, 1999, p. 103).

Desponta nessas considerações o tema dos intelectuais e a sua função no conjunto das relações na sociedade, no Estado e entre as classes. Com base no Caderno 12 podemos apreender que, se todas as pessoas pertencem a uma classe e consequentemente possuem uma concepção de mundo própria ou mesmo inconsciente, cada grupo social em sua atividade prática ou "no mundo da produção econômica" conforma organicamente um conjunto de intelectuais que possuem uma função não apenas técnicoeconômica, mas também social e política (Gramsci, 2001, p. 15). Para além desse conjunto orgânico, existe ainda aquele duradouro grupo de intelectuais vinculados a instituições históricas e estabelecidas, cuja categoria mais representativa é a dos eclesiásticos. É conveniente mencionar que esses intelectuais tradicionais, dado seu *status*, qualificação e "espírito de grupo" manifestam geralmente uma posição neutra ou autônoma com relação aos grupos sociais dominantes – ainda que isso não elimine seu vínculo com alguns de seus elementos e o peso de suas elaborações no contexto político-ideológico imediato (p. 17). Observa-se assim que não importa caracterizar o intelectual propriamente por sua atividade técnica ou culta, o que seria uma grave redução, mas pelo que representam no conjunto da sociedade, em seu "sistema de relações sociais": todas as pessoas são intelectuais, mas nem todas possuem a *função* de intelectual (p. 18). Seu papel está vinculado ao exercício de tarefas associadas ao que Gramsci classificava como superestruturas, nos planos tanto da sociedade civil (organismos 'privados') quanto da sociedade política (organismos 'de Estado'). Não é por acaso portanto que aqueles grupos que visam estabelecer uma posição de domínio ou direção lutam para assimilar e conquistar 'ideologicamente' os intelectuais tradicionais, "assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos" (p. 19).

A criação de um grupo de intelectuais orgânico à classe do proletariado assume assim uma centralidade fundacional e estratégica no curso das lutas sociais. Primeiro, como vimos acima, porque é necessário estimular a autoconsciência das massas e isso se dá apenas pela criação de uma elite intelectual – "não existe organização sem intelectuais, isto é, sem

organizadores e dirigentes" (Gramsci, 1999, p. 104). Deve ser promovido assim um intenso contato entre intelectuais e massas de modo a integrá-los e, por efeito, elevar o nível teórico e cultural de seus componentes, constituindo um "bloco intelectual-moral" (p. 103). Segundo, em um desenvolvimento histórico mais avançado, na passagem de um momento econômico-corporativo para um ético-político, porque as 'ideologias tornam-se partido' (2007a, p. 41) e é necessário engajar-se no confronto entre hegemonias por meio dos organismos que compõem as superestruturas, ou pelo que em um momento anterior em sua obra foi chamado de "estrutura ideológica" (2001, p. 78). O partido político é essencial nesse estágio na medida em que funciona como o mecanismo que funde "a constituição intelectual de uma nova concepção de mundo à constituição prática dessa concepção" (Bianchi, 2008, p. 81), por meio do qual esses novos princípios são trabalhados, difundidos e orientam a conformação de uma técnica política a ser utilizada no confronto com os adversários (Gramsci, 2007a). No que se refere aos intelectuais é necessário considerar, por um lado, que alguns grupos sociais só podem criar um conjunto orgânico por meio do partido, dada a sua desagregação e inserção diferenciada em outros campos de atividade (econômica, por exemplo); por outro, que o partido deve realizar "na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado", qual seja, a integração entre intelectuais orgânicos daquela classe e os intelectuais tradicionais (2001, p. 24). Apenas assim é possível constituir um conjunto qualificado de dirigentes e organizadores, especialistas e políticos, "agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional" (p. 25).

Do que foi exposto até aqui, pode-se dizer que a problemática que se coloca no desenvolvimento da experiência histórica humana, em uma tal conformação social e com o avanço de sua crítica, é a constituição de uma vontade política abrangente, a qual o partido político busca efetivar na unificação entre teoria e prática, como um intelectual coletivo. Não é por acaso portanto que todos os conceitos que orbitam a noção de ideologia, em especial aqueles de filosofia e intelectual, são tão importantes para compreender o momento em que se constituem as hegemonias, projetos antagônicos que colocam as classes em conflito até que alguns dos lados tenda a prevalecer (Gramsci, 2007a). Bianchi (2008, p. 73), com base em Kanoussi e Mena, afirma por exemplo que "o programa de pesquisa" dos Cadernos pode ser entendido como uma elaboração teórica que desse conta do problema da formação dos próprios intelectuais comunistas na Itália, dada a centralidade do assunto e a abrangência dos estudos elaborados por Gramsci. Feitas essas observações, e a partir delas, na subseção a seguir trataremos mais a fundo os temas e conceitos ligados diretamente à teoria da hegemonia, encaminhando a sua interpretação.

*1.2.2. Hegemonia e o processo das lutas sociais*

É conveniente nesse ponto retomar a noção de partido político de modo a introduzir a discussão sobre o que podemos chamar de 'momento da hegemonia'. Mencionamos acima que a passagem para uma fase ético-política representava um marco significativo, na medida em que a superação de questões corporativas e econômicas imediatas possibilitava um processo de composição entre grupos dirigentes e subordinados a partir de um entendimento abrangente de seus interesses classistas, na forma do partido. Para além de seu papel no fomento de novas intelectualidades e concepções de mundo, e na qualificação de seus organizadores e dirigentes, no Caderno 13, dedicado à política em Maquiavel, Gramsci apresenta uma visão geral do que está em jogo no confronto entre hegemonias concebendo o partido como 'moderno príncipe' (Gramsci, 2007a). Este "só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade" que seja capaz de colocar em movimento um projeto de constituição de uma vontade coletiva nacional-popular e uma reforma intelectual e moral (p. 13). Dos parágrafos que compõem esse volume se deriva uma 'ciência da política' no que se refere à atividade de seus componentes, dos imperativos, problemas e desafios da ação política e interpretação dos acontecimentos históricos e conjunturais segundo uma perspectiva coerentemente fundada na filosofia da práxis. Trata-se assim do processo de constituição de sujeitos históricos conscientes e críticos, da "criação de uma massa de homens capazes de 'pensar coerentemente de modo unitário' o presente e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório", em suma, da hegemonia (Dias, 2006, p. 71). Cabe então analisar brevemente algumas das ideias e noções tratadas nesse Caderno, relacionadas a esse conceito central em sua obra.

Um dos temas ali presentes e que pode ser pensado na totalidade da obra de Gramsci é a crítica do mecanicismo e do economicismo, referente também ao problema da relação entre estrutura e superestrutura. Em um momento anterior, no Caderno 7, ele já havia criticado a tentativa de "apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura" (1999, p. 238). A crítica do chamado materialismo histórico mecânico se apresentaria novamente no Caderno 13 associada à análise das situações, relações de força e do economicismo como teoria e prática. Aqui, compreende-se que uma avaliação adequada das situações e da organização das classes, seja em seu desenvolvimento histórico ou em um episódio particular, requer um estudo mais cuidadoso da estrutura – separando os movimentos orgânicos dos movimentos de conjuntura, "relativamente permanentes" ou "ocasionais, imediatos, quase acidentais", respectivamente –

e das transformações superestruturais que marcam a transição para diferentes momentos das relações de força (2007a, p. 36). É preciso entender, por um lado, que a estrutura possui um 'tempo' diferente, e que não existe uma exata sincronia entre economia e política; por outro, que a relação entre estrutura e superestrutura deve ser encarada em termos dialéticos, segundo seu desenvolvimento histórico – pois existe sem dúvidas um vínculo vital entre os dois elementos, o qual a filosofia da práxis se colocou a teorizar (Bianchi, 2008). Pode-se dizer que a interface desse elo se revela no próprio conceito de hegemonia elevado à categoria de cânone de pesquisa ou metodologia histórica que combate, entre outras, as ideias de que a política é determinada pela economia ou que a sociedade política está (ou deve estar) alijada da sociedade civil (Gramsci, 2007a). Trata-se de apreender os parâmetros da atividade política de uma maneira abrangente, um esforço que adquire significado na medida em que auxilia ou justifica "uma iniciativa da vontade" daqueles e daquelas que representam "a força progressista da história" (p. 58).

O criticado aspecto da separação entre sociedade e Estado, fundamento da teoria liberal, também indica um tratamento da questão da hegemonia. Algumas passagens escritas por Gramsci, como aquela do Caderno 12 (2001, p. 20) em que diferencia "dois grandes 'planos' superestruturais" entre sociedade civil e sociedade política, opondo as respectivas funções de hegemonia e comando, consenso e coerção, e do Caderno 6 (p. 244) onde afirma que "Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção" deram margem para leituras que identificavam variações, mutações ou mesmo antinomias presentes em sua obra quanto à relação entre os termos (Anderson, 1976). Significantemente, no Caderno 13 ao qual nos referimos, a separação entre economia e política nos âmbitos da sociedade e do Estado é refutada pela constatação da paridade desses últimos, na afirmativa que o livre mercado "é uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato da vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão expontânea, automática, do fato econômico"[45] (Gramsci, 2007a, p. 47). Conforme indica Thomas (2009, p. 69), mais importante que os conceitos de sociedade civil e sociedade política pensados de maneira isolada é a noção de *Estado integral* como "união dialética" entre os polos e "não a sua identidade ou fusão". Igualmente, com base em Prestipino, Bianchi (2008, p. 177) enfatiza que a separação entre Estado/coerção e sociedade

[45] Referindo-se à controvérsia acadêmica sobre a separação estrita entre sociedade civil e sociedade política em Gramsci, e a suposta ênfase do marxista sardo no primeiro termo, Thomas (2009, p. 174-175, grifos no original) expõe que "na verdade, *contra* Bobbio, Anderson e outros, o conceito integral de sociedade civil de Gramsci, considerado em sua distinção interna e unidade, não exclui o 'sistema de necessidades' ou 'relações de produção', mas, pelo contrário, insiste que eles devem ser teorizados em termos *políticos*."

civil/hegemonia é uma redução da "complexa análise gramsciana, na qual não existe uma rígida divisão de tarefas entre as duas esferas". Essa discussão se relaciona com o conceito central de Gramsci, como veremos a seguir, nas questões sobre a produção do consenso e exercício da força e o nível superestrutural no qual ele se realiza.

Feitos esses apontamentos gerais sobre importantes elementos que remetem ao conceito de hegemonia podemos direcionar um entendimento que o se situe não apenas em sua obra como na teoria marxista. Acima fizemos menção à importância atribuida por Gramsci ao prefácio de 1859 de Marx no que se refere ao conceito de ideologia e as superestruturas em geral (cf. 1.1.1). No Caderno 11, elaborando uma crítica do *Ensaio Popular* de Bukharin na questão de "como nasce o movimento histórico com base na estrutura", o autor remete a uma leitura original do prefácio[46] de modo a sublinhar sua fecundidade na eliminação de "qualquer mecanicismo e qualquer traço de superstição 'milagrosa'" já que apenas com a consideração daquelas questões pode "ser colocado o problema da formação dos grupos políticos ativos e, em última instância, também o problema da função das grandes personalidades na história" (1999, p. 140). Segundo Frosini (2017) tal leitura se origina das *Teses sobre Feuerbach*, em especial do seu conceito de práxis, dando conta que a consciência do conflito de classes adquirida pelas pessoas, ou da sua necessidade histórica, não se reduz às forças materiais de produção mas envolve também as ideologias e todas as formas de conhecimento. Assim, uma parte importante do confronto político concerne, em momentos de crise, à afirmação de um projeto que dê conta das contradições ou das tarefas que se apresentam naquele contexto histórico, para além de demandas restritas ao âmbito econômico-corporativo. Percebe-se então a gênese da teoria da hegemonia a partir de uma interpretação original dos escritos de Marx empreendida por Gramsci, dada a sua ênfase na papel das superestruturas.

Uma segunda influência basilar na conformação de sua teoria pode ser apontada na obra e na prática política revolucionária de Lenin. No Caderno 7, ao referir-se à questão do paralelo entre as contribuições de Marx e do revolucionário russo, Gramsci manifesta que tal comparação é descabida já que os dois representam apenas momentos distintos na passagem "da utopia à ciência e da ciência à ação". Mais importante é o destaque que se dá ao "conceito e... realidade da hegemonia" proveniente do trabalho de Lenin (1999, p. 242). Em um

[46] "As duas proposições do prefácio à *Crítica da economia política* – 1) A humanidade só se coloca sempre tarefas que pode resolver; a própria tarefa só surge quando as condições materiais da sua resolução já existem ou, pelo menos, já estão em vias de existir; 2) Uma formação social não desaparece antes que se tenham desenvolvido todas as forças produtivas que ela ainda comporta; e novas e superiores relações de produção não tomam o seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas novas relações já tenham sido geradas no próprio seio da velha sociedade – estas proposições deveriam ter sido analizadas em toda a sua importância e consequências" (Gramsci, 1999, p. 140, grifos no original).

momento posterior, no Caderno 11, postula que "a contribuição teórica máxima de Ilitch à filosofia da práxis" se encontra no fato de que a hegemonia como "princípio teórico-prático" representa uma teoria do conhecimento ou um mecanismo de crítica real e dialética da filosofia na medida em que se realiza na prática política (p. 320). Conforme exposto anteriormente, o termo hegemonia deriva dos debates pré-revolucionários na Rússia entre 1890 e 1917, tendo se originado nos escritos de Plekhanov e Axelrod e posteriormente adotado por Lenin (Anderson, 1976). Naquele contexto se referia à estratégia de composição 'consensual' de uma aliança de classe liderada pelo proletariado juntamente com outros grupos explorados, como o campesinato, contra o regime tsarista e o capital – e nesse sentido se opunha à noção de ditadura do proletariado como momento posterior baseado coerção das classes adversárias. Todavia, como apontado por Thomas (2009, p. 233), Lenin se engajou após a Revolução de Outubro em uma reformulação do nexo entre os dois conceitos, concebendo-os de maneira integrada "como momentos complementares do mesmo processo revolucionário". O próprio Gramsci mencionaria no Caderno 10 que o revolucionário russo "construiu a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força e como forma atual da doutrina da 'revolução permanente' criada em 1848" (1999, p. 306). Resta evidente 'qual era o Lenin' que influenciava a obra do marxista sardo: o teórico e realizador da hegemonia.

Essa breve 'genealogia' oferece as bases também para uma compreensão da teoria gramsciana no que se refere à sua aplicação ou seu objeto. Existe uma suposição difundida na literatura concernente à obra de Gramsci de que o conceito ou a estratégia política de hegemonia independeria de seu conteúdo de classe e seria válida indistintamente tanto para a burguesia como para o proletariado – tratando-se apenas, dessa forma, de uma teoria genérica do poder social (Thomas, 2009). Igualmente, autores como Anderson (1976, p. 26) enxergaram na suposta ênfase do autor na sociedade civil como espaço de construção da hegemonia – como "direção cultural ou consensual" –, e na guerra de posição como estratégia a ser adotada no Ocidente – segundo uma perspectiva que ignora a coexistência do consenso e da coerção como 'momentos' –, uma espécie de reformismo, ainda que 'acidentalmente' provocado pelas condições em que os Cadernos foram escritos. Conforme buscamos expor acima, em primeiro lugar, a hegemonia deve ser concebida nos escritos de Gramsci em um contexto posterior àquela formulação do período pré-revolucionário russo contemplando não apenas o "consenso/direção" mas também a "dominação/coerção", dialeticamente (Bianchi, 2008, p. 120). Segundo, o conceito constitui um cânone ou base histórica de pesquisa fundada na teoria marxista e na experiência revolucionária de 1917 em diante. Por um lado, manteve-

se fiel aos fundamentos da filosofia da práxis e se dedicou a uma análise da conformação social burguesa, do Estado capitalista e da sociedade de classes – e o conflito a ela inerente. Por outro, adotou o precedente da luta revolucionária no Oriente como base para uma teoria da revolução no Ocidente (Thomas, 2009). Em suma, o estudo da hegemonia burguesa naquele período histórico determinado era a condição para conceber a estratégia e a constituição de uma hegemonia proletária. "A teoria da hegemonia era, ela própria, um momento da teoria da revolução, e não uma teoria do reformismo, como muitas vezes foi lida" (Bianchi, 2008, p. 120).

Desde a concepção dos Cadernos mostrava-se evidente a intenção de compreender a ascensão da sociedade burguesa e o tema dos intelectuais na Itália, questões associadas à elaboração de seu conceito central. Entre os temas listados por Gramsci em fevereiro de 1929 constavam o "desenvolvimento da burguesia italiana até 1870" e a "formação dos grupos intelectuais italianos: desenvolvimento, atitudes" (1999, p. 78). De maneira marcante, o primeiro parágrafo (§44) em que o termo hegemonia é utilizado no Caderno 1 possui o título "direção política de classe *antes e depois de chegar ao poder*" (2002b, p. 386, grifo nosso). Esse parágrafo – que não consta na edição brasileira dos Cadernos por ser um texto A[47] – foi retomado e reescrito no Caderno 19 (§24) dedicado ao *Risorgimento* italiano, onde se lê com relação aos moderados e o papel do Partido de Ação naquele contexto

> O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a 'liquidar' ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também 'dirigente'.

E ao referir-se ao 'transformismo', a absorção pelo grupo dirigente dos elementos de demais grupos aliados e adversários em uma "ação hegemônica intelectual, moral e política"

> Nesse sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer

[47] "Em sua edição, Gerratana distingue as notas gramscianas em textos A, B e C. Os textos A são aqueles que Gramsci cancela e depois retoma, com maiores ou menores alterações, em textos C; os textos B são os de redação única. Nossa edição, que reproduz a totalidade dos textos B e C, não contém – salvo algumas exceções – os textos A" (Coutinho, 2001, p. 7).

> uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou sem 'Terror', como 'revolução sem revolução', ou seja, como 'revolução passiva', para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco (Gramsci, 2002a, p. 62-63, grifos no original).

Revelam-se assim as características primordiais do conceito e da prática política da hegemonia. Quanto a esses trechos, por um lado, é pertinente destacar mais uma vez o problema da relação entre consenso e coerção: pode-se dizer que ambos funcionam como contrapesos em um "equilíbrio desbalanceado" que pende para a força – todo consenso possui um aspecto potencialmente coercitivo (Thomas, 2009, p. 165). Por outro, apresenta-se aqui o que Bianchi (2007, p. 20) identificava como um dos vetores que davam conta das "diferentes formas de exercício da hegemonia a partir da distinção das classes sociais que a exercem". No estudo do *Risorgimento*, do fascismo e da dominação burguesa na Itália categorias como bloco histórico e Estado integral, para citar duas delas, ganhavam sentido. Em síntese, o primeiro dava conta da "unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos" (Gramsci, 2007a, p. 26) que ocorria em períodos históricos determinados e orientava a conformação de uma hegemonia. Já o segundo, como vimos, diz respeito à composição "dialética, não-excludente e funcional" (Thomas, 2009, p. 180) entre sociedade civil e sociedade política, em que a hegemonia não pode ser alocada exatamente em qualquer dos polos superestruturais, mas os atravessa – de modo a estabilizar o poder do grupo dominante. Assim, a compreensão desse processo histórico e do estabelecimento da burguesia italiana segundo uma interpretação fundada na rede conceitual construída por Gramsci, composta pelas noções tratadas acima, dá base para a concepção de um projeto hegemônico das classes subalternas, o outro vetor identificado por Bianchi (2007).

Deixando de lado uma abordagem restrita de hegemonia, como direção de uma classe em um período histórico, e tratando sobre o processo de conformação de um projeto hegemônico popular e abrangente, convém sintetizar algumas das ideias e conceitos apresentados anteriormente. Destacamos o papel das concepções de mundo e da filosofia na crítica da realidade social, que se complexifica na medida em que os fundamentos teóricos e valores tornam-se base de um programa para a ação política – em suma, ideologia. Em uma fase específica do desenvolvimento histórico, em que as demandas econômico-corporativas imediatas e circunscritas a determinados grupos dão lugar a formas ético-políticas baseadas em interesses compartilhados de maneira abrangente, apresentam-se as condições para uma composição hegemônica de classe que expresse um projeto de afirmação universal capaz de dar conta das tarefas ou contradições que se colocam. Vale mencionar que se a aliança de

classe que constitui uma hegemonia é ético-política ainda assim não dispensa compromissos de ordem econômica que mantenham esse bloco coeso. Destarte, fundamentais nesse momento são os intelectuais, tanto aqueles formados no interior da classe em suas atividades econômicas ou políticas (orgânicos), como aqueles pertencentes a instituições e grupos históricos (tradicionais). Para além da sua atuação por meio dos partidos políticos – que são o mecanismo de fusão entre novas concepções de mundo e a prática política, bem como de integração entre intelectuais orgânicos e tradicionais para a formação de quadros dirigentes e organizadores – esse grupo possui tarefas associadas aos aparelhos hegemônicos, públicos ou privados, entendidos de maneira ampla como instituições (educacionais, religiosas, etc.), meios de comunicação, entre outros, por meio dos quais "uma classe e seus aliados confrontam seus adversários em uma luta pelo poder político" (Thomas, 2009, p. 226; cf. Gramsci, 2007a, p. 253-254). Enfim, a luta pela hegemonia envolve a afirmação de um projeto coletivo de sociedade ao mesmo tempo em que se coloca em questão as concepções de mundo e ideologias dos grupos adversários de modo a comprometer a sua base social, levando, no limite, a uma nova conformação social ou bloco histórico.

É com esse pano de fundo em mente que reconhecemos a fecundidade dos preceitos expostos nas notas sobre a política em Maquiavel, especialmente quanto ao desenvolvimento de uma ciência da política. Se a filosofia da práxis constitui o fundamento de construção da hegemonia das classes subalternas (Bianchi, 2008) é a partir dela que se deve conceber um plano ou técnica para a ação revolucionária, o que envolve a composição de táticas, estratégias, e a capacidade de interpretar os acontecimentos políticos em um dado contexto. Essas questões são abordadas, novamente, no Caderno 13, onde Gramsci (2007a, p. 21) elenca diversos elementos relacionados ao exercício e prática da hegemonia – em suas palavras, ao que concerne à "grande política". Para além da discussão de problemas como a identificação de movimentos orgânicos ou de conjuntura, da avaliação das relações de força ou do nexo entre as questões nacionais e o contexto internacional, importa-nos nesse ponto o tratamento das categorias de guerra de movimento e guerra de posição associadas ao conceito de hegemonia. Esses termos, provenientes da linguagem militar, ganham sentido na política em contextos específicos[48]. O primeiro, entendido também pelo sinônimo de "revolução

[48] A discussão desses conceitos na obra de Gramsci insere-se em um debate sobre as estratégias revolucionárias defendidas ou advogadas por Trotski e Lenin. No Caderno 7, tratando sobre as "condições gerais", "econômicas, culturais, sociais" que dão base para o emprego da guerra de posição em detrimento da guerra de manobra, refere-se a eles respectivamente: "Neste caso, seria possível dizer que Bronstein, que aparece como um 'ocidentalista', era, ao contrário, um cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista ou europeu. Em vez disso, Ilitch era profundamente nacional e profundamente europeu" (2007a, p. 261). Nesse sentido, ainda que o contexto internacional seja importante, é preciso partir da realidade nacional

permanente" refere-se a um cenário em que tanto o Estado como a sociedade civil possuem caracteres pouco desenvolvidos, o que permite às forças sociais, com uma mínima organização, tomarem-lhe de assalto em situações de crise. Após 1870, com a complexificação concomitante das estruturas e superestruturas, a guerra de manobra dá lugar à guerra de trincheiras compostas pelas "organizações estatais" e pelo "conjunto de associações na vida civil", o que demanda um preparo "minucioso e técnico no tempo de paz" (p. 24). Ganha relevo por meio dessa noção, como vimos acima, o papel do partido e dos intelectuais na luta pela hegemonia, e a finalidade dos aparelhos na tentativa de estabelecer "um novo terreno ideológico" e a "reforma das consciências" (1999, p. 320), o que requer uma prática política fundamentada e que contemple o aspecto estratégico.

Estabelecendo um nexo entre o que foi exposto sobre a teoria gramsciana e a discussão realizada na seção anterior, seria possível identificar na esquerda e na direita representações de projetos hegemônicos em confronto que divergem sobre a interpretação da realidade social e do que constituiria uma boa comunidade – e as ações necessárias para alcançá-la. Dias (2006) por exemplo, em abordagem correlata, refere-se ao embate de hegemonias que se concentram nos campos do liberalismo e do marxismo. Ambos "reivindicam para si o papel de artífices da construção da sociedade", sendo que o primeiro "inventou uma origem" e o segundo "pretende inventar o futuro" (p. 17). O liberalismo se funda em uma concepção ahistórica de natureza humana, tratando as pessoas como inerentemente egoístas, calculadoras e por isso desiguais, incapazes de constituir qualquer coletivo na ausência de um poder regulador. Dessa base segue-se que a economia política capitalista não é apenas a forma produtiva e governativa mais legítima e conveniente, mas simplesmente natural, o ponto último da trajetória da humanidade. Já o marxismo rejeita as abstrações formais do liberalismo, "pretende-se uma teoria e um conjunto de práticas que buscam captar o movimento do real" por meio das categorias de totalidade e de contradição e visa intervir concretamente na realidade (p. 121). Negam-se então a liberdade e a igualdade enquanto universalidades abstratas em um Estado democrático-liberal, que não representam a plena realização do gênero humano em sua sociabilidade. O conflito entre essas ideologias não se reduz a uma divergência no plano das ideias ou do discurso mas traduz a divergência entre

---

para uma apreensão precisa das possibilidades na luta pela hegemonia. Sobre a controvérsia a respeito de uma divisão rígida entre Oriente e Ocidente, onde cada uma das estratégias seria mais viável dado o diferente 'estágio evolutivo social', ver Thomas (2009). "Contra todo etapismo, Gramsci propõe que são os centros mais 'avançados' historicamente que nos permitem entender os desenvolvimentos 'atrasados' em suas periferias. Ocidente e Oriente são comparáveis, assim como as variações no próprio Ocidente, porque ambos participam na dinâmica de uma ordem política e econômica expansiva que é fundamentalmente e essencialmente internacionalista em seu caráter" (p. 203).

projetos que orientam na prática as classes em luta. Assim, ele fomenta um processo de "constituição de sujeitos históricos" pela afirmação de suas concepções de mundo (p. 75). Enfim, fundada na teoria de Gramsci, essa perspectiva buscou resgatar o debate entre liberalismo e marxismo negando ao mesmo tempo a obsolência da politização na contemporaneidade.

Entendemos que os elementos aqui tratados respaldam e justificam a adoção do referêncial teórico para o estudo do conflito social no Brasil recente, no caso específico dessa pesquisa, quanto ao campo da esquerda política. Ao questionar se está ocorrendo a conformação de uma nova hegemonia nesse campo ideológico, poderíamos mesmo interpelar se não está em curso um acontecimento análogo ao que Gramsci descreveu como crise de autoridade – guardadas as devidas proporções (2007a, p. 60-61). Seja como for, as categorias gramscianas certamente serão úteis para elaborar uma interpretação coerente da conjuntura atual, não apenas restrita ao aspecto da direção política da esquerda, mas também quanto aos desdobramentos mais amplos desses eventos na sociedade brasileira. Mais do que isso, como vimos na discussão concernente ao esquerdismo, a teoria de Gramsci se relaciona diretamente com os desafios, objetivos e com o horizonte estratégico que se colocam para todo e qualquer movimento de esquerda que realmente se engaje a desafiar o atual estado de coisas.

## Capítulo 2 - Processos e atores na gênese da hegemonia petista

Tendo estabelecido a base teórico-concentual do estudo, passamos a tratar mais especificamente sobre o objeto da pesquisa em uma perspectiva histórica. Na primeira seção iniciamos com uma apreensão da metodologia histórica, passando em seguida a indicar os parâmetros metodológicos do restante do estudo no que se refere à análise documental. Na segunda seção exploraremos sinteticamente alguns dos principais elementos que permitem compor uma história da esquerda no Brasil centrada nos atores envolvidos, análise esta que conflui com a constituição da hegemonia do Partido dos Trabalhadores a partir do final da década de 1980. Ao final do capítulo esperamos obter uma suficiente contextualização histórica do campo da esquerda e seus precedentes, encaminhando um estudo sistemático de sua história do tempo presente – no que se refere aos anos do PT na presidência da República.

### 2.1. Considerações metodológicas

#### *2.1.1.O sentido de uma ciência política sócio-histórica*

> "A função do historiador não é nem amar o passado nem emancipar-se dele, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para uma compreensão do presente" (Carr, 1987, p. 26).
>
> "Se escrever história significa fazer história do presente, é grande livro de história aquele que, no presente, ajuda as forças em desenvolvimento a se tornarem mais conscientes de si mesmas e, portanto, mais concretamente ativas e operosas" (Gramsci, 2002, p. 37).

Na segunda metade do capítulo precedente, com vistas à consecução desta pesquisa, elaboramos uma sucinta análise da rede conceitual em que se insere o conceito de hegemonia. Como vimos, tal noção aparece nos escritos de Gramsci tanto em um esforço de compreensão das bases sociais, políticas, econômicas e culturais em que se firma historicamente a hegemonia da classe burguesa, quanto pela indicação de uma prática política revolucionária, voltada para a construção de um projeto abrangente por parte das classes subalternas. A hegemonia aparece como conceito central em sua obra na medida em que propicia uma apreensão não determinista da sociedade capitalista, e do conflito a ela inerente, tendo em conta suas diferentes esferas e seu concomitante desenvolvimento histórico. Dessa forma, de um estudo firmado na proposta gramsciana demanda-se uma análise sistemática da política, da economia, das sociabilidades, da cultura – mesmo da linguagem, dos costumes e demais instituições de um povo – em seu fluxo histórico. Esta pesquisa tem a ambição, tanto quanto possível dentro de seu escopo, de adotar esse princípio teórico-metodológico e por isso não se restringe ao conhecimento próprio da ciência política. O objetivo dessa seção é explorar o

significado e os parâmetros de uma abordagem que se fundamente também sob uma perspectiva histórica e sociológica, e não somente política, das sociedades contemporâneas.

É lugar comum mencionar a preocupação de Gramsci com as dimensões histórica e sociológica[49] dos fatos cujos quais busca analisar. Isso em parte porque suas investigações sobre a política frequentemente originam-se de comentários sobre eventos, personalidades e problemáticas levantadas por outros autores e comentadores que são objeto de crítica ou aprofundadas em seus aspectos orgânicos. Para além do que foi discutido anteriormente (cf. 1.2.2), referimo-nos em um breve exemplo ao Caderno 22 onde são discutidas questões relacionadas ao *americanismo* e *fordismo* como fenômenos sociais próprios da evolução capitalista em perspectiva comparada entre Estados Unidos e Europa (Gramsci, 2007b). De início, ao propor analisar o caráter e a especificidade do desenvolvimento socioeconômico estadunidense, o marxista sardo parte da composição demográfica das regiões, da maneira como se organizava a produção (e a acumulação das classes superiores) e a relação entre sociedade e Estado. A sua tese era de que o americanismo, entendido como um modo de vida liberal-burguês com ênfase na livre iniciativa e no individualismo, e o fordismo, como método de produção racional inserido num contexto de economia programática[50], não poderiam se reproduzir mecanica ou espontaneamente nos países da velha Europa. Nesta última existia uma conformação populacional, cultural e institucional no que se refere à estrutura do Estado – no qual se apoiavam um conjunto de classes que comportavam-se como parasitas – incompatível com o arranjo societário norte-americano, ao menos naquele período. Mesmo a existência de tais bases, contudo, não dispensava a atuação ativa dos industriais "combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuação (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política)" na manutenção de sua hegemonia, nascida da fábrica (p. 247). Esses fatores combinados com um Estado capitalista que fomentava a iniciativa e os empreendimentos da sociedade civil, desencorajando o rentismo e carreiras estatais, facultavam a prosperidade e o poderio político, econômico e ideológico estadunidense – que poderia futuramente generalizar a conformação

[49] Como se sabe, Gramsci realizou uma extensa crítica da sociologia, em especial aquela elaborada por Bukharin. Dos parágrafos que compõem o décimo caderno, ao qual faremos referência a seguir, compreende-se que o marxista sardo se opôs a um entendimento especulativo, abstrato e mecanicista da realidade social, um conhecimento que se encerra em si mesmo, eliminando qualquer ímpeto político e prático – o que ele associava, à época, com a sociologia como disciplina (1999). Dizer que sua obra contempla uma dimensão sociológica significa que ela não dispensa um tratamento da dinâmica das relações sociais e aspectos da cultura, mas não possui por ele um interesse puramente especulativo.

[50] A título de comparação, uma definição alternativa apresentada por Baratta (2017, p. 38): "Em linhas gerais, o 'americanismo' representa nos Q a dimensão ideológico-cultural ou ético-política assumida pelo modo de produção capitalista na época contemporânea a G., ao passo que o 'fordismo' constitui sua dimensão técnico-produtiva".

de uma nova civilização também na Europa. Percebe-se assim a amplitude da abordagem gramsciana na análise da hegemonia burguesa no âmbito internacional, dando conta da relação entre política, economia e cultura em seus desdobramentos históricos.

Ainda mais importante para os propósitos dessa pesquisa é levantar o entendimento da história e o ofício do historiador na obra de Gramsci. Para isso, um possível ponto de partida pode ser encontrado em sua crítica da história *ético-política* de Benedetto Croce[51], elaborada no Caderno 10 (Gramsci, 1999). A exposição ali presente permite compreender como sua historiografia estava inserida em um movimento intelectual reformista ou moderado que, por um lado, buscava rever o legado e as interpretações da obra de Marx e, por outro, elaborou uma perspectiva laudatória da conformação social burguesa/capitalista na Europa. No que se refere a este segundo ponto, Croce dispensa o momento da força, da luta e da violência que se expressam em eventos fundamentais como a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas (além do *Risorgimento* na Itália) e reduz a apreensão da história aos elementos aparentes, superficiais, se não conscientemente selecionados. Ao expressar uma história da Europa que se restringe aos movimentos culturais e intelectuais (as "atividades da sociedade civil" que se referem à *ética*) e a representação dos Estados e nações (a "iniciativa... e coerção estatal-governamental" referente à *política*), tal abordagem esquiva-se de uma compreensão integral dos acontecimentos, seus precedentes, desdobramentos e atores envolvidos (p. 371). Ou, nas palavras de Gramsci, "prescinde do conceito de bloco histórico, no qual conteúdo econômico-social e forma ético-politica se identificam concretamente na reconstrução dos vários períodos históricos", e na medida em que faz isso "é nada mais do que uma apresentação polêmica de filosofemas mais ou menos interessantes, porém não é história" (p. 308). Apesar do severo juízo da historiografia de Croce nessa e em outras passagens, o marxista sardo reconhece que sua obra possui um "valor instrumental" na medida em que auxilia uma investigação da hegemonia burguesa na Europa como revolução passiva – que seu autor buscou naturalizar e enaltecer – e pela ênfase em questões relacionadas à cultura e aos intelectuais "na vida orgânica da sociedade civil e do Estado" (p. 306). Daí podemos compreender o modo como o pensamento crociano influenciou as formulações de Gramsci, em um sentido completamente diverso.

Como implícito na discussão precedente, pode-se derivar um entendimento amplo da prática política não apenas das ideias de Croce mas também do seu papel como intelectual. A

[51] Longe de esgotar o diálogo e crítica do historiador napolitano, o objetivo da nossa exposição é sintetizar o entendimento do fazer histórico na obra gramsciana. Para uma apreensão da fundamental influência de Croce no desenvolvimento teórico do marxista sardo, cf. Boothman (2008) e Bianchi (2008).

historiografia crociana se relacionou, sem dúvidas, com a manutenção do projeto hegemônico das classes dominantes já que contribuía para assentar uma visão particular dos acontecimentos passados no contexto político em que se inseria. Um interesse pela importância e o lugar ocupado por Croce na cultura italiana manifestava-se desde antes da detenção de Gramsci pelo regime fascista – expresso no ensaio *Alguns temas da questão meridional*, de 1926 – e estava contemplado, no plano dos Cadernos, na temática da "formação dos grupos intelectuais italianos: desenvolvimento, atitudes" (1999, p. 78). Da exposição do décimo caderno compreende-se que, ao elaborar uma escrita da história fundada em uma distorção do hegelianismo e da dialética – que conserva na síntese elementos arbitrários da tese – e em um interesse abstrato e livresco pelos fatos das sociedades e dos Estados, o historiador napolitano fomentou uma leitura reformista e antirrevolucionária. Não se tratava, assim, de um esforço científico mas da tomada de posição política por meio de uma elaboração concebida a priori, independente dos fatos concretos – iniciativa esta que se alinha com a historiografia da Restauração em seu anti-jacobinismo. O efeito da difusão e reprodução de tal perspectiva é o obscurecimento de elementos significativos para uma investigação aprofundada dos fatos e dos mecanismos causais subjacentes que contribuem para a conformação da atual conjuntura. Mais ainda, estimula a uma postura intelectual divorciada da prática política efetiva na medida em que a produção histórica se volta para a controvérsia acadêmica, erudita. Cabe então um contraste com a filosofia da práxis[52]: seu problema não são os sistemas de ideias como tais, mas como "se desenvolvem os problemas determinados da filosofia", por assim dizer (p. 342). O problema é a realidade da qual provém determinadas filosofias ou sistemas de ideias e a ação concreta para a sua superação, na esteira da décima primeira das *Teses sobre Feuerbach*. O fazer histórico para Gramsci, portanto, carrega um fundamental papel político, como manifestado na epígrafe dessa subseção.

Antes de aprofundarmos um entendimento do conceito de história em Gramsci, convém contextualizar sinteticamente o desenvolvimento da historiografia na passagem entre o séculos XIX e XX na Europa – ambiente em que o próprio Croce se inseria. A princípio, é dificil discordar que considerável parte da produção histórica no desenvolvimento da disciplina esteve de alguma forma situada no subcampo da política. O interesse pela "organização formal do poder na sociedade", expresso em estudos que davam conta da queda

[52] Com relação à filosofia da práxis, convém apontar a frequente ênfase de Gramsci de que ela "não exclui a história ético-política, como, ao contrário, em sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia" (1999, p. 295). O problema, segundo essa concepção, estaria em reduzir a história àquela historiografia elaborada por Croce.

e ascensão dos impérios e das repúblicas e das grandes personalidades por exemplo, está contemplado em diversos trabalhos tidos como clássicos (Tosh, 2010, p. 59). Ainda que movimentos intelectuais como o Iluminismo tenham oferecido princípios mais abrangentes no estudo das sociedades e da cultura, pode-se observar que a centralidade do tema do Estado – sua formação, bases constitucionais e legais e as elites governantes, entre outros – prevaleceu durante o século XIX (Falcon, 1997; Tosh, 2010). Um exemplo dessa tendência se expressou na obra do historiador alemão Leopold von Ranke, um dos precursores do chamado Historicismo – movimento iniciado ainda no século XVIII cujo propósito foi o de estabelecer bases científicas para o estudo da história. Inicialmente o Historicismo europeu esteve associado com a afirmação dos Estados-nação e o interesse, principalmente dos burocratas estatais, em sua unificação, repelindo possíveis agitações revolucionárias (Barros, 2012). Nesse ponto, a historiografia centrava-se em grande medida na história dos Estados e dos políticos, adotando um ponto de vista particular, nacional, e que viria a ser alvo de críticas por seu caráter excessivamente narrativo ou descritivo, idealista, elitista, factual e mesmo ideológico (Julliard, 1976; Rémond, 1996). Na segunda metade do século XIX, a partir das bases desenvolvidas pelo Historicismo na crítica das fontes documentais e do material historiográfico produzido em outras épocas, no relativismo histórico e no reconhecimento da subjetividade da própria pessoa que escreve a história, ontem e hoje[53], historiadores como Johann Gustav Droysen e Wilhelm Dilthey tomariam uma orientação mais progressista e que abriria caminhos para novas abordagens, como aquela avançada pela Escola dos *Annales* na França (Barros, 2012).

Dessas breves considerações sobre o Historicismo depreende-se como a disciplina passava por consideráveis mudanças na passagem do século com o estabelecimento dos fundamentos teórico-metodológicos para estudos críticos e sistemáticos da história. De acordo com Martins (2010, p. 8) essa tendência estava em curso desde o Renascimento e foi especialmente marcada pelo Iluminismo quando "passou por uma espécie de repaginação teórica e metódica que culminou em sua cienticização" consolidada no século XIX. Constituia-se naquele momento um método histórico normatizado em seus procedimentos e que conferia maior confiabilidade aos estudos disciplinares. É nesse contexto que se entende, por um lado, o peso e contribuição de Croce à historiografia em uma perspectiva centrada sobre fatos para além do Estado e das elites em sua história ético-política. Por outro,

[53] Explorando os precedentes e o desenvolvimento posterior do Historicismo, Barros (2012, p. 400) destaca como seus principais elementos "'ímpeto relativista', 'crítica documental', 'interesses temáticos voltados para todos os períodos históricos', 'autocrítica historiográfica' [e] 'potencial interpretativo'".

compreendem-se as referências de Gramsci a Ernst Bernheim, reconhecendo em suas obras um esforço de sistematização dos "cânones práticos de investigação e de interpretação sobre a história e a política" e crítica "do velho método histórico e da velha filologia" – que serviam de exemplo para uma igual revisão e crítica do pensamento marxista como um todo (2007b, p. 23). O historiador alemão foi um dos principais representantes, dentro do Historicismo, da chamada 'escola metódica' que elaborou diversos manuais contendo as regras, critérios e procedimentos críticos na elaboração e análise de materiais históricos (Bernheim, 2010 [1908]). Do conhecimento da obra desses e de outros autores, e do diálogo com eles estabelecido, foi possível a Gramsci fundamentar uma noção própria do fazer histórico e do papel do historiador que se revela plenamente nos Cadernos 19, dedicado ao *Risorgimento*, e no Caderno 25, sobre a história dos subalternos (2002), aos quais faremos referência a seguir. A abordagem gramsciana, portanto, relaciona-se com o debate sobre a disciplina histórica e ofereceu relevantes aportes ao seu estudo na medida em que aprofundava a tendência – fundada em seu marxismo – de não restringir a análise a este ou aquele campo do conhecimento, como se deduz também de seu conceito de *história integral*.

Ao encaminhar essa definição de história um produtivo paralelo pode ser estabelecido entre os escritos de E. H. Carr e Gramsci. Em 1961 o historiador inglês ministrou um famoso curso na Universidade de Cambridge denominado 'O que é história?', compilado em livro publicado naquele mesmo ano (Carr, 1987 [1961]). No primeiro capítulo, 'O historiador e seus fatos', Carr faz considerações sobre o que caracteriza um fato como histórico e a relação entre a pessoa que escreve a história e seu material. Compreende-se da exposição que a historicidade de um acontecimento está fundada no reconhecimento da disciplina: certos eventos continuam a ser considerados e reutilizados por outros acadêmicos porque são interpretados e convencionados como significantes, ainda que apresentem apenas um limitado ângulo da realidade social. Nesse sentido é preciso manter a suspeita se as coisas realmente aconteceram da forma como apresentado em determinadas obras. A história da Grécia antiga, por exemplo, foi escrita por certos sujeitos e não por todo o povo ou mesmo pelos escravos da época. Por esse motivo não se justifica o "fetichismo pelos documentos" característico do século XIX, já que "nenhum documento pode nos contar mais do que aquilo que o autor do documento pensava" (p. 16). Para além de um viés inerente às fontes históricas, o próprio historiador precisa fazer uma seleção do que é relevante para elaborar sua análise: "de modo geral, o historiador irá obter o tipo de fato que ele deseja. História significa interpretação" (p. 23). Existe portanto uma relação mútua entre 'o passado em si mesmo' e 'o pensamento do historiador sobre ele' o que implica, por um lado, que toda crítica e consideração de um

trabalho histórico deve levar em conta a pessoa que o escreveu; por outro, que só podemos observar o passado e atingir um certo entendimento do mesmo por meio de um olhar situado no presente. Toda perspectiva histórica ou vocabulário utilizado para apresentar fatos, atores e atrizes está fundada em uma determinada posição política ou interpretação própria do presente no qual se situa a pessoa que a elabora. Para Carr, em uma resposta prévia, a história é "um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo sem fim entre o presente e o passado" (p. 30).

Como evidenciado na epígrafe da seção alguns dos pontos sustentados por Carr já se manifestavam, sob outros fundamentos, em Gramsci. No Caderno 19 ao tratar sobre a historiografia do *Risorgimento* o marxista sardo afirma a necessidade de estudos realmente científicos sobre o passado italiano recente, para além de concepções escolásticas e retóricas (2002). Naquele momento a escrita da história procedia com pouco rigor e profundidade, respondendo aos interesses políticos imediatos. Pior do que isso, se a história é uma convenção estabelecida por seus adeptos o que se firmava naquele contexto era uma interpretação parcial e distorcida dos acontecimentos que não fomentava a prática política e colocava a maioria dos grupos sociais em segundo plano. Parte considerável desse Caderno é dedicado justamente a uma análise do processo político em curso no *Risorgimento*, da revolução passiva levada a cabo pelos moderados por meio do Partido de Ação e o problema da direção política naquele contexto. A afirmação de Croce de que "a história é sempre contemporânea, isto é, política" (Gramsci, 1999, p. 312) reverbera no entendimento de que todo fazer histórico está de alguma forma situado e relacionado com preocupações do presente. Contudo, para Gramsci, tal esforço deve necessariamente estar vinculado com a ação política e a composição de projetos inovadores e abrangentes – visando superar a controvérsia acadêmica e/ou interesses político-ideológicos menores. Entende-se assim a relevância do conceito de história integral no pensamento gramsciano: não basta o estudo parcial e descritivo dos acontecimentos, mas sim uma investigação dos nexos causais, dos encadeamentos históricos que levaram a determinados episódios – e o exame do momento da hegemonia, ou da concepção ético-política da história, é um pré-requisito para sua elaboração. Da crítica da historiografia crociana no Caderno 10 (1999) e da discussão sobre a história dos grupos sociais subalternos no Caderno 25 (2002), em especial, compreende-se que a classe trabalhadora deve desenvolver, em confluência com a sua prática política, uma perspectiva própria e aprofundada sobre a história. Abster-se dessa tarefa significa deixar que preponderem apreensões que sirvam ao projeto hegemônico das classes dominantes e que

reduzem a nada (ou ao "bárbaro ou patológico") a participação dos grupos subalternos na política (2002, p. 131).

Da análise da obra gramsciana realizada até aqui entende-se que a história integral deve figurar como meta de qualquer pessoa que busque assimilar os fatos do passado de modo a orientar uma compreensão razoável do presente. O próprio Gramsci demonstrou nos Cadernos, pela construção e desenvolvimento de suas categorias e conceitos, como um esforço multidisciplinar e voltado para as mais variadas fontes históricas pode gerar análises originais e de grande fôlego teórico. Destacamos uma vez mais, por toda a sua ênfase no caráter político do fazer histórico, a relação entre o referencial teórico-metodológico e o nosso objeto de estudo, a esquerda. Um esforço orientado a retratar a história do campo no Brasil e sua atual conjuntura se justifica dentro da metodologia proposta pelo marxista sardo para a história dos subalternos. Intenta-se expor, com a maior amplitude e acuidade possível, os 'momentos' da esquerda, os precedentes e atuais desdobramentos da hegemonia do Partido dos Trabalhadores, situada no contexto político nacional. O pressuposto é que não é possível compreender a trajetória do campo sem ter em conta os acontecimentos e práticas anteriores, mas apenas de uma maneira relacional – inserindo seus coletivos e ações na conjuntura política recente e, nas palavras de Gramsci, observando "cada manifestação do soreliano 'espírito de cisão'" (2002, p. 140). A própria maneira como sua obra se relacionava com o desenvolvimento da historiografia na passagem do século XIX para o XX revela-se útil, como viemos expondo, pois essa pesquisa se insere mas não se restringe à política. Tal discussão também adianta alguns princípios metodológicos que serão tratados na sequência. Enfim, orientando para o desfecho dessa subseção faz-se necessário explorar um pouco mais, com relação ao objetivo aqui exposto, a relevância de abordagens sociopolíticas que considerem a variável tempo. Cabe, além disso, situar esse estudo dentro dos debates disciplinares sobre a nova história política e a história do tempo presente.

A importância de se ter em vista o aspecto histórico dos fenômenos sociais vem sendo reforçada com frequência nos debates disciplinares da sociologia e da ciência política. Craig Calhoun (1996), em um debate com a sociologia histórica levada a cabo por autoras e autores como Theda Skocpol e Charles Tilly, argumentou que a adoção da história implica em uma certa reorientação qualitativa de pesquisa para além da simples filiação metodológica – ou a defesa de seu rigor frente a outras vertentes como a escolha racional. Toda apreensão adequada da realidade social "deve ser histórica e sociológica ao mesmo tempo" (p. 310-311), já que diversos eventos ou casos possuem um aspecto temporal ou desdobram-se em consideráveis intervalos, entre outras justificativas. Contudo isso não implica, na visão do

sociólogo norte-americano, no abandono de uma agenda teórica e política, do "caráter insurgente" da sociologia histórica, em prol de um fazer puramente empírico e restrito ao debate acadêmico como aquela desenvolvida por seus e suas principais representantes (p. 315). Já Paul Pierson (2004, p. 2) no campo da ciência política veio a argumentar que "situar a política" em uma sequência temporal de eventos e processos que se desdobram por extensos períodos "pode enriquecer grandemente nosso entendimento de complexas dinâmicas sociais". Se ao menos no contexto norte-americano a história foi por muito tempo considerada pelos cientistas políticos como "o estudo do passado", "a caça por material ilustrativo" e/ou "um campo para gerar mais casos", fazia-se necessária a adoção de uma postura teórica de modo a captar e entender a dimensão temporal dos processos sociais (p. 4-5). Pierson foi um dos estudiosos que desenvolveu o conceito de dependência da trajetória [*path dependence*], que diz respeito a situações em que uma decisão, medida ou acontecimento do passado orienta futuras ações dos atores e atrizes envolvidos em contextos análogos. Deduz-se de sua discussão que tais padrões não se restringem ao plano institucional, mas também ao comportamento e as práticas políticas de cidadãos e cidadãs, o que demonstra a sua riqueza para estudos políticos. Em suma, dos escritos desses autores depreende-se o valor de situar um objeto de estudo no tempo examinando seu desenvolvimento e relação com outros elementos contextuais, como a cultura local.

Outros autores que adotam a mesma perspectiva enfatizam a historicidade dos acontecimentos e das práticas sociais. Estruturas e arranjos culturais são produtos da ação humana no passado, segundo Griffin (1995, p. 1248), para quem as pessoas desenvolvem atividades em sequências "que necessariamente tem lugar no, e possuem consequências cumulativas através do, tempo. De ambas as maneiras – tempo como contexto e tempo como desdobramento processual – a vida social é inescapavelmente temporal e portanto histórica em seu caráter". Como se pode perceber, essa ideia se alinha com a adoção do conceito de dependencia da trajetória, permitindo investigar a dinâmica política, a maneira como se organiza e funciona em determinados contextos – e o potencial que cada grupo possui para influenciá-la. O próprio Tilly (2006, p. 425) corrobora com essa concepção ao perceber que "de maneira geral, estudiosos dos movimentos sociais contemporâneos falham em reconhecer que estão analisando um conjunto de práticas políticas historicamente derivada e evolutiva". Torna-se necessário averiguar a forma como as pessoas se organizam politicamente, seus repertórios e performances, como enfrentam determinados grupos políticos e o equilíbrio de forças em certos períodos. Um último ponto a se destacar, já enfatizado por Calhoun (1996, p. 318) quando dizia que "o cultural não pode ser separado do social", é o peso da cultura e das

tradições políticas no cenário em que atores e atrizes desenvolvem sua luta. Jackson (2006) enfatiza como as interpretações e respostas aos acontecimentos do presente possuem um vínculo fundamental com o que se pode chamar, grosso modo, de cultura política. "Eventos... possuem 'historicidade' – um irredutível caráter histórico – no próprio momento de sua ocorrência. A experiência dos eventos é sempre mediada pelos recursos culturais que nós trazemos para fundar nossas experiências naquele momento" (p. 497). Reconhecida a importância desses elementos, justifica-se a adoção de uma abordagem – e de um referencial teórico, como tratado acima – que permita uma apreensão ampla do contexto social em que se insere o nosso objeto de estudo.

Para além da questão da pertinência da história é oportuno tratar também sobre o subcampo disciplinar com o qual se relaciona este estudo, a história política. Acima abordamos muito brevemente o tema da denominada 'velha' história, de viés majoritariamente descritivo ou narrativo e que dedicava grande atenção à alta política – elites, governos, Estados e as relações entre eles. No século XIX esse fazer histórico esteve vinculado à preocupação de obter descrições exaustivas dos fatos, de retratar os acontecimentos 'como eles sucederam', em detrimento da análise e de concepções mais amplas do social (Falcon, 1997; Barros, 2012). Biográfica, elitista e ideológica, recuperando algumas das críticas compiladas por Julliard (1976), a história política elaborada por aqueles autores adotava um ponto de vista particular centrado nas grandes personalidades e no Estado, o que representava o eclipse de todas as coletividades[54]. Já no início do século XX despontavam críticas a essa historiografia em países como Estados Unidos e Inglaterra, mas o movimento considerado como mais significativo[55] para a ampliação de perspectiva dos estudos históricos constituiu-se na França nos anos 1930 em torno do periódico *Annales d'historie sociale et économique* fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre (Tosh, 2010).

[54] "... em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história *factual*. Em resumo, a história política confunde-se com a visão ingênua das coisas, que atribui a causa dos fenômenos a seu agente o mais aparente, o mais altamente colocado, e que mede a sua importância pela repercussão imediata na consciência do expectador. Uma tal concepção, como é evidente, é pré-crítica; ela não merece o nome de ciência, mesmo enfeitada com o epíteto de 'humana', e sobretudo não merece o nome de ciência social" (Julliard, 1976, p. 181, grifos no original).

[55] Com isso não pretendemos excluir as demais tendências disciplinares que existiram nesse e após esse período. A própria Escola dos *Annales* foi influenciada pelas mais diversas correntes teóricas, inclusive o marxismo. Quanto a esta última, Falcon (1997, p. 76) destaca que ela foi decisiva para "denunciar os três ídolos principais daquela [velha] história política: uma noção de político/política desvinculada da totalidade do processo histórico e presa fácil da ideologia; o caráter voluntarista de uma história baseada em ideias e ações de alguns poucos agentes históricos individuais; um discurso histórico-narrativo, cronológico e linear construído em função de uma epistemologia empirista". Percebe-se assim, como tratado anteriormente, que a própria obra de Gramsci já desafiava esse fazer histórico. Em suma, nossa intenção aqui é apenas dar conta dos acontecimentos mais destacados nesse campo disciplinar. Para uma apreensão mais ampla da historiografia moderna no que se refere aos Estados Unidos e Europa, sob uma perspectiva marxista, ver Thompson (2000).

Ainda que esses historiadores tenham contribuído com estudos de fato interdisciplinares, avanços metodológicos e temáticos e redefinição de conceitos centrais "como documento, fato histórico e tempo" (Falcon, 1997, p. 71), sua oposição à assim chamada 'história tradicional' fez com que o subcampo da política caísse em uma espécie de ostracismo. Por certo, jamais existiu apenas *uma* história política e seu estudo persistiu em algumas universidades e departamentos mesmo durante esse movimento (Mendonça; Fontes, 2012), mas uma renovação substancial de sua ótica e método só alcançou proeminência nos anos 1970. Absorvendo as críticas recebidas, estudiosos e estudiosas voltaram a adotar e historicizar objetos e temas da política e justificavam a sua importância para um entendimento pleno da realidade social.

Constituia-se então uma 'nova' história política, ou o seu retorno, em um concomitante acerto de contas com o passado e aplicação dos últimos desenvolvimentos disciplinares. Por um lado, admitia-se que em grande medida os estudos políticos anteriores não eram politicamente neutros, adotavam concepções monolíticas e não possuíam preocupação com o vínculo entre desdobramentos políticos e movimentos societários (Mendonça; Fontes, 2012). Por outro, esses estudiosos e estudiosas reconheciam a pertinência de empregar novos métodos e conhecimentos desenvolvidos não apenas na história mas nas ciências sociais como um todo, o que fomentaria renovados estudos sobre objetos consagrados na subdisciplina e a adoção de novos (Falcon, 1997). Em síntese, nas palavras de Rémond (1996, p. 18), "havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades". No calor do momento, Julliard (1976) argumentava pela relevância do elemento político na compreensão das sociedades contemporâneas e da fecundidade de abordagens que adotavam instrumentos de análise da ciência política (mas não apenas dela) para um entendimento mais amplo da história francesa. Nesse projeto a própria divisão entre passado e presente perde importância na medida em que o foco passa a ser a compreensão de sistemas de relações sociais por meio dos mais diferentes métodos. Mas já é possível perceber em sua exposição – e na de Rémond, anos depois –, que apesar do crescente interesse do campo pela 'política popular', a 'história vista de baixo' e a 'cultura política' dos homens e mulheres comuns, esses temas se encontram na órbita do Estado e das instituições. Assim, as temáticas frequentemente envolvem a participação política convencional em eleições e a relação das pessoas com seus representantes ou agentes do Estado – em partidos, grupos de pressão, opinião pública, entre outros (Falcon, 1997).

Este estudo compartilha com a história política o interesse pelo objeto e a abordagem multidisciplinar orientada para a sua investigação abrangente. Tem em comum, ainda, a

pretenção de estudar este objeto em uma continuidade histórica que chega ao tempo presente. Contudo, ao contrário ao menos de sua vertente francesa, não nos fixamos aos parâmetros institucionais da luta pela ocupação de cargos políticos e pelo controle do Estado[56]. Fosse este o caso, a pesquisa contemplaria apenas os partidos políticos de esquerda e organizações imediatamente relevantes – como os sindicatos – de modo a prognosticar suas chances eleitorais, por exemplo. Por tudo isso, e pelo conjunto da exposição que realizamos até aqui, fica claro que nos inserimos em uma perspectiva crítica e que busca averiguar a possibilidade de construção de um projeto político de esquerda no país, para além da pluralidade de princípios e ideias e das divisões que compõem o campo. Não se trata de uma exceção no campo da história política, que ainda se encontra em desenvolvimento e tem recorrido aos mais diferentes referenciais teóricos no estudo de objetos políticos (Mendonça; Fontes, 2012). Espera-se que este estudo venha, igualmente, a contribuir com tal literatura.

Mencionamos de passagem a preocupação da história política em construir entendimentos de fenômenos da atualidade, e de fato a subdisciplina representou uma janela de oportunidade para a ascensão da história do tempo presente como um campo específico. Nesse ponto do nosso desenvolvimento, não é surpreendente a afirmação de que todo fazer histórico se relaciona de alguma forma com a situação imediata daquele ou daquela que o elabora. Desde a Grécia Antiga e do Império Romano a história era tomada como uma espécie de conhecimento auxiliar na compreensão de fenômenos da conjuntura, do presente (Vengoa, 2010). Diversos autores clássicos nas disciplinas da sociologia e da ciência política como Marx, Tocqueville, Weber e Durkheim, para mencionar uma ínfima e mais recente parcela, se colocaram a historicizar objetos e fenômenos que possuiam origem no passado mas se estendiam até o seu presente. Nesse sentido as apreensões da realidade social imediata que possuíam uma dimensão histórica nunca foram novidade. Contudo conforme Vengoa (2010), por uma série de fatores – sendo o mais importante deles a especialização disciplinar e do conhecimento histórico no decorrer do século XIX em diante[57] –, o estudo do passado dominou o campo em detrimento do presente, que foi priorizado por outras disciplinas como a

[56] Um ponto de vista alternativo na mesma vertente, encontrado no próprio contexto francês, figura na 'história do político' conforme o entendimento de Rosanvallon (2010, p. 73, grifos no original), quando expõe que "referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que constitui a *polis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições".

[57] Ao tratar sobre o Historicismo Tosh (2010, p. 6), por exemplo, nomeia a seção correspondente como "liberando o passado do presente", manifestando que "a premissa fundamental dos historicistas foi que a autonomia do passado deve ser respeitada". Pode-se dizer ainda que tal movimento intelectual representou uma reação ao Iluminismo em sua sobrevalorização do presente em detrimento do passado.

sociologia. Tal cenário só passou a mudar a partir dos anos 1970 exatamente com a renovação da história política, movimento este que esteve associado em grande medida com a ciência política – dada a convenção que se firmou em torno da história como estudo do passado e das demais ciências sociais com temas e objetos do presente. Segundo a perspectiva que buscamos priorizar quanto ao tema, a história do tempo presente como fazer histórico não se confunde com outras noções similares como 'história contemporânea', 'moderna', 'imediata', 'vivida' ou 'recente'. Ainda que compartilhe pressupostos com algumas dessas vertentes – em principal no estudo da atualidade em seu fluxo histórico, sem um desfecho determinado –, ela se diferencia em sua minuciosa historicização do presente recorrendo aos mais diferentes ramos do conhecimento na consecução dessa tarefa (Vengoa, 2010).

Entende-se assim que o objeto por excelência da história do tempo presente são aquelas questões e fenômenos próprios da conjuntura imediata que possuem um caráter histórico significativo. Trata-se de uma vertente disciplinar que não dispensa o estudo do presente e ainda assim se afirma como *história* – e não como ciência política ou sociologia. A justificativa desse interesse se dá pelo entendimento de que é fundamental historicizar os fatos, situar os acontecimentos políticos e sociais em um fluxo histórico, de modo a obter uma interpretação razoável dos mesmos (Vengoa, 2010). Em um artigo fruto de uma conferência ministrada em meados da década de 1990, Hobsbawm (1995) tratou sobre as dificuldades e o potencial de um fazer histórico sobre o próprio tempo. Observando as mudanças ocorridas no século XX, em especial no pós-guerra, o autor chama atenção para o ritmo crescente em que se dão, o que complica a tarefa daqueles e daquelas que se empenham em interpretar os eventos mais recentes ou elaborar prognósticos. Ao final, manifesta que "qualquer que seja nossa reação, a descoberta de que estávamos enganados, de que talvez não tenhamos entendido algo direito, deve ser o ponto de partida de nossas reflexões sobre a história de nosso tempo" (p. 112). Pode-se dizer que a história do tempo presente se funda em uma igual preocupação com a aceleração das transformações sociais na contemporaneidade, dada a sua ênfase, por vezes excessiva, na especificidade de sua emergência e aplicação em um tal contexto contraposta aos esforços historiográficos de outras épocas. Dessa forma, apesar de sua ambição em construir estudos abrangentes e globais, tal perspectiva se alinha com os interesses de nossa pesquisa dedicada à história recente do campo da esquerda no Brasil, para além da conjuntura imediata. Se o propósito de tal pesquisa é "interrogar-se sobre o sentido dos fatos" e "formar hipóteses explicativas", como se espera igualmente de um historiador ou historiadora (Rémond, 1996, p. 17), revela-se frutífera uma abordagem que permita uma

adequada apreensão dos acontecimentos recentes e que recuse uma separação restrita entre presente e passado.

Expomos nessa subseção um ponto de vista geral sobre a concepção de história e de seu fazer adotada neste trabalho. Além disso, tratamos brevemente sobre o desenvolvimento da disciplina nos últimos séculos e os avanços manifestados pela nova história política e do tempo presente. Essas últimas, como buscamos deixar claro, compatibilizam-se com o referencial teórico gramsciano na tentativa de se elaborar uma história integral. Em poucas palavras, não basta enumerar os acontecimentos do passado recente reconstituídos a partir das mais diversas fontes, é preciso situar o campo da esquerda no tempo, observar seus desenvolvimentos temporais, tendo em conta ainda o contexto social mais amplo em que se insere. As categorias gramscianas, conforme o capítulo anterior, e a sua perspectiva da história, certamente serão fundamentais para essa tarefa. Na segunda seção desse capítulo daremos início a este esforço revisando a história da esquerda no contexto imediatamente anterior à redemocratização brasileira. Antes, contudo, será necessário tratar sobre os aspectos metodológicos do estudo no que se refere à historiografia e a análise documental.

### *2.1.2. O método historiográfico, a análise documental e suas técnicas*

É recorrente a afirmação de que o que define a ciência como tal é a obtenção de conhecimento válido por meio da aplicação de um método. Igualmente convencional é a alegação de que a base para a consecução da pesquisa, para além de uma pergunta, encontra-se na teoria que orienta a obtenção e interpretação dos dados recolhidos. Precisamente, até esse ponto viemos expondo nossos fundamentos teórico-conceituais, detalhando suas principais categorias e justificando sua adoção – o que propiciará a seleção das fontes históricas e documentais e definição das variáveis de interesse para o estudo em pauta. Destarte, nessa subseção passamos a apresentar os aspectos técnicos do método historiográfico e da análise documental e descrever os passos que serão empreendidos para alcançar os objetivos propostos para a pesquisa.

A princípio, faz-se necessário enfatizar alguns pontos elementares que fundamentam nosso entendimento sobre metodologia. As regras e procedimentos científicos são a garantia para que possamos obter conhecimento relevante e válido, descrições ou explicações sobre determinados acontecimentos, ou teorias que nos auxiliem em uma compreensão qualificada dos mesmos. O método pode ser entendido como “um conjunto de regras e procedimentos... ou princípios normativos para o trabalho científico” (Aróstegui, 2006, p. 424), conjunto este que adapta-se à maneira como cada disciplina observa a realidade ou trata o seu objeto

correspondente – na manipulação dos dados e identificação das variáveis de interesse para compor um conhecimento próprio daquele campo. Nesse sentido a escolha das fontes e análise dos dados, como afirmamos, deve estar apoiada em um "aparato teórico-crítico" que lhe dê sentido e validade (p. 480). Em poucas palavras, o método permite a transformação dos fatos (ou evidências) em dados por meio de variadas técnicas de pesquisa – que podem também ser tomadas de outras disciplinas. Na sequência dessa subseção demonstraremos os fundamentos das escolhas metodológicas adotadas no restante deste estudo.

Como já mencionado, este trabalho adota uma abordagem qualitativa e se funda no método historiográfico. Entende-se, por um lado, que a pergunta de pesquisa proposta só pode ser devidamente tratada recorrendo-se a uma perspectiva histórica que reconstrua os fatos políticos relacionados ao campo da esquerda no contexto nacional recente. Por outro, e consequentemente, que não nos orientamos para a obtenção de inferências baseadas em técnicas estatísticas, mas sim utilizando-nos de fontes, dados e técnicas qualitativas. Conforme Aróstegui (2006, p. 515) essas últimas "acabam sempre em informações verbais", e por isso métodos qualitativos são pertinentes em pesquisas que visam apreender conceitos e variáveis que constituem-se como "palavras" mais do que por "números" (Thies, 2002, p. 352). No desenvolvimento da pesquisa pretendemos nos utilizar tanto de dados primários, produzidos pelas próprios atores coletivos de esquerda, como de dados secundários, obtidos por meio da literatura acadêmica da ciência política sobre o contexto político mais recente no país. Em um primeiro momento, será feito um levantamento dos partidos, centrais sindicais, organizações ou movimentos no contexto dos governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores. Para além de uma análise da dinâmica do campo, reconhecendo os atores que nele se inserem, será necessário apreender também seus princípios e programas de modo a elaborar uma caracterização mínima dos mesmos e a relação mantida entre eles. Em um momento posterior exploraremos suas atividades e posicionamentos políticos no contexto dos governos do PT. Para isso será necessário estabelecer um diálogo crítico com a literatura acadêmica sobre a relação entre política e sociedade no Brasil no período entre 2003 e 2016. Na sequência esses passos serão descritos em maiores detalhes.

Uma certa dificuldade é inerente ao esforço do pesquisador ou pesquisadora que se coloca a definir e fundamentar o método histórico utilizado em sua pesquisa. Isso porque, ao contrário do que tem ocorrido nos últimos anos no âmbito das ciências sociais, não ocorre uma grande ênfase disciplinar no aspecto metodológico. Não é incomum por exemplo, ao menos do que se observou no Brasil no curso desse estudo, que Programas de Pós-Graduação em História não tenham uma disciplina obrigatória de metodologia. Constata-se ainda um

reduzido número de obras e manuais dedicados à metodologia histórica. Tais impressões são corroboradas por Aróstegui (2006, p. 459) quando afirma que existe um "escasso nível de formalização metodológica [e] escassa articulação das regras do método histórico", e em seguida "não sabemos da existência até este momento de nenhum livro com um título semelhante a 'Técnicas de trabalho em pesquisa histórica'" (p. 513), situação que parece não ter se alterado substancialmente. Assim, recorrendo principalmente à obra desse historiador espanhol e com base na literatura explorada na subseção anterior, o método historiográfico pode ser entendido como aquele que se orienta ao estudo de um determinado objeto situado no tempo de modo a apreender seu desenvolvimento temporal. Não se trata, por isso, de uma prática voltada somente à reconstrução ou encadeamento cronológico dos fatos mas para sua assimilação diacrônica em processos históricos. Isso se faz pela busca seletiva das fontes, da sistemática coleta e avaliação das evidências de maneira a reunir dados que permitam elaborar um quadro tão abrangente quanto possível de eventos ou fenômenos ocorridos em um determinado contexto (Marley, 2006; Thies, 2002).

Em contraste com as demais ciências sociais, portanto, a particularidade da história está em sua distinta consideração da variável *tempo*. A disciplina, a exemplo da sociologia, entre outras, possui como matéria as sociedades e a ação humana mas se dedica preponderantemente à temporalidade desses objetos (Aróstegui, 2006). E ainda que a descrição tenha um papel importante em seu fazer – e em outras épocas representou sua principal expressão – a história não dispensa a análise, a explicação e mesmo a comparação entre diferentes fenômenos sociais. Não se trata então, pura e simplesmente, de um estudo do passado ou um relato exaustivo de determinados acontecimentos, mas da historicização de eventos e comportamentos sociais que permita obter, por meio da argumentação, uma interpretação coerente. Percebe-se assim o alinhamento de tal concepção com o referencial teórico utilizado nesse estudo e, também, com aquilo que Aróstegui (2006) classificou como *história sistemática*. Se toda pesquisa se situa entre dois eixos, tempo e espaço – que podem também caracterizar por si só a maneira como se apreende um determinado fenômeno, com ênfase cronológica ou territorial –, ela também pode examinar os subsistemas sociais de maneira tanto quanto possível unitária (história monográfica) ou contemplá-los em uma abordagem mais ampla (história sistemática). Esta última, conforme se deriva da explicação do espanhol, dá conta dos diferentes fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que determinam ou influenciam as mudanças ou a transformação do objeto de estudo. Não se trata por certo de uma tipologia exaustiva ou restritiva, mas apenas uma maneira de colocar em

destaque a perspectiva dominante que guia uma pesquisa. Essas definições, em conjunto, serão úteis para fundamentar os passos e a abordagem deste estudo.

O método histórico compreende diversas vantagens, como exposto até aqui, mas também algumas desvantagens. Por um lado, ele permite a investigação de tópicos e questões que não poderiam ser estudadas em profundidade de outra forma. A historicização dos fatos até o presente pode propiciar uma apreensão ou entendimento mais apropriado para responder a perguntas atuais, que se relacionam também com outros fenômenos. Ademais trata-se de um método não intrusivo, pois o pesquisador ou pesquisadora não influencia os sujeitos pesquisados ou o contexto, o que poderia ter efeito em seus achados. Por outro lado, pode encerrar problemas de validade interna, limitações inerentes à disponibilidade e análise dos documentos e seu conteúdo e de representatividade da amostra (Marley, 2006). Só é possível responder adequadamente a um problema se existem fontes de evidências apropriadas e podem ocorrer lacunas devido à falta de material histórico para compreender os acontecimentos em sua totalidade. Além disso, a depender de como os fatos são traduzidos em um relato argumentativo, pode-se dar a impressão que eventos ocorridos em um determinado contexto estão correlacionados o que constituiria uma leitura teleológica ou *post hoc* dos acontecimentos (Tosh, 2010). Por esse motivo é importante ter sempre em conta que a história, em seu desenrolar, é composta pela confluência de fatores contingentes, imprevistos na ocasião e possuem um caráter multicausal. A análise do historiador ou historiadora, ainda que se fundamente em sua capacidade analítica, depende também da qualidade e abrangência de suas fontes incluindo, por certo, algum nível de viés de sua parte[58].

Caracterizando mais especificamente a pesquisa histórica, podemos enumerar seus passos ou a sequência lógica que envolve. Temos então o estabelecimento de um problema, a construção das hipóteses, definição e localização das fontes relevantes, a organização e análise do material recolhido por meio de técnicas de pesquisa e, por fim, a sumarização das informações obtidas e composição da análise ou interpretação (Aróstegui, 2006; Marley, 2006). Os primeiros passos da pesquisa envolvem necessariamente, como sabemos, um fundamento teórico que permita examinar a realidade social, identificar uma problemática e conjecturar possíveis respostas. As hipóteses possuem um papel importante na medida em que a busca das fontes, a coleta e a análise dos dados devem ter o propósito de colocá-las a prova.

[58] Para tratar sobre as vantagens e desvantagens do método histórico, consultamos também o Guia de Pesquisa da *University of Southern California* (USC), no que diz respeito ao desenho da pesquisa histórica. Disponível em: <http://libguides.usc.edu/writingguide/researchdesigns>. Acesso em: 9 jan. 2018.

Mais que isso, Aróstegui (2006, p. 478) manifesta que "pesquisar é justamente ir destruindo [as] primeiras hipóteses e, se for preciso, mudar toda a orientação da busca de novas realidades e verdades". Cabe destacar ainda o caráter indireto do estudo histórico, já que sua observação se faz por meio de marcas da ação humana em testenhumos, vestígios, restos. Por esse motivo o *documento* é a fonte por excelência do historiador ou historiadora. Não se deve, contudo, ter uma concepção restrita do mesmo, já que a fonte histórica contempla qualquer material de autoria humana "do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo", o que hoje pode incluir até mesmo arquivos digitais[59] (p. 491). Para que se possa obter os dados que fundamentarão a posterior análise, é necessária a aplicação de técnicas de pesquisa que os construam a partir do material bruto recolhido na pesquisa. No caso deste estudo nos utilizaremos da técnica qualitativa de *observação documental*.

Já indicamos a primordialidade do documento como fonte para o fazer histórico; cabe agora encaminhar a definição da técnica e entender as suas etapas. Segundo Aróstegui (2006, p. 508) a análise documental é "o conjunto de princípios e de operações que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico". Segundo esse entendimento a crítica do material recolhido não é o último estágio da técnica mas sim o primeiro e indispensável para a sua consecução. Uma apreensão alternativa é apresentada por Bowen (2009, p. 27) quando afirma que "a análise documental é um procedimento sistemático para revisar ou avaliar documentos... [que] requer que os dados sejam examinados e interpretados de modo a obter significado, ganhar entendimento, e desenvolver conhecimento empírico". Deduz-se dessas definições a importância da avaliação do documento – quem o produziu, a quem se dirigia, em que contexto foi elaborado e, em alguns casos, sua autenticidade e confiabilidade –, precedente à interpretação e identificação de suas ideias, termos e conceitos chave. Entende-se, ademais, que estudos e investigações sobre o mesmo objeto feitos por outras pessoas podem amparar estudos documentais, ainda que nesse caso o pesquisador ou pesquisadora adote precauções por não ter acesso aos dados utilizados. A potencialidade da análise documental está justamente na oportunidade de triangular dados com outras fontes, na abundância de documentos disponíveis para análise (a depender da temática), e em sua especialização como técnica de pesquisa qualitativa (Bowen, 2009).

[59] Fontes de dados históricos, em suma, podem ser "qualquer tipo de documento existente, qualquer realidade que possa aportar um testemunho, vestígio, ou relíquia, qualquer que seja sua linguagem" (Aróstegui, 2006, p. 489).

No que se refere a essa técnica, o documento é considerado como a base para reconstrução dos acontecimentos ou avaliação das mudanças ocorridas em instituições, organizações ou qualquer forma de coletivo. O pesquisador ou pesquisadora possui, nesse caso, um contato indireto com a realidade estudada – que pode ser suplementado por meio de outras técnicas a depender do estudo. Os documentos favorecem "a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias" (Cellard, 2012, p. 295). Ainda que a precisão da análise dependa da disponibilidade e qualidade do material, ela pode ser reforçada pela (ou cotejada com a) consulta a demais análises do mesmo fenômeno. Dessa forma, entende-se que a análise documental contempla não apenas os procedimentos sistemáticos para interpretação das evidências mas também algum nível de criatividade e flexibilidade daquele ou daquela que a empreende. "O momento em que uma soma de ideias ou de pensamentos se une para formar uma explicação, em que um certo raciocínio se constrói repentinamente... É nesse estágio que a imaginação e a intuição do pesquisador são mais utilizadas" (p. 305). Um bom estudo depende, portanto, do discernimento da pessoa que o conduz, da qualidade de suas evidências e de sua postura crítica diante do material de modo a compor uma interpretação integral dos fatos.

A realização da análise documental compreende alguns passos, da identificação da origem das evidências à análise dos dados. A princípio é fundamental localizar as fontes e identificar aquelas mais convenientes para o estudo proposto – ou mesmo se existe material ou um conjunto de documentos que possa propiciar a obtenção de dados (Bacellar, 2008). É indicado que se tenha uma noção dos tipos de documentos disponíveis e que podem suprir a pesquisa antes de concluir a coleta e de iniciar a análise. Caso contrário, poderia-se incorrer no erro de "se precipitar sobre o primeiro bloco de documentos obtido, antes de realizar um inventário exaustivo e uma seleção rigorosa da informação disponível" (Cellard, 2012, p. 298). Durante todo esse processo recomenda-se uma sistemática organização das evidências recolhidas, o que pode ser feito por meio de fichas contendo sua fonte, referência, resumo e palavras-chave por exemplo. Já o exame dos documentos contempla a observação externa e interna, contextual e substancial (Aróstegui, 2006). A análise preliminar envolve a avaliação e crítica do documento, e seus passos podem ser divididos em: um exame do contexto social em que o documento foi produzido e no qual se inseria seu autor ou autora e destinatários; uma avaliação de quem eram os autores ou autoras de tais escritos e sua relação com a organização ou contexto sóciopolítico; avaliação da autenticidade e confiabilidade do texto; e, por fim, apreensão da natureza do texto e seus principais conceitos e termos chave (Cellard, 2012).

Assim, diferente de modelos historiográficos de outras épocas, não basta juntar as evidências coletadas de modo a compor um relato exaustivo, mas caracterizar os atores, atrizes e os acontecimentos em uma completa explicação.

Encontradas as fontes, localizados os documentos de interesse – convenientemente organizados e categorizados – e realizada a análise preliminar temos então os meios para consumar a análise de fato. Nesse estágio é fundamental relacionar os dados obtidos com o problema e as hipóteses de pesquisa de modo a "formular explicações plausíveis... e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento" (Cellard, 2012, p. 304). A avaliação da matéria dos documentos pode contemplar também uma análise temática na forma de códigos e categorias, o que justificaria a adoção de alguns dos procedimentos da análise de conteúdo (Bowen, 2009; Constantino, 2002). É necessário ainda pesar as evidências selecionadas, já que os documentos não podem ser considerados precisos, exatos ou como uma completa exposição dos fatos e dos acontecimentos – captar o seu viés é essencial. A qualidade de um estudo, em suma, deriva "das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador", integrando tanto quanto possível os elementos obtidos do material coletado e triangulando os dados com outras fontes e estudos realizados por outros estudiosos e estudiosas. Tal esforço se orienta para o propósito de "obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser" (Cellard, 2012, p. 305). Vale destacar que todas as indicações e procedimentos explorados nessa subseção constituem uma convenção própria do campo da história, o que não significa que devem ser aplicados rigidamente. A ordem das etapas metodológicas pode ser flexibilizada a depender da pesquisa e da problemática que se propõe a investigar. Realizada essa revisão da literatura quanto ao método será possível então fundamentar os passos deste estudo que serão descritos na sequência.

Caminhando para a conclusão dessas considerações metodológicas convém observar as vantagens e desvantagens da análise documental. Por um lado, como mencionado, essa técnica permite a triangulação de dados entre diferentes fontes documentais, o que pode amparar a interpretação produzida na pesquisa. Outros benefícios incluem: os próprios documentos podem prover contexto sobre a situação ou período em estudo; podem também gerar dados adcionais ou indicar caminhos diversos de pesquisa; por fim, os documentos coletados podem servir para corroborar ou refutar achados de outras pesquisas (Bowen, 2009). Por outro lado, os documentos não dizem tudo. Seria necessário 'ler entre as linhas' ou acompanhar as próprias práticas dos atores e atrizes de modo a ter uma representação completa. Além disso, apesar do grande volume em existência, os documentos podem não

contemplar o ângulo ou as questões que uma determinada pesquisa busca investigar – o que exigiria a construção das fontes, nem sempre possível para o historiador ou historiadora (Aróstegui, 2006). Em síntese, a análise documental se constitui como um método eficiente e que requer apenas a seleção de evidências e não a sua coleta; a disponibilidade de documentos é abundante; o custo de pesquisa é, por isso, baixo. Contudo é preciso lidar com limitações como a insuficiente exposição de detalhes nos documentos, dificuldade de encontrar ou recuperar documentos importantes, e um possível viés de seleção por parte do pesquisador, proveniente da seleção dos documentos a serem utilizados.

Feita essa revisão da literatura metodológica atinente ao método historiográfico e à análise documental estamos aptos a melhor especificar os passos da pesquisa. Conforme a definição de esquerda trabalhada no capítulo primeiro (cf. 1.1.4) nosso interesse se volta para organizações de alcance regional e nacional que possuem como horizonte uma sociedade fundada em princípios diversos daqueles do atual modelo capitalista[60]. Tais associações incluem partidos, centrais sindicais, organizações de classe ou segmento, movimentos sociais e coletivos autônomos que possuem uma atuação não restrita ao âmbito local e em prol de lutas das pessoas por programas, projetos e mudanças sociais – e, como tal, tratam-se de movimentos *políticos*[61]. Ainda, como organismos de esquerda, podem estar fundados programaticamente em diversas vertentes como o anarquismo, comunismo (leninismo, trotskismo, maoísmo), autonomismo e social-democracia – contemplando também os movimentos feminista e negro (cf. 1.1.5). Delimitado o escopo das associações de interesse para esta investigação reforçamos o objetivo de compor um perfil básico que permita a caracterização e o conhecimento de suas relações com as outras organizações de esquerda. Sendo este o propósito, revela-se pertinente ter como fonte os canais oficiais desses organismos, ou seja, os sítios que mantém na *internet* nos quais expõem seus programas, manifestos, documentos, entre outros. Serão de especial interesse aqueles escritos que dão conta de seus princípios e projetos políticos, da fundação e história da associação, comunicados e notas públicas que tragam evidências de como seus partidários interpretavam a conjuntura no momento em que se situavam. Espera-se que a partir de um *corpus* constituído

[60] Nesse sentido, Webber e Carr (2013, p. 4, grifo nosso) apresentam uma definição confluente: "Nós entendemos que a esquerda inclui regimes, partidos políticos e movimentos sociais *que desafiam, de diferentes formas e graus diversos, o capitalismo neoliberal, o imperialismo, e a exploração de classe, assim como se opõem às opressões sexual, de gênero, classe, étnica e racial*".

[61] Enfatizamos esse ponto de modo que fique claro que à pesquisa não concernem instituições puramente representativas e/ou instrumentais como fundações, institutos, organizações não-governamentais, entidades religiosas e análogas pessoas jurídicas de direito privado.

dessas categorias de documentos seja possível extrair dados que permitam captar a dinâmica do campo da esquerda no Brasil e precisar o posicionamento dos grupos e suas conexões.

O estudo se concentrará portanto sobre documentos 'programáticos', 'de trajetória' e 'de contexto' de organizações constituídas e ativas no período dos governos presidenciais do PT. O material será recolhido de cada fonte, catalogado e organizado conforme essas categorias de modo a fundamentar posterior análise documental. Preliminarmente, será importante compreender o contexto em que cada organização foi criada, os principais acontecimentos de sua história e a vertente a qual se filia. A análise de fato envolve o levantamento da atividade desses atores coletivos dando conta da dinâmica do campo no período investigado. Possíveis dificuldades na caracterização das organizações poderão ser remediadas pelo recurso a trabalhos acadêmicos (dissertações, teses e livros) que as tiveram como objeto em tratamentos unitários e abrangentes.

Precedendo a essa análise, no terceiro capítulo, apresentaremos uma pesquisa bibliográfica com base na literatura que tratou sobre o contexto político mais amplo dos governos presidenciais de Lula e Dilma. Caberá aqui identificar os principais acontecimentos e a relação mantida entre os coletivos que compõem a esquerda hegemônica e a oposição de esquerda até a culminação dos eventos de 2013 ("jornadas de junho") e as manifestações de 2015-2016 ("pró-*impeachment*", "anti-PT"). Trata-se de um primeiro passo na especificação da hegemonia petista na história recente do país para, na sequência, verificar se de fato está em curso a organização de uma nova direção no campo ideológico. Em tudo isso será particularmente importante recuperar e analisar os precedentes e efeitos dos protestos de junho de 2013 sobre a esquerda. Esse trabalho municiará também a posterior elaboração de prognósticos no que se refere às expectativas quanto à renovação de sua prática e projeto político. Sob esse pano de fundo, no quarto capítulo serão exibidos a lista de organizações de esquerda selecionadas, sua caracterização e posteriormente uma história do tempo presente do campo ideológico a partir das evidências coletadas.

Enfim, na sequência do presente capítulo faremos uma sucinta recuperação da história da esquerda no Brasil, dando conta de seus principais atores a partir da constituição da hegemonia do Partido dos Trabalhadores no final da década de 1980. Tal esforço se justifica pelo entendimento de que uma compreensão abrangente do campo no país requer a recuperação de sua história, dos desafios políticos que se apresentaram ontem, de forma a situar os dilemas e contradições do presente.

## 2.2. Para uma breve história da esquerda brasileira centrada nos atores

Não existe até o momento nenhum trabalho histórico sistemático sobre o campo da esquerda no Brasil na literatura acadêmica brasileira[62]. Apesar disso, abundam trabalhos monográficos sobre partidos, organizações, movimentos sociais e temas restritos, como a luta armada no contexto do regime militar de 1964-1985. Por um lado, trataria-se de um enorme esforço dar conta de todo o processo político em curso no século XX e, dentro dele, situar as organizações de esquerda, suas posições e atitudes. Por outro, revelaria-se igualmente desafiador contemplar a vasta bibliografia que de uma maneira ou outra tratou sobre o contexto e os atores coletivos de esquerda envolvidos na história política nacional. Cientes dessas dificuldades, e conscientes de que não é nosso objetivo elaborar um trabalho de fôlego sobre o assunto, intentamos nessa seção apresentar uma abreviada leitura da história da esquerda centrada em seus sujeitos mais destacados. Partindo dessa premissa revela-se conveniente considerar em maior relevo os primórdios da Nova República e a emergência, no dizer de Eder Sader, de novos personagens em cena. Trataremos sobre a ascensão do Partido dos Trabalhadores no final da década de 1970, dentro do assim chamado ciclo das bases e do novo sindicalismo, o estabelecimento da hegemonia petista nos anos 1990 e o processo político que levou à vitória eleitoral obtida na eleição de 2002. Afinal, da mesma forma que o PCB exerceu a hegemonia na esquerda por várias décadas após a sua fundação, a dinâmica recente do campo passa necessariamente pela atuação política do PT e demais atores coletivos que avalizaram sua direção.

### *2.2.1. Ascensão de novos atores, transição democrática, formação e ápice do PT (1974-2002)*

A luta armada empreendida pelos grupos da esquerda foi praticamente eliminada pela repressão militar até 1974. Naquele ano caíram os últimos combatentes da Guerrilha do Araguaia – iniciada dois anos antes – e no período seguinte começaria uma lenta mas necessária autocrítica da violência revolucionária. Na inevitável exaustão dessa forma de luta diante das sofisticadas práticas da polícia política, algumas organizações retornavam a fazer um trabalho de base mais substantivo. Esse movimento, somado ao trabalho social que já vinha sendo realizado pela Igreja Católica e à iniciativa do operariado em contrapor as estruturas sindicais em vigor naquele momento, abriram uma janela de oportunidade para ascensão de um movimento popular de massas do decorrer dos anos 1970 que deixou sua marca na Constituição de 1988.

[62] Devemos fazer menção à "História das tendências" de Ozaí da Silva (1988) como uma obra que mais se aproximou de tal intento. Trata-se contudo de uma publicação própria do autor, que visava em suas próprias palavras esclarecer as pessoas sobre os fatos mais significativos da esquerda, sem a pretenção de esgotar o tema.

Nessa subseção levantaremos alguns dos elementos históricos mais relevantes desse período, conhecido na literatura como ciclo das bases (Ridenti, 2006), no que se refere aos novos movimentos sociais, à constituição do novo sindicalismo e de organizações políticas como a CUT e o MST. Importante para essa dissertação é também dar conta da construção do PT e o estabelecimento de sua hegemonia à frente da oposição social (Secco, 2015) aos governos neoliberais, até a vitória eleitoral de Lula da Silva em 2002. Tratar-se-á inevitavelmente de uma leitura abreviada, dado o escopo do trabalho, mas que intenta caracterizar as mudanças pelas quais passou o campo da esquerda naquele momento, que marcaram a cisão com práticas políticas anteriores – da organização em coletivos centralizados e de vanguarda à formação de movimentos sociais de ênfase participativa sob o mote do 'povo como sujeito de sua própria história' (Sader, 1988; Doimo, 1995). Elementos contextuais serão abordados na medida em que permitam compreender a história da esquerda no período em estudo e os desdobramentos para a prática política ulterior de suas organizações – o perfil dessas coletividades será aprofundado em um momento posterior, no quarto capítulo.

A emergência de movimentos da sociedade civil e as grandes greves do final dos anos 1970 marcaram o período de abertura do regime militar. O fator mais importante da mobilização que se iniciava naquele momento histórico, em que 'novos atores' figuravam no espaço público, era a sua utilização de "imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos" que reivindicavam por direitos ou mesmo "pelo direito de reivindicar direitos" (Sader, 1988, p. 26). Emergia então uma perspectiva ou discurso que enfatizava as coletividades, sua origem, identidade e potencial. Os operários e as pessoas que compunham associações de bairro e nas regiões apareciam então como sujeitos políticos que tinham razão de existir e atuar, ou seja, que eram legítimos naquele contexto – contra a repressão e perspectivas elitistas da política que postulavam a passividade e conformismo dos cidadãos e cidadãs. A emergência de um movimento democrático de ampla reverberação na sociedade, o associativismo nos bairros envolvendo questões como o custo de vida, o crescimento do sindicalismo de oposição aos 'pelegos', a formação dos movimentos de base e a constituição do Partido dos Trabalhadores levavam Sader a identificar um disseminado "comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente" (p. 30). Aos poucos, a manifestação popular entendida como simples sintoma de uma conjuntura econômica e politicamente problemática foi entendida como uma expressão de "resistência, de autonomia e criatividade" das pessoas que nelas se envolviam (p. 33). Era como se as energias sociais de 1968, que foram reprimidas naquele ano pela instituição do AI-5, retornassem com todas as

forças em seu ímpeto de crítica não apenas da institucionalidade mas da própria maneira como as organizações de esquerda conduziam a luta até ali. Em suma, tratava-se de "uma nova configuração das classes populares no cenário público" (p. 36).

Os antecedentes de tal mobilização podem ser identificados, resumidamente, em elementos materiais e simbólicos. Por um lado, ela se relacionou com a ampliação das metrópoles, com a crescente migração das periferias do país para as grandes cidades e, consequentemente, com as condições de trabalho e de vida das pessoas entre os anos 1950 e 1960 (Sader, 1988). Diferentes categorias de trabalhadores urbanos sentiram de maneiras díspares os efeitos do desenvolvimento econômico e social brasileiro no período. Contudo, identificava-se entre elas o comum desejo de superar a exploração econômica e viver com maior dignidade, inclusive profissional. Por outro lado, já na década seguinte, ocorreria a valorização das categorias de 'povo' e 'comunidade', tomadas em um sentido progressista a partir da intervenção social de setores da Igreja Católica e do trabalho de base por organizações clandestinas de esquerda (Doimo, 1995). Esse movimento resgatava alguns dos valores dos 'novos movimentos sociais' que emergiram nos anos 1960 no Norte global como, por exemplo, o enaltecimento do exercício da cidadania e da autonomia das pessoas e a rejeição de qualquer espécie de centralismo. A gradativa conformação desse processo se deu em uma conjuntura não apenas de repressão mas também de ações do regime militar que visavam despolitizar a população, deslegitimar a ação coletiva e desarticular espaços públicos de deliberação (Sader, 1988). Em suma, essas mudanças sociais e a criação de matrizes discursivas que valorizavam o cotidiano das pessoas comuns propiciaram a expressão do descontentamento e das aspirações populares no contexto de enfraquecimento do regime após a metade dos anos 1970 – no bojo de uma crise econômica que se estenderia na década seguinte.

As bases sociais para a formação dos movimentos derivam também de mudanças na relação entre a população e a Igreja Católica, as organizações de esquerda e o sindicalismo. Em um contexto de perda de fiéis e de mudanças na cúpula da Igreja quanto à posição tomada frente aos regimes ditatoriais na América Latina, setores eclesiais passaram a adotar uma postura crítica e em defesa dos direitos humanos de presos políticos, torturados, mortos e desaparecidos, e se envolver com a população das regiões periféricas das cidades e da zona rural – aprofundando uma prática antes iniciada pela Ação Católica, passando pela JUC, JEC e AP (Sader, 1988). O funcionamento de milhares de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais foi decisivo para demonstrar que as pessoas podiam se organizar, discutir os problemas locais e lutar pela efetivação de serviços públicos e de seus direitos. As próprias

organizações de esquerda atuavam por meio desses canais, por exemplo, em projetos de educação popular que forneciam uma perspectiva crítica. Mas a população não aderia ao discurso da vanguarda e de direção do movimento por esses grupos. A repressão política e o extermínio da esquerda armada levaram a um inevitável afastamento de militantes que, voltando a sua vida comum, mantinham contato com as pessoas sem as "referências totalizadoras das estratégias revolucionárias" – questionadas mesmo em âmbito internacional naquele momento (p. 173). No âmbito sindical, dado o controle do regime militar sobre suas direções e a definição dos salários por meio de lei, as instituições passaram a ter um papel meramente assistencialista e abdicaram do confronto com os empresários e o governo. No decorrer dos anos 1970, contudo, constituiram-se oposições sindicais que, sob o rótulo do 'sindicalismo autêntico' ou 'novo sindicalismo', lutaram pelas reivindicações da base por melhores salários em uma conjuntura inflacionária e por melhores condições de trabalho. Ainda que pudessem existir vínculos entre esses diferentes movimentos, e que se influenciassem mutuamente, eles manifestavam diferentes perspectivas ou formas de expressão e guardavam em comum a ênfase na autonomia e na ideia do 'povo como sujeito' (Doimo, 1995).

As duas obras clássicas nas quais fundamos a breve síntese exposta acima convergem na identificação dos elementos conjunturais e da base social que propiciou a formação dos diferentes movimentos reivindicativos. Contudo, elaboradas em momentos históricos diversos, expressam naturalmente perspectivas divergentes sobre seus desdobramentos. A problemática de Sader (1988) envolvia o contraste entre entre a 'velha' política de esquerda e das instituições estatais e a 'nova' política dos movimentos sociais, buscando averiguar os fatores subjetivos e discursivos – em oposição às explicações estruturais – que davam base aos movimentos reivindicativos emergentes na década de 1970. A conclusão de sua análise foi a de que essas formas coletivas disputariam, dali em diante, o espaço de representação política com os partidos e as instituições formais dada a desconfiança nessas últimas e a valorização preponderante da autonomia popular. Já Doimo (1995) parte da realidade de refluxo não apenas dos movimentos de então mas do próprio interesse acadêmico por eles, dada a frustração dos prognósticos de sua capacidade transformativa ou revolucionária. Centrando seu estudo em movimentos como o do custo de vida, de moradia, da luta contra o desemprego, de saúde e de transporte coletivo, a autora buscou averiguar a constituição de um campo ético-político e suas conexões ativas que levavam ao fortalecimento da prática e discurso da autonomia popular – processo esse que influenciou, em parte, a conformação da Nova República (cf. Dagnino, 2004). Em síntese, os limites dos movimentos reivindicativos

podem ser encontrados no fato de que eles possuíam não apenas uma dimensão expressivo-disruptiva, mas também integrativo-corporativa: "pela primeira, contesta-se o caráter excludente do Estado capitalista e elaboram-se perspectivas de transformação social... pela segunda, porém, interpela-se o lado provedor do Estado e arquitetam-se possibilidades de maior integração social" (Doimo, 1995, p. 94). Na ocasião de seguidos eventos nos anos 1980, como eleições, Diretas Já e Constituinte, prepondera a face integrativo-corporativa que viria a conformar-se nas instituições participativas formais e na difusão das ONG's. Na sequência exploraremos em mais detalhes esse período.

Se a formação do PT e da CUT e o estabelecimento da hegemonia do primeiro no campo da esquerda não podem ser entendidos sem os elementos abordados anteriormente, não se dispensa também uma caracterização do novo sindicalismo. A partir de 1964, com a intervenção governamental nos sindicatos e o banimento de partidários do PCB, as direções sindicais pelegas colocaram em prática ações repressivas e restritivas da autonomia do movimento operário – incluindo em alguns casos a denúncia e entrega de trabalhadores para os patrões e órgãos repressivos. Ainda assim, antes do fechamento do regime com o AI-5, as lutas operárias se expressaram em movimentos como aquele de Osasco em 1968 que seriam importantes para dar base para as práticas posteriores no contexto da distensão política. Essa politização do movimento concorria com o discurso governamental do desenvolvimento e das "fantasias de ascensão social" (Sader, 1988, p. 233) às quais aderia uma parcela dos trabalhadores e trabalhadoras. Ainda que algumas organizações de esquerda revolucionária como AP, POR e Polop atuassem no sentido de mobilizar a classe em uma luta política contra o regime, sua prática política vanguardista repelia os trabalhadores – enquanto o PCB adotava uma política de ocupação dos sindicatos mesmo com a existência de direções subservientes. Progressivamente as lutas operárias deixavam de ter como objeto a direção do sindicato e o confronto interno a ele e difundiam-se para o espaço de trabalho. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo a renovação da diretoria em 1975, com a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, foi decisiva para estimular a mobilização no chão nas fábricas e deu vazão para as insatisfações do operariado no limite do que se podia fazer legalmente. Em comum com as demais mobilizações da época suas reivindicações iam além da obtenção de benefícios materiais mas fomentavam a construção de uma dignidade trabalhadora contra o desrespeito de seus direitos por parte dos patrões.

O sindicalismo 'autêntico' emerge, portanto, da construção de grupos de oposição às direções sindicais e pela mobilização autônoma dos trabalhadores nas fábricas. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), por exemplo, atuava desde o início da década

de 1970 por mudanças na estrutura do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Inicialmente essa prática oposicionista se dava por dentro do sindicato e passou posteriormente a centrar-se no espaço fabril. A realização de pequenas lutas no ambiente de trabalho e a reprodução de ações promovidas em outros espaços da sociedade, com sucesso, alimentavam a perspectiva de que trabalhadores e trabalhadoras poderiam alcançar êxito por sua própria iniciativa e autonomia – o que fomentava a constituição de sujeitos políticos (Sader, 1988). Se no final daquela década as direções sindicais passaram a ser majoritariamente repudiadas, o próprio movimento de base estimulado pela Oposição ameaçava autonomizar-se nos locais de trabalho. As reivindicações apresentadas pela OSM-SP centravam-se principalmente na necessária independência com relação aos patrões e o governo, extinção do imposto sindical e manutenção das comissões de fábrica como mecanismo de democratização do sindicato. No Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, como mencionado, a transição realizada em sua liderança e o esvaziamento ou absorção das oposições em sua estrutura significou a passagem de uma atuação assistencialista para outra de viés combativo. Aproveitando-se do contexto da abertura política – mas cautelosamente separando a luta econômica da luta política, evitando que essa última justificasse a intervenção repressiva do governo – o movimento buscou enaltecer os feitos do regime e suas ações mas cobrava a parte dos operários em todas aquelas conquistas. Para isso, exigiam a reposição salarial frente à inflação, o cumprimento efetivo das leis trabalhistas e a coibição de abusos como horas extras, entre outras pautas. Capacitando e estimulando os trabalhadores a buscarem seus direitos e lutarem por melhorias nas condições de trabalho a direção do sindicato abria caminho para as grandes greves entre 1978 e 1980, dando "dimensão histórica" às "experiências vividas pelos trabalhadores" (p. 193).

Toda essa mobilização não ocorreria, certamente, sem a oposição de determinados setores do sindicalismo e da esquerda, por diferentes motivos. O PCB, em um primeiro momento, interpretou o ascenso da luta dos trabalhadores como uma mudança de patamar na política nacional, estabelecendo um nexo entre a pauta por melhores salários e condições de trabalho com a luta pela democracia. Tal leitura, contudo, colocava o partido em descompasso com o movimento construído pelas bases que não tinha a intenção a princípio de politizar amplamente a sua pauta, sob pena de atrair a atenção dos órgãos repressivos (Santana; Antunes, 2007). Aqui ficavam claros os limites da atuação legal ou institucional da militância pecebista pelo retorno à democracia naqueles anos (Konder, 1980), que levou a um substantivo afastamento do operariado e a incapacidade de dialogar com seus novos atores. Na ocasião das greves do ABC e sua generalização pelo país no final dos anos 1970 o PCB

argumentava incisivamente pela "subordinação da luta social à luta política" (Santana; Antunes, 2007, p. 385) sob o argumento de que as paralizações não poderiam se colocar no caminho ou ameaçar a abertura democrática que então se conduzia naquele momento. Isso, somado ao trabalho por dentro das direções sindicais de situação, levou o PCB a não ser mais identificado como 'o partido da classe operária'. As bases então passaram a investir suas energias na mobilização autônoma e construção de seus próprios instrumentos, como se daria nos anos seguintes com as propostas de formação do PT e da CUT. A efetiva separação e choque entre militantes alinhados à Unidade Sindical – "que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical... e os militantes da esquerda dita 'tradicional'" (p. 391) – e ao sindicalismo 'autêntico' marcaria um significativo episódio da disputa pela hegemonia no campo da esquerda no início dos anos 1980.

A criação do Partido dos Trabalhadores se relaciona com as lutas operárias, mas é a confluência de intelectuais, movimentos sociais e organizações de esquerda em seu núcleo que singulariza esse processo. As iniciativas para a formação do PT tiveram início no final de 1978 e a proposta foi oficializada no "Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, São Paulo, em janeiro de 1979" (Keck, 2010, p. 102). Foi então formado um comitê informal composto por representantes de várias categorias de trabalhadores – metalúrgicos, petroleiros, bancários, entre outros – responsável por elaborar uma Carta de Princípios e organizar o recolhimento de sugestões de suas bases. Inicia-se então uma acalorada discussão sobre o caráter e proposta do partido e como deveria se dar a sua organização. Com o tempo ficava claro que não se tratava de um "partido de metalúrgicos", mas que as lideranças "estavam agindo enquanto indivíduos e não como representantes de seus sindicatos" (p. 103). Por outro lado, na ocasião de uma nova greve no ABC no início de 1979, os próprios sindicalistas preocupavam-se com a possibilidade de divisão do movimento operário pela criação do partido (Secco, 2015). Enfim, a partir de junho daquele mesmo ano ganharia ímpeto uma proposta de amplo apelo social, contemplando também os movimentos sociais reivindicativos e dos bairros, ou nas palavras de Lula àquela época, "todos os assalariados" (Keck, 2010, p. 104). Seguiram-se debates que envolveram intelectuais, parlamentares do MDB e militantes de grupos como Organização Socialista Internacionalista (OSI), Convergência Socialista e Democracia Socialista (cf. Ozaí da Silva, 1987; Meneguello, 1989) e que abrangeram questões relacionadas à reforma partidária – que daria fim ao bipartidarismo naquele ano –, à conveniência de se dividir a frente democrática contra o regime pela criação do partido e à representatividade dos setores populares (e de suas aspirações) em seu programa político. Dado o crescimento dessas discussões e a conjuntura

política de então – e de modo a evitar ações oportunistas – as lideranças envolvidas no processo decidem oficializar a criação do PT como agremiação partidária e dão início aos trâmites para obtenção de seu registro.

> No dia 13 de outubro de 1979, no Restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo, foi lançado oficialmente o movimento Pró-PT e aprovadas as normas transitórias para o funcionamento do movimento onde os núcleos tinham grande relevo, uma declaração política e a Carta de Princípios. Também foi formada a Comissão Nacional Provisória... O movimento se espraiou pelas ruas. Inúmeras viagens, reuniões e até comícios locais prepararam a fundação (Secco, 2015, p. 43).

O sucesso de seus organizadores na obtenção do registro provisório perante o então Superior Tribunal Eleitoral em fevereiro de 1982 permite entender, em parte, a concomitante ascensão do PT e o declínio do PCB na esquerda brasileira. No dia 10 fevereiro de 1980 mais de mil pessoas – incluindo representantes de núcleos de 17 estados – compareceram ao Colégio Sion em São Paulo para aprovação do manifesto do partido, "e pelo menos quinhentos dos presentes assinaram-no como membros fundadores do partido" (Keck, 2010, p. 135). Após essa importante etapa, requiria-se a organização de comissões provisórias nos estados e municípios, o que foi alcançado em número necessário para a solicitação do registro provisório em setembro daquele ano[63]. Não se tratou de uma tarefa simples para um partido que não era um desmembramento do MDB – os novos partidos que contavam com base parlamentar foram bem mais ágeis na obtenção dos requisitos. Contudo, se o PT não tinha bases partidárias convencionais contava com uma grande capilaridade social. É aqui que se observa a importância das fontes originárias do PT, para além do novo sindicalismo: as CEBs e pastorais da Igreja Católica, que, como vimos, ofereceram os canais de expressão para os novos movimentos sociais; políticos progressistas do MDB; intelectuais universitários e estudantes; militantes trotskistas de várias organizações; e remanescentes da luta armada (Secco, 2015; cf. Reis, 2007). Tratava-se portanto de um partido com raízes sociais plurais, não apenas de trabalhadores – mas idealizado e criado por eles, a partir de baixo; regionalmente diversificado – seus setores fundantes ou mais significativos mudam a cada localidade; e, por fim, teoricamente ambíguo quanto ao seu projeto socialista – o que permitiu a reunião de militantes de diversas vertentes políticas que disputavam os rumos do partido. O PCB, não apenas por suas divergências com as novas forças sociais mas também pela atrofia

[63] Na sequência, em 22 de outubro de 1980, "o PT requereu seu registro provisório ao Superior Tribunal Eleitoral, apresentando documentação sobre a organização de comissões regionais em dezoito estados e, em treze deles [Acre, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Goiás e São Paulo], comissões municipais em 647 municípios" (Keck, 2010, p. 136).

provocada pela repressão dos militares, pouco poderia fazer para conter esse movimento. De sua parte os militantes do PT trataram de cindir a história da esquerda, renegando a tradição comunista anterior e enaltecendo sua originalidade (Oliveira, 1986).

A constituição da hegemonia petista no campo da esquerda, que se daria ao longo dos anos 1980, está associada portanto à emergência de um movimento popular abrangente que lhe daria base e também a fatores políticos conjunturais. Não se pode fazer pouco caso, diante de toda a história da esquerda no século XX, da possibilidade de atuação legal que se abria no contexto de distensão política. A abertura proporcionou ao PT a oportunidade de crescimento e aglutinação das forças progressistas e de esquerda – coisa que o PCB experimentou por períodos bastante reduzidos em sua história, tendo acentuado seu isolamento após o golpe de 1964 (Fortes, 2005). Além disso o PT vem a lume em um contexto em que os movimentos fomentam a participação e autonomia das pessoas envolvidas, em lutas por direitos e exercício da cidadania, o que acabava, por outro lado, diluindo a radicalidade do seu programa político (Oliveira, 1986). Já o PCB, mesmo compondo uma frente democrática e avançando em uma concepção da 'democracia como valor universal' (Konder, 1980; Lucca-Silveira, 2017), não deixava de ser associado ao stalinismo e a práticas centralistas e dogmáticas. Outro fator a se destacar é a formação orgânica do PT dentro da classe trabalhadora (Fortes, 2005), visto que o PCB, ainda que tenha sido fundado por trabalhadores e tenha contado com grande capitalidade no movimento operário em determinados períodos, foi considerado várias vezes como um 'corpo estranho' devido à sua prática vanguardista. Não é por outro motivo que obreirismo – da necessidade de ampliar o contato e estabelecer lideranças de perfil operário – tenha sido um tema recorrente no campo da esquerda no último século. Em seus momentos iniciais, consequentemente, o PT encarna a rejeição às práticas políticas da velha esquerda e constitui sua identidade e base de apoio a partir dessa oposição. A contar de meados dos anos 1980 o partido estabeleceria seu lugar no centro da 'oposição social', estreitando laços com diversos movimentos (Secco, 2015).

No mesmo período em que se realizava a formação do PT passos decisivos eram dados para a constituição da Central Única dos Trabalhadores. Aqui cruzam-se as trajetórias da CUT e de outra importante organização do período: a Central de Movimentos Populares (CMP), fundada em 1993. Como mencionamos, no início dos anos 1980 acirrava-se a disputa dentro do movimento operário entre militantes alinhados à Unidade Sindical (dentre eles partidários do PCB e do PCdoB) e ao sindicalismo autêntico (em parte envolvidos na construção do PT), centrando-se em divergências sobre a estrutura sindical e ampliação do espaço de participação das oposições. A controvérsia ficaria mais evidente na ocasião da I Conferência Nacional das

Classes Trabalhadoras (Conclat) realizado em agosto de 1981 em Praia Grande. Ao mesmo tempo em que era eleita uma comissão pró-CUT responsável por orientar as lutas e organizar a próxima reunião, a Unidade Sindical empreendeu todos os esforços para adiar o evento (Santana; Antunes, 2007). Naquele contexto as oposições sindicais contavam com o apoio dos movimentos sociais, expresso por exemplo no ativismo da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), fundada em fevereiro de 1980. Essa organização "defendia a unificação dos movimentos populares com o sindicalismo" (Carvalho, 2007, p. 76) e deu o impulso necessário para a criação da CUT. Dada a divergência entre os dois blocos do sindicalismo, realizou-se em agosto de 1983 o Conclat de São Bernardo onde foi criada a Central Única dos Trabalhadores. Em novembro daquele mesmo ano realizaria-se o Conclat (agora Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras) da Unidade, que viria a dar origem a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em março de 1986 (Secco, 2015). Dali em diante, com o protagonismo da CUT frente ao movimento sindical nos anos seguintes, a Anampos se empenharia na tarefa de unificar a luta dos movimentos populares urbanos e rurais. O primeiro passo para a fundação da CMP se deu em 1989 e o processo foi concluído em outubro de 1993 no I Congresso Nacional de Movimentos Populares em Belo Horizonte (Mance, 2007).

Já para as lutas no campo o fato marcante daqueles anos foi a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Após o golpe militar de 1964, ainda que as Ligas Camponesas tenham sofrido uma grande derrota, o tema da reforma agrária permaneceu em alguma medida na pauta política – por meio de secretarias de governo e pela criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1970. Contudo, diante das péssimas condições de vida e a diminuta iniciativa governamental pela redistribuição de terras, movimentos sociais recomeçaram a atuar naquela década, em especial no Sul do país (Medeiros, 2007). Esses coletivos encontraram apoio fundamental na Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição católica criada em 1975 e que atuava sob influência da Teologia da Libertação e "do catolicismo da esquerda dos anos 60, típico da JUC e da AP" (Ridenti, 2007, p. 264). Práticas como ocupações e construção de acampamentos tiveram lugar desde o ano de 1979 e intensificaram a formação de movimentos locais. As pessoas envolvidas nesses coletivos, que também atuavam por meio das Comunidades Eclesiais espalhadas pelo interior dos estados, se empenharam no compartilhamento de experiências e na unificação de suas lutas realizando diversas reuniões no início dos anos 1980. Esse esforço culminou no I Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em janeiro de 1984 em Cascavel (PR), onde se deu a formalização do MST (Fernandes, 1999). Os anos seguintes marcariam a transição de

práticas de menor potencial conflitivo, diálogo com autoridades locais e base sulista para a radicalização das ações, disposição para o confronto com forças policiais e contratadas pelos proprietários, deslocamento e reorganização do Movimento no estado de São Paulo, ampliando a partir daí sua representação nacional (Navarro, 2002). O movimento camponês, assim, não estava desligado da conjuntura política na qual emergiam novos atores coletivos urbanos, associando-se efetivamente com eles – na figura da CUT, por exemplo – e também com a luta dos povos indígenas – apoiada por outra instituição de matriz católica, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) fundado em 1972.

Caminhando para o final dessa breve síntese sobre os movimentos sociais e organizações surgidos nos anos de distensão política, deve-se sublinhar também o fortalecimento dos movimentos negro e feminista. Ainda que a história do ativismo negro remonte pelo menos à Frente Negra Brasileira nos anos 1930, passando pelo Teatro Experimental do Negro entre 1945 e 1948 (Gonzalez, 1982), um evento fundamental no período em estudo foi o ato público realizado em julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo (Alberti; Pereira, 2007). O protesto "contra a morte de um operário negro em uma delegacia... e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista" (p. 642) acabou por concentrar a pauta pelo combate à discriminação racial, dando origem naquele mesmo ano ao Movimento Negro Unificado (MNU). A intelectualidade negra envolvida na luta antirracista não apenas se somou a outros movimentos da sociedade mas também articulou sua causa com "as práticas coletivas e representações sociais" dos grupos de esquerda – manifesto em sua combinação dos termos raça e classe (Rios, 2012). No que se refere ao feminismo o ano de 1975 aparece como marco, já que o ativismo das mulheres passava de uma atividade restrita a pequenos grupos e setores intelectualizados para um movimento de maior amplitude na sociedade (Pinto, 2003). Em setembro daquele ano foi criado no Rio de Janeiro o Centro da Mulher Brasileira (CMB), seguido, em São Paulo, pelos jornais 'Brasil Mulher' e, em 1976, 'Nós Mulheres' (Soihet; Esteves, 2007). Essas iniciativas, que se inspiravam em um vigoroso movimento internacional desde os anos 1960, adotavam inicialmente a pauta dos problemas sociais das mulheres e sua condição de vida na sociedade brasileira. Com o tempo, e a influência das ideias trazidas por mulheres de esquerda que voltavam do exílio, sua agenda foi ampliada passando por temas como violência, saúde, participação política até chegar a questões mais estruturais como a desigualdade de gênero (Pinto, 2003). A partir dessas experiências fundamentais, entre outras, os movimentos negro e feminista ampliariam o escopo de sua militância nas décadas seguintes.

Compreende-se então que o movimento popular emergente nos anos 1970 marcou a reconfiguração do campo da esquerda no Brasil, pluralizando suas vertentes e perspectivas políticas. É significativo que vários desses coletivos tenham participado, na passagem para a década de 1980, na construção de organizações como a CUT, CMP, MST e em especial o PT, que figurou como núcleo de concentração de diversos setores da sociedade brasileira – ao mesmo tempo em que o PCB deixava de ser a referência. Nos anos seguintes o partido teria posição destacada na oposição social contra o desmonte do Estado pelo avanço do neoliberalismo. Afinal, se o regime militar foi responsável pela radicalização do projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas (Oliveira, 2003), sua capacidade de dirigir esse empreendimento foi severamente comprometida no início da década de 1980, o que abriu oportunidade para a liberalização e internacionalização da economia brasileira (Sallum, 1999). Os acontecimentos políticos aqui sumariados se deram em um contexto de crise econômica e fiscal do Estado, agravada pelas condições adversas da economia mundial – explosão do preço do petróleo, grande elevação das taxas de juros pelo FED americano, entre outras (Nobre, 2013). O fim do chamado 'milagre econômico' e a piora das condições de vida, seja pelo aumento da desigualdade, seja pela crescente inflação naquele período, somou-se à deslegitimação política do governo – que já se expressava na ampla vitória eleitoral do MDB em 1974. A partir de 1986 setores organizados da burguesia pressionariam por menos intervenção estatal na economia, desregulamentação, abertura da economia ao capital estrangeiro e privatizações (Sallum, 1999), projeto esse adotado por diversos candidatos nas eleições de 1989, inclusive Fernando Collor, vencedor daquele pleito. Sem nos adiantarmos sobre esses acontecimentos, vale destacar aqui, com relação ao que já foi exposto, que os movimentos daquela conjuntura lutavam não apenas pelo retorno à democracia mas também por uma concepção ampliada da mesma. Essa mobilização culminaria na Constituinte de 1987, depois da qual as energias sociais voltariam-se progressivamente para a participação institucionalizada no bojo de um processo caracterizado como a 'confluência perversa' entre os projetos neoliberal e democrático (Dagnino, 2004).

Antes de tratar sobre alguns dos mais notáveis acontecimentos dos anos iniciais da Nova República, convém recuperar a criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) que antagonizou o PT no campo da esquerda naquele período. Leonel Brizola, herdeiro da tradição política de Vargas após a morte de João Goulart em 1976 e um dos principais opositores do regime no exílio, deixou o Uruguai após treze anos, passou pelos Estados Unidos por cinco meses e chegou a Portugal em 1978 (Marques; Gonçalves, 2016). Naquele país começaram as articulações entre antigos trabalhistas e militantes de esquerda exilados em

outros países pela construção de um partido que retomasse a tradição trabalhista, projeto político do antigo PTB[64] que fora interrompido pelo golpe de 1964 (Sento-Sé, 2007). Para isso encontraram respaldo do Partido Socialista Português (PSP) que envidou esforços para a realização do evento que marcaria a divulgação de seu documento fundador, a Carta de Lisboa, e a adesão do PDT à Internacional Socialista. Por óbvio não se tratava apenas do resgate de uma antiga tradição nacional-estatista que, de todo modo, perpassa o campo da esquerda no Brasil até os dias atuais (Reis, 2005). O PDT adotaria um programa avançado na defesa dos interesses dos trabalhadores, das minorias e dos menos favorecidos, contemplando em seu documento, por exemplo, as pautas do racismo, da discriminação étnica e da desigualdade de gênero – influência de seus parceiros social-democratas europeus. Ao mesmo tempo, diferenciando-se de parte majoritária da esquerda brasileira, marcaria posição como um partido de caráter não-classista, ou seja, de viés não-marxista (Santo-Sé, 2007). Centrando-se na personalidade de Brizola, o PDT disputaria o espaço político com o PT nas eleições de 1982 e 1986, envolvendo-se também nas campanhas cívicas pelas Diretas Já e Constituinte de 1987. A derrota de seu líder no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989, contudo, marcaria o declínio do projeto trabalhista encarnado pelo partido.

A campanha pelas Diretas Já aparece como um episódio ambivalente no conjunto das manifestações societárias que se davam naquele contexto. Isso porque, ao mesmo tempo em que tal mobilização se alimentava das energias populares pelo retorno à democracia e ampliação de seu escopo quanto à participação e direitos sociais, tratava-se de uma pauta institucional defendida por setores da classe política de oposição ao regime militar. Não foram os movimentos sociais, nem mesmo o PT, que iniciaram as manifestações por eleições diretas. O primeiro evento desse tipo ocorreu em Goiânia em junho de 1983 por iniciativa do PMDB e partidários do PCdoB que encontravam guarida naquele partido (Delgado, 2007; Secco, 2015). A campanha, além disso, era propiciada pela atuação dos governantes que, como Franco Montoro (SP), liberavam o expediente das repartições e o transporte público para os comícios – garantindo com sua presença a segurança dos presentes quanto à ação da polícia. Como percebeu Doimo (1995) a pauta das Diretas – e mesmo o envolvimento nas eleições ocorridas na década de 1980 – desviavam os esforços dos movimentos da luta por suas reivindicações imediatas. Ademais, dada a constituição de uma ampla frente política e apesar

[64] Vale lembrar que a sigla PTB foi disputada pelos grupos políticos de Leonel Brizola e Ivete Vargas – "sobrinha-neta do ex-presidente Getulio Vargas" (Marques; Gongalves, 2016, p. 400). "Embora, graças às manobras do governo federal à época, o grupo liderado por Ivete Vargas tenha conquistado a sigla [com a conclusão do processo judicial em 1980], foi a Brizola e a seus seguidores que coube, com o reconhecimento público, a herança petebista" (Santo-Sé, 2007, p. 440). A sigla PDT foi adotada naquela ocasião como nome provisório, mas acabou permanecendo posteriormente.

do protagonismo do PT na mobilização popular, estratégias mais radicais de politização do movimento eram descartadas por seus líderes institucionais – como a proposta de greve geral levantada pela CUT, que encontrou oposição no próprio PDT (Nery, 2010). De qualquer modo, a campanha ganharia ímpeto na passagem de 1983 com grandes manifestações como aquelas ocorridas na Praça da Sé (SP) em janeiro de 1984, na Candelária (RJ) e no Vale do Anhangabaú (SP) em abril daquele ano, tendo essas duas últimas reunido mais de um milhão de pessoas (Delgado, 2007). Apesar de uma das maiores mobilizações cívico-populares da história, a Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada na Câmara dos Deputados no dia 26 de abril. Em janeiro de 1985, em um Colégio Eleitoral boicotado pelo PT, Tancredo Neves seria indiretamente eleito presidente da República. Acometido por uma doença, veio a falecer em abril, deixando na presidência o vice, José Sarney (PMDB), empossado em 15 de março (Nobre, 2013).

Ali se iniciava a Nova República, por meio de um acordo realizado por cima entre elites políticas que a pouco figuravam como fiadores da ditadura militar. A decisão popular nos rumos da transição teria que esperar um pouco mais – ainda que aquele momento inicial marcasse dali em diante o desenvolvimento da democracia no país. Em 1986 ocorreram eleições para a Câmara dos Deputados que definiram também a composição da Assembleia Constituinte. Instalada em fevereiro de 1987 e composta por 559 parlamentares (sendo 487 deputados e 72 senadores), teve maioria do PMDB e PFL (racha do PDS, ex-Arena), enquanto que os partidos de esquerda somavam pouco menos de 50 cadeiras[65]. Mais uma vez as forças progressistas e movimentos sociais se fariam presentes[66], em um contexto de domínio do chamado 'centrão' (Nobre, 2013) e do protagonismo dos 'representantes de Deus' (Pierucci, 1996). Apesar disso, as energias populares produzidas por aquele ciclo de mobilizações iniciado no início da década mostraram-se fortes o suficiente para imprimir a sua marca na institucionalização de direitos sociais avançados – alguns deles propostos por movimentos entre aqueles estudados por Doimo (1995). Se muitos esperavam por um projeto societário alternativo e mais substantivo, isso não se deu em parte pela fragmentação dos grupos e

[65] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituinte-de-1987-88>. Acesso em: 24 mai. 2018.

[66] "Uma notável característica da ANC adquiriu importância com o tempo, a sua orientação participativa. A ANC permitiu emendas populares e desencadeou uma campanha popular para obtenção de assinaturas para muitas propostas ligadas às políticas públicas. Alguns entre os mais importantes movimentos da sociedade civil, tais como a saúde e os movimentos de reforma urbana, da mesma forma que outros importantes atores sociais, como a CUT (Central Única de Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), também se juntaram à campanha para emendas populares (WHITAKER, 1994). Este foi um primeiro momento de um processo de aprofundamento democrático que criou instituições participativas nas áreas de saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social" (Avritzer, 2012, p. 390).

ausência de um movimento coeso que fizesse frente à força das elites políticas de então (Nobre, 2013). Para levantarmos poucos mas fundamentais elementos, sem a devida punição dos agentes de Estado por crimes cometidos durante a ditadura, com a manutenção da separação entre polícias militar e civil e continuidade do modelo político antes estabelecido, a democracia não era fundada mas construída sobre os escombros da ditadura, com desdobramentos ulteriores (Safatle, 2017). De sua parte, o PT votou contra mas assinou a nova Constituição e veio a ser um de seus defensores mais ativos nos anos seguintes frente às tentativas de revisão (Secco, 2015).

Naquele período, aliás, o PT crescia tanto no âmbito eleitoral como no fortalecimento de seus vínculos societários – e ao mesmo tempo revelava contradições de sua prática política. O primeiro de seus grandes feitos foi a eleição de Maria Luiza Fontenelle como prefeita de Fortaleza em 1985. Dois anos depois, em eleição complementar, elegeu Magno Pires como prefeito de Vila Velha (ES), pioneiro na implementação do orçamento participativo (OP). Já em 1988 conquistou as prefeituras de São Paulo, Vitória e Porto Alegre – essa última aclamada por seu modelo de OP que viria a ser replicado em outras cidades (Secco, 2015). Ainda que com problemas – perda de apoio financeiro dos governos estadual e federal no caso de Fontenelle, e escândalos de corrupção no governo de Luiza Erundina em São Paulo – essas gestões começavam a evidenciar um ‘modo petista de governar’ voltado para as pautas sociais. Em um cenário de crise econômica e desemprego, e com a sucessão de pacotes econômicos, o PT firmou-se na oposição e rechaçava alianças amplas ou com partidos governistas. Ao mesmo tempo, estreitava seus laços com a CUT e com a sociedade de modo geral por meio de seus núcleos de base. Daí se compreende o crescimento do apoio e identificação popular naquela conjuntura. Tudo isso, mais a riqueza de sua militância disposta em diversas tendências, contudo, não era suficiente para garantir a manutenção ou implementação de suas propostas originais. Por um lado, uma vez eleitos seus partidários encontravam limites para efetivação, por exemplo, de seus preceitos participativos – como os conselhos populares. Por outro, o próprio partido não se apresentava exatamente como um modelo de democracia. A tendência Articulação, criada em 1983, centralizava as decisões da agremiação em detrimento das demais e a orientava uma progressiva burocratização do partido. Isso se expressa, por exemplo, na ênfase preponderantemente eleitoral que a sigla viria a adotar no decorrer da década de 1990, o que exigiu a profissionalização de seus quadros e atuação política – em prejuízo de um programa radical (Pomar, 2005).

As eleições de 1989 marcaram a última expressão dos movimentos populares naquela década, alinhados com a candidatura presidencial de Lula. Primeiro pleito após a ditadura

militar, em um contexto de grande agitação operária e grave crise econômica, tratava-se de uma situação peculiar: a princípio a única certeza era de que qualquer candidato alinhado ao governo de José Sarney teria ínfimas chances de vencer. Apresentaram-se 23 candidaturas e ao final verifica-se que aproximadamente 70% dos votos foram para candidatos que faziam oposição ou romperam com o governo (Martuscelli, 2013). Pelo menos dois fatores da conjuntura internacional influenciaram os programas e o debate daquela eleição: o fim da guerra fria e colapso do socialismo real, e a maturidade do neoliberalismo nos países do Norte. Ainda que o PT mantivesse desde o princípio uma postura crítica quanto aos regimes socialistas do Leste europeu (Dias, 2002), o partido era identificado com um projeto estatista que sofria pesado ataque segundo um viés de 'vitória' do capitalismo em âmbito mundial e de ineficiência do Estado no atendimento das demandas da população no Brasil. O candidato Mário Covas (PSDB), por exemplo, falava sobre a necessidade de aplicar um 'choque de capitalismo' no país, não apenas por meio da austeridade fiscal mas também pela privatização, abertura e liberalização da economia (Nobre, 2013). Defendendo um programa de orientação social-democrata e com a mobilização de amplos setores populares, da classe média e de intelectuais, Lula alcançaria o segundo turno como representante da esquerda – contrariando as expectativas depositadas em Brizola, terceiro colocado – contra Fernando Collor (PRN), o mais votado e representante do projeto neoliberal (Martuscelli, 2013). Para além do choque entre propostas de governo antagônicas, aquela campanha ficaria marcada pela interferência de parcelas do empresariado (Fiesp) e da mídia (Globo) contribuindo para a difamação da chapa da Frente Brasil Popular (PT, PCdoB, PSB) por meio de ameaças, acusações e exposição seletiva dos candidatos (Secco, 2015). A vitória de Collor, enfim, representou a ascensão à presidência de um *outsider* com escassas bases políticas e sociais, que sequer era unanimidade entre os setores que visava contraditoriamente representar.

A derrota eleitoral do PT, somada aos desdobramentos do governo Collor, resultaria em um enfraquecimento da mobilização popular nos anos 1990. Como mencionamos anteriormente, o partido se orientaria cada vez mais para a conquista de espaço político por meio das eleições, ainda que isso não tenha ocorrido pacificamente. No VII Encontro e no Primeiro Congresso do PT, realizados respectivamente em 1990 e 1991, teve lugar um acalorado debate sobre o caráter do socialismo defendido pelo PT que abriu as portas para um processo de revisão programática (Pomar, 2005; para um ponto de vista alternativo, cf. Martinez, 2007). A tese-guia mais votada no Congresso, por exemplo, expressava que ao mesmo tempo em que o PT rejeitava o socialismo real e a social democracia também rechaçava "a abolição do mercado e propugnava um socialismo que fosse produto da

radicalização da democracia" (Secco, 2015, p. 153). As discussões não chegaram a uma definição clara do socialismo petista e seus partidários se dividiram entre favoráveis a uma perspectiva de partido dirigente e outros de partido interlocutor, segundo "uma política... resultante de consensos construídos na esfera pública", mantendo a ambiguidade[67] (p. 155). Além disso, mudanças burocráticas como a regulamentação das tendências e a proporcionalidade das mesmas na Comissão Executiva Nacional (CEN) serviram para restringir a prática política além-partido da militância e moderar suas ações, na medida em que agora visavam ocupar cargos de direção[68]. Foi nesse contexto que as tendências Causa Operária e Convergência Socialista foram expulsas do partido em 1991 e 1992, respectivamente (Ribeiro, 2008). No que se refere ao governo Collor, tinha início uma ampla tendência de privatização societária em que "os índivíduos são jogados aos seus espaços privados, à solidão, à insegurança, que decorre exatamente da 'privação' do espaço público e da alteridade" (Oliveira, 2007, p. 29). A sociabilidade da década anterior seria progressivamente desfeita na esteira de medidas como "desregulamentação do mercado, abertura indiscriminada às importações, perda do controle cambial, financeiração total da dívida interna e da dívida externa" (p. 30). Em síntese, a ação coletiva seria deslegitimada frente ao imperativo da iniciativa e autonomia individual, movimento alinhado com a liberalização da economia e do Estado.

Tais transformações não se dariam de um só golpe ou sem resistência, e encontrariam oposição até mesmo em setores da burguesia nacional. O governo Collor teve início em uma conjuntura de "altos índices inflacionários, recessão econômica, arrocho salarial, demissão em massa e aumento no número de greves" (Martuscelli, 2013, p. 61). De maneira desastrada e

[67] Sobre esse ponto, cabe acrescentar duas evidências de que tal ambiguidade tinha lugar desde o princípio. Em artigo publicado em meados dos anos 1980, Oliveira (1986, p. 35) expõe que o PT tinha dificuldades para se definir como socialista, já que "não consegue ir além de um vago enunciado em que se diz que o socialismo petista será definido pelas massas, o que é rigorosamente um silogismo, pois se as massas do PT carecem de uma cultura política socialista, fica pouco claro que proposta socialista poderá emergir". Em outro momento, Secco (2015, p. 251-2, grifos no original) resgata que "nos anos 1980, algum quadro partidário (não se sabe quem) repetiu uns versos de Antonio Machado que se tornaram um *leitmotiv* das (in)definições dos dirigentes petistas mais moderados: 'Caminante, no hay camino, / se hace camino al andar'. O socialismo se faria nas lutas cotidianas do povo e não viria da cabeça de intelectuais". Essas observações auxiliam a não tomar a história do PT e suas práticas em um sentido teleológico, pré-definido, como se o distanciamento de seu programa original fosse um ato pensado de busca pelo poder.

[68] Os direitos das tendências que conseguissem registro, e que permitem tal intepretação, são listados por Ribeiro (2008, p. 182-3): "a) disputar posições políticas no interior do partido; b) concorrer aos cargos dirigentes por meio da apresentação de chapas; c) manter sedes próprias, fechadas ao público; d) manter jornais e outras publicações com periodicidade regular, desde que distribuídos apenas aos filiados do PT; e) arrecadar recursos apenas junto aos filiados petistas – o que não os livraria das contribuições estatutárias determinadas pelo partido; f) manter contatos internacionais, sob anuência da CEN; g) possuir coordenações executivas nos diversos níveis, com os nomes dos dirigentes sendo amplamente divulgados no interior do partido". Ver também Secco (2015, p. 151; 155).

contraditória, o presidente buscou imprimir uma agenda de abertura econômica, privatizações, enxugamento da máquina estatal e desregulamentação das relações de trabalho. Isso porque os planos econômicos implementados em sua administração, ainda que com um viés declaradamente liberal, atacavam diversos setores da sociedade e aumentavam as incertezas diante do cenário herdado de Sarney (Sallum, 1999). A incapacidade de promover a estabilização econômica e social causava receio até mesmo nos líderes do capitalismo nacional, que temiam uma revolta popular de grande amplitude. Ao governo faltava uma base política que permitisse a consecução segura de suas medidas, e com a crescente resistência encontrada no Congresso Nacional foi necessário até mesmo alienar certas decisões a outras instâncias – como no caso das políticas de abertura financeira que foram realizadas pelo Conselho Monetário Nacional e o Banco Central por meio de "resoluções [e] circulares" (Martuscelli, 2013, p. 85). A crise política que se desenhou em 1992 após as denúncias de Pedro Collor, irmão do presidente, com relação a seus negócios escusos administrados pelo ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Farias – e que fomentou a formação de um amplo movimento contra a corrupção e pela ética na política –, não teve o seu desfecho determinado apenas por uma questão de decoro, portanto. O movimento 'Fora Collor', ainda que composto por setores populares, partidos de esquerda e especialmente pelos estudantes 'caras pintadas', foi impulsionado por setores oposicionistas dentro e fora do Congresso – incluindo a burguesia que não enxergava no presidente a capacidade para levar adiante o seu projeto. Collor renunciou em dezembro de 1992 antes da conclusão do processo de *impeachment* mas seu governo estabeleceu as bases para o processo de desindustrialização e financeirização da economia brasileira, ampliando o desemprego e, concomitantemente, enfraquecendo os sindicatos.

O curto governo de Itamar Franco (1992-1993) serviu para consolidar a manutenção do projeto liberal, alçando o formulador do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), à presidência no período seguinte. Além disso, aqueles anos ficariam marcados por crescentes controvérsias internas ao PT que minavam a construção de um projeto alternativo e de esquerda para o país. As primeiras medidas de Itamar após a sua posse envolveram o atendimento de algumas das demandas apresentadas pelo movimento 'Fora Collor' como a regulamentação das mensalidades escolares, a política de salários e criação de empregos, a abertura da economia mas com incentivos ao setor exportador, entre outras (Martuscelli, 2013). Buscava-se compor um governo de 'unidade nacional' e para isso o presidente buscou o apoio de diferentes forças políticas. Erundina foi convidada para a Secretaria de Administração Federal – "cargo com status de ministério" – e aceitou "à revelia da direção

nacional, que então deliberava pela oposição a Itamar" (Ribeiro, 2008, p. 193). Por não recusar o convite a ex-prefeita foi punida com o afastamento enquanto ocupou a posição no governo. Seria a primeira de uma série de divergências que envolviam as estratégias eleitorais para 1994. No VIII Encontro Nacional, realizado em 1993, a Articulação se fragmentou e perderia a majoritariedade na CEN para as tendências mais à esquerda (Secco, 2015). Em um contexto de grandes discussões sobre as alianças que convinham ao partido na próxima eleição, tal acontecimento iniciaria o choque de posições entre a direção e o comitê de campanha lulista – que já buscava moderar seu discurso. Tudo isso ocorria enquanto a implementação do Plano Real já se encontrava em curso, processo que ganharia fôlego em 1994 (Sallum, 1999; Nobre, 2013). Os primeiros resultados do plano econômico, evidentes na estabilidade dos preços e controle da inflação, potencializaram a candidatura de FHC ao mesmo tempo que desfaziam o favoritismo de Lula até o início de 1994. As divisões do partido, a ausência de um programa coeso para o país e a incompreensão (ou subestimação) do Real por parte de seus intelectuais podem ser apontados como alguns dos componentes daquela derrota (Martuscelli, 2013).

O sucesso do Real não se explica somente pela implementação de medidas econômicas mas envolveu também a construção de um abrangente pacto político e da hegemonia liberal na sociedade, o que dá conta ainda do refluxo dos movimentos sociais. O plano econômico de FHC só pode ser adequadamente avaliado no conjunto de suas medidas, que incluíram a austeridade fiscal, controle do orçamento e dos instrumentos de política econômica centralizados no governo federal, privatizações, arrocho salarial e corte de benefícios do funcionalismo público, apreciação cambial (até a crise de 1999), juros altos e políticas sociais direcionadas às parcelas mais pauperizadas da população (Sallum, 1999). Grosso modo, a estabilidade monetária foi alcançada pela acumulação de reservas financeiras provenientes do afluxo de capitais estrangeiros, contudo isso também colocou o país em uma situação de dependência da "'boa vontade' do sistema financeiro internacional e das empresas multinacionais" (p. 31). O declarado projeto de superação do Estado nacional-desenvolvimentista contou com a formação de uma ampla base parlamentar que, propiciada por medidas dos dois governos anteriores, encaminhou com sucesso diversas reformas constitucionais (Nobre, 2013). O amplo apoio das elites políticas, a resultante melhoria das condições de vida pelo controle da inflação e câmbio sobrevalorizado, e o alinhamento dos veículos de mídia com governo fomentaram a popularidade do Real e o consenso de que a liberalização da economia era o melhor caminho, se não o único. Para além dos efeitos materiais posteriores desse conjunto de políticas – que redundaram em crescente dependência

da economia internacional, desindustrialização, precariação do trabalho e altas taxas de desemprego, entre outros –, ocorreu um processo de deslegitimação dos setores oposicionistas e do ativismo social (Oliveira, 2007). Ainda que no curso dos anos 1990 a mobilização tenha se dado mais pela manutenção do que pela conquista de direitos (Secco, 2015), qualquer oposição ao projeto político em curso era vista como um atentado à estabilidade e como manifestação de setores supostamente privilegiados pelo modelo estatista. Firmava-se progressivamente o imaginário da sociabilidade individualista, "do êxito, da capacidade empreendedora, do mercado como última *ratio*... aceita acriticamente" mesmo por setores progressistas (Oliveira, 2007, p. 45).

Diante de tal cenário é que se compreendem as significativas mudanças pelas quais passava o campo da esquerda durante o estabelecimento da hegemonia neoliberal no país. O sindicalismo, como apontamos acima, passou da ofensiva para a defensiva em um movimento evidente desde o início dos anos 1990. O desemprego crescente colocava os sindicatos em desvantagem na busca por conquistas (cf. Martuscelli, 2013, p. 60), o que exigia uma mudança de estratégia. A escolha da CUT, contudo, foi pela substituição do "sindicalismo de confronto pelo sindicalismo propositivo" (Boito Jr., 2003, p. 19). Tal orientação significou a ênfase na costura de acordos entre patrões e sindicatos – que favoreciam setores específicos da classe trabalhadora – em detrimento da luta por direitos trabalhistas. Esse novo corporativismo se expressou ainda na financeirização dos sindicatos pela administração dos fundos de previdência de empresas estatais e a participação em "conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores", o que ensejou a formação de uma elite sindical contrária aos interesses da classe como um todo (Oliveira, 2003, p. 146). Já o PT, ao mesmo tempo em que se firmava como referência na oposição social e institucional de esquerda aos governos de FHC, abandonou o perfil militante enquanto adotava o burocrático. Por um lado, o partido crescia e conquistava cada vez mais espaço nos estados e municípios. Por outro, as lideranças eleitas passavam cada vez mais a dar as cartas internamente (Secco, 2015). A "terceirização da militância" (p. 182), profissionalização das campanhas e as denúncias de corrupção cada vez mais frequentes – por Paulo de Tarso em 1993 e César Benjamin dois anos depois[69] – davam indícios das transformações em curso. Um

[69] "O ex-guerrilheiro e então militante do PT Paulo de Tarso Venceslau, então secretário de Finanças da administração petista de São José dos Campos, denunciou a cúpula do PT de tentar constrangê-lo para firmar um contrato de gerenciamento administrativo-financeiro com uma empresa pertencente ao irmão de um compadre de Lula, o empresário Roberto Teixeira. Compadre este que havia cedido ao próprio Lula um apartamento em São Bernardo do Campo para que fosse morar com a família. Apesar de uma comissão de sindicância, presidida pelo jurista e à época deputado federal Hélio Bicudo, ter apontado irregularidades na relação do PT com o empresário, nada foi feito no sentido de punir os responsáveis. Punido foi, ao contrário, o denunciante, expulso

marco nesse sentido foi a eleição em 1995 e reeleição em 1997 e 1999 de José Dirceu à presidência do PT, que eliminou o ruído entre a direção e a campanha lulista nas duas eleições seguintes. Em 1998, contudo, FHC aproveitaria a popularidade do Real para se reeleger em primeiro turno contra a chapa Lula/Brizola – após a suspeita de compra de votos para aprovação do mecanismo em 1997 (Nobre, 2013).

Outras manifestações da esquerda de então oferecem um quadro diferente, e revelam ainda formas menos veladas de repressão política. A greve dos petroleiros realizada em 1995, e que durou dois meses, é recorrentemente mencionada como evidência do refluxo das lutas sociais naquela década. O governo isolou o movimento, negando-se a negociar e expondo os grevistas como vilões que visavam desestabilizar o Plano Real (Sallum, 1999). Diante do uso das Forças Armadas contra a paralização e a impopularidade junto à população pela falta de combustíveis e gás de cozinha, a greve acabou derrotada (Nobre, 2013). No campo o MST daria um exemplo de luta pelo seu ativismo, intensificado naquele período (Antunes, 2013). Seu estabelecimento e atuação no estado de São Paulo em 1994, mais especificamente no Pontal do Paranapanema, permitiu que o movimento ganhasse notoriedade na opinião pública, alçando sua liderança na pauta pela reforma agrária (Navarro, 2002). Tiveram repercussão também, de maneira trágica, os massacres de Corumbiara (RO) em 1995 e do Eldorado dos Carajás (PA) em 1996. Os assassinatos de trabalhadores rurais pela polícia, que foram bastante divulgados à época, auxiliaram a publicizar a causa dos Sem Terra e angariaram apoio popular – que veio a constituir a força política e poder de pressão do movimento frente ao governo[70]. Outro episódio de destaque foi a Marcha Nacional por Reforma Agrária que terminou em Brasília em abril de 1997 e reuniu aproximadamente 100 mil pessoas em seu evento conclusivo (Chaves, 2000). A Marcha ganha ainda mais significância ao se considerar que o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e a Consulta Popular, fundados naquele ano, derivam da interlocução com o MST nas localidades em que passou. O MTST postulou-se como "instrumento de luta urbana, um braço do MST para atuar [naquela] realidade" concomitante ao ativismo camponês (Lorena, 2012, p. 67), enquanto que a Consulta Popular buscava viabilizar "um instrumento político de articulação dos lutadores do

---

do partido" (Martinho, 2007, p. 553). Quanto ao segundo caso, no X Encontro Nacional do PT (1995), "Benjamin atacou José Dirceu e acusou a Articulação e a direção do PT de usar dinheiro de empreiteiras. Mais especificamente revelou que a campanha de José Dirceu ao governo do estado de São Paulo recebera doações vultosas da Odebrecht. Enquanto falava, uma movimentação de alguns delegados indignados provocou o tumulto. Algumas pessoas tentaram agredi-lo" (Secco, 2015, p. 175). Sobre ambos os casos, ver também Reis (2007).

[70] Sallum (1999) lista algumas das medidas adotadas por FHC relacionadas à reforma agrária. Já Hunter (2011) aponta que as políticas empreendidas por Lula tiveram, surpreendentemente, menor alcance que as de seu antecessor.

povo" para além da esfera eleitoral (Foschiera, 2015, p. 221). Esses movimentos, somados à organização do Fórum Social Mundial em 2001, representaram alternativas da esquerda no confronto com a hegemonia neoliberal.

Na via eleitoral, priorizada pelo PT, o sucesso viria em 2002. Ele não se explica somente pelo transformismo partidário mas também pela conjuntura do segundo mandato de FHC (1999-2002). Os pilares do plano econômico implementado desde 1994 eram colocados a prova em seguidas crises internacionais e ataques especulativos. A estabilidade monetária foi priorizada em detrimento do mercado nacional, o que reverteu em baixas taxas de crescimento e, consequentemente, aumento do desemprego – de 4,84% em 1995 para 8,32% em 1999, segundo o IBGE (cf. Sallum, 1999, p. 37). Ainda que o bloco de poder incluísse uma parcela de intelectuais liberal-desenvolvimentistas, foram os liberais ortodoxos que predominaram na condução da política econômica. Seguiram-se as crises: em 1999 a mudança no regime de câmbio (para flutuante), com severa desvalorização do Real; em 2001 a crise do desabastecimento de energia elétrica (apagão), freando a retomada da economia; e em 2002 a crise do câmbio relacionada com a instabilidade política e o 'risco Lula' – que requereu um empréstimo por parte do governo junto ao FMI (Nobre, 2013). A valorização artificial do Real, as altas taxas de juros e a vulnerabilidade externa que, em conjunto, garantiam somente os interesses dos especuladores, caíram em descrédito popular em um momento em que o neoliberalismo era questionado em âmbito global e regional (Martuscelli, 2013). Enquanto isso o PT, sob pleno controle de José Dirceu, caminhava "para assumir-se como partido social democrata, reformista e aberto a um amplo arco de alianças político-eleitorais" (Secco, 2015, p. 200). Como buscamos deixar claro até aqui, não se tratou de uma mudança repentina. A Carta ao povo brasileiro[71] – um compromisso com a burguesia nacional de 'respeito aos contratos e obrigações do país' e com a população em geral no combate à inflação e manutenção da estabilidade econômica – foi apenas o último desdobramento. Assim, o processo de moderação política e profissionalização eleitoral, concomitante ao refluxo da mobilização popular, culminou na vitória eleitoral de Lula da Silva (Reis, 2007). Vista como fato histórico e comemorada por milhares, contudo, não ensejava surpresa diante das primeiras medidas adotadas por aquele inédito governo de esquerda.

Buscamos realizar nessa subseção um breve sumário dos fatos mais relevantes sobre o campo da esquerda na passagem entre o regime militar e a Nova República, até a conquista do governo federal pelo PT. Ainda que seja comum entre as pessoas a referência à década de

[71] Luiz Inácio Lula da Silva. Carta ao povo brasileiro. 22 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 24 mai. 2018.

1980 como ‘perdida’, dadas as seguidas crises e o baixo crescimento econômico, percebemos que tratou-se na verdade de um rico período de mobilização e criatividade política. Das bases oferecidas pelos intelectuais tradicionais remanescentes de esquerda e da Igreja Católica foi possível liberar as energias populares que se encontravam reprimidas desde a década de 1960, conformando uma variedade de movimentos cívicos e reivindicativos. Esse ativismo coletivo viria a constituir importantes instrumentos para as lutas sociais das décadas seguintes, em especial o PT, a CUT e o MST, cuja relevância desponta na convergência de diversos setores da sociedade em prol de interesses compartilhados e sob o mote do ‘povo como sujeito de sua própria história’. Desafiando o governo dos militares e o vanguardismo da velha esquerda, encarnada sobretudo pelo PCB, valorizaram a resistência de base e a autonomia de seus atores e atrizes desde as grandes greves do ABC até os movimentos pelas Diretas Já e na Constituinte. A formação desse bloco ético-político, contudo, guardava contradições que tornaram-se mais evidentes na passagem para a década de 1990, quando preponderaria sua dimensão integrativa para além da disruptiva (Doimo, 1995). A construção da democracia sobre os escombros da ditadura (Safatle, 2017), com a manutenção dos arranjos de poder das elites políticas (Nobre, 2013), e a confluência perversa entre neoliberalismo e democratização das instituições (Dagnino, 2004) restringiram o potencial transformativo daqueles movimentos. Em um contexto de grandes mudanças societárias em que prevaleceu a sociabilidade individualista em detrimento da mobilização coletiva (Oliveira, 2007), somada à repressão política, decresce a militância popular e a prioridade passa a ser a via eleitoral. O PT assume esse projeto e o leva até as últimas consequências moderando seu projeto político até o êxito de 2002. Desse modo, seria mais conveniente sob o viés dos movimentos societários considerar a década de 1990 como a que de fato foi ‘perdida’: da invenção política dos anos 1980 e do desafio às concepções de mundo então convencionais à aderência ao projeto neoliberal em construção no Brasil. No capítulo seguinte daremos conta dos governos presidenciais petistas e os desafios enfrentados por sua hegemonia no campo da esquerda.

## Capítulo 3 - O estado da esquerda no Brasil contemporâneo

No capítulo precedente apresentamos uma sucinta leitura dos acontecimentos que levaram o PT à hegemonia do campo da esquerda no Brasil. Por certo o partido nunca foi uma unanimidade entre os atores coletivos que o compõem, e mesmo internamente comportava setores críticos aos rumos que tomaria na década seguinte ao seu surgimento. Contudo, a direção política exercida pelo partido se deu pela capacidade, em seus anos iniciais, de cimentar um bloco ético-político pela convergência de diferentes setores da sociedade e da esquerda em seu núcleo – em conjunto com organizações como a CUT e o MST. Assim o PT tornou-se o polo e primeiro representante da oposição social aos governos que avançavam o projeto neoliberal no país. Esse mesmo diagnóstico, realizado na sequência das eleições de 1989, fixou a urgência da conquista do poder para efetivar um projeto de democratização do Estado e eliminação das desigualdades sociais (Martinez, 2007). O que se deu daí em diante até as eleições de 2002 já foi suficientemente exposto. Passamos agora a tratar sobre o período que compreende os governos presidenciais de esquerda, de Lula a Dilma.

A interpretação estruturada a seguir se orienta pelo diagnóstico de aprofundamento do neoliberalismo no país e da crise de hegemonia do PT no campo da esquerda. A partir desses aspectos, por um lado, se compreende o crescimento da oposição de esquerda – ou esquerda radical, na categorização de Fernandes (2017). Por outro, vislumbramos as bases que conformaram os acontecimentos de 2013 – que não começaram naquele ano, menos ainda em São Paulo. Um entendimento razoável do que está a ocorrer nesse campo ideológico passa pela avaliação das medidas tomadas pelo governo e a análise das manifestações de movimentos como o estudantil, negro, feminista, LGBTT e autonomista, entre outros, no período recente. Destarte, faremos neste capítulo um levantamento sobre as principais políticas e acontecimentos dos governos petistas. Essa contextualização, na sequência, auxiliará a caracterização dos atores coletivos e suas relações de modo a captar a dinâmica do campo da esquerda no Brasil.

### 3.1 - Contexto: a política na era petista e as manifestações de 2013 a 2015-2016

#### *3.1.1. O governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)*

A vitória eleitoral de Lula em 2002 foi um acontecimento político de grande envergadura, tanto em âmbito nacional como internacional. A escolha de um operário e líder sindical para a presidência foi um marco na história brasileira, noticiado em primeira página de vários e importantes jornais do mundo (Martinho, 2007). Além disso, representava uma

das primeiras evidências de uma 'virada à esquerda' na América Latina, em conjunto com Hugo Chávez na Venezuela (1998), Ricardo Lagos no Chile (2000), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004) e Evo Morales na Bolívia (2005), entre outros que se seguiram (Levitsky; Roberts, 2011). Como vimos acima, após 1994 e a cada candidatura Lula moderava o seu discurso, processo que desaguou na *Carta aos Brasileiros* naquela campanha – com o apoio do partido, que se preparava profissionalmente para aquela ocasião (Reis, 2005). Sob o comando de Duda Mendonça o *marketing* de campanha envolveu um viés mais emotivo que político e explorava as qualidades de um candidato agora 'desradicalizado' – o *Lulinha paz e amor* (Martinho, 2007). Comprometendo-se com a estabilidade, o combate à inflação e às desigualdades sociais – e garantindo a manutenção dos contratos, compromissos e da ordem aos líderes do capitalismo nacional – Lula superou José Serra (PSDB) no segundo turno com 61,27% dos votos e o PT elegeu sua maior bancada da história para a Câmara dos Deputados (91 parlamentares). A esperança vencia o medo[72], o país e a militância, eufóricos, aguardavam pelas primeiras medidas do 'governo dos trabalhadores'.

Hoje, à distância dos fatos e após o arbitrário encerramento do ciclo do PT na presidência – como veremos melhor a seguir –, sabemos que esse período guardou avanços pontuais mas não interrompeu a escalada do neoliberalismo no país. Um conjunto numeroso de autores e autoras colocaram-se a caracterizar os governos petistas e explicar como e por que foram incapazes (ou abdicaram) de realizar seu projeto político original, de reformas que conduzissem a uma sociedade livre, mais justa, menos desigual e corrupta. Nos ocuparemos nessa seção, de modo geral, com algumas dessas leituras sobre o Brasil contemporâneo e sobre o fenômeno do 'lulismo' em paralelo com a exposição de alguns dos acontecimentos políticos mais significativos. Na medida em que outros trabalhos já se dedicaram a inventariar essa literatura, de maneira mais ou menos abrangente (Moreira, 2014; Perlatto, 2015; Oliveira, 2016), concentraremos-nos sobre elementos analíticos e contextuais que permitam entender a conjuntura do campo da esquerda na história recente e possíveis desdobramentos. Essa base teórica nos auxiliará também na análise dos acontecimentos de 2013 e as manifestações pró e anti-*impeachment* de 2014-2015, dando conta da crise de hegemonia pela qual passa o PT desde aquele período. Será possível, assim, situar as organizações que

[72] Frase da militância em referência ao quadro gravado pela atriz Regina Duarte para a campanha de José Serra (PSDB), em que dizia 'ter medo' de uma possível vitória do candidato do PT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DEeNSkXn5mY>. Acesso em: 24 mai. 2018.

compõem o campo e cujo perfil será elaborado no capítulo seguinte facultando a análise da dinâmica da esquerda, um dos principais objetivos dessa dissertação.

Um pleno entendimento das primeiras medidas tomadas por Lula na presidência requer a observação, em mais detalhes, de alguns acontecimentos da campanha de 2002. Afinal, os documentos e as ações do comitê eleitoral lulista já davam sinais sobre o que seria o seu governo, para além das mudanças ocorridas na década de 1990 já exploradas anteriormente. Por um lado, no XII Encontro Nacional do PT foi aprovado o documento 'Concepção e diretrizes do programa de Governo do PT para o Brasil – Lula 2002'. Esse texto, ainda que expressasse oposição a algumas das políticas do governo FHC e seu neoliberalismo – que já se encontrava em descrédito frente à população –, propugnava a aproximação "com outras forças sociais" da direita e do mercado (Martuscelli, 2013, p. 154). Isso seria necessário para a implementação de 'um novo contrato social' e um 'modelo de desenvolvimento' alternativo, que gerasse benefícios para toda a sociedade e em especial para os mais pobres. Ocorria mais um estágio do processo de moderação partidária e, como observaram Bianchi e Braga (2005), de maturação do programa político que visava 'administrar' e 'humanizar' o capitalismo por meio do Estado. Por outro lado, à revelia do partido, o Instituto da Cidadania coordenado por Lula se empenharia na elaboração da mencionada 'Carta ao povo brasileiro'. Apelidado por opositores de esquerda (mesmo dentro do partido) como 'Carta aos banqueiros', esse documento centrou-se preponderantemente no 'respeito aos contratos e obrigações do país' em tudo o que isso significa: garantia dos interesses do mercado financeiro no que se refere à austeridade fiscal e da burguesia quanto ao estímulo da produção industrial – menosprezada pelo governo anterior (Toledo, 2008; Martuscelli, 2013). Tratou-se de um documento feito sob medida para os setores que buscava convencer (ou tranquilizar), parte deles interlocutores privilegiados do autor do texto, Antonio Palocci, futuro Ministro da Fazenda. No decorrer da campanha, entre reuniões e acordos com os líderes do capitalismo nacional, ganharia concretude aquele programa partidário na forma de políticas que, ao estimular o mercado financeiro, permitiriam o direcionamento de recursos para a atividade produtiva.

Diante disso, não deveriam causar surpresa a composição do ministério lulista e a proposta de reforma da previdência encaminhada ao Congresso, entre outras providências do início de seu mandato. Para além do necessário acordo e alinhamento de interesses com setores do mercado de modo a conquistar o poder naquele momento, cabe reconhecer que o PT se desenvolveu na década anterior como uma máquina partidária com vínculos e bases de poder em diferentes localidades. Eleições no Brasil custam caro e demandam com frequência um amplo arco de alianças partidárias, a busca de financiamento e utilização de subterfúgios

como o caixa 2 (Anderson, 2011). Uma vez eleito, ao governo é imperativo construir uma base no Congresso que lhe dê sustentação, seja ela minoritária – como de fato se deu a princípio – ou majoritária. Seu funcionamento convencional demanda a costura de acordos com parlamentares que atuam a anos em um sistema político conformado para funcionar de maneira pouco transparente (Nobre, 2013b). Tendo abdicado de realizar transformações radicais na forma como funciona a democracia brasileira coube ao presidente organizar a sua atuação conforme esses pressupostos. Assim a seleção ministerial seguiu um critério que atendia aos interesses dos aliados políticos ao mesmo tempo que efetivava o compromisso eleitoral de 'negociação e aliança social' – pela ocupação concomitante por representantes do capital e do trabalho/base partidária[73] (Secco, 2015). Por certo, os ministérios e cargos centrais do Estado – Casa Civil; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; BNDES e Banco Central – estavam sob o controle de "um grupo mais afinado com a perspectiva social-liberal (ou neoliberal moderada)" (Martuscelli, 2013, p. 163). Além disso, o conjunto do ministério 'progressista' pouco poderia fazer dada a restrição orçamentária resultante da geração de um agressivo superávit primário – superior à média do governo FHC[74]. Outra promessa de campanha, em linha com os elementos apresentados, expressou-se na proposta de reforma da previdência. Somando os discursos de inviabilidade orçamentária (argumento fiscal) e priorização dos pobres (argumento social) o governo atacou os direitos adquiridos do funcionalismo público; e ao fazer isso, abria caminho para a financeirização da previdência por meio dos fundos de pensão, atendendo aos interesses do capital (Bianchi; Braga, 2005).

Assim, é possível identificar continuidades e descontinuidades com relação ao período FHC sendo no plano das políticas sociais o afastamento mais pronunciado. Por um lado, como vimos, conservou-se a política macroeconômica "baseada no tripé metas de inflação (juros altos), câmbio flutuante e apreciado, e superávit primário, entre outros dispositivos que fortaleciam a lógica da financeirização da economia brasileira" (Martuscelli, 2013, p. 167).

[73] "A composição do governo revelava uma divisão dos ministérios entre o capital e as diferentes frações do partido, muitas vezes identificadas com os setores populares: Roberto Rodrigues, um homem do agronegócio, na Agricultura, e Miguel Rosseto, do partido, no Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para Luiz Fernando Furlan, do capital, e Meio Ambiente para Marina Silva, então do partido e da ecologia; Antonio Palocci, do partido, na Fazenda e Henrique Meirelles, do mercado financeiro, no Banco Central. Pequenos ministérios e secretarias, como Cidades, Direitos Humanos e Economia Solidária, contemplaram outros setores da base partidária, enquanto o PMDB tinha a sua cota, que daí em diante só se expandiria" (Santos, 2017, p. 49).

[74] "Se, durante a reunião dos presidenciáveis com o presidente FHC, no começo do segundo semestre de 2002, chegou-se a um entendimento de que o Brasil assinaria um acordo com o FMI que previa, entre outras políticas, a geração de um superávit primário de 3,75% do PIB, ao iniciar o novo governo, essa porcentagem foi elevada para 4,25% do PIB. É importante observar aqui, como faz Novelli, com base nos dados emitidos pelo Banco Central, que: 'O superávit primário [acrescentaríamos: realizado] foi de aproximadamente 4,5% do PIB entre 2003-2006, frente aos 3,6% do segundo mandato de Cardoso (1999-2002)'" (Martuscelli, 2013, p. 173, acréscimo no original).

Por outro, iniciou-se um movimento – consolidado após a crise política de 2005 como veremos a seguir – de estímulo à produção por meio de políticas diversas, em especial com a participação do BNDES facilitando acesso ao crédito (Boito Jr., 2012). Notáveis dissemelhanças figurariam também nas iniciativas governamentais voltadas para a população pobre e de baixa renda, de "consolidação de sistemas de proteção social, de aumento real do salário mínimo e de incentivo ao consumo" (Safatle, 2017, p. 83). As políticas assistenciais desenvolvidas no período anterior – como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás – foram somadas ao Programa Fome Zero no início do mandato de Lula. Contudo, dada a amplitude de suas iniciativas[75], optou-se por centralizá-las no novo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome em 2004, na forma do Programa Bolsa Família – PBF (Ricci, 2010). O PBF apresentou-se como um importante mecanismo de diminuição da pobreza extrema no país, contemplando mais de 8,7 milhões de famílias após dois anos de implementação (Singer, 2012). Em conjunto com a estabilidade econômica, a política de aumento real do salário mínimo e o crédito consignado, entre outros programas, serviu ainda para estimular o consumo de um grande contingente populacional, que fomentou e aqueceu a economia brasileira. O desemprego, ainda elevado no governo Lula, diminuiu em um ritmo mais forte a partir de 2004. Além disso, aquele ano marcou o início de um ciclo de expressivos aumentos reais do salário mínimo (cf. Martuscelli, 2013, p. 189-90). Durante e imediatamente após o governo Lula, essas políticas ensejaram análises que identificaram a constituição de um ciclo virtuoso traduzido na melhora das condições de vida, diminuição da pobreza e desigualdade – que, se consistentemente mantido, teria o potencial de aproximar o país das nações desenvolvidas (Singer, 2012).

Esse quadro se torna mais complexo ao constatarmos certas nuances e demais medidas implementadas pelo governo que afetaram o mercado de trabalho. Adotando o pressuposto da centralidade do orçamento e da fiscalidade para a análise das prioridades e da orientação política do Estado (Schumpeter, 1991), é possível obter relevantes evidências a partir das decisões tomadas naquele período. Assim, observa-se que o investimento no Bolsa Família e demais programas de transferência de renda representou apenas 6% dos "recursos gerados

[75] O Programa Fome Zero contemplava iniciativas como "cartão alimentação, distribuição de cestas básicas, criação de restaurantes populares e bancos de alimentos, compra direta de alimentos, construção de poços artesianos, distribuição de leite, alfabetização, habitação popular", entre outras (Ricci, 2010, p. 56). Além disso, foi pensado em conjunto com o desenvolvimento de "estruturas de controle social e educação popular junto às populações que seriam atendidas pelo [programa]" (p. 61). Com a desarticulação entre essas políticas, os limites orçamentários e o escasso apoio recebido pela equipe responsável pelos núcleos – liderada por Frei Betto – esse projeto foi abortado no final de 2003 na ocasião do anúncio do Programa Bolsa Família. Trata-se de um aspecto a mais a ser considerado na avaliação do governo Lula: a substituição de um projeto avançado de educação popular e controle social de políticas públicas por um cartão para recebimento de benefícios sociais.

pelos superávits primários... [do] primeiro governo Lula" – 22,5 bilhões frente a 330,9 bilhões (Martuscelli, 2013, p. 187). Na impossibilidade de expandir os gastos governamentais – dado o cenário de austeridade e diminuta margem para ampliação da base tributária – o orçamento deve ser remanejado, como de fato ocorreu. Os gastos com a assistência social crescem ao passo em que (em termos percentuais com relação ao PIB) os dispêndios em saúde e educação caem – "de 1,79% para 1,59%... e de 0,95 para 0,77% [entre 1995 e 2005], respectivamente" (Coggiola, 2013, p. 8). Vale esclarecer, no que se refere à tributação, que o governo tomou uma decisão consciente pela manutenção da regressividade do sistema. Isso porque a proposta de reforma encaminhada no primeiro mandato "priorizou os impostos indiretos, em detrimento dos impostos diretos sobre rendimentos", além de abandonar a pauta histórica do imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição (Martuscelli, 2013, p. 200). Já quanto ao trabalho, por um lado verifica-se um processo de expansão da terceirização para diversos setores da economia que precarizou "contratos e salários, despossando os trabalhadores de alguns direitos sociais" (Braga, 2016, p. 69). Por outro, aumentou a formalização, o que contribuiu para diminuir a taxa de desemprego – ainda que expressiva parte das vagas tivessem rendimento de até 1,5 salário mínimo (cf. Pochmann, 2012). Destarte, Lula não interrompeu a tendência de flexibilização e supressão de direitos do governo anterior mas avançou uma reforma trabalhista em que prevalecia "a lógica da precariação dos direitos trabalhistas, em nome da empregabilidade e da inclusão social" (Martuscelli, 2013, p. 206).

Essa abreviada caracterização das medidas tomadas nos anos iniciais do governo Lula é pertinente para compreender os rumos da esquerda e, de forma geral, das lutas sociais no país. Afinal elas influenciaram positiva ou negativamente o ativismo popular ou tiveram participação de determinados setores alinhados ao PT. Tendo chegado à presidência em uma conjuntura de refluxo dos movimentos sociais, como vimos, Lula não tratou de estimular a mobilização e incluir as classes subalternas de modo que indicassem os rumos do governo. Realizou, pelo contrário,uma desigual inclusão dos representantes de classe internalizando "os conflitos sociais no aparelho do Estado" (Secco, 2015, p. 206). Para além do ministério, a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é emblemático: ele "é pensado como um retrato, uma reprodução da 'sociedade civil' [que o PT e Lula pensam que existe]: muitos empresários... uma dúzia de sindicalistas, alguns intelectuais... e um representante da Abong, a organização maior das ONGs brasileiras" (Oliveira, 2006, p. 32). Por ali passaram propostas de algumas das medidas expostas acima. Se a burguesia esteve bem representada nesse arranjo, o sindicalismo também ocupou uma expressiva parcela dos

altos cargos da burocracia (Braga, 2012). É dentro do movimento mais geral de mudanças no seu caráter na última década, como enfatizamos no capítulo anterior, que entendemos por exemplo a intervenção de Jacques Wagner, "ex-sindicalista da Articulação sindical [CUT]" e Ministro do Trabalho em 2003, quando argumentou que "algumas normas básicas da CLT, como as férias remuneradas, eram 'penduricalhos'" (Boito Jr., 2003, p. 20). Orientados por um 'novo corporativismo' e ocupando cargos importantes da administração petista e dos fundos de pensão, os sindicalistas da CUT figuraram como um dos pilares de sustentação do governo – em prejuízo daqueles que ela deveria representar, principalmente trabalhadores e trabalhadoras mais precarizados[76]. Seu desgaste ficou mais evidente na ocasião da reforma da previdência, quando a oposição do funcionalismo público à sua aprovação fomentou um movimento que reconheceu a necessidade de ruptura. Das discussões realizadas a partir de então originaram-se nos anos seguintes a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e a Intersindical[77] (Trópia; Galvão; Marcelino, 2013).

Por outro ângulo, são identificáveis os efeitos das políticas sociais e de austeridade na mobilização popular. Se na origem dos novos movimentos estudados por Sader (1988) as questões da pobreza e da desigualdade eram inerentemente políticas, no governo Lula passam a ser "problemas de administração" (Oliveira, 2010a, p. 25). O PBF aparece como uma política compensatória, direcionada às parcelas mais pauperizadas em detrimento da concepção de direitos sociais universais (Martuscelli, 2013) e da proposição de soluções de maior envergadura para o problema da desigualdade social. Contribui ainda para a despolitização o personalismo lulista, em que o presidente aparece como ator político capaz não apenas de atender às demandas materiais da população por si mesmo (Ricci, 2010; Singer, 2012) mas também de conduzir uma ampla conciliação de classes ao paradigma de Vargas (Safatle, 2017). Afinal, era o próprio Lula que "gostava de dizer o que se tornou uma espécie de lema: 'É barato e fácil cuidar dos pobres'" (Anderson, 2011, p. 51). Para além da questão do lulismo que será abordada mais a fundo na sequência, importa destacar a manutenção da tendência de desmobilização popular que vinha desde a década de 1990 – sob outra forma, comparando-se ao período FHC. Nesse ponto a questão da reforma agrária nos

[76] Entendemos, com base em Braga (2012), que as centrais sindicais aparecem como parte interessada nas políticas relacionadas ao mercado de trabalho. Mas isso não se dá apenas porque elas representam parcelas da classe trabalhadora mas por controlarem importantes fundos de pensão. Sua rentabilidade depende do investimento em 'bons negócios', grandes conglomerados e empresas de viés monopolístico que pressionam pela precarização das condições de trabalho. Logo, o direcionamento desses recursos tem impacto na economia em potencial prejuízo de trabalhadores e trabalhadoras que ocupam as piores posições.

[77] A criação dessas centrais relaciona-se também com a proposta de reforma sindical elaborada pelo governo, que, "no geral... tendia a aprofundar a intervenção do Estado nos sindicatos". A PEC 369 foi encaminhada para o Congresso em 2005 mas até o momento encontra-se em tramitação (Martuscelli, 2013, p. 204-5).

parece fértil para apontar o possível elo entre a implementação das políticas sociais e o remanejamento de recursos orçamentários que redunda naquele resultado. Dois aspectos merecem ser destacados nas decisões do governo: corte de recursos destinados ao assentamento de famílias sem terra e realização da reforma agrária de acordo com os interesses do agronegócio[78] (Hilsenbeck Filho, 2013). A militância do MST não demorou a perceber os limites da atuação governamental e continuou pressionando por meio de reuniões com membros da administração, ocupações de terras e publicação de documentos (Azevedo, 2012). Aos poucos várias das famílias que esperavam pelo assentamento acabaram desistindo, e retornando à vida nas cidades tornavam-se beneficiárias dos diversos programas de transferência de renda. Políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar e para assentamentos já estabelecidos serviram ainda para cindir a mediação dos movimentos sociais e apazigar o conflito rural.

Deduz-se do que foi exposto um concomitante processo de neutralização do ativismo social e estabelecimento de uma resistência de esquerda ao governo, visível por exemplo na fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Não levou um ano de mandato para que diversas pessoas ligadas ao campo ideológico percebessem materialmente o transformismo petista, como vimos, em seus aspectos de continuidade e descontinuidade política com a era FHC. Para além da direita, hegemonizada pelo PSDB, a oposição passaria a incorporar ex-militantes petistas abrigados em outros partidos de esquerda, intelectuais rompidos com o partido e setores do próprio PT (Secco, 2015). Mais uma vez destaca-se a reforma da previdência, pois em torno dela deram-se significativas controvérsias internas ao partido que levaram à expulsão de quatro parlamentares que fizeram campanha e votaram contra o governo: Heloísa Helena, João Babá, Luciana Genro e João Fontes. Tal acontecimento, acompanhado de grande clamor em defesa dos congressistas, provocou a saída da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e do Movimento Esquerda Socialista (MES), tendências trotskistas das quais faziam parte respectivamente Babá e Genro. Retiraram-se ainda militantes da Democracia Socialista (DS) em solidariedade a Heloísa Helena e intelectuais como Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, entre outros (Pompêo, 2007). A ideia de um novo partido foi então colocada em pauta, e envolveu também militantes da Convergência Socialista (CS), expulsa do PT em 1992. Entre idas e vindas,

[78] "Desde o início, foi evidente que a reforma agrária do governo do PT estava marcada por dois princípios, como apontou Ariovaldo Umbelino de Oliveira: 'Não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa "ajudar" o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil'" (Santos, 2017, p. 53). Como destaca Fernandes (2013, p. 192) "a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária em seu governo não tem origem na desapropriação, mas, sim, na regularização fundiária de terras da União".

diversas reuniões e eventos, cresceram as divergências de projeto político entre aqueles que visavam fortalecer o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e os setores recém saídos do PT[79]. Esses últimos se juntariam ao Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), dissidência do PSTU, para lançar em janeiro de 2004 o documento "Esquerda Socialista e democrática - Movimento por um novo partido (ESD)" assinado por diversas tendências, movimentos sociais e intelectuais. O primeiro Encontro Nacional, em que se deu a organização provisória e escolha do nome Partido Socialismo e Liberdade, realizou-se em junho de 2004. Dali em diante sua militância se engajariam na coleta de assinaturas e obtenção do registro definitivo – obtido junto ao TSE em setembro de 2005.

Enquanto ocorria a reorganização da esquerda, o governo Lula tomava medidas ou era afetado por denúncias de corrupção que reforçavam o discurso dos setores críticos. O ano de 2004 ficou marcado por medidas liberais e de austeridade como a formulação do projeto de lei das Parcerias Público-Privadas (PPP), corte de recursos em diversos programas sociais e a prioridade do pagamento do serviço da dívida pública, entre outras (Ricci, 2010). Além disso, teria lugar a primeira denúncia de peso contra o grupo de confiança do presidente, em que Waldomiro Diniz, "subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República... e homem de confiança do ministro da Casa Civil José Dirceu", era acusado de pedir propina a um conhecido bicheiro (Carlinhos Cachoeira) em prol do partido (p. 70). Já 2005 começou com um revés institucional – perda do comando da Câmara Federal e de espaço na Mesa Diretora – e evidências do afastamento crítico de alguns grupos e movimentos de esquerda, como o MST (Azevedo, 2012). Maior gravidade, contudo, teria o escândalo dos Correios em maio daquele ano, estopim da denúncia de Roberto Jefferson sobre a compra de apoio político dos deputados por parte do governo – o chamado *mensalão* (Ricci, 2010). Naquele contexto o PT perdia uma de suas últimas bandeiras, a da ética na política, sob o pesado ataque da imprensa e da mídia (Anderson, 2011). Mas o partido resistiu: apesar dos altos e baixos nas eleições, passava por um processo de nacionalização e ampliação de sua base – principalmente no norte e nordeste – que marcou presença não apenas no Processo de Eleição Direta (PED) que elegeu Ricardo Berzoini mas também nas ruas, em defesa de Lula (Secco, 2015). Sob o diagnóstico de uma conspiração de direita e com a possível apresentação de um pedido de *impeachment* contra o presidente, CUT, UNE, UBES e MST se uniram em mobilização pró-governo. Ao mesmo tempo, PSOL, PSTU, PDT e PPS, entre outros,

[79] Nesse sentido, confira-se o relato de André Ferrari. Um histórico do PSOL - A luta por um novo partido de esquerda no Brasil. 9 out. 2005. Disponível em: <https://www.lsr-cit.org/2005/10/09/um-historico-do-psol-a-luta-por-um-novo-partido-de-esquerda-no-brasil>. Acesso em 24 mai. 2018.

organizaram uma marcha pelo "Fora Lula" e contra a corrupção que reuniu 12 mil pessoas em Brasília – contra 10 mil da esquerda hegemônica um dia antes, em 16 de agosto[80].

Diversas razões são apontadas para explicar a superação da crise política e o sucesso eleitoral de Lula em 2006. Aqueles acontecimentos, por um lado e conforme exposto, fomentaram a oposição de esquerda e aceleraram o afastamento de militantes que adotavam posição crítica com relação ao governo, embora se tratasse de um movimento incipiente. Por outro lado, pressionaram os movimentos e organizações simpáticos a Lula a manterem-se em sua órbita dado o risco de aderir ao discurso oposicionista – de direita ou esquerda. O presidente, percebendo que seu apoio nos movimentos sociais já não era mais tão sólido, passou a apelar diretamente para suas bases eleitorais em viagens pelo país. "[Seus] discursos... reforçavam a relação direta com a base social... abusando de termos populares e analogias de forte cunho didático, adotando um tom professoral mesclado com ironia" (Ricci, 2010, p. 60). Àquela época, os efeitos das políticas sociais e que estimulavam o mercado interno já eram sentidas, a economia melhorava e os empregos apareciam, reforçando a popularidade de Lula (Anderson, 2011). Diferentes análises destacam a estima popular obtida pela efetivação de um programa 'reformista fraco' (Singer, 2012) e o esforço concomitante do presidente em ampliar a sua base política no Congresso com a efetiva entrada do PMDB em sua coalizão – garantindo sua estabilidade (Nobre, 2013b). Vale mencionar, contudo, o apoio de parcelas da burguesia atendidas por políticas de estímulo à produção, seja pelo financiamento obtido via BNDES, seja pela participação dos fundos de pensão promovidos pelo governo (Boito Jr., 2012). O *impeachment* não foi levado adiante, pode-se dizer, não apenas pela popularidade do presidente ou porque seus adversários preferiram 'fritá-lo' no mandato, mas porque a direita não encontrou decisivo respaldo para compor um movimento abrangente: "o governo atendeu interesses importantes da grande indústria, do agronegócio e de toda a burguesia interna. Justamente por isso, pôde contar com ela quando se viu em dificuldades"[81] (p. 97). Assim, com a anuência de milhares de pessoas que deixaram a

[80] Folha de S. Paulo. 12 mil protestam pelo impeachment de Lula. 18 ago. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200509.htm>. Acesso em: 24 mai. 2018. Por um lado, Boito Jr. (2012, p. 92-3) observa que "no auge da crise, a manifestação de trabalhadores em defesa do governo, convocada pelo que havia de mais representativo no movimento sindical, reuniu um número irrisório de manifestantes", menor que as manifestações da oposição de esquerda. Por outro, Secco (2015, p. 217-8) comenta que manifestações realizadas em datas anteriores tiveram público menor, indicando que não existia um movimento de massa pela saída de Lula.

[81] A tese de Boito Jr. (2012) é que a burguesia está representada no país por duas frações: uma ligada ao mercado financeiro internacional (compradora) e outra industrial (interna) voltada para a produção de bens para exportação. Isso explicaria porque não existu unanimidade entre esses atores no apoio a Lula, dependente das políticas implementadas em cada período – pró-rentistas no primeiro governo e, posteriormente, pró-industriais e agronegócio. Quanto ao mencionado suporte recebido pelo governo, "é preciso destacar que esse apoio [da

pobreza extrema ou passaram a consumir mais, e do capital que 'nunca antes lucrou tanto', Lula derrotou Geraldo Alckmin (PSDB) no segundo turno com 60% dos votos.

Para além dos fatores apontados, outro elemento é útil para identificar as bases políticas de Lula: a participação institucionalizada. Nesse ponto retornamos aos efeitos ambíguos das medidas adotadas em seu governo com relação ao ativismo popular. Como se sabe a Constituição de 1988 estabeleceu as bases para o estabelecimento de um conjunto de instituições participativas, entre elas os conselhos e conferências nacionais, que se desenvolveram na década de 1990 e foram transmitidas à administração petista (Teixeira *et al*, 2012; Avritzer, 2012). Contemplado em seu programa e aplicado em experiências locais como o Orçamento Participativo, o ideal da participação cidadã tornou-se política de governo alinhada com a criação de vários órgãos responsáveis pelo diálogo e elaboração de políticas voltadas a diversos setores da sociedade – especialmente aqueles mais vulneráveis. Por um lado, em 2003 foram criadas as Secretarias Especiais de Políticas de Promoção à Igualdade Racial, de Políticas para Mulheres e de Direitos Humanos (Aguião, 2017). Por outro, o fortalecimento de conferências nacionais como da Saúde propiciavam a discussão e o controle social das políticas implementadas em cada área. Tal resultado não se explica apenas pelo ativismo institucional de membros da administração mas pela luta e reivindicação dos movimentos sociais, cujos atores e atrizes tomaram uma posição favorável à interdependência entre sociedade civil e Estado – diferente dos anos 1980 (Avritzer, 2012). Pode-se dizer que a substantiva inclusão da pauta dos movimentos negro, feminista e LGBTT teve o propício efeito de politizar esses grupos, o que teria especial relevância em mobilizações futuras – consolidando o que se poderia chamar a princípio de 'esquerda identitária'. No entanto, limites podem ser observados tanto no formato dessas instituições e a forma como se dá a representação e por quem – quais pessoas ou organizações são escolhidas ou se ocorre efetiva eleição, por exemplo (Teixeira *et al*, 2012; cf. Dagnino, 2004); como no fato de que, dada a austeridade fiscal, os recursos destinados à implementação de políticas (e sob influência deliberativa) são irrisórios. Ao mesmo tempo que tais mecanismos encontram-se financeira e politicamente cerceados, portanto, permitiram a cooptação de lideranças ou mesmo seu acomodamento ao ritmo governamental.

Atrofiada a combatividade dos movimentos e do sindicalismo ascendentes na aurora da Nova República, que compunham majoritariamente a hegemonia petista, restou à militância

---

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp] foi de fundamental importância para definir o desenlace daquela crise. Lula estava muito desgastado com os trabalhadores organizados" (p. 92). Isso se dava porque a compra de apoio político (exposta na denúncia no mensalão) foi utilizada justamente para a aprovação de projetos contra os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras – como a reforma da previdência.

de base construir ou resgatar suas próprias alternativas. Exemplos marcantes nesse sentido são o autonomismo e a renovação do movimento estudantil. O primeiro remete ao chamado movimento antiglobalização do final dos anos 1990. Naquele período a juventude associada principalmente ao anarquismo promoveu diversas manifestações coincidentes com os Dias de Ação Global – que "[consistiam em dias] de protesto simultâneo ao redor do mundo, coincidindo geralmente com algum encontro de cúpula gestora do capitalismo global" (Liberato, 2014, p. 165). Práticas de protesto aprendidas e mesmo transmitidas por ativistas estrangeiros naquele período – além da constituição de veículos como o Centro de Mídia Independente (CMI), associado ao movimento Indymedia – deram base e formação política àqueles e àquelas militantes e difundiram os princípios da autonomia e autogestão. Em 2002, com a desarticulação da Ação Global, os coletivos e organizações voltariam-se para outras práticas como centros culturais, rádios livres, grupos de mídia, entre outros. Tais antecedentes relacionam-se com a formação do Movimento Passe Livre (MPL) na medida em que seus fundadores e fundadoras tiveram ou compartilharam experiências com a militância daqueles anos. As raízes do MPL são identificáveis na origem e mobilização da Juventude Revolução Independente (JRI) em Florianópolis que, na esteira da Revolta do Buzu (ocorrida em Salvador em 2003), não apenas conseguiu barrar um aumento de tarifa como pressionar a aprovação do passe livre em 2004. A partir daí, com o auxílio do CMI, a campanha pelo passe livre se nacionalizou, tendo inclusive uma Plenária Nacional no V Fórum Social Mundial de 2005 em Porto Alegre. Com as resoluções aprovadas naquele encontro, nascia oficialmente o MPL como "movimento autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário" (p. 303). Em São Paulo, tendo nascido de um núcleo composto por militantes de vários partidos, estabeleceu-se como um grupo de viés autonomista e libertário que herdou muito do movimento antiglobalização. O trabalho político do movimento centrou-se de fato na questão do transporte público nas metrópoles e se orientava principalmente ao debate com a juventude nas escolas.

A recente pluralização do movimento estudantil também se associa com a difusão dos princípios autonomistas. A União Nacional dos Estudantes (UNE), como se sabe, sempre incluiu tendências que expressam posições dos partidos, tendo o PCdoB predominado por vários anos em sua direção (cf. Rodrigues, 2017, p. 113-4). Desde a década de 1990, exceto pela expressiva mobilização dos 'caras-pintadas' na campanha 'Fora Collor', o movimento estudantil passava por um longo período de apatia (Bringel, 2009). Nos anos 2000, ao contrário, emergiram progressivamente coletivos dedicados a questões culturais, étnicas e o feminismo, que não encontravam respaldo naquela organização – para além da representação

institucional em secretarias temáticas (Groppo, 2016). Inadequados ao centralismo, hierarquia e "partidarização das lutas estudantis" convencionais, esses grupos se organizavam à parte, aproveitando-se das novas formas de comunicação via *internet*, promovendo "maior horizontalidade na deliberação", rechaço à lideranças, imprevisibilidade e fluidez organizacional pela tomada de decisões aberta entre todas as pessoas que o compõem (Bringel, 2009, p. 111-2). Essas formas de expressão e atuação política ganharam visibilidade na onda de ocupações de reitorias ocorrida entre 2007 e 2008 revelando, por um lado, a influência de movimentos estudantis contemporâneos de outros países como Chile, França e México; por outro, a base política proveniente da formação e sociabilidade em meio a coletivos não-hierárquicos, apartidários e fundados na solidariedade (Groppo, 2016). Naqueles anos, ocorreram ocupações, protestos e amplas paralizações em mais de 30 universidades públicas de todas as regiões. Para além de demandas locais como a melhoria das condições e estrutura para estudantes, o movimento também resistia à perda da autonomia universitária por medidas intervencionistas – sejam os decretos do governador José Serra (SP) em 2007, seja a proposta do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (Bringel, 2009). Este último foi considerado como uma medida tomada de cima para baixo, sem espaço para discussão nas comunidades universitárias, visando massificar o sistema (em detrimento da sua qualidade) e abrir possibilidade de privatização (pelo fomento de parcerias com o setor privado). Compreensivelmente, essa luta opôs as novas vertentes do movimento estudantil e a organização hegemônica, alinhada ao governo Lula.

Dessa forma compreende-se que nos primeiros momentos do segundo mandato presidencial se estabelecia uma militância de esquerda alheia (ou oposta) aos grupos e organizações hegemônicas. No curto espaço da exposição realizada até aqui não seria possível pormenorizar a renovação dos partidos (PSTU, PSOL), do sindicalismo (Conlutas, Intersindical), dos movimentos estudantil, negro e feminista (que comportam várias vertentes), além dos movimentos sociais urbanos, camponeses e de intervenção cultural. Mas ao indicar essa tendência, e enfatizar os acontecimentos que nos parecem mais distintivos para uma apreensão da história presente da esquerda, importa sublinhar não apenas a reconfiguração do ativismo político mas também o cenário de mudanças societárias em que se dá tal processo. Como vimos, é frequente o diagnóstico de que o governo Lula cooptou, neutralizou os movimentos sociais e desestimulou a ampla mobilização popular (cf. Oliveira, 2010b; Ricci, 2010; Anderson, 2011). A despeito disso, é possível observar também que a relativa melhora das condições de vida, a ampliação do acesso às universidades (inclusive

minorias) e a expansão das telecomunicações e da *internet*, para mencionar alguns aspectos, propiciaram a emergência de novos debates, conflitos e formas de ativismo. Ao mesmo tempo, e por outra mirada, a análise das mudanças pelas quais passou o capitalismo brasileiro e que conduziram à precarização das relações de trabalho levam Braga (2012) para além da participação institucional das massas, observando a conformação de um 'reformismo plebeu' resultante da luta autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras. Destarte, ainda que os "músculos da sociedade" (Oliveira, 2010b, p. 375) já não se encontrassem mais com o mesmo vigor que se observava nos anos 1980 – por razões já elencadas –, davam-se movimentos moleculares que redundariam no questionamento da hegemonia do PT no campo da esquerda e nas condições para o ciclo de manifestações que teve lugar a partir de junho de 2013. Mesmo aquelas organizações simpáticas ao governo e estreitos laços com o petismo não passaram incólumes nesse período: a pressão das bases transparece na adesão da CUT ao manifesto contra a política econômica governista articulado pelo MST no início de 2007 e que reuniu Intersindical, Conlutas e vários movimentos sociais[82] (Ricci, 2010).

Esse incipiente movimento é frequentemente ofuscado pelo 'ciclo virtuoso' da economia estabelecido no novo mandato de Lula, que alçou sua popularidade a nível recorde e assegurou o sucesso eleitoral de sua sucessora, Dilma Rousseff. Em uma conjuntura internacional favorável até a crise de 2008, o país obteve significativas taxas de crescimento – média de 4,5% entre 2005 e 2008 – puxadas pela valorização das *commodities* (Nobre, 2013b). Isso se deu ainda em um contexto de baixa inflação, implementação de políticas de transferência de renda e queda do desemprego que contribuíam para estimular o consumo e diminuir os índices de pobreza e desigualdade de renda. Uma série de *boas notícias* – que iam desde a descoberta do pré-sal em 2007 e a obtenção do 'grau de investimento' em 2008 até as escolhas para sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 – mantiveram as expectativas da população em alta. No plano institucional o governo encontrava uma estável e ampla base no Congresso, em especial com a adesão do PMDB no contexto da crise política de 2005. Após seguidos escândalos de corrupção que derrubaram os ministros José Dirceu e Antonio Palocci, o núcleo da administração começava a ganhar alguma estabilidade com Dilma na Casa Civil (Anderson, 2011). Com a eclosão da crise financeira em setembro de 2008 uma série de medidas anticíclicas foram tomadas para aquecer o mercado interno, fortalecendo a orientação chamada 'neodesenvolvimentista' com

[82] Mais informações sobre a construção do manifesto e as atividades do Fórum Nacional de Mobilização Contra as Reformas podem ser levantadas do artigo "Dirigente do MST fala de alianças, governo Lula e poder popular", Carta Maior, 26 abr. 2007. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Dirigente-do-MST-fala-de-aliancas-governo-Lula-e-poder-popular/2/13212>. Acesso em: 24 mai. 2018.

o concomitante estímulo às empresas exportadoras e a construção de ‘campeãs nacionais’ (Nobre, 2013b). Tratavam-se, é claro, de políticas com claros limites como já abordamos anteriormente: não desafiavam e sim beneficiavam sobremaneira as elites econômicas. Mas os ganhos imediatos obtidos pela população em geral, especialmente as parcelas mais vulneráveis e das regiões mais pobres, reverteram grande popularidade a Lula[83]. Na campanha de 2010 essa vantagem seria somada à construção da imagem de Dilma como ‘mãe do PAC’ (Programa de Aceleração do Crescimento) e hábil quadro técnico na disputa contra José Serra (PSDB). Enfim, com 56% dos votos no segundo turno, entraria para a história como a primeira mulher eleita presidente do Brasil.

Nos últimos momentos e imediatamente após o encerramento do governo Lula vários intelectuais se colocaram a analisar as políticas nele adotadas e a própria pessoa do presidente como hábil negociador e agente de um programa social de grande envergadura – o que lhe rendeu enorme popularidade e comparações com Getúlio Vargas. De maneira menos crítica, como realização de um programa político conservador ou reformista fraco que se absteve de desafiar a ordem em anuência aos interesses do subproletariado (Singer, 2012); ou mais crítica, como hegemonia às avessas (Oliveira, 2010), estratégia de pacificação social (Braga, 2012) ou hegemonia da pequena política (Coutinho, 2010), o lulismo figurou como categoria analítica em diversas interpretações da recente história política. Antes de entrar nesse debate convém, à guisa de introdução, abordar duas vertentes em que tal noção é secundária. A primeira se atém ao conceito de *pós-neoliberalismo*. De acordo com Sader (2013, p. 138)

> Os governos do Lula e da Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal – de Collor, Itamar e FHC – e pelos elementos que têm em comum com outros governos da região... Os traços que esses governos têm em comum, que permite agrupá-los na mesma categoria são:
>
> a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal;
>
> b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios sul-sul e não os tratados de livre comércio com os Estados Unidos;
>
> c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado.

Na perspectiva dos autores e autoras que aderem a essa interpretação não se trata de “uma completa superação” do neoliberalismo, mas da busca e implementação de uma agenda progressista frente às suas “multiplas contradições” (Fortes; French, 2012, p. 222). Dada a

[83] “Lula, por sua vez, foi o primeiro presidente desde 1989 a eleger um sucessor de sua confiança. Terminou seu governo com a popularidade recorde de 87% de aprovação à sua pessoa segundo pesquisa da CNT Sensus em dezembro de 2010” (Secco, 2015, p. 241).

conjuntura da década de 1990, fazia-se necessário por parte de Lula a incorporação ao seu programa dos consensos construídos na sociedade, como o valor da estabilidade monetária e controle da inflação – o que se deveu também ao enfraquecimento da esquerda e ausência de propostas concretas de sua parte (Sader, 2010). Ao assumir o governo o presidente optou por manter a estrutura do sistema político e as bases da política macroeconômica mas, ao contrário de seu antecessor, elevou o *status* da área social e assumiu o compromisso com as classes baixas pela implementação de diversos mecanismos de redistribuição de renda[84]. Em poucas palavras, o governo Lula representou a "implementação de um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo e participativo" na contramão do avanço do neoliberalismo em âmbito mundial (Fortes; French, 2012, p. 222). Algumas evidências que desafiam essa literatura já foram levantadas anteriormente; elas serão resgatadas na sequência dessa subseção.

A segunda vertente opera com a noção de *pemedebismo* e produz uma análise de forte orientação institucionalista. O filósofo Marcos Nobre atribui esse nome ao mecanismo de "blindagem do sistema político contra a sociedade" que foi concebido em torno do PMDB nos primeiros momentos da Nova República (2013b, p. 11). O conceito não se limita à atuação daquele partido mas refere-se ao modo como funciona a política brasileira, uma espécie de pressuposto sobre como deve se dar a relação entre as instituições. Seus principais elementos incluem "o governismo (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido a que se pertença); a produção de supermaiorias legislativas... [e] um sistema hierarquizado de vetos e contorno de vetos". Para que tal arranjo funcione a contento, seus membros atuam ainda no sentido de "impedir a entrada de novos membros" e "bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto" (p. 14). Assim, a montagem de uma coalizão de governo não envolve significativamente a discussão de pautas e políticas – a menos que seja para vetar iniciativas alheias – mas centra-se na distribuição de cargos e recursos. O estabelecimento desse *modus operandi* se explica pela necessidade em determinados momentos de restringir a pressão social sobre o sistema político – como na constituinte, daí o 'centrão' – e de garantir a estabilidade e condições de governo – que evitassem crises como a do *impeachment* de Collor e permitissem a aprovação de emendas constitucionais como no período FHC. A princípio o governo Lula não optou pela articulação

[84] "O crescimento do gasto social incluiu, entre outros, crédito subsidiado para cidadãos de baixa renda, fortalecimento do apoio aos idosos, suporte ampliado para a agricultura familiar, um programa para a universalização do acesso à energia elétrica, a expansão do acesso subsidiado às universidades privadas (Prouni) e a expansão do sistema de universidades federais (Reuni). Mais decididamente, a política de aumento contínuo do salário mínimo – 67% maior em termos reais em 2010 do que em 2003 (cf. Morais e Saad-Filho, 2011, p. 35) – teve um impacto relevante na distribuição de renda" (Fortes; French, 2012, p. 216).

de uma ampla base política, contando apenas com os históricos aliados de esquerda (PSB, PDT, PCdoB) e o apoio avulso de parlamentares de outros partidos. A crise do mensalão, contudo, estimulou a adesão à 'ideologia da governabilidade' e a construção de uma supermaioria parlamentar com o apoio do PMDB – com toda a blindagem necessária em troca. Para Nobre, portanto, o que se entende por lulismo é tão somente uma reconfiguração do pemedebismo, sua instrumentalização com o propósito de contornar os vetos do sistema de modo a conduzir a implementação de um modelo social-desenvolvimentista.

Apesar do propósito manifesto de considerar a política para além do funcionamento do governo, trata-se de uma abordagem que encontra seu núcleo nas instituições. Ainda que o pemedebismo se caracterize como uma forma de organização voltada ao insulamento do poder contra as forças sociais, após a sua concepção todos os demais acontecimentos políticos e sociais passam a responder a ele. Dos primeiros momentos da Nova República até a atualidade a análise considera apenas os movimentos societários mais visíveis, mais evidentes – a mobilização na constituinte, a repressão aos movimentos nos anos FHC e os acontecimentos de junho de 2013 (Nobre, 2013b). Talvez por isso o autor entenda esses últimos como uma revolta antipemedebista 'por excelência', de caráter essencialmente progressista, sem considerar o acúmulo de experiências, a reconfiguração do ativismo no país e as contradições inerentes ao ciclo de manifestações daquele ano. Em poucas palavras, poderia-se derivar de sua interpretação que o que se encontra fora do sistema político institucional seria menos relevante para compreender os últimos acontecimentos da democracia brasileira. Mas mesmo ao que majoritariamente se refere, como observou Avritzer (2016, p. 26), essa leitura possui problemas na medida em que "[reduz ao conceito de pemedebismo] todas as ações dos governos no Brasil desde o fim do regime autoritário". Ao fazer isso, Nobre dispensa um entendimento pormenorizado sobre a lógica de funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entendendo quaisquer avanços na consecução do chamado social-desenvolvimentismo "como concessão ao peemedebismo, em vez de serem compreendidos como parte de projetos políticos hegemônicos que conseguiram diversas vezes impor novos rumos à política brasileira" (p. 27). Por fim pode-se apontar que a análise do autor, ao evitar maiores considerações sobre os interesses de classe na composição do governo, promove uma equivocada oposição entre sociedade e governo sem as nuances necessárias. Apesar desses limites, trata-se de um modelo que explica bem alguns dos entraves da democracia no país (como observa Avritzer), reverberando direta ou indiretamente em outras interpretações recentes (cf. Safatle, 2017, p. 84-5).

Entrando propriamente no debate sobre o lulismo, que não deixa de se relacionar com as tentativas expostas anteriormente, tratamos sobre a obra de seu principal intérprete, André Singer[85]. *Os sentidos do lulismo* foi publicado em 2012, fruto da articulação de uma série de artigos escritos pelo autor entre 2009 e 2010. Sua tese orientadora é a de que

> teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – *com destaque para o combate à miséria* – e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do 'mensalão', um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo 'diminuição da pobreza com manutenção da ordem' esboçado no primeiro quadriênio (p. 13, grifos no original).

Tal enunciado encontra suas raízes em escritos anteriores do autor. Sobre a eleição de 1989 Singer (2000; cf. Carreirão, 2002) argumenta que o eleitorado, apesar de não saber ao certo o que se define por esquerda e direita, possui um conhecimento intuitivo dessa distinção ideológica. Convencionalmente seria de se esperar que as pessoas mais pobres apoiassem um projeto de esquerda que lhe proporcionasse melhores condições de vida. Contudo o que se observou por meio de pesquisas de opinião é que a população de menor renda se identifica em maioria com ideias de direita – como a oposição ao direito de greve. A partir desse diagnóstico se explica a vitória do candidato Collor no segundo turno daquela eleição, enquanto Lula encontrava maior apoio nos estratos de maior rendimento e escolaridade. De volta ao presente, a tese do realinhamento eleitoral postula que em 2006 essa situação se inverteu: quanto menor a renda maior a probabilidade de voto em Lula (Singer, 2012). Isso ocorreu segundo o cientista político porque o governo petista encarnou a demanda desses setores por redução da pobreza e da desigualdade ao mesmo tempo "evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem" (p. 58). As políticas sociais desenvolvidas no primeiro mandato e o aquecimento da economia, por um lado, redundaram em grande aprovação popular especialmente nas regiões Norte e Nordeste; as denúncias de corrupção que encontraram seu auge no episódio do mensalão, por outro, alienaram o apoio a Lula nas

[85] Rudá Ricci (2010) foi um segundo autor que centrou análise especificamente na categoria de lulismo e que, por questão de espaço, não será tratado em profundidade. Para o autor, o conceito se refere a um "paradigma de gerenciamento estatal e governabilidade" (p. 12) que visava conciliar "o resgate do social e do Estado" com "os interesses do mercado" (p. 15). Importante na sua leitura é a postura tutelar do governo com relação aos movimentos sociais, "já que não incorpora efetivamente esses atores... na formulação de políticas públicas e processo de tomada de decisão" (p. 16). O lulismo, portanto, seria o ápice da modernização conservadora iniciada por Vargas, em um modelo que não rompe efetivamente com as práticas entranhadas no sistema político brasileiro. Trata-se de uma 'arte de governo' cuja ênfase se encontra na constituição de um modelo social, econômico e político que fundamente a governabilidade.

parcelas de rendimento e escolaridade superiores dos grandes centros urbanos. Como apontaram alguns críticos, contudo, trata-se de uma explicação descritiva baseada em dados de pesquisas de intenção de voto estratificadas por renda – as hipóteses não são efetivamente testadas. Além disso, questiona-se a ideia de realinhamento, que implica estabilidade temporal de preferências ideológicas e partidárias (Rennó; Cabello, 2010). A construção de um modelo multivariado pelos autores obtém que o eleitor lulista não é "personalista e tampouco alinhado ideologicamente ou partidariamente a Lula. Trata-se de um eleitor não alinhado, com preferências fluidas e transitórias influenciadas, em parte, pelo desempenho do governo" (p. 52). Essas objeções recomendam cautela com relação à análise de Singer.

Outro aspecto que merece atenção se refere ao reformismo fraco dos governos Lula como representação política das demandas do subproletariado. A princípio Singer (2012) sublinha, como fizemos no capítulo anterior, a origem radical do PT no contexto de transição para a democracia. Naquele momento ele encarnava as esperanças transformadoras de diversos segmentos e organizações da sociedade, mas passaria após a derrota de 1989 a se orientar progressivamente para a luta institucional. Na década seguinte o autor identifica "a passagem de um partido de tipo ideológico... para um partido responsável", abandonando um suposto doutrinarismo em favor da maximização de votos (p. 94). Assim o PT deixa de ter apenas uma alma, a do Sion, para abrigar também uma segunda, do Anhembi[86]. O pragmatismo vence e o partido se orienta profissionalmente para a vitória eleitoral conquistada naquela campanha de 2002. A convivência desses dois espíritos resultou na continuidade do compromisso petista com os menos favorecidos: o projeto político efetivado no governo perdeu em radicalidade, mas ainda assim permaneceu compatível com elementos originais de seu programa. Encontrou ainda parcial correspondência na matriz nacional-estatista do PTB anterior ao golpe de 1964. É com essa plataforma que se identifica o subproletariado, conceituação tomada de Paul Singer para o contingente de trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem ganhar o suficiente para sua digna reprodução – menos de dois salários mínimos *per capita*. Na impossibilidade dessas pessoas transformarem a realidade social e política, já que "isso não está ao seu alcance" (p. 196), depositam sua confiança e lealdade em 'um dos seus', um retirante nordestino capaz de orientar o Estado para "ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem" (p. 21). O lulismo, em suma, representou a realização de um governo contraditório, centrado em uma personalidade forte,

[86] Como já aludido, nesses locais ocorreram tanto a fundação (Colégio Sion) em 1980 como o XII Encontro Nacional do PT (centro de convenções do Anhembi) em 2002. Nesse último foi aprovado um moderado programa de governo no contexto da vitoriosa campanha lulista. Para maiores detalhes confira-se também Martuscelli (2013, p. 153-4).

que não restringe o movimento do capital mas combate a pobreza e a miséria – estabelecendo uma agenda política que, se mantida por tempo razoável, teria o potencial de elevar o Brasil a uma nação de classe média. Tal como o bonapartismo caracterizado por Marx, esse fenômeno escaparia ao esquema da luta de classes, opondo agora ricos e pobres.

Essa breve síntese, que buscou destacar os elementos mais pertinentes para a discussão que se realizará na sequência sobre a conjuntura da esquerda, certamente não esgota a análise de Singer (2012). Todavia cabem algumas considerações com relação ao que foi exposto. As comparações de Lula com o presidente norte-americano Franklin Roosevelt (1933-1945), e daí o otimismo com a manutenção desse arranjo político na diminuição sustentável da desigualdade[87]; a relativa anuência com o processo de desmobilização social, inclusive das classes subalternas, em prol daquele projeto de combate à pobreza; e a ausência de tratamento mais abrangente das medidas adotadas no governo, que fortaleceram a tendência de precarização do trabalho e manutenção da desigualdade – e por isso não representavam um freio ao neoliberalismo, pelo contrário – evidenciam os limites para uma avaliação crítica dos governos petistas. Diante da leitura de um pacto de Lula com o subproletariado e o suposto conservadorismo desse último, desligada de uma reconstrução da história política da Nova República, é de se questionar como faz Nobre (2013b) se esse conceito de lulismo se apresenta crítico. A aproximação do lulismo com o bonapartismo também suscita cautela. Como observa Boito Jr. (2013) os governos presidenciais petistas (Lula e Dilma) não podem ser considerados "como árbitros no conflito entre as classes fundamentais", neutralizando-as e concomitantemente colocando "em prática 'o programa do subproletariado'". Por um lado, parece estranho atribuir um programa político a um conjunto heterogêneo de pessoas que se afirma não ter "condições de participar da luta de classes" (p. 173). Por outro, como vimos acima, esses mandatos tiveram um evidente viés pró-capital, priorizando "os interesses de uma fração da burguesia que é a grande burguesia interna" (p. 174). Quanto ao 'conservadorismo' do subproletariado, vale sublinhar que

> No caso do Brasil atual, o subproletariado aspira à redistribuição da renda e essa aspiração é progressista e popular. Singer faz uma análise diferente.

[87] À distância dos fatos, pesquisas recentes como aquelas desenvolvidas no Departamento de Sociologia da UnB e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam como esse otimismo se mostrou efêmero. Souza (2016, p. 327), por exemplo, demonstra que o ritmo da queda da desigualdade começou a aparecer no início da década de 2010 nas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE). "Mais ainda, evidências baseadas nas declarações de IRPF foram na contramão das pesquisas amostrais, indicando que a concentração de renda no topo e, quiçá, o coeficiente de Gini não teriam sofrido alterações significativas nos últimos anos". Assim, ainda que tenham sido formidáveis os resultados na diminuição da pobreza, no que se refere à desigualdade os resultados foram tímidos e podem estar em tendência de reversão dada a última crise econômica (2014-16) e as medidas adotadas no governo Temer (sendo a principal delas o Novo Regime Fiscal).

> Reconhece tal aspiração, mas insiste que ela está enquadrada numa atitude conservadora que não admite rupturas com a ordem neoliberal. É tão peremptório em tal afirmação que atribui o fato de Lula e Dilma não romperem de modo definitivo com o neoliberalismo não a interesses da grande burguesia presentes no bloco no poder, mas, sim, a um suposto conservadorismo inerente do subproletariado (p. 177).

Para além desses argumentos cabe pensar e pesquisar mais a fundo sobre os aspectos conservadores do imaginário popular. Eles certamente existem, mas devem ser relacionados com a história, a cultura nacional e o quadro de desmobilização social que se deu na Nova República, quando não propriamente de repressão. O efeito mais evidente dessa dinâmica é a redução da política em última instância à 'arte do possível', retratada na obra de Singer como uma espécie de apologia aos governos do PT, ainda que não intencional (Nobre, 2013b).

A perspectiva relativamente otimista de um projeto político representativo das parcelas mais vulneráveis da população, ainda que com suas contradições, difere radicalmente daquela desenvolvida por Francisco de Oliveira. De início, para o sociólogo a Carta ao povo brasileiro não marca um passo necessário rumo à moderação de modo a convencer a burguesia da viabilidade de Lula e firmar um pacto de manutenção da ordem com o subproletariado. Tratam-se na verdade das 'capitulações de junho', em que o então candidato adota definitivamente o projeto neoliberal em todas as suas possíveis implicações (Oliveira, 2006). Uma vez empossado, como vimos, o governo investe suas energias em um arranjo de conciliação dividindo posições de destaque entre líderes do capitalismo nacional, do sindicalismo e de diferentes movimentos sociais. Ao mesmo tempo, o estímulo à constituição de fundos de pensão – e seus efeitos na economia –, a manutenção da tendência de precarização das relações de trabalho e a ênfase na área social sobretudo com o lançamento do PBF marcam o concomitante enfraquecimento das bases do movimento sindical e a despolitização da questão da desigualdade. A própria liderança de Lula, aliás, acabava por servir "como um poderoso anestesiante" da mobilização popular, provocando "a paralisia dos movimentos sociais" (p. 29-30). Dado esse cenário de "reestruturação produtiva" e o avanço de uma subjetividade que inculca "os valores da competição" em detrimento da solidariedade coletiva, segue-se o diagnóstico de que as políticas sociais "são na verdade políticas de funcionalização da pobreza" na esteira da "liquidação de classe em curso no desenvolvimento brasileiro" (p. 37). A gravidade que emerge da análise de Oliveira pode ser entendida a partir da observação de Secco de que "as formas de luta social são mais rapidamente afetadas pelas transformações do capitalismo e se reconstituem mais lentamente" (2015, p. 187). Na ausência de um movimento popular que pressionasse o governo, o PT é estatizado e

"transforma-se em partido da ordem, no sentido rigoroso do termo", o que redundou na consecução de uma agenda pró-mercado em maior medida e a predominância da economia sobre a política – desmobilizando as bases sociais (Oliveira, 2006, p. 40).

Antes de caracterizarmos o lulismo como 'hegemonia às avessas' na abordagem de Oliveira convém recuperar, de outra maneira, as evidências do início dessa subseção que permitem identificar um neoliberalismo 'moderado' no governo Lula. Seguindo a trilha da definição de Hay (2007, p. 97), observamos que o respeito aos contratos, a manutenção da política macroeconômica e a austeridade fiscal expressa na obtenção de drásticos superávits primários revelam a aceitação de um "regime global de livre mercado e livre mobilidade do capital". Ainda que o mercado não seja considerado exatamente como "mecanismo eficiente para a alocação de recursos escassos", prepondera a crença de que o Estado pode atuar para o seu bom funcionamento. Se não se advoga por um "papel limitado e não intervencionista", tal intercessão se dá em favor dos grandes grupos econômicos – como na política de campeões nacionais, que curiosamente fomentou a formação de oligopólios com apoio da elite sindical (cf. Boito, 2012). Ao não reverter as políticas dos governos anteriores que flexibilizavam as relações de trabalho, promover medidas que desprotegiam trabalhadores e trabalhadoras – como a lei de falências e a possibilidade de contratação como Pessoa Jurídica – e políticas assistenciais direcionadas em detrimento de direitos universais (cf. Martuscelli, 2013) fortalecia-se uma tendência individualista e anti-coletivista. Tal configuração do mercado de trabalho, ainda que não se guiasse manifestamente pela defesa da "competitividade de custos" mas sim pela ideia de inclusão social, generalizou a precarização de direitos e a formalização de empregos de baixo rendimento. Além disso, os gastos sociais em saúde, educação, previdência e mesmo reforma agrária estiveram condicionados a "imperativos econômicos", como se observa no remanejamento, restrição orçamentária (cf. Coggiola, 2013) e na manutenção do mecanismo de Desvinculação das Receitas da União (DRU). Por fim é possível observar em um episódio específico, a aprovação da lei das Parcerias Público-Privadas (PPP), a confiança do núcleo governamental na eficiência do setor privado quando o então ministro Guido Mantega enaltece sua "celeridade na execução dos empreedimentos" se comparado com o Estado (Martuscelli, 2013, p. 179). São tênues portanto as bases do rótulo de 'pós-neoliberal' associado aos governos do PT.

Ao ter em conta esses aspectos, entre outros que poderiam substanciar a leitura da persistência do neoliberalismo a despeito da melhoria das condições de vida da população, questiona-se o alcance do transformismo pelo qual passou o PT. Afinal "como partido, ele cresceu subvertendo a ordem, desordenando-a; como governo, sua primeira tarefa é a da

conservação da ordem" (Oliveira, 2006, p. 40). Como se depreende de Secco (2015), é necessário considerar o trânsito das lideranças internas ao partido e o paulatino descolamento entre Lula, seu círculo de confiança no governo e o PT, para citar dois elementos importantes. Em um texto escrito originalmente em 2007, após a reeleição do presidente, Oliveira (2010a) faz uma análise do contexto pré e pós-eleitoral que contempla esses fatores, além da acomodação dos quadros partidários ao funcionamento do chamado presidencialismo de coalizão. Como uma continuação de seus escritos anteriores, e buscando um prognóstico do que se esperar de um novo governo Lula, o sociólogo identifica a composição de uma 'hegemonia às avessas'. Se na África do Sul aqueles que lutaram contra o *apartheid* assumem o governo e se rendem ao neoliberalismo, no Brasil uma derrota análoga se manifesta na vitória eleitoral como encerramento de um ciclo de mobilizações que teve início nos anos 1980. Como reconhece o próprio Singer (2012, p. 219) ao dizer que "a esquerda no Brasil ganhou e perdeu, ao mesmo tempo, com a ascensão do lulismo", Oliveira identifica na criação do Bolsa Família uma tendência de despolitização e de esvaziamento da esquerda – na medida em que se identifica toda oposição como 'jogo da direita' ou 'extremismo', debilitando a posição anticapitalista. Toledo (2008) também tratou sobre essa tendência de deslegitimação da luta ideológica por parte do PT após a conquista do governo. Enfim, o paradoxo da situação brasileira é a de que "os dominados dominam, pois fornecem a 'direção moral' e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado", contudo são eles mesmos que implementam um modelo de continuada exploração (Oliveira, 2010a, p. 26). Em suma

> nos termos de Marx e Engels, da equação 'força + consentimento' que forma a hegemonia desaparece o elemento 'força'. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicite-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a 'direção moral' não questione a forma de exploração capitalista. É uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada (p. 27).

Como se buscou deixar claro até aqui, os *insights* analíticos de Oliveira certamente abrem caminho para uma compreensão mais profunda dos efeitos das medidas tomadas no governo Lula. Mas como a passagem acima evidencia, apesar de toda a cautela, trata-se na definição de Anderson (2011) de um estilo iconoclasta, severamente crítico ao ponto de diminuir os avanços civilizatórios obtidos nesse período – como na diminuição da miséria e da pobreza extrema. Acompanhamos a objeção de Martuscelli (2013) de que não ocorreu o surgimento de uma 'nova classe' sindical em torno dos fundos de pensão e conselhos de

administração (como postulado em *O Ornitorrinco*, citado no capítulo anterior) e que, por isso, não ocorreu um arrefecimento dos conflitos sociais e de classes – dentro e fora do governo ocorreram movimentos divergentes que visavam contrapor medidas ou garantir seus interesses particulares. Além disso, identificam-se "vacilações em torno do uso do conceito de hegemonia, que, para a compreensão de uma mesma conjuntura, é empregado para designar o momento puro da coerção... e o momento puro do consentimento" (p. 215). Não é possível identificar uma evolução interpretativa coerente nos escritos do autor, por exemplo, quando no texto acima citado o governo é identificado com os dominados mas em um escrito anterior afirma-se que "os ulteriores desenvolvimentos do PT o descaracterizam como um partido de trabalhadores" – em linha com a noção de 'nova classe' ligada ao sindicalismo[88] (Oliveira, 2006, p. 34). Seja como for, suas ideias foram importantes para estimular diferentes perspectivas sobre o lulismo, até mesmo a do próprio Singer.

Podemos citar ao menos dois exemplos que se inserem nesse diálogo sobre o lulismo nos escritos de Carlos Nelson Coutinho e Ruy Braga. À interpretação de Oliveira da hegemonia às avessas o primeiro contrapõe a *hegemonia da pequena política*. Ela ocorre "quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo 'natural'" (Coutinho, 2010, p. 31). No curso do desenvolvimento da Nova República, tal como caracterizamos nas páginas anteriores, as energias populares que visavam transformações substantivas dissiparam-se concomitantemente ao estabelecimento do neoliberalismo no país. Os movimentos sociais e a classe trabalhadora são obrigados a tomar uma posição defensiva frente ao fechamento dos canais de manifestação e a difusão de uma mentalidade individualista, já que "na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados" (p. 37). A esse cenário de desorganização popular soma-se o assentamento de um certo senso comum do que cabe ao governo fazer, fomentado pela valorização da estabilidade monetária proporcionada pelo Real. Ao longo da segunda metade da década de 1990 o PT adere a esse projeto, modera o seu programa, e conquista o governo federal. Se é possível conceber ao menos dois modelos "de articulação da disputa política e da representação de interesses" (p. 41), o norte-americano, onde a democracia liberal é um pressuposto em grande medida não questionado; e o europeu, onde o socialismo "esteve com

[88] Ricci (2010, p. 151) também faz críticas ao "movimento analítico pendular e inconsistente" de Oliveira a partir de outros aspectos, ainda que para isso se utilize apenas de entrevistas e textos publicados em jornais.

frequência no centro da agenda política" (p. 42)[89], podemos dizer que o lulismo representou a vitória do primeiro, centrando-se na 'pequena política'. Aqui a atuação governamental se reduz à "política do dia-a-dia", "parlamentar" e a "questões "parciais e cotidianas" (Gramsci, 2007a, p. 21) em detrimento da discussão e implementação de projetos substantivos de sociedade[90]. Um exemplo disso é a blindagem da economia e sua redução "a uma questão 'técnica', e não política" realizada tanto pelo PSDB como pelo PT (Coutinho, 2010, p. 42). Nesse sentido o governo Lula fortaleceu o avanço do neoliberalismo e desarmou a resistência social a este modelo.

A caracterização dessa forma de consentimento passivo e naturalização do projeto em curso no país é acertada, segundo Ruy Braga. Deve ser somada, contudo, a outra hipótese: da *revolução passiva à brasileira*, desenvolvida em parceria com Alvaro Bianchi. Em artigo já citado (Bianchi; Braga, 2005) os autores apresentam duas conjecturas: por um lado, apontam a necessária reorientação do neoliberalismo sob Lula uma vez que para obter o consentimento das massas foi necessário abrir o Estado para algumas das suas demandas ('social-liberalismo' casado com 'ortodoxia econômica'). Por outro, ainda que objetando a ideia de Oliveira sobre uma 'nova classe', identificaram no transformismo das elites sindicais pelo gerenciamento dos fundos de pensão um processo de financeirização de sua burocracia que, ao mesmo tempo, enfraqueceu seu vínculo e representação de classe (cf. Braga, 2010, p. 10). Em texto mais recente sobre esse tema, Braga argumenta que

> a hegemonia lulista satisfaz, se não completamente, em grande medida, as premissas gramscianas a respeito tanto da 'conservação', isto é, a reação 'dos de cima' ao subversivismo inorgânico das massas, quanto à 'inovação', ou seja, a incorporação de parte das exigências 'dos de baixo'. Trata-se naturalmente de uma dialética multifacetada e tensa ('inovação / conservação', 'revolução / restauração') que catalisa um reformismo 'pelo

[89] "De um lado, há um modelo que poderíamos chamar de 'norte-americano', caracterizado (como ocorre em toda situação "ocidental") pela presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas na qual a organização política e a representação dos interesses se dá, respectivamente, por meio de partidos frouxos, não programáticos, e de agrupamentos profissionais estritamente corporativos. De outro lado, temos um modelo que poderíamos designar como 'europeu'. Neste, havia uma estrutura partidária centrada em torno de partidos com base social razoavelmente homogênea, que defendiam projetos de sociedade definidos e diversos entre si; havia ainda um sindicalismo classista, politizado, que não se limitava a organizar pequenos grupos profissionais, mas buscava agregar e representar o conjunto da classe trabalhadora. Portanto, enquanto no modelo 'norte-americano' temos partidos que defendem um mesmo projeto hegemônico de sociedade, no modelo europeu havia uma salutar disputa entre propostas hegemônicas alternativas" – ainda que na atualidade este pode não ser mais o caso, no que se refere aos partidos e à disputa eleitoral propriamente (Coutinho, 2010, p. 40-1).

[90] Pode-se dizer que a interpretação de Coutinho (2010) coloca em questão a própria ideia que orienta a dissertação, qual seja, de que existe uma disputa entre diferentes projetos de sociedade e, por isso, uma luta entre projetos hegemônicos na sociedade brasileira. Em defesa deste trabalho podemos dizer que, como se trata de um estudo sobre o campo da esquerda, ele não se reduz somente à atuação do PT no contexto institucional e eleitoral. Inclusive o próprio PT, na atualidade, se viu na necessidade de abrir as portas para diversas perspectivas, na crise aberta de sua hegemonia.

> alto', conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente, mas capaz de abrir caminhos para novas mudanças [progressistas ou regressivas]. Na minha opinião, a 'hegemonia às avessas' nada mais é do que essa via de modernização conservadora, plasmada pelos limites inerentes à semiperiferia capitalista, em que o avanço nutre-se permanentemente do atraso (p. 11).

Daí se entende a caraterização do lulismo realizada em sua obra sobre a política do precariado. Essa denominação é atribuída ao contingente de pessoas que, dentro da atual dinâmica do capitalismo global, estão sujeitas a perda de direitos sociais em um contexto de relações de trabalho flexíveis, restando em um permanente estado de insegurança. Contudo, se nos países do Norte a precarização é uma tendência relativamente recente, na periferia ela sempre foi a regra (Braga, 2012). Dessa constatação se estabeleceu o objetivo de investigar as transformações pelas quais passou a classe trabalhadora no Brasil e o trânsito do 'classismo prático' do novo sindicalismo para um 'reformismo plebeu' do precariado – aquelas pessoas que se encontram em piores condições de trabalho e à margem da representação sindical. Essa problemática se coloca porque as diferentes perspectivas sobre os governos de Lula, seja em referência ao subproletariado em Singer ou aos batalhadores em Jessé de Souza, dão conta apenas da participação formal desses setores e reduzem sua práxis ao referendo nas urnas ou a ligação afetiva com o presidente. Essas abordagens não dão conta, por exemplo, do aumento no número de greves a partir de 2008, como o próprio Singer (2016, p. 46) viria a apontar posteriormente – com base em dados do Dieese. Tal fenômeno não se explica somente pela força dos sindicatos em um contexto de pleno emprego, mas também pela luta de trabalhadores e trabalhadoras precárias do setor de serviços e empresas terceirizadas, em especial. Não por acaso, é no setor de *call center* que Braga (2012) encontra a emergência de um movimento coletivo organizado na luta por direitos à revelia dos sindicatos do setor – em grande medida simpáticos ao governo. Na contramão dessa tendência se encontrava o lulismo como estratégia de manejo das lideranças sindicais e absorção das demandas populares no âmbito do Estado, de modo a propiciar as condições de reprodução do capitalismo brasileiro sem maiores resistências. Ainda que ganhos imediatos tenham sido conquistados nesse período, o que se observa é que o transformismo do PT e das lideranças históricas da esquerda reduziu seu horizonte à reprodução da ordem e não a sua liquidação.

Até aqui buscamos apresentar uma síntese das diferentes interpretações do lulismo e da política nacional contemporânea a partir de um restrito conjunto de autores. Essa tentativa certamente não esgota a literatura sobre o tema, que poderia mesmo remeter a autores como Luiz Werneck Vianna, José de Souza Martins, José Maurício Domingues, entre outros

(Perlatto, 2015; Ricci, 2010). A seleção das obras tratadas e a linha seguida no texto respeitaram ao nosso objetivo de levantar os principais aspectos para um entendimento do campo da esquerda na atualidade. Diante do que foi exposto, contudo, constata-se que a maioria das análises se concentram majoritariamente nos aspectos institucionais, na participação formal, nos partidos políticos ou no diagnóstico de desmobilização dos setores populares e dos movimentos sociais – sendo uma das poucas exceções a obra de Braga (2012), que já indicava efeitos das políticas petistas na politização do chamado precariado. Na primeira metade dessa subseção buscamos compor um quadro diferente dando conta não apenas de elementos importantes para caracterizar os governos petistas mas também, a partir de uma literatura esparsa, da organização de uma oposição de esquerda por meio da reconfiguração do ativismo político no país. É possível supor que a ausência de uma perspectiva mais ampla sobre a política para além das instituições e dos movimentos societários mais visíveis tenha dificultado a compreensão dos acontecimentos que viriam a emergir no ano de 2013 – que instigaram diversas interpretações a posteriori mas não foram, salvo engano, previstos. Assim, esperamos que a exposição realizada nessa subseção tenha esclarecido, ainda que de forma abreviada, alguns dos precedentes da atual crise de hegemonia pela qual passa o PT no campo da esquerda. Ela só pode ser entendida dentro de um quadro complexo de mudanças ocorridas na sociedade brasileira e com a reconstrução da história da Nova República, como viemos fazendo desde o capítulo precedente.

Podemos reter o seguinte sobre os fatos mais relevantes aludidos nessa parte. Tendo estabelecido como prioridade a conquista do poder, o partido passou inevitavelmente por um processo de moderação, adequando-se ao senso comum da disputa político-partidária e enfraquecendo aquele programa original de viés socialista – que já não primava pela clareza ou solidez. Não se pode dizer que esse transformismo tenha sido repentino ou surpreendente, como mostraram os acontecimentos da campanha eleitoral de 2002. A despeito disso a posição dirigente do PT no campo da esquerda era incontestável, e sua ascensão ao governo federal naquele momento ainda alimentava esperanças por diversos setores de uma verdadeira radicalização da democracia e um governo de caráter popular. O primeiro ano de mandato foi suficiente para sepultar as expectativas da ‘esquerda da esquerda’, ainda que não tenha chegado a abalar os pilares da hegemonia petista – de diferentes formas os ‘novos atores’ de outrora, como o sindicalismo cutista, foram contemplados em suas demandas. Para além dos instrumentos, posições e recursos estatais a disposição, o consenso centrou-se em algo análogo ao que foi classificado na literatura como pós-neoliberalismo: reformas graduais, ênfase social e políticas de desenvolvimento, ainda que não se tratasse da completa superação

do neoliberalismo. Já o aspecto coercitivo pode ser apontado no ‘fantasma de FHC’, expresso na ideia de que um novo governo de direita no país representaria um enorme retrocesso se comparado à administração petista – discurso esse frequentemente utilizado em momentos de crise, como a do mensalão, ou em períodos eleitorais. Não obstante essa configuração e a tendência de enfraquecimento da mobilização popular que vinha desde os anos 1990 diversos grupos e coletivos colocaram-se a (re)construir alternativas desde os primeiros momentos do mandato de Lula, tornando-se mais visíveis a partir de 2005. Começava a se conformar uma oposição de esquerda à hegemonia petista que emergia em paralelo àquele contingente de trabalhadores e trabalhadoras que sentiam as consequências de um mercado de trabalho precarizado em direitos – e que provocou um gradativo aumento no número de greves a partir de 2008, em geral à revelia dos seus sindicatos. Em suma tais elementos são indispensáveis para uma compreensão plena dos desdobramentos posteriores que viriam a lume no governo Dilma, assunto da próxima subseção.

### *3.1.2. O governo Dilma Rousseff (2011-2016)*

A eleição presidencial de 2010 foi uma ocasião diferente das demais desde o retorno à democracia. Era a primeira vez em que Lula não concorreria ao cargo e existiam dúvidas se a popularidade do presidente poderia ser transmitida para a candidata escolhida – à revelia das instâncias partidárias, vale mencionar –, então Ministra da Casa Civil. No curso da campanha ficaria claro que Dilma, ex-guerrilheira, egressa do PDT a vários anos no PT e quadro técnico presente no governo desde seu início (antes no Ministério de Minas e Energia), poderia contar com a base social construída pelo partido nos anos de governo (Secco, 2015). Ao superar o candidato José Serra no segundo turno a nova presidente selava o compromisso com a continuidade daquele programa político que alçou Lula a um inédito patamar de popularidade. Nesse sentido as expectativas eram grandes dado o contexto de mercado interno aquecido e forte demanda por *commodities* da China, que auxiliaram o Brasil a manter relativa estabilidade frente à crise econômica internacional de 2008, além dos grandes eventos que o país viria a sediar nos anos seguintes. Se no plano político se vislumbrava uma orientação similar ao que foi discutido acima, em linhas gerais na manutenção de grandes alianças e da governabilidade em tudo que ela enseja (Safatle, 2017), na economia o constraste seria maior pela tomada de uma postura intervencionista mais agressiva e que teve efeitos sobre a continuidade de seu governo (Singer, 2016). O destino do seu mandato após a reeleição em 2014, contudo, não pode ser avaliado somente com base nas diferenças de estilo entre Lula e Dilma e nos erros e acertos da política econômica mas também deve levar em conta, como

viemos expondo até aqui, o acúmulo de contradições e acirramento do conflito social que já se dava nos anos anteriores (Braga; Purdy, 2018).

Nessa subseção nos ocuparemos dos principais acontecimentos dos mandatos de Dilma Rousseff, suas continuidades e diferenças com relação ao que foi realizado no governo Lula. Será importante apresentar, ainda que resumidamente, as medidas que englobaram a chamada Nova Matriz Econômica; as manifestações de junho de 2013 e seus antecedentes; o início da operação Lava-Jato, a crise política após a vitória eleitoral de 2014 e os protestos pró e contra o *impeachment* entre 2015 e 2016; e o contexto do golpe parlamentar de 2016. Faremos referência ainda a algumas das mais recentes leituras sobre a conjuntura política brasileira que buscaram interpretar o ocaso da administração petista. Mais uma vez, o texto se orienta a destacar os principais elementos que permitem compreender a reconfiguração do ativismo no país e a crise da hegemonia petista nesse período. Esse esforço auxiliará na avaliação das relações estabelecidas entre as organizações e coletivos que compõem o campo da esquerda, permitindo a elaboração de um mapeamento atual que será apresentado na sequência dessa dissertação.

Os últimos momentos do governo Lula auxiliam a compreender a direção que tomaria a sua sucessora a partir de 2011 e as condições para sua presidência. Como mencionamos acima, no contexto da crise internacional de 2008 a administração petista tomou uma série de medidas de estímulo ao mercado interno que permitiram que o país sentisse menos os seus efeitos (Barbosa, 2013). A priorização das taxas de crescimento a partir daquele momento transparece em decisões como de não cumprir a meta de superávit primário para 2009 por parte do Ministério da Fazenda – dada a então inércia do Banco Central (BC) em baixar a taxa de juros – e a substituição de Henrique Meireles por Alexandre Tombini no BC no final de 2010, alterando o perfil de sua condução (Nobre, 2013b). No plano político a aliança com o PMDB estava estabelecida, tanto que coube a ele indicar o vice da chapa presidencial – foi escolhido por seus partidários o então presidente da Câmara e do partido, Michel Temer. A transição de governo se deu, assim, em um contexto de relativa estabilidade econômica e política e ampla aprovação popular. No início do mandato a presidente tinha a disposição uma extensa base no Legislativo e, após nova queda de Antonio Palocci, pode contar com a confiança das ministras Gleisi Hoffmann e Ideli Salvati na articulação política[91]. Esses

[91] Antonio Palocci retornou ao governo como Ministro da Casa Civil mas, devido a novas denúncias de corrupção relacionadas à evolução de seu patrimônio enquanto Deputado Federal (2006-2010), retirou-se do cargo em 7 de junho de 2011. Foi substituído pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Já Ideli Salvatti, candidata em 2010 ao governo de Santa Catarina, ocupou o Ministério das Relações Institucionais (Nobre, 2013b).

fundamentos abriram caminho para adoção de medidas de austeridade no primeiro ano de governo e ampliação da meta de superávit primário – alterando o perfil do gasto público com cortes em investimentos, custeio e gastos com pessoal e a expansão dos subsídios para programas sociais (Bastos, 2017). Tratava-se do prólogo de um ambicioso plano denominado por Guido Mantega, então Ministro da Fazenda, como Nova Matriz Econômica (NME). Ela contemplaria em linhas gerais a "redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada" (p. 3). Ainda que tal direção fosse previsível a partir das últimas providências de Lula, tratava-se de uma mudança substancial na forma de atuação do governo.

O lulismo, tal como entendido por André Singer, continuou então a ser implementado por Dilma, ainda que de maneira diferente. O PBF, carro chefe da política social, cresceu tanto em investimento como em número de famílias atendidas – R$ 20,4 bilhões e 13,4 milhões em 2011, respectivamente[92]. Além disso, em junho daquele mesmo ano foi lançado o Plano Brasil sem Miséria que tinha por objetivo articular diferentes políticas recentemente criadas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Tarifa Social de Luz, Farmácia Popular, Minha Casa Minha Vida (MCMV), entre outros (cf. Moller, 2013, p. 146-9). Não apenas para a manutenção desses programas mas também para a preservação dos empregos seria necessária a sustentabilidade do crescimento econômico do país. Nesse ponto as impressões de que a presidente seria estatista e nacionalista (Anderson, 2011) confirmaram-se em alguma medida no início da implementação da NME no segundo semestre de 2011. Singer (2016, p. 28-32) sintetiza o vasto conjunto de medidas que viriam a ser adotadas em nove tópicos: "redução dos juros"; "uso intensivo do BNDES"; "aposta na reindustrialização"; "desonerações"; "plano para infraestrutura"; "reforma do setor elétrico"; "desvalorização do real"; "controle de capitais"; e "proteção ao produto nacional". Tratavam-se de políticas de claro viés intervencionista que atendiam a reivindicações históricas da burguesia industrial ao mesmo tempo que desafiavam os interesses das elites financeiras – como na 'batalha do *spread*' declarada no pronunciamento do Primeiro de Maio de 2012. Essa ofensiva se daria em paralelo com outra no plano da institucionalidade. Dilma entrou em uma 'queda de braço' com o sistema político, comprando brigas em diversas questões e buscando ampliar a área de influência do PT no ministério. Além disso, atuou

[92] Dados retirados do "Plano Brasil sem Miséria - Caderno de Resultados 2011/2014". Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, jan. 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernodegraficosbsm-35anos.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

deliberadamente para enfraquecer o PMDB estimulando a fragmentação partidária de modo a alterar o equilíbrio de forças no Legislativo (Nobre, 2013b; 2016). Conciliação e negociação deixavam de figurar como fortes princípios de governo, o que transparece ainda na crescente desconexão com os movimentos sociais (Secco, 2015) e na consecução de grandes projetos em prejuízo dos direitos de indígenas e moradores desocupados nas sedes da Copa e das Olimpíadas (Avritzer, 2016).

Nos anos seguintes a presidente acumularia derrotas tanto na frente econômica quanto na frente política, como caracterizadas acima. Dada a proximidade dos acontecimentos não são muito diversas as interpretações no que se refere ao revés da NME. Como mencionado sua implementação sucedeu um período de restrição orçamentária[93], mas também teve o seu início coincidente com um novo choque no contexto internacional que reviveu a crise de 2008 (Singer, 2016). Assim como no evento anterior, a intenção do governo era manter a economia nacional aquecida e sustentar seu crescimento. O conjunto de medidas adotado visava fundamentalmente "estimular a elevação da taxa de investimento", a "transferência de recursos [de aplicações financeiras] para atividades produtivas" e "aumentar a competitividade [no mercado interno]" (Rugitsky, 2015, p. 132). Até 2013, contudo, não foi possível identificar efeitos seja no crescimento do produto ou do investimento privado – o que redundou na reversão dessas políticas, iniciada pela elevação da taxa de juros pelo BC em abril daquele ano. Rugitsky observa que o problema poderia estar em parte na restrição da demanda e na desvalorização das *commodities* pós-2011, já que com a primeira "o aumento das margens de lucro não foi capaz de estimular os investimentos" (p. 133). Outra parte da explicação faz referência à tese de Kalecki sobre a 'greve de investimentos' por parte dos empresários frente a intervenção governamental: trataria-se de um mecanismo de defesa contra a perceptível perda de seu poder político e fortalecimento da classe trabalhadora[94]. Para Singer (2016, p. 44) esse último aspecto compõe um conjunto de elementos explicativos do

[93] Bastos (2017, p. 19) argumenta que "economicamente, a execução foi prejudicada por iniciar com uma primeira fase de austeridade que supostamente prepararia as condições para a queda dos juros, e que estagnou o PIB entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012. Em seguida, a execução da NME atenuou, sem reverter, a desaceleração cíclica da economia apenas a partir do segundo semestre de 2012, mas começou a ser abandonada no segundo trimestre de 2013".

[94] A interpretação de Rugitsky (2015) se funda na leitura de Streeck (2011, p. 9, grifos no original) sobre Kalecki: "Em um ensaio seminal, Michal Kalecki identificou a 'confiança' dos investidores como um fator crucial que determina o desempenho econômico: 'Political Aspects of Full Employment', *Political Quarterly*, vol. 14, no. 4, 1943. A confiança do investidor, de acordo com Kalecki, depende da medida em que as atuais expectativas de lucro dos detentores do capital são seguramente validadas pela distribuição do poder político e as políticas cujas quais ele fomenta. Disfunções econômicas – desemprego no caso de Kalecki – ocorrem quando o mercado enxerga suas expectativas de lucro ameaçadas pela interferência política. Medidas 'erradas' nesse sentido resultam em uma perda da confiança do mercado, que consequentemente pode resultar no que poderia chegar a uma greve de investimentos dos proprietários".

"deslocamento da burguesia industrial... da coalizão produtivista para a rentista". Com a NME o lulismo teria se orientado a compor uma frente entre industriais e trabalhadores priorizando o desenvolvimento. Contudo, a proximidade e mesmo coincidência de interesses entre empresários e rentistas; o pleno emprego, valorização salarial e aumento no número de greves; o alinhamento entre a burguesia interna e o capital internacional; e os argumentos ideológicos contra a intervenção estatal – em um cenário em que as políticas governamentais não davam resultado – estimularam a deserção, ensejando a partir dali a formação de uma resistente oposição a Dilma.

No plano institucional o estilo de governo da presidente e a estratégia petista de enfraquecer o PMDB e ampliar seu espaço por meio das eleições também teria efeitos duradouros. Para além dos atritos com sua base, no início do mandato Dilma teve que lidar com seguidos escândalos de corrupção em ministérios controlados por partidos aliados. Nos primeiros quinze meses foram demitidos sete ministros (Balán, 2014) e a reputação da presidente foi alçada a um novo patamar como governante que 'não aceita desvios'[95] – ainda que em vários casos se tratasse apenas da substituição de partidários (Nobre, 2013b). No Legislativo, como mencionamos, estimulou-se a criação de legendas "que pudessem formar um núcleo alternativo à liderança do PMDB do cartel de venda de apoio parlamentar" (Nobre, 2016, p. 143). Se esse movimento teve sucesso na criação de um 'novo centrão', este último viria a servir mais ao futuro *impeachment* da presidente do que para o seu objetivo primordial. Já em 2012, ano eleitoral, ao mesmo tempo em que coincidentemente se iniciava o julgamento da Ação Penal 470 (referente ao mensalão) no Supremo Tribunal Federal (STF) o PT traçava sua estratégia para o pleito. Com o aval de Lula, o partido colocou-se a confrontar o PMDB nas localidades onde tinha chances de vencer, compondo coligações apenas onde não poderia ganhar. Apesar da ousadia desse plano e da publicidade do julgamento da AP 470 o PT teria sucesso naquela eleição, ampliando o número de municípios sob sua administração (de 559 para 635) e conquistando a maior capital do país – São Paulo, com Fernando Haddad (Secco, 2015). A estratégia se repetiria em 2014 na disputa pelos governos estaduais. Contudo, somada aos efeitos da perda de popularidade devido às manifestações de 2013 e do início da Operação Lava Jato[96] naquele ano, o PT não obteve êxito. Venceu sem o PMDB

[95] Limongi (2017) faz referência a outros episódios de intervenção da presidente em Furnas e na Petrobras que desagradaram a sua base e, em especial, aquele que seria o protagonista do golpe parlamentar, Eduardo Cunha.

[96] A Operação Lava Jato é uma força-tarefa em andamento, liderada pelo Ministério Público Federal, Polícia Federal e pela 13ª Vara Federal de Curitiba (Chaloub; Lima, 2018). Suas raízes encontram-se em investigações relacionadas a outros casos de corrupção – Banestado (Banco do Estado do Paraná), mensalão – dado o envolvimento do doleiro Alberto Youssef, acusado de ser o operador financeiro responsável pela evasão dos recursos do país e lavagem de dinheiro. Em 2013, no curso dessas apurações, foi descoberto seu vínculo com um

apenas na Bahia e viu sua bancada na Câmara diminuir de 88 para 70 deputados (Nobre, 2016). Essa breve síntese indica, portanto, a ocorrência de significativas mudanças no modelo político vigente desde o governo Lula. E elas teriam consequências mais a frente quando as crises econômica e social confluiram com a política.

Nesse ponto torna-se inescapável tratar sobre os acontecimentos que tiveram lugar em 2013, já que tudo o que ocorreu posteriormente só pode ser interpretado com referência a eles. Contudo, diferente das narrativas convencionais, é necessário verificar seus antecedentes e não apenas fixar o marcador em junho ou São Paulo. Na subseção anterior discutimos alguns dos limites do projeto político implementado pelo governo Lula. Ainda que medidas como o Bolsa Família, crédito consignado, aumento real do salário mínimo e de estímulo à formalização do emprego, entre outras, tenham representado ganhos concretos e imediatos estes últimos foram minados por efeitos do conjunto de políticas adotado. O lançamento do PAC em 2007 e do MCMV juntamente com o PAC II em 2009, ambos concebidos em parceria com empreiteiras e empresários da construção civil, levaram a um *boom* imobiliário nos anos seguintes e o fortalecimento da tendência de expansão das cidades (Maricato, 2013). Ocorreu um grande aumento no preço dos imóveis – no Rio de Janeiro, por exemplo, aproximou-se de 200% entre 2009 e 2012 (n. p.) – e as unidades habitacionais voltadas para a população de baixa renda foram construídas em locais cada vez mais periféricos. Esses eventos pressionavam pela adoção de políticas urbanas e sociais que não acompanharam o ritmo dos desdobramentos – e que não poderiam ser tomadas, em grande medida, sem desafiar o modelo político estabelecido pelo PT. Em poucas palavras, para aquela parcela sujeita a "ocupações terceirizadas, precárias e subremuneradas" restavam péssimas condições de transporte, moradia, saúde, segurança, entre outros serviços públicos (Braga, 2016, p. 70). Dado o desenvolvimento do país na última década, a proximidade dos grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016 – e a especulação imobiliária, os ganhos obtidos eram corroídos pela inflação dos serviços, dos aluguéis ou das parcelas de financiamento. A reforma urbana e a implementação de serviços públicos universais e de qualidade davam lugar a um padrão privatista[97], como se

esquema de corrupção na Petrobras que envolvia o pagamento de propina para políticos (principalmente do PP, PT e PMDB) por parte de grandes empreiteiras nacionais (Anderson, 2016). Sua "fase ostensiva foi deflagrada em março de 2014, pelo cumprimento de mais de cem mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema que – estima-se – movimentou de 10 a 20 bilhões de reais em propina. A Polícia Federal investiga crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução de justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida" (Avritzer, Marona, 2017, p. 384).

[97] Anderson (2016, n. p.) corrobora com essa leitura quando afirma, ao tratar sobre o crédito consignado, que "o consumo privado cresceu sem limitações ao custo dos serviços públicos, cujas melhorias poderiam ter sido uma

percebe não apenas na lógica do MCMV (Goulart, 2011) mas também no incentivo à venda de automóveis em detrimento do transporte coletivo (Santos, 2017), entre outras medidas.

Destarte, na iminência das manifestações de 2013 era possível perceber o acúmulo de descontentamentos provenientes das condições do mercado de trabalho e de vida nas grandes metrópoles – para destacar dois aspectos dos mais relevantes. Esse fenômeno ocorreu em paralelo com o crescimento de diversas formas de luta no espaço urbano, das quais despontaria a questão da mobilidade. Citando alguns exemplos, nos anos anteriores observa-se o avanço dos movimentos de ocupação por moradia, em especial o MTST (Lorena, 2012). Um episódio relevante e próximo aos eventos de 2013 dá a dimensão das dificuldades enfrentadas por seus militantes: o massacre da ocupação Pinheirinho em São José dos Campos[98] no final de janeiro de 2012 (Boulos, 2012). Outras mobilizações envolveram a ocupação de espaços públicos em defesa contra sua privatização ou para desenvolvimento de atividades e projetos culturais. Se encaixa nesse segundo tipo a 'Praia da Estação', evento realizado a partir de 2010 na Praça da Estação em Belo Horizonte cuja proposta emergiu em oposição a um decreto municipal que proibia eventos de qualquer natureza naquele local (Albuquerque, 2013). Na esteira ou em confluência com manifestações como "as Paradas Gays ou Paradas da Diversidade, as Marchas da Maconha... e a Marcha das Vadias" ocorreram também ações de intervenção ou protesto que se organizavam principalmente por meio da *internet* (Andrade, 2017, p. 283). Podem ser mencionados o Churrascão da Gente Diferenciada em São Paulo e a Marcha da Liberdade – inicialmente naquela capital e posteriormente em 40 cidades do país – em 2011 e no ano seguinte o movimento Existe Amor em SP[99] (Savazoni, 2016). Vale chamar atenção para a simultaneidade desses acontecimentos

---

forma mais cara de estimular a economia. A compra de eletrônicos, bens de consumo e veículos foi estimulada (estes últimos por incentivos fiscais), enquanto que a água canalizada, pavimentação das vias, ônibus eficientes, saneamento básico aceitável, escolas decentes e hospitais foram negligenciados. Os bens coletivos não tinham prioridade nem ideológica nem prática".

[98] "O Pinheirinho corresponde a uma extensa área localizada na Zona Sul de São José dos Campos. Chegou a ser habitado por mais de sete mil pessoas, reunidas numa ocupação que teve início em 2004, organizada por trezentas famílias que haviam sido retiradas de um terreno próximo, no bairro Campo dos Alemães. Pertencente à massa falida da empresa Selecta Comércio e Indústria S.A., o imóvel, de 1,3 milhão de metros quadrados, permaneceu abandonado durante mais de duas décadas, e passou para o domínio daquele grupo no início dos anos 1980. Na madrugada de 22 de janeiro de 2012, uma operação militar chancelada pela Justiça Estadual de São Paulo, responsável pela concessão de liminar de reintegração de posse aos supostos proprietários do terreno, arrasou o Pinheirinho. Essa manobra violenta se fez em nome de uma concepção doutrinária que vislumbra o Estado como aparelho ideologicamente neutro e descomprometido e, na esfera jurídica, reduz o direito ao âmbito das prescrições normativas... A escolha feita resultou num gigantesco despejo, acompanhado da destruição de casas e elementos urbanos, em nome da preservação de um patrimônio individual" (Teixeira Filho, 2016, p. 15-6).

[99] O Churrascão da Gente Diferenciada foi um "protesto/deboche marcado [em 14 de maio de 2011] para contestar os moradores de Higienópolis, em São Paulo, depois que a associação de moradores se mobilizou e passou a distribuir panfletos com mensagens contrárias à construção de uma estação do metrô no bairro sob a alegação de que ela traria "gente diferenciada" ao convívio dos endinheirados. Os internautas então, assumindo-

com uma série de mobilizações em espaços públicos que vinham desde 2010 na Tunísia, passando pelo Egito (Praça Tahrir), Espanha (Puerta del Sol), Grécia (Syntagma) e Estados Unidos (Zuccotti Park) em 2011. A despeito das diferenças culturais e pautas de cada localidade, tratavam-se de movimentos populares que buscavam estabelecer uma identidade comum entre a população como um 'povo' e que defendiam uma concepção mais substantiva da cidadania e da democracia – que passava inevitavelmente pela questão da igualdade, dada a conjuntura pós-crise de 2008 (Gerbaudo, 2012; 2017).

É nesse cenário de acúmulo das contradições do projeto político petista e de fortalecimento das lutas sociais no espaço urbano, influenciadas em alguma medida pela onda de protestos em âmbito global, que se entende a conformação de junho de 2013. Aquela explosão, contudo, passa pela soma de experiências relacionadas à questão do transporte público de qualidade (e pelo passe livre) que não se reduz ao sudeste brasileiro. Para ficarmos apenas em um número reduzido de casos dos mais recentes, em Natal (RN) a mobilização contra o reajuste das tarifas vinha desde o segundo semestre de 2012 e deu origem ao grupo Revolta do Busão (Veloso, 2016). Após seguidos atos, ocorridos antes dos maiores protestos de junho, os manifestantes conseguiram pressionar pela redução do valor ocorrida em maio de 2013. Em outra capital que viria a sediar a Copa do Mundo, Porto Alegre (RS), "os protestos contra o aumento da tarifa e pelo passe livre... iniciaram-se no mês de janeiro [de 2013]" (p. 90-1). A judicialização da pauta por vereadores do PSOL levou a uma liminar revogando o aumento tarifário em abril, mas as manifestações continuaram nos meses seguintes reunindo milhares de pessoas. Já em Goiânia (GO), na iminência de um novo reajuste da passagem, a então Frente de Lutas Contra o Aumento[100] promoveu um primeiro protesto em 8 de maio de 2013 (Tavares, Roriz, Oliveira, 2016). Seguiram-se outros em 16 e 28 do mesmo mês, e a cada oportunidade a repressão policial alcançava novos patamares – na última data

se como diferenciados (eufemismo para pobres), resolveram marcar um "churrascão na laje" para exigir a construção da estação de metrô" (Savazoni, 2016, n. p.). No final do mesmo mês ocorreu a Marcha da Liberdade que "surgiu como uma reação à violenta repressão policial à Marcha da Maconha, realizada uma semana antes, no dia 21. Naquela ocasião, os manifestantes foram proibidos pelo Supremo Tribunal Federal de realizar o protesto. A reação dos ativistas foi então criar um movimento pela liberdade de manifestação" (n. p.). Por fim, o movimento 'Existe amor em SP' se insere no contexto eleitoral da cidade de São Paulo em 2012. Um conjunto de ativistas se opôs no primeiro turno à candidatura de Celso Russomano (PRB), e posteriormente se colocou a discutir e debater com o eleitorado municipal os temas que envolviam a capital. O ponto alto de tal mobilização se deu "no dia 21 de outubro de 2012" quando "mais de 20 mil pessoas compareceram à ocupação pacífica da Praça Roosevelt, então rebatizada de Praça Rosa, em alusão à cor rosa-choque, escolhida pelos organizadores para simbolizar o movimento. As pessoas que ali estiveram participaram de shows, intervenções políticas, rodas de conversa, numa grande celebração pela possibilidade de uma nova cidade" (n. p.).

[100] "A partir do ato de 20 de junho, avaliando a situação como inédita, mas também confusa, a FLTP optou por iniciar uma série de trabalhos de discussão interna, que culminariam em uma ampliação das respectivas pautas. O movimento passou a se concentrar sobre a mobilidade urbana de modo mais amplo, sem conferir a ênfase até então atribuída à questão tarifária. Coerentemente, mudou-se o nome de Frente de Lutas Contra o Aumento para Frente de Lutas Pelo Transporte Público" (Tavares; Roriz; Oliveira, 2016, p. 149-50).

mencionada os manifestantes, ao se aproximarem de um Terminal de Ônibus, foram dispersados pela cavalaria e pelotão de choque da polícia. O aumento foi revogado apenas em 19 de junho, véspera da "mais multitudinária das manifestações organizadas" na capital (p. 149). Essas lutas influenciaram-se mutuamente tanto pelo noticiário como pela troca de mensagens e informações entre militantes por meio das redes sociais e sítios ativistas[101]. Como reconheceu o próprio MPL-SP (2013, n. p.), "não começou em Salvador [2003], não vai terminar em São Paulo [2013]", já que não se trata de uma pauta centralizada em uma única organização ou coletivo[102].

Feito esse quadro preliminar podemos nos direcionar aos fatos ocorridos nas ruas de São Paulo e que marcaram aquele período a partir de junho de 2013. Sem a intenção de esgotar a crescente literatura sobre os protestos visamos remeter àqueles trabalhos que mostraram-se mais relevantes para uma interpretação satisfatória dos eventos em linha com a problemática estabelecida nesta dissertação[103]. No dia 2 de junho entrou em vigor o reajuste das passagens de ônibus na capital paulista, um acréscimo de 20 centavos (R$ 3,20) ao valor precedente. No dia seguinte, segunda-feira, iniciaram-se manifestações descentralizadas em diversas regiões organizadas pelo MPL-SP (Tury, 2017). Os primeiros grandes atos ocorreram a partir do dia 6, data considerada como início do ciclo de protestos daquele ano. Singer (2013), por exemplo, delimita uma primeira fase que compreende as manifestações de 6, 10, 11 e 13 de junho lideradas pelo MPL-SP e centradas na pauta do transporte público e redução da tarifa. Tal como ocorrido em Goiânia no mês anterior, a repressão reforçou-se com o passar do tempo, culminando nas "cenas de violência policial e destruição do patrimônio por grupos de jovens" do dia 11 (p. 25). Naquela ocasião o governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou o reforço policial para conter o "vandalismo e baderna" promovido pelos manifestantes[104] – no que foi acompanhado nos dias seguintes pelo apoio do prefeito Fernando Haddad, do Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso (ambos do PT) e do

[101] Como notam Tavares, Roriz e Oliveira (2016, p. 156, grifos no original), "em seu endereço na *web*, por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo reproduziu, em 23 de maio de 2013, uma narrativa extraída do *Passa Palavra* [página de ativistas] sobre os protestos de Goiânia, seguida de uma declaração de apoio por parte do movimento paulista".

[102] É o que se deduz do capítulo citado, a partir de trechos como o seguinte: "A mesma experiência, em que a população se apodera de forma parcial mas direta da organização do transporte – e, com ela, de uma dimensão fundamental da vida urbana – se repetiu nas revoltas de Vitória (2006), Teresina (2011), Aracaju e Natal (2012) e Porto Alegre e Goiânia (início de 2013). E se repete nas periferias sempre que pneus e ônibus queimados revertem o corte de linhas das quais dependem os moradores" (MPL-SP, 2013, n. p.).

[103] Também não será feita uma extensa narrativa dos acontecimentos ou a caracterização de cada protesto. Para além das referências contidas no texto, sugerimos a consulta aos trabalhos de Judensnaider *et al* (2013), Maricato *et al* (2013), Nobre (2013a), Saad-Filho (2013), Moraes *et al* (2014) e Neto (2014).

[104] Conferir o post do ex-governador em sua página do Facebook, 12 jun. 2013. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/geraldoalckmin/posts/10152523366192837>. Acesso em: 9 jul. 2018.

Ministro do Esporte Aldo Rebelo (PCdoB) (Secco, 2015). Com isso no dia 13, em um ato com presença estimada entre 5 e 20 mil pessoas (segundo a PM e organizadores, respectivamente), deu-se uma "repressão violentíssima" da polícia que vitimou manifestantes, pedestres e jornalistas indistintamente (Singer, 2013, p. 25). Aqueles eventos causaram comoção generalizada no país, forçando os veículos *mainstream* de mídia, até então críticos aos protestos, a exaltá-los – ainda que existam evidências de que parte majoritária e expressiva da população já apoiasse o movimento antes da repressão (Purdy, 2017). Seguindo a leitura de Singer (2013), inicia-se uma segunda fase (de 17 a 20) em que ocorre a generalização dos protestos no Brasil.

A segunda metade do mês de junho marca então uma mudança de patamar na mobilização política efetivada até aquele momento. Em uma cronologia alternativa e com referência a outros conceitos Alonso (2017) divide os acontecimentos em uma fase de *eclosão* (6 de junho), sob liderança do MPL-SP com seu repertório autonomista[105]; outra fase de *diversificação* (11), com a participação de outras organizações e coletivos de esquerda nos protestos e mesmo que buscaram protagonismo nas negociações com a prefeitura; e, por fim, a fase de *massificação* (17), em que as pautas políticas extrapolam a questão do transporte público com grandes manifestações em várias capitais do país (especialmente em 17 e 20 de junho) a partir do repúdio à repressão policial ocorrida em São Paulo no dia 13. Por um lado, a socióloga observa a conformação de um 'ciclo mosaico' já que coexistiram nas ruas as esquerdas autonomista e socialista e um público diversificado (sem experiência ativista) que empreendeu o repertório patriota. Este último se refere aos "símbolos, cores, hino e slogans nacionais... [chamando] para si a 'ética na política' do Fora Collor", centrando suas pautas na crítica do Estado, da qualidade precária dos serviços públicos e a corrupção (p. 52). Daí se entenderia a posterior amplificação das críticas ao governo Dilma e ao PT na esteira do mensalão. Por outro lado, Singer (2013, p. 27) identifica na segunda fase um 'cruzamento de classes', "expressão [tanto] de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam... daquelas atribuídas ao precariado". É o que ele deduz de um conjunto de pesquisas realizadas na ocasião dos protestos que davam

[105] Segundo a autora, "o conceito recobre conjunto histórico e limitado de performances políticas, isto é, maneiras de exprimir reivindicações, que atores encontram disponíveis em seu tempo e das quais se apropriam para expressar suas demandas durante conflitos, de maneira alternativa e contrastiva em relação aos demais participantes (Tilly, 2008)" (Alonso, 2017, p. 49). Nesse sentido, o repertório autonomista empreendido pelo MPL compreende "deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black bloc*)" (p. 51, grifos no original). Trataremos mais a fundo sobre esse tema na sequência da subseção.

conta de um público jovem (43% abaixo de 24 anos), com diploma universitário (43%) e renda familiar até cinco salários mínimos (45%)[106]. Para o cientista político as manifestações começaram com uma orientação de esquerda, dada a liderança do MPL, mas após a sua generalização no país "adquirem um viés oposicionista que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais" (p. 34).

Diante desses acontecimentos ocorreu uma grande incompreensão por parte dos partidos e, particularmente, da esquerda hegemônica. Como vimos, a primeira reação da classe política e de parte do PT foi de condenar o vandalismo e a violência por parte dos manifestantes – na véspera do início da Copa das Confederações, evento preliminar à Copa e que atraía atenção internacional. Enquanto militantes da oposição de esquerda (PSTU, PSOL, PCB, etc) engrossavam os protestos e mesmo mantinham relação com o MPL a mais tempo – dado que este movimento era apartidário mas não antipartidário – ficavam evidentes os efeitos do afastamento do PT das lutas sociais e a incapacidade de compreender sua forma de mobilização (Secco, 2015). O uso massivo da *internet* e particularmente das redes sociais para convocação e divulgação simultânea dos atos, a ênfase na autonomia, rechaço de lideranças e tomada coletiva de decisões estavam além da maneira como a esquerda hegemônica se acomodou nos anos de governo petista. Seus partidários, como o prefeito Fernando Haddad, agiam como em negociações políticas usuais com os coletivos que orbitavam suas administrações, no entanto "aqueles jovens não estavam ali para exigir o máximo e nem para negociar o mínimo" (p. 273). Organizações como a UNE, UBES, CUT, MST e mesmo o PT tardaram a aderir às manifestações e tiveram uma participação coadjuvante até o seu auge, quando passaram a ser hostilizadas e agredidas (em conjunto com outras agremiações de esquerda) por parcelas conservadoras e extremistas que ocupavam as ruas concomitantemente (Perruso, 2014). Além disso existiu uma certa percepção entre militantes e políticos aliados ao PT de 'ingratidão' das massas frente aos avanços sociais produzidos pelo partido (cf. p. 18). Tal sentimento, em confluência com o diagnóstico de junho como uma anomia niilista e proto fascista (Santos, 2013) entre outras leituras criminalizadoras por parte de intelectuais, interditou qualquer possibilidade de autocrítica da esquerda hegemônica. Tudo isso, somado à decisão do MPL-SP de não convocar novos atos após a revogação dos aumentos em várias

[106] Referimo-nos aqui aos dados da pesquisa Ibope, realizada no dia 20 de junho em oito capitais (cf. Singer, 2013, p. 27-30).

capitais e as manifestações multitudinárias do dia 20, levou ao abandono da disputa das ruas que abriu espaço para a posterior organização da direita política[107].

Durante a mobilização e após o seu declínio foram numerosas as tentativas de explicar, por exemplo, a emergência dos protestos, o perfil das pessoas que participaram, as pautas e as vertentes políticas que expressavam suas demandas, entre outros aspectos. Para Singer (2013, p. 24) não se justificava a corrente denominação 'jornadas de junho' (em referência aos eventos de 1848 na França), já que em momento algum as manifestações tiveram um caráter insurrecional, desafiando "as relações de classe e propriedade" ou "as regras do jogo político". Cautelosamente adotou a designação 'acontecimentos', também de base francesa (em relação a 1968), argumentando naquele momento que ainda restava por fazer uma interpretação integral dos fatos. Ainda assim, não deixou de oferecer um diagnóstico provisório: para além do cruzamento entre esquerda e direita, a novidade das manifestações seria a participação de um suposto 'centro pós-materialista', preocupado com questões relacionadas à qualidade de vida e bem-estar. Desse modo críticas quanto aos gastos para a Copa, a qualidade dos hospitais, a educação pública e a corrupção não representavam a apropriação do movimento pela direita, mas a expressão dos anseios de modernização do país por parte dos manifestantes – em maioria auto-identificados com o centro ideológico (cf. p. 38). À distância dos acontecimentos é difícil corroborar com tal leitura – dados os desdobramentos recentes, como as manifestações pró-*impeachment* em 2015 e 2016 –, mas mesmo naquela ocasião seria prudente questionar se não se tratava do acirramento do conflito redistributivo no país tendo em conta o caráter dos governos petistas (cf. 3.1.1). Afinal, mesmo na Europa e no contexto em que foi concebida, a tese de Ronald Inglehart não está isenta de problemas.

Outro importante trabalho publicado na proximidade dos eventos de junho e que ofereceu uma perspectiva alternativa foi aquele de Breno Bringel (2013). De partida, o autor refuta a utilização de categorias como 'eventos' ou 'acontecimentos', de menor precisão, adotando a "noção de *levante* entendida como a irrupção de atores sociais em alçamento coletivo contra os poderes instituídos" (p. 51, grifo nosso). Tratava-se de sublinhar a (re)emergência do conflito social e seu caráter crítico ao Estado sem perder de vista as nuances que distinguem tal categoria analítica de outras como revolta ou rebelião. Já na

[107] No dia 21 de junho, alcançado o objetivo de redução da tarifa e sentindo que tinha perdido o controle das manifestações nas datas anteriores, o MPL-SP decide não chamar novos atos e reorganizar-se. A despeito disso, o movimento teve continuidade em outras localidades, como no Rio de Janeiro (Fórum de Lutas) e Belo Horizonte (Assembleia Popular Horizontal - APH). Como observa Tury (2017, p. 96), "contudo, estas iniciativas, mesmo as mais bem-sucedidas, não conseguiram tornar-se uma referência unitária para a condução dos protestos entre o conjunto dos manifestantes".

análise das manifestações[108], a ideia de heterogeneidade em sua composição aparece novamente. Segundo Bringel, com base em McAdam, é possível distinguir os movimentos em madrugadores e derivados, sendo os primeiros responsáveis por colocar a luta em movimento, e os segundos se aproveitam do cenário e da estrutura para promoverem novas interpretações e formas de mobilização. Se o levante de junho só pode ser entendido a partir do fortalecimento do ativismo urbano e a atuação do MPL nas primeiras manifestações daquele mês, as pessoas e coletivos que passaram a ocupar as ruas após o dia 17 já não mantinham fortes vínculos com aqueles experientes militantes – ocorrendo assim um 'desbordamento societário'. A compreensão dos protestos brasileiros demandaria ainda considerá-las no contexto da chamada "geopolítica da indignação global" (p. 45). De maneira similar às manifestações ocorridas no sul da Europa e nos Estados Unidos, no Brasil também existia uma indignação difusa sobre diversos problemas que afetavam a vida cotidiana dos cidadãos e cidadãs. Isso não significa, porém, que esses sentimentos e percepções estejam em grande parte cristalizados de modo a permitir a articulação de ideias numa "concepção política estruturada" – é no processo que as pessoas as desenvolvem e se organizam (p. 46). Por fim, destaca-se o apelo à contextualização do levante brasileiro e identificação das rupturas e continuidades com ciclos de ação coletiva anteriores. Para Bringel junho de 2013 parecia indicar, naquele momento, a negação de formas institucionalizadas de participação pela sua ênfase libertária e autonomista. Retornaremos a alguns desses pontos na sequência ao tratar sobre os desdobramentos posteriores.

Tivemos ainda intervenções que buscaram associar a análise das manifestações de junho com a história recente da esquerda no país. Perruso (2014), por exemplo, destaca as raízes do PT, da CUT e do MST, indicando suas posteriores reorientações. A geração petista-cutista, segundo o autor, abandona sua ênfase na mobilização de massa e organização da sociedade desde baixo em prol de uma maior aproximação com o Estado, o que redunda na burocratização e institucionalização daquelas organizações. Em suma, corroborando com a interpretação desenvolvida até aqui, identifica-se o "abandono da atuação nos movimentos

[108] A análise de Bringel orienta-se a partir do diagnóstico de que ocorreu grande dificuldade interpretativa com relação ao levante de junho, dada a "confluência de uma série de 'miopias'" (2013, p. 44). Os pontos que destacamos na sequência, e que não esgotam a densa abordagem do autor, relacionam-se com a miopia temporal, que coloca as recentes mobilizações como inéditas, grandes novidades ou novos 'mitos fundacionais'; a miopia da política, que limita a análise aos aspectos político-institucionais e perde de vista não apenas a possibilidade de reinvenção do político e de mudanças societárias mais profundas, mas também o caráter das recentes lutas sociais; a miopia do visível que "limita as mobilizações contemporâneas à sua face visível (nas praças e nas ruas), sendo incapaz de captar os sentidos das redes submersas, suas identidades e os significados das dimensões invisíveis". Por fim a miopia dos resultados, como desdobramento das demais, "tende a restringir a interpretação das mobilizações sociais a seus impactos políticos (por exemplo, o cenário eleitoral) e às dimensões 'mensuráveis' da ação coletiva".

sociais e sindicais como estratégia maior da esquerda brasileira, razão pela qual surge um vácuo histórico nas redes societárias e políticas das organizações populares, e mesmo da sociedade civil em geral" (p. 9). Já os protestos ocorridos em 2013 caracterizaram-se inicialmente por sua ênfase na horizontalidade, articulação em rede, expressões autonomistas e basistas, preferência pela ação direta, e perfil jovem dos ativistas e manifestantes em geral. Tais particularidades evidenciam o contraste entre uma juventude que se iniciou e socializou politicamente por meio de movimentos combativos como MPL e Comitês Populares da Copa[109], entre outros, e a militância consolidada ao redor do PT e da CUT. A surpresa diante dos acontecimentos por parte da intelectualidade e da esquerda hegemônica se deu porque "seus focos empíricos e suas perspectivas analíticas apontavam para o Estado ou para a participação política realizada na interface com o Estado" em detrimento de "muitos elementos da luta política, da conflituosidade social e da cidadania em geral" (p. 27) – em linha com um aspecto antes apontado por Bringel (2013). Oportunamente, a abordagem de Perruso levanta elementos úteis para a compreensão da crise de hegemonia ocorrente no campo da esquerda e sua transição geracional. Por outro lado, mesmo fixando o foco na militância de esquerda que esteve nas ruas, é necessário matizar sua tipificação. Para citar um exemplo, Sarmento, Reis e Mendonça (2017) percebem uma ambivalência entre o discurso de horizontalidade e igualdade presente nos coletivos e a manutenção de práticas machistas e violentas por parte dos homens que os compõem. Não basta, portanto, enfatizar seus aspectos inovadores e progressistas.

Para além de perspectivas que focaram os movimentos sociais e a mobilização popular no país, foram feitas também leituras que remetem aos aspectos político-institucionais. Em um ensaio escrito no decorrer de 2015, Avritzer (2016) buscou compreender o fundamento dos dilemas da democracia no Brasil no contexto posterior à eleição presidencial de 2014. Tratavam-se então de 'impasses', e não de uma crise como ele veio a reconhecer em uma edição posterior da obra, porque o país "encontra-se no rol das nações com democracias fortes e consolidadas", tendo avançado na consecução de uma agenda social que retirou milhões de pessoas da pobreza e que diminuiu consideravelmente a desigualdade (p. 7). Sem nos atermos

[109] Os Comitês Populares da Copa se constituem no final de 2010 congregando representantes das sedes que receberiam a Copa do Mundo de 2014. Segundo Dowbor e Szwako (2013, p. 48), "o objetivo era criar uma entidade guarda-chuva articuladora das ações no nível municipal que agregasse as comunidades afetadas pelas remoções e os atores envolvidos com o monitoramento da política pública da Copa 2014". A partir daí foram se organizando comitês nas comunidades afetadas por remoções, agregados por um comitê municipal. Cada comunidade possuía suas próprias pautas, campanhas e interagiam com as autoridades conforme suas demandas específicas. Por fim, foram compostos tanto por moradores como por atores da sociedade civil e representantes do Estado (Ministério Público, Defensoria Pública), remetendo às suas origens em seminários acadêmicos específicos sobre a questão urbana.

aos fatos posteriores a junho de 2013 – que serão tratados na sequência – é possível deduzir de sua análise que as manifestações tiveram raízes na disfuncionalidade do presidencialismo de coalizão; nos limites da participação social institucionalizada; e na percepção generalizada de avanço da corrupção no país. Em poucas palavras, a organização e funcionamento do sistema político e partidário restringiu a margem de manobra dos recentes mandatos presidenciais e produziu seguidos casos de corrupção que comprometeram a sua legitimidade. Além disso, ainda que a participação social nos governos petistas tenha sido ampliada tanto quantitativamente (OP, conselhos, conferências, entre outros) como qualitativamente (áreas temáticas), algumas políticas permaneceram além da influência ou controle social – como os grandes projetos de infraestrutura. Nesse sentido a construção da usina de Belo Monte foi um caso paradigmático do menosprezo dos direitos indígenas e da pauta do movimento ambiental que provocou, segundo o autor, a quebra do monopólio petista da participação social. Assim, as manifestações de junho marcam a emergência da oposição de esquerda, representada por movimentos como MPL e os Comitês Populares da Copa, ao mesmo tempo que abrem espaço nas ruas para setores conservadores que adotam principalmente a pauta da corrupção. Para Avritzer, a partir dos mesmos dados do Ibope utilizados por Singer (2013), tratou-se de um movimento 'de classe média'[110], que centrou sua crítica seletivamente no governo Dilma e no PT, contribuindo para a instabilidade política do início do seu segundo mandato.

Como se percebe, trata-se de uma interpretação divergente daquela que buscamos apresentar neste trabalho ao recuperar as características dos governos do PT e a concomitante reconfiguração das lutas sociais no Brasil. Isso porque Avritzer (2016) parte do pressuposto que a democracia brasileira estava consolidada, era satisfatória e restava a fazer apenas alguns ajustes nas instituições de modo a coibir a corrupção e ampliar a participação institucional. Ao se abster de uma consideração mais profunda sobre a economia política dos governos Lula e Dilma e seus resultados, o autor enxerga nos limites do presidencialismo de coalizão e da participação social a razão do descontentamento popular e da divergência com setores da esquerda que passaram a lhes fazer oposição. Assim, tal abordagem revela as dificuldades envolvidas na compreensão do campo do ativismo social a partir de referenciais e categorias centradas nas instituições e no Estado – enquadrando-se de certo modo no que Bringel (2013) classificou como 'miopia da política' e 'miopia dos resultados'. Cabe aqui a observação de

[110] "Os manifestantes tinham as seguintes características socioeconômicas: a divisão entre ambos os sexos, 50% de cada um deles; 63% tinham entre 14 e 29 anos; 43% tinham curso superior completo; 24% declararam não trabalhar e 52% declararam estudar. Quando indagada a renda familiar, 23% declararam que tinham renda acima de dez salários mínimos. Esses dados permitem uma caracterização: o perfil central dos manifestantes é composto pela classe média, principalmente pelos filhos desta. É possível que esses dados variem regionalmente, mas dados regionais não estão disponíveis para análise" (Avritzer, 2016, p. 68).

Tavares e Oliveira (2016, p. 24) sobre a alegoria que chamaram de 'a política como reunião de condomínio'[111], referente a sua "dificuldade em entender eventos ou jornadas antiestatais que não almejam maior inclusão nos mecanismos decisórios do Estado, mas, ao contrário, os têm como objeto de refutação". Ademais, veremos mais a frente no diagnóstico de 'fim da Nova República' elaborado por Safatle (2017) uma abordagem inversa e profundamente crítica da governabilidade enaltecida (ou aspirada) por Avritzer.

Caminhando para o final dessa breve revisão sobre as leituras de junho de 2013 citamos um estudo empírico, e por isso diverso dos trabalhos tratados até aqui, realizado por Alonso e Mische (2016). O artigo se insere em um esforço de pesquisa mais amplo, dedicado a recolher dados sobre os protestos ocorridos a partir de 2013 a partir de jornais, análise de redes sociais e entrevistas com membros de grupos e organizações envolvidas. Assim, em um primeiro momento as autoras colocaram-se a esclarecer "as características, dinâmicas e tensões emergentes na recente onda brasileira de protestos" (p. 2). Para isso, ancoraram-se na teoria do confronto político desenvolvida por McAdam, Tarrow e Tilly e articulada por outros autores, como Fligstein – em seu conceito de campo de ação estratégica. Segundo Alonso e Mische, cinco fatores conjunturais alteraram o cenário de oportunidades políticas e ameaças, propiciando as manifestações. O ciclo de protestos ocorrido em âmbito internacional a partir de 2008 recolocou em evidência o repertório autonomista – presente no chamado movimento anti-globalização da virada do século XXI – em mobilizações como o *Occupy Wall Street*. A escolha do Brasil como sede de mega-eventos esportivos também fomentou o debate sobre os gastos públicos e as condições de sua realização – como a remoção de moradores nas sedes e a construção de grandes estádios em locais 'sem demanda'. Contribuiu ainda o desgaste do PT no governo, tanto frente ao público mais jovem, que o entendia como 'partido da ordem' e incapaz de atender suas expectativas, como frente à classe média, que perdeu prestígio e se viu pressionada pela ascensão de amplos setores populares. Já a desmobilização da sociedade e dos movimentos sociais iniciada nos anos FHC e mantida por Lula e Dilma propiciou a acomodação dos conflitos no interior das instituições, mas praticamente restringiu aos protestos de rua a maneira de expressar o crescente descontentamento nas grandes metrópoles. Um último componente refere-se à crescente repressão policial nas manifestações de junho

[111] "Em uma casca de noz, o objeto precípuo da política como reunião de condomínio é, em sua variante brasileira contemporânea, a participação social. Os cientistas que aderem a essa concepção identificam a política em âmbitos como assembleias de orçamentos participativos, conselhos gestores de políticas e conferências temáticas. Há, em medida similar, pesquisas de índole descritiva – com emprego de diferentes técnicas de pesquisa, sejam quantitativas ou qualitativas – e normativa. O cerne dos estudos, de qualquer modo, são os mecanismos de democracia participativa que permitem aos cidadãos direta ou mais próxima atuação nos processos decisórios públicos. Não segue dessa premissa que esta variante da ciência política seja indiferente à gincana para a liderança estatal e ainda menos às instituições" (Tavares; Oliveira, 2016, p. 22-3).

em São Paulo – sendo o repúdio à violência do dia 13 o "gatilho imediato" para a massificação do movimento, a despeito do longo ativismo da oposição de esquerda (p. 5).

Para além desses e outros elementos já considerados em trabalhos anteriores, a inovação analítica do artigo encontra-se na tentativa de estabelecer uma tipologia dos coletivos que estiveram nas ruas em junho de 2013. As performances políticas das pessoas que protestavam remetiam a três repertórios (cf. nota 105), sendo os dois primeiros tributários de práticas desenvolvidas por movimentos sociais em outros países. O repertório socialista "consiste em comunidades ativistas fortemente comprometidas, exemplos públicos de filiação organizacional... organização centralizada e hierárquica" e corresponde à atuação de organizações históricas da esquerda brasileira. Já o repertório autonomista "inclui marchas convencionais não-violentas e ação direta confrontacional (como *sit-ins* e ocupações), juntamente com algumas demonstrações violentas de resistência como táticas *black bloc*, a queima de objetos e depredação de símbolos do poder estatal e econômico", tendo reconfigurado-se desde os Dias de Ação Global (Alonso; Mische, 2016, p. 8). Enfim, o repertório patriótico fundamenta-se em formas de organização e um conjunto de ações e símbolos utilizados nos ciclos de protesto ocorridos no período das Diretas Já e do movimento Fora Collor. Em 2013 ele esteve mais evidente na preferência por manifestações públicas e marchas nas principais praças e avenidas das cidades; caracterização com as cores nacionais, bandeiras e referência ao hino brasileiro; e o discurso anti-corrupção e pela 'ética na política'. Tais repertórios deram origem a performances políticas híbridas de atores e atrizes associados ao menos a dois campos de ação estratégica. O primeiro, chamado 'patriótico', utilizou-se largamente do repertório análogo, antagonizando com as organizações de repertório socialista – ainda que algumas de suas pautas, como por melhores serviços públicos, pudessem ser entendidas como de esquerda. O segundo é classificado como 'autonomista', ostentando características próprias do repertório socialista – como a crítica do capitalismo, inerente à demanda do MPL, e da desigualdade social – mas ao mesmo tempo crítico das formas hierárquicas de organização. Daí se entende que as manifestações de junho foram iniciadas pelo campo autonomista (centrando-se no MPL e na pauta dos transporte público) e foram mais tarde tomadas pelo campo patriótico (fortemente críticos da política institucional e da corrupção), o que refletiu também na maneira como as pessoas protestavam.

Essa breve síntese não esgota a sofisticada caracterização do público presente nas ruas naquele ano e as nuances de sua análise política dos protestos. Sua abordagem, contudo, não está livre de problemas. Eles se encontram, sinteticamente, em dois fatores confluentes: na sua apropriação do conceito tilliano de repertório e em seu limitado diálogo com a literatura

política recente. Da obra *Contentious Performances* de Charles Tilly (2008) entende-se que repertórios são conjuntos de performances de confronto historicamente construídas, conhecidas e utilizadas pelas pessoas em determinados contextos. Performances envolvem formas de reivindicação coletiva aprendidas e fundadas historicamente, ações essas que as pessoas nomeiam, sabem atuar em cada situação e que são modificadas conforme a conjuntura e o local. Concebido a partir de uma metáfora teatral, portanto, é natural que o conceito de repertório corresponda a 'verbos' e não a 'adjetivos'[112]. É o que se percebe no segundo capítulo da obra citada, em que Tilly descreve a metodologia da análise de eventos de protesto e atribui a cada manifestação um sujeito, um verbo e um objeto. Chega mesmo a classificar as ações conforme seu grau de concordância/discordância – menos violentas e mais violentas – e se são realizadas em locais abertos ou fechados (cf. p. 51). Alonso e Mische (2016), por sua vez, concentram-se majoritariamente nas qualidades e atributos de cada campo mais do que em suas formas específicas de reivindicação. Além disso, seria necessário reconstruir historica e sociologicamente as performances próprias do campo patriótico e autonomista. Se é possível perceber uma tradição de esquerda no que diz respeito à mobilização e maneiras de protestar, a mesma continuidade não é facilmente constatada quanto aos movimentos de direita, a despeito de seu tributo às Diretas Já e ao Fora Collor. É verdade que no terreno ideológico a direita já vinha se fortalecendo a vários anos (Chaloub; Perlatto, 2016), mas foi em 2013 que abriu-se a janela de oportunidade para a reconstrução de suas organizações e a apropriação dos protestos de rua (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015). Para a elaboração dessa 'genealogia' da esquerda e da direita, e de um entendimento mais amplo das manifestações, é indispensável o diálogo com a literatura recente.

Entendemos que o conjunto de trabalhos elencados nessa breve revisão, ainda que pequeno, representa uma amostra representativa do que foi produzido sobre junho de 2013. No que diz respeito ao nosso problema percebe-se que as interpretações dos autores e autoras corroboram com a premissa que levou ao desenvolvimento deste estudo, qual seja, o evidente confronto entre diferentes gerações e concepções de prática política no campo da esquerda. De diferentes maneiras foi retratada a emergência de uma "nova esquerda" (Singer, 2013, p.

[112] Reforça esse ponto a explicação de Tilly em uma obra anterior: "apresentar uma petição, fazer um refém ou organizar uma manifestação constitui uma *performance* vinculando ao menos dois atores, um demandante e um objeto das reivindicações. Inovações ocorrem incessantemente em uma pequena escala, mas demandas efetivas dependem de uma relação reconhecível em seu contexto, das relações entre as partes, e das utilizações prévias da forma de reivindicação. Performances agrupam-se em *repertórios* de rotinas reivindicativas que aplicam-se para os mesmos pares demandante-objeto: patrões e trabalhadores, camponeses e senhores de terra, facções nacionalistas rivais, e tantos outros. A metáfora teatral chama atenção para o caráter agrupado, aprendido, e mesmo assim improvisado das interações das pessoas enquanto fazem e recebem demandas uns dos outros" (2006, p. 35, grifos no original).

33), de “uma matriz mais libertária e autônoma, polêmica e complexa para o conjunto da esquerda brasileira” (Bringel, 2013, p. 49), ou de um número de coletivos que “não comungam [mais] das mesmas classificações político-ideológicas compartilhadas” pela esquerda hegemônica (Perruso, 2014, p. 5). Por outras vias, Avritzer (2016) identificou a ‘quebra do monopólio da participação social’ pertencente ao PT – tanto à esquerda quanto à direita –, enquanto que Alonso e Mische (2016) deram conta da participação majoritária de dois campos de ação estratégica nas manifestações de junho – autonomista e patriótico – com a perda de legitimidade do campo socialista, identificado com a esquerda histórica. Não obstante a substantiva contribuição desses e outros trabalhos, observa-se que nenhum se colocou imediatamente a investigar os dilemas e o futuro da esquerda política no país – questão que só veio a ser colocada em pauta mais recentemente (Domingues, 2016; Fausto, 2017; Safatle, 2017; Santos, 2017). Confrontando os diagnósticos usuais, desenvolvemos até aqui a perspectiva de que a crise de hegemonia da esquerda não é um fenômeno recente e não se deve somente aos acontecimentos de junho de 2013. Ela deve ser entendida por meio da observação das mudanças sociais e políticas ocorridas nos governos presidenciais petistas e pela caracterização dos sujeitos coletivos que compõem o campo na atualidade e suas relações. Antes de passarmos a esta última tarefa finalizaremos este capítulo remetendo aos acontecimentos mais recentes, como as eleições de 2014, a crise política do segundo mandato de Dilma e o golpe parlamentar sofrido pela presidente – contexto necessário para a formulação de possíveis prognósticos.

As manifestações de junho continuaram a reverberar de diferentes formas na sociedade brasileira, ainda que tenham arrefecido poucos dias após seu pico. Imediatamente depois deste, no dia 21, a presidente Dilma “propôs, em rede nacional, ‘cinco pactos’ em torno da educação, saúde, transporte, responsabilidade fiscal e controle da inflação, e plebiscito visando constituinte específica para reforma política” (Alonso, 2017, p. 53). Ainda que esta última proposta não tenha saído do papel, destacam-se o redirecionamento dos royalties do petróleo para a educação e a instituição do Programa Mais Médicos – que viria a encontrar oposição da classe correspondente pela abertura do país para profissionais oriundos de Cuba (Secco, 2015). Como tratado no início dessa subseção, o desmonte da NME acelerou-se após os protestos e a pauta da responsabilidade fiscal – convergente com a crítica do Estado como oneroso e ineficiente por parte dos manifestantes – foi atendida por meio de “um corte de R$ 10 bilhões no orçamento de 2013”, entre outras medidas (Singer, 2016, p. 42). Junho, na leitura de Singer, reforçou a resistência rentista ao governo Dilma e a partir daí a agenda neoliberal apenas se reforçaria até as eleições de 2014. Ao mesmo tempo em que se davam

tais acontecimentos, diferentes setores da sociedade se organizavam ou ainda ocupavam as ruas por diferentes demandas. Por um lado, as críticas ao governo devido à corrupção reforçaram-se no final daquele mês – o que explica a posterior formação de um movimento antipetista (Alonso, 2017). Por outro, ocorriam manifestações nas sedes da Copa das Confederações realizada naquele mês, e a organização de movimentos populares como a Frente Independente Popular do Rio de Janeiro (Valle, 2017) e a Assembleia Popular Horizontal em Belo Horizonte (Viana, 2017). O caso da primeira capital é exemplar já que os protestos de junho alimentaram outras lutas sociais como o movimento Fora Cabral e a greve dos professores e professoras em 2013, e a greve dos garis no carnaval de 2014 (Peralva *et al*, 2017). Contudo, com a proximidade da Copa e após a morte do cinegrafista Santiago Andrade em fevereiro daquele ano, as manifestações declinaram – na esteira de uma sofisticada repressão policial[113].

Era essa a complexa conjuntura às vésperas da eleição presidencial de 2014, complicada ainda pelo início da Operação Lava Jato. Em março daquele ano foi revelado um longevo esquema de corrupção na Petrobras envolvendo grandes empreiteiras como Odebrecht, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, OAS, entre outras, que pagavam propina a políticos para a obtenção de contratos com a estatal (Anderson, 2016). Ainda que o PT fosse apenas um dos partidos envolvidos, considerado entre os principais juntamente com PMDB e PP, foi ele quem sofreu as maiores consequências políticas. Afinal não muito tempo atrás, em novembro de 2013, José Dirceu e José Genuíno se entregavam à Polícia Federal para o cumprimento da pena do processo do mensalão – acontecimento amplamente divulgado na mídia (Secco, 2015). Evidências de que o antipetismo estava a se organizar naquele período revelam-se em parte na criação de grupos como Vem Pra Rua (VPR), Revoltados On Line (ROL) e Movimento Brasil Livre (MBL) no decorrer de 2014 (Firmino, 2016; Penteado; Lerner,

[113] Em uma manifestação contra o aumento das passagens de ônibus do Rio de Janeiro, ocorrida em 6 de fevereiro de 2014, o cinegrafista Santiago Andrade da TV Bandeirantes foi atingido na cabeça por um rojão, vindo a falecer quatro dias depois. Os suspeitos do crime, Caio Silva de Souza e Fabio Raposo Barbosa, não foram julgados até o momento. Após esse episódio, "no dia 12 de junho... dia da abertura da Copa do Mundo, foram cumpridos [no Rio de Janeiro] 26 mandados de prisão temporária e de busca e apreensão contra manifestantes. A polícia apreendeu principalmente celulares, panfletos que continham críticas ao Estado, bandeiras anarquistas, cadernos com anotações sobre reuniões de sindicatos ou movimentos sociais, máscaras contra gás e tornozeleiras. Todo esse material, segundo a lógica policial, comprovaria que tais manifestantes, por contestarem o Estado e possuírem ideologia de esquerda, estariam incorrendo no tipo de associação criminosa" (CPCO-RJ, 2015, p. 105-6). Menos de um mês antes ocorreu uma ação análoga em Goiânia: "A operação, denominada '2,80', nome associado ao valor majorado das tarifas do serviço público de transporte urbano na cidade de Goiânia, cumpriu, na madrugada do dia 23 de maio de 2014, mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão contra militantes da FLTP [Frente de Luta do Transporte Público]" (Tavares; Roriz; Oliveira, 2016, p. 143). Como relatado no artigo, três ativistas foram presos e tiveram diversos pertences, computadores e documentos recolhidos pela polícia sob a acusação de 'organização criminosa'. Se na capital goianiense tal operação levou à inatividade da FLTP, não é de se surpreender que em outras localidades tenha causado no mínimo a desmobilização dos movimentos sociais.

2018). Desse modo, a agenda pública radical de setores progressistas que foram às ruas em 2013 foi deixada de lado na campanha eleitoral (Santos, 2017) enquanto que se produziu uma forte polarização entre apoiadores e críticos das duas campanhas que iriam ao segundo turno – Dilma e Aécio Neves (PSDB). Eduardo Campos (PSB) corria por fora como 'candidato de centro', mas seu falecimento em agosto alçou Marina Silva à cabeça da chapa, herdando um programa simpático ao mercado (Singer, 2016). Em síntese, aquela eleição ficaria marcada pela estratégia dilmista de atacar Marina diretamente e pela radicalidade do seu discurso de esquerda no confronto com Aécio – negando a necessidade de um ajuste fiscal diante dos indícios de estagnação da economia. Com o crescimento da candidatura do PSDB no segundo turno a esquerda se viu dividida entre o rechaço ou o 'voto crítico' na presidente[114] – que fez um governo de retrocesso para os movimentos sociais (cf. Secco, 2015, p. 280-1). Ao final da campanha Dilma sairia vencedora por uma margem de apenas três milhões de votos (3,28%) e surpreenderia seu eleitorado ao adotar a via da austeridade.

O encerramento do pleito não interrompeu a tendência de polarização da sociedade e a presidente enfrentaria uma crescente oposição da direita nos primeiros meses do segundo mandato. O próprio PSDB dava sinais de que não aceitaria o resultado pacificamente. Primeiro solicitou uma auditoria do sistema eleitoral[115], depois protocolou uma ação no TSE para cassar a chapa vencedora[116] (questionando a licitude dos recursos utilizados na campanha eleitoral). Ainda que tardiamente, é necessário sublinhar que as divergências eleitorais e o questionamento da legitimidade dos resultados[117] acirraram a oposição ao PT não apenas pela pauta da corrupção. Como observa Bastos (2017), se ocorreu uma expressiva ascensão dos setores populares ao mesmo tempo em que eram mantidos os ganhos das elites econômicas, a classe média se viu pressionada pela inflação dos serviços, a disputa por empregos qualificados e a utilização conjunta de espaços antes segregados (como aeroportos e

[114] Dois exemplos do debate interno à esquerda ocorrido no segundo turno de 2014 são os textos de Mattos (A necessidade de uma política: as eleições brasileiras de 2014 e os dilemas da esquerda socialista no segundo turno. Disponível em: <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2014/10/13/a-necessidade-de-uma-politica-as-eleicoes-brasileiras-de-2014-e-os-dilemas-da-esquerda-socialista-no-segundo-turno/>. Acesso em: 18 jul. 2018), Mendes e Cava (A esquerda que venceu. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/a-esquerda-que-venceu/>. Acesso em: 18 jul. 2018).

[115] G1. PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição. 30 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[116] G1. PSDB pede ao TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente. 18 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[117] Também foi motivo de controvérsia após as eleições o fato da presidente ter obtido a maior parte de seus votos nas regiões Norte e Nordeste e Aécio no Centro-Sul do país – o que gerou manifestações racistas e preconceituosas nas redes sociais. Para um mapa do resultado eleitoral, cf. O Estado de S. Paulo. Mapa das diferenças. Out. 2014. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/public/politica/resultado-eleicoes-2014/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

shoppings), entre outros. Essa insatisfação foi oportunamente explorada por intelectuais e grupos de direita nas redes sociais e nos principais meios de comunicação (Chaloub; Perlatto, 2016). Enquanto Dilma nomeava Joaquim Levy como Ministro da Fazenda, eram implementadas as primeiras medidas do ajuste fiscal – e corte de direitos trabalhistas – e a Lava Jato operava a todo vapor a partir de Curitiba, grupos como VPR e MBL organizavam-se para ocupar as ruas novamente[118]. Como observam Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) manifestações menores contra o governo já ocorriam desde o final de 2014, mas com a piora do cenário econômico em 2015 e a impressão geral de que ocorrera um 'estelionato eleitoral' a popularidade de Dilma declinou fortemente[119]. Em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, a presidente fez um pronunciamento justificando e defendendo o ajuste fiscal[120], e foi recebida por parte da população com um panelaço durante a transmissão televisiva. Ainda que organizações de esquerda (CUT e MST à frente) tenham buscado opor o movimento antipetista com uma manifestação no dia 13, o dia 15 de março ficou marcado por uma mobilização de grandes proporções em diversas capitais brasileiras – em São Paulo tratou-se da "maior manifestação... desde as Diretas Já" (p. 203).

Consolidava-se a partir de então um movimento pelo *impeachment* de Dilma e que logo encontraria correspondência no campo político-institucional. Já fizemos menção à estratégia petista de enfraquecer o PMDB e a postura intervencionista de Dilma, que comprou brigas no Legislativo e interferiu nos ministérios e estatais devido aos casos de corrupção. Em fevereiro de 2015 o governo sofre uma derrota com a escolha de Eduardo Cunha (PMDB) para a presidência da Câmara dos Deputados. Tal fato significou a ascensão de um ator político que contrariava o governo sempre que podia e representava os interesses de "todos aqueles que procuravam alternativas políticas ao PT" (Limongi, 2017, p. 8). Com o avanço das investigações da Lava Jato e o protagonismo do juiz Sergio Moro, que se inspirava na Operação Mãos Limpas ocorrida na Itália nos anos 1990 (Chaloub; Lima, 2018), diversos setores da classe política e do próprio PT criticavam a 'caça às bruxas' realizada pelo Judiciário. O ajuste e a piora das condições econômicas para a população em geral, a crescente oposição de diferentes setores da burguesia ao governo (Singer, 2016) e o ativismo

[118] Uma narrativa com mais detalhes sobre a formação do VPR e do MBL e a interação entre seus criadores na organização de manifestações desde novembro de 2014 pode ser encontrada em Rodrigues (2017, p. 159-70).
[119] Datafolha. Aprovação a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara. 9 fev. 2015. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018. Citado em Tatagiba, Teixeira e Trindade (2015, p. 202).
[120] Folha de S. Paulo. Leia a íntegra do discurso de Dilma no Dia Internacional da Mulher. 8 mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599999-leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-no-dia-internacional-da-mulher.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018. Citado em Singer (2016, p. 44).

do Ministério Público alinhado aos valores da meritocracia e do punitivismo próprios da classe média (Bastos, 2017) confluíram com a erosão da base governista. Novas manifestações vieram a ocorrer em todo país nos dias 12 de abril e 16 de agosto[121], mas agora com uma composição diferente daquela de 2013: um público majoritariamente mais velho (58% acima de 36 anos), com ensino superior (76%) e renda acima de cinco salários mínimos (68%)[122]. Já em outubro ocorrem dois fatos relevantes: a rejeição das contas de 2014 do governo pelo Tribunal de Contas da União e a denúncia de que Cunha era beneficiário de contas na Suíça abastecidas com propinas da Petrobras (Anderson, 2016). Rompido com o governo desde julho, o deputado negociou até o último instante pelos votos do PT em um processo contra ele na Comissão de Ética na Câmara. Diante da negativa do partido e de um complexo cenário, com a prisão de um senador no exercício do mandato, Cunha iniciou em dezembro o processo de *impeachment* contra Dilma[123] (Limongi, 2017).

Tais acontecimentos e a organização da direita política poderiam indicar uma cisão com as manifestações de junho de 2013 e sua pauta progressista. Entendemos, contudo, que não é possível compreender os dois ciclos de protestos de forma 'purista' e que as manifestações de 2015 só podem ser assimiladas com recurso a 2013. Aderimos portanto à perspectiva elaborada por Bringel e Pleyers de que "as mobilizações massivas de Junho... produziram uma *abertura societária* no Brasil" em que indivíduos e coletividades, sejam de direita ou de esquerda, tiveram a oportunidade de defender suas visões e projetos de sociedade (2015, p. 6, grifos no original). Por um lado, a polarização e o acirramento das lutas sociais não podem ser vinculados somente ao contexto eleitoral e ao início das manifestações contra o governo no final de 2014 – eles já vinham de antes. Por outro, não é conveniente mensurar os efeitos das manifestações somente por seus reflexos na disputa política institucional; é necessário ter em

[121] Em oposição a essas manifestações, ocorreram outras convocadas por organizações de esquerda nos dias 7 de abril e 20 de agosto. Uma compilação dos dados de presença nas manifestações pró e contra o governo em 2015 pode ser encontrada no trabalho de Hebe Oliveira (2016, p. 7; 10).

[122] Com base em dados do Datafolha para a manifestação de 15 de março de 2015, Tatagiba, Trindade e Teixeira expõem que "63% dos participantes nos protestos no dia 15 de março de 2015 eram do sexo masculino, com idade média de 40 anos, 76% com ensino superior e 69% se declararam brancos. A segmentação por renda informa que 29% tinha renda mensal familiar até 5 salários-mínimos, 27% de 5 a 10 salários-mínimos, 22% de 10 a 20 salários-mínimos, e 19% mais de 20 salários. Com pequenas variações, esse retrato se manteve nas pesquisas realizadas nos atos posteriores" (2015, p. 206).

[123] Nobre apresenta uma competente síntese sobre esse episódio e o governo Dilma em geral: "Em seu segundo mandato, o governo Dilma já não oferecia duas garantias fundamentais do modelo: acesso efetivo aos fundos públicos e proteção contra investidas da Justiça. Não interessa aos partidos e grupos que fazem parte da megacoalizão de governo (seja qual for o governo) dispor de ministérios, cargos e verbas e não poder efetivamente lançar mão dos recursos, mesmo que sejam escassos. Não bastasse isso, o governo Dilma era visto como incapaz de oferecer proteção contra a ameaça da Operação Lava Jato e suas subsidiárias. Esse é um sinal de descontrole grave para o esquema de megacoalizões. O alerta soou para o sistema político com a prisão de Delcídio do Amaral. A prisão de um senador no exercício do mandato e líder do governo no Senado foi o ponto de virada para que o sistema político abandonasse de vez Dilma Rousseff" (2016, p. 139).

conta também os impactos sociais e culturais das manifestações de 2013. No que se refere aos primeiros, e coerentemente com a problemática avançada por esta dissertação, os autores afirmam que "as mobilizações recentes serviram para chacoalhar as posições, visões e correlações de forças entre partidos, sindicatos, movimentos sociais... e outras coletividades". Além disso, propiciaram a "geração de novos enquadramentos sociopolíticos" (p. 10) pela ênfase em diferentes pautas como a qualidade de vida nas metrópoles, a ampliação e efetivação de direitos sociais, a luta contra a violência física, simbólica e o machismo, entre outras. Daí se entende que ao mesmo tempo em que grupos de direita protestavam contra o governo sob um viés elitista e conservador, tinham lugar iniciativas promissoras como a mobilização feminista (Gomes, 2017), a ocupação de escolas por estudantes secundaristas (Tavares; Veloso, 2016) e a composição de frentes como Brasil Popular e Povo sem Medo[124] (Rodrigues, 2017). Essas últimas, ainda que formadas em oposição ao crescente movimento pró-*impeachment*, estimularam o intercâmbio entre várias organizações e movimentos sociais que as compõem e a proposição de políticas alternativas à austeridade. Entender a recente política brasileira, portanto, passa pela consideração plena desses aspectos.

Uma vez aberto o processo de *impeachment* da presidente acirra-se a disputa entre setores sociais contrários e a favor do governo. Onze dias depois, no dia 13 de dezembro, milhares de pessoas se manifestaram em 26 estados pelo 'Fora Dilma'. Tinha início o 'ciclo do *impeachment*' segundo a categorização de Alonso (2017), que nomeou o período entre março e agosto de 2015 como 'ciclo patriota' dada a preponderância desse campo no período[125]. Já as frentes de esquerda responderam com manifestações em 16 de dezembro e que, ao menos em São Paulo, reuniram mais pessoas – 55 contra 40,3 mil, segundo dados do Datafolha (cf. p. 55). No ano seguinte, pouco antes da escolha dos componentes da comissão especial responsável por avaliar o pedido na Câmara, mais um fato relevante: a condução

[124] A Frente Brasil Popular foi "lançada durante a Conferência Nacional Popular que ocorreu em 5 de setembro na cidade de Belo Horizonte. Seus porta vozes mais conhecidos parecem ser João Pedro Stédile, do MST, Valter Pomar, dirigente nacional do PT, e Carina Vitral, presidenta da UNE". Já a Frente Povo sem Medo foi oficializada "em 8 de outubro de 2015 no auditório do Clube Transmontano, no centro de São Paulo. São muitas as organizações que fazem parte da frente, mas a cara pública mais visível é a do MTST e seu porta voz mais conhecido é Guilherme Boulos" (Rodrigues, 2017, p. 175-6). Cabe destacar ainda, na análise do autor, que "se por um lado, a Frente Brasil Popular foi criada com o objetivo principal de impedir o impeachment, a Povo sem Medo focou suas atividades na pressão junto ao governo federal pela manutenção de direitos e por mais avanços sociais. Passado o impeachment, as duas frentes acabaram convergindo para uma mesma ação política de denúncia do golpe parlamentar" (p. 177).

[125] Como exposto anteriormente, entendemos que a pauta do *impeachment* já estava colocada no mínimo após a realização das manifestações do dia 15 de março de 2015. Destaca-se que entre a manifestação de abril e de agosto o MBL organizou uma caravana entre São Paulo e Brasília e, no dia 27 de maio, entregou ao presidente da Câmara (Eduardo Cunha) uma petição pedindo o *impeachment* da presidente. Cf. O Estado de S. Paulo. Petição do MBL por impeachment tem apoio tímido. 28 mai. 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,peticao-do-mbl-por-impeachment-tem-apoio-timido----imp-,1695735>. Acesso em 18 jul. 2018.

coercitiva de Lula para depor na 24ª fase da Lava Jato, ordenada pelo juiz Sergio Moro e executada em 4 de março (Anderson, 2016). Coincidentemente tal episódio, exposto na mídia à exaustão, dava-se apenas nove dias antes de uma manifestação contra Dilma marcada desde dezembro[126]. Naquele dia 13 a Avenida Paulista receberia mais do que o dobro do público do protesto de um ano antes – 500 contra 210 mil, conforme o Datafolha (Alonso, 2017). Seguiram-se uma série de acontecimentos: nomeação de Lula como ministro da Casa Civil; divulgação, no mesmo dia (16) e autorizada por Moro, de conversas telefônicas entre o ex-presidente e Dilma; e a suspensão da nomeação pelo STF dois dias depois, sob o argumento de desvio de finalidade (Anderson, 2016). Nesse contexto organizações de esquerda promoveram manifestações em todas as capitais, com o recorde de 95 mil pessoas na Paulista[127]. Se o governo Dilma não estimulava uma mobilização de peso, dado o viés pró-mercado de seu segundo mandato (Bastos, 2017), a condução indistintamente política da Lava Jato e a escalada das ameaças a Lula – que discursou em São Paulo naquela ocasião – inflaram a pauta do 'não vai ter golpe' (Alonso, 2017). Aquele mês de março terminaria com um acampamento pró-*impeachment* em frente à sede da Fiesp na Paulista, e o rompimento definitivo do PMDB com o governo.

Não obstante a impossibilidade de esgotar todos os aspectos e acontecimentos do período, não deve ser motivo de controvérsia, a se considerar as ações e falas dos próprios envolvidos, de que se tratou de um golpe palaciano-parlamentar. Enquanto grandes manifestações tomavam as ruas, as condições econômicas deterioravam e a popularidade da presidente entrava em queda livre, o PMDB lançava o documento 'Uma ponte para o futuro'[128] em outubro de 2015. Nele já se encontrava em linhas gerais o programa político que viria a ser implementado pelo vice, Michel Temer: um novo regime fiscal visando equilibrar o orçamento ao preço de restringir o investimento estatal em serviços essenciais – sem prejuízo do pagamento da dívida pública; reformas trabalhista e da previdência; privatizações e concessões de serviços públicos, entre outras medidas. Nessa altura, a burguesia industrial já abandonara o governo dada a desconfiança de que Dilma seria capaz de implementar (ou aprofundar) as políticas que apoiava, como a flexibilização das leis trabalhistas (Braga; Purdy, 2018). Dias após a manifestação de março de 2016, a reprovação de Dilma e o apoio ao seu

[126] Veja. Com 'esquenta', manifestantes já marcam data de novo grande protesto: 13 de março. 13 dez. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/com-esquenta-manifestantes-ja-marcam-data-de-novo-grande-protesto-13-de-marco/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[127] Folha de S. Paulo. Manifestação pró-Dilma reúne 95 mil pessoas em SP, diz Datafolha. 18 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751748-manifestacao-pro-dilma-reune-95-mil-pessoas-em-sp-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[128] Disponível em: <http://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

afastamento passavam de 65%[129]. Nesse contexto as lideranças do PMDB, incluindo o vice-presidente, colocaram-se a articular abertamente pela deposição da mandatária. Como reconhecia Romero Jucá (vice-presidente do partido) em uma célebre gravação, "Michel é Eduardo Cunha", e era necessário mudar o governo de modo a compor 'um grande acordo nacional, com o Supremo, com tudo' para 'estancar essa sangria' – em menção à Lava Jato[130]. Em abril, o relator do processo de *impeachment* na Câmara, Jovair Arantes (PTB-GO) admitiu que se tratava mais da disputa de poder entre Dilma e Temer do que da acusação de crime de responsabilidade[131]. Enfim, a menos de uma semana da votação no plenário da Câmara o vice-presidente enviou um discurso a seus correligionários como se o processo tivesse recebido autorização para prosseguimento, com diversas contradições quanto ao seu comportamento[132]. Todas essas evidências, além do financiamento de organizações envolvidas nas manifestações pró-*impeachment* por partidos[133], revelam que a 'contabilidade criativa' do governo era apenas um pretexto para a remoção de uma presidente impopular e rejeitada pelo sistema político.

Mas o principal argumento pela definição do *impeachment* como golpe é a ausência de incontestável crime de responsabilidade por parte de Dilma. O pedido aceito por Eduardo Cunha foi elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal e, em linhas gerais, acusava a presidente de elaborar decretos orçamentários ilícitos – abertura de "créditos suplementares em valor acima do estipulado pela meta fiscal", prática considerada "ilegal pelo TCU" – e realizar 'pedaladas fiscais' – atraso no repasse de recursos "a entidades financeiras controladas pela própria União, constituindo uma operação de crédito ilegal" (Marques, 2017, p. 44). Segundo o argumento dos proponentes Dilma teria aberto créditos suplementares à revelia do Congresso e atrasado os repasses ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES – utilizados no pagamento de programas sociais do governo – para maquiar a contabilidade pública, ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. É

[129] Datafolha. Dilma vê reprovação subir e alta no apoio a sua saída. 21 mar. 2016. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1752306-dilma-ve-reprovacao-subir-e-alta-no-apoio-a-sua-saida.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[130] Folha de S. Paulo. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. 23 maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[131] Folha de S. Paulo. Relator diz que, agora, impeachment é disputa de poder entre Dilma e Temer. 14 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761708-relator-diz-que-agora-impeachment-e-disputa-de-poder-entre-dilma-e-temer.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[132] Folha de S. Paulo. Temer divulga áudio em que fala como se impeachment estivesse aprovado. 11 abr. 2016. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759725-temer-divulga-audio-em-que-fala-como-se-impeachment-estivesse-aprovado.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[133] UOL Notícias. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. 27 maio 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

sensato considerar, todavia, que o impedimento deve se dar na ocasião de um verdadeiro e imediato *atentado* à Constituição Federal[134] dada a excepcionalidade do mecanismo em afastar uma governante democraticamente eleita (Fausto, 2017). Por um lado, ao mesmo tempo em que ocorria a denúncia, as pedaladas fiscais eram largamente utilizadas nos estados e de maneira ainda mais contundente – pela utilização dos recursos de depósitos judiciais[135]. Por outro, como sustentou a defesa da presidente não era possível atribuir a autoria das pedaladas diretamente a ela – tratavam-se de atos de subordinados, como confirmou o laudo pericial do Senado[136]. Se as bases políticas do *impeachment*, como vimos, eram problemáticas – o processo foi aberto por um político reconhecidamente corrupto e em retaliação a perda de apoio no salvamento de seu mandato –, as bases jurídicas não eram melhores. Como sublinha Limongi (2017, p. 6), contudo, "Dilma e o PT não podem ser vistos como atores inertes... vítimas das maquinações de seus adversários". A presidente e Temer travaram uma verdadeira batalha pelo apoio político dos demais partidos, oferecendo vantagens, cargos e ministérios[137]. Se as condições dessa luta política eram adversas para Dilma, é porque o PT se absteve de realizar mudanças estruturais e estava perdendo no próprio 'jogo' que optou por participar: o presidencialismo de coalizão.

Em 12 de maio de 2016 o Senado Federal aprovou a abertura do processo de *impeachment*, o que efetivou o afastamento de Dilma e a posse interina de Temer na presidência. Em 31 de agosto deu-se a votação definitiva, com a condenação da presidente pelos 'crimes de responsabilidade fiscal'[138]. Segundo a perspectiva avançada neste trabalho, é acertado o diagnóstico de que ocorreu um golpe no Brasil naquele ano e que o governo Temer

---

[134] Segundo a Lei 1.079/1950 em seu Art. 4º, "São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - A existência da União; II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados; III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - A segurança interna do país; V - A probidade na administração; VI - A lei orçamentária; VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos; VIII - O cumprimento das decisões judiciárias (Constituição, artigo 89)".

[135] Revista Exame. Como Dilma, governadores também praticaram pedaladas. 24 dez. 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/pedaladas-estaduais/>. Acesso em: 18 jul. 2018. Vale destacar ainda que o atraso no repasse financeiro era prática corrente em outros mandados presidenciais, ainda que em menor escala. Cf. Folha de S. Paulo. Manobras fiscais na Caixa cresceram no governo Dilma. 26 abr. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1621205-manobras-fiscais-na-caixa-cresceram-no-governo-dilma.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[136] O Globo. Laudo da defesa de Dilma nega irregularidades em decretos e 'pedaladas fiscais'. 4 jul. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/laudo-da-defesa-de-dilma-nega-irregularidades-em-decretos-pedaladas-fiscais-19643058>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[137] G1. Gerson Camarotti: Planalto prepara 'plano B' para cenário de desembarque do PMDB. 25 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/planalto-trabalha-com-cenario-de-desembarque-do-pmdb-e-prepara-plano-b.html>. Acesso em: 18 jul. 18.

[138] G1. Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. 31 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

representou a implementação de um projeto político antipopular e radicalmente neoliberal. Da mesma forma, por tudo que foi destacado, não é possível identificar no governo da petista a efetivação de um substantivo programa de esquerda. Para além da adoção da austeridade após a vitória eleitoral de 2014, em um provável movimento para reconquistar a confiança da burguesia (Bastos, 2017), o governo Dilma não reverteu a tendência de precarização das relações de trabalho e a concomitante escalada "da coerção policial e judiciária" das classes subalternas (Secco, 2015, p. 280). A consecução de grandes projetos como Belo Monte e as obras para a Copa e as Olimpíadas em detrimento das populações vulneráveis e seus direitos causaram grandes prejuízos aos movimentos populares – somando-se à diminuta homologação de terras indígenas e ao abandono da reforma agrária[139]. No início de 2016 a presidente sancionou a Lei Antiterrorismo[140] que abriu margem para a criminalização dos movimentos sociais e do ativismo político. Enfim, no mesmo período Nelson Barbosa (Ministro da Fazenda) anunciou um pacote de medidas econômicas que incluía um teto de gastos, ainda que bastante diverso daquele que viria a ser aprovado[141]. Essa amostra das políticas de Dilma, mesmo restrita, permite avaliar porque "o apoio ao PT [provocou] um difuso mal-estar" no campo da esquerda, já que se tratavam de "pessoas que se [posicionavam] contra o golpe, mas que, ao mesmo tempo, não [tinham] motivos para defender o governo" (Santos, 2017, p. 35). Da parte daqueles coletivos que não integravam a esquerda hegemônica e aderiram ao movimento contra o *impeachment* essa luta só poderia se dar criticamente, sem perder de vista que a derrota política do PT poderia ter consequências maiores para todo o campo democrático.

Essa subseção, somada à anterior, buscou oferecer um quadro amplo sobre a política nos governos presidenciais petistas para além da institucionalidade e contemplou a reconfiguração do ativismo no país e a abertura societária ocorrida após as manifestações de 2013. Naquele ano a oposição de esquerda, que já se organizava desde o início dos mandatos do PT, foi protagonista no início de um ciclo de protestos que teve efeitos societários duradouros desde então. Aquelas manifestações, como pretendemos mostrar, só poderiam ser

---

[139] Instituto Socioambiental. O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir o direito à terra e áreas para conservação? 1 jun. 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-para-garantir-o-direito-a-terra-e-areas-para-conservacao>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[140] Senado Notícias. Lei Antiterrorismo é sancionada com vetos pela presidente Dilma. 18 mar. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/18/lei-antiterrorismo-e-sancionada-com-vetos-pela-presidente-dilma>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[141] Independente. Governo Dilma também propôs teto de gastos, mas diferente da PEC 241. 18 out. 2016. Disponível em: <http://independente.jor.br/governo-dilma-tambem-propos-teto-de-gastos-mas-diferente-da-pec-241/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

entendidas com referência à economia política e as mudanças sociais corridas nos últimos anos. Isso porque as contradições do projeto chamado 'lulista', ou em nossa visão 'neoliberal moderado', acumularam-se a despeito dos avanços sociais obtidos pelo partido. Os protestos de 2013 expressavam esse mal-estar com relação às condições de vida da população e o funcionamento do sistema político no país. Em um cenário menos promissor em âmbito internacional, e após a tomada de um conjunto de medidas econômicas que não surtiram os efeitos esperados, Dilma se viu às voltas com uma crise fiscal e recessão. O conflito social se acirrava e a presidente decidiu adotar um forte discurso de esquerda nas eleições de 2014. Vencendo por estreita margem adota o programa dos vencidos e, a despeito de seus gestos ao mercado, perde a confiança de amplos setores sociais. A crise econômica conflui com a política, grandes mobilizações de direita tomam as ruas ao mesmo tempo em que o governo e o PT já não encontravam grande respaldo da esquerda. Quando os movimentos desse último campo se organizam e percebem a dimensão da onda pró-*impeachment*, já era tarde – especialmente para um governo averso ao diálogo com setores populares. Dá-se então um *recall* disfarçado de impedimento[142], um golpe palaciano-parlamentar que comprometeu o destino da democracia brasileira. No curso de tais acontecimentos aprofundou-se a crise da hegemonia petista no campo da esquerda, relacionada tanto ao descrédito do projeto consumado no governo como pela reconstrução de alternativas que passam por fora dos modos convencionais de mobilização política. De maneira a melhor especificar esse fenômeno e seus possíveis prognósticos, analisaremos no próximo capítulo os atores coletivos que compõem o campo da esquerda e suas relações no período recente – articulando tal análise com a literatura recente sobre o futuro da esquerda no Brasil.

[142] Folha de S. Paulo. A favor ou contra o impeachment? Intelectuais respondem enquete (Fernando Limongi). 10 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/04/1758968-a-favor-ou-contra-o-impeachment-intelectuais-respondem-enquete.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

## Capítulo 4 – A dinâmica da esquerda no Brasil contemporâneo

Até este ponto viemos caracterizando o cenário em que o Partido dos Trabalhadores alcançou a hegemonia no campo da esquerda e os desafios de sua manutenção após a conquista do governo federal em 2002. Essa contextualização, para além do objetivo de oferecer um quadro sociopolítico do período recente e avaliar as práticas políticas da esquerda hegemônica, permitiu compreender a maneira como se deu a conformação de um setor oposicionista que ganhou maior destaque na ocasião das manifestações de 2013. Feito isso, estamos em melhor posição para investigar as relações estabelecidas entre os atores coletivos que compõem o campo no período delimitado de modo a responder a nossa pergunta de pesquisa. Este capítulo se dirige, então, ao questionamento sobre a possibilidade de uma nova hegemonia no campo da esquerda e possíveis prognósticos a partir da análise das práticas políticas de seus componentes na história recente.

Antes de proceder aos detalhes das seções seguintes são necessários alguns esclarecimentos. Como se deduz da discussão anterior sobre o autonomismo e a nova esquerda (cf. 1.1.5), além da apreensão de Laclau e Mouffe (2001) sobre esses movimentos a partir da década de 1950 (cf. 1.2), as formas organizativas ou repertórios da luta social não se reduzem mais aos partidos e sindicatos a várias décadas[143]. Sem adentrar a vasta controvérsia conceitual (cf. Alonso, 2009), os proponentes dos 'novos movimentos sociais' dedicaram particular atenção às mudanças societárias pelas quais passava o mundo ocidental na segunda metade do século XX (Melucci, 1989; Touraine, 1989). Tal como Laclau e Mouffe eles identificavam a perda de centralidade do elemento de classe em sociedades 'pós-industriais' e diante do protagonismo de coletividades como jovens, mulheres, negros, gays, entre outros e outras. De diferentes maneiras a depender do momento histórico e da localização geográfica, portanto, tiveram lugar novas práticas e discursos que enfatizavam o necessário rompimento com modelos verticais de organização e mobilização social.

Daí provém uma primeira dificuldade na delimitação do objeto de interesse para esta pesquisa, já que na atualidade existem meios diversos e mais fluidos de ativismo político. No

[143] Para adcionar um exemplo, tal momento histórico é assim caracterizado por Bianchi (2002, p. 2): "De maneira genérica, podemos apontar três processos que se desenvolveram a partir do final dos anos 1960 e formataram o contexto no qual esses novos movimentos e organizações tiveram lugar: 1. Crise/Crítica das formas tradicionais de organização política consubstanciadas nos partidos comunistas e social-democratas e nos sindicatos tradicionais; 2. Crise/Crítica do Estado de bem-estar social e do seu potencial de controle e passivização das classes subalternas; 3. Crise/Crítica dos regimes antidemocráticos da América Latina e do Leste europeu. Tais processos, combinados de maneira desigual, deram origem a formas de associação e participação política que, rompendo com antigas instituições inauguraram um novo ciclo de organização popular, introduzindo práticas sociais inovadoras, criando novos espaços de participação social, reinventando a solidariedade e produzindo formas originais de organização social e política".

caso brasileiro, como já vimos (cf. 2.2.1), a década de 1980 ficou marcada pela ascensão da matriz discursiva do ‘povo como sujeito de sua própria história’ e pelo surgimento de um número de partidos, sindicatos e movimentos populares. A noção de autonomia desses atores e atrizes foi elaborada em contraposição tanto à ‘velha esquerda’ vanguardista do PCB e remanescentes da luta armada como ao governo militar que reprimia a ação coletiva das classes subalternas. Contudo, não era absolutamente incompatível com a atuação autônoma da população e dos trabalhadores em partidos, sindicatos e por pautas que envolviam o diálogo com o Estado (Burgos, 2015). Sob o impacto da implementação do neoliberalismo nos anos 1990 e das mudanças na esfera do trabalho consolida-se o caminho institucional e a dimensão integrativo-corporativa dos movimentos sociais (Doimo, 1995). Já na passagem para o século XXI ganhavam visibilidade algumas críticas a essa escolha: na rejeição das ONG’s, no surgimento de movimentos de base como o Consulta Popular e no chamado movimento antiglobalização – que fomentavam novas formas de mobilização e perspectivas de mudança social. Esse quadro apenas se complexificou desde então, como tratado no capítulo anterior a respeito da reconfiguração do ativismo político no país. Em síntese, esses aspectos justificam uma abordagem que contemple não apenas organizações clássicas mas também aquelas de viés autonomista.

Um segundo obstáculo se encontra na definição da amostra de atores coletivos a serem investigados. Frente à dimensão do trabalho seria complicado levantar e expor todas as organizações de esquerda no país, caracterizá-las e analisar sua atuação por meio de um grande conjunto de documentos. Por outro lado, critérios de seleção como notoriedade e reverberação nas mídias revelam-se problemáticos na medida em que existe inegavelmente uma disputa por protagonismo por parte desses coletivos – além dos vieses inerentes aos veículos de comunicação e às redes sociais. Sob o risco de desconsiderar algumas das organizações que compõem o campo e que tiveram participação nos recentes acontecimentos políticos optamos, coerentemente com nosso referencial teórico, por aquelas que em conjunto possuem potencial hegemônico. É certo que no Caderno 13, ao se referir ao problema da crise orgânica que acomete os partidos políticos em determinados momentos históricos, Gramsci tratava sobre situações dramáticas e decisivas ao ponto da “crise do Estado em seu conjunto” (2007a, p. 60). Sua noção de crise de autoridade, contudo, revela-se proveitosa para a compreensão de conjunturas em que a capacidade de direção do partido hegemônico se enfraquece quando este se abstém de concretizar seu projeto original, alienando setores sociais constituintes. No cenário em estudo, e em referência à esquerda, possuem o mencionado potencial aqueles atores coletivos que tiveram parte na crise atual ou que estão

envolvidos na luta pela hegemonia do campo ideológico – desafiando as concepções de mundo vigentes entre seus militantes.

Dessa forma, conforme adiantado no segundo capítulo (cf. 2.1.2), nosso interesse se volta para coletivos que possuem atuação para além do âmbito regional e um número significativo de militantes. Buscamos ainda contemplar, tanto quanto possível, diferentes 'matrizes' – movimentos urbanos, camponeses, da juventude, feministas, negros, entre outros – para além das organizações clássicas, de modo que os sujeitos coletivos mais significativos em cada uma delas estivessem presentes no estudo. Seguindo tais critérios, obtivemos a seguinte amostra: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Central Única dos Trabalhadores (CUT), CSP Conlutas - Central Sindical e Popular, Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Geledés - Instituto da Mulher Negra, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Consulta Popular, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Passe Livre (MPL), Brigadas Populares (BP), Levante Popular da Juventude (LPJ), Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) e #partidA[144]. Quando necessário consideraremos também as tendências mais importantes de partidos como PT e PSOL e organizações associadas aos partidos – União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) no caso do PCdoB; Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL) no caso do PSTU, por exemplo.

Os documentos que servem de base para a pesquisa foram recolhidos a partir dos canais oficiais de cada organismo. Em cada sítio disponibilizado na *internet* localizamos as seções correspondentes ao programa, trajetória, notas e resoluções – que, em cada caso, apresentam-se nos menus sob títulos como 'programa', 'história', 'apresentação', 'quem somos', 'documentos', entre outros. Em alguns casos, mais particularmente dos partidos políticos, pudemos acessar os dados não disponíveis diretamente nos sítios por meio daqueles de suas fundações – como Perseu Abramo do PT e Lauro Campos do PSOL, por exemplo. Em um primeiro momento iremos compor um perfil de cada organização a partir dos documentos

[144] Consideramos que seria relevante incluir também o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, e a Central de Movimentos Populares (CMP), oficialmente criada em 1993. Contudo, ambos não dispõem em seus sítios na internet de documentos ou significativo registro de suas atividades no período considerado neste estudo.

programáticos e de trajetória das organizações, identificando seus princípios políticos e fundamentos teóricos. Posteriormente analisaremos aqueles documentos contextuais – emitidos em momentos políticos importantes – que nos auxiliarão a identificar as afinidades, alianças, rejeições e as cisões de cada coletividade. Tanto quanto possível a análise recorrerá a trabalhos monográficos sobre as organizações que nos auxiliem a obter uma visão mais ampla de sua atuação para além do conjunto de dados obtido[145].

Destarte, este capítulo se organiza da seguinte forma. Na primeira seção apresentaremos uma breve caracterização dos atores coletivos selecionados para o estudo com base nos documentos recolhidos em seus canais oficiais. Nesse ponto centraremos foco na fundação, organização e princípios programáticos de cada um deles. Na segunda seção trataremos sobre as relações estabelecidas entre os coletivos, sua atuação e posicionamentos em diferentes ocasiões – como na crise política de 2005, nas eleições presidenciais, nas manifestações de 2013, entre outras – de modo a obter um mapeamento de suas atividades. Enfim, a partir dos achados expostos na parte precedente, articularemos uma análise da conjuntura em que se encontra o campo ideológico na atualidade com a literatura pertinente a partir das hipóteses estabelecidas para a pesquisa. Nessa última subseção apresentaremos também alguns prognósticos e possíveis desdobramentos para a atual crise de hegemonia da esquerda. Ao final do capítulo esperamos ter respondido satisfatoriamente à pergunta que guia este estudo: *a partir de 2013, é possível identificar a conformação de uma nova hegemonia no campo da esquerda brasileira*?

## 4.1 - Atores: as diferentes vertentes da esquerda

### *4.1.1. Partidos políticos*

Figura 1 - Símbolo do PCB.




Fonte: <http://pcb.org.br>, 2018.

[145] Chamamos atenção para o fato de que nem todos os atores coletivos em consideração neste trabalho possuem documentação exaustiva sobre a sua trajetória política. Outro exemplo são os partidos que possuem tendências, como o PT e o PSOL, que não dispõem uma seção em seus sítios com informações sobre esses grupos. Dificuldades análogas justificaram o apoio na literatura acadêmica correspondente.

Seguindo uma ordem de ‘ancestralidade’ ao tratar sobre os atores coletivos inseridos em cada categoria, iniciamos essa parte com o *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). Trata-se de uma das três legendas que reivindica o legado do então Partido Comunista do Brasil (de mesma sigla) fundado em 1922. Após permanecer na ilegalidade durante o regime militar, juntamente com outras organizações de esquerda, o PCB teve seu registro formalizado em maio de 1985. Ainda assim o partido passava por uma crise devido a fatores tanto internos como externos. Destacavam-se as controvérsias sobre o caminho político a seguir após a dura repressão sofrida pelos comunistas entre 1974 e 1975 e as evidências de enfraquecimento do ideário socialista no plano internacional, do que seguiria o declínio da União Soviética nos anos seguintes[146]. Além disso, como vimos, o PCB perdia capilaridade no movimento operário e popular na década de 1980 frente à ascensão do PT e por sua ênfase na constituição de uma frente pelo retorno à democracia e o Estado de direito – o que se chocava com a postura autônoma e confrontacional dos trabalhadores em greve e dos movimentos sociais reivindicativos. O VIII Congresso do PCB realizado em junho de 1987 não possibilitou a resolução desses impasses e a instabilidade adentrou os anos 1990.

A conjuntura de iminente dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da queda do muro de Berlin forçava a direção do partido a se posicionar a respeito de seu programa e organização política. Além disso, seu fraco desempenho eleitoral nas eleições de 1989 e 1990 e a perda de espaço nos movimentos sociais também pressionavam por uma definição expediente (Figueiredo, 2013). No IX Congresso, em junho de 1991, finalmente foi colocada em pauta a extinção do Partido Comunista. Tratava-se na visão da maioria que se formou, e de seu vice-presidente Roberto Freire, de adequar a instituição aos novos tempos democráticos em âmbito global e nacional, abandonar o centralismo democrático e as teses marxistas-leninistas de transição ao socialismo – que demonstraram seus limites na experiência soviética. Dada a resistência de alguns partidários, a proposta não foi colocada em votação naquele momento. Contudo, diante dos acontecimentos do segundo semestre de 1991 que levaram efetivamente ao fim da URSS, a dissolução do PCB foi aprovada no X Congresso Extraordinário em janeiro de 1992. Enquanto a ala majoritária fundou o Partido Popular Socialista (PPS) sob um viés, grosso modo, pautado pela proposição de reformas e aprofundamento da democracia, outro setor representado por comunistas como Paulo Cavalcanti e Oscar Niemeyer se retirou do Congresso e realizou na mesma data a Conferência

[146] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Partido Comunista Brasileiro (PCB). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 6 ago. 2018.

Extraordinária de Reorganização do PCB. No Colégio Estadual Roosevelt de São Paulo decidiram, "por aclamação, pela continuidade do Partido, com a manutenção do seu nome e sigla históricos, prosseguindo na luta pelo socialismo"[147].

O marco da reorganização do PCB se deu na realização do 'efetivo' X Congresso em março de 1993 no Rio de Janeiro. No documento aprovado nesse encontro fica claro o programa da agremiação com respeito à necessária oposição ao capitalismo, ao imperialismo norte-americano e da necessidade de uma atuação que visasse a transformação rumo à sociedade comunista[148] (PCB, 1993). Reverberando a adoção da 'democracia como valor universal' no final dos anos 1980, o PCB postula que a "lição a tirar do desmantelamento da experiência histórica do socialismo real é a da importância do fator democrático" (p. 9). A valorização da democracia contudo não se reduz à expectativa de que seja possível reformar o atual modelo, mas orienta-se à organização da classe trabalhadora para a construção do socialismo e sua "efetiva participação... na gestão diária da sociedade... onde exerce a hegemonia" (p. 10). Para isso a atuação política do partido deve se guiar pelo marxismo-leninismo, não em uma forma dogmática e "estereotipada da produção teórica soviética", mas resignificado a partir do retorno aos clássicos da tradição (p. 23). Por tudo isso entende-se a sua afirmação de que "não se identifica com os partidos da social-democracia que há bastante tempo optaram pelo caminho da colaboração de classe, de co-gestores menores do capital" (p. 24). Para o PCB as reformas, de modo algum descartáveis como para algumas vertentes do anarquismo, contribuem para fomentar as lutas sociais. O horizonte estratégico permanece, ainda assim, no socialismo. Enfim, o partido propõe a trabalhar "nos sindicatos, nas organizações dos trabalhadores do campo, nas organizações populares, nos movimentos culturais progressistas", sempre que possível em aliança com as forças de esquerda (PT, PCdoB, PSTU, entre outras) visando conquistas para a classe trabalhadora e o diálogo sobre o processo revolucionário próprio à realidade brasileira (p. 34). Essa atividade se fundamenta

[147] PCB. Breve histórico do PCB. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.

[148] Esses princípios são reforçados na descrição do partido publicada em seu sítio: "Nós, comunistas, lutamos pela transformação radical da sociedade atual, visando a substituição do sistema capitalista pelo socialismo, na perspectiva da construção da sociedade comunista. Somente a intensa luta política e ideológica envolvendo a participação ativa das massas trabalhadoras será capaz de promover os embates sociais e a ampla mobilização em torno do projeto socialista e de uma nova visão de mundo que destrua a lógica capitalista e desumana que hoje nos domina. O objetivo maior dos comunistas é, pois, contribuir para a constituição da classe trabalhadora em classe revolucionária, buscando a derrubada do domínio da burguesia e a conquista do poder político pelo proletariado". PCB. O que é o Partido Comunista? Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/partidocomunista.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.

no princípio do centralismo democrático[149] e se realiza por meio dos organismos de base atuantes em diversos espaços sociais (nas empresas, nos bairros, nas escolas, etc.). Na próxima seção exploraremos em mais detalhes a atuação recente do PCB – e demais organizações aqui caracterizadas.

Figura 2 - Símbolo do PCdoB.




Fonte: <https://pcdob.org.br>, 2018.

O *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB), que também afirma a sua origem na agremiação fundada em 1922, se 'reorganizou' em 1962 sob a sigla que adota até o presente. No contexto de distenção política até o registro legal, obtido em 1985, pesavam sobre o PCdoB as perdas decorrentes da Guerrilha do Araguaia (1974) e da Chacina da Lapa (1976) que vitimaram importantes lideranças (Sales, 2007). No início dos anos 1980 o partido voltava a se organizar orientando sua atuação pela pauta da anistia e do retorno ao Estado de direito. Adotando uma postura crítica com relação ao PT e a CUT, que constituíam instrumentos de um projeto mais social-democrata do que revolucionário[150] (Amazonas, 1981), o PCdoB investiu suas energias na composição de uma frente democrática pelas Diretas Já e a Constituinte (Lima, 1989), vindo mesmo a ceder apoio ao presidente José Sarney em 1985 – retirado dois anos depois. Em outra frente, o partido garantiu a hegemonia do movimento estudantil na União Nacional dos Estudantes (UNE), o que se explica em parte

[149] "E é assim que funciona o princípio maior da organização comunista: o centralismo democrático. Nos processos congressuais e nas conferências para debater a linha política, a tática e a estratégia de ação do partido, os militantes discutem exaustivamente as propostas até chegarem a um consenso ou a uma posição majoritária. Construída esta posição, adotada coletivamente como resultado de um amplo processo democrático de participação nas decisões, o conjunto do partido deve se empenhar para pôr em prática aquilo que foi decidido, de forma unitária e coesa". PCB. O que é o Partido Comunista? Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/partidocomunista.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.

[150] Essa avaliação persistiu nos anos seguintes, como se percebe no documento aprovado no VII Congresso do PCdoB (1988): "Embora [o movimento democrático e popular] tenha dado passos no caminho da unidade, mostra-se dividido em questões importantes, refletindo discordâncias existentes entre o PT, o PDT e o PCB, reformistas, e o PCdoB, conseqüentemente revolucionário... A CUT e a CGT disputam a preferência do proletariado sindicalizado. A CUT, que filiou maior número de sindicatos, proclama-se independente e classista. Entretanto, procede como apêndice do PT no qual atuam correntes sectárias, anticomunistas". Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148480/2009-11-24/o-brasil-numa-encruzilhada-historica-7-congresso-do-pcdob-1988>. Acesso em: 6 ago. 2018. Nada disso impediu, contudo, que o PCdoB compusesse a Frente Brasil Popular com a candidatura presidencial de Lula em 1989 – seu discurso marcava a disputa entre diferentes forças de esquerda, ainda que se reconhecesse que a luta política exigia unidade (Sales, 2007).

pelo anterior ingresso de militantes da Ação Popular (AP) com uma longa militância nas juventudes[151]. No que se refere aos fatores externos, pode-se dizer que a crise do socialismo real não afetou tão fortemente o PCdoB quanto o PCB dado o rompimento com os 'revisionistas' que comandavam a URSS e a adoção do Partido Trabalhista da Albânia como modelo (Figueiredo, 2013). No entanto, com a onda de revoluções transcorrida na Europa Central e Oriental na passagem para os anos 1990, o regime socialista albanês também chegaria gradualmente ao fim. Esse acontecimento forçou os comunistas a colocarem a crise do socialismo em pauta e efetuar uma reformulação de seu programa político, o que se deu no VIII Congresso do PCdoB em 1992.

Esse importante encontro propiciou o estabelecimento das diretrizes que viriam a guiar as bases do partido desde então. Mesmo que observasse um cenário de 'crise e degeneração' do capitalismo em âmbito global, o partido apostava que a queda da URSS abriria caminho para o seu desenvolvimento "ainda que bastante deformado, acarretando contrastes sociais violentos"[152]. Isso refletia, em âmbito nacional, na implementação do Consenso de Washington pelo governo Fernando Collor (1990-1992) que provocou uma grave crise econômica e institucional. Para além da conjuntura imediata, podemos destacar dois elementos relevantes que constam no documento aprovado no VIII Congresso: o tardio reconhecimento da responsabilidade de Stalin na deturpação do socialismo e o abandono da teoria da revolução por etapas no país, pela proposta de unidade na luta pelo socialismo e composição de uma frente democrática e popular. No presente, o PCdoB mantém a identidade como "instrumento de transformação da sociedade", fundado na teoria marxista-leninista e organizando-se "segundo o princípio [do] centralismo democrático". Do mesmo modo que no documento do início dos anos 1990 sustenta um discurso fortemente nacionalista e defende um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil "que sirva como caminho para a conquista de uma república de democracia popular, condutora da transição ao socialismo" [153]. Esta última deve se dar, conforme seu programa, sob condições próprias ao país e ao mundo

[151] Registra-se que entre 1979 e 2015 vinte presidentes eleitos na UNE eram filiados ao PCdoB em um universo de vinte e três – os demais pertenciam ao PT. Na União dos Estudantes Secundaristas (UBES), igualmente, a hegemonia do partido é incontestável desde 1983 – os vinte presidentes eleitos até 2015 eram filiados seus (Rodrigues, 2017, p. 112-118). As referências as quais recorremos para dar conta da renovação do movimento estudantil por fora dessas organizações no capítulo anterior, entre outras, permitem afirmar que suas lutas estão sujeitas a uma perene direção partidária. O comprometimento de sua autonomia não ocorre somente na UNE e UBES, mas também na Assembléia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL), sob influência do PSTU (Fernandes, 2017). Por este motivo optamos por não tratar sobre essas organizações em separado.

[152] PCdoB. Informe político ao 8º Congresso do PCdoB (1992). Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148482/2009-11-18/informe-politico-ao-8-congresso-do-pcdob-1992>. Acesso em: 6 ago. 2018.

[153] PCdoB. Apresentação. Disponível em: <https://pcdob.org.br/apresentacao-do-partido>. Acesso em: 6 ago. 2018.

contemporâneo, de maneira a desafiar a "contradição essencial do capitalismo: produção cada vez mais social em conflito crescente com a forma de apropriação privada da renda e da riqueza". O trânsito "preliminar do capitalismo para o socialismo" exige a tomada do poder por uma aliança dos setores populares urbanos e rurais que implementem formas alternativas de organização política, econômica e social por meio de reformas estruturais[154]. Veremos a seguir como a prática do partido distanciou-se desse programa revolucionário. Cabe destacar, de qualquer modo, que a despeito das críticas iniciais ao PT suas propostas se alinharam na intenção de efetivar um projeto popular de desenvolvimento – não a toa, o PCdoB esteve coligado ao PT em todas as eleições presidenciais e compôs sua base de governo.

Figura 3 - Símbolo do PT.




Fonte: <http://www.pt.org.br>, 2018.

Já tratamos em alguma medida sobre a fundação e a posterior 'metamorfose' do *Partido dos Trabalhadores* (PT) em seções anteriores (cf. 2.2.1; 3.1.1). Ainda assim cabe abordar alguns aspectos do seu programa original e a respeito das tendências. Os documentos anteriores à fundação do partido enfatizavam em especial a questão da auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras para a conquista do poder visando a "construção de uma sociedade justa sem explorados e exploradores"[155]. Compreensívelmente naquele contexto de emergência de uma nova força política popular e de esquerda, a militância se apoiou em um discurso crítico do capitalismo e de denúncia do regime militar. Nele, a efetiva democratização da sociedade brasileira não seria possível por um arranjo das elites políticas e nem mesmo por atuação do MDB. Cabia à classe trabalhadora "formular e construir [ela própria] seu país e seu futuro" [156]. O manifesto de fundação, aprovado em fevereiro de 1980

[154] PCdoB. Programa. Disponível em: <https://pcdob.org.br/programa>. Acesso em: 6 ago. 2018.
[155] Tese de "Santo André-Lins". Aprovada em 24 de janeiro de 1979 no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.
[156] Comissão Nacional Provisória. Carta de Princípios (1º de maio de 1979). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadeprincipios_0.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

no Colégio Sion em São Paulo, seguiu o mesmo tom enfatizando sua originalidade pelas raízes nas lutas sociais, a necessidade de um partido de massas e a impossibilidade de uma nação soberana e igualitária sem a instituição de um governo popular – sendo este o seu propósito[157]. Em linha com tais princípios, destacamos a relevância das resoluções políticas aprovadas no V Encontro Nacional realizado em dezembro de 1987 na sua proposição de um Programa Democrático-Popular. Reafirmando seu horizonte estratégico de superação do capitalismo o PT preconizava o acúmulo de forças entre diferentes setores populares, incorporando a pauta "das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais", de modo que a luta pela democratização da sociedade conduzisse ao socialismo. Nesse registro, reforma e revolução não são incompatíveis já que "nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas"[158]. Rejeitando qualquer compromisso com as classes dominantes, portanto, o partido afirmava o seu projeto de hegemonia na sociedade até a conquista do poder, requisito para empreender coletivamente tais transformações. Como vimos anteriormente, e como explorado em profundidade por Martinez (2007), após a derrota de 1989 a atividade do PT se afastou gradualmente desse programa pela ênfase institucional – da construção do socialismo para a ocupação do Estado.

A ausência de referências nominais a autores da tradição marxista nos documentos citados, ainda que se utilize um diluído fraseado gramsciano, poderia ocultar a pluralidade de vertentes políticas que ocuparam o partido desde a sua fundação. Já em sua carta de princípios o PT se comprometia a promover um ambiente democrático em que frações e tendências tivessem o direito de expressar suas ideias, um marco na esquerda naquele momento. Como se sabe trabalhadores, sindicalistas, militantes de movimentos populares e das pastorais e organizações remanescentes da luta armada compunham os principais contingentes que deram forma ao PT, antes e pouco depois de sua criação (Secco, 2015). Entre as tendências marxistas-leninistas destacavam-se o Movimento Comunista Revolucionário (MCR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que mais tarde viriam a mudar suas designações e fragmentar-se em outras frações. A histórica militância sindicalista e dos movimentos sociais estaria representada principalmente na Articulação dos 113 (ART 113), tendência majoritária criada em 1983 para constituir unidade frente às demais tendências que habitavam o partido – dividindo-se na década de

[157] PT. Manifesto. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.
[158] PT. Resoluções Políticas do V Encontro Nacional. Brasília, 4-6 de dezembro de 1987. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

1990 em frações como Articulação Unidade na Luta (AUL) e Articulação de Esquerda (AE). Enfim, mas não menos importante, existia um conjunto de tendências trotskistas como a Democracia Socialista (DS), O Trabalho (OT), Causa Operária (CO) e Convergência Socialista (CS). Cabe observar que a maioria dos rachas com o PT se deram justamente nesse grupo de frações – para além do PCO e do PSTU tendências surgidas posteriormente como Esquerda Marxista (EM), Movimento Esquerda Socialista (MES) e Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) migraram para o PSOL[159]. Como destacaram Ribeiro (2008), Amaral (2010) e Secco (2015), entre outros, a luta interna ao partido ficaria marcada pelo confronto entre vertentes da direita (‘moderados’) e da esquerda (‘radicais’). As primeira obtiveram claro sucesso em lhe ditar os rumos e orientaram a atividade partidária para a ocupação de espaço institucional por meio de amplos acordos e alianças com outras forças políticas. Na próxima seção examinaremos as posições políticas das principais tendências em atividade no PT em cada campo.

Figura 4 - Símbolo do PCO.




Fonte: <https://pco.org.br>, 2018.

O *Partido da Causa Operária* (PCO) foi criado após a expulsão da tendência pelo PT em 1991. Assim como O Trabalho a CO encontra suas raízes na Organização Socialista Internacionalista (OSI), com a qual rompeu em 1978 – assumindo o nome de Tendência Trotskista do Brasil. No ano seguinte iniciaram a publicação do jornal *Causa Operária*, que daria nome ao grupo quando se juntou ao PT em 1980. Assim, a CO teve participação ativa em sua fundação por entender “que este abria a possibilidade de construção de um verdadeiro partido operário... [e que] a vanguarda operária consciente deveria intervir energeticamente neste processo com um programa socialista e na defesa da construção de um partido independente da burguesia e de massas”. Durante os anos 1980 sua militância defendeu uma atuação junto à classe trabalhadora e nos sindicatos, chegando mesmo a propor um bloco de esquerda dentro do PT, iniciativa que não foi adiante[160]. A regulamentação definitiva do

[159] Nossa descrição das tendências do PT se baseia na pormenorizada exposição de Coimbra (2017, p. 247-89) a respeito de suas origens, mudanças e genealogia, e cujo ponto de partida se encontra na obra de Secco (2015).
[160] PCO. Breve nota introdutória sobre a história do PCO. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/textos/?p=2614>. Acesso em: 8 ago. 2018.

direito de tendência em abril de 1990 trouxe problemas para que a CO permanecesse no partido, já que era considerada por setores do PT como uma fração radical e sectária. À época, ela "foi enquadrada pela resolução do DN... como uma organização que mantinha uma política autônoma em relação ao PT", em outras palavras, um 'partido dentro do partido' (Ozaí da Silva, 2001b, p. 1). Com isso foi aberto um processo contra a tendência (não oficializada) e seus candidatos foram impedidos de concorrer em eleições. Em 1991 se consumou a expulsão, apesar de um grande esforço da CO em busca de apoio para sua permanência. O partido foi registrado provisoriamente no TSE em 1995 e obteve o registro definitivo em 1997. Segundo seu estatuto, "o objetivo do PCO é organizar a classe operária em classe independente, ou seja, em partido próprio, e lutar pela supremacia política da classe operária na sociedade como meio para a realização do socialismo". Programaticamente se funda nas proposições de Marx e Engels expostas no Manifesto Comunista, nas "resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional" e no "Programa de Transição da IV Internacional, escrito por Leon Trotski" [161]. Apesar de seu caráter radical, como veremos, o partido esteve em boa parte de sua história na esfera de influência do PT.

Figura 5 - Símbolo do PSTU.




Fonte: <https://www.pstu.org.br>, 2018.

Igualmente ao PCO, o *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado* (PSTU) foi fundado após a CS ser expulsa do PT. Essa tendência teve origem como grupo político em 1978 a partir de um conjunto de militantes trotskistas que estiveram exilados na Argentina e que tinham como referencial o dirigente e ativista Nahuel Moreno (Ozaí da Silva, 1987). Esse coletivo esteve envolvido na fundação do PT e da CUT nos anos 1980 e direcionou sua atividade para a organização da classe trabalhadora junto ao movimento sindical. Já no final daquela década a tendência passaria a uma postura mais crítica diante das mudanças pelas quais passava o partido e as experiências de governo nas prefeituras – que contradiziam seus princípios políticos no tratamento com trabalhadores e movimentos sociais (cf. Secco, 2015, p. 131-2). Da mesma forma que a Causa Operária a CS passou a ser vista como uma

[161] PCO. Estatuto. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/partido-da-causa-operaria>. Acesso em: 8 ago. 2018.

organização autônoma dentro do PT e, com a regulamentação do direito de tendência, foi pressionada a se adequar às regras e respeitar as instâncias do partido. Se a princípio a tendência pareceu disposta a se integrar definitivamente ao PT, após o 7º Encontro Nacional em junho de 1990 ganharia força a leitura de que o partido estava a se adequar à ordem burguesa e o rompimento se fazia necessário. O atrito entre entre os dirigentes partidários e a CS se seguiu até maio de 1992 quando se consumou a expulsão (Ozaí da Silva, 2001a). Após um período de diálogo e negociação com outros coletivos, o PSTU foi oficializado em junho de 1994 e obteve o registro definitivo junto ao TSE um ano depois. O novo partido manteve aderência ao programa trotskista, associou-se à Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI), e guiou sua atividade pela proposição de mudanças radicais de modo a questionar o "sistema democrático burguês"[162] (Gutierrez, 2004, p. 96). Ainda que concorra em eleições[163] seu foco esteve no sindicalismo – em especial na Conlutas, que ajudou a criar – e nos movimentos sociais – como sua juventude, atuante na ANEL entre outras[164]. Sua trajetória certamente ficou marcada pela tenaz oposição aos governos presidenciais, inclusive petistas, enquanto buscava tanto quanto podia "fortalecer as lutas e divulgar o programa socialista"[165].

Figura 6 - Símbolo do PSOL.




Fonte: <https://www.psol50.org.br>, 2018.

[162] Conforme seu estatuto, "o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU atuará no âmbito do território nacional com o objetivo primordial de convencer os trabalhadores e demais setores explorados da população acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade plenamente socialista, com a propriedade coletiva dos meios de produção em geral e vigência de um regime político de ampla democracia para os trabalhadores que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa". Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/partido-socialista-dos-trabalhadores-unificado>. Acesso em: 8 ago. 2018.

[163] O PSTU adota uma política restrita de alianças concorrendo, com frequência, sozinho. Em eleições presidenciais as exceções foram em 1994, quando apoiou criticamente a candidatura presidencial de Lula, e em 2006, quando compôs coligação com PCB e PSOL em torno de Heloísa Helena – do último partido mencionado.

[164] A ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livre) foi fundada em junho de 2009 "como dissidência da UNE, a partir da iniciativa de membros do PSTU... com o objetivo de ser um movimento alternativo e até mesmo de concorrência à UNE. Defende a ocupação de reitorias em favor da democracia na universidade, o passe livre aos estudantes, estatização do transporte público, o fim do PROUNI (Programa Universidade para Todos)", entre outras pautas (Carneiro, 2011, p. 39).

[165] PSTU. Um partido coerente, operário, revolucionário e socialista. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/conheca>. Acesso em: 8 ago. 2018.

O último partido selecionado para esta pesquisa é o *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL) cujo processo de fundação foi exposto anteriormente (cf. 3.1.1). Convém examinar em maiores detalhes as suas origens, programa e organização. A CST e o MES, tendências fundantes do partido, encontram sua gênese na militância da CS. Em 1992, após a expulsão dessa última, um grupo de pessoas retornou ao PT e criou uma fração denominada CST; já em 1999 ela se fragmentaria nas duas (uma delas com mesmo nome) que deram origem ao PSOL (Coimbra, 2017). Enfim e como já mencionado, a fundação do partido dependeu também de alguns militantes da DS que deixaram o PT em apoio a Heloísa Helena e do Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), dissidência do PSTU. A despeito da pluralidade de vertentes políticas presentes no PSOL, ontem e hoje, percebemos portanto como sua história se relaciona com a aquela do trotskismo no Brasil – sendo a CST vinculada à Unidade Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (UIT-QI). No que se refere ao programa partidário, constata-se inicialmente a sua ênfase na necessidade de novo projeto para a esquerda socialista no Brasil, dadas as mudanças em curso no PT após a conquista do governo federal. Seus princípios se fundam particularmente na defesa do "socialismo com democracia", do rompimento "com a dominação imperialista", do rechaço à "conciliação de classes" e do apoio às "lutas dos trabalhadores". Além disso, o PSOL se propõe a defender pautas populares e reformas sem perder de vista que elas "não se realizam plenamente nos parâmetros do sistema capitalista". Seu documento é perpassado pela crítica do capitalismo em seu estágio atual, do imperialismo e de seus efeitos na economia política nacional. Tendo o PT abandonado seu projeto original, resta à militancia socialista estimular as mobilizações e lutas populares por conquistas civilizacionais como redução da jornada de trabalho e reposição dos salários, reforma agrária e urbana, restrição do dispêndio financeiro do Estado em prol de gastos sociais como saúde e educação, entre outras[166]. Em suma, alinhado com a ideia de 'nova esquerda', trata-se de um programa amplo que contempla diversos setores sociais.

O PSOL, assim como o PT, também se organiza em tendências. Além da CST, MES e CSOL, Pompêo (2007) identificou entre as principais no momento em que escrevia a Poder Popular (PP), Enlace e Ação Popular Socialista (APS). A PP foi criada em 2006 por um conjunto de militantes que já estavam presentes na fundação do partido – pertencentes ao Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Já a criação da Enlace e ingresso da APS relacionam-se com o Processo de Eleição Direita (PED) do PT em 2005. As divergências

[166] PSOL. Programa. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/partido/programa>. Acesso em: 8 ago. 2018.

internas durante o processo eleitoral e a vitória do candidato da situação (Ricardo Berzoini) levaram à desfiliação de um conjunto de partidários. Em setembro daquele ano a APS[167] romperia em bloco com o PT e se juntaria ao PSOL – inclusive com dois deputados federais, Ivan Valente (SP) e Maninha (DF). Em dezembro, dissidentes da AE e DS se juntariam com outros socialistas da tendência Liberdade e Revolução (LR) e do Movimento de Unidade Socialista (MUS), entre outros, para fundar a Enlace. No presente, podem ser identificados dois campos em disputa dentro do partido: Unidade Socialista, majoritário, liderado pela APS/CC e composto por MUS/Fortalecer o PSOL, Somos PSOL, Rosa Zumbi, entre outros grupos regionais; e o Bloco de Esquerda integrado por frações como MES, CST, APS/NE, Insurgência, entre outros[168]. Na proxima seção trataremos mais a fundo sobre as posições políticas dessas tendências na história recente.

*4.1.2. Centrais sindicais*

Figura 7 - Símbolo da CUT.




Fonte: <https://www.cut.org.br>, 2018.

A *Central Única dos Trabalhadores* (CUT) foi criada em agosto de 1983 em São Bernardo do Campo, conforme exposto acima (cf. 2.2.1). Naquela ocasião, as resoluções aprovadas no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) manifestavam um discurso fortemente politizado, de crítica ao capitalismo e seus agentes, e convocavam trabalhadores e trabalhadoras a lutar por melhores condições de vida e um projeto político popular. Isso porque suas pautas não se reduziam a ganhos imediatos para a classe trabalhadora em condições de trabalho, remuneração, jornada, etc., mas incluía também o direito à habitação, a reforma agrária e, como não poderia deixar de ser naquele momento histórico, ampla liberdade política e de mobilização. A CUT defendia, em poucas palavras, "uma sociedade sem exploração e democrática", almejando compor uma frente com os "movimentos populares da cidade e do campo em cima das lutas concretas" de modo a

[167] A Ação Popular Socialista (APS), criada em 2004, encontra sua origem no Movimento Comunista Revolucionário (MCR). No início dos anos 1990 essa tendência petista tinha o nome de Força Socialista (FS).
[168] Entre 2012 e 2013 a APS cindiu-se internamente em três frações: APS/Corrente Comunista, APS/Nova Era e Coletivo Rosa Zumbi. Já a tendência Insurgência é "fruto da fusão entre o [CSOL], o Enlace e o Coletivo Luta Vermelha, filiado ao Secretariado da Quarta Internacional" (Eliel, 2014, p. 67).

"favorecer os interesses da classe trabalhadora, em particular, e do povo explorado de um modo geral"[169]. No 1º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), ocorrido em agosto de 1984, reforçava-se a proposta de "enraizar-se nas bases", e empreender "um trabalho cotidiano na base, nas fábricas, empresas e no campo". A mobilização da central deveria "ter ligação com as lutas do dia-a-dia da classe trabalhadora numa perspectiva de construção de uma sociedade socialista", fazendo-se por meio de diferentes formas de ação direta, legal e organização em nível de base. Enfim, seu amplo programa rechaçava compromissos com as elites, enaltecendo a necessária autonomia política da classe, e contemplava também a pauta dos negros, das mulheres – "contra todo e qualquer tipo de discriminação" – e dos povos indígenas – "pela demarcação imediata de suas terras"[170]. Nos anos seguintes essa proposta combativa foi gradualmente perdendo força conforme o equilíbrio das tendências internas ia se estabilizando. Deu-se então a disputa entre um bloco liderado pela Articulação Sindical – de viés pragmático, aversa ao referencial comunista e socialista – e outro denominado CUT pela Base – de orientação radical e composto por militantes marxistas e trotskistas, entre outros (Corrêa, 2014). Com o predomínio do primeiro, como vimos anteriormente, a CUT passaria por uma transformação a partir do início dos anos 1990, do "sindicalismo de confronto [para o] sindicalismo propositivo" (Boito Jr., 2003, p. 19).

Quando da vitória de Lula na eleição presidencial de 2002 a CUT já tinha consolidado uma pauta, grosso modo, social-democrata. Burocratizada e distante das demais lutas sociais a central se engajou em negociações com empresários e governos, adotou uma postura defensiva com relação aos direitos da classe e uma atividade voltada para a oferta de benefícios e serviços para seus filiados – uma espécie de assistencialismo antes combatida por seus militantes originários (Fonseca, 2017). Diante desses fatos, conjugados à elitização de seus quadros e grande envolvimento no governo Lula, como vimos acima, diversos setores ligados a partidos e movimentos de oposição romperam com a CUT.

---

[169] CUT. Resoluções do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/d/sistema/resolucoes/113/arquivo/1-1-congresso-de-fundacao-1983.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

[170] CUT. Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/d/sistema/resolucoes/114/arquivo/1-congresso-nacional-da-cut-1984.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

Figura 8 - Símbolo da CSP-Conlutas.




Fonte: <http://cspconlutas.org.br>, 2018.

A história da *CSP-Conlutas* (Central Sindical e Popular) se inicia nessa conjuntura, a partir do Encontro Sindical Nacional realizado em Luziânia-GO em março de 2004. A proposta dos envolvidos na reunião foi de construir um espaço de convergência entre atores coletivos – e não apenas entidades sindicais – contrários às reformas empreendidas pelo governo federal. Estavam empenhadas nesse esforço as correntes "Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao [PSTU] e algumas correntes do [PSOL], entre elas o [MES], o Movimento de Ação Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL)" (Trópia; Galvão; Marcelino, 2013, p. 82). A criação da Conlutas foi colocada em pauta naquela ocasião, contudo o passo definitivo foi dado no Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT) ocorrido em Sumaré-SP em maio de 2006 (Gonçalves, 2014). Seu grande diferencial, como mencionado, foi de abarcar "as lutas dos movimentos populares, estudantis e de luta contra as opressões", em linha com o seu propósito de constituir uma "entidade sindical e popular" (Fonseca, 2017, p. 84). Embora tenha realizado dois congressos em 2008 e 2010 a adoção do nome CSP-Conlutas se deu apenas após Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat) realizado em Santos-SP em junho de 2010 – considerada a data de sua fundação. Esse encontro teve como principal propósito encaminhar a união entre Conlutas e Intersindical (criada em 2006), o que acabou não ocorrendo por divergências entre as partes – relacionadas com o caráter da organização que se formaria (Gonçalves, 2014). Ainda que com a nova designação, a central permaneceu majoritariamente composta pelos mesmos grupos políticos de antes.

O programa da CSP-Conlutas permanece coerente com a proposta original daqueles grupos que deixaram a CUT. Tratando sobre sua história, a organização enaltece o abandono "dos modelos cupulistas de direção de outras centrais, fonte de acomodação e burocratização dos dirigentes". Coloca-se ainda aberta aos trabalhadores e trabalhadoras, à juventude, ao "povo pobre e explorado do nosso país" que esteja presente em movimentos populares

interessados na sua proposta política[171]. Já em seu programa, sublinha que o horizonte é a "superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade em bases socialistas", requisito para efetiva liberdade das pessoas – as lutas sociais não se esgotam na conquista de reivindicações ou reformas. Seu amplo conjunto de propostas passa por pautas da classe trabalhadora, contra a criminalização dos movimentos sociais e pela desmilitarização das polícias, até pela defesa do meio ambiente e contra todas as formas de discriminação e opressão – acolhendo as propostas de seus diferentes setoriais[172]. Tais princípios encontram correspondência na composição original da organização, majoritariamente composta por filiados ao PSTU (72%) e militantes do PSOL (17%), como constataram Trópia, Galvão e Marcelino[173] (2013).

Figura 9 - Símbolo da Intersindical.




Fonte: <http://www.intersindical.org.br>, 2018.

A construção da *Intersindical – Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora*[174] se deu paralelamente à da Conlutas. A atuação da CUT no contexto da proposta e votação da reforma da previdência no primeiro ano do governo Lula provocou grande descontentamento nas bases, em especial no funcionalismo público que fez uma greve à revelia da central. Entre 2005 e 2006 tiveram início mobilizações para organizar a luta contra as demais reformas propostas pelo governo e sua condução, em geral interpretada como uma continuação do neoliberalismo do PSDB em outros termos. Uma dessas iniciativas foi a Assembleia Nacional Popular e da Esquerda (ANPE) que realizou encontros em setembro de 2005 e abril de 2006 com a participação de correntes de esquerda da CUT (Gonçalves, 2014). Ainda em 2006 essas tendências que incluiam a "Alternativa Sindical Socialista (ASS), Unidade Classista (corrente sindical do... PCB) e correntes do... PSOL (Enlace... APS... CSOL) criaram a Intersindical" (Trópia; Galvão; Marcelino, 2013, p. 83).

[171] CSP-Conlutas. História. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia>. Acesso em: 9 ago. 2018.
[172] CSP-Conlutas. Programa. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/programa>. Acesso em: 9 ago. 2018.
[173] Como observa Rodrigues (2017, p. 95), no entanto, a partir de 2012 alguns coletivos começaram a deixar a CSP-Conlutas como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e "grupos ligados ao PSOL que priorizaram a Intersindical".
[174] Aqui se faz necessária uma distinção: em março de 2014 um setor da Intersindical rompeu com a organização e criou a *Intersindical – Central da Classe Trabalhadora*. Atualmente, portanto, existem duas centrais de mesmo nome.

Segundo sua apresentação, a central possui "como princípios fundamentais: a independência em relação ao Capital e seu Estado, autonomia em relação aos partidos políticos, e tendo a organização pela base como um instrumento fundamental para a luta de classes". Adotando um forte discurso contra as práticas reproduzidas pela CUT e pela esquerda hegemônica, a Intersindical se propõe a reorganizar o movimento sindical 'por baixo', sem perder de vista o horizonte do socialismo[175]. Seu manifesto seguia o mesmo tom, rejeitando a possibilidade de um "pacto entre explorados e exploradores" como propõe o sindicalismo cidadão cutista e se colocando o objetivo de "organizar e mobilizar os trabalhadores e as trabalhadoras do campo e da cidade para o enfrentamento de classe". Apesar de todas essas proposições a organização não rechaça a militância que optou por permanecer na CUT e disputá-la. Reconhece e entende como legítima "a posição daqueles setores de esquerda que continuam batalhando no interior da CUT, como também é legítima a posição dos setores... que optaram pelo seu desligamento da central"[176]. Trata-se assim de uma posição diversa da Conlutas, que se posicionou pelo abandono da CUT. A Intersindical, ainda que não reconhecida pelo Ministério do Trabalho, possui relevante representatividade a ponto de, como vimos, ter debatido sua união com a Conlutas.

Figura 10 - Símbolo da CTB.




Fonte: <http://www.portalctb.org.br>, 2018.

A última central sindical aqui considerada é a *Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil* (CTB). Fundada em 2007, ela se origina no rompimento de setores de esquerda com a CUT – em especial as tendências Central Sindical Classista (CSC), majoritária e ligada ao PCdoB, e Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), minoritária e vinculada ao PSB (Rodrigues, 2017). Esses militantes criticavam não apenas o 'peleguismo' da CUT frente às medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora tomadas pelo governo Lula mas também a deterioração da democracia interna da CUT. Com a saída dos

[175] Intersindical. Quem somos. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/quem-somos>. Acesso em: 9 ago. 2018.
[176] Intersindical. Manifesto. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/wp-content/uploads/2017/09/manifesto_intersindical_2006.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

coletivos que deram origem à Conlutas e Intersindical, observavam que a tendência seria o aprofundamento do domínio da Articulação Sindical, o que comprometeria o já frágil pluralismo da organização (Ladosky, 2009). Assim, a CTB vinha a lume defendendo uma tática "que evite tanto a passividade acrítica da CUT como o voluntarismo esquerdista da Conlutas e da Intersindical. Nem chapa-branca, nem oposição sectária" (p. 73). Seus princípios e objetivos destacam a criação da central em meio à ascendente do capitalismo neoliberal "liderado pelas potências imperialistas", colocando-se como alternativa dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por conquistas sociais e um modelo alternativo de desenvolvimento. Defende ainda "outro modo de produção" fundado na "produção solidária, não predatória, não consumista e não centrada nos valores do individualismo". Para além de um amplo conjunto de pautas que envolvem a democratização do sindicalismo e a conquista de direitos sociais, a CTB identifica o socialismo como "ideal maior da classe trabalhadora"[177]. Apesar desse histórico e de seus princípios, alguns pesquisadores e pesquisadoras observam que a divergência entre a CSC e a direção da CUT não era tão pronunciada que justificasse a cisão: estavam em jogo, também, interesses de ordem pragmática, como a obtenção de recursos da contribuição sindical e a constituição de "uma estrutura alternativa de poder" (Boito Jr.; Galvão; Marcelino, 2009, p. 49). Assim temos indicações, a confirmar, de que a CTB não fazia uma obstinada oposição à CUT e na verdade encontrava-se na sua esfera de influência.

*4.1.3. Movimentos sociais, coletivos autônomos e anarquistas*

Figura 11 - Símbolo do MST.




Fonte: <http://www.mst.org.br>, 2018.

Também já exposta acima (cf. 2.2.1), a fundação do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) se deu em janeiro de 1984 em Cascavel-PR. Em um contexto de luta

[177] CTB. Princípios e objetivos. Disponível em: <http://www.portalctb.org.br/site/a-ctb-nacional-brasil/principios-e-objetivos>. Acesso em: 9 ago. 2018.

pela democracia no país o MST nascia, em suas palavras, "com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país". Reunindo "posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros [e] pequenos agricultores", o movimento visava (re)organizar as lutas no campo e denunciar a situação precária de miséria e exploração pela qual passavam essas pessoas[178]. Para isso, contou desde os primeiros momentos com a CUT e se envolveu na luta política, por exemplo, na ocasião da Constituinte – conquistando, "entre outras vitórias, os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social". A partir da década de 1990, como vimos, o movimento também foi afetado pela implementação do neoliberalismo no Brasil[179], com o descaso dos governos na implementação da reforma agrária – e a escalada da violência no campo, como atestam os massacres de Corumbiara em 1995 e Eldorado dos Carajás em 1996. Naqueles anos o MST intensificaria sua militância pelo país com grandes marchas em 1997 e 1999. Enfim, três anos depois veio a vitória eleitoral de Lula e, ao contrário das expectativas dos sem-terra, "a situação da agricultura [se agravou] para os pequenos agricultores e assentados. O modelo agrário-exportador se acentuou, dividindo nosso território em 'sesmarias' de monoculturas... além da pecuária extensiva". Consolidou-se o agronegócio com a "exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público"[180]. Sem esgotar a narrativa apresentada pelo movimento percebemos que, apesar da notória militância conjunta com o PT e a CUT, a avaliação do governo Lula não foi positiva. Isso se reflete no documento Programa Agrário do MST, vigente para o período 2014-19, em que o movimento expressa a impossibilidade da reforma agrária segundo um modelo clássico. Afirma então a primordialidade de articular as lutas populares de diferentes setores por mudanças estruturais, já que a lógica do capital perpassa atualmente toda a organização da economia na cidade e no campo[181] (MST, 2013). Veremos melhor a

[178] Em seu *Programa de Reforma Agrária* de 1984 o MST manifesta que "os trabalhadores rurais sem terra, a partir da organização nas bases, em seus estados, sentiram a necessidade de uma maior organização para a conquista de terra e de seus direitos e passaram a organizar o Movimento dos sem terra". Entre seus princípios constam a luta pela reforma agrária, "por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo", e a união da "luta do campo, da cidade e dos irmãos indígenas" (MST, 2012, p. 177-9).

[179] Essa conjuntura de hegemonia neoliberal não apenas no Brasil mas no mundo compeliu movimentos de vários países a conceberem uma organização que propiciasse sua resistência. Em pauta desde 1992, essa iniciativa se materializou na fundação da Via Campesina em 1993 na cidade de Mons, Bélgica (Ribeiro, 2016). Entre seus membros constam atualmente o MST, MAB, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Cf. Lista de miembros de La Vía Campesina. 5 abr. 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/lista-de-miembros-de-la-via-campesina>. Acesso em: 9 ago. 2018.

[180] MST. Nossa história. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>. Acesso em: 9 ago. 2018.

[181] Ao fazer essa afirmação com base em seu programa, cabe esclarecer que sua proposta de "Reforma Agrária Popular não é um programa socialista – embora os objetivos estratégicos da nossa luta sejam os de construir uma

frente as particularidades das relações do MST com os demais componentes da esquerda hegemônica.

Figura 12 - Símbolo do Geledés.




Fonte: <https://www.geledes.org.br>, 2018.

O *Geledés – Instituto da Mulher Negra*[182] foi fundado em abril de 1988. Segundo o texto de apresentação publicado em seu sítio, "Geledé é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade"[183]. Sua criação se deu a partir da reunião de um conjunto de militantes que atuavam na década de 1980 em prol de políticas públicas voltadas para as mulheres. Elas "participaram no Conselho Estadual da Condição Feminina, e posteriormente no Coletivo de Mulheres Negras, ambos em São Paulo" até que resolveram utilizar a expertise obtida junto ao Estado para fundar o instituto (Almeida, 2010, p. 130). O Geledés surge "com uma perspectiva clara de ser uma organização política voltada para o combate ao racismo e ao sexismo e para a promoção das mulheres negras em particular, e do conjunto da população negra em geral", nas palavras de Sueli Carneiro, uma de suas fundadoras, em entrevista (Pereira, 2010, p. 230). Pode-se se deduzir de seu relato que os eixos iniciais em direitos humanos e saúde orientavam-se para o debate em políticas públicas, enquanto que o de comunicação tinha o intento de publicizar suas ideias e projetos, pautando o tema racial na

---

sociedade com formas superiores de socialização da produção, dos bens da natureza e um estágio das relações sociais na sociedade brasileira. Uma Reforma Agrária socialista, que tem como alicerce a socialização das terras, exige a execução de políticas de um Estado socialista e será resultante de um longo processo de politização, organização e transformações culturais junto aos camponeses, ou seja de uma revolução social. Condições objetivas e subjetivas que não estão na ordem do dia desse período histórico" (MST, 2013, p. 31).

[182] Em nossas considerações metodológicas (cf. 2.1.2) manifestamos que "à pesquisa não concernem instituições puramente representativas e/ou instrumentais", entre elas organizações não-governamentais. Entendemos que o Geledés, ainda que uma ONG, é uma instituição que visa intervir *politicamente* em questões que envolvem raça e gênero e atua em parceria com diversos movimentos sociais nessas pautas (cf. Almeida, 2010). Além disso, sua inclusão se justifica por se tratar de uma organização bastante atuante e representativa do feminismo negro no Brasil que completou 30 anos recentemente.

[183] Geledés. O que é o Geledés Instituto da Mulher Negra. 21 abr. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

mídia. Nos anos 1990, o estabelecimento do Geledés ocorreria em um período de crescente institucionalização dos movimentos sociais e proliferação de ONG's. Como não poderia deixar de ser, o movimento feminista também conformou-se a essa tendência no contexto de crescentes estímulos e financiamento de fundações internacionais e eventos como a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing/1995) organizada pela ONU (Almeida, 2010). A despeito de possíveis críticas, relacionadas à aproximação institucional e com o Estado por parte dessas organizações, as evidências das atividades promovidas pelo Geledés indicam que o instituto manteve sua capacidade crítica, ampliou suas pautas e aproximou-se dos movimentos de base. Sua presente missão institucional reitera a defesa das mulheres e negros e contempla ainda a luta contra quaisquer preconceitos e discriminações "que limitam a realização da plena cidadania". Além dos eixos em direitos humanos, saúde e comunicação atua ainda por políticas de educação, monitoramento e controle social de políticas públicas[184].

Figura 13 - Símbolo do MAB.




Fonte: <http://www.mabnacional.org.br>, 2018.

Seguindo adiante, tratamos sobre o *Movimento dos Atingidos por Barragens* (MAB), criado oficialmente em 1991. A história do MAB, assim como no caso do MST, remonta aos anos 1970 quando o regime militar colocou em prática diversos projetos orientados à construção de usinas hidrelétricas. Pressionado pela crise do petróleo, o governo foi impelido a buscar formas alternativas de geração de energia. Datam desse período as construções de Itaipu, Itá, Machadinho (na região Sul), Tucuruí, Sobradinho e Itaparica (Norte e Nordeste), entre outras, que causavam prejuízo para as populações locais que se colocavam em luta – com a mediação de organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assim, eram criadas as primeiras organizações de representação das famílias desapropriadas em busca de

[184] Geledés. Missão Institucional. 10 abr. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional>. Acesso em: 10 ago. 2018.

indenização justa, como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) na região Sul. Conforme se organizavam, as pessoas que compunham o movimento chegavam ao consenso de que seu direito à terra deveria ser priorizado, dada a sua atividade de agricultores que produziam seus próprios alimentos. Em suma, nas palavras do movimento, "a principal bandeira de reivindicação passou a ser *terra por terra*". A organização da militância levou à obtenção de acordos no final da década de 1980 (em Itá, 1987, por exemplo) que fixaram as regras sobre "quem eram os atingidos" e os requisitos mínimos para os reassentamentos. Enfim, em 1989 realizou-se o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens em Goiânia-GO com a participação de delegados de várias regiões que concordaram por uma maior articulação frente aos projetos do setor elétrico. Seguiu-se daí o 1º Congresso do MAB, em março de 1991, que marcou sua fundação em nível nacional.

A expansão e coordenação do movimento se davam, então, no contexto da crescente neoliberal no país e na América Latina como um todo. Desde cedo o MAB percebeu que a mercantilização do sistema elétrico teria implicações negativas para os povos que vivem e dependem da terra e da água. Seu lema de então, "águas para vida, não para morte", já colocava relevo na necessária "defesa do meio ambiente e a forma como a natureza é utilizada para enriquecimento de alguns poucos em detrimento da maioria". Da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) à realização do 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens (Curitiba-PR/1997) o movimento buscou articular uma mobilização em nível global, compartilhamento de experiências e práticas de luta. Sem a intenção de esgotar todos os acontecimentos e iniciativas do MAB, fica claro que sua pauta em favor dos atingidos por barragens se alinha claramente com a oposição ao imperativo econômico e ao modelo de desenvolvimento 'a qualquer preço'. Deduz-se da própria narrativa do movimento que com o passar dos anos sua pauta foi além da reivindicação por reassentamento para questionar o modelo de implementação das usinas no Brasil, sob o argumento de que "a água e a energia são bens essenciais para a vida das pessoas... e por isso devem ser um bem público, onde todos tenham acesso com qualidade. Não pode ser privatizada nas mãos de multinacionais que tem como único interesse aumentar seus lucros"[185]. É sob esses princípios que o MAB organiza a luta das "famílias ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens" frente ao Estado, articulando um discurso de

[185] MAB. História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas. 11 jan. 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/historia>. Acesso em: 10 ago. 2018.

apelo mais amplo que lhe reverta solidariedade no Brasil e alhures[186] (cf. Câmara; Soares, 2015). Pela consulta aos documentos, é possível afirmar a princípio que o movimento adotou uma posição crítica com relação aos governos petistas – que pouco fizeram para conter esse modelo de desenvolvimento e resguardar os direitos dos atingidos. Ainda assim, não aprofunda essa avaliação, alinhando-se ao 'apoio crítico' de organizações como MST e Consulta Popular – esse último com o qual se associou nos anos 2000 (Foschiera, 2010). Aprofundaremos essa questão a seguir.

Figura 14 - Símbolo da AMB.




Fonte: <http://www.articulacaodemulheres.org.br>, 2018.

A *Articulação de Mulheres Brasileiras* (AMB) foi criada em 1995, produto da organização de militantes que visavam participar da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, acima mencionada. Antes desse evento mulheres de todo o país se reuniram para discutir os temas relevantes para compor uma pauta conjunta. O marco desse processo foi o Encontro Nacional realizado no Rio de Janeiro em 1994 com a presença de mais de 700 pessoas. Após a Conferência de Beijing, chegou-se ao consenso da importância da continuação do movimento de forma a articular e potencializar "a luta feminista de mulheres brasileiras nos planos local, nacional, latino-americano e internacional"[187]. Nesses primeiros anos a atuação do movimento centrou-se no monitoramento de políticas públicas e ocupação de espaços institucionais. Já nos anos 2000 foi enfatizada a autonomia das mulheres frente ao Estado e organizações da sociedade, destacando-se nesse contexto a I Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras ocorrida em 2002. Nessa reunião "participaram 1395 representantes escolhidas nas conferências estaduais" com uma grande variedade de organizações e movimentos para além da AMB. Ali, por sua própria iniciativa e debate democrático, produziram uma Plataforma Política Feminista, documento que orientou a atuação das bases nos estados[188].

[186] MAB. Organização. 11 jan. 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/organizacao>. Acesso em: 10 ago. 2018.
[187] AMB. História. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/historia>. Acesso em: 10 ago. 2018.
[188] AMB. A trajetória da AMB nos 'quase' 25 anos de luta feminista, antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. 2018. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb-25-anos>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Essa breve síntese dá a tônica da atuação da AMB nos anos seguintes: conjugar a atuação em pautas institucionais e junto aos movimentos feministas de modo a fomentar a sua mobilização em várias frentes. Programaticamente, o movimento afirma-se como antirracista, pautado pelo "reconhecimento e fortalecimento do feminismo negro, o respeito à diversidade étnica [e] defendendo a autodeterminação dos povos"[189]. Posiciona-se ainda "como articulação feminista anticapitalista, por compreender que dentro deste sistema, especialmente em seu estágio atual de mundialização do capital... é impossível conquistas significativas na direção da igualdade e autonomia para todas as mulheres". Percebemos assim que a AMB alinha a sua luta contra o patriarcalismo com a democratização das relações em sociedade e a "construção de uma outra economia", e concebe como horizonte uma comunidade laica, de pessoas autonomas e livres. Isso envolve a defesa da "liberdade afetiva e sexual", da "autodeterminação reprodutiva para as mulheres", do "fim da violência contra as mulheres", entre outras pautas[190]. Enfim, organiza-se em diferentes frentes temáticas e possui como princípios a "unidade na diversidade", a "democracia interna pautada numa institucionalidade não burocrática" e o "diálogo, articulação e livre adesão como método de organização das lutas feministas". Reconhecemos aqui seu viés autonomista na ênfase em "processos decisórios horizontais", "produção de consensos" e no "respeito ao direito de minoria" a "rever decisões majoritárias"[191]. Seus documentos e trajetória revelam um movimento bastante atuante e combativo que pautou suas ações conforme a conjuntura política em cada momento. De maneira geral reconhece que os governos petistas foram progressistas em alguns aspectos mas não romperam com o modelo econômico neoliberal (cf. Cisne, 2013).

Figura 15 - Símbolo da Consulta Popular.




[189] AMB. A AMB e a luta antirracista. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb-pelo-fim-do-racismo>. Acesso em: 10 ago. 2018.
[190] AMB. História. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/historia>. Acesso em: 10 ago. 2018.
[191] AMB. Como se organiza. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/como-se-organiza>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Fonte: <http://www.consultapopular.org.br>, 2018.

Também data da década de 1990 o movimento *Consulta Popular*, fundado em 1997. Como mencionado acima (cf. 2.2.1) sua criação se deu por meio da interlocução com o MST, que naquele ano fez uma grande marcha percorrendo diferentes localidades brasileiras. A Consulta Popular provém do descontentamento com os rumos da esquerda de então, que se conformava cada vez mais com a institucionalidade e as disputas eleitorais. Tratava-se assim, por parte de sua militância, de defender "uma alternativa popular para o Brasil em contraposição ao neoliberalismo", diferente da esquerda hegemônica que se contentava "com a perspectiva de serem apenas gerentes da máquina administrativa". Para efetivar essa proposta o movimento fixou como prioridade a construção de um Projeto Popular para o país, fruto do estudo da atual realidade brasileira, do retorno aos clássicos do pensamento socialista e da formação do Brasil. O objetivo é preparar os "lutadores e lutadoras populares... para apresentar uma alternativa real de poder através de um projeto de mudanças estruturais da sociedade", formação essa que não é apenas teórica, mas também política – na própria práxis do movimento. Em poucas palavras, a Consulta Popular colocou grande ênfase na necessidade de "construir, impulsionar e estimular as lutas de massa", de retornar ao trabalho de base junto à população de modo a conscientizá-la a compor o esforço por uma comunidade mais justa[192]. Afinal, "a revolução é o único meio que possuímos para construir a sociedade socialista que devemos conquistar. Para que seja justa, a justiça terá que estar dentro de cada um de nós". Infere-se da leitura de seus princípios, e com base no último trecho, que se trata também de um modelo pedagógico em bases populares, que almeja até mesmo eliminar "atitudes mesquinhas, egoístas e oportunistas que se tornaram hábitos ao longo da história". Por fim, chama atenção a sua afirmativa de que "na luta pelo poder, muitos recursos serão utilizados pelas forças revolucionárias. Em se tratando de ações políticas, elas podem ser taticamente de natureza violenta". O movimento argumenta por uma necessária avaliação, em cada contexto, da validade ética de cada ato, e que a violência seja um recurso excepcional de modo que permaneça como registro de "momentos da construção histórica"[193].

A trajetória da Consulta Popular envolve um conjunto de mobilizações populares e iniciativas convergentes com seu compromisso com a formação política das massas. Em 1999 ocorreu a Marcha Popular pelo Brasil entre os meses julho e outubro, que percorreu a

[192] Consulta Popular. Quem somos. 23 jan. 2012. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/quem-somos>. Acesso em: 10 ago. 2018.
[193] Consulta Popular. Princípios. 7 fev. 2012. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/princ%C3%ADpios>. Acesso em: 10 ago. 2018.

distância entre o Rio de Janeiro e Brasília com ao menos 1100 pessoas de diferentes movimentos sociais. “Os caminhantes, alguns inicialmente analfabetos, iam parando nas cidades e fazendo palestras, conversas, debates em escolas, igrejas e associações”, propiciando um trabalho de base e formação política junto à população. No ponto final da marcha foi realizada a I Assembleia Nacional dos Lutadores do Povo onde foram definidos cinco compromissos para a elaboração de um Projeto Popular: com a soberania, solidariedade, desenvolvimento, sustentabilidade e democracia popular. O propósito da Consulta Popular, como já manifestava a obra A opção brasileira (1999) de César Benjamim, era oferecer um conjunto de políticas alternativo ao modelo neoliberal e escapar de sua naturalização em curso na esquerda hegemônica. Para além de outras mobilizações ocorridas no início dos anos 2000, como a oposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) pela realização de um plebiscito, cabe mencionar a contribuição do movimento para a constituição da editora Expressão Popular e do jornal Brasil de Fato, importantes instrumentos de formação e informação política da militância de esquerda. Por tudo o que foi exposto, é possível inferir que o movimento já possuia uma avaliação crítica do processo que levou a esquerda ao governo federal. Assim, não é de se surpreender que sua opinião inicial dos governos petistas fosse negativa, pois “não cumpriu a expectativa histórica de rompimento com o neoliberalismo. Este cenário gerou ainda mais dispersão, apatia e uma grande divergência tática entre as forças populares”. Nesse cenário restou à Consulta Popular continuar empreendendo iniciativas de formação e debate político, conforme o seu projeto[194]. Veremos melhor a seguir como se desdobraram suas relações com a esquerda hegemônica nos anos seguintes.

Figura 16 - Símbolo do MTST.




Fonte: <http://www.mtst.org>, 2018.

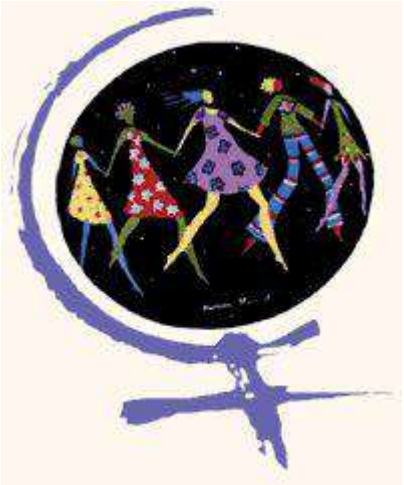
[194] Consulta Popular. Nossa história. 15 fev. 2012. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 10 ago. 2018.

A fundação do *Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto* (MTST) também deve à Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça realizada em 1997. Naquele ano o MST destacou alguns de seus militantes para atuar nas cidades visando a constituição de um movimento social que replicasse seu método no espaço urbano (Goulart, 2011). Não é como se já não ocorressem ocupações ou existissem movimentos por moradia – dada a conjuntura de desemprego estrutural e baixa renda de parte da população, entre outros fatores, que comprometiam a capacidade das pessoas em adquirir um imóvel ou pagar aluguel. Tratava-se de organizar a luta inclusive daqueles que deixavam o campo e tinham dificuldade em sobreviver nas cidades. Nesse sentido "a Marcha Nacional de 1997 foi uma ação que possibilitou aglutinar" iniciativas de intervenção já em andamento nas periferias em anos anteriores (p. 17). O MTST passou a se organizar e atuar de forma mais autonoma a partir da ocupação do Parque Oziel em Campinas-SP, nomeado em homenagem a um dos sem-terra assassinados no massacre do Eldorado dos Carajás em 1996. Essa ocupação, que em seu auge "chegou a ter 6000 famílias", exigiu do movimento maneiras de organizar as pessoas e a elaboração de um projeto de assentamento (p. 19). Seguiram-se então outras ocupações: Anita Garibaldi em Guarulhos-SP (2001); Carlos Lamarca em Osasco-SP (2002); Chico Mendes em Taboão da Serra-SP (2005), entre outras (Lorena, 2012). Como não poderia deixar de ser, essas pessoas lutavam pelo direito à moradia em difíceis condições, sujeitas a ações de despejo, violência promovida pelo Estado e proprietários e outras dificuldades. Por outro lado, resistiam honesta e criativamente fomentando projetos de agricultura de subsistência, coleta de lixo, cozinhas coletivas, práticas culturais e, claro, formação política. Para além de conquistas locais com a regularização dos espaços ocupados, ao longo dos anos o MTST conseguiu pautar o tema do direito à moradia e estabelecer uma ponte de diálogo com instituições locais e o governo federal na figura do Ministério das Cidades (Goulart, 2011). O indicativo mais visível disso foi a inclusão do movimento no programa MCMV.

Considerando suas linhas políticas, o MTST se afirma como um movimento territorial dos trabalhadores. Dada a atual organização do mercado de trabalho no país percebe-se que os sindicatos possuem menor capacidade de mobilizar suas bases, menos ainda aquelas pessoas que estão à margem – trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, temporárias, informais, etc. Frente a esse diagnóstico o movimento objetiva organizar as pessoas nos bairros periféricos, onde moram aqueles e aquelas que foram excluídos da cidade e não possuem qualquer estrutura. Não é por acaso que as pessoas em piores condições são forçadas a morar nas periferias, isso quando possuem um teto, mas porque vivemos em uma conformação social capitalista: "tudo é transformado em mercadoria, inclusive nossos direitos. Apenas uma

minoria tem acesso a condições dignas de vida. E o Estado atende exatamente a esta minoria". É por isso que o MTST afirma que sua luta é "contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas". Esse objetivo é perseguido por meio da "construção do poder popular. Ou seja, a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver [seus] problemas". Nas ocupações as pessoas se envolvem nas decisões, na organização dos loteamentos e formam-se politicamente. Assim demonstram que a classe trabalhadora organizada e unida pode obter conquistas. Além disso, ainda que o MTST seja um movimento por moradia não se esgota nessa pauta: residência digna é um dos direitos de um amplo leque como saúde, educação, transporte coletivo, entre outros. E a efetivação e usufruto desses direitos exige repensar a organização das cidades tal como existem hoje – e por isso a sua pauta por uma ampla reforma urbana[195]. Mobilizando-se por essas questões, mas sem perder de vista a superação do capitalismo, sua atuação se guia principalmente nos princípios da liberdade na discussão e unidade na ação, "decisão coletiva e responsabilidade individual" e "disciplina militante e valores socialistas". Tais diretrizes, somadas ao modo como o movimento se organiza em coletivos (níveis), revela uma estrutura verticalizada, ainda que se destaque a responsabilidade individual e rotatividade das pessoas que ocupam cargos[196]. Enfim, o MTST prioriza alianças com outros movimentos populares, urbanos ou rurais. Como veremos melhor a seguir, partiu dele a iniciativa de organizar recentemente a Frente Povo Sem Medo, no contexto da crise política do governo Dilma.

Figura 17 - Símbolo da MMM.



Fonte: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br>, 2018.

[195] MTST. As linhas políticas do MTST. Disponível em: <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst>. Acesso em: 12 ago. 2018.
[196] MTST. A organização do MTST. Disponível em: <http://www.mtst.org/quem-somos/a-organizacao-do-mtst>. Acesso em: 12 ago. 2018.

Chegando aos movimentos mais recentes, e deste século, temos a *Marcha Mundial das Mulheres* (MMM) fundada em 2000. Ela se origina da mobilização de feministas canadenses que em 1995 organizaram uma grande manifestação em Quebec "pedindo, simbolicamente, 'Pão e Rosas'" – centrando sua pauta na questão da pobreza e da desigualdade. A partir dali as mulheres envolvidas no protesto se colocaram a articular um movimento global e intensificaram seu contato e diálogo com coletivos de outros países. Em 1998 ocorreu o "primeiro encontro internacional da MMM [que] teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios. Nesse encontro foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres". Então, no ano 2000, foi realizado um conjunto de atividades e manifestações em vários países que serviram para publicizar as pautas do movimento e torná-lo oficial. O marco dessa mobilização se deu no dia 17 de outubro "com marchas simultâneas em 40 países e atos em frente à sede do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Washington, nos Estados Unidos". Naquele momento e nos anos seguintes a MMM denunciaria "os efeitos devastadores do neoliberalismo em seus países e em suas vidas", envolvendo-se em iniciativas como o Fórum Social Mundial (2001) e a campanha contra a ALCA (2002). Portanto, desde o início a pauta anticapitalista esteve presente no discurso do movimento, referindo-se em especial à divisão sexual do trabalho – a hierarquização entre trabalho produtivo, dos homens, e reprodutivo, das mulheres. Por isso a MMM propõe "uma economia centrada no bem estar de todas e todos, que valorize e reorganize a reprodução, o trabalho doméstico e de cuidados – construindo um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana". Como se deduz do exposto, não basta sublinhar a condição da mulher sob esse modelo mas lutar "para transformar as estruturas que organizam todas as relaçoes de desigualdade e poder". Afirmando-se como um movimento feminista "não institucionalizado e militante" a MMM se envolveu em diversas lutas contra a criminalização do aborto, o racismo e a homofobia, pela soberania alimentar, e em favor da Palestina em âmbito internacional[197]. "Organizada em 20 estados do Brasil", se estrutura em núcleos e comitês locais e o ingresso pode se dar individual ou coletivamente. No plano nacional possuem uma coordenação executiva "responsável pelo seguimento das tarefas e processos"[198].

Figura 18 - Símbolo do MPL.

[197] MMM. Nossa História. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia>. Acesso em: 12 ago. 2018.
[198] MMM. Quem somos? Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos>. Acesso em: 12 ago. 2018.




Fonte: <https://www.mpl.org.br>, 2018.

Já o *Movimento Passe Livre* (MPL), como brevemente exposto acima (cf. 3.1.1), foi oficialmente criado no Fórum Social Mundial em 2005. O MPL afirma-se como "um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente" que luta por um transporte coletivo público, gratuito e de qualidade para toda a população. Remetendo às suas origens no movimento antiglobalização, preza pela autonomia e independência do coletivo frente a outras organizações ou entidades. Isso o faz recusar "financiamentos que exijam contrapartidas". Defende ainda uma forma de atuação para além da disputa eleitoral, junto à população e movimentos populares e por uma "política além do voto", sem fechar suas portas para pessoas que integram partidos. Organiza-se também segundo o princípio da horizontalidade, sem hierarquia, direção centralizada ou um pequeno grupo fixo e responsável pelas decisões. Quanto a esse último ponto a proposta do movimento é deliberar e tomar decisões com base no consenso de sua coletividade recorrendo à votação apenas em último caso. Além disso o MPL estrutura-se num formato federativo, em que cada movimento local possui autonomia com relação ao nível federal – por isso é comum que em algumas localidades os coletivos tenham nomes diferentes, como Tarifa Zero, ainda que associados ao MPL. Programaticamente sua pauta centra-se na questão do transporte coletivo, pelo passe-livre e gratuidade irrestrita, transbordando para a demanda da democratização do espaço urbano – o que envolve "a discussão sobre aspectos... como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social". Não se trata, contudo, de lutar apenas por reformas: o MPL se coloca como "um meio para a construção de uma outra sociedade". Suas atividades orientam-se à conquista de reivindicações "que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente"[199]. A demanda pela gratuidade das tarifas do transporte coletivo nos parece uma espécie de 'programa mínimo',

[199] MPL. O Movimento Passe Livre. Disponível em: <http://tarifazero.org/mpl>. Acesso em: 12 ago. 2018.

de facilitada compreensão do público em geral, que tem o potencial de assegurar o usufruto dos demais direitos sociais a que se dispõe numa democracia. Afinal, ao tratar sobre o valor da passagem, é necessário questionar a privatização do serviço, a forma de arrecadação de recursos do Estado, a destinação do orçamento, questões que tensionam a relação entre mercado e governo popular. Fundado nesses princípios o MPL estimulou e promoveu diversas manifestações, alçando-se ao protagonismo no levante de 2013.

Figura 19 - Símbolo das BP.




Fonte: <https://brigadaspopulares.org.br>, 2018.

As *Brigadas Populares* (BP) também datam de 2005. A organização tem origem no Núcleo de Estudos Marxistas, criado em 2003, que envolvia pessoas de diversas universidades de Belo Horizonte e em especial da Faculdade de Direito da UFMG (Machado, 2017). Como tinham a intenção intervir na realidade para além da formação política e estudo dos clássicos do socialismo seus membros resolvem dissolver o grupo e construir uma nova estrutura; "eis que surgem as Brigadas Populares"[200]. Nesse primeiro momento as BP organizaram Brigadas Territoriais que se estabeleciam nas comunidades e ocupações em que visavam realizar seu trabalho político. Suas atividades se davam no estado de Minas Gerais e na região metropolitana da capital, destacando-se nesta última a Ocupação Dandara em que as BP estiveram praticamente desde o início (Lana, 2016). Mais recentemente o movimento se expandiu para outras regiões do país após unificar-se com outras organizações, "Coletivo Autocrítica, Coletivo 21 de Junho (C21J) e... Movimento Revolucionário Nacionalista – círculos bolivarianos (MORENA – cb)". Talvez por suas raízes em um núcleo de estudos, as BP possuem desde o princípio um discurso fortemente anticapitalista, definindo como objetivo a construção do 'Poder Popular' pela organização da classe trabalhadora. Após a unificação as 'novas' Brigadas Populares expressam em seu manifesto o compromisso com o socialismo – a "superação da irracionalidade capitalista" por meio de um modelo societário a ser concebido pelas pessoas no processo de luta e adequado à realidade brasileira; com o nacionalismo revolucionário – considerando a pátria como "a afirmação [mais forte] da

[200] BP. Quem somos. 1 mai. 2009. Disponível em: <https://brigadaspopulares.blogspot.com/2009/05/brigadas-populares-e-uma-organizacao.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

soberania popular e da autodeterminação"; e com a construção de uma nova maioria – a composição de uma frente integrada por diferentes forças sociais visando a constituição de uma nova hegemonia social. Em suma, as BP visam conciliar "a construção de uma organização política própria... e de uma frente política ampla, de natureza anti-imperialista, antilatifundiária e antimonopolista que se articule em torno de um programa de libertação nacional"[201]. Estruturando-se nos níveis local (brigadas territoriais) e nacional (frentes de massa) o movimento busca se inserir nas lutas cotidianas e orientá-las, destacando-se principalmente entre os movimentos urbanos por moradia. A partir daí busca articular seu programa com uma ampla pauta imediata por direitos sociais e políticos das classes subalternas e por reformas econômicas[202].

Figura 20 - Símbolo do LPJ.




Fonte: <http://levante.org.br>, 2018.

O *Levante Popular da Juventude* (LPJ), fundado em 2012, é outro relevante movimento que se conformou nos anos dos governos petistas. Sua história tem início com a mobilização de jovens pertencentes a movimentos integrantes da Via Campesina. Em meados da década de 2000, a Consulta Popular propõe empreender esforços mais contundentes junto à juventude da classe trabalhadora e das regiões periféricas. Em 2006 foi estabelecido um pequeno núcleo regional no Rio Grande do Sul, integrado por militantes da Pastoral da Juventude Rural, do Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), MST e universitários, que promoviam encontros e debates em especial nas periferias de Porto Alegre. Utilizando-se da estrutura e dos eventos promovidos pela Via Campesina esse núcleo regional – já conhecido como Levante – foi crescendo e pautando a organização dos jovens atuantes em seus movimentos. Já se encontrava na ordem do dia a realização de um encontro para oficializar e definir a

[201] BP. Manifesto das novas Brigadas Populares. 18 set. 2011. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/manifesto-das-brigadas-populares>. Acesso em: 12 ago. 2018.
[202] BP. Programa das Brigadas Populares. 2013. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/manifesto-das-brigadas-populares>. Acesso em: 12 ago. 2018.

organização nacional do coletivo – que ampliou suas iniciativas e parcerias com movimentos urbanos em temas que envolviam a juventude. Finalmente, em fevereiro de 2012, foi realizado o 1º Acampamento Nacional em Santa Cruz do Sul (RS) onde oficializou-se o LPJ com a presença de mais de mil jovens de vários estados do Brasil[203]. Nesse encontro foi aprovada uma Carta Compromisso com os princípios da nova organização política. O movimento parte da interpretação que a juventude, justamente essa parcela da sociedade que possui tamanho potencial criativo e político, é particularmente afetada pela atual conformação do capitalismo. Assim, faz um chamado aos jovens para se engajarem na transformação dessa realidade desigual, violenta e preconceituosa. Figuram entre seus preceitos, entre outros, a luta pela construção de uma democracia popular, pela soberania, contra o machismo, racismo, lesbofobia, transfobia e a homofobia. Enfim, suas pautas contemplam a defesa de amplos direitos sociais e de combate às desigualdades, alinhando-se com as organizações que lhe deram base[204]. Portanto o Levante se propõe a organizar a juventude por um projeto político de massas, em conjunto com outros movimentos populares. Suas atividades envolvem a realização de "denúncias por meio de ações de Agitação e Propaganda (agitprop), ou seja, várias técnicas de comunicação e expressão". Sem perder de vista o objetivo de uma reorganização radical e revolucionária da sociedade, investe na luta por bandeiras que impliquem em melhores condições de vida a todos e todas[205].

Figura 21 - Símbolo da CAB.




Fonte: <https://anarquismo.noblogs.org>, 2018.

A *Coordenação Anarquista Brasileira* (CAB) pode ser definida como uma articulação de organizações anarquistas e foi fundada em 2012. Segundo sua apresentação, trata-se de um

[203] LPJ. História do Levante. 22 fev. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/levantejuventude/docs/escola_nacional_de_forma____o_web_>. Acesso em: 12 ago. 2018.
[204] LPJ. Carta Compromisso. 5 fev. 2012. Disponível em: <https://levantedajuventudemg.wordpress.com/carta-compromisso>.
[205] LPJ. Quem Somos. Disponível em: <https://levantedajuventudemg.wordpress.com/about>. Acesso em: 12 ago 2018.

"espaço organizativo" composto por coletivos "que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo de matriz especifista"[206]. Durante a década de 1990 acentuou-se a tensão entre o que foi categorizado na literatura como 'anarquismo de estilo de vida' e 'anarquismo social'. Grosso modo, o primeiro seria identificável em um "personalismo introspectivo, uma 'política da experiência', e uma orientação subcultural que erodiriam o compromisso social". Reconhecendo os limites de uma atuação pautada no individual, expressa por meio "de comportamentos culturalmente excêntricos e desviantes", um conjunto de anarquistas busca reestabelecer sua vertente social pela inserção nas lutas e movimentos sociais (Liberato, 2014, p. 142). Evidências dessa iniciativa aparecem na criação da Federação Anarquista Gaúcha (FAG)[207] em 1995, da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) em 2003 e, em especial, do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) em 2002. Este último constituiu-se como uma tentativa inicial de estabelecer um espaço de debates que pudesse evoluir posteriormente para uma organização em nível nacional. Em junho de 2012 esse objetivo foi alcançado no 1º Congresso da Coordenação Anarquista Brasileira (ConCAB) que marcou a fundação da CAB. Desde o princípio a intenção dos anarquistas de foi reunir as organizações que fazem parte da "tradição político-organizativa chamada de Especifismo". Segundo a Coordenação, o especifismo se define pela ênfase no aspecto organizativo, da necessidade "de uma Organização Política Anarquista, Federalista e de Quadros, com critérios de ingresso, formação militante, dotada de um Programa Mínimo, Estratégia de Curto e Longo Prazo e Objetivo Finalista". Trataria-se, dentro da tradição socialista-anarquista, de um partido político, mas que não se orienta à posição de vanguarda ou direção. O papel da organização é contribuir com a luta das classes subalternas visando "a construção de uma nova sociedade a partir de um processo revolucionário que destrua o sistema de dominação ao passo que constrói os mecanismos de gestão e de condução política e econômica dessa nova sociedade"[208].

É sobre essa base que se construiu a CAB, em um esforço de reinserção do anarquismo nas lutas sociais e retomada do seu protagonismo. Composta por onze organizações estaduais[209], a Coordenação defende que o anarquismo deve se orientar à "ação no sentido

[206] CAB. Sobre a CAB. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=6>. Acesso em: 12 ago. 2018.
[207] Cabe mencionar que a criação da FAG deve aos "contatos e a aproximação de coletivos anarquistas brasileiros com a Federação Anarquista Uruguaia (FAU, fundada em 1956)", sendo esta pioneira na América Latina na adoção do especifismo como princípio organizativo (Liberato, 2014, p. 228).
[208] CAB. Um pouco de nossa concepção de anarquismo: desmistificando estereótipos e esclarecendo equívocos. 27 fev. 2013. Disponível em: <https://www.anarkismo.net/article/24983>. Acesso em: 12 ago. 2018.
[209] Coletivo Anarquista Bandeira Negra (SC), Coletivo Anarquista Luta de Classes (PR), Coletivo Mineiro Popular Anarquista (MG), Fórum Anarquista Especifista (BA), Federação Anarquista dos Palmares (AL), Federação Anarquista do Rio de Janeiro, Federação Anarquista Gaúcha (RS), Organização Anarquista

[da] transformação social", rompendo os círculos intelectuais e filosóficos para agregar-se à mobilização da classe trabalhadora. Tendo como horizonte a revolução social e o socialismo libertário, a organização anarquista visa complementar (e não dirigir) as lutas, fundando-se internamente nos princípios "da autogestão e do federalismo para a tomada de decisões... utilizando a democracia direta". Ainda nesse ponto, busca tanto quanto possível encontrar o consenso entre seus componentes, recorrendo ao voto em último caso para a tomada de decisões. Enfim, sua estratégia se define pelo envolvimento "nos movimentos populares, em sua organização, acúmulo de força, e na aplicação de formas de luta avançada". Se a organização anarquista constitui o nível político e os movimentos sociais, sindicatos, entre outros, representam o nível social – que devem estar necessariamente separados – pode ser articulado um nível intermediário agregando anarquistas e a militância de base[210]. Como expressam no programa do 1º ConCAB, "somos partidários de um programa de lutas para construir um povo forte, que não troque sua independência de classe por cargos, favores ou razões governistas". A organização, ainda que possua uma pauta ampla "por soluções práticas" (quanto ao mercado de trabalho, educação, saúde, reforma urbana, entre outras) não abre mão de sua "intenção libertária e socialista, com o sentimento de que nada podemos esperar que não seja do próprio povo"[211]. Daí se entende o envolvimento dos anarquistas nos protestos de 2013, em que alguns de seus coletivos estiveram presentes desde o início.

Figura 22 - Símbolo da partidA.




Fonte: <https://pt-br.facebook.com/sigapartida>, 2018.

O último e mais recente movimento considerado nesta pesquisa é a *#partidA*. Criado e articulado em rede, ao contrário da maioria das organizações em estudo, o movimento não

Socialismo Libertário (SP), Organização Resistência Libertária (CE), Rusga Libertária (MT) e Federação Anarquista Cabana (PA). CAB. Organizações que compõem a CAB. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=10>. Acesso em: 12 ago. 2018.

[210] CAB. Declaração de princípios da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=8 >. Acesso em: 12 ago. 2018.

[211] CAB. Programa mínimo. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=19>. Acesso em: 12 ago. 2018.

possui mais do que uma página no sítio *Facebook* e uma lista de princípios – sem grandes formalidades. Sua construção se deu face a face em diversas reuniões ocorridas desde maio de 2015 em várias localidades, ocasiões em que suas militantes discutiam "o sentido e a possibilidade de um partido feminista brasileiro". Como se deduz do termo que lhe nomeia, contudo, não se trata de uma iniciativa dentro dos padrões político-institucionais vigentes. A partidA se apresenta como "uma metáfora política que nos cabe interpretar e realizar", uma proposta de reinterpretação de uma das instituições mais importantes da democracia sob um viés do feminino – que, politizado, "se torna 'feminismo'". Orienta-se ainda à "politização, sobretudo, das mulheres como sujeito do feminismo, enquanto elas se tornam conscientes do atravessamento de gênero – e dos operadores de raça, classe, sexualidade, plasticidade ou idade – na cultura, nos corpos, na vida"[212]. A iniciativa parte de um duplo diagnóstico: por um lado, a precária representação das mulheres na política institucional; por outro, a cisão entre os poderes (executivo e legislativo) e a política cotidiana (e os movimentos sociais). Como afirma uma de suas principais representantes, a filósofa Marcia Tiburi, sua utopia é "transformar os partidos tradicionais e também o poder como um todo" a partir de baixo[213]. Seu diferencial se encontra em um discurso fortemente politizado em torno da ideia (e da prática) de uma democracia feminista. Conforme suas 'princípiAs' o movimento defende a "construção coletiva de um poder compreensivo, compartilhado e solidário", a "expressão política e cultural das singularidades oprimidas" e se empenha na "desconstrução e superação de todas as formas de desigualdade e opressão", entre outras pautas. Da oposição ao patriarcalismo, racismo e exploração econômica à defesa do Estado laico, percebe-se como a partidA articula os temas de gênero, classe e raça sob um viés feminista[214]. Sua atuação até o momento se destaca pelos intensos debates, encontros em diferentes cidades do país e a eleição das vereadoras "Áurea Carolina (PSOL/BH), Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Juliana Cardoso (PT/SP) [e] Marielle Franco[215] (PSOL/RJ) [no pleito de 2016]. Todas se autoidentificam como feministas e defendem projetos políticos inclusivos para as minorias sociais" (Scapini; Rita; Ribeiro, 2017, p. 410-11).

---

[212] partidA. partidA Feminista. 19 nov. 2016. Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/2016/11/19/partida-feminista>. Acesso em: 12 ago. 2018.

[213] Marcia Tiburi. PartidA, um movimento feminista feito de alegria política. 21 set. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/partida-um-movimento-feminista-feito-de-alegria-politica/>. Acesso em: 12 ago. 2018.

[214] partidA. #princípiAs da noss@ #partidA. 10 abr. 2016. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/sigapartida/posts/440245722850450>. Acesso em: 12 ago. 2018.

[215] Marielle, "mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré... Socióloga com mestrado em Administração Pública" foi assassinada no dia 14 de março de 2018. Até a data em que se escreve essa nota o crime não foi esclarecido. Cf. Quem é Marielle? Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>. Acesso em: 12 ago. 2018.

Nessa seção tivemos como objetivo traçar um resumido perfil dos coletivos de esquerda a serem considerados no recente contexto de crise da hegemonia petista. Para isso, recorremos em maior medida aos documentos elaborados pelas organizações, destacando os temas e aspectos mais relevantes e salientes para compreender seu programa e trajetória. Dado o curto espaço e o número de atores coletivos selecionados não foi possível realizar uma análise exaustiva de cada um deles. De qualquer modo percebemos que todos possuem em comum a oposição ao capitalismo ilimitado e o objetivo de construir ou alcançar uma sociedade libertária e igualitária, ou propriamente socialista. Cabe, é claro, questionar o quão comprometidas se encontram com esses ideais em sua prática, para além das bases programáticas – o que consideraremos melhor a seguir. Mas nesse ponto, recuperando a discussão sobre a hipótese esquerdista desenvolvida acima (cf. 1.1.4), devemos ter em mente as diferentes concepções a respeito da tática, estratégia e dos instrumentos para se alcançar aquele objetivo. Enquanto alguns colocam maior ênfase na luta institucional, no papel dos partidos e sindicatos na elaboração de um modelo sóciopolítico e econômico alternativo, outros sublinham a importância de estimular a ação autonoma das massas e fortalecimento dos movimentos sociais de base. Além disso, algumas coletividades tensionam as proposições socialistas e comunistas usuais para reivindicar a inclusão dos aspectos de raça, gênero, ecologia, entre outros. Em suma, ainda que de modo abreviado, captamos essa pluralidade inerente ao campo da esquerda no Brasil. Convém daqui em diante analisar de que modo a atuação e emergência desses diferentes atores e atrizes no espaço público alterou o equilíbrio da hegemonia petista nos últimos anos.

## 4.2 - Um mapa da esquerda brasileira

Ao iniciar a avaliação das relações estabelecidas entre as coletividades de esquerda e também o caráter da hegemonia petista de 2003 até o presente convém resgatar a discussão a respeito das mudanças pelas quais passou o partido. Como vimos anteriormente (cf. 2.2.1; 3.1.1) o PT que chegou ao poder já não era mais equivalente àquele do ciclo das bases, pois mais preocupado em estabelecer um ‘modo petista de governar’ e amplas alianças do que estimular as lutas em meio aos movimentos sociais. Nesse sentido reconhecemos a fecundidade das observações de Coelho (2005) sobre as alterações do entendimento de ‘hegemonia’ nos escritos dos intelectuais do partido. Para além de seu argumento geral, que deságua na conclusão de que eles “passaram da luta contra-hegemônica da classe subalterna para a condição de funcionários da hegemonia burguesa” (p. 141), destaca-se a concepção tardia do conceito que encontra corrrespondência, em alguma medida, na dinâmica do partido

no campo da esquerda. Ao comparar dois artigos de José Dirceu publicados respectivamente em 1987 e 1999 o autor constata que

> onde havia "a partir de um programa dos trabalhadores" agora temos os interesses da maioria popular; a referência a "um governo em choque com o capitalismo e a dominação burguesa" deu lugar à revolução democrática que o Brasil não viveu; a exclusão de alianças com a burguesia foi substituída pela inclusão dos micro, pequenos e médios empresários (ou seja, a imensa maioria dos membros da classe burguesa no Brasil) na frente de esquerda a ser articulada pelo PT; a noção de uma iniciativa política "sob hegemonia dos trabalhadores" desaparece e Dirceu fala agora em disputa de hegemonia sem qualquer determinação de classe; a perspectiva da ruptura revolucionária e as medidas de caráter socialista sumiram para dar lugar à defesa da soberania nacional (p. 134).

Vemos assim que aquele partido que nasceu organicamente das lutas sociais no contexto da distenção política e que alçou à posição dirigente da esquerda no país, na visão de mundo dos seus intelectuais e em sua prática política, inclinava-se decisivamente para o exercício do governo em detrimento de suas bases. Como veremos isso tem consequências na maneira como o PT se relacionou com os atores coletivos do campo. Isso porque o partido, ao tempo em que exercia a hegemonia, conservava uma relação em certa medida instrumental com aqueles grupos que lhe fizeram compania nos seus primeiros anos e na década de 1990, afastando-se concomitantemente de um trabalho mais substantivo junto aos movimentos sociais.

Com base nesses pressupostos, de resto amparados na exposição precedente, visamos nessa seção apresentar um panorama geral das relações entre os atores coletivos de esquerda. Ao fazer isso, será possível não apenas obter um mapeamento das posições relativas das organizações mas também compreender as especificidades da hegemonia petista e suas alterações nos anos recentes. A exemplo do que foi realizado na parte anterior fundamentaremos a análise principalmente nos documentos disponibilizados nos sítios oficiais, recorrendo quando necessário à literatura pertinente[216]. Ao final, esperamos obter uma cartografia do campo e elementos que subsidiem a elaboração de prognósticos na sequência do trabalho.

A controvérsia em torno da reforma da previdência, encaminhada no início do mandato de Lula em 2003, aparece como um ponto de partida conveniente. Nas resoluções do 8º Congresso da CUT realizado em junho daquele ano a organização se manifesta criticamente à

[216] Como esperado, nem todas as organizações possuem documentos desde a sua fundação. São frequentes os casos em que os sítios oficiais passaram por reformulações, reduzindo o material disponível aos anos mais recentes. Desse modo cobrimos as lacunas, tanto quanto possível, com o auxílio de trabalhos monográficos sobre as organizações em estudo.

proposta do governo. Seu argumento enfatiza a ausência de diálogo com as entidades representativas da classe trabalhadora, fato este que contribuiu para a elaboração de uma proposta que penalizava "trabalhadores do setor público e privados com baixos salários" (CUT, 2003, p. 39). Após detalhar suas recomendações declara-se comprometida com a luta contra a proposta original e pela alteração dos pontos negativos. O tom conciliador não é uma coincidência, dado que o documento se inicia com um positivo histórico do processo que levou Lula à presidência e um chamado à militância para colaborar com a construção do projeto democrático popular do PT – frente à oposição neoliberal encabeçada pelo PSDB e PFL. Como expõe Martuscelli (2013) o próprio presidente esteve presente no Congresso – acompanhado por outros membros chave do partido e do governo –, em um momento em que o funcionalismo público colocava em pauta uma greve geral à revelia dos sindicatos. Percebe-se a posição dúbia da CUT já em seu discurso de que a "previdência social deve ser pública, única, universal e solidária" (2003, p. 39) ao mesmo tempo que via como positiva a implementação de fundos de pensão. Sob a presidência de Luiz Marinho, preferido de Lula, a central teve uma atuação pouco contundente naquele ano de intensa mobilização (Martuscelli, 2013). Como vimos, Conlutas e Intersindical originam-se dessas divergências, sendo que a segunda expõe em seu manifesto que a "direção majoritária" da CUT "não apoiou a luta do funcionalismo público" contra a reforma "e, mais do que isso, até a última instância tentou 'florear' o projeto do governo"[217]. Tinha início uma oposição organizada de esquerda à hegemonia petista, que se associou ainda com a atuação do PSTU e do nascente PSOL[218]. No que se refere à CUT, veremos que ela permanece na esfera de influência do PT – dado seu vínculo orgânico –, ainda que tenha tomado posições divergentes em algumas ocasiões.

Outro episódio relevante para observar as relações estabelecidas no campo da esquerda é a crise política de 2005. Em junho daquele ano o MST encabeçou um documento intitulado 'Carta ao povo brasileiro', em que denunciava a "desestabilização política do governo" no contexto das denúncias sobre o mensalão. As 47 entidades e movimentos signatários – entre eles AMB, CUT, MAB, MMM, MTST, UBES e UNE – concordavam no diagnóstico de que

[217] Intersindical. Manifesto. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/wp-content/uploads/2017/09/manifesto_intersindical_2006.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

[218] De acordo com Pompêo (2007), o PSTU fez um grande esforço no início de 2004 para construir um novo partido socialista juntamente com a militância expulsa do PT após a votação da reforma da previdência. Um tardio chamado à união pode ser encontrado no sítio do partido: "O PSTU e os demais agrupamentos que compõem o Movimento por um Novo Partido Socialista (MNPS) concordaram em realizar atividades [unitárias] em todo o país. Com a palavra os companheiros da Esquerda Socialista e Democrática!". Menos de dois meses depois ocorreu o primeiro Encontro Nacional do novo partido. Cf. PSTU. Esquerda Socialista e Democrática apela ao veto em plenária no Rio de Janeiro. 20 mar. 2004. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/esquerda-socialista-e-democratica-apela-ao-veto-em-plenaria-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

"as elites iniciaram... uma campanha para desmoralizar o governo e o Presidente Lula, visando enfraquecê-lo, para derrubá-lo ou obrigá-lo a aprofundar a atual política econômica e as reformas liberais, atendendo aos interesses do capital internacional". Em suma, não viam muito a comemorar para além da política social e da política externa, mas se opunham a qualquer tentativa de abalar o governo e comprometer seu mandato democrático. A carta é finalizada com um apelo a Lula pelo retorno ao programa original do PT, incluindo entre suas propostas uma política econômica voltada para um desenvolvimento igualitário, reforma política, fortalecimento dos espaços de participação social e democratização da mídia[219]. Dois meses depois MST, CUT e UNE ainda protagonizaram uma manifestação pró-governo em Brasília no dia 16 de agosto de 2005 – enquanto a oposição de esquerda realizou um ato no dia seguinte (cf. 3.1.1). No campo contrário, contudo, não existia um consenso definitivo: enquanto o PSTU e a Conlutas atuavam pelo 'fora todos' e contra um possível acordo entre PT e PSDB/PFL[220], o PSOL propunha um plebiscito sobre a continuidade do mandato de Lula[221]. Entre os demais coletivos que compõem este estudo, podemos constatar um posicionamento crítico ao governo também por parte do PCB[222] (rompido com o PT desde março daquele ano) e Consulta Popular[223]. Já o PCdoB, alinhado com a hegemonia petista,

[219] Carta ao povo brasileiro. 22 jun. 2005. Disponível em: <https://cimi.org.br/2005/06/23612>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[220] PSTU. Todos à marcha do dia 17 de agosto. 9 ago. 2005. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/todos-a-marcha-do-dia-17-de-agosto>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[221] PSTU. P-SOL: a saída da crise está por dentro ou por fora do regime? 18 ago. 2005. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/p-sol-a-saida-da-crise-esta-por-dentro-ou-por-fora-do-regime>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[222] "Em março de 2005, em Belo Horizonte, o PCB realizou seu XIII Congresso... [e nele definiu] a necessidade de ruptura com a política governamental que o então Presidente Lula desenvolvia no país, sob uma orientação social-liberal e conciliadora com os interesses e perspectivas das elites e do imperialismo. Em janeiro de 2006, o PCB rompe sua participação nos foruns da CUT (Central Única dos Trabalhadores), por entender que esta entidade torna-se um braço governamental e promotor da conciliação de classe junto aos trabalhadores. O Partido contribui para a construção da Intersindical – instrumento de organização e luta da classe trabalhadora – e propõe o debate sobre os desafios colocados para o movimento sindical de corte classista". PCB. Breve histórico do PCB. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.
[223] "3. A crise é resultado também da aplicação de uma de uma linha política na esquerda que priorizou apenas a chegada ao governo, via conciliação de classe, contrariando a visão de acúmulo de forças, de disputa de hegemonia política e ideológica na sociedade e da necessidade de administrar o estado para atender prioritariamente às demandas sociais. A visão da conciliação abandona o verdadeiro sentido da política e usa todos os meios possíveis para justificar a chegada ao governo. 4. A visão desse que fazer político, que sempre criticamos, além de corromper valores, deteriorar a prática política, desqualifica o conceito de política para a classe trabalhadora. Consideramos que a atual crise encerra um ciclo, um período histórico de um fazer político-institucional hegemonizado pelo PT. Há uma necessidade histórica de refundação da esquerda. E o aspecto positivo dessa crise é colocar na ordem do dia essa necessidade". Consulta Popular. Encarar a verdade, tirar lições da crise e construir uma alternativa para o povo brasileiro. Jul. 2005. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/biblioteca/encarar-verdade-tirar-li%C3%A7%C3%B5es-da-crise-e-construir-uma-alternativa-para-o-povo-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

conclamou sua militância a combater a ofensiva da oposição conservadora "contra o governo democrático do presidente Lula"[224].

A então capacidade do PT em estabilizar sua hegemonia no campo da esquerda encontra parte de seu fundamento na própria dinâmica entre consenso e coerção. Como entrevia a CUT (2003) nas resoluções de seu 8º Congresso a eleição de Lula elevaria as lutas sociais a um outro patamar e agora cabia aos movimentos e organizações influir nos rumos da administração. A ideia de um 'governo em disputa' se generalizou entre os atores coletivos que se encontravam no campo de influência do partido, como o MST (Hilsenbeck Filho, 2013). Contribuiram para isso a ocupação de espaços institucionais, envolvimento nos mecanismos de participação social e a implementação de políticas públicas voltadas para os segmentos representados pelos movimentos sociais. O próprio PT pouco se engajava na efetivação do princípio de "autonomia do Partido frente ao governo e às instituições do Estado", conforme manifestado nas resoluções do 13º Encontro Nacional (PT, 2006, p. 35). Consolidava-se a "direção intelectual e moral" de um partido que se confundia com o governo, ao mesmo tempo em que o conjunto de intelectuais de esquerda sob sua influência passava por um processo de *transformismo*, subordinando-se à lógica administrativa em detrimento da superação dessa estrutura (Gramsci, 2002a, p. 62). Por outro lado, aderindo a práticas que antes rechaçava na 'velha esquerda' comunista, o PT não tolerou atos políticos que colocassem em questão as medidas adotadas – como revela o episódio da expulsão dos deputados contrários à reforma da previdência. Definida a meta de uma 'revolução democrática' de amplo apelo social, suposto caminho para uma organização societária alternativa, qualquer obstáculo era visto como ameaça. A expectativa quanto àqueles movimentos que se empenhavam no projeto democrático popular é que se abstessem de fazer 'o jogo da direita', evitando o cabal retorno ao modelo dos governos anteriores. Afinal, nas palavras do PT, "a tarefa central de *nosso governo* era e segue sendo construir um Brasil pós-neoliberal" (2006, p. 38, grifo nosso). Percebemos então os mecanismos que permitiram ao partido consolidar a direção política do campo: acordo coletivo em torno de sua força histórica mais representativa, sob a expectativa de mudanças de maior fôlego; rechaço a movimentos oposicionistas que poderiam provocar uma perda ainda maior para a suas bases.

Dentro dessa conjuntura, a oposição de esquerda buscava se organizar e compor alianças. O MTST, mencionado acima entre os signatários da Carta do MST, não deixava de

[224] PCdoB. Defender o governo Lula da ofensiva eleitoreira da oposição. 3 jun. 2005. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/defender-o-governo-lula-da-ofensiva-eleitoreira-da-oposicao>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ter uma avaliação negativa do setor hegemônico. Segundo Goulart (2011, p. 79) os Sem Teto partiam "de uma caracterização de crise da esquerda, identificada com a ruptura do PT e da CUT com os interesses da classe trabalhadora, e da dificuldade dos sindicatos de organizarem a parcela de trabalhadores fora do mercado formal de trabalho". Por esse motivo se engajaram na construção da Conlutas a partir de 2004, uma organização que tentava unificar "várias entidades do movimento sindical e popular" além de coletivos de estudantes, mulheres e negros (p. 80). Outra iniciativa daquele período foi a Frente de Esquerda construída pelo PCB, PSOL e PSTU para as eleições de 2006. Representada pela candidatura de Heloísa Helena (PSOL), a Frente incorporava uma forte crítica ao governo Lula como representante dos interesses das elites rentistas e do imperialismo. O incumbente[225] e seu adversário da direita, Geraldo Alckmin (PSDB), não representavam opções reais pois comprometidos com "o mesmo programa neoliberal e a mesma prática política de corrupção que impera no Congresso Nacional e no Governo". Em poucas palavras, sua proposta era de "uma nova abolição para acabar com a moderna escravatura", enfrentando o problema da superexploração no mercado de trabalho brasileiro – sob o risco de uma iminente reforma proposta pelo governo[226]. Não se tratou de um trabalho tranquilo – ocorreram divergências sobre a escolha de César Benjamin (PSOL) para compor a chapa e a atuação da presidenciável durante a campanha[227]. Mas o saldo foi considerado positivo e a candidata ficou em terceiro lugar com pouco mais de 6,5 milhões de votos (6,8%)[228]. Nos anos seguintes, crescentes divergências entre o PSTU e o PSOL impossibilitaram uma nova aliança.

O ciclo virtuoso da economia brasileira, que teve início no final do primeiro mandato e se estendeu até a crise global de 2008, ofuscou parcialmente os esforços da oposição de esquerda que continuou a se articular. Nas resoluções de seu 3º Congresso, o PT afirmava que "o governo Lula é de esquerda e a negação disso revela a falta de compreensão dos avanços propostos e alcançados nesses anos de mandato" (2007, p. 30). Omitindo os detalhes de sua

[225] O PCdoB compôs a coligação com PT e PRB, manifestando inconteste apoio a Lula: "Apesar das decepções de setores políticos e sociais que mantinham uma expectativa sobreestimada quanto às possibilidades do novo governo eleito em 2002, dos limites objetivos e contradições deste governo, dos erros e equívocos de ex-dirigentes do PT e das debilidades do campo de alianças políticas de sustentação ao governo, podem ser dados novos e maiores passos adiante. Antes a experiência de governo nacional era apenas retórica, hoje podem-se retirar os ensinamentos desse curto período de rica e densa prática política e de governo, matéria-prima necessária para a definição das novas tarefas". PCdoB. Reeleger Lula, renovar compromissos e eleger candidatos do PCdoB. 29 jun. 2006. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/reeleger-lula-renovar-compromissos-e-eleger-candidatos-do-pcdob>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[226] PSTU. Manifesto da Frente de Esquerda. 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/manifesto-da-frente-de-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[227] PSTU. O acerto da construção da Frente de Esquerda. 7 out. 2006. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/o-acerto-da-construcao-da-frente-de-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[228] TSE. Resultado das eleições 2006. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-das-eleicoes-2006>. Acesso em: 27 ago. 2018.

pauta econômica (cf. 3.1.1), o documento seguiu enumerando as diversas políticas sociais e de desenvolvimento implementadas na presidência que encaminhavam a 'revolução democrática' proposta pelo partido. Um pouco a frente, em seu 10º Congresso, a CUT (2009) exaltou as medidas tomadas por Lula naquele período, como o estímulo à produção pelo crédito oferecido via BNDES e os investimentos realizados por meio do PAC – o que, segundo a organização, dava condições para que o país passasse pela crise sem grandes perturbações. A essa altura o processo de estatização do PT e da CUT já se encontrava em pleno vapor pela significativa ocupação de cargos de confiança e ministérios (Martuscelli, 2013). A avaliação positiva do governo, contudo, não era uma unanimidade no campo da esquerda hegemônica. O mês de abril de 2007 ficou marcado por forte mobilização das organizações que compõem a Via Campesina, em especial MST (Ribeiro, 2016). Por um lado, o movimento continuava dialogando com o governo "principalmente pela grande necessidade dos trabalhadores rurais sem-terra renegociarem suas dívidas provenientes dos programas de financiamento da agricultura familiar e reforma agrária" (Azevedo, 2012, p. 78). Por outro, diante da limitada política de reforma agrária implementada por Lula, setores do MST apoiaram o diálogo com outras organizações – como Conlutas e Intersindical – de modo a compor a luta contra as reformas propostas pelo governo. Um indicativo dessa postura é a participação do movimento (como observador) na reunião nacional do Fórum de Mobilização no dia 25 de março daquele ano[229]. Conforme o calendário fechado na ocasião ocorreram diversas manifestações durante o mês de maio, culminando no dia 23, quando aconteceram atos em pelo menos 16 estados. A própria CUT se viu forçada a participar dos eventos, porém adotou uma pauta simpática ao governo (cf. Guimarães Jr., 2016, p. 139-40).

O ano de 2007 se destacaria ainda por outras iniciativas de luta e cisões no campo da esquerda. Na primeira semana de setembro foi realizado o Plebiscito Popular sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, com a participação de diversas organizações como Conlutas, Consulta Popular, CUT, Intersindical, MMM, MST, MAB entre outras. Mais de 3,7 milhões de pessoas participaram da votação e 94,5% foram contrários à permanência da Vale "nas mãos do capital privado"[230]. Foram incluídas ainda outras três perguntas sobre o pagamento da dívida pública, privatizações no setor elétrico e reforma da previdência que, apesar de menor votação nominal, foram rechaçadas por mais de 90% dos votantes. Uma

[229] Manifesto e plano de ação aprovados no Encontro Nacional 25 de março contra as reformas neoliberais. Disponível em: <https://www.lsr-cit.org/2007/03/25/manifesto-e-plano-de-acao-aprovados-no-encontro-nacional-25-de-marco-contra-as-reformas-neoliberais>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[230] CIMI. Divulgado resultado do plebiscito popular. 17 out. 2007. Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/10/26606>. Acesso em: 27 ago. 2018.

explicação para o menor número de pessoas respondentes a essas questões é o parcial boicote da CUT que aplicou o plebiscito apenas com a primeira questão[231] – blindando o governo[232]. Já no dia 24 de outubro as organizações participantes do Fórum Nacional de Mobilização realizaram uma grande marcha em Brasília. Sua pauta contemplava "as lutas contra a transposição do Rio São Francisco, contra as reformas neoliberais... (trabalhista, sindical, previdênciária, tributária e universitária), contra a corrupção... e a luta pela conquista da moradia" (Guimarães Jr., 2016, p. 143). Ao contrário do 23 de maio, contudo, o MST esteve ausente nas ruas, demonstrando sua indecisão quanto a apoiar ou romper com o governo[233]. Enfim, outro fato significativo se deu na esfera sindical ainda no primeiro semestre. O PCdoB, após avaliar a conjuntura política de então, sinalizou que "as iniciativas de recomposição em curso na esfera do sindicalismo exigem um novo patamar na busca pela unidade do movimento e coesão da luta dos trabalhadores"[234]. Com isso a CSC poderia efetivar sua saída da CUT e atuar pela construção de uma nova central – o que ocorreu após o encontro nacional da corrente em setembro[235]. Na ocasião Wagner Gomes, então vice-presidente da CUT e futuro presidente da CTB, manifestou que não se tratava de um rompimento definitivo: "Vamos trabalhar por um fórum de centrais sindicais que unifique as lutas dos trabalhadores. Seguramente, a CUT será uma de nossas aliadas preferenciais"[236]. Assim ficavam mais evidentes as intenções e o comportamento vindouro da central.

Antes de seguir adiante e avaliar os acontecimentos mais recentes, cabe fazer um breve contraste entre os partidos comunistas. Em uma nota de conjuntura do final de 2007, o PCB expressou sua oposição ao governo Lula que "se deslocou mais para a direita, mantendo os ataques diretos aos direitos trabalhistas e de organização sindical, ao direito de greve, à

---

[231] CUT. Resultado oficial do Plebiscito Popular da Vale do Rio Doce. 8 out. 2007. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/resultado-oficial-do-plebiscito-popular-da-vale-do-rio-doce-ba7c>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[232] Outras críticas foram vocalizadas pelo PSTU durante a mobilização: "No momento em que milhares de ativistas lutam e se esforçam em todo o país para concretizar o plebiscito da Vale do Rio Doce, realizando um verdadeiro trabalho didático entre a população, o jornal Brasil de Fato, ligado à Consulta Popular e ao MST, faz um verdadeiro desserviço à mobilização. O Brasil de Fato especial sobre o plebiscito traz uma declaração de Lula supostamente a favor da estatização da Vale, dado durante a eleição de 2006. Colocado de forma completamente descontextualizada, a declaração dá a entender que Lula defende a reestatização da empresa e que estamos todos juntos nessa luta". PSTU. Bola fora da Consulta Popular e do MST. 23 ago. 2007. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/bola-fora-da-consulta-popular-e-do-mst>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[233] PSTU. A ausência do MST na marcha a Brasília. 30 out. 2007. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/a-ausencia-do-mst-na-marcha-a-brasilia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[234] PCdoB. Sobre o quadro sindical atual. 8 jul. 2007. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/sobre-o-quadro-sindical-atual>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[235] CSC. Resolução do 7º Encontro Nacional da CSC. 30 set. 2007. Disponível em: <http://feebbase.com.br/site/mais-noticias/de-saida-da-cut-csc-fecha-encontro-rumo-a-central-classista>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[236] Vermelho. De saída da CUT, CSC fecha encontro rumo à central classista. 30 set. 2007. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/24430-1>. Acesso em: 27 ago. 2018.

previdência", entre outros. A CUT, em claro contraste com suas origens, tornara-se "linha auxiliar" do governo, consolidando seu enfraquecimento que vinha desde a década de 1990. Se a esquerda hegemônica se conformava cada vez mais à ordem capitalista, por outro lado o ano de 2007 dava provas de um novo ascenso das lutas sociais e uma percepção entre a classe trabalhadora de que aquele não era o modelo a ser seguido. O PCB via como positiva a organização da resistência em torno do próprio partido, do PSTU e do PSOL e a construção da Conlutas e da Intersindical – alinhando-se com esta última na medida em que concentra os trabalhadores em torno do conflito capital versus trabalho. Enfim, considerava propícia a constituição do Fórum Nacional de Mobilização, contudo reclamava um trabalho sustentado e conjunto para efetivar a sua pauta – o que de fato não ocorreu nos anos seguintes[237]. Tudo isso em conta, não poderia ser mais evidente a dissemelhança com a postura do PCdoB. Este partido passou a dar precedência à política institucional, pautando sua atuação pelo vínculo a coletivos atuantes em espaços burocráticos. Daí se entende sua participação no movimento sindical (CTB), estudantil (UNE, UBES), negro (Unegro) e feminista (UBM) por exemplo[238]. Sendo 2008 ano eleitoral, o PCdoB orientou seus membros a realizar "uma ampla campanha publicitária... divulgando a legenda 65 e conclamando a militância às tarefas políticas e às filiações"[239]. Para isso valia-se do grande prestígio do PT ante à população, o que tinha o simultâneo potencial de fortalecer sua aliança e diminuir o espaço da crítica. Para o PCdoB, "o presidente Lula tornou-se unanimidade nacional" pela implementação de um projeto político de "defesa da soberania, crescimento econômico do país... distribuição de renda... afirmação democrática e integração soberana do continente"[240]. Assim, o partido parecia enxergar na atuação do governo uma parcial implementação do 'Novo Projeto de Desenvolvimento' proposto em seu programa, que deveria agora ser aprofundado[241].

---

[237] PCB. O PCB e a conjuntura. 11 set. 2007. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/157/o-pcb-e-a-conjuntura>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[238] A União dos Negros pela Igualdade (Unegro) foi fundada em 14 de julho de 1988 em Salvador, Bahia, a partir de um conjunto de militantes que romperam com o MNU (Calderano, 2002). Historicamente, como se constata na obra da última autora citada, e no presente, conforme Rodrigues (2017), a Unegro possui um vínculo orgânico com o PCdoB. O mesmo ocorre com a União Brasileira de Mulheres (UBM), criada em 6 de agosto de 1988. Ambas as entidades estão envolvidas na defesa dos direitos dos negros e das mulheres, em especial em espaços participativos como conselhos e conferências.

[239] PCdoB. Retomar a iniciativa política. 25 jan. 2008. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/retomar-a-iniciativa-politica>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[240] PCdoB. Resolução sobre as eleições e os planos políticos para 2009. 9 nov. 2008. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/resolucao-sobre-as-eleicoes-e-os-planos-politicos-para-2009>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[241] Nesse sentido, sugerimos a leitura dos pontos 16 e 17 no documento 'Programa socialista: o fortalecimento da nação é o caminho, o socialismo é o rumo!'. 8 nov. 2009. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/programa-socialista>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Nesse cenário de crescente burocratização da esquerda hegemônica e dos dilemas da oposição em compor um esforço conjunto, seguiram-se diversas lutas até as eleições de 2010. O MTST, por exemplo, encabeçou uma mobilização nacional dos movimentos por moradia no final de março de 2008. Em um manifesto publicado na ocasião as organizações externavam repúdio ao modelo neoliberal, ainda vigente no país, que penalizava principalmente os pobres, negros e mulheres pelo direcionamento das riquezas do Estado para rentistas e grandes empresas. Mais incisivamente, afirmavam que "uma política de reforma urbana que tenha como prioridade os interesses populares nunca foi agenda de nenhum governo e Lula apenas aprofundou este caminho"[242]. Essa iniciativa elevou o patamar da mobilização empreendida pelo MTST, que buscava ampliar o número de ocupações e levar o movimento a outras localidades – culminando no "acorrentamento de militantes aos portões do prédio de apartamentos [em que Lula tinha um imóvel] na cidade de São Bernardo do Campo, em julho de 2009". Após oito dias de protesto a organização conseguiu estabelecer diálogo com o Ministério das Cidades e depois negociar sua inclusão no programa MCMV (Goulart, 2011, p. 56). Outra importante questão que envolveu os movimentos populares naquele contexto foi a construção da Usina de Belo Monte. Esse processo teve início com a aprovação de um Decreto Legislativo em julho de 2005 que permitia ao Poder Executivo "implantar o aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte" e dar início aos estudos necessários[243]. Questionada judicialmente, a construção foi impulsionada pelo lançamento do PAC em 2007 e tornou-se prioridade entre o conjunto de projetos de infraestrutura do governo (Vieira, 2015). No Pará a oposição a Belo Monte concentrou-se de maneira precária em torno do Movimento Xingu Vivo – perpassado por conflitos entre indígenas e colonos dadas suas diferentes perspectivas sobre as ações a serem tomadas diante do avanço do licenciamento ambiental. De sua parte, o MAB marcou posição contra Belo Monte partindo do diagnóstico que existia uma grande dívida do governo com o povo atingido e que a política energética brasileira servia mais aos interesses privados de poucos do que ao conjunto da população[244]. Diante disso, seria impossível tolerar uma obra de grave impacto humano e em flagrante desrespeito às regras, procedimentos e direitos das pessoas afetadas (Nascimento, 2017).

---

[242] Manifesto por uma política habitacional popular. 31 mar. 2008. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/33-artigos/noticias-em-destaque/1613-31-03-2008-manifesto-por-uma-politica-habitacional-popular>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[243] Câmara dos Deputados. Decreto Legislativo Nº 788, de 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2005/decretolegislativo-788-13-julho-2005-537812-norma-pl.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[244] MAB. Carta dos atingidos por barragens ao presidente Lula. 4 fev. 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-dos-atingidos-por-barragens-ao-presidente-lula>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Já na frente sindical avançava a proposta de unificação entre Conlutas e Intersindical. Do conjunto de notas publicadas no sítio do PSTU naquele período compreende-se que o partido sempre manteve diálogo com o PSOL – tanto para criticar algumas de suas posturas[245], como para convidá-lo a unir esforços na luta da classe trabalhadora[246]. Já o PSOL, em seu 2º Congresso Nacional realizado em agosto de 2009, avaliou que o momento político exigia união face aos ataques promovidos pelo governo aos direitos trabalhistas e o apassivamento das maiores organizações sindicais e populares. Assim, sinalizou positivamente à criação de uma nova central sindical reunindo a Conlutas, Intersindical, pastorais sociais, MTST e MTL[247]. Após diversos encontros e debates, entre eles o Seminário Nacional pró-unificação ocorrido em novembro de 2009, decidiu-se pela realização do Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat) nos dias 5 e 6 de junho em Santos/SP (Gonçalves, 2014). Divergências que já vinham se acumulando[248], relacionadas à estrutura organizacional, a concepção de democracia e nome da entidade, não foram resolvidas e a unificação não se concretizou – dado o abandono do Congresso por parte da Intersindical, Movimento Avançando Sindical e Unidos pra Lutar[249] (Fonseca, 2017). O principal desacordo entre os grupos se deu em torno do nome, já que setores ligados à Conlutas entendiam que se tratava de uma fusão (Conlutas-Intersindical) enquanto a militância da Intersindical defendia a criação de uma nova entidade com regras próprias – que não favorecessem um ou outro partido em sua direção (Gonçalves, 2014). Ao final deu-se apenas a oficialização da Central Sindical e Popular - Conlutas e ambas saíram da mesma forma como entraram no que se refere à adesão de sindicatos e movimentos populares. Após a dissolução da Frente de Esquerda articulada em 2006 tratava-se de mais um revés na tentativa de estreitar os laços entre as organizações de oposição.

As eleições de 2010 ocorreram, portanto, em uma conjuntura de fortalecimento da esquerda hegemônica e desarranjo de seus adversários. Por um lado, o PT costurou uma

---

[245] PSTU. A postura do PSOL: um desrespeito aos lutadores. 30 out. 2007. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/a-postura-do-psol-um-desrespeito-aos-lutadores>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[246] PSTU. Carta à direção nacional do PSOL. 7 mar. 2008. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/carta-a-direcao-nacional-do-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[247] PSOL. Resoluções completas aprovadas no 2º Congresso Nacional do PSOL. 23 ago. 2009. Disponível em: <http://psol50sp.org.br/blog/2009/09/01/resolucoes-completas-aprovadas-no-2%c2%ba-congresso-nacional-do-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[248] Além disso, a criação de uma nova central não era unanimidade entre todos os coletivos que integravam a Intersindical. A Unidade Classista – corrente sindical ligada ao PCB –, por exemplo, criticou o "imediatismo" da iniciativa que se dava segundo um calendário burocrático e não como "produto de um processo de unidade de ação nas lutas cotidianas dos trabalhadores". Cf. O PCB, a Intersindical e a criação de uma nova central sindical. 1 abr. 2010. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/376/o-pcb-a-intersindical-e-a-criacao-de-uma-nova-central-sindical>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[249] O Movimento Avançando Sindical é uma corrente ligada ao Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP). Já a Unidos pra Lutar está associada à tendência CST do PSOL.

extensa coligação com partidos de peso como PMDB, PDT e PSB. Vários meses antes do pleito o PCdoB confirmou sua presença entre eles e destacou a afinidade programática entre a legenda e a candidata escolhida pelo PT, Dilma Rousseff[250]. Por outro lado a Frente de Esquerda se fragmentou definitivamente com candidaturas avulsas do PCB (Ivan Pinheiro), PSOL (Plínio de Arruda Sampaio) e PSTU (José Maria). A situação do PSOL foi mais complicada devido a indecisão de Heloísa Helena sobre concorrer novamente à presidência ou ao Senado por Alagoas e a controvérsia sobre um possível apoio a Marina Silva – que deixou o PT em agosto de 2009 e ingressou no PV. A oficialização da candidatura de Plínio, após a desistência de Helena, também não se deu de forma tranquila e acirrou a disputa interna de poder (Silva, 2011). Dilma contou ainda com pleno apoio da CUT[251] e da CTB[252] enquanto o MST, na figura de sua principal liderança, manifestava uma espécie de apoio crítico (Hilsenbeck Filho, 2013). Às vésperas do pleito João Pedro Stédile avaliava que, diante da fragmentação da oposição de esquerda e consequente perda de seu peso eleitoral, "a vitória da Dilma permitirá um cenário e correlação de forças mais favoráveis a avançarmos em conquistas sociais... [além da] possibilidade de um ambiente propício para maior mobilização social da classe trabalhadora"[253]. As BP, igualmente, identificavam na candidatura de Dilma os interesses de setores da burguesia que se alinharam ao governo Lula, ainda que em um viés mais progressista que a plataforma de José Serra (PSDB). Com isso apoiaram o candidato do PSOL, mais identificado com a pauta dos movimentos populares[254]. Enfim, a disputa entre PT e PSDB no segundo turno dividiu os críticos do governo petista em posições pelo voto nulo (PSTU e Conlutas, por exemplo) e 'contra Serra' (PCB, PSOL)[255]. Independente do juízo adotado o consenso era o mesmo: seja qual fosse o resultado a oposição de esquerda teria que se reorganizar para opor as reformas, o assim chamado neodesenvolvimentismo centrado em grandes obras de infraestrutura e a escalada da criminalização das lutas sociais.

---

[250] PCdoB. PCdoB com Dilma para o Brasil avançar! 5 mar. 2010. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/pcdob-com-dilma-para-o-brasil-avancar>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[251] CUT. Militância nas ruas para garantir a vitória de Dilma Presidente. 8 out. 2010. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/militancia-nas-ruas-para-garantir-a-vitoria-de-dilma-presidente-e39f>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[252] CTB. CTB convoca militância para fortalecer campanha de Dilma. 5 out. 2010. Disponível em: <http://www.portalctb.org.br/site/noticias/voz-da-ctb/ctb-convoca-militancia-para-fortalecer-campanha-de-dilma>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[253] Brasil de Fato. Serra representa a burguesia e a volta do neoliberalismo. 28 set. 2010. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/1822>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[254] Brigadas Populares. Comunicado sobre as eleições. 24 set. 2010. Disponível em: <https://brigadaspopulares.blogspot.com/2010/09/comunicado-sobre-as-eleicoes.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[255] PSTU. PSOL e PCB divulgam notas defendendo voto 'contra Serra' no segundo turno. 16 out. 2010. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/psol-e-pcb-divulgam-notas-defendendo-voto-contra-serra-no-segundo-turno>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Encerrado o período dos mandatos de Lula, cabem algumas considerações sobre atores coletivos que pouco ou nada figuraram acima. Até aqui viemos apresentando sucintamente elementos que permitem avaliar os posicionamentos políticos dos grupos esquerda e a relação estabelecida entre eles. Nem todos, infelizmente, dispõem de um extenso histórico ou documentos fundamentais em seus sítios, o que impossibilitou examinar suas afinidades e rejeições nesse período. Mais grave foi o caso do PCO que teve sua página atacada em 2016 e não foi objeto de pesquisa em nenhum trabalho acadêmico[256]. No caso do Geledés, na ausência de documentos institucionais que manifestassem posicionamentos políticos, encontramos evidências em publicações de sua principal liderança, Sueli Carneiro. A análise de seus artigos publicados desde 2005 revela uma posição crítica com relação ao governo petista – quanto ao escândalo do Mensalão[257] em 2005 e em sua opinião de que seria bem vinda "uma proposta de governo mais inclusiva e solidária"[258] nas eleições de 2006, por exemplo. A fundadora do Geledés expressou ainda descontentamento com o abandono do projeto original do PT, da bandeira da ética na política[259] e, mais significativamente, com os limites das políticas para as mulheres e de redução das desigualdades[260]. Quanto a essa organização percebemos que suas atividades direcionam-se integralmente às pautas do movimento feminista e negro, o que talvez explique seu limitado intercâmbio com outros atores coletivos de esquerda. Do mesmo modo a AMB (2011) trata o governo Lula como uma experiência contraditória. Em sua leitura ocorreram avanços na institucionalização de políticas para mulheres, na promoção da participação social e em políticas de transferência de renda que tiveram significativo impacto na redução da pobreza. Contudo, a manutenção da estrutura tributária regressiva, da consecução de grandes superávits primários e do modo como operam as instituições e o governo – as primeiras impermeáveis às propostas provenientes de instituições participativas e o segundo suscetível à pressão de grupos político-partidários conservadores – impediram o pleno combate à desigualdade de gênero e ao racismo, e a democratização do Estado. Entrevistas realizadas por Cisne (2013) com militantes da MMM revelam um posicionamento análogo, inclusive com críticas ao modelo

[256] PCO. Página oficial do PCO é reestruturada e volta a funcionar. 11 abr. 2016. Disponível em: <https://pco.org.br/2016/04/11/pagina-oficial-do-pco-e-reestruturada-e-volta-a-funcionar>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[257] Sueli Carneiro. Sem luz no fim do túnel. 8 out. 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sem-luz-no-fim-do-tunel>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[258] Sueli Carneiro. Raça, classe e eleições. 17 out. 2006. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/raca-classe-e-eleicoes>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[259] Sueli Carneiro. Erraram. 7 out. 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/erraram>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[260] Sueli Carneiro. Eu quero crer. 28 out. 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eu-quero-crer>. Acesso em: 27 ago. 2018.

de desenvolvimento adotado pelo governo – o 'progresso' em detrimento do modo de vida dos povos das águas e das florestas. Compreende-se então que essas organizações, enquanto atuantes nos espaços institucionais e junto à militância de base, não deixaram de se alinhar a outras críticas aos rumos do governo e suas reformas[261].

Como vimos nos antecedentes das manifestações de 2013 (cf. 3.1.2), o início do governo Dilma se deu em um contexto de acúmulo de insatisfações que refletiu no crescimento das iniciativas de mobilização – ocupações, greves, entre outras. Nos primeiros meses de 2011 o MST iniciou a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária com uma pauta reveladora da grande dívida do governo anterior[262]. Observa-se que o movimento não rompeu com a administração petista, contudo posicionava-se de maneira cada vez mais crítica a partir do segundo mandato de Lula – como pode ser observado na análise de Moura (2009, p. 148) sobre as manchetes do jornal Brasil de Fato. No mesmo momento o MAB se concentrava na luta dos atingidos, em especial na oposição à Belo Monte. Enquanto o PCdoB manifestava sua "perplexidade e indignação" ante a medida cautelar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que solicitou a suspensão das obras da usina[263], o MAB intensificava sua mobilização e diálogo com as autoridades[264]. O ano de 2011 representou também a consolidação da Marcha das Margaridas, em sua quarta edição, realizada nos dias 16 e 17 de agosto. Protagonizada pela Secretaria de Mulheres da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) a marcha conta com a parceria de mais de uma dezena de organizações, entre elas a AMB, MMM e UBM (Silva, 2016). Naquele ano, sua plataforma contemplava propostas que passavam pela democratização dos recursos naturais, autonomia econômica, educação não sexista e pelos direitos reprodutivos das mulheres[265]. Enfim, no primeiro semestre daquele ano ocorreram também mobilizações em várias capitais contra os aumentos das passagens do transporte público – organizadas

[261] A AMB (2011), por exemplo, destaca suas iniciativas de luta contra a proposta de Reforma da Previdência em 2007 e a PEC 233 da Reforma Tributária em 2008.

[262] Ver, por exemplo, a exigência de "um plano emergencial do governo federal para o assentamento das 100 mil famílias acampadas até o final deste ano. Temos famílias acampadas há mais de cinco anos, vivendo em situação bastante difícil à beira de estradas e em áreas ocupadas, que são vítimas da violência do latifúndio e do agronegócio". MST. Jornada Nacional de Lutas 2011. 6 abr. 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2011/04/06/jornada-nacional-de-lutas-2011.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[263] PCdoB. Sobre o comunicado da OEA em relação a Belo Monte. 18 abr. 2011. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/sobre-o-comunicado-da-oea-em-relacao-a-belo-monte>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[264] MAB. MAB avança na pauta dos atingidos em audiência com o governo. 2 jun. 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-avan-na-pauta-dos-atingidos-em-audi-ncia-com-governo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[265] Pauta da Marcha das Margaridas 2011 - Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/marcha-das-margaridas-2011.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2011.

pelos coletivos que integram o MPL (MPL-SP, 2013). A partir da literatura, dada a ausência de registros e documentos, é possível afirmar que esse movimento dedicou-se majoritariamente às lutas em âmbito local contra os reajustes e pelo passe livre – estabelecendo alianças pontuais com outros atores, como MTST e MST, quando essa pauta estava em questão (cf. Liberato, 2014, p. 326; Spina, 2016, p. 85). Como veremos melhor a frente, mesmo após 2013 o MPL esteve isolado e não buscou se articular com outras organizações em âmbito nacional.

Dados todos esses acontecimentos, militantes e atores coletivos colocaram-se a avaliar a conjuntura e planejar seus próximos passos. Um fato significante nesse sentido foi a publicação da carta assinada por 51 pesssoas que deixavam o MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina no final de 2011. Partindo de um histórico das lutas sociais desde o período da distenção política, e a criação do PT, da CUT e MST em torno de um projeto democrático e popular, os signatários trataram sobre as crescentes contradições dessas entidades. À medida em que a prioridade da disputa por espaço institucional se assentou, as lutas de enfrentamento perderam espaço, já que colocavam em risco as alianças político-partidárias. Isso se tornou mais concreto quando o PT assumiu o governo federal e vinculou-se ao agronegócio, por exemplo, pautando vários de seus interesses. Já os demais movimentos, ao assumirem a tese do 'governo em disputa', restringiram sua atuação aos limites da ordem estabelecida e burocratizaram-se. Em poucas palavras, na perspectiva desses militantes o horizonte do socialismo se perdeu ao mesmo tempo em que o projeto democrático e popular era levado às últimas consequências. Cabia então romper com a esquerda conformista e "atuar na fragmentação da classe para retomar seu movimento na perspectiva de ruptura"[266]. Sob outros pressupostos, encontramos aqui a uma leitura próxima ao diagnóstico realizado pela CAB, de que "há uma crise dos movimentos sociais, das organizações de base, das forças acumuladas pela luta que impede a superação dos atos espontâneos". Segundo os anarquistas o ascenso das lutas sociais, dada a adequação de seus instrumentos à ordem, se dá em termos defensivos e de maneira dispersa. Caberia então aos atores da esquerda radical intensificar o trabalho junto às classes populares de modo a fomentar "práticas de ruptura que favoreçam a construção histórica de um sujeito antagônico às estruturas do capitalismo"[267]. Enfim, sob a perspectiva das BP, não nos encontrávamos em um contexto de descenso do movimento de

[266] Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. 22 nov. 2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/11/48866>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[267] CAB. Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro. Documento aprovado no I Congresso da CAB, Rio de Janeiro, 8-10 de junho de 2012. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=191>. Acesso em: 27 ago. 2018.

massas, e que justificasse uma atuação centrada nos estudos e formação de quadros. Todavia o trabalho de base, mantra da esquerda, não é uma solução definitiva se estiver orientado por uma postura vanguardista, desligado "das necessidades e do horizonte das maiorias". Assim, fazia-se necessária a inserção nas lutas populares e da classe trabalhadora de modo a compreender "como elas estão se desenvolvendo"[268].

Essa breve síntese das análises de conjuntura no contexto da terceira vitória presidencial do PT não esgota todas as nuances, nem mesmo o conjunto das leituras então realizadas, mas nos indicam fatores relevantes para entender os limites da oposição de esquerda. Percebe-se no que foi exposto acima a recorrência da crítica e denúncia da estratégia de colaboração de classes empreendida pela esquerda hegemônica, PT à frente, que teve como desdobramento a acomodação de suas organizações a uma espécie de reformismo. Atuando de modo a não confrontar interesses políticos que historicamente se apoiam na máquina pública em proveito próprio e de suas clientelas, as administrações petistas buscaram garantir ganhos pontuais e imprimir um modelo de desenvolvimento nacional que revertesse em ganhos para todos e todas – em diferentes gradações. Ao que se deduz a partir dos documentos do PT e da CUT (e do programa pecedobista) este seria o caminho gradual para uma sociedade igualitária e livre, ponto em que seria possível superar o capitalismo material e subjetivamente. A oposição de esquerda desafiou essa leitura, observando principalmente que as medidas tomadas pelo governo não reverteriam em ganhos duradouros para o conjunto da população mas beneficiavam uma ínfima parcela. Mais grave do que isso, suas ações conduziam não à superação do atual modelo capitalista mas ao seu reforço – precarizando as condições imediatas de vida da maioria e deixando-os longe da meta do socialismo. Feito esse diagnóstico, caberia aos seus atores coletivos traçar uma estratégia de disputa pela hegemonia na sociedade, confrontando as concepções de mundo 'desenvolvimentista' e 'neoliberal'. No entanto, até aquele momento não foi possível nem mesmo estabelecer um consenso mínimo voltado para a unificação de esforços nesse sentido[269]. Ocorreram mobilizações contra as reformas e projetos do governo e por direitos, em especial no que se refere ao feminismo. Mas

[268] BP. Quatro mitos do Brasil atual. 5 jan. 2012. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/quatro-mitos-do-brasil-atual>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[269] Deve-se reconhecer, por certo, que o confronto com a hegemonia da direita na sociedade brasileira exige mais do que um acordo entre os atores coletivos de esquerda e de seus esforços na efetivação dessa luta. Parte da explicação do seu retrocesso na luta hegemônica e fortalecimento das forças de direita se encontra nas condições materiais em que dá tal conflito: essas últimas, como vimos anteriormente (cf. 3.1), foram competentes na guerra de posição ocupando relevantes aparelhos hegemônicos e liderando a luta ideológica. E isso foi possível pela ação ou omissão do PT em efetuar reformas (no sentido forte do termo) estruturais, democratizando as comunicações no país e possibilitando uma participação efetiva da população que influísse no rumo das políticas estatais, para citar dois limitados exemplos em se considerando um partido que diz lutar pelo socialismo.

não se constituiu uma frente de esquerda permanente com um programa mínimo que permitisse somar forças. Cada um a seu modo, e debatendo-se contra os dilemas abordados na subseção sobre o esquerdismo (cf. 1.1.4), buscaram obter aliados no movimento popular, sindical, nas organizações estudantis, conservando energias para a disputa mais premente: aquela que se dava internamente ao campo ideológico.

Então chegamos a junho de 2013, em um cenário de fragmentação da esquerda e das lutas sociais como se percebe da gênese dos protestos. Pouco antes, o PT manifestava otimismo quanto ao governo recém eleito de Dilma, que vinha cumprindo "duas missões fundamentais e vinculadas entre si: as de dar continuidade e aprofundar as mudanças iniciadas no governo Lula, em direção a um Brasil mais democrático, mais igualitário, mais soberano e mais integrado à América Latina" (2011, p. 5). Nesse documento, para além do destaque conferido às medidas tomadas e as indicações do partido, chama atenção um trecho em que se reconhece a crise das grandes metrópoles: "nas cidades, onde vivem 80% da população brasileira, impõe-se vencer o desafio da reforma urbana. Nelas, convivem a violência urbana e o apartheid social. A especulação imobiliária agrava as condições de vida e o caos nas metrópoles, tornando urgente reformas radicais" (p. 16). Dessa forma não se pode dizer que a esquerda hegemônica não tinha consciência desses e outros problemas latentes naquele período. Posicionava-se, contudo, da maneira usual chamando os movimentos sociais ao diálogo sem qualquer sensação de urgência. Como vimos na exposição precedente, ao mesmo tempo em que a percepção da precariedade de vida tornava-se mais concreta cresciam o número de greves, ocupações e protestos. No que se refere à questão do transporte público, alvo recorrente de manifestações em várias cidades, militantes de várias organizações se juntavam usualmente em frentes para reivindicar o princípio da modicidade tarifária e maior qualidade do serviço. Exceto pelo MPL e movimentos urbanos que focam no tema do direito à cidade – daqueles aqui considerados poderíamos incluir as BP e o MTST – não se percebe uma ênfase maior na questão da mobilidade entre as organizações. De fato, para além do MPL os protagonistas das mobilizações antes e depois de junho (em seus primeiros dias) foram aqueles atores coletivos ligados à juventude secundarista e universitária como a ANEL, Juntos (ligada ao MES, do PSOL), e organizações de jovens dos partidos de oposição de esquerda, entre outros. É desse quadro preliminar que devemos partir para considerar os posicionamentos diante do levante de junho, conforme abordaremos na sequência.

Na ocasião das manifestações de 2013 destaca-se de maneira geral a atividade dos envolvidos, voltada totalmente à revogação dos aumentos, e uma divisão no campo da esquerda entre céticos e apologistas. A estratégia dos coletivos que integram o MPL foi a de

promover protestos por uma pauta específica e concreta, a diminuição do preço das passagens. Para isso juntaram-se à população e militantes de outras organizações para a realização de atos descentralizados nas cidades, quando possível envolvendo os usuários e usuárias do transporte público. Dados os seus princípios e forma de atuação, o MPL sempre rechaçou o papel de líder das manifestações[270] e seguiu mobilizando o debate sobre a tarifa – no caso de São Paulo, criticando Fernando Haddad por abrir mão do projeto da Tarifa Zero concebida pelo próprio partido na administração de Luiza Erundina[271]. Após a massificação dos protestos pelo país, em parte decorrente da solidariedade coletiva depois do episódio de repressão da PM paulista no dia 13 de junho (cf. 3.1.2), o movimento buscou atribuir a pauta da revogação dos aumentos ao público presente a despeito das várias reivindicações que começavam a aparecer nas ruas[272]. Dada a crescente adesão às manifestações, nos dias seguintes as tarifas seriam revistas em várias cidades do país, incluindo São Paulo que teve o reajuste cancelado no dia 19. Quem esteve nas manifestações após o dia 17 percebeu o clima de hostilidade com relação aos partidos e movimentos de esquerda e com o MPL não foi diferente – os atos tinham tomado uma nova proporção e saído do controle. Conta-se que antes da manifestação do dia 20 na capital paulista, foi promovido um encontro entre organizações de esquerda de modo a combinar uma forma de auxílio mútuo diante das agressões sofridas nos dias anteriores (Locatelli, 2013). Não obstante o diagnóstico imediato de que os protestos foram engrossados por um público de direita, nacionalista ou sem histórico de militância política – e de certa maneira instrumentalizados pela mídia tradicional contra os governos estaduais e federal – o MPL enfatizou majoritariamente o caráter popular da mobilização[273].

Se os atores e atrizes que estavam nas ruas se surpreenderam com a proliferação das manifestações pelo país, o campo da esquerda igualmente não estava preparado para aqueles desdobramentos. A esquerda hegemônica colocou-se em uma posição defensiva, repetindo as medidas tomadas pelo governo que reverteram em melhores condições de vida para a população. Do discurso petista sobressaia a ideia de que os protestos se davam não porque a

---

[270] Para além da nota de rodapé seguinte, ver por exemplo: Tarifa Zero Goiânia. Nota de esclarecimento. 7 jan. 2014. Disponível em: <https://tarifazerogoiania.wordpress.com/2014/01/07/nota-de-esclarecimento>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[271] MPL-SP. Nota pública do Movimento Passe Livre sobre a luta contra o aumento. 9 jun. 2013. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/09/nota-publica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contra-o-aumento>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[272] MPL-SP. Nota pública sobre os atos do dia 17/06. 17 jun. 2013. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/17/nota-publica-sobre-os-atos-do-dia-1706>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[273] MPL-SP. Sobre a revogação do aumento. 21 jun. 2013. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/fomos-vitoriosos-viva-a-luta-do-povo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

situação estava ruim mas sim porque as pessoas queriam mais – em um cenário de consolidação da democracia[274]. Considerada legítima, a despeito dos atos isolados de violência, a mobilização popular não exibia uma pauta majoritariamente incompatível com o projeto do partido, o que justificava seu apoio e tardia adesão aos protestos. Assim o PT se dispôs a contrapor um possível 'sequestro' do movimento pela direita e pela "mídia conservadora"[275]. Uma carta aberta à presidente, assinada no mesmo período por um conjunto de atores simpáticos ao governo – incluindo Consulta Popular, CTB, CUT, MAB, MMM e MST – seguia o mesmo tom, abstendo-se de criticar os dez anos de governos petistas e culpando o capital rentista e a burguesia interna pelos limites do projeto democrático e popular que estimulavam a revolta nas ruas[276]. Em notas e análises individuais movimentos como Consulta Popular[277] e MAB[278] reconheciam o caráter progressista das manifestações, dado o protagonismo da juventude de classe média e baixa, mas chamavam atenção para a ameaça de que elas fossem 'desvirtuadas' pela direita[279]. O primeiro, por exemplo, acentua que a ênfase no tema da corrupção tomava um rumo não-progressista ao direcionar-se apenas ao governo federal e ao PT – na esteira do julgamento do mensalão. Mais incisivamente declarava que a possibilidade de um "impeachment da presidenta" não poderia ser desconsiderado. Frente ao diagnóstico que estava em curso uma "luta ideológica", nas palavras da principal liderança do MST[280], a esquerda hegemônica buscou retomar a iniciativa

[274] O PCdoB, por exemplo, manifestou uma avaliação similar: "A grande mídia inunda a opinião pública com mil análises sobre a razão e o sentido das grandes manifestações ocorridas. Mas a maioria delas – pura falsificação – faz crer que o ciclo progressista iniciado em 2003 está superado. Para o PCdoB, as manifestações são justamente produto desse ciclo político das forças democráticas e progressistas. Nos últimos dez anos, o povo obteve conquistas, elevou seu nível de consciência política e o país respira democracia... As ruas dizem que as conquistas iniciadas não podem parar e que as mudanças precisam ser aceleradas, pois um decênio de mudanças é insuficiente para se superar a enorme desigualdade social herdada de séculos de história". PCdoB. Direção do PCdoB lança teses para debates do 13º Congresso. 7 jul. 2013. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/direcao-do-pcdob-lanca-teses-para-debates-do-13-congresso>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[275] PT-RS. Nota da direção do PT sobre o transporte público. 19 jun. 2013. Disponível em: <http://www.ptrs.org.br/2013/06/nota-do-pt-sobre-o-transporte-publico>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[276] Carta aberta dos movimentos sociais à Presidenta Dilma. 18 jun 2013. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Carta-aberta-dos-movimentos-sociais-a-Presidenta-Dilma-/28837>. Acesso em 27 ago. 2018.

[277] Consulta Popular. Nas ruas pelo avanço do projeto popular. 23 jun. 2013.Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/noticia/nas-ruas-pelo-avan%C3%A7o-do-projeto-popular-0>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[278] MAB. MAB participa e incentiva a mobilização popular. 20 jun. 2013. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-participa-e-incentiva-mobiliza-popular>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[279] Quanto a este último ponto, ver também: CTB. Direita se infiltra e busca manipular as manifestações populares. 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www.portalctb.org.br/site/noticias/voz-da-ctb/direita-se-infiltra-e-busca-manipular-as-manifestacoes-populares>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[280] Revista Fórum. Stedile: o significado e as perspectivas das mobilizações de rua. 25 jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/stedile-o-significado-e-as-perspectivas-das-mobilizacoes-de-rua>. Acesso em: 27 ago. 2018.

e propôs uma mobilização nacional para o dia 11 de julho[281]. Nos meses seguintes as organizações se concentrariam na proposta de uma constituinte exclusiva para a reforma política, anunciada por Dilma em rede nacional de televisão no dia 21 de junho.

Já a oposição de esquerda, quando não propriamente presente nas ruas, posicionou-se favoravelmente às manifestações entendendo-as como signo de uma mudança de patamar nas lutas sociais. Desde o início de junho o PSTU e a ANEL chamavam atenção para os protestos contra o aumento das passagens, apoiando a causa e reforçando-os com a sua militância[282]. No auge das manifestações seus partidários expressavam que "foi surpreendente, mas sabíamos... que estava no horizonte", dadas as condições de vida da juventude e da classe trabalhadora nas grandes cidades[283]. Apesar da apologia, não deixaram de criticar as demonstrações de nacionalismo e antipartidarismo presentes nas marchas – inclusive criticando grupos anarquistas por forçarem a militância a abaixar suas bandeiras[284]. Salvo a CSP-Conlutas, que tinha uma avaliação similar quanto à pauta progressiva das manifestações e o risco representado por setores reacionários[285], as BP ponderavam que "as ruas têm demonstrado que as disputas sociais não cabem no modelo político... estabelecido no Brasil. Resta a nós a tarefa de transformar o protesto em um projeto de sociedade, a revolta em vitória, a multidão mobilizada em força consciente"[286]. O PCB, igualmente, identificava a "raiz da indignação", para além das tarifas de ônibus, no "desmonte da saúde e da educação, as privatizações, a brutalidade policial, a corrupção, a injusta distribuição de renda" entre outros aspectos – inclusive a realização de megaeventos em detrimento das necessidades da população. As análises dessas organizações convergiam quanto a tarefa dos movimentos populares de orientar as energias das ruas para mudanças e conquistas concretas para trabalhadores e trabalhadoras[287]. A Intersindical, como de costume em suas comunicações, alinhou o diagnóstico dos protestos com a pauta dos sindicatos orientando o fortalecimento

---

[281] CUT. Resolução da Direção Nacional da CUT. 27 jun. 2013. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/resolucao-da-direcao-nacional-da-cut-384f>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[282] PSTU. 12 mil vão às ruas em São Paulo contra o aumento das passagens do transporte. 12 jun. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/12-mil-vao-as-ruas-em-sao-paulo-contra-o-aumento-das-passagens-do-transporte>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[283] Valerio Arcary. Não deixem baixar as bandeiras vermelhas. 19 jun. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/nao-deixem-baixar-as-bandeiras-vermelhas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[284] José Maria. Sobre as bandeiras do PSTU nas manifestações e os anarquistas. 27 jun. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/sobre-as-bandeiras-do-pstu-nas-manifestacoes-e-os-anarquistas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[285] CSP-Conlutas. Ampliar as lutas e erguer nossas bandeiras em defesa das reivindicações dos trabalhadores. 21 jun. 2013. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2013/06/108527>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[286] BP. Nota das Brigadas Populares/MG sobre as manifestações sociais no Brasil. 21 jun. 2013. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/unidade-achada-nas-ruas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[287] PCB. Não basta se indignar: é preciso mudar o sistema. 17 jun. 2013. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/4988/nao-basta-se-indignar-e-preciso-mudar-o-sistema>. Acesso em: 27 ago. 2018.

das "greves, paralizações, as mais diversas mobilizações para que se transformem em lutas gerais da classe trabalhadora". Para isso seria necessário disputar o 11 de julho com as centrais governistas e qualificar a construção de uma pauta combativa[288]. Enfim, a CAB realizou uma análise de conjuntura que sublinhava o ascenso das lutas sociais, dos canteiros de obras do PAC às ruas das grandes cidades em 2013. Para os anarquistas a novidade de 2013 é que o movimento "não foi capturado" por nenhuma organização dita 'vanguardista', incapazes que foram de prever uma mobilização daquele vulto. Ainda que com problemas e contradições, o saldo mostrava-se positivo e a CAB reclamava sua legitimidade junto a outras organizações para seguir compondo as lutas populares[289].

Por óbvio, ainda que seja possível localizar interpretações que colocaram maior ênfase ou na disputa com a direita pelo sentido das mobilizações ou na oportunidade de promover transformações sociais, seus fundamentos e táticas diferem conforme seus princípios programáticos. Não se pode descartar, ainda, a disputa de protagonismo entre as organizações em busca de adesão aos respectivos projetos políticos. Veremos na sequência como se deu a atuação dos atores coletivos conforme o contexto político foi se alterando. Aqui, cabe discorrer brevemente sobre as análises imediatas das manifestações por parte daqueles atores com documentação mais limitada. Quanto ao Geledés não foi possível localizar nenhuma posição institucional sobre os protestos, ainda que seu portal tenha replicado diversas notícias e análises de intelectuais[290]. Chamam atenção o seu imediato apoio ao movimento e a ênfase na violência policial, destacando o desaparecimento do pedreiro carioca Amarildo Dias de Souza[291]. A MMM também criticou a repressão da PM e convocou sua militância a participar dos protestos[292]. Apesar de ser uma das signatárias da carta à presidente mencionada acima, a Marcha não deixou de criticar o "projeto governamental de 'país rico sem pobres' [e] a

[288] Intersindical. Jornal Nacional da Intersindical, edição julho de 2013. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/2013/07/20/jornal-nacional-da-intersindical-julho-de-2013>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[289] CAB. A luta contra o aumento das passagens e o Anarquismo. 19 jun. 2013. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=30>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[290] Ver por exemplo: Leonardo Avritzer. O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas. 9 ago. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-foram-as-manifestacoes-de-junho-e-o-que-e-insustentavel-afirmar-sobre-elas>. Acesso em:

[291] Deivison Nkosi. Os crimes de maio e as manifestações de junho e o Amarildo: o extermínio nosso de cada dia. 1 ago. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-crimes-de-maio-e-as-manifestacoes-de-junho-e-o-amarildo-o-exterminio-nosso-de-cada-dia-por-deivison-nkosi>. Acesso em: 27 ago. 2018. Vale destacar que o Geledés se empenharia também, meses depois, na campanha pela liberdade de Rafael Braga Vieira, catador de materiais recicláveis preso em uma manifestação no Rio de Janeiro. Cf. Lorena Aguiar. Debate - A seletividade do direito penal: caso Rafael Braga. 7 nov. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/debate-seletividade-direito-penal-caso-rafael-braga>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[292] MMM. Todas às ruas: contra o aumento da tarifa e a violência da polícia. 14 jun. 2013. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/06/14/todas-as-ruas-contra-o-aumento-da-tarifa-e-a-violencia-da-policia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

inclusão das pessoas pelo consumo... que se confrontam com a falta de serviços públicos e... de perspectiva de vida". A avaliação de suas militantes era de que o capitalismo avançava "sobre os territórios e sobre nossos corpos" como resultado das políticas que promoviam grandes eventos e projetos de infraestrutura, provocando reações nas ruas[293]. Já o PCO, distoando das análises precedentes, centrou-se principalmente no papel das direitas no contexto das manifestações. Para o partido o fato do MPL ser um coletivo pequeno, organizado em bases autonomistas e defender o consenso nas decisões durante os atos permitiu que protestos inicialmente progressistas fossem tomados por pessoas conservadoras e fascistas após a sua massificação. Pior que isso, ao perceber o que tinha ocorrido, retirou-se das ruas e se absteve de cerrar fileiras com a esquerda e disputar os rumos do movimento. Apesar das várias críticas direcionadas aos governos petistas, o PCO enxergava na instrumentalização dos protestos pela direita um ímpeto golpista que poderia redundar em vitória nas eleições ou em golpe institucional – a despeito da desaprovação de seu projeto perante a população. Assim, fazia-se necessário organizar a classe trabalhadora contra o fortalecimento da direita e não pela derrubada imediata do governo do PT[294].

Enquanto as ruas se esvaziavam a cada ato e as lutas populares tomavam outras formas, como o movimento Fora Cabral no Rio (cf. 3.1.2), o governo Dilma buscava estabilizar o país novamente às vésperas da Copa e das eleições presidenciais. Parte dos atores coletivos como as BP[295] e a CAB[296] denunciaram os vultosos gastos em estádios, a remoção forçada de famílias nas sedes, a isenção fiscal oferecida à Fifa e a criminalização dos protestos, entre outros aspectos. Tal postura contrastava com a do PCdoB que defendia o evento – empreendendo um discurso de viés nacionalista como aquele do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo – e expressava não existir contradição entre a realização da Copa e a continuidade dos investimentos em Saúde e Educação[297]. Até mesmo a CUT adotara uma postura mais crítica, condenando o monopólio da Fifa na organização das atividades ligadas à Copa, a remoção das famílias sem compensação e o trabalho precário nas obras, entre outras (CUT, 2014a). Apesar

---

[293] MMM. As manifestações, pelo viés feminista. 10 jul. 2013. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/07/10/as-manifestacoes-pelo-vies-feminista>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[294] Rui Costa Pimenta. Balanço das manifestações. 25 jun. 2013. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/210328256/um-balanco-das-manifestacoes>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[295] BP. A festa acabou! Quem pagará a conta? 18 ago. 2014. Disponível em <https://brigadaspopulares.org.br/a-festa-da-copa-acabou-quem-pagara-a-conta>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[296] CAB. Prisões e mais criminalização marcam o final da Copa do Mundo no Brasil. 14 jul. 2014. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=277>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[297] PCdoB. A Copa do Mundo é nossa. 10 fev. 2014. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/a-copa-do-mundo-e-nossa>. Acesso em: 27 ago. 2018.

do estímulo à mobilização no período por parte de organizações como o MTST[298], e das diferentes iniciativas adotadas nas ruas em oposição ao evento[299], o governo garantiu a realização da Copa e as atenções logo se direcionaram para as eleições. De início um conjunto de movimentos como AMB, CUT, Consulta Popular, LPJ, MMM, MAB e MST, articularam uma plataforma política voltada para o debate com a sociedade e as candidaturas. Os 22 pontos defendidos no documento incluiam a reforma do sistema político – pauta recorrente entre a esquerda hegemônica após junho de 2013 –, democratização dos meios de comunicação e do judiciário, desmilitarização das PM's e a imediata demarcação e regularização de terras indígenas e quilombolas[300]. Enquanto esses atores buscavam pautar a disputa eleitoral, a CAB avaliava que os três principais projetos "(PT, PSDB e PSB/Rede) representavam variações administrativas no marco do Estado e... seguirão ajustados às relações de poder do sistema de controles do capitalismo financeiro". Para os anarquistas a saída para a esquerda era aproveitar a oportunidade aberta por junho de 2013, de resto muito mal articulada por suas forças, e investir na organização popular e no trabalho de base – de onde realmente poderiam provir mudanças, mais do que das eleições ou reformas[301].

A despeito dos chamados à mobilização por parte de alguns atores, a campanha presidencial de 2014 seguiu dissolvendo as pautas de junho na institucionalidade. Se PSTU[302] e CSP-Conlutas[303] tinham expectativas, na passagem de ano, de que o ciclo de lutas se reforçaria, pode-se dizer que as eleições ajudaram a domesticar as manifestações de 2013 (cf.

---

[298] Último Segundo. Coordenador do MTST afirma que protestos serão intensificados durante a Copa. 28 mai. 2014. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-05-28/coodenador-do-mtst-afirma-que-protestos-serao-intensificados-durante-a-copa.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[299] Fernandes divide os manifestantes em torno de três slogans: "Não vai ter copa" (anarquistas e autonomistas); "Copa para quem?" (Comitês Populares da Copa); e "Na copa vai ter luta" (esquerda radical, conforme a sua definição). Cf. AntiCast 328 – A Fragmentação da Esquerda Brasileira, com Sabrina Fernandes. 14 mar. 2018. Disponível em: <http://anticast.com.br/2018/03/anticast/anticast-328-a-fragmentacao-da-esquerda-brasileira-com-sabrina-fernandes>. Acesso em: 22 ago. 2018.

[300] Plataforma política dos movimentos sociais para resolver os problemas do povo brasileiro. 14 set. 2014. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/2014/09/14/plataforma-politica-dos-movimentos-sociais-para-resolver-os-problemas-do-povo-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[301] "As mudanças que se ensaiaram vieram todas das ruas, e somente aí se apresenta uma saída à esquerda para o processo. Seus programas recheados de "boas intenções", como eles mesmo sabem, sequer tem chances nas eleições minoritárias, menos ainda nas disputas em torno do poder executivo, elucidando mais uma vez que não há "milagre" que substitua o trabalho e a organização de base, demonstrando que sua incansável propaganda (12 anos o PSOL, e 20 anos do PSTU) pouco renderam eleitoralmente ou organicamente. Sequer são capazes de criar um campo de unidade da esquerda, apresentando nas eleições uma esquerda que é minúscula e fragmentada, e que muito pouco pode definir na atual política brasileira". CAB. Eleições: a saída à esquerda não é nas urnas, mas nas ruas! 10 set. 2014. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=128>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[302] PSTU. Junho não terminou: façamos um 2014 ainda maior! 31 dez. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/junho-nao-terminou-facamos-um-2014-ainda-maior>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[303] CSP-Conlutas. Entrevista especial: Conlutas quer nova edição de protesto de rua. 27 dez. 2013. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2013/12/entrevista-especial-conlutas-quer-nova-edicao-de-protesto-de-rua>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Castro, 2016). Nesse ponto mostra-se conveniente alinhar o posicionamento do PSOL no ano anterior e sua atividade eleitoral. Naquela ocasião, em uma nota de sua executiva, o partido avaliava que "os jovens que ocupam as ruas do país expressam descontentamento com os limites da democracia representativa, com a falta de transparência, com os constantes escândalos de corrupção, com os gastos exorbitantes com a Copa do Mundo". Cabia às autoridades, então, responder com medidas que redundassem em maior investimento nos serviços públicos e que alterassem a forma como funciona a política no país. Os cinco pactos propostos por Dilma no dia 21 de junho, contudo, não se mostravam suficientes. Para o PSOL era necessário principalmente "rejeitar a manutenção do pacto com os credores", propor alterações mais pesadas nas regras que ditam a atividade política para além da reforma eleitoral e reestabelecer o caráter público dos serviços de saúde, transporte e educação – com forte investimento estatal[304]. Esses pontos serviriam de base para o programa apresentado por Luciana Genro, cuja campanha orientou-se a construir a imagem de melhor representante dos protestos[305]. Naquele pleito a oposição de esquerda estava mais uma vez dividida com José Maria (PSTU) e Mauro Iasi (PCB), além da candidata do PSOL, e teria um fraco desempenho em um primeiro turno com onze postulantes. No segundo turno, entre Dilma e Aécio, Consulta Popular, CTB, CUT, MAB e MST declararam apoio à candidata do PT – as BP optaram pelo apoio crítico. Já CSP-Conlutas, PSTU e PCB optaram pelo voto nulo. Por fim, o PSOL liberou sua militância mas recomendou o voto 'contra Aécio'. De maneira geral, por um lado, os apoiadores do PT destacavam as conquistas do governo e a possibilidade de diálogo para buscar a efetivação de suas pautas[306]. Por outro, os partidários do voto nulo e crítico sublinharam os limites das administrações de Lula e Dilma, afirmando que existia pouca diferença prática entre as duas candidaturas[307].

---

[304] PSOL. Declaração da executiva nacional do PSOL. 25 jun. 2013. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2013/06/25/arquivoid-9306>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[305] Luciana Genro. Diretrizes para o programa de governo do PSOL. 2014. Disponível em: <https://lucianagenro.com.br/eleicoes-2014/programa/diretrizes>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[306] "Do outro lado, temos a candidatura da atual presidente Dilma Rousseff, que vem de um processo com vários avanços, resultado de diálogo com as organizações sociais, construindo direitos que deram visibilidade e dignidade às maiorias, melhorando as condições de vida desses milhões de trabalhadores e trabalhadoras que sempre estiveram excluídos/as nesse país. E que está disposta a fazer a luta junto com o povo brasileiro para a mudança do atual sistema político". MAB. Via Campesina declara apoio à reeleição de Dilma. 20 out. 2014. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/campesina-declara-apoio-reelei-dilma>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[307] "Diante de tudo isso e na certeza de que a vitória de um ou outro candidato no segundo turno não vai representar alteração do quadro atual, o PCB se posiciona em favor do voto nulo... Respeitamos aqueles companheiros de esquerda que consideram que as diferenças entre o PSDB e o PT ainda são relevantes e que votarão em Dilma como um 'mal menor'. Contamos com esses companheiros nas acirradas lutas que se aproximam". PCB. Nem Aécio nem Dilma: PCB seguirá na luta pelo Poder Popular e pelo Socialismo. 12 out. 2014. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/6748/nem-aecio-nem-dilma-pcb-seguira-na-luta-pelo-poder-popular-e-pelo-socialismo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Como vimos na exposição do capítulo precedente Dilma adotou a via da austeridade antes mesmo de tomar posse para o novo mandato, no que encontrou resistência até entre as organizações da esquerda hegemônica. A CUT, ainda no final de 2014, expressava "preocupação com os rumos da política econômica" e reiterava sua "posição contra propostas de ajuste fiscal contrárias ao programa que venceu as eleições presidenciais" (CUT, 2014b). Ao mesmo tempo, o MST assinava um manifesto "em defesa da vitória nas urnas" e contra as indicações de Joaquim Levy e Kátia Abreu para ocupar cargos no ministério[308]. Na oposição de esquerda o PCB afirmava que as medidas tomadas pelo governo confirmavam "os prognósticos feitos" pelo partido de que "a classe trabalhadora já havia sido derrotada nas eleições e deveria continuar em luta qualquer que fosse o presidente saído das urnas"[309]. Na transição de ano seguiram-se críticas similares da Intersindical, PSOL e PSTU contra os ataques aos direitos dos trabalhadores[310]. No decorrer de 2015, conforme cresciam as manifestações contra o governo e a possibilidade do *impeachment*, os atores coletivos alinhados ao PT tentaram estabelecer uma espécie de 'apoio crítico' rechaçando tanto as iniciativas 'golpistas' como a política econômica adotada por Dilma (cf. CUT, 2015). Outras organizações como AMB[311] e MMM[312] passaram a se opor também à proposta de reforma ministerial que rebaixaria o *status* das Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM), de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Direitos Humanos (SDH). As BP, a princípio, rejeitaram "a tese de que há um golpe em curso no Brasil" sob o argumento de que "os grandes interesses monopolistas estão bem acomodados no governo". Não descartavam a possibilidade de uma manobra oportunista contudo entendiam que, naquele momento, tratava-se de uma narrativa que protegia a administração enquanto o ajuste era implementado[313]. Já o PCB denunciou o golpismo "das forças reacionárias" todavia, assim como a Intersindical, CSP-Conlutas e PSTU, recusou-se a compor os atos políticos com a esquerda hegemônica –

[308] MST. Manifesto em defesa da vitória nas urnas, contra Joaquim Levy e Kátia Abreu. 25 nov. 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/11/25/manifesto-em-defesa-da-vitoria-nas-urnas-contra-joaquim-levy-e-katia-abreu.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[309] PCB. O PCB e a reforma política. 11 dez. 2014. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/7241/o-pcb-e-a-reforma-politica>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[310] Ver por exemplo: PSOL repudia alterações nos direitos trabalhistas e reafirma disposição de luta em 2015. 5 jan. 2015. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/psol-repudia-alteracoes-nos-direitos-trabalhistas-e-reafirma-disposicao-de-luta-em-2015>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[311] AMB. Nota da Articulação de Mulheres Brasileiras sobre os rumos da reforma ministerial. 28 set. 2015. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/09/28/nota-da-articulacao-de-mulheres-brasileiras-amb-sobre-os-rumos-da-reforma-ministerial-e-possivel-rebaixamento-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-seppir-e-sdh>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[312] MMM. Nota pública sobre mudança ministerial da SPM e SEPPIR. 22 set. 2015. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-publica-sobre-mudanca-ministerial-da-spm-e-spir>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[313] BP. As Brigadas Populares no Brasil de hoje: a falácia do golpe, a tensão pró-impeachment e a questão da Petrobras. 2 mar. 2015. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/1021>. Acesso em: 27 ago. 2018.

que legitimavam o governo e suas ações[314]. Os documentos recolhidos na pesquisa permitem afirmar que as últimas três organizações mencionadas jamais concordaram com tese do golpe, sendo que as duas últimas encamparam a luta pelo "fora todos"[315].

Conforme a crise política se aprofundava tornava-se mais urgente tomar uma posição quanto ao iminente *impeachment*. As iniciativas mais destacadas desse período referem-se à constituição da Frente Brasil Popular (FBP) e da Frente Povo sem Medo (FPSM). A FBP foi lançada no dia 5 de setembro de 2015 em Belo Horizonte com a presença de vários movimentos e organizações, entre elas Consulta Popular, CTB, CUT, LPJ, MMM, MAB e MST (Rodrigues, 2017). Sob influência do PT e do PCdoB, a Frente lançou um manifesto que contemplava, entre outras pautas, a luta pela preservação dos direitos e contra o ajuste fiscal, a defesa da democracia, a reforma das instituições e a preservação da soberania nacional[316]. Já a FPSM foi oficializada em 8 de outubro em São Paulo com a participação de diversos coletivos ligados ao PSOL e PCdoB, além do MTST, CUT e CTB. Dado o protagonismo dos Sem-Teto em sua construção, seu manifesto é explícito na crítica ao governo que visava estabilizar as finanças "em cima das doloridas costas do povo trabalhador". Seu objetivo então era propor uma "plataforma popular para o Brasil" em contraposição à austeridade, corte de direitos, precarização das relações de trabalho e fechamento dos canais de participação popular, entre outros pontos[317]. A princípio as duas frentes somaram forças nas ruas contra a mobilização da direita, cada uma a seu modo como exposto acima. Após a admissibilidade do pedido de *impeachment* a FPSM se alinhou à FBP sob o entendimento de que "a motivação do processo não é jurídica, mas política e ninguém em sã consciência acredita que Michel Temer possa representar uma melhora para os/as trabalhadores/as brasileiros"[318]. Essa percepção de uma 'onda conservadora' em curso no país serviu para unir parte majoritária dos atores coletivos da esquerda. Em outubro, por exemplo, a aprovação[319] do PL 5069/2013 "que dificulta o acesso aos serviços de abortamento legal para vítimas de violência sexual no sistema público

[314] PCB. Construir alternativa popular contra a chantagem do impeachment e a conciliação governista. 15 mar. 2015. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/7530/construir-alternativa-popular-contra-a-chantagem-do-impeachment-e-a-conciliacao-governista>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[315] PSTU. Fora Dilma, Fora Cunha, Fora Temer, Fora Aécio e esse Congresso Nacional! Fora todos eles! 3 dez. 2015. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/fora-dilma-fora-cunha-fora-temer-fora-aecio-e-esse-congresso-nacional-fora-todos-eles>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[316] FBP. Manifesto ao povo brasileiro. 5 set. 2015. Disponível em: <http://frentebrasilpopular.org.br/conteudo/manifesto-ao-povo-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[317] FPSM. Manifesto de fundação: somos povo sem medo! 13 out. 2015. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/povosemmedonacional/photos/a.1661869510750735.1073741828.1661846900752996/1663610150576671>. Acesso em 27 ago. 2018.

[318] BP. Nota da Frente Povo sem Medo. 7 dez. 2015. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/nota-da-frente-povo-sem-medo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[319] El País. Como cada deputado votou no PL 5069, que complica acesso ao aborto. 31 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/30/politica/1446238579_446975.html>. Acesso em: 8 out. 2018.

de saúde" (Gomes, 2017, p. 234) estimulou uma série de manifestações de mulheres contra o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). Mais tarde organizações como AMB, MMM e partidA posicionaram-se contra o *impeachment* entendendo que a deposição de Dilma era "parte dessa mesma avalanche" contra os direitos das minorias e classes subalternas[320].

Entre o início do processo e o definitivo impedimento de Dilma diferentes avaliações foram elaboradas para respaldar a atividade dos coletivos naquele contexto. A CAB reconheceu que estava em curso "uma luta cada vez mais agressiva pela máquina do Estado" que envolvia todo tipo de expediente por parte dos atores inseridos nas instituições jurídicas, policiais e midiáticas contra o PT. Apesar da identificação de um golpe orquestrado por setores de direita, contudo, os anarquistas entendiam que o partido conformou as próprias condições para que aquele intento tivesse êxito. A deposição da presidente era resultado da política de colaboração de classes do PT, tanto por defender os interesses das elites como por enfraquecer os instrumentos e a cultura política da classe trabalhadora. Diante desse quadro, caberia à esquerda atuar contra o golpe e "em defesa das lutas que surgem desde baixo... estender e massificar as greves, ocupações, atos contra as medidas de austeridade e a carestia para, a partir daí, se acumular forças reais para radicalizar a independência de classe"[321]. CSP-Conlutas e PSTU concordam com o diagnóstico (a corrupção do projeto petista) e a solução (apoio às lutas sociais de base), mas não aderem à interpretação do golpe. Para essas organizações era legítimo que uma presidente impopular e que concretizou um verdadeiro estelionato eleitoral fosse retirada do cargo. O *impeachment* era de fato conservador porque visava substituir apenas uma peça no tabuleiro. Por esse motivo defendiam eleições gerais e a completa substituição dos parlamentares[322]. Além disso recusaram-se a participar dos atos da FPSM sob a justificativa de que seu apoio, mesmo crítico, acabava por legitimar o governo e seu projeto[323]. No que se refere às BP e PCB percebemos um deslocamento de interpretações ou posições. Ao ingressar na Povo sem Medo e com o início do processo de impedimento as

[320] MMM. Mulheres contra o impeachment e o ajuste fiscal! Fora Cunha! 10 dez. 2015. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-contra-o-impeachment-e-o-ajuste-fiscal-fora-cunha>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[321] CAB. Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista: só a luta de classes decide. 20 mar. 2016. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?p=396>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[322] CSP-Conlutas. Impeachment: Nem Dilma (PT), nem Temer e Cunha (PMDB), nem Aécio (PSDB) são alternativas. Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita! 4 dez. 2015. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2015/12/impeachment-nem-dilma-pt-nem-temer-e-cunha-pmdb-nem-aecio-psdb-sao-alternativas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[323] PSTU. Dez motivos para você não ir às ruas no dia 13, no dia 18 ou no dia 31. 11 mar. 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/dez-motivos-para-voce-nao-ir-as-ruas-no-dia-13-no-dia-18-ou-no-dia-31>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BP passaram a fazer referência explícita ao golpe em suas análises: "não é contra o governo, é um golpe contra o povo brasileiro"[324]. Já o PCB, que antes se recusava a participar das manifestações por seu viés pró-governo, aderiu aos atos da FPSM por identificar neles "possibilidades de diálogo entre forças anticapitalistas para a construção de uma frente de luta"[325]. Ainda que MTST e PSOL tenham expressado severas críticas ao governo, que na iminência da queda continuava acenando às elites[326], o aprofundamento da crise política acelerou a aproximação entre a FPSM e FBP[327].

Mesmo entre as organizações da esquerda hegemônica, que atuaram ativamente contra o *impeachment*, tratava-se mais da defesa da democracia e da legalidade do que do governo em si. Além disso ampliava-se a percepção de que o próximo passo seria impedir uma futura candidatura de Lula. A CUT, por exemplo, expressou contrariedade com a proposta de reforma da previdência de Dilma afirmando que "a presidenta assume o ônus de uma reforma impopular e que poderá minar suas bases sociais de apoio" (CUT, 2016, p. 2). Pouco antes, o MAB publicizava que tinha "muitas críticas ao atual governo", dada a situação dos atingidos e mesmo a recente tragédia de Mariana (MG) com o rompimento de uma barragem. Na sua visão "o ajuste penaliza os mais pobres e tiram direitos dos trabalhadores/as... a mudança na política econômica é urgente e necessária"[328]. Até mesmo o PT (2015) já manifestava oposição ao governo no 5º Congresso por sua política de desonerações, ajuste fiscal, entre outros pontos. A autocrítica do partido quanto à ausência das reformas política e das comunicações em suas administrações, além da "supremacia dos mandatos sobre as instâncias partidárias" e a redução do PT a máquina eleitoral distante das bases sociais, indicava as raízes do apelo a Dilma por uma 'virada à esquerda' que jamais ocorreu (p. 16-7). Já em março de 2016 realizou-se a condução coercitiva de Lula na Lava-Jato. Para o PCdoB tratava-se de uma ação que visava "acelerar a consumação do golpe" e impedir a sua participação nas

[324] BP. Defender o Brasil pela base e lutar contra as falsas saídas da crise. 18 mar. 2016. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/defender-o-brasil-pela-base-e-lutar-contra-as-falsas-saidas-da-crise>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[325] PCB. A saída é pela esquerda: PCB se associa às manifestações de movimentos populares neste 24 de março! 21 mar. 2016. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/10667/a-saida-e-pela-esquerda-pcb-se-associa-as-manifestacoes-de-movimentos-populares-neste-24-de-marco>. Acesso em: 27 ago. 2018

[326] MTST. Declaração política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 7 mar. 2016. Disponível em: <http://www.mtst.org/noticias/declaracao-politica-do-mtst>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[327] FBP/FPSM. Não aceitamos o golpe contra a democracia e nossos direitos! Vamos derrotar o golpe nas ruas! 19 abr. 2016. Disponível em: <http://www.mtst.org/noticias/nao-aceitamos-o-golpe-contra-a-democracia-e-nossos-direitos-vamos-derrotar-o-golpe-nas-ruas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[328] MAB. O MAB é contra o impeachment de Dilma. 4 dez. 2015. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-contra-impeachment-dilma>. Acesso em: 27 ago. 2018.

próximas eleições[329]. Após esse episódio assentou-se a narrativa da esquerda hegemônica sintetizada pelo LPJ: "lutar contra a ofensiva golpista e em defesa da democracia é um imperativo para todos que se consideram de esquerda. São as nossas garantias constitucionais de existência que estão em risco"[330]. No caso do PCO, como vimos, a possibilidade de um golpe sempre existiu e o partido publicou várias notas desde o início de 2015 argumentando que se tratava de uma manobra oportunista da direita para aprofundar a retirada de direitos sociais[331]. Apesar da solidariedade e participação nos atos contra o impedimento, o PCO não deixou de lembrar que se tratava de um governo 'capitulador e entreguista' e se opôs, assim como outros coletivos, à sanção da lei antiterrorismo – que ocorreu após a abertura do processo[332]. O desfecho dos acontecimentos em agosto de 2016, em sua visão, apenas aprofundaria os ataques ao partido e Lula[333].

Do que viemos considerando nesta seção desde o início do governo Lula até o *impeachment* de Dilma é possível localizar os atores coletivos, perceber seus deslocamentos e os principais aspectos da crise em que se encontra o PT. Na órbita da esquerda hegemônica, cujo centro pode ser observado no PT, CUT, PCdoB e MST, estão organizações como AMB, Consulta Popular, CTB, LPJ, MAB, MMM, e PCO. De maneira geral são coletivos que em maioria adequaram-se ao sistema político e conduzem as lutas por dentro da (ou em constante diálogo com a) institucionalidade. As avaliações que realizaram das manifestações de junho de 2013 reforçam parcialmente esse ponto. No sítio da AMB, por exemplo, é possível encontrar em destaque um texto de uma militante que identifica a "crise de representação" como aspecto mais forte das manifestações – associado com a crítica do minúsculo contingente de mulheres e negras no Congresso. Por isso a Articulação se envolveu com outras organizações acima mencionadas para promover o Plebiscito Popular para a Reforma Política[334]. Quando se referem a 2013 em suas comunicações com frequência se trata de

[329] PCdoB. Agressão contra Lula é para acelerar golpe contra a democracia. 4 mar. 2016. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/agressao-contra-lula-e-para-acelerar-golpe-contra-a-democracia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[330] LPJ. Papo reto: ser de esquerda hoje é lutar contra o golpismo. 22 mar. 2016. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=890>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[331] PCO. Impeachment é golpe! Derrotar nas ruas a direita golpista e defender as reivindicações dos trabalhadores. 21 abr. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/pcoperaria/docs/notaoficial2_15>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[332] PCO. Lei "Antiterror" ataca organização dos trabalhadores. 9 ago. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/pcoperaria/docs/notaoficial14_2016-1>. Acesso em: 27 ago. 2018

[333] PCO. Para derrotar o golpe, ampliar a mobilização pelo Fora Temer e todos os golpistas. Por uma Assembleia Nacional Constituinte. 9 set. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/pcoperaria/docs/notaoficial19_2016>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[334] AMB. Não queremos apenas inclusão, queremos transformação! Mulheres na luta por mudanças radicais no sistema político. 7 abr. 2015. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/04/07/nao-

afirmar a necessidade de promover formas de participação social e rever as regras de funcionamento da política[335]. De forma similar, o LPJ interpretou que em junho existiu um grande "sentimento de inconformidade com o atual sistema político" que acabou capturado posteriormente pela direita. Nesse contexto os desafios que se apresentavam para a esquerda eram a busca de unidade, construção de um novo projeto político (centrado na refundação das instituições) e de novas formas organizativas (qualificando a proposta política da FBP e FPSM)[336]. Mais recentemente o PCdoB expôs que 2013 representou o marco inicial da "perda de hegemonia política da esquerda" que se consumou no decorrer de 2015. A partir de junho a direita se organizou, constituiu seus próprios movimentos e soube utilizar-se da *internet* para popularizar suas ideias. Já a esquerda só pôde reagir no contexto pós-*impeachment*, denunciando o projeto neoliberal e liderando expressivas mobilizações populares. Nessa conjuntura, corroborando com nossa interpretação, o partido fez um chamado ao campo por "um bloco político histórico que constitua nova maioria política para vencer nas urnas, na mobilização popular e na luta de ideias"[337]. Exceto pelo PCO, que afirma uma proposta de rompimento com a ordem[338], percebemos que o horizonte da esquerda hegemônica restringiu-se à 'revolução democrática' tal como destacamos inicialmente a partir de Coelho (2005).

O PT, por certo, não equivale ao governo e sempre comportou diferentes opiniões e tendências. Como demonstra Secco (2015), contudo, a 'direita do partido' deu as cartas na maior parte do tempo de sua vida. A Construindo um Novo Brasil (CNB), componente do campo Partido que Muda o Brasil, tem uma longa história. Descende da ART 113 e passa pela criação do Campo Majoritário (2000) que mudou para o nome atual em 2007. "Durante praticamente toda a história do PT esta tendência se fez hegemônica, ocupando os principais cargos de Direção Nacional", identificando-se com um projeto socialdemocrata (Coimbra, 2017, p. 258). Do escasso material disponível em seu sítio é possível perceber tanto o ânimo

---

queremos-apenas-inclusao-queremos-transformacao-mulheres-na-luta-por-mudancas-radicais-no-sistema-politico>. Acesso em: 27 ago. 2018.

335 Cf. CUT. Resoluções da Executiva Nacional da CUT. 25 mar. 2014. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/resolucoes-da-executiva-nacional-da-cut-0547>. Acesso em: 27 ago. 2014.

336 LPJ. Derrotas da esquerda: o que 2016 tem a nos ensinar? 5 out. 2016. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1294>. Acesso em: 27 ago. 2018.

337 PCdoB. Projeto de Resolução: 'Frente ampla: novos rumos para o Brasil'. 12 jul. 2017. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/projeto-de-resolucao-frente-ampla-novos-rumos-para-o-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

338 "Diante desse conjunto de reivindicações democráticas, está colocada a luta por uma verdadeira Assembleia Constituinte, que seja a representação de fato do povo, pela reformulação das bases sociais do regime que só pode ser efetivamente democrático (no sentido do controle da maioria do povo sobre o regime) se se der sobre a completa liquidação do regime atual, que já está em uma profunda decomposição". PCO. Informe de política nacional da 24ª Conferência. 11 abr. 2016. Disponível em: <https://pco.org.br/2016/04/11/informe-de-politica-nacional-da-24a-conferencia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

dirigista como o programa de melhorias dentro da ordem[339]. Não a toa a tendência reproduziu um texto que identifica nas manifestações de junho a prevalência do "sinal autoritário da anti-política, do antipetismo, da rejeição às diferenças" – sem descartar, por certo, o efeito da contradição entre o discurso eleitoral dilmista e as medidas tomadas ao fechar das urnas para o desfecho golpista[340]. Um passo à esquerda temos a DS, integrante do campo Mensagem ao Partido, que rompeu com o trotskismo no início dos anos 2000 e adotou a "tese da 'revolução democrática', centrada na gestão pública e numa proposta de governabilidade à esquerda da que vem sendo adotada pela CNB" (p. 268). Coerente com esse programa posicionou-se contra o ajuste fiscal, as alianças político-partidárias com forças conservadoras, e enxergou em 2013 um chamado da juventude e dos movimentos sociais para o aprofundamento de mudanças em um sentido progressista – que demandaria do PT a atualização de seu programa e um retorno às bases[341]. A AE, cisão de esquerda da ART 113 em 1993, defende em linhas gerais um partido que "assuma um papel de vanguarda" não apenas na luta institucional mas também junto aos movimentos sociais de forma a conquistar o poder efetivo em prol de "reformas estruturais e pelo socialismo" (p. 275). Dessa posição se entende seu diagnóstico de que as manifestações de junho demonstravam o erro do PT em se abster da luta pela hegemonia na sociedade em favor do simples exercício do governo. Isso permitiu que manifestações inicialmente progressistas fossem tomadas pela direita, culminassem na derrota simbólica nas eleições de 2014 e na escalada do movimento pró-*impeachment* em 2015 (AE, 2015). Enfim, na 'extrema esquerda' temos a OT que resistiu ao tempo e as cisões afirmando uma "orientação trotskista ortodoxa" (Coimbra, 2017, p. 285). Entre 2013 e 2016 a OT alinhou o repúdio da juventude e da classe trabalhadora ao sistema político[342] com a demanda pelo rompimento com a política econômica e as alianças estabelecidas pelo governo. Nesse sentido, contra a CNB e DS, propôs a reconstrução do PT "como instrumento de ação política de massas"[343].

---

339 CNB. Manifesto da CNB/PMB. Dez. 2016. Disponível em: <http://www.construindoumnovobrasil.com.br/index.php/publicacoes/movimentos-sociais/item/585-manifesto-da-cnb-pmb>. Acesso em: 27 ago. 2018.

340 CNB. Contribuição da Articulação Minas ao debate interno da CNB. 2016. Disponível em: <http://www.construindoumnovobrasil.com.br/index.php/publicacoes/politica/item/594-contribuicao-da-articulacao-minas-ao-debate-interno-da-cnb>. Acesso em: 27 ago. 2018.

341 DS. Manifesto da Mensagem ao Partido para o 5º Congresso do PT. 12 dez. 2013. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/manifesto-da-mensagem-ao-partido-para-o-5o-congresso-do-pt>. Acesso em: 27 ago. 2018.

342 OT. Situação crítica na cúpula do PT. 10 ago. 2013. Disponível em: <http://otrabalho.org.br/situacao-critica-na-cupula-do-pt>. Acesso em: 27 ago. 2013.

343 OT. "É falso debater se o PT caiu pelos erros ou pelos acertos". 7 dez. 2016. Disponível em: <http://otrabalho.org.br/e-falso-debater-se-o-pt-caiu-pelos-erros-ou-pelos-acertos>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Essa pequena amostra das tendências mais importantes do partido revela, portanto, diferentes leituras e proposições estratégicas na conjuntura política recente a despeito da trajetória de moderação do PT. Esses posicionamentos são significativos pois incidem no campo da esquerda de maneira geral, como percebemos nas diferentes ocasiões em que militantes ou mesmo frações inteiras deixaram o PT rumo a outros partidos, como o PSOL (Coimbra, 2017). No que se refere à avaliação dos acontecimentos que levaram ao impedimento de Dilma, o conjunto da análise documental realizada nessa pesquisa permite afirmar que a leitura mais comum entre os partidários é aquela sintetizada em uma frase de Lula: "nós nos precipitamos ao achar que 2013 foi uma coisa democrática"[344]. Essa interpretação foi melhor articulada em um artigo de Fernando Haddad publicado na revista Piauí (2017). Nele, em linhas gerais, o autor afirma que os protestos promovidos pelo MPL e a ação desmedida da PM paulista abriram as portas para a mobilização da direita. Isso porque apesar das condições de vida estarem melhores graças aos governos do PT, a classe média se viu pressionada pela ascensão social de um grande contingente de pessoas pobres. Ao se engajar em uma forma de ativismo político que dispensa qualquer "mediação político-institucional" e rejeita as "instâncias de representação política" o MPL permitiu que movimento fosse sequestrado por grupos conservadores – que atuavam com habilidade na *internet*. Chega mesmo a levantar a hipótese de uma conspiração nas redes sociais de modo a impulsionar as "convocações para os atos". Em suma, sua conclusão foi de que "junho de 2013 foi o estopim do *impeachment*". Nessa perspectiva importa menos se existiriam condições para protestos daquela magnitude se o partido tivesse adotado uma estratégia diferente do que a opinião de que o impedimento "não ocorreria não fossem as Jornadas de Junho" (n. p.). As eleições de 2014, a aplicação de medidas de austeridade no segundo mandato de Dilma e a erosão de sua base social também aparecem como variáveis menos decisivas. Cabe lembrar que Haddad sempre foi considerado um independente simpático ao campo Mensagem ao Partido (cf. Coimbra, 2017). Em junho de 2018, no contexto das eleições, viria a ingressar na CNB[345].

Voltando ao levantamento das relações estabelecidas entre os atores coletivos, entendemos que a oposição de esquerda está composta por um amplo arco que vai desde organizações que conjugam a atuação pela institucionalidade e o ativismo nos movimentos

[344] Folha de S. Paulo. Lula diz que foi precipitado considerar atos de 2013 democráticos. 11 ago. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909354-lula-diz-que-foi-precipitado-considerar-atos-de-2013-democraticos.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[345] Folha de S. Paulo. Em busca de apoio, Haddad vai ingressar na maior corrente petista. 20 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/em-busca-de-apoio-haddad-vai-ingressar-na-maior-corrente-petista.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2018.

sociais até coletivos autônomos que priorizam as lutas de base por alguma pauta específica. Seguindo esse gradiente teríamos, grosso modo, PSOL, partidA, PCB, PSTU, Intersindical, CSP-Conlutas, MTST, BP, MPL, CAB – sendo o Geledés um ator a parte, atuante junto aos movimentos negro e feminista mas com vínculos limitados com os demais. Trata-se de um conjunto fragmentado de atores coletivos que não possui um centro hegemônico, mas em que se destacam o PSOL e o MTST dada a sua atuação por meio da FPSM. A leitura que esses dois últimos atores fazem da conjuntura pós-2013 é convergente, talvez pela aproximação ocorrida entre eles nos últimos anos. Por um lado, o MTST enxergou nas manifestações de junho "o fim do consenso social que assegurava a hegemonia do PT" no contexto da crise econômica mundial de 2008 que impedia a manutenção do arranjo "ganha-ganha" (elites e classes populares). Com o trágico desfecho do governo Dilma, produto de uma manobra oportunista mas também de seus próprios equívocos nos momentos derradeiros, o PT, ainda que não estivesse morto, perderia sua capacidade de direção[346]. Por outro lado, sem menção a 2013, o PSOL declarava pouco antes que "é notório que o PT perdeu capacidade de aglutinação dos setores progressistas". A despeito disso, estava em curso "um novo ciclo na política brasileira" marcado por um novo ascenso das lutas sociais (das mulheres, dos negros, dos e das estudantes nas ocupações, entre outras). Dessa forma o momento demandava uma séria discussão sobre a "reorganização da esquerda no 'pós-PT'" focada em principal na construção de um novo programa "democrático, popular e socialista"[347]. No curso das lutas contra as reformas trabalhista e da previdência em 2017 estreitaram-se os laços entre as organizações a ponto de Guilherme Boulos, principal liderança do MTST, ingressar no PSOL e lançar a sua candidatura a presidente[348]. Na próxima seção discutiremos algumas das iniciativas políticas desse período.

O PSOL, da mesma forma que o PT, comporta tendências que possuem entendimentos e propostas estratégicas distintas. A APS/CC, corrente hegemônica no partido, fez um balanço negativo da experiência petista na iminência do impedimento de Dilma. As manifestações de junho de 2013 marcaram o "epicentro [do] fenômeno" de crescimento das lutas sociais que vinha desde 2011 em um contexto de crise do arranjo lulista e maturação da crise econômica. A partir dali ficaria evidente a frustração dos setores progressistas com o PT e a escalada do

[346] MTST. Guilherme Boulos: o duplo desafio da esquerda brasileira. 23 fev. 2017. Disponível em: <http://www.mtst.org/noticias/o-duplo-desafio-da-esquerda-brasileira>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[347] PSOL. Executiva do PSOL: lutar contra Temer, por novas eleições diretas e pela reorganização da esquerda. 12 dez. 2016. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/executiva-do-psol-lutar-contra-temer-por-novas-eleicoes-diretas-e-pela-reorganizacao-da-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[348] PSOL. Guilherme Boulos se filia ao PSOL. 5 mar. 2018. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/guilherme-boulos-se-filia-ao-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.

antipetismo fomentada pelas forças de direita. Seguiu-se uma campanha eleitoral polarizada e um patente estelionato eleitoral que alimentou as forças golpistas, resultando na derrubada da presidente. Nessa conjuntura a APS apoiou a participação na FPSM por entender a importância da luta contra o projeto político que visava tomar o poder mas sem dispensar a crítica dos treze anos de governos petistas[349]. Posteriormente defendeu o retorno ao projeto 'democrático e popular' original do PT como forma de disputar a hegemonia na sociedade brasileira[350]. Diferentemente, o MES enfatizou o caráter popular de junho, um movimento de massas da juventude trabalhadora que passou por fora dos mecanismos da cooptação petista. A tendência, além de sublinhar sua efetiva participação nos protestos, afirmou recentemente que aquele ciclo "segue sendo uma bússola para a construção de uma nova esquerda no Brasil"[351] no contexto do ocaso da Nova República – referindo-se textualmente a Safatle para reivindicar a construção de uma nova institucionalidade[352]. A defesa de junho e as pesadas críticas aos governos Lula e Dilma talvez expliquem sua inicial recusa da 'tese do golpe'[353], revertida tardiamente[354]. Já a Insurgência foi fundada no calor das manifestações enxergando nelas "uma indignação contra o sistema estabelecido, um anseio de participação e democracia, um clamor por direitos e justiça". Por isso defendiam por parte do PSOL uma atividade "que contribua para organizar a classe que vive do trabalho e os processos vivos de luta nas ruas" e não que priorize o campo institucional[355]. Sua atuação se pautou por esse princípio, críticos da conciliação petista mas sem estabelecer uma falsa equivalência com a direita conservadora e Temer, por um PSOL de bases e internamente mais democrático[356]. Enfim, a CST ocupa uma posição na 'extrema esquerda' do partido e manifestou apoio aos protestos contra o aumento

[349] APS. "Fora Temer, Eleições gerais" e construção de uma alternativa verdadeiramente de esquerda. 10 jul. 2016. Disponível em: <https://acaopopularsocialista.com/2016/08/31/fora-temer-eleicoes-gerais-e-construcao-de-uma-alternativa-verdadeiramente-de-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[350] APS. APS: Resoluções de Conjuntura Nacional e Tática - junho 2017. 4 jun. 2017. Disponível em: <https://acaopopularsocialista.com/2017/06/30/aps-resolucoes-de-conjuntura-nacional-e-tatica-junho-2017>. Acesso em: 27 ago. 2017.

[351] MES. Por uma candidatura do PSOL independente do lulismo em 2018. 2 fev. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/editorial-candidatura-psol-2018-independente-lulismo>. Acesso em 27 ago. 2018.

[352] MES. A falência da Nova República e a construção de uma alternativa para o Brasil. 7 abr. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/04/conferencia-mes-documento-nacional>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[353] MES. Vai ter golpe? 19 mar. 2016. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2016/03/vai-ter-golpe>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[354] MES. Pelo direito de Lula ser candidato. 5 jan. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/01/pelo-direito-de-lula-ser-candidato>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[355] Insurgência. Manifesto por uma nova corrente revolucionária. 7 jul. 2013. Disponível em: <http://www.insurgencia.org/pagina-exemplo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[356] Insurgência. O PSOL e os desafios de construir uma alternativa de esquerda para o Brasil. 10 mai. 2017. Disponível em: <http://www.insurgencia.org/o-psol-e-os-desafios-de-construir-uma-alternativa-de-esquerda-para-o-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

das passagens desde o início – enfatizando seu caráter popular[357]. Posteriormente, ao adotar a pauta do 'Fora Todos', a tendência sublinhou a escalada da criminalização dos movimentos sociais empreendida pelo PT, inclusive em 2013, para rechaçar qualquer possibilidade de apoio ao governo e à sua campanha contra o 'golpe'[358]. Em geral percebe-se de sua parte uma atuação crítica contra a política de alianças do PSOL[359] e pela inserção do partido nas lutas sociais[360].

Os demais atores coletivos que compõem a oposição de esquerda também fizeram avaliações diversas sobre o contexto pós-2013. As BP aderem à leitura do ocaso da Nova República pela incapacidade das "forças políticas institucionais", dos "movimentos sociais e entidades classistas forjadas no final da ditadura" apresentarem um programa e o caminho para superação da crise política[361]. Igualmente ao PCB em momento subsequente, por outro lado, identifica um novo ciclo de lutas sociais em curso desde 2013 que se caracteriza pelo ascenso de novos atores e formas de mobilização política[362]. Nessa conjuntura as BP destacavam como tarefas o "trabalho de massas junto ao povo", a composição de pautas unitárias pela unidade da esquerda, e a superação do "petismo" de modo a construir "um novo projeto nacional" – pontos que, sob outros fundamentos, encontram correspondência no chamado à reorganização das forças, construção de um programa e unidade da esquerda por parte do PCB. A luta contra o golpe, na visão das BP, pautava-se pela defesa do 'espírito de junho' quanto à manutenção e expansão de direitos sociais e serviços públicos, contrapondo também a criminalização da esquerda e dos movimentos sociais. No que se refere ao PSTU talvez se trate da organização que mais referências fez a junho de 2013 a partir da sua ocasião. Isso se explica pela leitura de que as manifestações revelaram uma revolta latente da população contra as instituições. Na medida em que suas demandas não foram atendidas, e as condições de vida pioravam, o partido entendia os protestos como "prenúncio de mobilizações

[357] CST. Indignad@s contra o aumento da passagem! 10 jun. 2013. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2013/06/10/arquivoid-9299>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[358] CST. Fora Dilma e Lula! Fora Temer e Aécio! Fora Todos! 18 mar. 2016. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2016/03/18/fora-dilma-e-lula-fora-temer-e-aecio-fora-todos>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[359] CST. O PSOL deve defender um programa anticapitalista e se posicionar contra o "Manifesto unidade para reconstruir o Brasil". 16 fev. 2018. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2018/02/16/o-psol-deve-defender-um-programa-anticapitalista-e-se-posicionar-contra-o-manifesto-unidade-para-reconstruir-o-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[360] CST. Contribuição ao debate no PSOL. 13 dez. 2016. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2016/12/13/contribuicao-ao-debate-no-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[361] BP. Análise de conjuntura das Brigadas Populares. 16 fev. 2016. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/17995/decifra-me-ou-te-devoro-reflexoes-sobre-crise-atual-e-as-tarefas-da-esquerda-revolucionaria-no-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[362] PCB. Decifra-me ou te devoro: reflexões sobre a crise atual e as tarefas da esquerda revolucionária no Brasil. 21 dez. 2017. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/17995/decifra-me-ou-te-devoro-reflexoes-sobre-crise-atual-e-as-tarefas-da-esquerda-revolucionaria-no-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ainda maiores, um ensaio para um grande processo de transformação social"[363]. Sua atividade nos anos seguintes, à parte das mobilizações contra o golpe entendidas como pró-governo, seria guiada pelo intento de fomentar uma nova revolta popular[364]. Enfim, no contexto pós-*impeachment* a CAB reafirmou que "o PT foi o seu próprio coveiro" e que sua derrocada afetou todo o campo da esquerda, tanto moralmente como no aspecto jurídico-policial. A luta contra o governo Temer e suas reformas demandaria um trabalho paciente da militância no sentido de estimular a organização das classes subalternas. Conforme seus princípios os anarquistas postularam que a saída estaria na superação dos instrumentos burocratizados, na construção do poder popular com independência de classe para além dos pressupostos do petismo e de seu projeto político[365].

Caminhando para o fim dessa seção faz-se necessário um comentário sobre o MPL. Ainda em junho de 2013 a presidente promoveu reuniões para discutir o tema do transporte público com militantes do movimento, prefeitos das capitais e governadores[366]. Surpreso com o convite, o coletivo escreveu uma carta aberta a Dilma apresentando o MPL e elencando questões relacionadas à pauta da mobilidade urbana. Nesse documento é notável a identificação de seus militantes com os demais movimentos sociais brasileiros que, como escrevem, "sempre sofreram com a repressão e a criminalização". Referem-se ao "massacre de indígenas" em curso no Mato Grosso do Sul, a criminalização da luta pela moradia quanto ao MTST, e mesmo a repressão policial sofrida durante as manifestações pela revogação do aumento[367]. O que poderia ter sido um marco para a construção do movimento em outro patamar, não apenas enquanto federação que o MPL se afirma mas também articulado a outros movimentos envolvidos direta ou indiretamente com a pauta do direito à cidade, resultou de fato em impasse. Entorpecida por uma vitória obtida em condições peculiares[368], conquista essa que seria revertida rapidamente de 2014 em diante, sua militância não foi capaz de fomentar o MPL no plano nacional. Do que acompanhamos nas publicações dos coletivos em nível local percebe-se uma frágil articulação com outras lutas e movimentos

[363] PSTU. Junho não terminou: façamos um 2014 ainda maior. 31 dez. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/junho-nao-terminou-facamos-um-2014-ainda-maior>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[364] PSTU. Junho de 2013 foi só o começo. 15 jun. 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/editorial-junho-de-2013-foi-so-o-comeco>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[365] CAB. Superar o petismo e a burocracia na esquerda. Só a luta e a organização transformam a realidade. 14 nov. 2016. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=590>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[366] TV Brasil. Dilma reúne prefeitos, governadores e representantes do MPL para reunião sobre transportes. 24 jun. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZCWX4xiU52w>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[367] MPL-SP. Carta aberta do MPL-SP à presidenta. 24 jun. 2013. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/24/carta-aberta-do-mpl-sp-a-presidenta>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[368] Caio de Andrea. A novidade da recusa do MPL: uma vitória popular. 14 jun. 2013. Disponível em: <http://passapalavra.info/2013/06/79073>. Acesso em: 27 ago. 2018.

sociais. Pior do que isso, não se observa sequer um vínculo substantivo entre as diferentes instâncias que compõem o MPL.

Esse diagnóstico é confirmado pelo debate estabelecido entre diferentes militantes por meio do sítio do Passa Palavra. Em um artigo de 2015, um membro do Tarifa Zero Goiânia expressava que "o MPL, descontando algumas experiências isoladas, é hoje um movimento social de superfície, de pouca ou quase nula profundidade e que não ataca as estruturas profundas da sociedade". No texto Enrique criticava o processo de essencialização do princípio da autonomia que serviu para isolar o movimento das lutas populares e da classe trabalhadora. Não se descarta ainda que tal fenômeno esteja associado com o ascenso da política identitária que reduz a "autodeterminação dos povos" do nacionalismo à "'auto-organização' ou empoderamento das 'minorias'" engessando os movimentos[369]. Pouco tempo depois um militante de São Paulo 'decretou' o fim do MPL com base em argumentos convergentes: "os princípios foram transformados em nossa própria doutrina. Considerávamos essa a única perspectiva correta de atuação e, portanto, seríamos superiores aos demais agrupamentos da esquerda". Mais grave para um movimento que se afirma 'horizontal', ocorreu a "manutenção da lógica dos grupos de afinidade autônomos" que atuavam numa dinâmica em que o método do consenso era aplicado a todas as questões, o que resultou em diversos problemas. Em suma, "ao não se pensar como um movimento inserido nas dinâmicas de lutas mais amplas dos trabalhadores e trabalhadoras, [o MPL] foi incapaz de superar seus próprios limites"[370]. Enfim o Tarifa Zero Goiânia, iniciando com um longo histórico das cisões e críticas ocorrentes nos meses anteriores, veio a confirmar que a situação do movimento era grave mas que ele ainda se encontrava em vida. O coletivo reconhecia que passava "por um processo em que não conseguimos ampliar o coletivo e estamos nos fechando em nós mesmos". Já no plano nacional enxergavam "que desde 2013 não conseguimos nos estruturar como federação, o que é um grande desafio". A saída para o impasse, além de uma maior articulação entre suas entidades, passava pela abertura do coletivo à participação de pessoas de outras organizações sem abrir mão dos fundamentos da sua Carta de Princípios[371].

No que se refere ao MPL enquanto organização, portanto, não foi possível levantar suas avaliações sobre a conjuntura política e sobre os horizontes da esquerda no período recente.

---

[369] Fagner Enrique. MPL, a ritualização da autonomia. 30 jun. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/06/105129>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[370] Legume Lucas. O Movimento Passe Livre acabou? 4 ago. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/08/105592>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[371] Tarifa Zero Goiânia. O MPL está em coma, mas ainda não morreu. 18 ago. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/08/105744>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Por certo coletivos como MPL Florianópolis e Tarifa Zero Salvador não deixaram de articular suas lutas pelo transporte público com temas relevantes como o golpe, o Novo Regime Fiscal[372] e a reforma da previdência[373]. É pertinente também a avaliação do primeiro, por ocasião dos dez anos da Revolta da Catraca, quanto às vitórias de 2013 que renderam certo destaque ao movimento e colocaram a pauta da "Tarifa Zero no debate público". No entanto sublinhavam que "embora tenhamos construído uma proposta de luta bastante concreta, ainda estamos presos ao mito das decisões por consenso, da horizontalidade, autonomia, apartidarismo (que volta e meia descamba para o anti-partidarismo)"[374]. Depreende-se então que o MPL não realizou de fato seu princípio de constituir-se como federação e, a depender da localidade, esteve mais envolvido nas questões organizativas e na luta contra os aumentos das tarifas do que nas pautas maiores da esquerda no período entre o levante de junho e o impedimento de Dilma. Como observamos acima ao tratar sobre o autonomismo (cf. 1.1.5) pelo menos dois problemas se reproduzem aqui: a rejeição de alianças e a fetichização da autonomia. Por um lado, o desapreço por qualquer forma de organização e a ênfase forte na independência levam a dispensar o diálogo com outros atores coletivos com base em preconceitos – como se fossem todos iguais e a parceria ocasional representasse risco à forma como o movimento autônomo conduz suas atividades. Por outro, como sublinham Alcoff e Alcoff (2015), isso conduz a uma postura em que a autonomia torna-se um fim em si mesmo para além dos objetivos concretos do coletivo – dispensando ainda qualquer tipo de mediação com experiências desenvolvidas em outras localidades. Trata-se do próprio dilema aludido na seção sobre o esquerdismo, entre cooptar ou resistir/atuar à margem (cf. 1.1.4). Enfim, um último ponto a destacar é a problemática da horizontalidade. Como demonstra o debate militante no Passa Palavra, a fé nesse princípio levou a um conjunto de divergências pessoais que serviram para dificultar a tomada de decisões e desagregar a militância. Ao modo como postulava Freeman[375], na ausência de estruturas formais proliferavam as informais que mais tarde vieram a conformar grupos de afinidade atuantes à revelia do movimento.

---

[372] MPL-Florianópolis. Hoje é o Dia Nacional de Luta pela Tarifa Zero! 26 out. 2016. Disponível em: <https://mplfloripa.wordpress.com/2016/10/26/hoje-e-o-dia-nacional-de-luta-pela-tarifa-zero>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[373] Tarifa Zero Salvador. Por que devemos ser contra a reforma da previdência? 14 mar. 2017. Disponível em: <https://tarifazerossa.wordpress.com/2017/03/14/por-que-devemos-ser-contra-a-reforma-da-previdencia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[374] MPL-Florianópolis. 10 anos da Revolta da Catraca. 9 jul. 2014. Disponível em: <https://mplfloripa.wordpress.com/2014/07/09/10-anos-da-revolta-da-catraca>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[375] Jo Freeman. The Tyranny of Structurelessness. 1973. Disponível em: <https://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Concluída essa seção, dispomos de um quadro geral do campo da esquerda brasileira no contexto recente. Percebemos como o levante de 2013 sinalizou o ápice da crise de hegemonia do PT ainda que esta não tenha sido terminal. Temos que aquela instituição com maior capacidade de constituir um partido no sentido gramsciano moderou seu projeto e se afastou das bases. Seja por limites internos ao campo ideológico, dada a força de atração e o poder da esquerda hegemônica, ou externos, no que se refere ao fortalecimento da direita nos últimos anos, a oposição de esquerda não conseguiu se colocar à altura do desafio da disputa de hegemonia no conjunto da sociedade e de estabelecer um vínculo e unanimidade tal como aquele do PT originário dadas as condições históricas. A conjuntura posterior à eleição presidencial de 2014 dificultaria ainda mais esse intento, dada a crise política e econômica que se abateu sobre o país e a crescente rejeição ao PT que afetou também a percepção das pessoas quanto aos demais atores coletivos da esquerda. Enfraqueceu-se o elo entre os intelectuais e as massas, mas também a luta ideológica na sociedade, capaz de conferir maior maior intercâmbio entre a militância e os movimentos de base orientado à constituição de um projeto próprio às atuais condições. A despeito das várias mobilizações organizadas no período foi necessário retroceder para a luta defensiva, primeiro pelos direitos sociais ameaçados pela austeridade, depois pela própria democracia – confrontando a crescente onda conservadora em curso. Uma esquerda fragmentada e enfraquecida se lançou às ruas contra o golpe (ou pelo fora todos) e o PT manteve surpreendente capacidade de adesão, conservando a hegemonia ainda que em condições mais precárias. Ao mesmo tempo, a oposição buscou compor uma via alternativa que desaguou em iniciativas como o Vamos, organizado pela FPSM, e os mandatos coletivos promovidos por atores e atrizes que entraram na política recentemente, como veremos. Feita essa leitura entendemos, de dentro para fora, que a luta pela hegemonia na sociedade retrocedeu em favor da direita. De fora para dentro, temos uma situação em que os atores hegemônicos não perderam sua capacidade de direção mas foram obrigados a ceder em um contexto de crise generalizada. É com base nesses elementos preliminares que passamos a discutir na sequência o futuro da esquerda com relação ao cenário político do país.

### 4.3 - Uma nova hegemonia? A esquerda e a política na atualidade

Até aqui esta dissertação se orientou pelo questionamento sobre a conformação de uma nova hegemonia no campo da esquerda a partir de junho de 2013. Inicialmente colocamos como hipóteses as possibilidades de uma incipiente mas relevante reconfiguração em curso a partir daqueles acontecimentos, em condições propícias para a oposição, e da manutenção da

hegemonia petista em outros termos, mais plural a partir do necessário diálogo em contexto de crise. A exposição da parte precedente permite avaliar que nos encontramos em uma situação mais próxima da segunda hipótese do que da primeira. As manifestações de junho, seja pelas condições historicamente legadas ou pelos limites da atuação dos atores coletivos, não beneficiaram a esquerda no sentido de uma articulação com os setores progressistas da sociedade brasileira. Como demonstram os fatos do período recente (cf. 3.1.2) a direita teve mais sucesso em se associar com o movimento e canalizar o descontentamento popular para a crítica dos governos do PT, com ampla ressonância social. Na crise política entre 2015 e 2016 a esquerda hegemônica conservou sua capacidade de mobilização a despeito das fraturas internas – devido ao descontentamento de vários setores com as políticas implementadas por Dilma. Vislumbrando uma situação ainda pior caso a ala conservadora assumisse o poder, a oposição de esquerda se dispôs a lutar contra o golpe ainda que adotando uma posição crítica ao governo. Assim, por um lado, os atores hegemônicos foram forçados a abrir uma ponte que a muito se encontrava fechada. Por outro, a despeito do fortalecimento do PSOL e do MTST pela constituição da FPSM, a luta naquele momento tomou uma direção defensiva retrocedendo a política de base. Os desdobramentos posteriores à conclusão do *impeachment* confirmam a continuidade do papel de direção do PT e congêneres dado o peso da FBP na luta contra as reformas do governo Temer e a projeção da escalada judicial contra o ex-presidente Lula – que encontrou solidariedade em quase todo o campo.

Nessa última seção nos ocuparemos de alguns aspectos que nos parecem relevantes para argumentar em favor da hipótese de continuada hegemonia do PT sob condições diversas do período pré-2013. A análise de algumas iniciativas recentes permitirá compreender o atual equilíbrio de forças e as alternativas que têm sido construídas em um cenário de fortalecimento da direita na política nacional. Para isso, trataremos em mais detalhes sobre a atuação da partidA, a criação do Vamos, e as movimentações dos atores coletivos na proximidade das eleições de 2018. Na sequência essa exposição será articulada com a literatura recente que tratou sobre os dilemas e o futuro da esquerda no país de modo que possamos indicar possíveis prognósticos sobre o campo e a política no país nos próximos anos.

Listada entre as organizações que incidem na disputa hegemônica do campo no atual período, a partidA pouco apareceu na exposição acima. Como vimos na primeira seção deste capítulo, trata-se de um coletivo bastante recente mas que já possui um histórico de relevantes iniciativas. De modo a efetivar seu objetivo de promover a inserção das classes subalternas na política institucional e transformá-la por dentro, a partidA buscou firmar parcerias com

partidos estabelecidos para lançar suas candidaturas. Meses antes das eleições municipais de 2016 o coletivo estreitou seus laços com a RAiZ - Movimento Cidadanista – partido em processo de legalização, construído por dissidentes da Rede Sustentabilidade e que se funda nos princípios do Teko Porã, Ubuntu e Ecossocialismo[376]. Dada a afinidade entre os coletivos e sua aproximação com o PSOL formulou-se a proposta de uma chapa feminista para a prefeitura de São Paulo com Luiza Erundina (RAiZ) e Marcia Tiburi (partidA)[377], o que acabou não sendo viabilizado – Ivan Valente concorreu como vice. Para além dessa iniciativa a partidA "apoiou cerca de dez candidatas" a vereadora, das quais quatro foram eleitas nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo (Scapini; Rita; Ribeiro, 2017, p. 410). Entre elas destacamos Áurea Carolina (PSOL), eleita com a maior votação na capital mineira e também integrante da plataforma Muitas. Naquele pleito essa associação viabilizou uma campanha coletiva de pessoas "que têm sido, ao longo da nossa história, afastadas do poder": mulheres, negros, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais, população de rua, LGBTT's, trabalhadores e trabalhadoras. Desde o princípio a ideia foi de fomentar mandatos "coletivos, representativos e transparentes", mantendo a interlocução com atores e atrizes sociais durante seu exercício[378]. A saída encontrada para viabilizar essa iniciativa por meio dos mandatos de Carolina e da também eleita Cida Falabella (PSOL) é assim descrita por Bones e Lessa[379] (2017, p. 371, grifo nosso)

> Para que de fato a ocupação do espaço institucional dentro da Câmara Municipal fosse uma caixa de ressonância das lutas da cidade, logo após as eleições, iniciamos um processo de planejamento aberto e coletivo do que seriam os mandatos no legislativo. Em duas imersões com as integrantes das MUITAS e de movimentos parceiros, foram construídas as bases de composição, de organização e funcionamento de nosso mandato. *Ali surgiu a Gabinetona*: nome dado ao espaço de trabalho dos mandatos na Câmara, sem divisórias, coletivo e integrado. A equipe da Gabinetona deveria representar não só as candidatas eleitas, mas todas as lutas que se apresentaram coletivamente para a cidade. Por isso, todas as candidatas foram convidadas a integrar a equipe e sua composição seguiu critérios de paridade de gênero, diversidade de orientação sexual e igualdade racial, tendo as mulheres negras e as LGBTIQs como maioria na composição final.

Em suma, as vereadoras romperam a divisão física entre seus gabinetes e promoveram um espaço aberto à população que tivesse interesse em discutir temas específicos. A equipe

[376] RAiZ - Movimento Cidadanista. Histórico da RAiZ - Movimento Cidadanista. 17 jul. 2015. Disponível em: <http://www.raiz.org.br/historico-da-raiz-movimento-cidadanista>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[377] partidA. Carta-proposta da partidA Feminista para a Raiz e o PSOL. 9 abr. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/sigapartida/posts/439793766228979>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[378] Muitas. Disponível em: <https://www.somosmuitas.com.br>. Acesso em: 27 set. 2017.
[379] Como exposto no início de seu texto, os próprios autores integram a equipe da Gabinetona respectivamente como "coordenador de mandato aberto" e "coordenador geral" (Bones; Lessa, 2017, p. 337).

foi dividida em núcleos temáticos que deliberam as pautas da cidade e suas diferentes lutas como moradia e mobilidade urbana, por exemplo[380]. Efetivando ainda os compromissos construídos durante a campanha, a Gabinetona promoveu uma 'bancada do teatro' com foco no tema da cultura. Uma de suas propostas foi resgatar o Teatro Legislativo, "derivação do Teatro do Oprimido, [técnica] formulada quando Augusto Boal ocupou o cargo de vereador no Rio de Janeiro, entre os anos de 1993 e 1996" (Bones; Lessa, 2017, p. 372; Cf. Silva, 2017). Tratava-se de uma maneira de estimular a participação popular orientada à elaboração de projetos legislativos por meio de uma atividade crítica e lúdico-cultural para além da expertise técnica.

Somado ao envolvimento da partidA na mobilização contra o golpe e as reformas do governo Temer[381], portanto, temos seu ativismo voltado à inclusão das classes subalternas nas estruturas de poder e ressignificação das instituições sob o viés do feminismo. Na ocasião do 2º Encontro Nacional, realizado entre 29 de abril e 1 de maio de 2017, sua principal representante manifestava que "vivemos o Golpe de Estado, politicamente traumático, eticamente perverso e estrategicamente perfeito". O desfecho desse processo, segundo Tiburi, comprovou "que um partido feminista, ainda que concretamente impossível, seria realmente urgente". Daí a prioridade na formação, diálogo com lideranças dos movimentos populares em vários âmbitos e a proposição de candidaturas que colocassem em evidência a pauta de todos e todas aquelas "que são violentados física e simbolicamente pelo arranjo do poder entre machismo, racismo e capitalismo"[382]. Por óbvio trata-se de um coletivo com dimensões restritas atualmente, contudo sua atuação em especial por meio do PSOL está possibilitando um entendimento alternativo da atuação institucional que só passou a ser vislumbrado recentemente. Afinal, os partidos de esquerda a muito concorrem em eleições e exercem mandatos mas, para além da participação social por meio de conferências e conselhos por exemplo, vimos pouca criatividade política e efetivo afastamento das bases. Iniciativas como da partidA e das Muitas estão aos poucos desafiando a clássica separação entre os poderes Executivo e Legislativo e setores populares e permitem entrever uma saída para a retomada da luta pela hegemonia no conjunto da sociedade, pela formação de uma nova intelectualidade orgânica.

---

[380] Edição do Brasil. Vereadora mais votada de BH faz balanço do mandato. 16 nov. 2017. Disponível em: <http://edicaodobrasil.com.br/2017/11/16/vereadora-mais-votada-de-bh-faz-balanco-mandato>. Acesso em: 8 out. 2018.

[381] partidA. Como ajudar a #GreveGeral no dia 28 de abril. 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/sigapartida/posts/581616455380042>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[382] Marcia Tiburi. Carta ao nosso encontro. 1 mai. 2017. Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/2017/05/01/carta-ao-encontro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Outro fato relevante, e anterior à conclusão do *impeachment*, alterou em alguma medida o equilíbrio das forças de esquerda: o rompimento de centenas de militantes com o PSTU do qual se originou o Movimento por uma Alternativa Independente Socialista (MAIS). Em julho de 2016 foi publicada uma carta à direção do partido com as razões do desligamento. Elas se centraram em principal no posicionamento do PSTU por não aderir à luta contra o impedimento de Dilma mesmo sob um viés crítico do ajuste fiscal e do projeto político do PT. Afirmando rejeitar "qualquer tentativa de reeditar, trinta anos depois, a experiência reformista do PT", a militância negou o caminho da disputa estritamente institucional e da colaboração de classes – em implementação inclusive pela "direção majoritária do PSOL". Sua atividade seria fomentada por meio das organizações e movimentos sociais construídos nos últimos anos de modo a compor a "unidade na ação prática, na luta comum". Para isso seria necessário romper o isolamento do PSTU que, por suas posições políticas, aparecia cada vez mais longe de viabilizar uma frente de esquerda com o PSOL e o PCB, entre outros[383]. A resposta da direção do partido reiterou sua avaliação de que "o governo Dilma não era 'progressivo' frente a uma alternativa burguesa qualquer, como Temer... Para os trabalhadores eram iguais. Portanto, não há que se defender um contra o outro e sim lutar contra os dois. Fora Dilma, Temer, Cunha e Aécio! Fora todos eles". Por esse motivo rechaçou a "campanha contra o suposto golpe" e a participação nos atos da FPSM como defendiam os dissidentes. Na visão do PSTU "os companheiros dão uma importância às eleições burguesas maior do que elas deveriam ter para os revolucionários" e o projeto político do partido não era mais compatível com aquele de 'radicalização da democracia' sustentado pelo PSOL – o que inviabilizava a construção conjunta de uma alternativa revolucionária[384]. Na impossibilidade de um acordo o PSTU perdeu uma parte considerável de seus membros, inclusive importantes lideranças como Valério Arcary e Mauro Puerro[385].

Demorou pouco mais de um ano para que a militância do MAIS decidisse que rumo tomar, e a escolha foi pela adesão ao PSOL. Em seu 1º Congresso Nacional, ocorrido entre 27 e 30 de julho de 2017, foi formalizada a proposta de ingresso no partido, decisão "que envolveu mais de 800 militantes de todo o país". A resolução do encontro apresentou uma avaliação negativa da experiência petista até o golpe parlamentar e sublinhou o caráter golpista da direita brasileira com a qual o PT manteve relações – e que não mostrava sinais de

[383] Carta à Direção Nacional do PSTU. 6 jul. 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/carta-a-direcao-nacional-do-pstu>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[384] PSTU. Declaração da Direção Nacional do PSTU. 6 jul. 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/declaracao-da-direcao-nacional-do-pstu>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[385] Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC). Ruptura no PSTU. 6 jul. 2016. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/noticia/ruptura-no-pstu>. Acesso em: 8 out. 2018.

rompimento levando em conta o discurso pré-eleitoral de Lula. Frente à persistência do lulismo, o MAIS propunha "reencantar os trabalhadores para enfrentar as amarras estruturais que prendem nosso povo à pobreza e à exploração. Em outras palavras, apresentar um programa que ouse afrontar os privilégios seculares de uma burguesia racista, corrupta e submissa ao imperialismo". O PSOL, como força dinâmica e independente, aparecia como o partido ideal para perseguir esse objetivo e a militância se comprometeu a "atuar ombro a ombro com todas e todos" do partido para conceber um projeto libertário para o conjunto das classes populares e "pela transformação socialista do Brasil"[386]. A adesão foi formalizada no 6º Congresso do PSOL (realizado em dezembro) no qual o MAIS apresentou um manifesto. Nele, expressava que "ao longo de 2015 e 2016, ocorreu uma mudança na correlação de forças entre as classes sociais no Brasil. Esta alteração regressiva não foi continuidade de Junho de 2013; mas, sim, o seu avesso". Segundo essa leitura o movimento societário que levou ao golpe parlamentar caracterizou-se por um deslocamento "das classes médias... à direita", relacionado ao ativismo judicial em curso por meio da operação Lava Jato. O ano de 2017, por outro lado, representou a retomada das lutas contra o governo em várias mobilizações nacionais que permitiram ao menos barrar a reforma da previdência. Nessa conjuntura, ao que se deduz do documento, os principais desafios seriam compor Frente Única contra o governo, as reformas e pelas Diretas Já e construir uma Frente de Esquerda Socialista em torno de uma candidatura presidencial que represente os diferentes movimentos sociais, sindicatos combativos, entre outras organizações e coletivos[387]. As tendências do PSOL consideradas neste estudo receberam positivamente a filiação do MAIS, ainda que a CST tenha polemizado com Arcary posteriomente por sua defesa do direito de Lula se candidatar nas eleições e por adotar as teses do golpe e da onda conservadora[388].

Paralelamente ao fortalecimento do PSOL como polo alternativo aos partidos da esquerda hegemônica, os movimentos associados à FPSM lançavam a plataforma 'Vamos! Sem medo de mudar o Brasil'. Segundo seus organizadores, "a iniciativa tem por finalidade rediscutir os problemas brasileiros, além de tentar apontar novos rumos para o Brasil e a esquerda brasileira". Por meio de reuniões públicas, transmitidas ao vivo, e sugestões enviadas pela *internet* objetivava-se engajar pessoas comuns de modo a "criar um projeto

[386] Esquerda Online. MAIS anuncia entrada no PSOL. 4 ago. 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/08/04/o-mais-anuncia-a-entrada-no-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.
[387] Esquerda Online. MAIS apresenta manifesto ao VI Congresso Nacional do PSOL. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/08/21/mais-apresenta-manifesto-ao-vi-congresso-nacional-do-psol>. Acesso em: 8 out. 2018.
[388] CST. Debate: Devemos lutar pelo direito do Lula a ser candidato? 20 dez. 2017. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2017/12/20/debate-devemos-lutar-pelo-direito-do-lula-a-ser-candidato>. Acesso em: 27 ago. 2018.

popular, construído de baixo para cima, longe da velha prática de decidir o futuro do [país] à portas fechadas"[389]. O modelo proposto encontra sua referência fundamental na prática do partido-movimento Podemos, da Espanha, que "se destaca pelo uso das TICs para a promoção da participação política desde sua criação em janeiro de 2014" (Penteado; Souza; Tori, 2018, p. 2). Lançada em agosto de 2017, a plataforma se organizava em torno de cinco eixos: democratização da economia; democratização da política e poder; democratização da cultura e dos meios de comunicação; democratização dos territórios e do meio ambiente; e programa negro, feminista e LGBTT. Como sublinham os autores anteriormente citados tratava-se, por parte da FPSM, de fazer frente à crise política e econômica que acometia o país no contexto de um "governo ilegítimo, um sistema sem credibilidade", um judiciário arbitrário e de enorme pressão sobre direitos sociais (p. 10). As reuniões e coleta de propostas ocorreram entre agosto e novembro e ao final foi divulgado um documento articulando as diferentes medidas sugeridas pelos participantes[390]. Guilherme Boulos, do MTST, avaliou o Vamos como "uma experiência extraordinária" que engajou uma parcela significativa dos movimentos sociais, ativistas, e intelectualidade de esquerda – inclusive organizações e integrantes da esquerda hegemônica[391] – para pensar "novas configurações e novos caminhos na esquerda brasileira"[392].

O Vamos, contudo, não foi uma unanimidade no campo da esquerda desde a sua concepção. De início, Lula demonstrou contrariedade com a presença de membros do PT em uma reunião puxada pela FPSM para discutir a formulação de um novo programa para o país. Compreendeu-se que a iniciativa destoava do discurso de que sua candidatura presidencial seria o 'plano A' do partido em um contexto em que se aproximava a primeira condenação judicial do ex-presidente[393]. Para além da ameaça sentida por setores do PT[394], lideranças do

[389] MTST. Frente Povo sem Medo lança "VAMOS! Sem medo de mudar o Brasil". 20 ago. 2017. Disponível em: <http://www.mtst.org/fpsm/frente-povo-sem-medo-lanca-vamos-sem-medo-de-mudar-o-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[390] Esquerda Online. Resultado final da plataforma Vamos! aponta um programa para colocar o dedo na ferida. 20 dez. 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/12/20/resultado-final-da-plataforma-vamos-aponta-um-programa-para-colocar-o-dedo-na-ferida>. Acesso em: 8 out. 2018. Citado em Penteado, Souza e Tori (2018, p. 12).

[391] "A articulação partiu da Frente Povo Sem Medo, da qual o MTST faz parte, e terá integrantes de PSOL, PT, PCB, UNE, Uneafro, CUT, Intersindical, MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) e outros". Folha de S. Paulo. Grupos de esquerda iniciam debates pelo país e lançam site. 14 ago. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909629-grupos-de-esquerda-iniciam-debates-pelo-pais-e-lancam-site.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

[392] MTST. Esquerda Online entrevista Guilherme Boulos: "Em 2018, é preciso barrar a agenda do golpe". 12 jan. 2018. Disponível em: <http://www.mtst.org/mtst/esquerda-online-entrevista-guilherme-boulos-em-2018-e-preciso-barrar-a-agenda-do-golpe>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[393] Folha de S. Paulo. Articulação de petistas e PSOL irrita ex-presidente Lula. 22 jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1894935-articulacao-de-petistas-e-psol-irrita-ex-presidente-lula.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

PSTU manifestaram críticas à plataforma em especial por seu viés reformista. Seus partidários entendiam que ao partir da conjuntura imediata para pensar um projeto de curto ou médio prazo o Vamos se abdicava de discutir os fundamentos da era petista e marcar independência com aquele projeto de conciliação de classes. Ademais, seus eixos de discussão tomavam a democracia capitalista como um pressuposto e pouco desafiavam o modelo de "exploração dos trabalhadores e do povo". Em poucas palavras, tratava-se mais da construção de um programa para as eleições de 2018 do que um projeto revolucionário[395]. De maneira similar, a despeito de fazer parte do PSOL, a CST entendia que a plataforma buscava diluir o partido "numa frente orgânica com o PT... O objetivo do Vamos é construir um programa para a crise brasileira, sem apontar os principais responsáveis pela crise": Lula e Dilma. Para a tendência o partido deveria "romper com a frente petista e chamar à construção de uma Frente de Esquerda e Socialista, sem Lula e o PT"[396]. Outra crítica, mais recente, foi realizada por Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Da mesma forma que o PSTU o economista questiona a ausência de qualquer balanço sobre a crise da Nova República, que passaria por uma discussão dos antecedentes das manifestações de 2013 – que não são abordadas no documento final. Quanto às propostas, percebe-se mais uma lista do que um programa articulado, um texto que não incorpora "os acúmulos programáticos" dos partidos da oposição de esquerda e que permanece no horizonte da ordem[397]. Como se sabe Plínio Jr. foi pré-candidato a presidente pelo PSOL mas perdeu a disputa para Boulos que compôs chapa com Sônia Guajajara, liderança da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)[398]. E o documento construído por meio do Vamos acabou por se tornar o próprio programa de governo da candidatura.

Esse breve histórico da atuação da partidA, da criação do MAIS e seu ingresso no PSOL e de iniciativas como as Muitas e o Vamos demonstram o relativo fortalecimento da oposição de esquerda na disputa pelas bases contra a vertente hegemônica. Não se pode dizer que se tratavam de ações voltadas para um rompimento imediato com a ordem estabelecida, nem mesmo que o objetivo das pessoas envolvidas a curto prazo fosse este. A meta, ao que

---

[394] A OT, por exemplo, publicou um artigo de opinião em que se classificava o Vamos como "no mínimo, um desserviço ao combate pelo mais amplo agrupamento em torno de Lula". Laércio Barbosa. "Vamos!? Para onde? 12 set. 2017. Disponível em: <http://otrabalho.org.br/vamos-para-onde>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[395] Bernardo Cerdeira. Polêmica: Não "Vamos" para o mesmo lado. 24 ago. 2017. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/polemica-nao-vamos-para-o-mesmo-lado>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[396] CST. Em defesa do PSOL de esquerda, democrático, militante e longe do PT. 20 set. 2017. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2017/09/20/em-defesa-do-psol-de-esquerda-democratico-militante-e-longe-do-pt>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[397] Plínio de Arruda Sampaio Jr. Para onde Vamos? 29 jan. 2018. Disponível em: <https://pliniojr.com.br/2018/01/29/para-onde-vamos>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[398] Esquerda Online. É oficial: Guilherme Boulos e Sônia Guajajara são pé-candidatos do PSOL à presidência. 10 mar. 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/03/10/e-oficial-guilherme-boulos-e-sonia-guajajara-sao-pre-candidatos-do-psol-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: 27 ago. 2018.

nos parece, era fazer frente em alguma medida ao avanço da direita no plano societário e aos ataques às minorias e os direitos sociais promovido pela coalizão formada a partir da posse de Michel Temer. Enquanto se davam esses acontecimentos e atividades foram promovidos também dias de mobilização em várias datas entre 2016 e 2017 contra o novo regime fiscal, a terceirização irrestrita e as reformas trabalhista e da previdência[399]. As frentes Brasil Popular e Povo sem Medo tiveram especial protagonismo na construção dessas lutas que encontraram ampla adesão no campo da esquerda após a conclusão do *impeachment* – até mesmo o PSTU que antes rechaçava participar de atos que respaldassem o governo aderiu às manifestações, ainda que com uma postura crítica à FPSM[400]. Com a condenação de Lula em primeira instância em julho de 2017 a pauta da defesa da democracia e do Estado de direito ganhou proeminência com a dianteira da FBP[401]. Entre as organizações em estudo neste trabalho poucas (CAB, CSP-Conlutas, CST, PSTU[402]) não se solidarizaram ou não compreenderam, a exemplo do PCB, que a sentença representava um novo patamar na criminalização da esquerda – que poderia ter efeitos mais abrangentes no futuro quanto aos movimentos populares[403]. No que se refere à mobilização realizada nesses dois anos percebe-se que a despeito da grande impopularidade do governo Temer[404] a esquerda não conseguiu estimular a adesão de setores mais amplos da sociedade. Isso foi dificultado, ainda, por divergências entre as centrais sindicais que tinham agendas paralelas à luta contra as reformas – duas greves gerais, por exemplo, foram desmarcadas em junho[405] e dezembro[406] de 2017. Os atores hegemônicos, portanto, mantiveram significativa influência sobre as ações do campo ao

[399] Em 2016 destacam-se as mobilizações nacionais do dia 22 de setembro e 11 de novembro. Para uma visão geral de 2017, cf. Sul21. Retrospectiva: Afinal, 2017 foi um ano de mobilização? 31 dez. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2017/12/retrospectiva-afinal-2017-foi-um-ano-de-mobilizacao>. Acesso em: 8 out. 2018.

[400] Diogo Artud. Um balanço da Frente Povo sem Medo. 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/um-balanco-da-frente-povo-sem-medo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[401] FBP. Frente Brasil Popular convoca a militância para defender a democracia e Lula. 17 jul. 2017. Disponível em: <http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/frente-brasil-popular-convoca-a-militancia-para-defender-a-democracia-e-lula-2e16>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[402] Ver, por exemplo: PSTU. Por que Lula chegou a essa situação. 13 jul. 2017. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/porque-lula-chegou-a-essa-situacao>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[403] PCB. O caminho para se derrotar o golpe é a luta popular. 26 jan. 2018. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/18519/o-caminho-para-se-derrotar-o-golpe-e-luta-popular>. Acesso em: 27 ago. 2018.

[404] Datafolha. Temer atinge índice mais alto de reprovação desde redemocratização. 2 out. 2017. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1923635-teme-atinge-indice-mais-alto-de-reprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

[405] Folha de S. Paulo. Centrais sindicais divergem e desistem de greve geral no dia 30 de junho. 24 jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1895694-centrais-sindicais-divergem-e-desistem-de-greve-geral-no-dia-30.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

[406] Folha de S. Paulo. Centrais sindicais cancelam greve contra reforma da Previdência. 1 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1939778-centrais-sindicais-cancelam-greve-contra-reforma-da-previdencia.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

mesmo tempo em que o seu retorno à oposição institucional lhes constrangia a disputar espaço e estabelecer consenso com outras coletividades.

Neste ponto, consideradas todas as evidências e fatos apresentados, o diagnóstico da crise de hegemonia do PT no campo da esquerda merece qualificação. Por um lado temos alguns aspectos que permitem compreender a sua resiliência. Um deles é a histórica preferência partidária entre a população: em abril de 2012 chegou ao pico de 31%, passou por 9% no início das manifestações pelo *impeachment* em março de 2015 e voltou a 18% em junho de 2017, índices jamais superados por qualquer partido[407]. Em dezembro de 2017 o PT possuia, segundo dados do TSE, 1.585.664 filiados em todo o país, muito mais se comparado com o PSOL (147.183)[408]. Esses dados nos indicam que a base social do partido ainda é robusta a despeito das críticas à moderação dos governos petistas, sua políticas econômicas e aos episódios de corrupção, para mencionar alguns dos aspectos mais recorrentes em debates. Por óbvio o partido também dispõe de relevante espaço institucional ocupando cargos no Congresso, nos estados e municípios que lhe facultam instrumentos de intervenção e favorecem sua visibilidade. Ademais o partido vincula-se organicamente com a CUT, maior central sindical da América Latina, que em 2016 representava 30% dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras[409]. Seus outros parceiros preferenciais incluem o PCdoB, com majoritária representação no movimento estudantil, e o MST, "principal movimento camponês brasileiro" por sua capacidade de mobilização (Ribeiro, 2016, p. 226). Essas alianças e fundamentos, entre outros, possibilitaram a manutenção da hegemonia petista construída nos primórdios da Nova República ao preço de seu envelhecimento. Tratando sobre a crise de autoridade em referência a uma conjuntura mais ampla, Gramsci afirmava que "os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos históricamente vitais para suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas" (2007a, p. 61). Ao que nos parece os atores hegemônicos, ao tempo em que adaptavam-se à ordem, perdiam a capacidade de formar vínculos sociais mais amplos com base em um programa de transformação radical. Daí que a crise de hegemonia derive do fracasso do "grande empreendimento político" colocado em pauta pelo PT e da passagem, ainda que não se observe um movimento amplo ou revolucionário, "da passividade política

[407] Datafolha. Preferência por PT é mais alta desde campanha de reeleição de Dilma. 27 jun. 2017. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/06/1896380-preferencia-por-pt-e-mais-alta-desde-campanha-de-reeleicao-de-dilma.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

[408] Na mesma ocasião o PCdoB tinha 394.852 filiados, o PSTU 17.177, o PCB 14.753 e o PCO 2.919. TSE. Estatísticas do eleitorado – Eleitores filiados. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>. Acesso em: 8 out. 2018.

[409] MTE. Consulta de aferição das centrais sindicais. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/sindicatos-consulta-afericao-centrais>. Acesso em: 8 out. 2018.

para uma certa atividade" de frações da esquerda e setores progressistas da sociedade que estão em disputa pelos atores coletivos do campo (p. 60). Em suma, é descabido afirmar que o PT e sua hegemonia chegaram ao fim, ainda que fragilizados. Seu destino dependerá, em relevante medida, do que vier a ocorrer após as eleições de 2018.

A resiliência da hegemonia petista representou também um obstáculo ao crescimento da oposição de esquerda, o que implicou no retrocesso da luta ideológica contra a direita no conjunto da sociedade. A despeito da tendência de cooptação e neutralização dos movimentos sociais levada a cabo pelo governo, como vimos desde o terceiro capítulo a oposição de esquerda buscou se organizar ao menos desde 2005 no bojo de mudanças societárias e abertura à politização de setores como a juventude, as mulheres, negros e LGBTT's. Seu apelo, contudo, era limitado em um cenário em que a esquerda hegemônica encontrava grande capilaridade nas organizações da classe trabalhadora, movimentos e instituições participativas e orientava suas forças para conquistas dentro da ordem. A avaliação de Secco (2015, p. 208) que "o PSOL, apesar da qualidade de alguns de seus militantes, não teve força histórica" cabe igualmente à oposição de esquerda como um todo. Seja pelos limites das ações de seus atores coletivos ou pelas condições conjunturais não foi possível construir uma frente política com raízes sociais expressivas – comparando-se por exemplo com a gênese do PT nos anos 1980. Junho de 2013 poderia ter propiciado um movimento nesse sentido mas em sua ocasião o campo se encontrava bastante disperso, fragmentado (Fernandes, 2017). E por parte dos atores hegemônicos o que se viu foi uma atividade no sentido da pacificação das ruas e a indicação de caminhos institucionais para superação da crise – sem desconsiderar ainda o papel do governo na repressão aos manifestantes. Nossa fundamentação teórica gramsciana (cf. 1.2.2) nos conduz ao entendimento de que ocorreu um recuo na luta pela hegemonia na medida em que os diferentes setores da esquerda não foram capazes de romper seus círculos de influência e construir um projeto político de amplo apelo. Ao contrário de estabelecer uma relação com base em entendimentos e interesses compartilhados de modo a compor um bloco ético-político renovado na disputa contra as concepções de mundo conservadoras o que se percebe é uma disputa intracampo por setores progressistas da sociedade e, por parte dos atores hegemônicos, a redução de sujeitos políticos a eleitores ou apoiadores dos governos petistas. Em poucas palavras retornou-se ao estágio corporativo dados os limites para se estabelecer relações substantivas entre a intelectualidade e as massas em que ambos pudessem dialogar e aprender, para além do vanguardismo. Nesse contexto a direita soube se aproveitar de suas posições nos aparelhos hegemônicos conduzindo a um movimento de ampla adesão contra a esquerda e parte das limitadas conquistas do período da Nova República.

A interpretação que desenvolvemos acima encontra parcial correspondência na recente literatura que tratou sobre os dilemas da esquerda no Brasil. A tese de Fernandes (2017), por exemplo, originou-se do reconhecimento do problema da fragmentação da esquerda que tinha uma consequência prática: a desconexão entre o campo ideológico e a sociedade. Essa crise de representação, que vai além do deslocamento do PT ao centro e da consequente frustração de suas bases, está associado com o que a autora classificou como crise da práxis. Esta se traduz na incapacidade da esquerda como um todo de "reconciliar a consciência teórica e prática das massas", o que leva à despoliticização do público – a inabilidade em reconhecer o caráter político-conflitual das relações em sociedade e suas categorias correspondentes (p. 2). Os dois eixos que compõem a crise da práxis, fragmentação e despoliticização, desdobram-se do processo de "declínio do PT como um agregador e representante das aspirações revolucionárias da esquerda" (p. 7). No contexto das manifestações de 2013 identificava-se a divisão do campo entre as esquerdas moderada e radical[410], a primeira centrada em torno do partido e a segunda fruto das cisões com o campo governista que bloqueava qualquer tentativa de mobilização ou autocrítica – além de sobrepor "importantes valores para a consciência de classe com ideais neoliberais" no conjunto da população (p. 8). A esquerda radical buscou trabalhar na ampliação de suas bases e na proposição de novas formas de engajamento e prática política mas não teve plenas condições de disputar os rumos de junho, dadas as incompreensões, contradições internas do ciclo de protestos e a organização da direita. Essa breve síntese, focada nos pontos convergentes, não esgota a densa análise de Fernandes que se guia fundamentalmente pela questão das causas da fragmentação da esquerda brasileira e sua relação com a crise da práxis – pergunta essa articulada com os efeitos das manifestações de junho. As razões do problema envolvem diferenças teóricas, táticas e o sectarismo ou isolamento de determinadas vertentes. Trata-se de uma "longa história de cismas, frações, desacordos, conflitos permanentes e disputas predatórias" internas ao campo (p. 349). Em uma conjuntura em que se diferenciam uma "esquerda moribunda" e uma "nova esquerda" (p. 68) caberia em especial a esta segunda propor caminhos para a superação das divisões, um consenso mínimo para a unificação das lutas e o necessário retorno ao trabalho de base.

[410] Segundo Fernandes (2017, p. 101), a esquerda moderada se caracteriza pela conduta convergente com o *status quo*, conciliando o avanço do neoliberalismo "e o fortalecimento das estruturas de opressão" com o "capitalismo com promoção de políticas sociais inclusivas (frequentemente a partir da perspectiva das prioridades desenvolvimentistas)". Já a esquerda radical "é anti-capitalista em seu cerne e conduz a si mesma de acordo com as necessidades e a luta das pessoas exploradas e oprimidas, ainda que também suscetível a contradições". Como é possível perceber no decorrer da tese (cf. p. 69-70) suas definições têm como base o capítulo de Webber e Carr (2013).

Enfim, dada a complexidade do tema a autora não busca 'dar lições' mas enxerga um caminho promissor a partir do recente ativismo da esquerda radical.

Outros trabalhos, de viés ensaístico, focaram sua perspectiva nos governos Lula e Dilma, identificaram a crise de hegemonia na esquerda e, a exemplo de Fernandes, declararam o ocaso do PT. Em um exercício similar ao que desenvolvemos no terceiro capítulo desta dissertação, Santos (2017, p. 28) buscou caracterizar a experiência petista de modo a argumentar que "a ordem instaurada" pelo partido "foi inequivocamente antipopular, antidemocrática e antinacional", em suma, conservadora. Nutrir expectativas de que o governo 'estava em disputa' e que a oposição a ele seria 'fazer o jogo da direita' foi pernicioso para a esquerda e conduziu seus atores e atrizes ao imobilismo – e consequente enfraquecimento do campo popular. Assim, o PT foi responsável não apenas pela crise política que levou ao *impeachment* (por sua atuação institucional) mas também pela débil condição do campo para fazer frente à onda de direita. Como afirma o título da obra à esquerda seria necessário ir 'além do PT'[411] descartando qualquer papel do partido na reconstrução do campo e investindo em novas formas políticas e na construção de um horizonte estratégico e civilizatório alternativo – na esteira das recentes mobilizações autônomas e da oposição de esquerda pós-2013. Outra leitura sobre o declínio do PT, baseada em fundamentos diversos, foi apresentada por Domingues (2016). Nesse ensaio o sociólogo identifica o fim de três ciclos na atual conjuntura: da democratização, "iniciado nos anos 1970"; do estabelecimento da hegemonia inconteste do PT na esquerda; e "um mais curto, relativo aos governos" Lula e Dilma (p. 85). Tal acontecimento dificultava a elaboração de prognósticos e demandava um saldo da experiência da Nova República. Mais especificamente, nas administrações petistas se estabeleceu um projeto 'social-desenvolvimentista' com ênfase também na participação institucional, caminho este que reforçou em certa medida as tendências do pragmatismo e aparelhismo. Os limites da atuação do PT ficaram mais claros na ocasião das manifestações de junho, diante das quais "reagiu muito mal" e evidenciou sua incompreensão e afastamento dos movimentos de base (p. 91). Em um cenário em que os partidos de (centro) esquerda se fortaleciam, ao tempo em que se dava uma maior atividade de movimentos autônomos, Domingues avaliava que dali em diante "o PT pode seguir tendo força e protagonismo, mas, mesmo se isso ocorrer, dificilmente poderá reivindicar posição de absoluta preeminência" (p. 96). A reconstrução da esquerda

[411] "Para avançar nesta direção [refundar os instrumentos de luta] é necessário assimilar e explicar a bancarrota do PT. Em termos psicanalíticos, diria que é preciso 'elaborar a perda'... a esquerda precisa 'matar o PT' tanto quanto o sujeito precisa simbolicamente 'matar o pai' para iniciar-se no desenvolvimento da maturidade e da autonomia" (Santos, 2017, p. 38).

demandaria, em linhas gerais, o retorno à disputa pela hegemonia na sociedade de maneira a compor um novo projeto emancipatório que privilegiasse "a questão democrática e o aprofundamento dos direitos"[412] (p. 99).

Um quadro mais grave, em que a crise da esquerda é relacionada com o funcionamento do sistema político brasileiro, é desenhado por Safatle (2017). De início, o filósofo busca colocar a crise dos governos petistas – e de seus congêneres de esquerda na América Latina – em contexto global. Ao repassar os principais elementos da criação da social-democracia e da ascensão do neoliberalismo no mundo até a atualidade chega-se à conclusão da impossibilidade de um genuíno projeto de esquerda na atual conjuntura política. O horizonte das forças progressistas da região restringiu-se, com o fracasso da via chilena de Allende, "à gestão de um neoliberalismo 'com rosto mais humano'" (p. 30). Daí se entende a gradual moderação dos partidos e, uma vez no poder, da prática de governos de conciliação de classes e gestão social. Entrando no caso brasileiro apresenta-se a hipótese de que existe em sua história um movimento pendular entre oligarquia e populismo. Da Velha à Nova República percebe-se a alternância entre modelos sociopolíticos que dão primazia a um seleto grupo que se satisfaz do Estado por meio do "imobilismo social" (p. 47); ou que proporcionam a "emergência do povo como sujeito político... através de um pacto frágil entre várias demandas sociais contraditórias, vindas de setores antagônicos" (p. 49). Em síntese, para Safatle o lulismo foi uma estratégia de governo que reencenou, em outras condições, a experiência populista de Vargas. Nesse cenário em que a força de transformação da esquerda desvanecia e cenas históricas se repetiam, junho de 2013 representou uma quebra radical. Aquele evento marcaria "um triplo esgotamento": "da Nova República, como era histórica... do lulismo, como modelo de desenvolvimento econômico e social, e... da esquerda brasileira, em sua tentativa de constituir uma saída para além do pêndulo oligarquia-populismo" (p. 51-2). É dessa base que parte o autor para pensar, ponto a ponto, a falência do sistema político e os atuais dilemas da esquerda no restante da obra.

[412] Cabe sublinhar que a análise de Domingues se concentra sobremaneira nos elementos institucionais, o que orienta seus prognósticos para uma saída por dentro do sistema político – reformado ou não. Um trecho exemplifica esse ponto: "Mas é preciso ter claro: há duas possibilidades de pensar a reconstituição de um projeto de esquerda hoje. Uma implica uma aliança dentro do campo da esquerda [PSOL, PCdoB, PT] e da centro-esquerda [Rede, PDT, PSB], tal qual caracterizadas aqui. A outra é voltar a buscar no PMDB e outros partidos ainda mais à direita do que ele os aliados preferenciais. Para além disso, há a possibilidade de Marina Silva, para governar, acabar aliando-se a partidos de centro-direita caso vença as eleições de 2018, gerando mais uma vez uma crise na Rede, com problemas de novo já em função do apoio dela mesma e da executiva do partido ao impeachment de Rousseff. Se esta última seria alternativa péssima, a segunda possibilidade é improvável e na verdade a esta altura em larga medida nefasta e desmoralizadora. A primeira é difícil, demorada e trabalhosa, dado o quadro de fragmentação em que vivemos e as animosidades e divergências que afetam partidos do centro para a esquerda, mas a médio e longo prazo é a única que nos pode levar a um patamar mais elevado" (2016, p. 98-9).

A tese central de Safatle pode ser resumida no enunciado do colapso da esquerda, identificada com o PT, e a necessidade de sua refundação sob um outro projeto político. Diferente dos demais autores e autoras tratados, contudo, o filósofo identifica o principal erro das forças progressistas na expectativa de que seria possível construir uma democracia de fato sem acertar as contas com a ditadura civil-militar, mantendo em linhas gerais sua estrutura e mecanismos de repressão. Além disso, a exemplo de Nobre (2013b), nota-se que os principais caracteres do sistema político foram mantidos desde a passagem à Nova República – em especial o *modus operandi* do presidencialismo de coalizão – e a esquerda governista aderiu a ele sem reservas. Se Avritzer (2016) nutria a expectativa de que o funcionamento 'normal' das instituições, com 'pequenos reparos' no que se refere à corrupção e a participação social, seria suficiente para alcançar a plena democracia Safatle (2017) enxerga nessa organização um mecanismo de paralisia social e manutenção das estruturas oligárquicas nos poderes[413]. À não implementação de reformas fundamentais nesse sistema se somou a promessa de que o arranjo de conciliação era sustentável e que todos os setores sociais poderiam ganhar (uns mais que outros, por certo). Os anos seguintes à crise econômica mundial de 2008 demonstraram a insustentabilidade desse modelo em condições adversas e os limites da política de "capitalização dos pobres" na diminuição das desigualdades (p. 89). Junho de 2013 ocorreu, portanto, em uma conjuntura de acúmulo de insatisfações que não poderiam ser tratadas com a preservação de uma economia liberal e um sistema oligárquico de poder. Deu-se ainda em um momento de esgotamento da esquerda, dado o transformismo petista e seus efeitos nos sindicatos, movimentos sociais e na intelectualidade. Quem soube captar e direcionar o repúdio do público ao *establishment* naquela ocasião foi a direita, enquanto a esquerda perdeu a oportunidade de avançar uma proposta de transformação radical, orientando-se à defesa da legalidade. Em suma, para Safatle (p. 117)

[413] Vemos aqui uma perspectiva bastante diversa daquela de Ruy Fausto (2017). Nessa obra encontramos uma exposição sobre três patologias da esquerda que comprometem a construção de um novo projeto político: a defesa de ideias, práticas e regimes totalitários; o reformismo de adesão ao sistema capitalista; e o populismo, caracterizado (total ou parcialmente) pelos traços de "uma liderança carismática autoritária, uma política que une, pelo menos na aparência, interesses de classes mais ou menos antagônicas, e certo laxismo na administração da riqueza pública" (p. 29). Assim, após caracterizar as patologias, tratar sobre o recente fortalecimento da direita no Brasil e a experiência da esquerda no poder, indica-se uma série de elementos para composição de um programa antitotalitário, antiautoritário, "estranho a todo adesismo em relação ao sistema", de respeito ao bem público e ecológico (p. 39). Na perspectiva de Fausto seria possível conservar o que existe de bom na atual organização política e econômica e dispensar o que não fosse desejável – como se percebe em sua avaliação do Plano Real que "se impunha" à época mas prescindia das posteriores "medidas de estilo liberal" (p. 86). Em síntese, o caminho estaria na conciliação da democracia representativa com a neutralização do capital (sem a eliminação da propriedade privada dos meios de produção) e a defesa do meio-ambiente, em uma proposta de radicalização da democracia em detrimento do paradigma da revolução. Essa via centrista (Rodrigues, 2017) contrasta com a afirmação de Safatle que "cabe à esquerda não temer recuperar sua radicalidade" e a defesa do retorno ao grau zero da representação – a democracia direta (2017, p. 121).

> Diante desse cenário, a tendência brasileira agora é da desagregação. Com uma casta política que bloqueou todo processo de renovação, com uma paralisia em relação à compreensão de processos de emergências de novas modalidades de corpos políticos, o país tende a deslocar-se paulatinamente para um modelo cada vez mais autoritário e desprovido de qualquer legitimidade.

Essa breve síntese dos trabalhos que trataram sobre os impasses da esquerda no Brasil revela portanto uma pluralidade de interpretações, pontos convergentes com nosso argumento e elementos para a formulação de prognósticos com referência ao atual momento político. A crise da hegemonia do PT, nos termos desta dissertação, desdobra-se em leituras que vão desde o enfraquecimento do partido na direção do campo ideológico até a sua morte e completa irrelevância para o que vier a seguir. Até aqui viemos argumentando e levantando evidências de que o PT não pereceu e mantém relevante influência – ponto de vista certamente facilitado por nos situarmos em 2018. Isso demanda da oposição de esquerda, tendo em conta seu fortalecimento no período recente, que estabeleça relações em outros termos com os atores hegemônicos se se quer superar seu principal desafio: a disputa pela hegemonia no conjunto da sociedade. Essa tarefa, aliás, é um ponto comum que perpassa todas as obras citadas, ainda que varie a ênfase ou nos movimentos sociais e na oposição de esquerda ou propriamente nos partidos políticos. Enquanto Fernandes (2017), dada a sua competente pesquisa empírica, enfatiza o crescimento da esquerda radical e suas possibilidades para a superação da crise da práxis, Safatle (2017, p. 119) equivale o ocaso do PT ao fracasso da esquerda como um todo e propõe uma saída extraordinária – a refundação da esquerda "em sua capacidade de enfrentamento, de pensamento, de polarização" rumo ao grau zero da representação. Diferentemente entendemos que a esquerda não se iguala a um conjunto de atores, a despeito de sua força relativa ou posição na institucionalidade, e que o atual acúmulo de experiências deve ser um ponto de partida para pensar novas práticas – incluindo a possível mediação com saberes construídos por movimentos de esquerda em outras localidades ou contextos. A crise da hegemonia petista abriu espaço para a pluralização da esquerda e uma participação mais substantiva da oposição nos rumos do campo. Trata-se daqui em diante da dificil responsabilidade de estabelecer uma base comum a partir da qual seja possível unificar as lutas.

No que se refere à formulação de prognósticos, a longa citação precedente de Safatle a respeito conjuntura atual é de especial relevância. Abstendo-nos de explorar os detalhes da preparação da esquerda para a eleição presidencial de 2018, a judicialização da candidatura de Lula e de realizar uma análise exaustiva do processo que ainda se encontra inconcluso,

observamos que a gravidade do momento histórico aos poucos aclarou para as coletividades do campo. Como vimos, apesar da impopularidade do governo Temer, da realização de grandes manifestações contra as reformas e a atividade de movimentos autônomos de estudantes secundaristas e mulheres, não ocorreu uma mobilização de ampla adesão social em 2017. As lutas se davam segundo uma dimensão defensiva, num contexto em que mesmo a ocorrência de eleições segundo as regras usuais estava em questão[414]. Na medida em que se aproximava o pleito crescia também a polarização entre os apoiadores de Lula e Jair Bolsonaro (PSL). Durante a campanha, e após o impedimento do ex-presidente pelo TSE[415], tornou-se evidente a reemergência do sentimento antipetista das manifestações de 2015 e 2016 e também o repúdio do imaginário de esquerda, por exemplo pela utilização pejorativa de termos como socialista e comunista na forma de ameaças que não encontram qualquer respaldo na realidade. É inegável que a investigação rigorosa desse fenômeno transcende o instrumental das ciências sociais, associando-se também aos estudos de psicologia política, mídia e tecnologia da informação, entre outros. Das evidências expostas até aqui compreende-se que parte da explicação para o quadro atual está no crescente repúdio ao PT, seu afastamento dos setores populares e consequente incapacidade de responder pelos efeitos da crise econômica e da corrupção de seus governos. Por um lado, no plano institucional sucedeu a Dilma um governo indistintamente antipopular que restringiu até mesmo os limitados canais de participação social existentes – e armado com diferentes instrumentos de repressão concebidos na era petista. Por outro, a despeito de sua ampla base social, a esquerda hegemônica não conseguiu ir além do círculo de sua militância e construir uma frente política de apelo mais amplo – já que ocupada na defesa de Lula. Naquele cenário de crise institucional e econômica, por maior que fosse a criatividade e empenho da oposição de esquerda seria difícil conter a onda de adesão à direita que fomentou a candidatura bolsonarista, de perfil claramente autoritário.

A se confirmar a vitória desse projeto político nas urnas a tendência de criminalização das lutas sociais, violência política por milícias e menosprezo do ideal libertário, já em curso, poderá se aprofundar e a esquerda compreendeu isso. Não a toa, dos vinte e dois atores coletivos em estudo nesta dissertação, apenas a CAB fez uma análise da conjuntura recente e

[414] G1. Entenda o que é o semipresidencialismo, sistema defendido por Temer e Gilmar. 22 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/entenda-o-que-e-o-semipresidencialismo-sistema-que-une-presidencialismo-e-parlamentarismo.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2018.

[415] BBC Brasil. Eleições 2018: TSE barra Lula mas autoriza a fazer propaganda eleitoral. 31 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45377266>. Acesso em: 22 out. 2018.

não chamou voto em Fernando Haddad no segundo turno da eleição presidencial[416]. Até mesmo organizações como CSP-Conlutas[417], Intersindical[418] e PSTU[419] que adotaram posições críticas em outras eleições e recusavam-se a declarar voto no PT, conforme exposto, reconheceram a gravidade de um possível êxito de Bolsonaro e apoiaram o candidato petista. Movimentos de mulheres também protagonizaram dois dias de mobilização nacional em 29 de setembro[420] e 20 de outubro[421] contra o candidato da extrema direita que tiveram adesão da FBP e FPSM entre outros coletivos. Ao final do primeiro turno, apesar do crescimento da direita na Câmara dos Deputados[422] e a ligeira perda de espaço do PT e do PCdoB[423], o PSOL obteve votação recorde e elegeu dez deputados e deputadas – entre elas Áurea Carolina (MG) e Sâmia Bomfim (SP)[424]. Longe de esgotar os acontecimentos recentes e outras iniciativas em discussão, temos um indicativo de que por dentro e por fora da institucionalidade os componentes do campo ideológico têm buscado se organizar não apenas para contrapor Bolsonaro na eleição mas para viabilizar a construção de uma frente de oposição ao projeto político que ele encarna. Ao PT em especial caberá aprofundar a autocrítica iniciada no 6º Congresso Nacional (2017) onde reconheceu os limites da política de conciliação de classes e

---

[416] "Por isso defendemos: Unidade pelo antifascismo para além das urnas, nas bases e nas ruas. A luta é o que vai definir. A unidade se dará em atos, mobilizações contra os ataques neoliberais e a barbárie promovida por Bolsonaro e seus correligionários; Luta pela defesa dos direitos sociais. Luta contra as privatizações e os ataques aos de baixo. Luta contra os ataques a educação, reforma da previdência, luta contra o aumento do custo de vida, a criminalização dos movimentos sociais e o processo de genocídio do povo negro, periférico e indígena; Construção de uma greve geral contra o avanço do fascismo e os ataques aos direitos dos/as trabalhadores que é a agenda do imperialismo do próximo período, das elites empresariais e políticas independente das eleições". CAB. Nota sobre o atual cenário da luta de classes no Brasil. 15 out. 2018. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?p=974>. Acesso em: 22 out. 2018.

[417] CSP-Conlutas. Declarações em português, espanhol e inglês da CSP-Conlutas sobre o 2º turno da eleição presidencial. 11 out. 2018. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2018/10/2-turno-e-preciso-derrotar-bolsonaro-nas-urnas-e-nas-ruas-e-intensificar-a-luta-contra-qualquer-um-que-ataque-nossos-direitos>. Acesso em: 22 out. 2018.

[418] Intersindical. Votar no 13 sem nenhuma ilusão com o PT. É na luta que vamos garantir melhores condições de vida e trabalho. Out. 2018. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/2018/10/12/vamos-confirmar-tambem-nas-urnas-que-so-as-elicoes-nao-bastam>. Acesso em: 22 out. 2018.

[419] PSTU. O 2º turno e os interesses dos trabalhadores. 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/derrotar-jair-bolsonaro-nas-urnas-e-nas-ruas>. Acesso em: 22 out. 2018.

[420] El País. Mulheres quebram o jejum das ruas no Brasil com manifestações contra Bolsonaro. 30 set. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/politica/1538270819_523141.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

[421] El País. Mulheres promovem atos pelo país contra Bolsonaro. 21 out. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/20/politica/1540071581_145915.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

[422] Oswaldo E. do Amaral. A renovação conservadora na Câmara. 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodaseleicoes.org/feed-de-posts/a-renova%C3%A7%C3%A3o-conservadora-na-c%C3%A2mara>. Acesso em: 22 out. 2018.

[423] G1. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. 8 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2018.

[424] PSOL. PSOL ganha reforço na bancada mais combativa da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/psol-ganha-reforco-na-bancada-mais-combativa-da-camara-dos-deputados>. Acesso em: 22 out. 2018.

o abandono da perspectiva de conquista do poder – que implica esforço na luta pela hegemonia na sociedade em tudo o que ela demanda – em favor da simples gestão de governos. Não será uma tarefa simples a notar pelos comentários da AE (2017, p. 61) de que o 6º Congresso marcou "uma radicalização tática, não uma reorientação estratégica", ou seja, o partido continuaria ditando sua atividade pelo imperativo eleitoral em detrimento de um plano geral de reaproximação com a (e estímulo à mobilização da) classe trabalhadora[425]. Tais impasses entre as tendências petistas[426] e também com os demais atores hegemônicos terão de ser resolvidos para que o PT mantenha sua relevância no campo, que julgamos que continuará a ter – principalmente em um futuro governo de caráter iliberal.

Nossa análise fundamentada nas evidências coletadas e na observação da conjuntura política recente nos orienta à previsão de fortalecimento do PSOL no setor da oposição hegemônica. O partido, por certo, não está livre de contradições como observamos em sua atividade entre as manifestações de junho e as eleições de 2014, quando a agremiação se afastou mais claramente de um discurso socialista para um projeto de governo moderado. Além disso, destacamos a defesa de sua principal tendência (APS/CC) do retorno ao programa democrático e popular dos primórdios do PT – enquanto crescia o atrito interno entre as tendências por sua política convencional[427]. A despeito disso, o PSOL teve sucesso em estimular a participação política de um conjunto de pessoas à margem das instituições, promovendo candidaturas de mulheres, negros, indígenas, LGBTT's, entre outros e outras, por vezes no formato de mandato coletivo. Isso foi possível pelo estreitamento das relações do partido com os movimentos sociais e populares, a exemplo do MTST e APIB, que encabeçaram a chapa presidencial em 2018, em coligação com o PCB. De fato não cabe sobre-estimar o desempenho eleitoral para mensurar a base social de um partido. Mas, ao contrário do PCdoB, a votação do PSOL à Câmara cresceu nas últimas três eleições e o

[425] "Por isso somos favoráveis a outro caminho estratégico: concentrar energias na oposição política e social, recuperar a inserção na classe trabalhadora, desencadear mobilizações de massa que tenham como horizonte não apenas derrotar o governo, mas também derrubar o Estado" (AE, 2017, p. 92-3).

[426] Sobre a fragmentação das tendências do PT no último Congresso, e também as divergências internas do PSOL no processo de escolha da chapa presidencial, cf. AntiCast 328 – A Fragmentação da Esquerda Brasileira, com Sabrina Fernandes. 14 mar. 2018. Disponível em: <http://anticast.com.br/2018/03/anticast/anticast-328-a-fragmentacao-da-esquerda-brasileira-com-sabrina-fernandes>. Acesso em: 22 ago. 2018.

[427] "No entanto, a política da direção majoritária do PSOL (US) transforma o Partido numa "ala crítica" do lulismo e numa legenda que governa com a direita no Amapá. Essa política se expressa numa reunião realizada no Pará, para construir o "campo progressista" com PT, REDE, PDT e PCdoB naquele estado, onde o PSOL tem importante peso. Da mesma forma, pretendem construir algo com esse "campo" nacionalmente. Outro erro da US é esperar o desfecho da candidatura de Lula para decidir o nome do PSOL. É fundamental que o VI Congresso reveja essa orientação e resgate o caminho original do PSOL". CST. Agora é Plínio Jr. pré-candidato à Presidência da República! Resgatar o projeto original do PSOL e fortalecer uma Frente de Esquerda! 29 nov. 2017. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2017/11/29/agora-e-plinio-jr-pre-candidato-a-presidencia-da-republica-resgatar-o-projeto-original-do-psol-e-fortalecer-uma-frente-de-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.

partido superou a cláusula de desempenho[428] de 1,5% dos votos válidos em âmbito nacional[429]. Enfim, cabe destacar o protagonismo do partido na FPSM e o concomitante fortalecimento do MTST como um dos principais movimentos sociais urbanos na atualidade, com quem estabeleceu parceria não apenas eleitoral mas também por meio da plataforma Vamos. Por tudo isso deduzimos que o papel do PSOL na renovação da esquerda não será de pequena monta para o destino do campo ideológico. Na hipótese de um governo de extrema direita, caberá ao partido e os atores hegemônicos tratarem formas de superar a fragmentação do campo de modo a unificar as lutas e propor um novo horizonte estratégico para além da pequena política, seguindo a conceituação gramsciana. O PT, PCdoB e a CUT em especial terão de passar por um profundo processo de depuração, sendo que o segundo pode vir a ter dificuldades para continuar existindo em decorrência do crescente rigor da cláusula de desempenho. Desperdiçada a oportunidade histórica no governo do país, a esquerda terá que se reorganizar em uma conjuntura inóspita. Aos seus atores coletivos não faltou criatividade e iniciativa política nos anos recentes, o que os habilita a examinar os erros da esquerda hegemônica e as lições de junho de 2013. Se isso será possível dependerá da caráter da democracia em vigor no Brasil a partir de 2019.

Nessa seção elaboramos um argumento em favor da segunda hipótese proposta para esta pesquisa, com base na exposição das partes precedentes deste capítulo. A hegemonia petista ainda se mantém apesar de todos os revéses no período pós-2013 e da crescente atividade da oposição de esquerda. Ocorreu de fato um declínio de sua influência e capacidade de direção, como bem observaram os autores e autoras elencados na discussão acima, mas a sua base política ainda é expressiva como evidenciaram as manifestações anti-*impeachment*. De sua parte, os atores coletivos de oposição buscaram qualificar suas relações com os movimentos populares mas não conseguiram se associar substantivamente com as pessoas que estiveram nas ruas em junho de 2013. Seguiram-se outras iniciativas e mobilizações como vimos nessa seção e que, não fosse o momento histórico adverso, poderiam redundar em um trabalho de politização mais abrangente de modo a disputar as concepções de mundo das classes

[428] "Para restringir o acesso dos partidos a recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV, a proposta cria uma espécie de cláusula de desempenho, com exigências gradativas até 2030. Só terá direito ao fundo e ao tempo de propaganda a partir de 2019 o partido que tiver recebido ao menos 1,5% dos votos válidos nas eleições de 2018 para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas. Se não conseguir cumprir esse parâmetro, o partido ainda poderá ter acesso ao fundo se tiver elegido pelo menos nove deputados federais, distribuídos em um mínimo de nove unidades da federação". Consultor Jurídico. Senado aprova cláusula de barreira para 2018 e fim de coligação para 2020. 4 out. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-out-04/senado-aprova-clausula-barreira-2018-fim-coligacao-2020>. Acesso em: 22 out. 2018.

[429] Conferir o gráfico em Jairo Nicolau. Bolsonaro e seu partido. 9 out. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodaseleicoes.org/feed-de-posts/bolsonaro-e-o-seu-partido>. Acesso em: 22 out. 2018.

subalternas. Limitadas que fossem, as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo estabeleceram um maior intercâmbio entre os atores e atrizes de esquerda e uma ponte que ainda está por ser alargada. Trataram-se de qualquer modo de instrumentos de pluralização, dando uma composição mais heterogênea ao conjunto de coletivos que se destacam no campo ideológico. Enfim, a conjuntura política atual resulta parcialmente das escolhas realizadas pelos atores hegemônicos que estiveram à frente do (ou aliados ao) governo e dos limites da atuação da oposição de esquerda que não alcançou êxito na construção de uma frente unificada. O enfraquecimento da hegemonia petista representou uma oportunidade de revisão dos rumos do campo e maior proeminência dos atores de oposição. Contudo, isso se deu em um cenário de descrédito social da esquerda e fortalecimento dos movimentos de direita que a muito vinham obtendo sucesso na frente ideológica (Chaloub; Perlatto, 2016; Fausto, 2017, p. 46-60). Portanto a hegemonia no campo da esquerda ainda se encontra em disputa – sem evidências da ascensão uma nova direção – e dependerá daquele conjunto de coletivos que sejam capazes de indicar um novo horizonte estratégico e pautar a disputa na sociedade em meio a uma democracia em recessão.

## Considerações finais

Este trabalho orientou-se a investigar a dinâmica do campo da esquerda no Brasil no período recente de modo a averiguar se está em curso a conformação de uma nova hegemonia em seu cerne. Para isso mobilizamos um robusto referencial teórico com base principalmente nas categorias de esquerda política e hegemonia, esta última segundo a teoria de Antonio Gramsci. Em linha com essa fundamentação defendemos também a relevância do método historiográfico em estudos políticos e que compreendem espaços temporais próximos de onde se situa o autor ou autora – a história do tempo presente. Passamos então a analisar o estabelecimento da hegemonia do PT no campo da esquerda desde o princípio da Nova República até a vitória eleitoral de 2002; e o caráter dos governos presidenciais de Lula e Dilma – conjuntamente com a organização da oposição de esquerda e a reconfiguração do ativismo político no país. Essa revisão bibliográfica auxiliou a posterior análise da atuação dos vinte e dois atores coletivos de esquerda selecionados com base em seus documentos recolhidos no estudo – e também a preliminar caracterização histórica e programática de cada um deles. Enfim, o último passo da pesquisa envolveu o exame de fatos mais recentes que nos levaram a confirmar um quadro mais próximo da segunda hipótese proposta conforme toda a exposição precedente até ali. Concluímos articulando nossa interpretação com a recente literatura que tratou sobre os atuais dilemas da esquerda e propondo algumas perspectivas do campo na conjuntura política presente.

Na ocasião em que a pesquisa se iniciava existiam poucos trabalhos dedicados a investigar as mudanças em curso no campo ideológico e os efeitos das manifestações de 2013 em sua configuração. Frente aos que foram publicados a pouco, em parte citados acima, esta dissertação diverge principalmente da afirmação de que a hegemonia do PT está em acelerado declínio e que o partido não teria papel relevante na reconstrução da esquerda. Por certo percebemos o envelhecimento dos atores hegemônicos, seu afastamento das classes subalternas – dada a acomodação à ordem e desincentivo à ampla mobilização como forma de luta por transformações sociais – e incapacidade de propor um horizonte para além dos marcos da democracia liberal. Esse quadro não é produto apenas da omissão desses coletivos mas também de mudanças ocorridas na sociedade brasileira que dificultaram o intercâmbio entre a intelectualidade orgânica e a população em geral – em parte relacionadas com as políticas dos governos petistas. Seja como for, a esquerda hegemônica mantém significante base social e influência no campo sem que tenha ocorrido um evento histórico capaz de estimular a constituição de um novo bloco ético-político em torno de setores da oposição de

esquerda. Junho de 2013 não poderia constar como oportunidade histórica pois, como evento massivo e de base heterogênea, demandaria um enorme esforço de coordenação por uma esquerda que se encontrava de fato fragmentada – o que dificultou qualquer proposta de intervenção. Se os atores oposicionistas tiveram êxito em desafiar a hegemonia petista isso se deu pelo seu gradativo vínculo às lutas sociais, promoção de novas práticas e pela absorção de contingentes de pessoas que se formaram politicamente durante os anos de governos do PT. A conclusão é que nos encontramos em um cenário positivo para a esquerda dada a pluralização do campo e fortalecimento da oposição de esquerda. Por outro lado, no conjunto da sociedade quem está vencendo a luta pela hegemonia é a direita – cuja atividade tem servido também para minar a democracia brasileira. Nessa conjuntura não se pode dispensar a contribuição de organizações como o PT, CUT, PCdoB e MST. Isso demandaria, contudo, uma profunda (e difícil) autocrítica com relação ao papel que tiveram no enfraquecimento da esquerda.

Em síntese, não foi possível identificar neste estudo a conformação de uma nova hegemonia no período após as manifestações de junho. Apesar disso, temos um quadro de ascenso da oposição de esquerda considerando que a renovação do campo se deu em considerável medida por meio de suas atividades. Nossas conclusões têm seu alcance limitado em parte pela adoção exclusiva da análise documental, o que nos permite avaliar somente o que foi expresso oficialmente por cada ator coletivo em seus documentos. Muito do que ocorre nos 'bastidores', divergências e atritos entre militantes e outros acontecimentos nem sempre aparecem textualmente, o que não permite investigar a fundo as diferentes opiniões que habitam cada organização. Além disso, tivemos problemas em vários casos para encontrar documentos em um longo espaço temporal. No momento em que escrevemos, por exemplo, o sítio do PSOL foi renovado e os elos anteriores não funcionam mais – não sendo esta a primeira oportunidade em que isso ocorre. Como argumenta Fernandes[430], um estudo de fôlego sobre a esquerda demandaria mais do que a atenção aos documentos. Seria essencial se envolver, acompanhar os debates e dialogar com a militância, ainda que um trabalho dessa espécie seja dificultado caso o pesquisador ou pesquisadora contemple um grande número de coletivos. Resta assim o desafio de um estudo multi-métodos que proporcione uma visão mais ampla sobre as esquerdas e suas formas de intervenção na sociedade.

Entendemos que por todos os acontecimentos desde o processo de *impeachment* até as eleições de 2018 crescerá a demanda por análises que dêem conta do ocaso da Nova

[430] AntiCast 328 – A Fragmentação da Esquerda Brasileira, com Sabrina Fernandes. 14 mar. 2018. Disponível em: <http://anticast.com.br/2018/03/anticast/anticast-328-a-fragmentacao-da-esquerda-brasileira-com-sabrina-fernandes>. Acesso em: 22 ago. 2018.

República – e a recessão da democracia brasileira. A esquerda política teve parte nessa história e será necessário oferecer fundamentos para uma forte autocrítica que oriente seus atores coletivos a elaborar um programa mínimo que atenue a fragmentação do campo. Será preciso, além disso, romper a barreira dos estudos dedicados à esquerda hegemônica e avaliar a atuação da oposição de esquerda, ou esquerda radical na conceituação de Fernandes (2017). Que este trabalho sirva como ponto de partida para esforços análogos, ainda que o debate militante esteja a todo vapor. Para os envolvidos acreditamos que o referencial teórico gramsciano seria de grande valia na elaboração de diagnósticos, para além da utilização usual do termo *hegemonia* como 'liderança preponderante'. Como vimos, não se trata de pura coerção ou puro consenso; toda relação hegemônica exige um acordo, um terreno comum em que diferentes coletividades possam atuar politicamente. Às esquerdas caberá superar as divergências táticas e estratégicas de modo a compor um esforço constante na luta pela hegemonia no conjunto da sociedade contra a direita, que dominou nos últimos anos. O momento histórico, de erosão da normalidade democrática, torna essa tarefa ainda mais urgente.

**Referências bibliográficas**

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017.

AGUIÃO, Silvia. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). **Cadernos PAGU** [online], n. 51, n. p., 2017.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. O movimento negro contemporâneo. In: FERREIRA, Jorge; REIS; Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia** (1964-...). Coleção As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 637-69.

ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. '**Ei, polícia, a praia é uma delícia**': rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ALCOFF, Linda Martín; ALCOFF, José. Autonomism in theory and Practice. **Science & Society** [online], v. 79, n. 2, p. 221-242, abr. 2015.

ALMEIDA, Lady Christina de. **'Trilhando seu próprio caminho'**: trajetórias e protagonismo de intelectuais/ativistas negras, a experiência das organizações Geledés/SP e Criola/RJ. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, número especial, p. 49-58, jun. 2017.

ALONSO, Angela; MISCHE, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new brazilian protests. **Bulletin of Latin American Research**, Chichester, p. 1-16, 2016. In press. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/blar.12470>. Acesso em: 12 ago. 2016.

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010. 293f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

AMAZONAS, João. A Social-Democracia, instrumento do capitalismo. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 2, p. 5-12, jun. 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/amazonas/1981/06/01.htm>. Acesso em: 6 ago. 2018.

ANDERSON, Perry. The antinomies of Antonio Gramsci. **New Left Review**, London, Issue 100, p. 5-78, nov./dez. 1976.

ANDERSON, Perry. A Reply to Norberto Bobbio. **New Left Review**, London, Issue 231, p. 91-93, set./out. 1998.

ANDERSON, Perry. O Sentido da Esquerda. In: BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 159-174.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 91, p. 23-52, nov. 2011.

ANDERSON, Perry. Crisis in Brazil. **London Review of Books** [online], v. 38, n. 8, n. p., abr. 2016. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/v38/n08/perry-anderson/crisis-in-brazil>. Acesso em: 27 jun. 2018.

ANDRADE, Flávio Lyra de. **Movimentos sociais, crise do lulismo e ciclo de protesto em junho de 2013**: repertórios e performances de confronto, crise de participação e emergência de um quadro interpretativo autonomista. 2017. 519 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ANTUNES, Ricardo. Trade unions, social conflict, and the political left in present-day Brazil: between breach and compromise. In: WEBBER, Jeffery R.; CARR, Barry (Org.). **The New American Left**: Cracks in the Empire. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2013. p. 255-75.

APTER, David E. Social-democracia. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom et al (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 694-699.

ARON, Raymond. **The Opium of the Intellectuals**. New York: W. W. Norton, 1962.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AVELAR, Idelber. Resenha de 'A esquerda que não teme dizer seu nome', de Vladimir Safatle. **Revista Forum**, Santos-SP, 9 out. 2012. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2012/10/09/resenha-de-a-esquerda-que-nao-teme-dizer-seu-nome-de-vladimir-safatle/>. Acesso em: 4 dez. 2017.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-98, nov. 2012.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. A tensão entre soberania e instituições de controle na democracia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 359-93, 2017.

AZEVEDO, Daviane Aparecida de. **Da pedagogia da hegemonia burguesa ao difícil caminho de construção de uma contra-hegemonia**: o protagonismo do MST nas lutas de resistência no governo Lula. 2012. 278 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BAILEY, Cathryn. Making waves and drawing lines: the politics of defining the vicissitudes of feminism. **Hypatia**, v. 12, n. 3, p. 17-28, 1997.

BAILEY, David J. **Protest moviments and parties of the left**: Affirming disruption. London: Rowman & Littlefield, 2017.

BAILEY, Paul. Maoísmo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom et al (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 441-445.

BALÁN, Manuel. Surviving Corruption in Brazil: Lula's and Dilma's Success Despite Corruption Allegations, and Its Consequences. **Journal of Politics in Latin America** [online], v. 6, n. 3, p. 67-93, 2014.

BALL, Terence. Aonde vai a teoria política? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p. 9-22, nov. 2004.

BARATTA, Giorgio. Americanismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 38-41.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso Brasil, 2013. p. 69-102.

BARRETT, Michèle. Feminismo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom et al (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 304-307.

BARROS, José D'Assunção. Historicismo: notas sobre um paradigma. **Antíteses**, Londrina, v. 5, n. 9, p. 391-419, jan./jul. 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, número especial, p. 1-63, 2017.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BELL, Daniel. **The end of Ideology**: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties. Glencoe: Free Press, 1960.

BERNHEIM, Ernst. Metodologia da ciência histórica (1908). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **História pensada**: teoria e método na historiografia européia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p. 52-68.

BIANCHI, Alvaro. Retorno a Gramsci: para uma crítica das teorias contemporâneas da sociedade civil. In: CONGRESSO NACIONAL DOS SOCIÓLOGOS, 12., 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2002. p. 1-8.

BIANCHI, Alvaro. Existe uma teoria marxista da política? O debate Bobbio trent'anni doppo. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: Cemarx, 2005. p. 1-30. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c1.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2017.

BIANCHI, Alvaro. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. **Cadernos Cemarx**, n. 4, p. 9-39, 2007.

BIANCHI, Alvaro. **O Laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. Brazil: the Lula government and financial globalization. **Social Forces** [online], v. 83, n. 4, p. 1745-62, jun. 2005.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 17, p. 10-36, 2003.

BOITO JR., Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: _____; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012. p. 67-104.

BOITO JR., Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 37, p. 171-81, 2013.

BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. **OSAL**, Buenos Aires, ano 10, n. 26, p. 35-55, out. 2009.

BONES, Gustavo; LESSA, Leonardo. Todo teatro é política: como um grupo de artistas ocupa a política institucional. **Subtexto** - Revista de Teatro do Galpão Cine Horto, Belo Horizonte, ano XIV, n. 13, p. 336-75, set. 2017.

BOOTHMAN, Derek. The Sources for Gramsci's Concept of Hegemony. **Rethinking Marxism**, v, 20, n. 2, p. 201-215, abr. 2008.

BORON, Atilio A. Teoria política marxista ou teoria marxista da política. In: _____; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina (Org.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 167-182.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia**: temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOSTEELS, Bruno. The Speculative Left. **The South Atlantic Quarterly** [online], v. 104, n. 4, p. 751-767, 2005.

BOSTEELS, Bruno. The Leftist Hypothesis: Communism in the Age of Terror. In: DOUZINAS, Costas; ZIZEK, Slavoj. **The Idea of Communism**. London: Verso, 2010. p. 33-66.

BOSTEELS, Bruno. **The Actuality of Communism**. London: Verso, 2011.

BOTTOMORE, Tom. Comunismo. In: _____ (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 71-73.

BOTTOMORE, Tom. Nova Esquerda. In: OUTHWAITE, William; _____ et al (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 441-445.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal** [online], v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.

BRAGA, Ruy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 7-14.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-92.

BRAGA, Ruy; PURDY, Sean. A precarious hegemony: neo-liberalism, social struggles, and the end of Lulismo in Brazil. **Globalizations** [online], jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2018.1479013>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BREINER, Peter. Karl Mannheim and Political Ideology. In: FREEDEN, Michael; SARGENT, Lyman Tower; STEARS, Marc (eds.). **The Oxford Handbook of Political Ideologies**. New York: Oxford University Press, 2013. p. 38-57.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 91-121, jan./jun. 2009.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, São Paulo, ano XVI, n. 62, p. 43-51, jul./set. 2013.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos**: Neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.

BURGOS, Raúl. Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora UFSC, 2015. p. 161-233.

CALHOUN, Craig. The Rise and Domestication of Historical Sociology. In: McDONALD, Terrence J. (ed.). **The Historic Turn in the Human Sciences**. Ann Harbor: University of Michigan Press, 1996. p. 305-337.

CÂMARA, Andreza Aparecida Franco; SOARES, Paulo Brasil Dill. Águas para vida, não para morte! O papel do Movimento dos Atingidos por Barragens na 'onda' neodesenvolvimentista. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 39., 2015, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2015. p. 1-31.

CALDERANO, Maria Letícia Cotta. **Concepções e práticas do exercício do poder**: a experiência vivida pela Unegro. 2002. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CARNEIRO, Maíra Poleto. **Juventude e movimento estudantil**: o trabalho precário dos estudantes-bolsistas da UFES. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CARR, E. H. **What is History?** 2ª ed. London: Penguin Books, 1987.

CARREIRÃO, Yan. Principais teses na literatura recente sobre o voto no Brasil. In: _____. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis; Rio de Janeiro: Editora UFSC; FGV, 2002. p. 23-39.

CARVALHO, Sônia Regina Ribeiro de. **A Central de Movimentos Populares e o processo brasileiro de democratização**: uma trajetória em construção (1993-2003). 2007. 185 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTRO, Fernando Emmendoerfer de. **As manifestações brasileiras de 2013 sob a ótica do HGPE dos candidatos a presidente do Brasil em 2014**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CAVA, Bruno. Podem os governos progressistas sobreviver ao próprio sucesso? In: MENDES, Alexandre F.; FALBO, Ricardo N.; TEIXEIRA, Michael (Org.). **O fim da narrativa progressista na América do Sul**. Juiz de Fora: Editar, 2016. p. 15-25.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro Luiz. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 202-52, mar./jun. 2018.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, São Paulo, ano XIX, n. 72, p. 24-41, jan./mar. 2016.

CHAVES, Christiane de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 410 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COIMBRA, Eric Araujo Dias. **Duas estrelas e dois projetos de hegemonia**: a influência do pensamento de Gramsci no Partido dos Trabalhadores (BRA) e no Bloco de Esquerda (POR). 2017. 570f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CPCO-RJ. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**. Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Nov. 2015.

COATES, David. Reformismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 313-314.

COCHRANE, Christopher. Left and Right: Empty Vessels, Essential Core, or Family Resemblance? In: CANADIAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL CONFERENCE, 84., 2012, Alberta. **Anais…** Alberta: CPSA, 2012. p. 1-19. Disponível em: <https://www.cpsa-acsp.ca/papers-2012/Cochrane.pdf >. Acesso em: 25 ago. 2017.

COCHRANE, Christopher. **Left and Right**: The Small World of Political Ideas. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2015.

COELHO, Aurelino. Outra hegemonia: sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas. **Revista Outubro** [online], n. 12, p. 123-41, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo. **10 anos de governo do PT** - Frente Popular. Dossiê '10 anos de governos do PT', Marxismo 21, 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CONSOLIM, Marcia; OLIVEIRA, Márcio de; WEISS, Raquel. Apresentação do volume. In: DURKHEIM, Émile. **O individualismo e os intelectuais**. Edição bilingue e crítica. São Paulo: Edusp, 2016. p. 17-33.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p.183-194, jun. 2002.

CORRÊA, João Guilherme de Souza. **Sindicalismo cidadão e economia solidária**: uma análise da experiência política da Central Única dos Trabalhadores (CUT). 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. Nota prévia. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 7-8.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro (Org.). **La cultura en las crisis latinoamericana**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 195-216.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS; Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia** (1964-...). Coleção As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-27.

DEUTSCHER, Tamara. Trotskismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 394-395.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política Brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DIAS, Rodrigo. **A esquerda brasileira no contexto do fim da Guerra Fria**. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DOIMO, Ana maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Anpocs, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. Las movilizaciones de junio de 2013: ¿Explosión fugaz o novísima historia de Brasil? **OSAL: Observatorio social de América Latina**, Ciudad de México, ano XIV, n. 34, p. 64-72, nov. 2013.

DOMINGUES, José Maurício. A esquerda no nevoeiro: trajetórias, desafios e possibilidades. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 85-101, nov. 2016.

DOWBOR, Monica; SZWAKO, José. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 43-55, nov. 2013.

EAGLETON, Terry. **Ideology**: an Introduction. London: Verso, 1991.

EAGLETON, Terry. Introduction. In: _____ (ed.). **Ideology**. New York: Longman Publishing, 1994.

ELIEL, Leandro. Cartografia da esquerda no Brasil. **Revista Esquerda Petista**, São Paulo, n. 1, p. 63-9, mai. 2014.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história** - Ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.

FAUSTO, Ruy. **Caminhos da esquerda**: elementos para uma reconstrução. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 97-110, nov. 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST (1979-1999). 1999. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso Brasil, 2013. p. 191-206.

FERNANDES, Sabrina. **Crisis of praxis**: depoliticization and leftist fragmentation in Brazil. 2017. 401 f. Tese (PhD em Sociologia) - Faculty of Graduate and Postdoctoral Affairs, Carleton University, Ottawa, 2017.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. **O impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil**. 2013. 271 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FILIPPINI, Michele. Ideology. In: _____. **Using Gramsci**: a New Approach. London: Pluto Press, 2017. p. 4-23.

FIRMINO, Gustavo Casasanta. Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do 'Vem Pra Rua' e do 'Movimento Brasil Livre'. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 10., 2016, Marília-SP. **Anais...** Marília: Unesp, 2016. p. 1-17.

FOMINAYA, Cristina Flesher. **Social Movements and Globalization**: How Protests, Occupations, and Uprisings are Changing the World. Basingstoke: Palmgrave Macmillan, 2014.

FONSECA, Felipe de Freitas. **Um estudo do campo popular na CSP-Conlutas**. 2017. 191 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

FORTES, Alexandre. Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira. In: _____ (Org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapecó: Perseu Abramo/Argos, 2005. p. 195-206.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A 'Era Lula', as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 201-28, 2012.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. Conhecendo a trajetória de organização dos atingidos por barragens. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 113-28, dez. 2010.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. Para além dos partidos políticos: a Consulta Popular. **Revista Pegada**, v. 16, n. 1, p. 213-24, jul. 2015.

FREEDEN, Michael. **Ideologies and Political Theory**: a Conceptual Approach. New York: Oxford University Press, 1996.

FROSINI, Fabio. Marx, Karl. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 507-510.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, n. 16, p. 3-18, 1989.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAMBLE, Andrew. Conservatism. In: RITZER, George (ed.). **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. p. 678-681.

GAUCHET, Marcel. Right and Left. In: NORA, Pierre (ed.). **Realms of Memory**: Rethinking the French Past. Volume I – Conflicts and Divisions. New York: Columbia University Press, 1996. p. 241-298.

GEERTZ, Clifford. A ideologia como sistema cultural. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 163-205.

GERAS, Norman. Leninismo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom et al (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996a. p. 418-420.

GERAS, Norman. Trotskismo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom et al (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996b. p. 780-781.

GERBAUDO, Paolo. **Tweets and the streets**: social media and contemporary activism. London: Pluto Press, 2012.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag**: Populism, Citizenship and Global Protest. London: Hurst & Company, 2017.

GERRING, John. Ideology: a Definitional Analysis. **Political Research Quarterly**, v. 50, n. 4, p. 957-994, dec. 1997.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

GOMES, Carla de Castro. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad** [online], n. 25, p. 231-55, abr. 2017.

GONÇALVES, Tatiana. **A reorganização sindical no governo Lula**: um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: _____; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-66.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Volume 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Volume 6: Literatura. Folclore. Gramática; Apêndices: Variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

GRAMSCI, Antonio. Necessidade de uma preparação ideológica das massas. In: _____. **Escritos Políticos**. v. 4. Lisboa: Seara Nova, 1978. p. 21-27.

GRIFFIN, Larry J. How is Sociology Informed by History? **Social Forces**, v. 73, n. 4, p. 1245-1254, jun. 1995.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes universitárias: participação política e processos educativos em uma universidade do interior de Minas Gerais. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 838-59, set./dez. 2016.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Democracia e marxismo**: crítica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1999.

GUIMARÃES Jr., Mário Costa de Paiva. **O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (Conlutas)** frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital. 2016. 310 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

GUTIERREZ, Andriei da Cunha Guerrero. **O trotskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil**: Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho – uma análise das campanhas eleitorais de

1998 e 2002. 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

HABERMAS, Jurgen. Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e necessidade de revisão de esquerda. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 30, p. 43-61, jul. 1991.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. **Revista Piauí**, Edição 129, Jun. 2017. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros>. Acesso em: 27 ago. 2018.

HAIDER, Shuja. Safety Pins and Swastikas. **Jacobin**, New York, 5 jan. 2017. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2017/01/safety-pin-box-richard-spencer-neo-nazis-alt-right-identity-politics/>. Acesso em: 4 dez. 2017.

HAMILTON, Malcolm B. The Elements of the Concept of Ideology. **Political Studies** [online], n. 35, p. 18-38, 1987.

HAY, Colin. **Why we Hate Politics**. Cambridge: Polity Press, 2007.

HEARD, Stephen B. Don't stop writing in the Chasm of Despair. **Scientist Sees Squirrel Blog**, 29 out. 2018. Disponível em: <https://scientistseessquirrel.wordpress.com/2018/10/29/dont-stop-writing-in-the-chasm-of-despair>. Acesso em: 28 nov. 2018.

HENNING, Christoph. Ideology. In: RITZER, George (ed.). **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. p. 2230-2232.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. **O MST no fio da navalha** - dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes. 2013. 291 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 43, p. 103-112, nov. 1995.

HUNTER, Wendy. Brazil: the PT in power. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. (Org.). **The resurgence of the Latin American left**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011. p. 306-24.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

JACKSON, Patrick Thaddeus. The Present as History. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. New York: Oxford University Press, 2003. p. 490-505.

JAY, Martin. The Frankfurt School's Critique of Karl Mannheim and the Sociology of Knowledge. **Telos** [online], n. 20, p. 72-89, summer 1974.

JOST, John T. The End of the End of Ideology. **American Psychologist** [online], v. 61, n. 7, p. 651-670, oct. 2006.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. **Vinte centavos**: A luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. p. 180-196.

KECK, Margaret E. **PT** - A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KNIGHT, Kathleen. Transformations of the Concept of Ideology in the Twentieth Century. **American Political Science Review** [online], v. 100, n. 4, p. 619-626, nov. 2006.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy**: Towards a Radical Democratic Politics. 2 ed. London: Verso, 2001.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes. **A CUT no governo Lula**: da defesa da 'liberdade e autonomia' à reforma sindical inconclusa. 2009. 318 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LANA, Helena Fátima Alves Martins Miranda. **Uma experiência de produção de espaço coletivo na Ocupação Dandara**: a comunidade real como horizonte teórico de uma assessoria. 2016. 255 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LANE, David. Bolchevismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a. p. 34-35.

LANE, David. Leninismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b. p. 213-214.

LANE, Robert E. **Political Ideology**: Why the American Common Man Believes What he Does. New York: Free Press, 1962.

LARRAIN, Jorge. **Marxism and Ideology**. London: Macmillan Press, 1983.

LAWRENCE, Jon. Political History. In: BERGER, Stefan; FELDNER, Heiko; PASSMORE, Kevin. **Writing History**: Theory and Practice. London: Arnold Publishers, 2003. p. 183-202.

LENIN, Vladmir I. 'Left-Wing' Communism – An Infantile Disorder. In: _____. **Collected Works**. Volume 31 – April-December 1920. London: Lawrence & Wishart, 1966. p. 17-118.

LEOPOLD, David. Marxism and Ideology: From Marx to Althusser. In: FREEDEN, Michael; SARGENT, Lyman Tower; STEARS, Marc (eds.). **The Oxford Handbook of Political Ideologies**. New York: Oxford University Press, 2013. p. 20-37.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. Introduction: Latin's America's 'left turn': a framework for analysis. In: _____ (Org.). **The resurgence of the Latin American left**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011. p. 1-28.

LIBERATO, Leo Vinicius. **Antes de junho**: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014.

LICHTHEIM, George. The Concept of Ideology. **History and Theory** [online], v. 4, n. 2, p. 164-195, 1965.

LIGUORI, Guido. Ideologia. In: _____; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 398-402.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Haroldo. A propósito da Experiência dos comunistas na Constituinte brasileira de 1987-1988. In: PCdoB. **A política revolucionária do PCdoB**: informes ao 7º Congresso realizado em maio de 1988. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989. p. 157-68;

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, número especial, p. 5-13, jun. 2017.

LIPSET, Seymour Martin. **Political Man**: the Social Bases of Politics. New York: Doubleday, 1960.

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua**: as revoltas de junho pelo jóvem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOFTUS, Alex. Against a Speculative Leftism. In: WILSON, Japhy; SWYNGEDOUW, Erik (ed.). **The Post-Political and its Discontents**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014. p. 229-243.

LORENA, Elton Rafael. **Luta de classes na cidade neoliberal**: uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em

Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2012.

LUCCA-SILVEIRA, Marcos Paulo de. Intelectuais comunistas e a questão da democracia no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 101, p. 53-87, 2017.

LUKES, Steven. The Grand Dichotomy of the Twentieth Century. In: BALL, Terence; BELLAMY, Richard (ed.). **The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 602-626.

MACHADO, Beatriz Ribeiro. **Sobre o rururbano**: a Ocupação Dandara e os desafios da luta por moradia para além do rural e do urbano. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

MANCE, Euclides André. O papel estratégico do movimento popular para a democracia popular - o aprendizado dos anos 80 e 90. In: Memória de Luta pelos Direitos Humanos no Brasil - Direito à memória e à verdade, 1., 2007, Brasília-DF. **Anais...** Brasília: MNDH, 2007. p. 1-26. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/movpop.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2018.

MANNHEIM, Karl. Ideology and Utopia. In: EAGLETON, Terry (ed.). **Ideology**. New York: Longman Publishing, 1994. p. 50-68.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido. In: _____ et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Livro digital (e-book). São Paulo: Carta Maior; Boitempo, 2013. n. p.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Livro digital (e-book). São Paulo: Carta Maior; Boitempo, 2013.

MARLEY, Scott. **Historical Research**. Lecture ministered at University of New Mexico, 27 nov. 2006. Disponível em: <http://www.unm.edu/~marley/methppt/fall06/day12.ppt>. Acesso em: 9 jan. 2018.

MARQUES, Nathália Cristina Maciel. **Democracia e discurso**: abordagens discursivas sobre o relatório do senador Antonio Anastasia para a Comissão Especial do Impeachment de Dilma Rousseff. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MARQUES, Teresa; GONÇALVES, Leandro. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 399-416, jul./set. 2016.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Volume 6 - Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 239-88.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente. In: FERREIRA, Jorge; REIS; Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia** (1964-...). Coleção As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 541-62.

MARTINS, Estevão de Rezende. Introdução: O renascimento da história como ciência. In: _____ (Org.). **História pensada**: teoria e método na historiografia européia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p. 7-14.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. 334 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

MARX, Karl. Prefácio. In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-50.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

McCLOSKY, Herbert. Consensus and Ideology in American Politics. **American Political Science Review**, v. 58, n. 2, p. 361-382, jun. 1964.

McLELLAN, David. **Marxism after Marx**. 3ª ed. London: Macmillan Press, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - notas sobre a produção de um movimento social. In: FERREIRA, Jorge; REIS; Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia** (1964-...). Coleção As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 563-94.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 55-71.

MENEGUELLO, Rachel. **PT**: a formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOLLER, Daniela. **Brasil, um país de todos?** O projeto neodesenvolvimentista e a tônica dos programas de inserção social na agenda do governo federal (2003-2013). 2013. 274 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MORAES, Alana *et al* (Org.). **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. 'Nunca antes na história deste país': concliação, revolução e as interpretações sobre a era Lula. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 38., 2014, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2014. p. 1-21.

MOUFFE, Chantal. **On the Political**. New York: Routledge, 2005.

MPL-SP (Movimento Passe Livre - São Paulo). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Livro digital (e-book). São Paulo: Carta Maior; Boitempo, 2013. n. p.

MULLINS, Williard A. On the Concept of Ideology in Political Science. **American Political Science Review**, v. 66, n. 2, p. 498-510, jun. 1972.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. **Violência e Estado de exceção na Amazônia brasileira**: um estudo sobre a implantação da hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu (PA). Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Gradiação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, p. 70-7, jan./jun. 2010.

NETO, Angelo Girotto. **A voz das ruas e a rearticulação da ideologia conservadora**. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: razões da revolta. Livro digital (e-book). São Paulo: Companhia das letras, 2013a.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da redemocratização ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

NOBRE, Marcos. 1988 + 30. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 135-49, jul. 2016.

NOEL, Alain; THERIEN, Jean-Philippe. **Left and Right in Global Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. E agora, PT? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 15, p. 32-43, jul. 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. O Ornitorrinco. In: _____. **Crítica à razão dualista** - O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 121-50.

OLIVEIRA, Francisco de. O momento Lênin. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 75, p. 23-75, jul. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: RIZEK, Cibele Saliba; _____ (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: _____; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010a. p. 21-7.

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso. In: _____; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010b. p. 369-76.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. A construção do impeachment de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua. In: Encontro Regional Sul de História da Mídia, 6., 2016. **Anais...** Ponta Grossa: ALCAR, 2016. p. 1-13.

OLIVEIRA, Marcos de Jesus. Lulismo: um inventário (pretensamente) crítico. In: Jornadas Bolivarianas, 12., 2016, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2016. p. 1-11.

ORTIZ, Isabel; BURKE, Sara; BERRADA, Mohamed; CORTÉS, Hernán. **World Protests 2006-2013**. Working Paper, Initiative for Policy Dialogue and Friedrich-Ebert-Stiftung. New York, Sep. 2013.

OSTERGAARD, Geoffrey. Anarquismo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom et al (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 14-17.

OSTERGAARD, Geoffrey. Anarquismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 11-12.

OZAÍ DA SILVA, Antonio. **História das tendências no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

OZAÍ DA SILVA, Antonio. As origens do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 1, n. 3, p. 1-28, ago. 2001a.

OZAÍ DA SILVA, Antonio. A Causa Operária. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá. ano 1, n. 4, p. 1-4, set. 2001b.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; LERNER, Celina. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; SOUZA, Paulo Roberto Elias de; TORI, Lucca Amaral. Construindo uma rede de esperança: o processo colaborativo online do manifesto "Vamos!" no Brasil. In: Congresso do Instituto Nacional de Ciência & Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), 1., 2018, Salvador-BA. **Anais...** Salvador: INCT.DD, 2018. p. 1-29.

PERALVA, Angelina *et al*. O legado de 2013: coletivos de ativistas e a agenda política brasileira. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 41., 2017, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2017. p. 1-31.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **'O mundo negro'**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PERLATTO, Fernando. Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 15, n. 1, p. 256-72, jan./jun. 2015.

PERRUSO, Marco Antonio. As jornadas de(sde) Junho de 2013. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 38., 2014, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2014. p. 1-32.

PIERSON, Paul. Placing politics in time. In: _____. **Politics in Time** - History, Institutions, and Social Analysis. New Jersey: Princeton University Press, 2004. p. 1-16.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 163-91.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PLEYERS, Geoffrey; BRINGEL, Breno. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nova Sociedade** [online], Especial em Português, p. 4-17, out. 2015.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. **A metamorfose**: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores (1980-2005). 2005. 347 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

POMPÊO, Flávio Sposto. As origens do PSOL. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 12, p. 1-15, abr. 2007.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova**, São Paulo, n. 15, p. 41-81, 1988.

PURDY, Sean. Brazil's june days of 2013: mass protest, class, and the left. **Latin American Perspectives** [online], abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X17699905>. Acesso em: 27 jun. 2018.

RAEKSTAD, Paul. Understanding anarchism: some basics. **Science & Society** [online], v. 80, n. 3, p. 407-414, 2016.

REIS, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapecó: Perseu Abramo/Argos, 2005. p. 195-206.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores - trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: In: FERREIRA, Jorge; _____ (Org.). **Revolução e democracia** (1964-...). Coleção As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-40.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 13-36.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 25, n. 74, p. 39-60, out. 2010.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **Por uma rebeldia mundial?** Formação e ação territorial da Via Campesina no Brasil. 2016. 324 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo**: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. 2008. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

RICCI, Rudá. **Lulismo**: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

RICHARDS, Robert J. Ideology and the History of Science. **Biology and Philosophy** [online], n. 8, p. 103-108, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: _____; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Volume 5 - Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 227-302.

RIDENTI, Marcelo. Trabalho, sociedade e os ciclos na história da esquerda brasileira. In: ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Org.). **O sindicalismo equilibrista**: entre o continuísmo e as novas práticas. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006. p. 23-41.

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 41-79, 2012.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. **Partidos-movimento**: as relações entre partidos políticos e sociedade civil no limiar do século XXI. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: _____. **Por uma história do político**. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010. p. 65-101.

ROSS, George. Eurocomunismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 143-144.

RUGITSKY, Fernando. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (Org.). **Austeridade para quem?** Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015. p. 131-7.

SAAD-FILHO, Alfredo. Mass protests under 'left neoliberalism': Brazil, june-july 2013. **Critical Sociology** [online], v. 39, n. 5, p. 657-69, 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In: _____; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 11-29.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: _____ (Org.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso Brasil, 2013. p. 135-43.

SAFATLE, Vladmir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PC do B). In: FERREIRA, Jorge; REIS; Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia** (1964-...). Coleção As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 163-182.

SALLUM, Brasilio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Volume 6 - Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 375-410.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Além do PT**: A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. 2ª ed. São Paulo: Elefante, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Anomia niilista. **Valor Econômico**, 26 jun. 2013. Disponível em: <https://www.valor.com.br/cultura/3211228/anomia-niilista>. Acesso em: 27 jun. 2018.

SANTO-SÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: In: FERREIRA, Jorge; REIS; Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia** (1964-...). Coleção As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 429-50.

SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. As jornadas de junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 22, p. 93-128, jan./abr. 2017.

SAVAZONI, Rodrigo. As redes são as ruas são as redes - o território híbrido da ciberpolítica. **Z Cultural**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 1, n. p., 2016. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/as-redes-sao-as-ruas-sao-as-redes-o-territorio-hibrido-da-ciberpolitica>. Acesso em: 27 jun. 2018.

SCAPINI, Gabriela Luiz; RITA, Mayara Bacelar; RIBEIRO, Maria Florência Guarche. Dinâmicas do feminismo contemporâneo: análise da formação da #partidA (2015-2017). **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 23, p. 393-429, 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 13-34, set./dez. 2014a.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014b.

SCHUMPETER, Joseph A. The Crisis of the Tax State. In: SWEDBERG, Richard (Ed.). **Joseph A. Schumpeter**: The Economics and Sociology of Capitalism. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991. p. 99-140.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015.

SELIGER, Martin. The Inseparability of Ideology and Politics: The Case for a Re-Evaluation of the Concept. **Revue européenne des sciences sociales**, t. 17, n. 46, p. 115-138, 1979.

SHILS, Edward. Ideology and civility: On the politics of the intellectual. **Sewanee Review**, n. 66, p. 450-480, 1958.

SILVA, Carmen Sílvia Maria da. **Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares**: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 2016. 361 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Julio Cesar Gonçalves da. **Partido, política e organização**: o PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical no Brasil (2004-2010). 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SILVA, Noeli Turle da. Teatro legislativo e racismo: arte, política e militância. **Repertório**, Salvador, ano 20, n. 29, p. 146-62, 2017.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: _____; LOUREIRO, Isabel (Org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21-54.

SMALL, Albion. **General Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1905.

SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Cópio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: FERREIRA, Jorge; REIS; Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia** (1964-...). Coleção As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 355-84.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 377 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SPINA, Paulo Roberto. **O Movimento Passe Livre São Paulo**: da sua formação aos protestos de 2013. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

STRATH, Bo. Ideology and Conceptual History. In: FREEDEN, Michael; SARGENT, Lyman Tower; STEARS, Marc (eds.). **The Oxford Handbook of Political Ideologies**. New York: Oxford University Press, 2013. p. 3-19.

STREECK, Wolfgang. The crises of democratic capitalism. **New Left Review**, London, n. 71, p. 5-29, set./out. 2011.

SWYNGEDOUW, Erik. The Communist Hypothesis and Revolutionary Capitalisms: Exploring the Idea of Communist Geographies for the Twenty-first Century. **Antipode** [online], v. 41, n. 1, p. 298-319, 2009.

TARROW, Sidney. **Power in movement** - social movements and contentious politics. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2011.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, set./dez. 2014.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 71-98, jan./abr. 2017.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: VELASCO E CRUZ, Sebastião et al (Org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.

TAVARES, Francisco Mata Machado. **Deliberação e capitalismo**: uma crítica marxista ao pensamento de Habermas. Curitiba: Appris, 2016.

TAVARES, Francisco Mata Machado. Por que perdemos? Moral cristã, individualismo e espetacularização nos movimentos de protesto. **Blog Junho**, 26 dez. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/por-que-perdemos-moral-crista-individualismo-e-espetacularizacao-nos-movimentos-de-protesto/>. Acesso em: 4 dez. 2017.

TAVARES, Francisco Mata Machado; OLIVEIRA, Ian Caetano de. Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 11-45, jan./abr. 2016.

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 140-166, abr. 2016.

TAVARES, Francisco Mata Machado; VELOSO, Ellen Ribeiro. 'A gente ainda nem começou': repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia (2015). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABCP, 2016. p. 1-30.

TAYLOR, Verta. Social movement continuity: the women's movement in abeyance. **American Sociological Review** [online], v. 54, p. 761-775, out. 1989.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. **Arquitetura da participação no Brasil**: uma leitura das representações políticas em

espaços participativos nacionais. IPEA, textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 1735, p. 1-48, maio 2012.

TEIXEIRA FILHO, Mario Montanha. **A atuação do poder judiciário nos conflitos de terra**: o caso do pinheirinho. 2016. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Campinas, Campinas, 2016.

THIES, Cameron G. A pragmatic guide to qualitative historical analysis in the study of International Relations. **International Studies Perspectives** [online], n. 3, p. 351-372, 2002.

THOMAS, Peter D. **The Gramscian Moment**: Philosophy, Hegemony and Marxism. Leiden: Brill, 2009.

THOMAS, Peter D. Hegemony, passive revolution and the modern Prince. **Thesis Eleven**, v. 117, n. 1, p. 20-39, 2013.

THOMPSON, John B. **Studies in the Theory of Ideology**. Berkeley: University of California Press, 1984.

THOMPSON, Willie. **What Happened to History?** London: Pluto Press, 2000.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TILLY, Charles. Why and How History Matters. In: GOODIN, Robert E.; _____ (Org.). **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 417-437.

TOLEDO, Caio Navarro de. Partido dos Trabalhadores e governo Lula: regressão da luta ideológica. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 117-38, 2008.

TOSH, John. **The Pursuit of History** - Aims, Methods and the New Directions in the Study of Modern History. 5ª ed. Harlow: Pearson, 2010.

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 5-18, 1989.

TRÓPIA, Patrícia Vieira; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 81-117, jun. 2013.

TURY, João Gabriel Loures. **Repertórios de ação e classes sociais na onda de protestos de junho de 2013**. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2017.

VALLE, Camila Oliveira do. As manifestações políticas no Brasil contemporâneo de 2013 a 2016. In: Congresso Latino-Americano de Ciência Política (Alacip), 9., 2017, Montevideu. **Anais...** Montevideu: Alacip, 2017. p. 1-20.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology**: a Multidisciplinary approach. London: Sage, 1998.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) no Brasil no momento atual. In: _____; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015. p. 13-48.

VELOSO, Ellen Ribeiro. **Democracia feita na rua**: uma investigação sobre o impacto de protestos por mobilidade urbana, no Brasil, na definição de agenda governamental. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

VENGOA, Hugo Fazio. **La historia del tiempo presente**: historiografía, problemas y métodos. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2010.

VIANA, Igor Campos. Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte: a experiência de uma construção utópica da política. **Revice - Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 264-95, jan./jul. 2017.

VIEIRA, Flávia do Amaral. **Direitos humanos e desenvolvimento na Amazônia**: Bleo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 2015. 243 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

WALBY, Sylvia. Gênero. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom et al (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 332-335.

WEBBER, Jeffery R.; CARR, Barry . Introduction: the Latin American left in theory and practice. In: _____ (Org.). **The New American Left**: Cracks in the Empire. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2013. p. 1-27.

WOOD, Ellen Meiksins. **The Retreat from Class**: A new ‘true’ Socialism. Revised Edition. London: Verso, 1998.

WOOD, Matt; FLINDERS, Matthew. Rethinking Depoliticisation: Beyond the Governmental. **Policy & Politics** [online], v. 42, n. 2, p, 151-170, 2014.

ZIZEK, Slavoj. The Communist Hypothesis. In: _____. **First as Tragedy, Then as Farce**. London: Verso, 2009. p. 86-157.

**WEBSITES**

Alexandre Mendes; Bruno Cava. A esquerda que venceu. **Rede Universidade Nômade**, 2 out. 2015. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/a-esquerda-que-venceu>. Acesso em: 18 jul. 2018.

André Ferrari. Um histórico do PSOL - A luta por um novo partido de esquerda no Brasil. **LSR-CIT**, 9 out. 2005. Disponível em: <https://www.lsr-cit.org/2005/10/09/um-historico-do-psol-a-luta-por-um-novo-partido-de-esquerda-no-brasil>. Acesso em 24 mai. 2018.

AntiCast 328 – **A Fragmentação da Esquerda Brasileira**, com Sabrina Fernandes. 14 mar. 2018. Disponível em: <http://anticast.com.br/2018/03/anticast/anticast-328-a-fragmentacao-da-esquerda-brasileira-com-sabrina-fernandes>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BBC Brasil. **Eleições 2018**: TSE barra Lula mas autoriza  a fazer propaganda eleitoral. 31 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45377266>. Acesso em: 22 out. 2018.

Brasil de Fato. **Serra representa a burguesia e a volta do neoliberalismo**. 28 set. 2010. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/1822>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Câmara dos Deputados. **Decreto Legislativo Nº 788, de 2005**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2005/decretolegislativo-788-13-julho-2005-537812-norma-pl.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Carta Maior. **Dirigente do MST fala de alianças, governo Lula e poder popular**. 26 abr. 2007. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Dirigente-do-MST-fala-de-aliancas-governo-Lula-e-poder-popular/2/13212>. Acesso em: 24 mai. 2018.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). **Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituinte-de-1987-88>. Acesso em: 24 mai. 2018.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 6 ago. 2018.

Consultor Jurídico. **Senado aprova cláusula de barreira para 2018 e fim de coligação para 2020**. 4 out. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-out-04/senado-aprova-clausula-barreira-2018-fim-coligacao-2020>. Acesso em: 22 out. 2018.

Datafolha. **Aprovação a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara**. 9 fev. 2015. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018. Citado em Tatagiba, Teixeira e Trindade (2015, p. 202).

Datafolha. **Dilma vê reprovação subir e alta no apoio a sua saída**. 21 mar. 2016. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1752306-dilma-ve-reprovacao-subir-e-alta-no-apoio-a-sua-saida.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Datafolha. **Preferência por PT é mais alta desde campanha de reeleição de Dilma**. 27 jun. 2017. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/06/1896380-preferencia-por-pt-e-mais-alta-desde-campanha-de-reeleicao-de-dilma.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

Datafolha. **Temer atinge índice mais alto de reprovação desde redemocratização**. 2 out. 2017. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1923635-teme-atinge-indice-mais-alto-de-reprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

Deivison Nkosi. Os crimes de maio e as manifestações de junho e o Amarildo: o extermínio nosso de cada dia. **Geledés**, 1 ago. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-crimes-de-maio-e-as-manifestacoes-de-junho-e-o-amarildo-o-exterminio-nosso-de-cada-dia-por-deivison-nkosi>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Edição do Brasil. **Vereadora mais votada de BH faz balanço do mandato**. 16 nov. 2017. Disponível em: <http://edicaodobrasil.com.br/2017/11/16/vereadora-mais-votada-de-bh-faz-balanco-mandato>. Acesso em: 8 out. 2018.

El País. **Como cada deputado votou no PL 5069, que complica acesso ao aborto**. 31 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/30/politica/1446238579_446975.html>. Acesso em: 8 out. 2018.

El País. **Mulheres quebram o jejum das ruas no Brasil com manifestações contra Bolsonaro**. 30 set. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/politica/1538270819_523141.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

El País. **Mulheres promovem atos pelo país contra Bolsonaro**. 21 out. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/20/politica/1540071581_145915.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

Esquerda Online. **MAIS anuncia entrada no PSOL**. 4 ago. 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/08/04/o-mais-anuncia-a-entrada-no-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Esquerda Online. **É oficial**: Guilherme Boulos e Sônia Guajajara são pé-candidatos do PSOL à presidência. 10 mar. 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/03/10/e-oficial-guilherme-boulos-e-sonia-guajajara-sao-pre-candidatos-do-psol-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Folha de S. Paulo. **12 mil protestam pelo impeachment de Lula**. 18 ago. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200509.htm>. Acesso em: 24 mai. 2018.

Folha de S. Paulo. **Leia a íntegra do discurso de Dilma no Dia Internacional da Mulher**. 8 mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599999-leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-no-dia-internacional-da-mulher.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018. Citado em Singer (2016, p. 44).

Folha de S. Paulo. **Manobras fiscais na Caixa cresceram no governo Dilma**. 26 abr. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1621205-manobras-fiscais-na-caixa-cresceram-no-governo-dilma.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Folha de S. Paulo. **Manifestação pró-Dilma reúne 95 mil pessoas em SP, diz Datafolha**. 18 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751748-manifestacao-pro-dilma-reune-95-mil-pessoas-em-sp-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Folha de S. Paulo. **A favor ou contra o impeachment?** Intelectuais respondem enquete (Fernando Limongi). 10 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/04/1758968-a-favor-ou-contra-o-impeachment-intelectuais-respondem-enquete.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Folha de S. Paulo**. Temer divulga áudio em que fala como se impeachment estivesse aprovado**. 11 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759725-temer-divulga-audio-em-que-fala-como-se-impeachment-estivesse-aprovado.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Folha de S. Paulo. **Relator diz que, agora, impeachment é disputa de poder entre Dilma e Temer**. 14 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761708-relator-diz-que-agora-impeachment-e-disputa-de-poder-entre-dilma-e-temer.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Folha de S. Paulo. **Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato**. 23 maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Folha de S. Paulo. **Articulação de petistas e PSOL irrita ex-presidente Lula**. 22 jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1894935-articulacao-de-petistas-e-psol-irrita-ex-presidente-lula.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

Folha de S. Paulo. **Centrais sindicais divergem e desistem de greve geral no dia 30 de junho**. 24 jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1895694-centrais-sindicais-divergem-e-desistem-de-greve-geral-no-dia-30.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

Folha de S. Paulo. **Lula diz que foi precipitado considerar atos de 2013 democráticos**. 11 ago. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909354-lula-diz-que-foi-precipitado-considerar-atos-de-2013-democraticos.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Folha de S. Paulo. **Grupos de esquerda iniciam debates pelo país e lançam site**. 14 ago. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909629-grupos-de-esquerda-iniciam-debates-pelo-pais-e-lancam-site.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

Folha de S. Paulo. **Centrais sindicais cancelam greve contra reforma da Previdência**. 1 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1939778-centrais-sindicais-cancelam-greve-contra-reforma-da-previdencia.shtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

Folha de S. Paulo. **Em busca de apoio, Haddad vai ingressar na maior corrente petista**. 20 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/em-busca-de-apoio-haddad-vai-ingressar-na-maior-corrente-petista.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2018.

G1. **PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição**. 30 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

G1. **PSDB pede ao TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente**. 18 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

G1. **Gerson Camarotti**: Planalto prepara 'plano B' para cenário de desembarque do PMDB. 25 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/planalto-trabalha-com-cenario-de-desembarque-do-pmdb-e-prepara-plano-b.html>. Acesso em: 18 jul. 18.

G1. **Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume**. 31 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

G1. **Entenda o que é o semipresidencialismo, sistema defendido por Temer e Gilmar**. 22 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/entenda-o-que-e-o-semipresidencialismo-sistema-que-une-presidencialismo-e-parlamentarismo.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2018.

G1. **Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido**. 8 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2018.

Independente. **Governo Dilma também propôs teto de gastos, mas diferente da PEC 241**. 18 out. 2016. Disponível em: <http://independente.jor.br/governo-dilma-tambem-propos-teto-de-gastos-mas-diferente-da-pec-241/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC). **Ruptura no PSTU**. 6 jul. 2016. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/noticia/ruptura-no-pstu>. Acesso em: 8 out. 2018.

Instituto Socioambiental. **O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir o direito à terra e áreas para conservação?** 1 jun. 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-para-garantir-o-direito-a-terra-e-areas-para-conservacao>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Jairo Nicolau. Bolsonaro e seu partido. **Observatório das Eleições**, 9 out. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodaseleicoes.org/feed-de-posts/bolsonaro-e-o-seu-partido>. Acesso em: 22 out. 2018.

Jo Freeman. **The Tyranny of Structurelessness**. 1973. Disponível em: <https://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Leonardo Avritzer. O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas. **Geledés**, 9 ago. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-foram-as-manifestacoes-de-junho-e-o-que-e-insustentavel-afirmar-sobre-elas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Lorena Aguiar. Debate - A seletividade do direito penal: caso Rafael Braga. **Geledés**, 7 nov. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/debate-seletividade-direito-penal-caso-rafael-braga>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Marcelo Badaró Mattos. A necessidade de uma política: as eleições brasileiras de 2014 e os dilemas da esquerda socialista no segundo turno. **Capitalismo em desencanto**, 13 out. 2014. Disponível em: <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2014/10/13/a-necessidade-de-uma-politica-as-eleicoes-brasileiras-de-2014-e-os-dilemas-da-esquerda-socialista-no-segundo-turno>. Acesso em: 18 jul. 2018

Marielle Franco. **Quem é Marielle?** Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>. Acesso em: 12 ago. 2018.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem Miséria** - Caderno de Resultados 2011/2014. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernodegraficosbsm-35anos.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

O Estado de S. Paulo. **Mapa das diferenças**. Out. 2014. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/public/politica/resultado-eleicoes-2014/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

O Estado de S. Paulo. **Petição do MBL por impeachment tem apoio tímido**. 28 mai. 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,peticao-do-mbl-por-impeachment-tem-apoio-timido----imp-,1695735>. Acesso em 18 jul. 2018.

O Globo. **Laudo da defesa de Dilma nega irregularidades em decretos e 'pedaladas fiscais'**. 4 jul. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/laudo-da-defesa-de-dilma-nega-irregularidades-em-decretos-pedaladas-fiscais-19643058>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Oswaldo E. do Amaral. A renovação conservadora na Câmara. **Observatório das Eleições**, 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodaseleicoes.org/feed-de-posts/a-renova%C3%A7%C3%A3o-conservadora-na-c%C3%A2mara>. Acesso em: 22 out. 2018.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <http://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

RAiZ - Movimento Cidadanista. **Histórico da RAiZ - Movimento Cidadanista**. 17 jul. 2015. Disponível em: <http://www.raiz.org.br/historico-da-raiz-movimento-cidadanista>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Revista Exame. **Como Dilma, governadores também praticaram pedaladas**. 24 dez. 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/pedaladas-estaduais/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Revista Fórum. **Stedile**: o significado e as perspectivas das mobilizações de rua. 25 jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/stedile-o-significado-e-as-perspectivas-das-mobilizacoes-de-rua>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Senado Notícias. **Lei Antiterrorismo é sancionada com vetos pela presidente Dilma**. 18 mar. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/18/lei-antiterrorismo-e-sancionada-com-vetos-pela-presidente-dilma>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Sul21. **Retrospectiva**: Afinal, 2017 foi um ano de mobilização? 31 dez. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2017/12/retrospectiva-afinal-2017-foi-um-ano-de-mobilizacao>. Acesso em: 8 out. 2018.

TSE. **Resultado das eleições 2006**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-das-eleicoes-2006>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Último Segundo. **Coordenador do MTST afirma que protestos serão intensificados durante a Copa**. 28 mai. 2014. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-05-28/coodenador-do-mtst-afirma-que-protestos-serao-intensificados-durante-a-copa.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

University of Southern California (USC). **Types of Research Designs**. Disponível em: <http://libguides.usc.edu/writingguide/researchdesigns>. Acesso em: 9 jan. 2018.

UOL Notícias. **Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment**. 27 maio 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Veja. **Com 'esquenta', manifestantes já marcam data de novo grande protesto**: 13 de março. 13 dez. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/com-esquenta-manifestantes-ja-marcam-data-de-novo-grande-protesto-13-de-marco/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

**DOCUMENTOS**

AE (Articulação de Esquerda). **Resoluções do 2º Congresso e oitava Conferência Sindical da tendência petista Articulação de Esquerda**. São Paulo, 2 a 5 de abril de 2015.

AE (Articulação de Esquerda). **Resoluções do 4º Congresso da tendência petista Articulação de Esquerda**. São Paulo, 24 a 26 de novembro de 2017.

AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras). **Políticas públicas para a igualdade**: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente. Brasília: Cfemea, 2011.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **Resoluções políticas do X Congresso do PCB**. Rio de Janeiro, 25 a 28 de março de 1993.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT**. São Paulo, 3 a 7 de junho de 2003.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resoluções do 10º Congresso Nacional da CUT**. São Paulo, 3 a 7 de agosto de 2009.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resolução da Direção Nacional da CUT**. São Paulo, 7 e 8 de abril de 2014a.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resolução da Direção Nacional da CUT**. São Paulo, 11 e 12 de dezembro de 2014b.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resolução da Direção Nacional da CUT**. São Paulo, 18 de agosto de 2015.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resolução da Direção Nacional da CUT**. São Paulo, 18 e 19 de fevereiro de 2016.

MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra). Programa de reforma agrária do MST – 1984. In: STEDILE, Hoão Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária – 1946-2003. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. p. 177-9.

MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra). **Programa Agrário do MST –** Texto em construção para o VI Congresso Nacional. Brasília: MST, 2013.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Resoluções do 13º Encontro Nacional do PT**. São Paulo, 28 a 30 de abril de 2006.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Resoluções do 3º Congresso Nacional do PT**. São Paulo, 31 a 2 de setembro de 2007.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Resoluções do 4º Congresso Nacional do PT**. Brasília, 2 a 4 de setembro de 2011.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Resoluções do 5º Congresso Nacional do PT**. Salvador, 11 a 13 de junho de 2015.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Resoluções do 6º Congresso Nacional do PT**. Brasília, 1 a 3 de junho de 2017.

**DOCUMENTOS EM WEBSITES**

APS (Ação Popular Socialista). **“Fora Temer, Eleições gerais” e construção de uma alternativa verdadeiramente de esquerda**. 10 jul. 2016. Disponível em: <https://acaopopularsocialista.com/2016/08/31/fora-temer-eleicoes-gerais-e-construcao-de-uma-alternativa-verdadeiramente-de-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.

APS (Ação Popular Socialista). **APS: Resoluções de Conjuntura Nacional e Tática - junho 2017**. 4 jun. 2017. Disponível em: <https://acaopopularsocialista.com/2017/06/30/aps-resolucoes-de-conjuntura-nacional-e-tatica-junho-2017>. Acesso em: 27 ago. 2017.

AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras). **A AMB e a luta antirracista**. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb-pelo-fim-do-racismo>. Acesso em: 10 ago. 2018.

AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras). **Como se organiza**. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/como-se-organiza>. Acesso em: 10 ago. 2018.

AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras). **História**. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/historia>. Acesso em: 10 ago. 2018.

AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras). **Não queremos apenas inclusão, queremos transformação!** Mulheres na luta por mudanças radicais no sistema político. 7 abr. 2015. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/04/07/nao-queremos-apenas-

inclusao-queremos-transformacao-mulheres-na-luta-por-mudancas-radicais-no-sistema-politico>. Acesso em: 27 ago. 2018.

AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras). **Nota da Articulação de Mulheres Brasileiras sobre os rumos da reforma ministerial**. 28 set. 2015. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/09/28/nota-da-articulacao-de-mulheres-brasileiras-amb-sobre-os-rumos-da-reforma-ministerial-e-possivel-rebaixamento-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-seppir-e-sdh>. Acesso em: 27 ago. 2018.

AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras). **A trajetória da AMB nos 'quase' 25 anos de luta feminista, antipatriarcal, antirracista e anticapitalista**. 2018. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb-25-anos>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **Quem somos**. 1 mai. 2009. Disponível em: <https://brigadaspopulares.blogspot.com/2009/05/brigadas-populares-e-uma-organizacao.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **Comunicado sobre as eleições**. 24 set. 2010. Disponível em: <https://brigadaspopulares.blogspot.com/2010/09/comunicado-sobre-as-eleicoes.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **Manifesto das novas Brigadas Populares**. 18 set. 2011. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/manifesto-das-brigadas-populares>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **Quatro mitos do Brasil atual**. 5 jan. 2012. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/quatro-mitos-do-brasil-atual>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **Programa das Brigadas Populares**. 2013. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/manifesto-das-brigadas-populares>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **Nota das Brigadas Populares/MG sobre as manifestações sociais no Brasil**. 21 jun. 2013. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/unidade-achada-nas-ruas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **A festa acabou! Quem pagará a conta?** 18 ago. 2014. Disponível em <https://brigadaspopulares.org.br/a-festa-da-copa-acabou-quem-pagara-a-conta>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **As Brigadas Populares no Brasil de hoje**: a falácia do golpe, a tensão pró-impeachment e a questão da Petrobras. 2 mar. 2015. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/1021>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **Nota da Frente Povo sem Medo**. 7 dez. 2015. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/nota-da-frente-povo-sem-medo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **Análise de conjuntura das Brigadas Populares**. 16 fev. 2016. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/17995/decifra-me-ou-te-devoro-reflexoes-sobre-crise-atual-e-as-tarefas-da-esquerda-revolucionaria-no-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BP (Brigadas Populares). **Defender o Brasil pela base e lutar contra as falsas saídas da crise**. 18 mar. 2016. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/defender-o-brasil-pela-base-e-lutar-contra-as-falsas-saidas-da-crise>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil). **Princípios e objetivos**. Disponível em: <http://www.portalctb.org.br/site/a-ctb-nacional-brasil/principios-e-objetivos>. Acesso em: 9 ago. 2018.

CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil). **CTB convoca militância para fortalecer campanha de Dilma**. 5 out. 2010. Disponível em: <http://www.portalctb.org.br/site/noticias/voz-da-ctb/ctb-convoca-militancia-para-fortalecer-campanha-de-dilma>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil). **Direita se infiltra e busca manipular as manifestações populares**. 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www.portalctb.org.br/site/noticias/voz-da-ctb/direita-se-infiltra-e-busca-manipular-as-manifestacoes-populares>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CSC (Central Sindical Classista). **De saída da CUT, CSC fecha encontro rumo à central classista**. Vermelho, 30 set. 2007. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/24430-1>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CSC (Central Sindical Classista). **Resolução do 7º Encontro Nacional da CSC**. 30 set. 2007. Disponível em: <http://feebbase.com.br/site/mais-noticias/de-saida-da-cut-csc-fecha-encontro-rumo-a-central-classista>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resoluções do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat)**. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/d/sistema/resolucoes/113/arquivo/1-1-congresso-de-fundacao-1983.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT**. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/d/sistema/resolucoes/114/arquivo/1-congresso-nacional-da-cut-1984.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resultado oficial do Plebiscito Popular da Vale do Rio Doce**. 8 out. 2007. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/resultado-oficial-do-plebiscito-popular-da-vale-do-rio-doce-ba7c>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Militância nas ruas para garantir a vitória de Dilma Presidente**. 8 out. 2010. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/militancia-nas-ruas-para-garantir-a-vitoria-de-dilma-presidente-e39f>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resolução da Direção Nacional da CUT**. 27 jun. 2013. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/resolucao-da-direcao-nacional-da-cut-384f>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resoluções da Executiva Nacional da CUT**. 25 mar. 2014. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/resolucoes-da-executiva-nacional-da-cut-0547>. Acesso em: 27 ago. 2014.

CNB (Construindo um Novo Brasil). **Manifesto da CNB/PMB**. Dez. 2016. Disponível em: <http://www.construindoumnovobrasil.com.br/index.php/publicacoes/movimentos-sociais/item/585-manifesto-da-cnb-pmb>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CNB (Construindo um Novo Brasil). **Contribuição da Articulação Minas ao debate interno da CNB**. 2016. Disponível em: <http://www.construindoumnovobrasil.com.br/index.php/publicacoes/politica/item/594-contribuicao-da-articulacao-minas-ao-debate-interno-da-cnb>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Consulta Popular. **Nossa história**. 15 fev. 2012. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Consulta Popular. **Princípios**. 7 fev. 2012. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/princ%C3%ADpios>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Consulta Popular. **Quem somos**. 23 jan. 2012. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/quem-somos>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Consulta Popular. **Encarar a verdade, tirar lições da crise e construir uma alternativa para o povo brasileiro**. Jul. 2005. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/biblioteca/encarar-verdade-tirar-li%C3%A7%C3%B5es-da-crise-e-construir-uma-alternativa-para-o-povo-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Consulta Popular. **Nas ruas pelo avanço do projeto popular**. 23 jun. 2013.Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/noticia/nas-ruas-pelo-avan%C3%A7o-do-projeto-popular-0>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Declaração de princípios da CAB** (Coordenação Anarquista Brasileira). Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=8 >. Acesso em: 12 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Programa mínimo**. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=19>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Sobre a CAB**. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=6>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Organizações que compõem a CAB**. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=10>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro**. Documento aprovado no I Congresso da CAB, Rio de Janeiro, 8-10 de junho de 2012. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=191>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Um pouco de nossa concepção de anarquismo**: desmistificando estereótipos e esclarecendo equívocos. 27 fev. 2013. Disponível em: <https://www.anarkismo.net/article/24983>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **A luta contra o aumento das passagens e o Anarquismo**. 19 jun. 2013. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=30>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Prisões e mais criminalização marcam o final da Copa do Mundo no Brasil**. 14 jul. 2014. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=277>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Eleições**: a saída à esquerda não é nas urnas, mas nas ruas! 10 set. 2014. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=128>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista**: só a luta de classes decide. 20 mar. 2016. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?p=396>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Superar o petismo e a burocracia na esquerda**. Só a luta e a organização transformam a realidade. 14 nov. 2016. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=590>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). **Nota sobre o atual cenário da luta de classes no Brasil**. 15 out. 2018. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?p=974>. Acesso em: 22 out. 2018.

CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores). **Indignad@s contra o aumento da passagem!** 10 jun. 2013. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2013/06/10/arquivoid-9299>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores). **Fora Dilma e Lula!** Fora Temer e Aécio! Fora Todos! 18 mar. 2016. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2016/03/18/fora-dilma-e-lula-fora-temer-e-aecio-fora-todos>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores). **Contribuição ao debate no PSOL**. 13 dez. 2016. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2016/12/13/contribuicao-ao-debate-no-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores). **Em defesa do PSOL de esquerda, democrático, militante e longe do PT**. 20 set. 2017. Disponível em:

<http://cstpsol.com/home/index.php/2017/09/20/em-defesa-do-psol-de-esquerda-democratico-militante-e-longe-do-pt>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores). **Agora é Plínio Jr. pré-candidato à Presidência da República!** Resgatar o projeto original do PSOL e fortalecer uma Frente de Esquerda! 29 nov. 2017. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2017/11/29/agora-e-plinio-jr-pre-candidato-a-presidencia-da-republica-resgatar-o-projeto-original-do-psol-e-fortalecer-uma-frente-de-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores). **Debate**: Devemos lutar pelo direito do Lula a ser candidato? 20 dez. 2017. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2017/12/20/debate-devemos-lutar-pelo-direito-do-lula-a-ser-candidato>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores). **O PSOL deve defender um programa anticapitalista e se posicionar contra o "Manifesto unidade para reconstruir o Brasil"**. 16 fev. 2018. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2018/02/16/o-psol-deve-defender-um-programa-anticapitalista-e-se-posicionar-contra-o-manifesto-unidade-para-reconstruir-o-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). **Programa**. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/programa>. Acesso em: 9 ago. 2018.

CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). **História**. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia>. Acesso em: 9 ago. 2018.

CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). **Ampliar as lutas e erguer nossas bandeiras em defesa das reivindicações dos trabalhadores**. 21 jun. 2013. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2013/06/108527>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). **Entrevista especial**: Conlutas quer nova edição de protesto de rua. 27 dez. 2013. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2013/12/entrevista-especial-conlutas-quer-nova-edicao-de-protesto-de-rua>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). **Impeachment**: Nem Dilma (PT), nem Temer e Cunha (PMDB), nem Aécio (PSDB) são alternativas. Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita! 4 dez. 2015. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2015/12/impeachment-nem-dilma-pt-nem-temer-e-cunha-pmdb-nem-aecio-psdb-sao-alternativas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). **Declarações em português, espanhol e inglês da CSP-Conlutas sobre o 2º turno da eleição presidencial**. 11 out. 2018. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2018/10/2-turno-e-preciso-derrotar-bolsonaro-nas-urnas-e-nas-ruas-e-intensificar-a-luta-contra-qualquer-um-que-ataque-nossos-direitos>. Acesso em: 22 out. 2018.

DS (Democracia Socialista). **Manifesto da Mensagem ao Partido para o 5º Congresso do PT**. 12 dez. 2013. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/manifesto-da-mensagem-ao-partido-para-o-5o-congresso-do-pt>. Acesso em: 27 ago. 2018.

FPSM (Frente Povo sem Medo). **Manifesto de fundação**: somos povo sem medo! 13 out. 2015. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/povosemmedonacional/photos/a.1661869510750735.1073741828.1661846900752996/1663610150576671>. Acesso em 27 ago. 2018.

FPSM (Frente Povo sem Medo). **Não aceitamos o golpe contra a democracia e nossos direitos!** Vamos derrotar o golpe nas ruas! 19 abr. 2016. Disponível em: <http://www.mtst.org/noticias/nao-aceitamos-o-golpe-contra-a-democracia-e-nossos-direitos-vamos-derrotar-o-golpe-nas-ruas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

FBP (Frente Brasil Popular). **Manifesto ao povo brasileiro**. 5 set. 2015. Disponível em: <http://frentebrasilpopular.org.br/conteudo/manifesto-ao-povo-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

FBP (Frente Brasil Popular). **Frente Brasil Popular convoca a militância para defender a democracia e Lula**. 17 jul. 2017. Disponível em: <http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/frente-brasil-popular-convoca-a-militancia-para-defender-a-democracia-e-lula-2e16>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Geledés - Instituto da Mulher Negra. **O que é o Geledés Instituto da Mulher Negra**. 21 abr. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Geledés - Instituto da Mulher Negra. **Missão Institucional**. 10 abr. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Geledés - Instituto da Mulher Negra. Sueli Carneiro: **Sem luz no fim do túnel**. 8 out. 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sem-luz-no-fim-do-tunel>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Geledés - Instituto da Mulher Negra. Sueli Carneiro: **Raça, classe e eleições**. 17 out. 2006. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/raca-classe-e-eleicoes>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Geledés - Instituto da Mulher Negra. Sueli Carneiro: **Erraram**. 7 out. 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/erraram>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Geledés - Instituto da Mulher Negra. Sueli Carneiro: **Eu quero crer**. 28 out. 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eu-quero-crer>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Insurgência. **Manifesto por uma nova corrente revolucionária**. 7 jul. 2013. Disponível em: <http://www.insurgencia.org/pagina-exemplo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Insurgência. **O PSOL e os desafios de construir uma alternativa de esquerda para o Brasil**. 10 mai. 2017. Disponível em: <http://www.insurgencia.org/o-psol-e-os-desafios-de-construir-uma-alternativa-de-esquerda-para-o-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Intersindical - Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/quem-somos>. Acesso em: 9 ago. 2018.

Intersindical - Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora. **Manifesto**. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/wp-content/uploads/2017/09/manifesto_intersindical_2006.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

Intersindical - Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora. **Jornal Nacional da Intersindical, edição julho de 2013**. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/2013/07/20/jornal-nacional-da-intersindical-julho-de-2013>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Intersindical - Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora. **Votar no 13 sem nenhuma ilusão com o PT**. É na luta que vamos garantir melhores condições de vida e trabalho. Out. 2018. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/2018/10/12/vamos-confirmar-tambem-nas-urnas-que-so-as-elicoes-nao-bastam>. Acesso em: 22 out. 2018.

LPJ (Levante Popular da Juventude). **Quem Somos**. Disponível em: <https://levantedajuventudemg.wordpress.com/about>. Acesso em: 12 ago 2018.

LPJ (Levante Popular da Juventude). **Carta Compromisso**. 5 fev. 2012. Disponível em: <https://levantedajuventudemg.wordpress.com/carta-compromisso>.

LPJ (Levante Popular da Juventude). **História do Levante**. 22 fev. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/levantejuventude/docs/escola_nacional_de_forma____o_web_>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LPJ (Levante Popular da Juventude). **Papo reto**: ser de esquerda hoje é lutar contra o golpismo. 22 mar. 2016. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=890>. Acesso em: 27 ago. 2018.

LPJ (Levante Popular da Juventude). **Derrotas da esquerda**: o que 2016 tem a nos ensinar? 5 out. 2016. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1294>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MMM (Marcha Mundial das Mulheres). **Quem somos?** Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MMM (Marcha Mundial das Mulheres). **Nossa História**. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MMM (Marcha Mundial das Mulheres). **Todas às ruas**: contra o aumento da tarifa e a violência da polícia. 14 jun. 2013. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/06/14/todas-as-ruas-contra-o-aumento-da-tarifa-e-a-violencia-da-policia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MMM (Marcha Mundial das Mulheres). **As manifestações, pelo viés feminista**. 10 jul. 2013. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/07/10/as-manifestacoes-pelo-vies-feminista>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MMM (Marcha Mundial das Mulheres). **Nota pública sobre mudança ministerial da SPM e SEPPIR**. 22 set. 2015. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-publica-sobre-mudanca-ministerial-da-spm-e-spir>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MMM (Marcha Mundial das Mulheres). **Mulheres contra o impeachment e o ajuste fiscal!** Fora Cunha! 10 dez. 2015. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-contra-o-impeachment-e-o-ajuste-fiscal-fora-cunha>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **História do MAB**: 20 anos de organização, lutas e conquistas. 11 jan. 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/historia>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **Organização**. 11 jan. 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/organizacao>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **Carta dos atingidos por barragens ao presidente Lula**. 4 fev. 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-dos-atingidos-por-barragens-ao-presidente-lula>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **MAB avança na pauta dos atingidos em audiência com o governo**. 2 jun. 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-avan-na-pauta-dos-atingidos-em-audi-ncia-com-governo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **MAB participa e incentiva a mobilização popular**. 20 jun. 2013. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-participa-e-incentiva-mobiliza-popular>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **Via Campesina declara apoio à reeleição de Dilma**. 20 out. 2014. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/campesina-declara-apoio-reelei-dilma>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **O MAB é contra o impeachment de Dilma**. 4 dez. 2015. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-contra-impeachment-dilma>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Nossa história**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>. Acesso em: 9 ago. 2018.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Jornada Nacional de Lutas 2011**. 6 abr. 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2011/04/06/jornada-nacional-de-lutas-2011.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Manifesto em defesa da vitória nas urnas, contra Joaquim Levy e Kátia Abreu**. 25 nov. 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/11/25/manifesto-em-defesa-da-vitoria-nas-urnas-contra-joaquim-levy-e-katia-abreu.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). **A organização do MTST**. Disponível em: <http://www.mtst.org/quem-somos/a-organizacao-do-mtst>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). **As linhas políticas do MTST**. Disponível em: <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). **Declaração política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. 7 mar. 2016. Disponível em: <http://www.mtst.org/noticias/declaracao-politica-do-mtst>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). **Guilherme Boulos**: o duplo desafio da esquerda brasileira. 23 fev. 2017. Disponível em: <http://www.mtst.org/noticias/o-duplo-desafio-da-esquerda-brasileira>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). **Frente Povo sem Medo lança "VAMOS!** Sem medo de mudar o Brasil". 20 ago. 2017. Disponível em: <http://www.mtst.org/fpsm/frente-povo-sem-medo-lanca-vamos-sem-medo-de-mudar-o-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). **Esquerda Online entrevista Guilherme Boulos**: "Em 2018, é preciso barrar a agenda do golpe". 12 jan. 2018. Disponível em: <http://www.mtst.org/mtst/esquerda-online-entrevista-guilherme-boulos-em-2018-e-preciso-barrar-a-agenda-do-golpe>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MES (Movimento Esquerda Socialista). **Vai ter golpe?** 19 mar. 2016. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2016/03/vai-ter-golpe>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MES (Movimento Esquerda Socialista). **Pelo direito de Lula ser candidato**. 5 jan. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/01/pelo-direito-de-lula-ser-candidato>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MES (Movimento Esquerda Socialista). **Por uma candidatura do PSOL independente do lulismo em 2018**. 2 fev. 2018. Disponível em:

<https://movimentorevista.com.br/2018/02/editorial-candidatura-psol-2018-independente-lulismo>. Acesso em 27 ago. 2018.

MES (Movimento Esquerda Socialista). **A falência da Nova República e a construção de uma alternativa para o Brasil**. 7 abr. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/04/conferencia-mes-documento-nacional>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MPL (Movimento Passe Livre). **O Movimento Passe Livre**. Disponível em: <http://tarifazero.org/mpl>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MPL (Movimento Passe Livre). Caio de Andrea. **A novidade da recusa do MPL**: uma vitória popular. 14 jun. 2013. Disponível em: <http://passapalavra.info/2013/06/79073>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MPL (Movimento Passe Livre). Fagner Enrique. **MPL, a ritualização da autonomia**. 30 jun. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/06/105129>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MPL (Movimento Passe Livre). Legume Lucas. **O Movimento Passe Livre acabou?** 4 ago. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/08/105592>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MPL-SP (Movimento Passe Livre - São Paulo). **Nota pública do Movimento Passe Livre sobre a luta contra o aumento**. 9 jun. 2013. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/09/nota-publica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contra-o-aumento>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MPL-SP (Movimento Passe Livre - São Paulo). **Nota pública sobre os atos do dia 17/06**. 17 jun. 2013. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/17/nota-publica-sobre-os-atos-do-dia-1706>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MPL-SP (Movimento Passe Livre - São Paulo). **Sobre a revogação do aumento**. 21 jun. 2013. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/fomos-vitoriosos-viva-a-luta-do-povo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MPL-SP (Movimento Passe Livre - São Paulo). **Carta aberta do MPL-SP à presidenta**. 24 jun. 2013. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/24/carta-aberta-do-mpl-sp-a-presidenta>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Movimento Passe Livre - Florianópolis. **10 anos da Revolta da Catraca**. 9 jul. 2014. Disponível em: <https://mplfloripa.wordpress.com/2014/07/09/10-anos-da-revolta-da-catraca>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Movimento Passe Livre - Florianópolis. **Hoje é o Dia Nacional de Luta pela Tarifa Zero**! 26 out. 2016. Disponível em: <https://mplfloripa.wordpress.com/2016/10/26/hoje-e-o-dia-nacional-de-luta-pela-tarifa-zero>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Movimento Passe Livre - Tarifa Zero Goiânia. **Nota de esclarecimento**. 7 jan. 2014. Disponível em: <https://tarifazerogoiania.wordpress.com/2014/01/07/nota-de-esclarecimento>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Movimento Passe Livre - Tarifa Zero Goiânia. **O MPL está em coma, mas ainda não morreu**. 18 ago. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/08/105744>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Movimento Passe Livre - Tarifa Zero Salvador. **Por que devemos ser contra a reforma da previdência?** 14 mar. 2017. Disponível em: <https://tarifazerossa.wordpress.com/2017/03/14/por-que-devemos-ser-contra-a-reforma-da-previdencia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MAIS (Movimento por uma Alternativa Independente Socialista). **MAIS apresenta manifesto ao VI Congresso Nacional do PSOL**. Esquerda Online, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/08/21/mais-apresenta-manifesto-ao-vi-congresso-nacional-do-psol>. Acesso em: 8 out. 2018.

OT (O Trabalho). **Situação crítica na cúpula do PT**. 10 ago. 2013. Disponível em: <http://otrabalho.org.br/situacao-critica-na-cupula-do-pt>. Acesso em: 27 ago. 2018.

OT (O Trabalho). **É falso debater se o PT caiu pelos erros ou pelos acertos**. 7 dez. 2016. Disponível em: <http://otrabalho.org.br/e-falso-debater-se-o-pt-caiu-pelos-erros-ou-pelos-acertos>. Acesso em: 27 ago. 2018.

OT (O Trabalho). Laércio Barbosa: **"Vamos!? Para onde?** 12 set. 2017. Disponível em: <http://otrabalho.org.br/vamos-para-onde>. Acesso em: 27 ago. 2018.

partidA. **#princípiAs da noss@ #partidA**. 10 abr. 2016. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/sigapartida/posts/440245722850450>. Acesso em: 12 ago. 2018.

partidA. **Carta-proposta da partidA Feminista para a Raiz e o PSOL**. 9 abr. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/sigapartida/posts/439793766228979>. Acesso em: 27 ago. 2018.

partidA. **partidA Feminista**. 19 nov. 2016. Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/2016/11/19/partida-feminista>. Acesso em: 12 ago. 2018.

partidA. **Como ajudar a #GreveGeral no dia 28 de abril**. 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/sigapartida/posts/581616455380042>. Acesso em: 27 ago. 2018.

partidA. Marcia Tiburi: **Carta ao nosso encontro**. 1 mai. 2017. Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/2017/05/01/carta-ao-encontro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

partidA. Marcia Tiburi: **PartidA, um movimento feminista feito de alegria política**. 21 set. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/partida-um-movimento-feminista-feito-de-alegria-politica/>. Acesso em: 12 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **O que é o Partido Comunista**. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/partidocomunista.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **Breve histórico do PCB**. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **O PCB e a conjuntura**. 11 set. 2007. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/157/o-pcb-e-a-conjuntura>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **O PCB, a Intersindical e a criação de uma nova central sindical**. 1 abr. 2010. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/376/o-pcb-a-intersindical-e-a-criacao-de-uma-nova-central-sindical>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **Não basta se indignar: é preciso mudar o sistema**. 17 jun. 2013. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/4988/nao-basta-se-indignar-e-preciso-mudar-o-sistema>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **Nem Aécio nem Dilma**: PCB seguirá na luta pelo Poder Popular e pelo Socialismo. 12 out. 2014. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/6748/nem-aecio-nem-dilma-pcb-seguira-na-luta-pelo-poder-popular-e-pelo-socialismo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **O PCB e a reforma política**. 11 dez. 2014. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/7241/o-pcb-e-a-reforma-politica>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **Construir alternativa popular contra a chantagem do impeachment e a conciliação governista**. 15 mar. 2015. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/7530/construir-alternativa-popular-contra-a-chantagem-do-impeachment-e-a-conciliacao-governista>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **A saída é pela esquerda**: PCB se associa às manifestações de movimentos populares neste 24 de março! 21 mar. 2016. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/10667/a-saida-e-pela-esquerda-pcb-se-associa-as-manifestacoes-de-movimentos-populares-neste-24-de-marco>. Acesso em: 27 ago. 2018

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **Decifra-me ou te devoro**: reflexões sobre a crise atual e as tarefas da esquerda revolucionária no Brasil. 21 dez. 2017. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/17995/decifra-me-ou-te-devoro-reflexoes-sobre-crise-atual-e-as-tarefas-da-esquerda-revolucionaria-no-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). **O caminho para se derrotar o golpe é a luta popular**. 26 jan. 2018. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/18519/o-caminho-para-se-derrotar-o-golpe-e-luta-popular>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Apresentação**. Disponível em: <https://pcdob.org.br/apresentacao-do-partido>. Acesso em: 6 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Programa**. Disponível em: <https://pcdob.org.br/programa>. Acesso em: 6 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **O Brasil numa encruzilhada histórica**. Resoluções do 7º Congresso do PCdoB. 1988. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148480/2009-11-24/o-brasil-numa-encruzilhada-historica-7-congresso-do-pcdob-1988>.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Informe político ao 8º Congresso do PCdoB (1992)**. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148482/2009-11-18/informe-politico-ao-8-congresso-do-pcdob-1992>. Acesso em: 6 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Defender o governo Lula da ofensiva eleitoreira da oposição**. 3 jun. 2005. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/defender-o-governo-lula-da-ofensiva-eleitoreira-da-oposicao>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Reeleger Lula, renovar compromissos e eleger candidatos do PCdoB**. 29 jun. 2006. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/reeleger-lula-renovar-compromissos-e-eleger-candidatos-do-pcdob>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Sobre o quadro sindical atual**. 8 jul. 2007. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/sobre-o-quadro-sindical-atual>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Retomar a iniciativa política**. 25 jan. 2008. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/retomar-a-iniciativa-politica>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Programa socialista**: o fortalecimento da nação é o caminho, o socialismo é o rumo! 8 nov. 2009. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/programa-socialista>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Resolução sobre as eleições e os planos políticos para 2009**. 9 nov. 2008. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/resolucao-sobre-as-eleicoes-e-os-planos-politicos-para-2009>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **PCdoB com Dilma para o Brasil avançar**! 5 mar. 2010. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/pcdob-com-dilma-para-o-brasil-avancar>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Sobre o comunicado da OEA em relação a Belo Monte. 18 abr. 2011. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/sobre-o-comunicado-da-oea-em-relacao-a-belo-monte>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Direção do PCdoB lança teses para debates do 13º Congresso**. 7 jul. 2013. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/direcao-do-pcdob-lanca-teses-para-debates-do-13-congresso>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **A Copa do Mundo é nossa**. 10 fev. 2014. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/a-copa-do-mundo-e-nossa>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Agressão contra Lula é para acelerar golpe contra a democracia**. 4 mar. 2016. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/agressao-contra-lula-e-para-acelerar-golpe-contra-a-democracia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Projeto de Resolução**: 'Frente ampla: novos rumos para o Brasil'. 12 jul. 2017. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/projeto-de-resolucao-frente-ampla-novos-rumos-para-o-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCO (Partido da Causa Operária). **Breve nota introdutória sobre a história do PCO**. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/textos/?p=2614>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PCO (Partido da Causa Operária). **Estatuto**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/partido-da-causa-operaria>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PCO (Partido da Causa Operária). Rui Costa Pimenta: **Balanço das manifestações**. 25 jun. 2013. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/210328256/um-balanco-das-manifestacoes>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCO (Partido da Causa Operária). **Impeachment é golpe!** Derrotar nas ruas a direita golpista e defender as reivindicações dos trabalhadores. 21 abr. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/pcoperaria/docs/notaoficial2_15>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCO (Partido da Causa Operária). **Página oficial do PCO é reestruturada e volta a funcionar**. 11 abr. 2016. Disponível em: <https://pco.org.br/2016/04/11/pagina-oficial-do-pco-e-reestruturada-e-volta-a-funcionar>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCO (Partido da Causa Operária). **Informe de política nacional da 24ª Conferência**. 11 abr. 2016. Disponível em: <https://pco.org.br/2016/04/11/informe-de-politica-nacional-da-24a-conferencia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PCO (Partido da Causa Operária). **Lei "Antiterror" ataca organização dos trabalhadores**. 9 ago. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/pcoperaria/docs/notaoficial14_2016-1>. Acesso em: 27 ago. 2018

PCO (Partido da Causa Operária). **Para derrotar o golpe, ampliar a mobilização pelo Fora Temer e todos os golpistas**. Por uma Assembleia Nacional Constituinte. 9 set. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/pcoperaria/docs/notaoficial19_2016>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). **Programa**. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/partido/programa>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). **Resoluções completas aprovadas no 2º Congresso Nacional do PSOL**. 23 ago. 2009. Disponível em: <http://psol50sp.org.br/blog/2009/09/01/resolucoes-completas-aprovadas-no-2%c2%ba-congresso-nacional-do-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). **Declaração da executiva nacional do PSOL**. 25 jun. 2013. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2013/06/25/arquivoid-9306>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Luciana Genro: **Diretrizes para o programa de governo do PSOL**. 2014. Disponível em: <https://lucianagenro.com.br/eleicoes-2014/programa/diretrizes>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). **PSOL repudia alterações nos direitos trabalhistas e reafirma disposição de luta em 2015**. 5 jan. 2015. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/psol-repudia-alteracoes-nos-direitos-trabalhistas-e-reafirma-disposicao-de-luta-em-2015>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). **Executiva do PSOL**: lutar contra Temer, por novas eleições diretas e pela reorganização da esquerda. 12 dez. 2016. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/executiva-do-psol-lutar-contra-temer-por-novas-eleicoes-diretas-e-pela-reorganizacao-da-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Plínio de Arruda Sampaio Jr.: **Para onde Vamos?** 29 jan. 2018. Disponível em: <https://pliniojr.com.br/2018/01/29/para-onde-vamos>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). **Guilherme Boulos se filia ao PSOL**. 5 mar. 2018. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/guilherme-boulos-se-filia-ao-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). **PSOL ganha reforço na bancada mais combativa da Câmara dos Deputados**. 11 out. 2018. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/psol-ganha-reforco-na-bancada-mais-combativa-da-camara-dos-deputados>. Acesso em: 22 out. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**). Um partido coerente, operário, revolucionário e socialista**. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/conheca>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Estatuto**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/partido-socialista-dos-trabalhadores-unificado>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Esquerda Socialista e Democrática apela ao veto em plenária no Rio de Janeiro**. 20 mar. 2004. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/esquerda-so cialista-e-democratica-apela-ao-veto-em-plenaria-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Todos à marcha do dia 17 de agosto**. 9 ago. 2005. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/todos-a-marcha-do-dia-17-de-agosto>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **P-SOL: a saída da crise está por dentro ou por fora do regime?** 18 ago. 2005. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/p-sol-a-saida-da-crise-esta-por-dentro-ou-por-fora-do-regime>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Manifesto da Frente de Esquerda**. 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/manifesto-da-frente-de-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **O acerto da construção da Frente de Esquerda**. 7 out. 2006. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/o-acerto-da-construcao-da-frente-de-esquerda>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Bola fora da Consulta Popular e do MST**. 23 ago. 2007. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/bola-fora-da-consulta-popular-e-do-mst>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **A ausência do MST na marcha a Brasília**. 30 out. 2007. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/a-ausencia-do-mst-na-marcha-a-brasilia>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **A postura do PSOL**: um desrespeito aos lutadores. 30 out. 2007. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/a-postura-do-psol-um-desrespeito-aos-lutadores>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Carta à direção nacional do PSOL**. 7 mar. 2008. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/carta-a-direcao-nacional-do-psol>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **PSOL e PCB divulgam notas defendendo voto 'contra Serra' no segundo turno**. 16 out. 2010. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/psol-e-pcb-divulgam-notas-defendendo-voto-contra-serra-no-segundo-turno>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **12 mil vão às ruas em São Paulo contra o aumento das passagens do transporte**. 12 jun. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/12-mil-vao-as-ruas-em-sao-paulo-contra-o-aumento-das-passagens-do-transporte>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Valerio Arcary: **Não deixem baixar as bandeiras vermelhas**. 19 jun. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/nao-deixem-baixar-as-bandeiras-vermelhas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). José Maria: **Sobre as bandeiras do PSTU nas manifestações e os anarquistas**. 27 jun. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/sobre-as-bandeiras-do-pstu-nas-manifestacoes-e-os-anarquistas>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Junho não terminou**: façamos um 2014 ainda maior! 31 dez. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/junho-nao-terminou-facamos-um-2014-ainda-maior>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Fora Dilma, Fora Cunha, Fora Temer, Fora Aécio e esse Congresso Nacional!** Fora todos eles! 3 dez. 2015. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/fora-dilma-fora-cunha-fora-temer-fora-aecio-e-esse-congresso-nacional-fora-todos-eles>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Dez motivos para você não ir às ruas no dia 13, no dia 18 ou no dia 31**. 11 mar. 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/dez-motivos-para-voce-nao-ir-as-ruas-no-dia-13-no-dia-18-ou-no-dia-31>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Junho de 2013 foi só o começo**. 15 jun. 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/editorial-junho-de-2013-foi-so-o-comeco>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Carta à Direção Nacional do PSTU**. 6 jul. 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/carta-a-direcao-nacional-do-pstu>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Declaração da Direção Nacional do PSTU**. 6 jul. 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/declaracao-da-direcao-nacional-do-pstu>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Por que Lula chegou a essa situação**. 13 jul. 2017. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/porque-lula-chegou-a-essa-situacao>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Bernardo Cerdeira: **Polêmica, não "Vamos" para o mesmo lado**. 24 ago. 2017. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/polemica-nao-vamos-para-o-mesmo-lado>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Diogo Artud: **Um balanço da Frente Povo sem Medo**. 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/um-balanco-da-frente-povo-sem-medo>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **O 2º turno e os interesses dos trabalhadores**. 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/derrotar-jair-bolsonaro-nas-urnas-e-nas-ruas>. Acesso em: 22 out. 2018.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Tese de "Santo André-Lins".** Aprovada em 24 de janeiro de 1979 no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PT (Partido dos Trabalhadores). Comissão Nacional Provisória. **Carta de Princípios** (1º de maio de 1979). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadeprincipios_0.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Manifesto**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Resoluções Políticas do V Encontro Nacional**. Brasília, 4-6 de dezembro de 1987. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Nota da direção do PT sobre o transporte público**. 19 jun. 2013. Disponível em: <http://www.ptrs.org.br/2013/06/nota-do-pt-sobre-o-transporte-publico>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Vários. **Carta ao povo brasileiro**. CIMI, 22 jun. 2005. Disponível em: <https://cimi.org.br/2005/06/23612>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Vários. **Manifesto e plano de ação aprovados no Encontro Nacional 25 de março contra as reformas neoliberais**. LSR-CIT, 25 mar. 2007. Disponível em: <https://www.lsr-cit.org/2007/03/25/manifesto-e-plano-de-acao-aprovados-no-encontro-nacional-25-de-marco-contra-as-reformas-neoliberais>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Vários. **Divulgado resultado do plebiscito popular**. CIMI, 17 out. 2007. Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/10/26606>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Vários. **Manifesto por uma política habitacional popular**. Correio da Cidadania, 31 mar. 2008. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/33-artigos/noticias-em-destaque/1613-31-03-2008-manifesto-por-uma-politica-habitacional-popular>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Vários. **Pauta da Marcha das Margaridas 2011** - Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/marcha-das-margaridas-2011.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2011.

Vários. **Carta de saída das nossas organizações** (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. Passa Palavra, 22 nov. 2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/11/48866>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Vários. **Carta aberta dos movimentos sociais à Presidenta Dilma**. Carta Maior, 18 jun 2013. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Carta-aberta-dos-movimentos-sociais-a-Presidenta-Dilma-/28837>. Acesso em 27 ago. 2018.

Vários. **Plataforma política dos movimentos sociais para resolver os problemas do povo brasileiro**. 14 set. 2014. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/2014/09/14/plataforma-politica-dos-movimentos-sociais-para-resolver-os-problemas-do-povo-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Vários. **Resultado final da plataforma Vamos! aponta um programa para colocar o dedo na ferida**. Esquerda Online, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/12/20/resultado-final-da-plataforma-vamos-aponta-um-programa-para-colocar-o-dedo-na-ferida>. Acesso em: 8 out. 2018.

Via Campesina. **Lista de miembros de La Vía Campesina**. 5 abr. 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/lista-de-miembros-de-la-via-campesina>. Acesso em: 9 ago. 2018.